



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

POLÍTICA E RELIGIÃO: INTERPRETAÇÃO DE PASTORES E FIÉIS SOBRE A
REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR E AS PAUTAS EVANGÉLICAS

JOSÉ EDUARDO CALDEIRÃO



POLÍTICA E RELIGIÃO: INTERPRETAÇÃO DE PASTORES E FIÉIS SOBRE A
REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR E AS PAUTAS EVANGÉLICAS

JOSÉ EDUARDO CALDEIRÃO

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Faculdade de Filosofia e
Ciências da Universidade Estadual
Paulista, como parte dos requisitos
para obtenção do título de Doutor
em Ciências Sociais

C146p Caldeirão, José Eduardo

Política e religião : interpretação de pastores e fiéis sobre a representação parlamentar e as pautas evangélicas / José Eduardo Caldeirão. -- Marília, 2023

290 f. : tabs.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientadora: Aluisio Almeida Schumacher

1. Religião e Política. 2. Bancada Evangélica. 3. Evangélicos e Política. 4. Pentecostais/Neopentecostais e Política. 5. Frente Parlamentar Evangélica. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

JOSÉ EDUARDO CALDEIRÃO

POLÍTICA E RELIGIÃO: INTERPRETAÇÃO DE PASTORES E FIÉIS SOBRE A
REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR E AS PAUTAS EVANGÉLICAS

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Faculdade de Filosofia e
Ciências da Universidade Estadual
Paulista, como parte dos requisitos
para obtenção do título de Doutor
em Ciências Sociais.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Aluisio Almeida Schumacher-
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Faculdade de Filosofia e Ciências UNESP – Marília

Prof. Dr. José Geraldo Alberto Bertoncini Poker
Departamento de Sociologia e Antropologia
Faculdade de Filosofia e Ciências UNESP – Marília

Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas
Faculdade de Filosofia e Ciências UNESP – Marília

Prof. Dr. Rodolfo Franco Puttini
Departamento de Saúde Pública
Faculdade de Medicina de Botucatu – UNESP - Botucatu

Prof. Dr. Gabriel Cunha Salum
Departamento de Direito Faculdade Alta Paulista

Marília – SP
04/10/2022

À minha mãe Alice Honória do Prado Caldeirão in memoriam
Ao meu pai Eduardo Caldeirão in memoriam
Ao meu tio Bartholomeu Caldeirão in memoriam
Ao meu orientador - Prof. Dr. Aluisio Almeida Schumacher

AGRADECIMENTOS

Ao estimado Prof. Dr. José Geraldo Alberto Bertoncini Poker – Departamento de Sociologia e Antropologia Unesp de Marília – por ter acompanhado toda minha trajetória desde o mestrado até o doutorado.

Ao estimado Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira – Departamento de Ciências Políticas e Econômicas Unesp Marília – que da mesma forma me acompanhou durante toda minha trajetória desde o mestrado até o doutorado.

Ao Prof. Dr. Rodolfo Franco Puttini - Departamento de Saúde Pública Faculdade de Medicina Unesp Botucatu - pela participação na Banca de Doutorado.

Ao Prof. Dr. Gabriel Cunha Salum - Departamento de Direito Faculdade Alta Paulista, pela participação na Banca de Doutorado.

Ao estimado Prof. Dr. Diego Corrêa Maia – Departamento de Geografia Unesp Rio Claro – pela oportunidade e ensinamentos durante o estágio supervisionado em docência.

Ao amigo de duas décadas, atual docente de sociologia na Universidade Federal de Sergipe. Prof. Dr. Marco Aurélio Dias de Souza. Contemporâneo de graduação com quem convivi e nunca perdemos o contato. Espero que o tempo seja nosso camarada e nos ofereça mais algumas décadas que possamos continuar semeando em nossa amizade. Gratidão a ti e a toda sua família.

Agradeço ao Pastor Sisaque Valadares – Pastor Presidente – da Assembleia de Deus Ministério do Belém de Rio Claro/SP, por gentilmente abrir a possibilidade de trabalhar com os pastores e membros da denominação.

Ao Pastor Rogério Neves, da Igreja Internacional da Graça de Deus, por me tratar com toda deferência e deixar-me a vontade durante todo o trabalho de campo, pela atenção dispensada e preocupação nos momentos difíceis pelos quais passei. Grato ao Pastor Antonio Junior.

A todos os membros da Assembleia de Deus Ministério do Belém e da Igreja Internacional da Graça de Deus que voluntariamente aceitaram participar desta tese.

Ao amigo e Bispo Jairo Tardivo, da Igreja Evangélica Fonte de Vida, pela longa e carinhosa amizade e disposição em me ouvir e ajudar. Deixo um abraço fraternal e saudades de nossas conversas sempre produtivas.

A todos os amigos e funcionários da Biblioteca da Unesp Campus Rio Claro, que por todos esses anos estiveram ao meu lado, auxiliando-me e apoiando-me até o final dessa extensa jornada. Nas pessoas de Renan Carvalho Ramos – Supervisor Técnico de Seção e Márcia Correa Bueno Degaspari – Diretora Técnica, deixo os meus agradecimentos e estendo aos amigos, Gislaine Hernini Galasse, Elisa dos Santos Cerqueira, Josimeire Moura da Silva, Célia Aparecida Rufino Gomes da Silva, Maurício da Silva Pinheiro, Jair Felix de Mendonça Filho, Lucia Andréia Cônego

Minatti Leite, Ana Paula Santulo Custódio Medeiros, Adriana Aparecida Puerta Buzzá, Monica Maria Caes, Roberto Souza Vilela, Angela Ferraz e Anna Paula Ferreira Galego.

À Lucina Gomes que sempre me atendeu com muita empatia em toda minha jornada pelo doutoramento, que soube ouvir, esclarecer, auxiliar em todos os momentos difíceis pelos quais passei durante todo esse tempo e, parafraseando Antonio Carlos Jobim, “Se todos fossem no mundo iguais a você.” Através de ti estendo meus agradecimentos a todos da Seção Técnica de Pós-Graduação da Unesp Marília.

À Professora Alline Cristina Basso, seu marido Luccas Escher, pais da pequena e bela Sophia Basso Escher, atualmente com nove meses de vida, que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando, incentivando e torcendo. Ao Sr. Genecyr Basso Júnior e sua esposa Sra. Cristina J. Botteon Basso, que, por ocasião de meu acidente em fevereiro de 2020, me socorreram durante a internação e após cirurgia na Santa Casa de Piracicaba/SP. Tio Júnior, sua dedicação por mim nesse período está guardada em minha memória. Sou imensamente grato a toda família de amigos.

Ao casal de amigos Prof. Marcel Gonçalves e Profa. Priscila Gonçalves, por mais de uma década de amizade. Marcel Gonçalves pelo grande companheiro que sempre foi e Priscila Gonçalves pela competente corretora dessa minha tese como tantos outros escritos meus. Obrigado.

Estimado Psicólogo Igor Salomão Monteiro, quem me acompanhou no momento crítico quando do adoecimento de meu querido pai em uma época em que as coisas não faziam muito sentido. Nessa reta final, ao me acompanhar novamente, auxilia-me nos terríveis embates da mente. Sua paciência, amabilidade, bondade, mansidão, caridade e donimínio próprio, demonstram alguns dos frutos do Espírito Santo descritos no livro de Gálatas. Mais que um profissional, ganhei um amigo. Obrigado. Estimado Fisioterapeuta Alvimar Santana, quem me tratou após o acidente de moto de fevereiro de 2020. Lembro-me da primeira vez em que fui recebido na clínica tendo saído de um pós-cirúrgico em que estava extremamente abatido e sem forças. Nesse momento difícil começávamos as nossas sessões de fisioterapia e Johrei. Quanta dor no ombro e cotovelo, mas o Sr. com toda dedicação auxilio-me a ter os movimentos perfeitos e voltar a nadar. Meu amigo, Grato.

Ao amigo e Prof. Valter Antonio Lourenção, pela ajuda e incentivo dedicado por todo esse tempo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) - código de financiamento 001.

Combati o bom combate, terminei a minha carreira, guardei a fé.

2 Timóteo 4:7

RESUMO

O crescimento da Bancada Evangélica é visível, nas últimas três eleições 2010, 2014 e 2018 os representantes evangélicos na Câmara Federal aumentou, respectivamente de 70, 75 e 85 deputados federais eleitos. Dessa forma, a Bancada Evangélica ganha visibilidade e importância política no sentido de atuarem politicamente e imporem suas pautas próprias. Assim, essa tese aborda o assunto Religião e Política na perspectiva da representação política dos entrevistados de duas denominações evangélicas, uma Pentecostal e outra Neopentecostal, a saber: Assembleia de Deus – Ministério do Belém e Igreja Internacional da Graça de Deus. A primeira foi escolhida por ser a principal denominação Pentecostal do país e por possuir maior número de representantes eleitos. A segunda denominação foi escolhida por ser uma das principais denominações do ramo Neopentecostal no país. Para o desenvolvimento dessa tese, foi utilizada a metodologia qualitativa. Foram entrevistados 10 pastores das duas denominações e 10 membros das duas denominações. O tema principal é a representação política e como os entrevistados sentem essa representação. Mas também, o leitor entrará em contato com outros temas que são importantes, por exemplo: como são construídas as candidaturas oficiais a deputado federal das Igrejas, as pautas defendidas pela Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal a saber: conta a união estável de pessoas do mesmo sexo, conta a questão do aborto em qualquer situação, a favor do ensino do criacionismo nas escolas das redes públicas e privadas e a defesa da família tradicional. Essas pautas se baseiam na visão de mundo religiosa, de princípios morais e dos costumes que vão ao encontro das novas demandas da sociedade, em condições pós-tradicional e o princípio da secularização da sociedade. Assim, os temas secundários, não menos importantes, auxiliam no propósito da defesa dessa tese em observar o sentimento de representação dos atores entrevistados com relação aos seus representantes eleitos e como oferecem sentido para as pautas da Frente Parlamentar Evangélica. Pode-se adiantar ao leitor que: pastores e membros sentem-se representados pelos seus respectivos deputados federais e que são conservadores com relação às pautas com a exceção dos membros que, na questão do aborto, se mostram mais flexíveis, fato que derruba a hipótese dos membros serem totalmente conservadores.

Palavras-chave: Religião e Política; Bancada Evangélica; Evangélicos e Política; Pentecostais/Neopentecostais e Política; Frente Parlamentar Evangélica.

ABSTRACT

The growth of the Evangelical Caucus is visible, in the last three elections 2010, 2014 and 2018, the evangelical representatives in the Federal Chamber increased, respectively, by 70, 75 and 85 elected federal deputies. In this way, the Evangelical Bank gains visibility and political importance in the sense of acting politically and imposing their own agendas. Thus, this thesis addresses the issue of Religion and Politics from the perspective of the political representation of respondents from two evangelical denominations, one Pentecostal and the other Neo-Pentecostal, namely: Assembly of God – Ministry of Belém and International Church of the Grace of God. The first was chosen because it is the main Pentecostal denomination in the country and because it has the largest number of elected representatives. The second denomination was chosen because it is one of the main denominations of the Neopentecotal branch in the country. For the development of this thesis, the quantitative methodology was used. Ten pastors from both denominations and 10 members from both denominations were interviewed. The main theme is political representation and how respondents feel about this representation. But, also, the reader will get in touch with other topics that are important, for example: how the official candidacies for federal deputy of the Churches are constructed, the guidelines defended by the Evangelical Parliamentary Front in the Federal Chamber, namely: counts the stable union of people of the same sex, mentions the issue of abortion in any situation, in favor of teaching creationism in public and private schools and the defense of the traditional family. These guidelines are based on the religious world view, moral principles and customs that meet the new demands of society, in post-traditional conditions and the principle of secularization of society. Thus, the secondary themes, no less important, help in the defense of this thesis in order to observe the feeling of representation of the actors interviewed in relation to their elected representatives and how they offer meaning to the agendas of the Evangelical Parliamentary Front. It can be said to the reader that: pastors and members feel represented by their respective federal deputies and that they are conservative in relation to the agendas, with the exception of members who, on the issue of abortion, are more flexible, a fact that overturns the hypothesis of the members are totally conservative.

Keywords: Religion and Politics; Evangelical Bench; Evangelicals and Politics; Pentecostals/Neo-Pentecostals and Politics; Evangelical Parliamentary Front.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Representação por sexo na Assembleia de Deus – Ministério do Belém.....	30
Gráfico 2 Representação por sexo na Igreja Internacional da Graça de Deus.....	31
Gráfico 3 por Grau de Escolaridade – ambas denominações	31
Gráfico 4 por faixa de Renda – ambas denominações.....	32
Gráfico 5 por faixa Etária – ambas denominações	33
Gráfico 6 por Grau de Escolaridade – pastores ambas denominações	41
Gráfico 7 por Faixa Etária dos Pastores Entrevistados.....	43
Gráfico 8 por Grau de Escolaridade dos Membros Entrevistados.....	50
Gráfico 9 por Faixa Etária dos Membros Entrevistados.....	51
Gráfico 10 Bancada Evangélica Eleita em 2010 por denominações Evangélicas	88
Gráfico 11 Bancada Evangélica Eleita em 2014 por denominações Evangélicas	90
Gráfico 12 Bancada Evangélica Eleita em 2018 por denominações Evangélicas	92
Gráfico 13 Bancada Evangélica Eleita em 2010 por Partidos	100
Gráfico 14 Bancada Evangélica Eleita em 2014 por Partidos	101
Gráfico 15 Bancada Evangélica Eleita em 2018 por Partidos	102
Gráfico 16 Bancada Evangélica por gênero eleita em 2010.....	104
Gráfico 17 Bancada Evangélica por gênero eleita em 2014.....	105
Gráfico 18 Bancada Evangélica por gênero eleita em 2018.....	106

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	METODOLOGIA E EXPERIÊNCIA DE CAMPO	20
3	ASSEMBLEIA DE DEUS – MINISTÉRIO DO BELÉM	52
3.1	Assembleia de Deus e seus representantes oficiais no Estado de São Paulo	58
3.2	Como são construídas as candidaturas oficiais da Assembleia de Deus – Ministério do Belém	60
3.3	Considerações parciais	63
3.4	Existem pastores que discordam da candidatura oficial da Igreja?	63
3.5	Considerações parciais	66
3.6	Como os representantes eleitos podem atuar em favor da Igreja?	66
3.7	Considerações parciais	68
4	IGREJA INTERNACIONAL DA GRAÇA DE DEUS	70
4.1	Igreja Internacional da Graça de Deus e seu representante oficial no Estado de São Paulo	74
4.2	Como são construídas as candidaturas oficiais da Igreja Internacional da Graça de Deus	76
4.3	Considerações parciais	78
4.4	Existem pastores que discordam da candidatura oficial da Igreja?	79
4.5	Considerações parciais	80
4.6	Como o representante eleito pode atuar a favor da igreja?	81
4.7	Considerações parciais	83
5	BANCADA EVANGÉLICA OU FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA	85
5.1	Considerações à primeira parte do capítulo	107
5.2	Como votaram pastores e membros das denominações pesquisadas	108
5.3	Considerações parciais sobre a questão dos pastores e membros com relação aos partidos	114
6	NOTAS A RESPEITO DA REPRESENTAÇÃO	117
6.1	Representação política na perspectiva dos pastores da Assembleia de Deus	136
6.2	Representação política na perspectiva dos pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus	140
6.3	Representação política na perspectiva dos membros da Assembleia de Deus	142
6.4	Representação política na perspectiva dos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus	146
6.5	A sensação de representação para os pastores da Assembleia de Deus	149
6.6	A sensação de representação para os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus	151
6.7	A sensação de representação para os membros da Assembleia de Deus	155
6.8	A sensação de representação para os membros da Igreja Internacional da Graça de Deus	157
6.9	Acompanhamento do mandato por parte dos pastores da Assembleia de Deus	160
6.10	Acompanhamento do mandato por parte dos pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus	163
6.11	Acompanhamento do mandato por parte dos membros da Assembleia de Deus	167
6.12	Acompanhamento do mandato por parte dos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus	169
6.13	Accountability na visão dos pastores da Assembleia de Deus	173
6.14	Accountability na visão dos pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus	175

6.15	Accountability na visão dos membros da Assembleia de Deus	178
6.16	Accountability na visão dos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus	179
6.17	Conclusão parcial do capítulo	182
7	POLÍTICA, RELIGIÃO E SOCIEDADE PÓS-TRADICIONAL: A ATUAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA	192
7.1	Considerações à primeira parte do capítulo.	209
7.2	O conhecimento das propostas da Bancada Evangélica	211
7.3	Considerações parciais sobre o conhecimento das pautas	219
7.4	União estável de pessoas do mesmo sexo	220
7.5	A questão do aborto	230
7.6	O ensino do Criacionismo nas escolas das redes públicas e privadas	243
7.7	A questão da família	252
7.8	Conclusão parcial do capítulo	264
8	CONCLUSÃO	271
9	REFERÊNCIAS	284
10	ANEXO I	288
11	ANEXO II	289
12	ANEXO III	290

1 INTRODUÇÃO

O tema política e religião nunca esteve tão presente quanto nas últimas eleições, principalmente, em 2018 com a eleição do atual presidente. Porém, não apenas nesse último pleito, mas nas anteriores com a eleição do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da ex-Presidente Dilma Rouseff. A bem da verdade, religião e política nunca estiveram separadas no contexto brasileiro. Assim, Estado e Política andaram juntos durante todo período Colonial e Imperial até a Proclamação da República:

O Brasil, como se sabe, adotou o catolicismo como religião oficial até 1889, ano da Proclamação da República. Ou seja, durante todo período colonial (1500 – 1822) e imperial (1822 – 1889), o catolicismo era a única religião legalmente aceita, não havendo liberdade religiosa em nosso país. (ORO, 2006, p.77).

Desta feita, a sociedade da época se caracterizava pela política, religião oficial e a falta de liberdade religiosa o que moldou aspectos culturais, de costumes e de tradição de seus habitantes. Ao passo que o regime do padroado, ou seja, o direito do patrono, no caso Estado, de conferir benefícios, acentuou ainda mais o poder do Estado sob a Igreja Católica:

Durante todo o período que cobre o Brasil Colônia e Império havia uma dependência orgânica da Igreja ao Estado, este representado pelo instituto do Padroado Régio Português, que garantia ao monarca o direito de ‘nomear bispos e prover os benefícios eclesiásticos’ [...]. Ou seja, de acordo com o ‘regime do padroado’, o Poder Executivo possuía a obrigação de proteger a religião do Estado (o catolicismo), e seus membros da hierarquia, bispos e sacerdotes, eram tidos como funcionários públicos, recebendo uma remuneração, tida por eles, porém, como insuficiente. Por isso, era comum os párocos desempenharem outras atividades remuneradas [...]. Mas, ao mesmo tempo, o governo detinha prerrogativas constitucionais como nomear bispos e fiscalizar a Igreja em assuntos administrativos e econômicos, bem como aprovar ou não bulas pontifícias, mesmo aquelas dedicadas exclusivamente a temas religiosos [...]. (ORO, 2006, p. 77).

Ao citar todas as prerrogativas que o Estado detinha sobre a Igreja Católica como sua proteção, pagamento de remuneração aos sacerdotes ao mesmo tempo, cuidava dos assuntos administrativos e econômicos da instituição além de nomear bispos e aprovar ou não bulas pontifícias. Observa-se o enorme poder que o Estado detinha sobre a Igreja o que de certa maneira, como sugere o autor acima, sufocava a Igreja no Brasil.

Ainda sobre a Constituição de 1824 que rege a citação acima é possível verificar:

No entanto, a mesma Constituição de 1824 fez algum avanço na direção da liberdade religiosa dos cultos não-católicos. Preconizava que ninguém poderia ser perseguido por motivos religiosos desde que respeitasse a religião do Estado e não ofendesse a moral pública e desde que os estrangeiros adeptos de credos não-católicos expressassem suas crenças em suas próprias línguas e no âmbito doméstico, portanto, não em espaços físicos com características de templos. (ORO, 2006, p. 80).

Tal liberdade religiosa, mesmo que discreta, deveria observar o respeito à religião do Estado e não poderiam ser erigidos templos. Todavia, apenas foi observada alguma liberdade a partir do momento em que a Inglaterra pressiona por seus imigrantes a saber, anglicanos ingleses e, também, luteranos suíços e alemães, muitos deles tendo chegado ao Brasil na mesma época da vinda da Família Real Portuguesa em 1808. Dessa forma, os protestantes europeus adentravam em solo brasileiro e a Igreja Católica não era mais a única Igreja Cristã em solo nacional.

Contudo, apenas durante a Proclamação da República que se dá a separação entre Estado e Igreja:

Entretanto, com a instalação da República (15/11/1889), o governo provisório decretou em 7 de janeiro de 1890, e a primeira constituição republicana promulgada em 1891 oficializou, a separação entre Igreja e Estado, pondo fim ao monopólio católico, extinguindo o regime do padroado, secularizando os aparelhos estatais, o casamento e os cemitérios, e garantindo, pela primeira vez a liberdade religiosa para todos os cultos. (ORO, 2006, p. 81).

Oficializada a separação entre Estado e Igreja, os católicos perdem força junto ao Estado, uma vez que os aparelhos estatais foram secularizados e o sistema de padroado teve fim. Assim, a Igreja Católica perde a segurança e as benesses oferecidas pelo Estado desde os tempos coloniais. E garante-se a liberdade religiosa para todos os cultos. Nesse momento encontravam-se consolidados grupos Luteranos, Presbiterianos e Anglicanos. Ou melhor, conhecidos como Protestantes Históricos.

Porém, mesmo com a Proclamação da República a contrareação da Igreja Católica ocorreu:

Por isso mesmo, logo após a promulgação do decreto de janeiro de 1890, a Igreja Católica se mobilizou contra a implantação do estado laico no Brasil. Em março de 1890, todos os bispos do país assinaram uma Carta Pastoral na qual defendiam o princípio da união entre Igreja e Estado e preconizavam ‘perspectivas para um estatuto de harmonia e cooperação entre as duas instituições. (ORO, 2006, p. 82).

Ainda assim, mantendo-se a laicização do Estado, a não interferência de assuntos religiosos em assuntos de Estado, o clero católico se viu dividido em dois grupos: os católicos monarquistas desejosos pela reaproximação entre Estado e Igreja e os católicos republicanos, favoráveis a secularização, inclusive com tendências maçônicas e anti-clericais. Porém, o que vale ressaltar é que o Brasil já não era mais apenas católico. Os Protestantes Históricos já atuavam no Brasil e, não demorou muito, em 1910, os primeiros Pentecostais chegam ao país, a saber: Igreja Assembleia de Deus e a Congregação Cristã no Brasil.

Paulatinamente, década após década, a sociedade vai se pluralizando em seus mais variados contextos, mas, sobretudo, ao que interessa a essa tese no contexto religioso:

[...] o pluralismo é uma situação social na qual pessoas de diferentes etnias, cosmovisões e moralidades vivem juntas pacificamente e interagem amigavelmente. Esta última expressão é importante. Faz pouco sentido falar de pluralismo, quando as pessoas não falam umas com as outras [...]. Para que o pluralismo desencadeie a sua plena dinâmica, deve haver conversação constante, não necessariamente entre iguais, mas prolongada no tempo e cobrindo uma ampla variedade de temas. (BERGER, 2017, p. 20).

Em condições pós-tradicionais, entre os pressupostos acerca da observação de uma sociedade pluralista, está o convívio entre os diferentes e o constante diálogo entre as pessoas. Todavia, está posto em cena, ou seja, o diálogo entre os diferentes. No caso das religiões, pode-se observar retrocessos e avanços. Retrocessos no sentido de que não existe qualquer possibilidade de ecumenismo entre a Igreja Católica Apostólica Romana com as Igrejas Pentecostais ou Neopentecostais. Entende-se por Neopentecostais as igrejas surgidas no final da década de 1970 e que pregam a teologia da prosperidade – Igreja Universal do Reino de Deus e Igreja Internacional da Graça de Deus. Avanços no sentido de que, ao menos na política, a Bancada Evangélica busca apoio da Bancada Católica para aprovações de temas em comum.

Assim, apesar do diálogo inter-religioso ser algo praticamente impossível no campo da religião, no que se refere ao campo político, em algumas vezes estiveram juntos Católicos, Evangélicos e Espíritas. Esse é o caso que o leitor poderá observar nas páginas que seguem dessa tese quando da discussão no Supremo Tribunal Federal da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF nº 54 que tratou do direito da mulher em interromper a gestação em caso de anencefalia fetal.

Outro referencial, em condições pós-tradicionais, é a questão da relativização das opiniões dos membros de determinada sociedade:

[...] relativização é a compreensão de que a realidade pode ser percebida e vivida de uma maneira diferente daquela que alguém pensava ser a única possível. Ou, simplificando, as coisas podem ser de fato realmente diferentes [...]. O pluralismo provoca uma situação na qual a relativização se torna uma experiência permanente [...]. (BERGER, 2006, p. 24).

Para o exercício da relativização, é necessário reflexão. Sem a segunda não existe possibilidade da primeira prosperar. Assim, os indivíduos em sua vida cotidiana podem observar que a realidade percebida, vivenciada e cheia de significados que pode resultar em relativizações de todos os tipos. Dessa forma, durante a leitura dessa tese, o leitor irá se deparar com relativizações sobre determinados temas. Porquanto, por parte dos sacerdotes, a relativização é um tanto mais complicada uma vez que para se relativizar é preciso abrir mão de algumas certezas.

Dessa forma, quando se trata de assuntos de fé, e por vezes caros às pautas políticas, os pastores são os menos flexíveis. Todavia a não flexibilização é, também, parte da sociedade pós-tradicional que, como um pêndulo, faz seu movimento entre flexibilizar-se ou manter-se rígida, contrapondo grupos antagônicos de cristão, não cristão e tantos outros grupos sociais com presença,

principalmente na esfera política. Todavia, em condições pós-tradicionais, aqueles que se mostram mais rígidos são os que menos percebem e aceitam a pluralização da sociedade. Para tanto entre os pares de crenças é preciso combater o pluralismo da seguinte maneira a visualizar:

Finalmente, o pluralismo muda a relação entre o clero e os leigos. Um laicado sem coerção ganha inevitavelmente poder em oposição às autoridades religiosas e ao clero. Os leigos devem ser convencidos a se tornarem e/ou permanecerem membros de uma igreja que é de fato, quando não teologicamente uma ação voluntária [...]. (BERGER, 2006, p. 104).

Será possível afirmar que mesmo os pastores exercendo poder de coerção sobre quaisquer aspectos da vida de seus membros, ainda assim, seriam capazes de prender-lhes a opinião contrária. Relativizar ou não relativizar vai do movimento dessa nova sociedade que traz assuntos contraditórios e expõe seus atores às mais variadas experiências de vida que não eram sentidas em condições pré-tradicionais.

Vale destacar, após inúmeros parágrafos introduzindo o tema, que a laicização esperada, ou melhor, a secularização propolada no contexto da sociedade pós-tradicional, não se aplica ao contexto atual da prática política. Ao contrário, a prática política demonstra que ainda a sociedade está aquém de discussões de projetos e pautas sem a interferência da religião. No caso, a saber, as igrejas evangélicas como protagonistas no debate político e com representatividade na Câmara Federal e outras casas legislativas. Agora, os católicos não são os únicos protagonistas na cena, mas sim os evangélicos:

Na atualidade, o dado mais visível da aproximação entre religião e política consiste na presença significativa de igrejas evangélicas, sobretudo os pentecostais, na política, e a formação das chamadas “bancadas evangélicas” nos diferentes níveis políticos, indo das câmaras municipais ao congresso nacional, passando pelas assembleias legislativas dos estados. (ORO, 2006, p. 75).

Justamente, essa tese propõe a analisar a representação evangélica na Câmara Federal e se pastores e membros de duas denominações, uma Pentecostal e outra Neopentecostal, sentem-se representados pela atuação de seus representantes. Para tanto, foram pesquisadas duas igrejas: Assembleia de Deus – Ministério do Belém em Rio Claro/SP e Igreja Internacional da Graça de Deus em Rio Claro/SP. Foram escolhidas duas vertentes das chamadas igrejas evangélicas devido à presença significativa na política e no cotidiano na Câmara, principalmente, a primeira denominação.

Fruto de tal inserção na política, vem acompanhada do crescimento dessas duas vertentes – Pentecostais e Neopentecostais -, dessa forma ressalta o autor:

[...], o ingresso evangélico pentecostal na política também resulta da tomada de consciência de sua importância numérica e do seu capital político, o que os conduz a

reivindicar igualdade de tratamento recebido do Estado pela Igreja Católica em termos de recursos públicos, apoio a seus projetos e programas sociais [...]. (ORO, 2006, p. 131).

Crescimento, necessariamente se traduz em visibilidade social que tem como consequência a entrada dos evangélicos na política e a reivindicação, para o Estado, de um tratamento igualitário ao reconhecimento da Igreja Católica e, para além, a destinação de recursos públicos – emendas parlamentares para os deputados evangélicos. Dessa forma, mesmo que o Estado tenha se separado da religião, a segunda continua presente, principalmente, como o leitor lerá, em projetos de leis propostos ou em discussões sobre instrumentos jurídicos.

Ainda nessa introdução, para que o autor compreenda, foram entrevistados 20 atores sociais: cinco pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP e cinco membros, sendo três homens e duas mulheres, da mesma denominação. Outros cinco pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus, sendo uma mulher, e cinco membros, sendo três homens e duas mulheres, da mesma denominação. Um trabalho que começou há tempos com a permissão das lideranças e dos pastores locais para abordagem de membros e outros pastores. Foram inúmeros cultos, observação participante, entrevistas, transcrição de entrevistas e análises.

Trabalho hercúleo para levantar a hipótese: pastores e fiéis sentem-se representados por seus deputados na Câmara Federal? De que maneira se dá essa representação por parte dos sacerdotes e membros? Na esteira dessa compreensão estão outros temas trabalhados, por exemplo: se pastores e fiéis possuem conhecimento das pautas defendidas pela Bancada Evangélica, como se dá a questão do instrumento de *accountability* e as questões dos partidos políticos. Todavia, deve-se ressaltar o crescimento da Bancada Evangélica nas eleições 2010, 2014 e 2018 a saber; em 2006 eram 36 deputados federais, em 2010 esse número passa para 70, em 2014 passa para 75 e, no último pleito, foram eleitos 85 deputados federais declaradamente evangélicos.

Para tanto, como o leitor poderá observar, essa tese procura em todos os capítulos trazer a teoria em constante diálogo com as entrevistas, ou melhor, com as respostas fornecidas pelos pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém, pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus, membros da primeira denominação e membros da segunda denominação. Nessa ordem está estruturada essa tese. Acrescentar teoria e dialogar com as respostas é uma das preocupações desse escritor para que a tese, ao trabalhar inúmeros assuntos, não ficasse cansativa ao leitor.

Portanto, essa tese está amparada em dois ramos da sociologia: a Sociologia da Religião e a Sociologia do Conhecimento. Porém, ela também, tem um caráter multidisciplinar assim, procura-se, sobretudo, os pressupostos de uma Sociologia Compreensiva:

Nessa medida, e somente por esse motivo de conveniência metodológica, o método da Sociologia “Compreensiva” é “racionalista”. No entanto, é claro que esse procedimento não

deve ser interpretado como preconceito racionalista da Sociologia, mas apenas como recurso metodológico. Não se pode, portanto, imputar-lhe a crença em uma predominância efetiva do racional sobre a vida. (WEBER, 2012, p. 5).

Compreender, no caso dessa tese, significa observar como os indivíduos atribuem sentido aos fatos expostos. Para tanto, atribuir sentido requer certa dose de racionalização, porém não significa que o racional tenha um predomínio sobre a experiência vivida: “[...] compreender interpretativamente as ações orientadas por um sentido [...]” (WEBER, 2012, p. 6). Não há compreensão sem reflexão e raciocinalização logo, o ato de compreender está para a tarefa de uma Sociologia Compreensiva que trabalha com fatos compreensíveis ou não compreensíveis: “[...]. Componentes compreensíveis não compreensíveis de um processo estão muitas vezes misturados e relacionados entre si.” (WEBER, 2012, p. 4). Desta feita, para a tarefa de compreender fatos compreensíveis ou não compreensíveis e traduzi-los faz-se necessária a complementação de uma Sociologia do Conhecimento.

Entende-se por Sociologia do Conhecimento: “A sociologia do conhecimento deve ocupar-se com tudo aquilo que é considerado ‘conhecimento’ na sociedade.” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 29). Dessa forma, esse ramo da sociologia deve compreender não apenas o conhecimento específico sistematizado, mas, também, o conhecimento dos indivíduos comuns como sugere:

[...]. Assim sendo, a sociologia do conhecimento deve acima de tudo ocupar-se com o que os homens ‘conhecem’ como ‘realidade’ em sua vida cotidiana, vida não teórica ou pré-teórica. Em outras palavras, o ‘conhecimento’ do senso comum, e não as ‘ideias’, deve ser o foco central da sociologia do conhecimento. É precisamente esse ‘conhecimento’ que constitui o tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir. A sociologia do conhecimento, portanto, deve tratar da construção social da realidade [...] (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 30).

Deve ocupar-se de como o senso comum possui conhecimento ou como os homens e mulheres conhecem enquanto realidade vivida, experienciada e experimentada. O conjunto dessas vivências é que faz os indivíduos construtores de sua realidade social e, a partir das ponderações da sociologia, ao traduzir o conhecimento do homem/mulher comum é que se pode observar como atribuem sentidos, significados e valores para a sua realidade.

São com esses pressupostos que essa tese se propõe ao enorme desafio de observar o pensamento social dos entrevistados. O desafio de traduzir o conhecimento de sacerdotes e fiéis para o que é conhecido como realidade sentida e vivenciada. Existem diferenças entre as respostas de pastores e membros para o tema da representação e como sentem quando são questionados a respeito? A experiência e o “conhecimento” de pastores são diletos aos dos membros que, ao serem membros de uma instituição estariam com ela coesos em opiniões e fatos?

Quanto se trata de indivíduos que se agregam à determinada instituição pode-se refletir sobre a citação a seguir:

Um mundo institucional, por conseguinte, é experimentado como realidade objetiva [...]. As instituições estão aí, exteriores a ele, persistentes em sua realidade, queira ou não. Não se pode desejar que não existam. Resistem a suas tentativas de alterá-las ou evadir-se delas. Têm um poder coercitivo sobre ele, tanto sobre si mesmas, pela própria força de sua facticidade, quanto pelos mecanismos de controle geralmente ligados às mais importantes delas. (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 86).

Toda esfera institucionalizada faz parte do cotidiano da vida dos indivíduos, ao passo que eles, ao nascerem, pertencem à primeira delas, a saber, a instituição familiar; ao se tornarem adultos entram em contato com inúmeras instituições ficando difícil pensar que não existem na realidade objetiva da vida. Dessa forma, de toda sorte, os indivíduos são, entre aspas, moldados a pensar segundo suas instituições. Porém, como não se circunscrevem a apenas uma instituição sofrem a avalanche de elementos que compreenderão seu conhecimento e, como consequência, sua percepção da realidade. Porém, no caso dos pastores e membros evangélicos, ou daqueles que professam a fé evangélica, a escolha pela adesão à instituição Igreja foi voluntária, de foro íntimo, independente dos motivos que os levaram a essas igrejas. Contudo, não se pode negar que a religião, no caso particular das igrejas pesquisadas, exerce coerção na vida cotidiana de seus membros. Outrossim, como todas as instituições são mais ou menos coercitivas, no caso presente, é evidente que a coerção exercida é mais acentuada. Preocupar-se com aspectos mínimos dos comportamentos de seus membros faz parte do papel das igrejas. Assim, como indicarem votos aos seus candidatos.

De certo que todos os pastores votaram nas candidaturas oficiais de suas respectivas denominações; isso ocorre da mesma forma a seus membros. Porém, como a instituição Igreja não é a única a fazer parte da realidade experimentada por tais indivíduos, como se dá o conhecimento deles frente às pautas da bancada evangélica a saber: contra o aborto em quaisquer circunstâncias, contra a união estável de pessoas do mesmo sexo, a favor do Ensino do Criacionismo nas escolas das redes públicas e privadas de ensino e a favor da família tradicional.

Essa introdução teve como objetivo convidar o leitor a desvendar aquilo que foi proposto: observar como se dá a relação da representação entre pastores e membros com relação aos seus representantes. Como essa representação é experimentada e traçar assuntos importantes dentre as pautas defendidas pela Bancada Evangélica na Câmara Federal, dentre outros, que imbricam na visão de mundo compartilhada pelos entrevistados e que, através de uma sociologia do conhecimento, podem receber algum significado.

Por fim, o leitor, pode desvendar os capítulos essenciais: Metodologia e Experiência de Campo; Assembleia de Deus – Ministério de Belém; Igreja Internacional da Graça de Deus; Bancada Evangélica ou Frente Parlamentar Evangélica; Notas a Respeito da Representação; Política, Religião e Sociedade Pós-tradicional: A atuação da Frente Parlamentar Evangélica e Conclusão. São oito capítulos, a contar com essa introdução, acrescidos de inúmeros subtítulos, comentários, considerações parciais e conclusões parciais à alguns capítulos. Os breves comentários não foram listados no sumário. Ademais, essa tese, extensa e trabalhosa, é um convite à leitura e análise por parte do leitor.

2 METODOLOGIA E EXPERIÊNCIA DE CAMPO

Em alguns pontos, o capítulo será redigido em primeira pessoa do singular por se tratar das experiências vividas pelo pesquisador no atento desafio de dissertar sobre uma tese. Porquanto, o leitor pode estranhar esse capítulo se comparado aos demais que estão redigidos na forma impessoal. Acredita-se que cada escritor tenha sua marca própria de trabalho, mas, as vezes, é necessário utilizar-se de outra forma para expressar suas próprias experiências.

Essa tese trata de estabelecer um diálogo sobre representação e pautas da Bancada Evangélica, para tanto foram escolhidas duas Igrejas para serem pesquisadas: Assembleia de Deus Ministério de Belém e Igreja Internacional da Graça de Deus; a primeira uma denominação Pentecostal e a segunda Neopentecostal. Utilizar-se-á de entrevistas com cinco pastores e cinco membros da Assembleia de Deus e, cinco pastores e cinco membros da Igreja Internacional da Graça de Deus. Nesse sentido, podem ser destacadas três metodologias de trabalho durante a pesquisa de campo: 1. Pesquisa Qualitativa; 2. Observação Participante e 3. História de vida.

Essa tese une dois temas complexos: religião e política, a questão da representação dos eleitores – fiéis e pastores – sobre a representação e das pautas postas em prática por seus deputados eleitos, que fazem parte da chamada Bancada Evangélica ou Frente Parlamentar Evangélica. Todavia, para uma metodologia posta em prática com acuidade por parte do pesquisador, como ator das questões a serem expostas assim como o centro na relação entre pesquisador e entrevistados em que a proximidade é indubitavelmente indiscutível, cabe ao pesquisador, nesse sentido, adotar uma postura distanciamento para que a pesquisa caminhe segundo dados a serem observados.

Porquanto é importante observar os obstáculos epistemológicos aos quais o pesquisador deve ficar atento:

A opinião pensa mal; ela não pensa ela traduz necessidades em conhecimentos [...]. Nada pode fundar sobre a opinião: é preciso primeiramente destruí-la. Ela é o primeiro obstáculo a superar [...]. O espírito científico impede-nos de ter uma opinião sobre questões que não compreendemos, sobre questões que não sabemos formular claramente. Antes de tudo o mais, é preciso saber formular. (BACHELARD, 1983, p. 147).

Assim, quando se trata de pesquisa, principalmente na sociologia, é importante que a opinião do pesquisador não sobressaia às suas conclusões sob hipótese de sua pesquisa não ser o retrato daquilo que foi pesquisado. A opinião pensa mal e traduz necessidades em conhecimentos como cita o autor, afastar-se da própria opinião torna-se fundamental para que a pesquisa não se transforme em “achismo” do pesquisador e caia em descrédito frente à comunidade científica.

Outro obstáculo epistemológico importante para uma boa pesquisa é a questão da valoração: “Como teremos a ocasião de mostrar, todo indício de valorização é mau sinal para o conhecimento

em busca de objetividade [...]. O valor produz automaticamente atração ou repulsão.” (BACHELARD, 1996, p. 81). Ao que se entende, valorização ou valoração vai ao encontro de adjetivos de superioridade ou inferioridade, seja à crença religiosa ou ideologia do entrevistado. Cabe então ao pesquisador relatar o que se vê sem adjetivar: “[...]. Pretendemos assim caracterizar, como obstáculos ao pensamento científico, hábitos de natureza verbal [...]. Nesse caso, tratar-se-á de uma explicação verbal com referência a um substantivo carregado de adjetivos.” (BACHELARD, 1996, p. 71).

O fenômeno inicial, aqui proposto, na discussão entre religião e política deve passar pelo crivo da reflexão e racionalismo:

[...] a reflexão é que dará novo sentido ao fenômeno inicial, ao sugerir uma sequência orgânica de pesquisas, uma perspectiva racional de experiências. A priori, não podemos ter qualquer confiança que o dado imediato pretende nos fornecer. (BACHELARD, 1983, p. 15).

A partir do ponto inicial dado, a reflexão torna-se importante em uma perspectiva racional, caso contrário a pesquisa ou a tese pode se esvair na vala comum daquilo que é conhecido como senso comum¹. Outro fator importante na citação é que a razão deve sobrepor-se à emoção. Imagine o leitor, caso se depare com o pesquisador vislumbrado com determinados aspectos da religião ou questões políticas que analisa? O valor se sua pesquisa será ao menos questionável.

Faz necessário se ater apenas em três exemplos de obstáculos epistemológicos a serem superados: a opinião, a valoração, adjetivação de substantivos e o vislumbre do pesquisador, o espírito científico deve ser buscado ao todo do trabalho. Desta forma, o que deve ser destacado é que o espírito científico moderno deve superar as barreiras dos obstáculos postos: “[...], o espírito científico vence os diversos obstáculos epistemológicos e se constitui como conjunto de erros retificados [...], não há verdade sem erro retificado.” (BACHELARD, 1996, p. 193). Assim, o verdadeiro espírito científico é, também, aquele que erra e corrige seus erros, ao corrigir os erros os obstáculos são superados.

Ao ensejo, observa-se que os desafios a serem ultrapassados são grandes e os obstáculos epistemológicos devem entrar como ponto importante na reflexão sobre metodologia de forma que essa tese trabalha em mais de uma perspectiva, a sociologia da religião, a sociologia do conhecimento e as discussões sobre política, ressaltando que não se trata de se fazer ciência política

¹ O senso comum, ou o conhecimento do homem da rua é repleta de explicações e válidas para o sentido da vida, nessa perspectiva trabalha a Sociologia do Conhecimento que, de certa forma, também, é utilizada nessa tese, mas enquanto conhecimento científico, mesmo o senso comum deve passar pela análise racional da ciência. Caso contrário o senso comum é, per se, senso comum.

no sentido *stricto* do termo. É por certo uma tese de sociologia que versa sobre assuntos da esfera política, mas que não se pretende fazer dela uma Ciência Política.

Tentar fazer dessa tese um tratado de Ciência Política, é entrar em uma seara para mim, particularmente, um tanto constrangedor, uma vez que fiz de meu percurso na pós-graduação estudos essencialmente voltados à Sociologia, mas é óbvio que, ao tratar de assuntos políticos e leituras sobre temas como democracia, representação, voto, instrumentos de participação popular que não são negligenciados, apenas digo ao leitor que aprofundar-se em teorias políticas é diferente que abordar leituras políticas para embasar o tema. Do mais, as leituras contempladas visam à Sociologia da Religião e à Sociologia do Conhecimento.

No que se refere ao método de Pesquisa Qualitativa, optou-se por ser, ao menos em nossa perspectiva, dados que podem revelar, após análise, como se formata o pensamento de pastores e membros com relação ao propósito. Ademais, uma pesquisa de tipo Quantitativa oferece dados estatísticos que podem ser analisados, mas, não necessariamente tenha o fator mais importante, o *face to face* com o pesquisado:

Na defesa do dado qualitativo, aponta Maria Isaura que o único caminho para transformar a subjetividade do pesquisador, de algo prejudicial para algo que permita a compreensão da realidade, seria através de uma “constante autocrítica do pesquisador”. Ele reitera, assim, o seu enunciado a respeito do “preparo do pesquisador” através da “auto-análise” (KOSMINSKY, 1999, p. 80)².

Assim sendo, defende-se o Método Qualitativo por também talhar o pesquisador que, em relação ao entrevistado, deve exercitar sua autocrítica e reiterar seus erros, como exposto por Bachelard, a subjetividade transformada em objetividade pela reflexão, razão e erros retificados.

Durante o mestrado, agora em primeira pessoa, trabalhei com pesquisa qualitativa ancorada, obviamente, em entrevistas. Assim sinto-me também mais à vontade para trabalhar com tal método em detrimento dos dados Qualitativos. A preferência se dá pelas entrevistas e o contato com o entrevistado:

À Sociologia não basta somente a apresentação de relatos orais, em forma de textos, precedidos, muitas vezes de um comentário superficial sobre os mesmos. As entrevistas precisam, como já foi dito, ser analisadas de acordo com o problema e hipóteses de trabalho [...] (KOSMINSKY, 1999, p. 87).

De fato, as entrevistas geram textos, muitas vezes enormes, e a dificuldade do pesquisado é realizar uma Sociologia sem comentários ou análises superficiais sobre o problema a ser pesquisado e as hipóteses a serem analisadas. Aqui centra-se a importância do exposto – subjetividade/objetividade,

² Profa. Dra. Ethel Volfzon Kosminsky citando a Profa. Dra. Maria Isaura Pereira de Queirós da obra: *Agruras e prazeres de uma pesquisadora*. Cf. Referências.

opinião/razão, erro/retificação. Caso contrário, de nada há de sociológico em dados orais, obtidos durante a pesquisa quantitativa, de modo superficial.

Para que se tenha os dados orais em fatos sociológicos existe a necessidade, não apenas da experiência do pesquisador e da forma com que analisa – sem superficialidades – transformar também o relato oral em dado sociológico:

Através desses passos, é possível transformar o relato oral, seja ele de que tipo for, em instrumento realmente sociológico, na medida em que nos faz atingir os fatos sociais e não a simples reflexão dos mesmos através da personalidade. Assim, o relato oral (a história oral com minúsculas), a busca do singular em Sociologia só tem sentido dentro de parâmetros sociais e históricos a partir da relação entre a biografia e a sociedade. (KOSMINSKY, 1999, p. 88).

Em resumo, além de todo cuidado com a pesquisa qualitativa e entrevistas, é preciso contextualizar o momento histórico na qual se insere a pesquisa. A compreensão de que tal pesquisa situa-se em um determinado contexto histórico e, de toda maneira, político.

Vale destacar que os mesmos procedimentos devem ser aplicados à Sociologia do Conhecimento:

Sendo assim, a sociologia do conhecimento deve acima de tudo ocupar-se com o que os homens “conhecem” como “realidade” em sua vida cotidiana, vida não teórica ou pré-teórica. Em outras palavras, o “conhecimento” do senso comum e não as “ideias”, deve ser o foco central da sociologia do conhecimento. É precisamente este “conhecimento” que constitui o tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir. (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 30).

As respostas que os entrevistados oferecerão são parte de suas experiências de vida e como oferecem significados a ela, são conhecimentos não teóricos ou pré-teóricos, como citam os autores e cabe ao pesquisador, dentro do exposto até então, ressignificar o conhecimento do *homem comum* em sentido sociológico com toda acuidade e metodologia para tanto.

No que se refere à Observação Participante, como parte importante nessa pesquisa, o pesquisador adentra no grupo ao qual analisa, participa, mas ao mesmo tempo não é um deles:

Consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste. (LAKATOS, 1999, p. 92).

É de extrema importância que o pesquisador, mesmo não pertencendo ao grupo, se incorpore a ele. É isso que fiz durante os cultos, após obter o aval dos Pastores responsáveis das duas denominações. Foram dezenas de cultos por mim participados, horas de conversas com pastores e membros das duas igrejas, observando-os e aprendendo com eles detalhes então desconhecidos por mim. Na minha estratégia na Observação Participante, relações são estabelecidas, porém, ter o cuidado para não invadir por demais o espaço do outro, também é necessário.

Desta forma, a observação participante impõe ao pesquisador alguns cuidados: “Primeiro, as pessoas que o pesquisador de campo observa sentem-se, em geral, constrangidas a agir como o fariam na ausência do pesquisador [...]” (BECKER, 1999, p. 71). Participar dos cultos, observar, estabelecer relações de convívio durante os cultos não significa invadir o espaço do outro. Assim, a observação durante a participação deve ter o cuidado de não constranger as pessoas. Porquanto, escolho sempre um lugar para me sentar no qual posso observar participar sem ser inoportuno.

Ainda sobre a Observação Participante o autor vai dizer:

O observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda. Ele observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversação com alguns ou com todos os participantes dessa situação e descobre as interpretações que eles têm sobre os acontecimentos que observou. (BECKER, 1999, p. 47).

O observar as pessoas, no contexto dessa pesquisa, foi importante uma vez que tive que selecionar membros para realizar as entrevistas. São dez membros, cinco da Igreja Assembleia de Deus Ministério de Belém e cinco da Igreja Internacional da Graça de Deus. Assim, enquanto assisto aos cultos, observo meus potenciais entrevistados. Tarefa que não foi fácil e que voltarei mais a frente. E cabe dizer também que a própria observação serve para a descrição de como se dá um culto evangélico para o leitor que não tenha conhecimento das dinâmicas e práticas de tais celebrações.

Porém, a Observação Participante revela algumas dificuldades para o pesquisador:

O observador participante enfrenta grandes dificuldades para manter a objetividade, pelo fato de exercer influência no grupo, ser influenciado por antipatias ou simpatias pessoais, e pelo choque dos quadros de referência entre observador e observado. (LAKATOS, 1999, p. 93).

Destaco aqui o maior desafio, as simpatias pessoais, de fato na minha convivência durante os cultos, sempre fui tratado com muita reverência; pastores, obreiros e membros me chamam de *Professor*, por exemplo, e, por ocasião do falecimento de meu pai, em setembro de 2019, e meu período de luto, do qual não participei de muitos cultos, ao retornar fui questionado sobre minha *sumida*. relatei o ocorrido, recebi solidariedade, abraços e orações de pastores e obreiros. O mesmo ocorreu quando de meu acidente em fevereiro de 2020, outra temporada longe dos cultos, ao retornar, questionado, expliquei a situação e a solidariedade foi a mesma.

Tais laços de solidariedade, não são apenas meros atos cristãos, mas a empatia que se forma entre os indivíduos. Cheguei até a receber em minha residência a visita de um casal de obreiros que vieram orar por mim, leram uma passagem da Bíblia, que interpretamos em conjunto e seguiu a oração por minha cura, pela cura da fratura de meu ombro, devido ao acidente de moto. O que fazer

nesses casos de simpatias entre o pesquisador e os pesquisados ou observados? Por parte do pesquisador receber com naturalidade, pois não teria motivo para negar solidariedade, mas ter o cuidado para não permitir que tamanha aproximação sucumba o objetivo central que é a pesquisa.

Com relação à História de Vida, enquanto método de pesquisa, cabe ressaltar que, ao abrir o diálogo com o entrevistado, é importante que o clima seja amistoso e, para tal, minha experiência mostra que começar abordando histórias de vida como alguns relatos pessoais ou experiências de conversão, por exemplo, deixam os entrevistados mais a vontade para responderem às perguntas centrais:

Comparada a estas formas mais imaginativas e humanísticas, a história de vida se aproxima mais do terra-a-terra, se dedica mais às nossas propostas do que às do autor, e se interessa menos por valores artísticos do que por um relato fiel da experiência e interpretação por parte do sujeito do mundo no qual vive. O sociólogo que coleta uma história de vida cumpre etapas para garantir que ela abranja tudo o que quer conhecer, que nenhuma fala ou acontecimento importante seja desconsiderado, que o que parece real se ajuste a outras evidências disponíveis e que a interpretação do sujeito seja apresentada honestamente. (BECKER, 1999, p. 102).

Como cita o autor acima, o sociólogo que coleta história de vida cumpre etapa para a garantia de tudo o que se quer conhecer. Por qual motivo? Por deixar que o entrevistado sinta-se à vontade. E mesmo as histórias de vidas não podem ser negligenciadas; elas demonstram aquilo que o entrevistado traz de bagagem para as explicações dos temas eleitos e, por adiante, analisados.

Adendo a um desafio que muitos pesquisadores enfrentam em Pesquisa Qualitativa e Entrevistas:

Inserção. Um problema que aflige quase todos os pesquisadores – pelo menos todos aqueles que tentam estudar, por qualquer método, organizações, grupos e comunidades do mundo real – é se inserir: conseguir permissão para estudar aquilo que se quer estudar, ter acesso às pessoas que se quer observar, entrevistar ou entregar questionários. O problema é perene para os praticantes de observação participante, que habitualmente tem que negociar a questão novamente a cada vez que entram numa organização, pois será a primeira vez que algum sociólogo o terá feito. (BECKER, 1999, p. 34).

Destaco que: durante o mestrado não tive obstáculos à minha inserção ao campo. O mesmo acontece, agora, no doutorado. Tive que manter diálogos para permissões com o Pastor Presidente do Campo Sisaque Valadares, da Assembleia de Deus Ministério do Belém em Rio Claro, que me recebeu na data agendada e, após mais de uma hora de diálogo, me permitiu realizar a pesquisa com seus pastores, membros e a participar dos cultos.

No caso da Igreja Internacional da Graça de Deus, fui conversar com o Pastor Rogério Neves, pastor local, que me pediu para conversar com o Pastor Antonio Junior – Líder Regional da

Igreja – em Piracicaba/SP³. Dirigi-me até Piracicaba para conversar com o Regional, que me alertaram não ser tão *aberto* assim. Em Piracicaba, conversei primeiro com seu auxiliar – o Segundo –, então Pastor José, que me direcionou ao Pastor Regional e que também recebeu e encaminhou uma carta de recomendação de meu orientador. Após duas idas a Piracicaba/SP consegui conversar com o Regional que, da mesma forma, permitiu trabalhar com seus pastores, membros e a participar dos cultos.

Um fato que possibilitou minha entrada mais facilmente na Assembleia de Deus Ministério de Belém em Rio Claro/SP foi que, durante o mestrado, realizei um levantamento do campo religioso na cidade. Conversei com diversas lideranças religiosas evangélicas e de outras religiões como o presidente da USE – União das Sociedades Espíritas de Rio Claro, um sacerdote Umbandista – Pai André de Moraes – que rege uma Federação Umbandista e, com o Pastor Sisaque Valadares. Ao pedir nova conversa, o Pastor se lembrou daquela primeira, lembrou-se do pesquisador que foi realizar apenas um levantamento de campo. Tal fato foi importante para adentrar com permissão na Assembleia de Deus.

Em suma, a arte de toda pesquisa baseada em entrevista refere-se:

A entrevista, que visa obter respostas válidas e informações pertinentes, é uma verdadeira arte, que se aprimora com o tempo, com treino e com experiência. Exige habilidade, sensibilidade; não é tarefa fácil, mas é básica [...] a. Contato inicial. O pesquisador deve entrar em contato com o informante e estabelecer, desde o primeiro momento, uma conversa amistosa, explicando a finalidade da pesquisa, seu objetivo, relevância e ressaltar a necessidade da colaboração. É importante obter e manter a confiança do entrevistado, assegurando-lhe o caráter confidencial de suas informações. Criar um ambiente que estimule e que leve o entrevistado a ficar à vontade e a falar espontânea e naturalmente, sem tolhimentos de qualquer ordem. A conversa deve ser mantida numa atmosfera de cordialidade e de amizade. Mediante a técnica da entrevista, o pesquisador pode levar o entrevistado a uma penetração maior em sua própria experiência, explorando áreas importantes mas não previstas no roteiro de perguntas. O entrevistado pode falar, mas principalmente deve ouvir, procurando sempre manter o controle da conversa. b. Formulação de perguntas. As perguntas devem ser feitas de acordo com o tipo da entrevista: padronizadas, obedecendo ao roteiro ou formulário preestabelecido; não padronizadas, deixando o informante falar à vontade e, depois, ajudá-lo com outras perguntas, entrando em mais detalhes [...] d. Término da entrevista. A entrevista deve terminar como começou, isto é, em ambiente de cordialidade, para que o pesquisador, se necessário, possa voltar e obter novos dados sem que o informante se oponha a isso. Uma condição para o êxito da entrevista é que mereça aprovação por parte do informante. (LAKATOS, 1999, p. 99).

O Contato Inicial, como diz o autor, já foi realizado com pastores e membros de ambas denominações. São dez Pastores da Assembleia de Deus e da Igreja Internacional da Graça de Deus já selecionados por mim e que, por livre e espontânea vontade, reponderam a um pequeno questionário inicial – quatro perguntas –, o mesmo com fiéis dez da Assembleia de Deus e da Igreja

³ Piracicaba situada a 30 km de Rio Claro é a regional da Igreja Internacional da Graça de Deus.

Internacional da Graça de Deus, dentre homens e mulheres, que, também, por livre e espontânea vontade, responderam a um pequeno questionário inicial.

Esclareço e deixo consignado que as entrevistas ainda não foram realizadas por alguns fatores de ordem pessoal; a perda do meu pai infringiu em período de luto, pois meu pai morava comigo e infelizmente faleceu em casa dormindo. Pelo acidente em fevereiro de 2020 o que me custou onze dias internado entre Rio Claro e Piracicaba, onde fiz a cirurgia acrescidos de quatro semanas de efeitos colaterais de medicamentos e, após os efeitos, o tratamento fisioterápico. A Covid 19⁴ como fator externo, pois, por meses, os templos em Rio Claro ficaram fechados e as pessoas não puderam frequentar os cultos o que, de sobremaneira, atrapalhou os trabalhos de campo, mas acredito que de muitos que realizam o mesmo tipo de pesquisa. Porém, até o momento, ressalto meu compromisso com o Programa de Pós-Graduação e desejo de realizar as entrevistas o mais breve possível. Felizmente em 2021, consegui realizar toda a pesquisa de campo e os resultados o leitor poderá analisar.

O questionário, uma espécie de pré-cadastro dos possíveis entrevistados é algo simples, que contém: nome, idade, celular, grau de instrução, se o indivíduo votou em candidato evangélico nas últimas eleições e renda mensal. Todos os indivíduos que aceitaram participar, responderam e ficaram com um canhoto que diz, entre outras coisas, que os dados são sigilosos e os e-mail para dúvidas – de meu orientador e o meu -, munido desse pré-cadastro comecei a participar com intensidade dos cultos.

Para ser mais preciso, no mês de abril de 2019, comecei a frequência aos cultos em ambas Igrejas. Vale destacar que a Igreja Internacional da Graça possui dois templos um na área próximo ao centro e outro no bairro Jardim das Palmeiras, com dois pastores diferentes. A Igreja Assembleia de Deus Ministério de Belém possui 49 templos em toda cidade. Assim, concentrei-me no Templo Sede localizado no bairro Vila Alemã. Foram dezenas de cultos nas duas Igrejas a Internacional da Graça e na Assembleia Sede.

Após permissão dos líderes das Igrejas, os respectivos pastores me apresentaram como pesquisador e professor. Fizem isso de púlpito, tanto o Pr. Sisaque Valadares como os Pastores Rogério Neves e Lucas – os dois últimos da Igreja Internacional da Graça. Os cultos me renderam diversas e ricas anotações e a observação dos membros que poderiam estar dispostos a serem entrevistados. Após apresentação, com certa liberdade para falar com as pessoas, começou o desafio.

⁴ Durante o período da pandemia as Igrejas chegaram a reabrir com capacidade reduzida, foi nesse momento que retornei aos cultos como explicado mais acima. Semanas depois, por um decreto do prefeito templos religiosos, comércio e academias foram todos fechados.

A ideia era trabalhar com homens e mulheres, não tão jovens, e não tão idosos. Indivíduos de meia idade cuja experiência de vida seria maior que as dos jovens eleitores e, quanto aos idosos, por não desejar atrapalhar ou trazer alguma preocupação em seus cotidianos, refiro-me às pessoas acima dos 70 anos. Assim, ficou estabelecido que seriam homens e mulheres de meia idade, em uma faixa que contemplasse dos 30 aos 65 anos. Mas foi durante as abordagens que me deparei com a maior dificuldade.

Minha maior dificuldade foi a abordagem com as mulheres, devido a alguns fatores muito relevantes, a destacar: Primeiro, as mulheres da Assembleia de Deus Ministério de Belém são muito reservadas, apesar da Igreja estar mais aberta à questão dos costumes, como roupas. Elas usam saias compridas ou vestidos, maquiagens e batons discretos, assim como jóias. Existe de fato uma abertura da Assembleia às questões dos costumes e no próprio culto, fato a ser destacado em outro momento, mas as mulheres são muito reservadas. As mulheres da Igreja Internacional da Graça de Deus possuem, por assim dizer, mais liberais, usam calças, maquiagem, batom, tudo obviamente sem exageros, as senti mais soltas o que não significou muita coisa.

Segundo, que na condição de homem de 41 anos, ao me apresentar a determinada mulher, em ambas denominações, percebi certa desconfiança, o que não é de se ver algum exagero nisso. Imagine o leitor, uma mulher entre 30, 40 anos sendo abordada por um homem. Lembro-me que abordei uma mulher na faixa dos 30 e poucos anos ela me ouviu e disse que era casada. Ressaltei que o marido⁵ poderia acompanhar a entrevista e, em princípio ela aceitou, pegou o pré-cadastro e levou para me devolver no domingo seguinte. No culto seguinte, ela veio até mim e devolveu a ficha dizendo que seu marido não disporia de tempo para acompanhar o trabalho.

Desta feita, dois fatos relevantes que ao mesmo tempo me deixavam embaraçado e constrangiam algumas mulheres. O fato do comportamento das mulheres, dos costumes da Igreja, o fato de serem casadas e o fato de minha condição masculina. Foram inúmeros “não” recebidos de mulheres, tanto na Assembleia de Deus como na Igreja Internacional da Graça. Nessa última, ao abordar uma mulher, explicar com paciência do que se tratava, disse ela que iria pensar. Depois de uma semana, ela voltou até mim e disse que o marido não havia permitido. Fato que respeitei.

Admito que optar pela presença dos maridos nas entrevistas foi um ato precipitado de minha parte, pois estava preocupado em como fazer com que as mulheres participassem. Ao pensar melhor sobre a questão, debati com meu orientador e chegamos à conclusão de que a presença dos maridos durante as entrevistas poderia influenciar nas respostas das mulheres. Após muito refletir, chegamos ao acordo de que a presença de uma outra mulher durante as entrevistas seria apropriada. Dessa forma, convidei minha ex-mulher para auxiliar, que aceitou e teve um papel importante no contato

⁵ A estratégia inicial dos maridos poderem acompanhar as entrevistas foi modificada. Não daria certo, pois a presença dos maridos poderia afetar as respostas das mulheres.

com as entrevistadas. Assim, pude abordar as mulheres de outra maneira e dizer que elas poderiam ficar tranquilas, pois minha ex-mulher estaria todo tempo presente. Essa mudança de estratégia foi fundamental para que o êxito fosse alcançado. Por um lado o pesquisador não ficaria sozinho com uma mulher e, por outro, a entrevistada ficaria à vontade com a presença de outra mulher durante a entrevista.

Assim aconteceu com todas as quatro mulheres entrevistadas, duas de cada denominação, foram recepcionadas por minha ex-mulher que, ao conversar com elas assuntos diversos antes do início da entrevista, auxiliou na criação do bom ambiente entre todos. Em nossa antiga residência recebemos duas entrevistadas, dia e hora⁶ marcados, fomos de carro buscá-las, servimos um suco, algo para comer, uma conversa inicial e na sequência a entrevista. Ela esteve presente o tempo todo e não ofertou nenhum palpite; ao final mais algum tempo de conversa e levávamos as entrevistadas para suas residências. Uma entrevistada preferiu participar da pesquisa na igreja após o culto; dia e hora marcados, fomos até o seu encontro e a entrevista ocorreu. Sucedeu, também, que fomos convidados para ir à residência de uma entrevistada, tudo certo para a entrevista, e, novamente, a presença de minha ex-mulher foi muito importante, ao final tomamos café e comemos bolo que gentilmente nos foi servido.

A pesquisa com base em entrevistas deve, em alguns momentos, ser repensada e no caso acima ocorreu que, através da reflexão de uma ideia inicial que seria prejudicial, se transformou em uma estratégia ainda melhor na qual contemplasse a preparação do ambiente para as entrevistas e o posterior andamento delas. Dessa forma, enquanto pesquisador conquistei não apenas boas entrevistas, mas antes, a credibilidade de oferecer às mulheres, que voluntariamente se dispuseram a participar, uma maneira segura de não se sentirem constrangidas e sim da sensação de estarem a vontade para participarem. Ressalto, novamente, a mudança de estratégia e deixo consignado a importante participação de minha ex-mulher para o andamento das entrevistas.

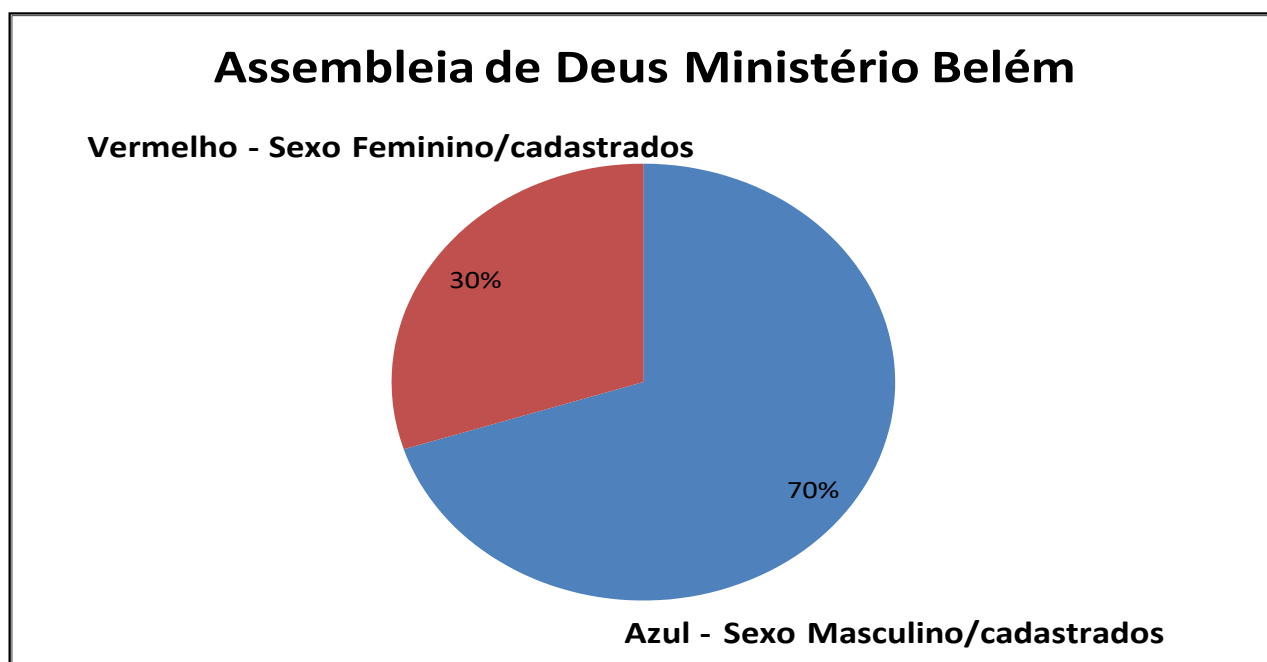
Com os homens, a relação foi outra. Não encontrei resistência na abordagem, muito menos qualquer tipo de constrangimento, obviamente que recebi inúmeros “não”, e os motivos eram falta de tempo ou não sou capaz de responder a uma entrevista. Todavia, as negativas por parte dos homens foram menores que por parte das mulheres. Os homens disseram menos “não” que as mulheres, mas disseram. Destaque para as entrevistas com os homens, dos seis entrevistados quatro estiveram em nossa antiga residência, nesses casos não houve necessidade da presença de minha ex-mulher que os recebiam, cumprimentavam e se retirava do local, com data e hora marcados, em dias diferentes, me deslocava em buscá-los e ao final deixava cada qual em suas residências. Um dos

⁶ Dias e horários diferentes sempre em respeito à opção das entrevistadas. Elas escolhiam os dias e horários que podiam e nos deslocávamos para trazê-las e levá-las.

entrevistados preferiu que eu fosse em sua residência e o vereador me recebeu em seu gabinete na Câmara Municipal de Rio Claro.

Mesmo com as dificuldades em buscar equiparar mulheres e homens, o que não foi possível pelos motivos acima, acredito que a tese não ficou sem a representação das mulheres. Todavia, tem que se entender que aquilo que presenciei pode corresponder à subrepresentação da mulher diante da própria religião, poucas são protagonistas, e, por não dizer, também, na política seja na condição de mandatárias ou devcandidatas. Creio que se fosse outro homem, na mesma condição que a minha, encontraria as mesmas dificuldades. A seguir demonstro gráficos da representação masculina e feminina.

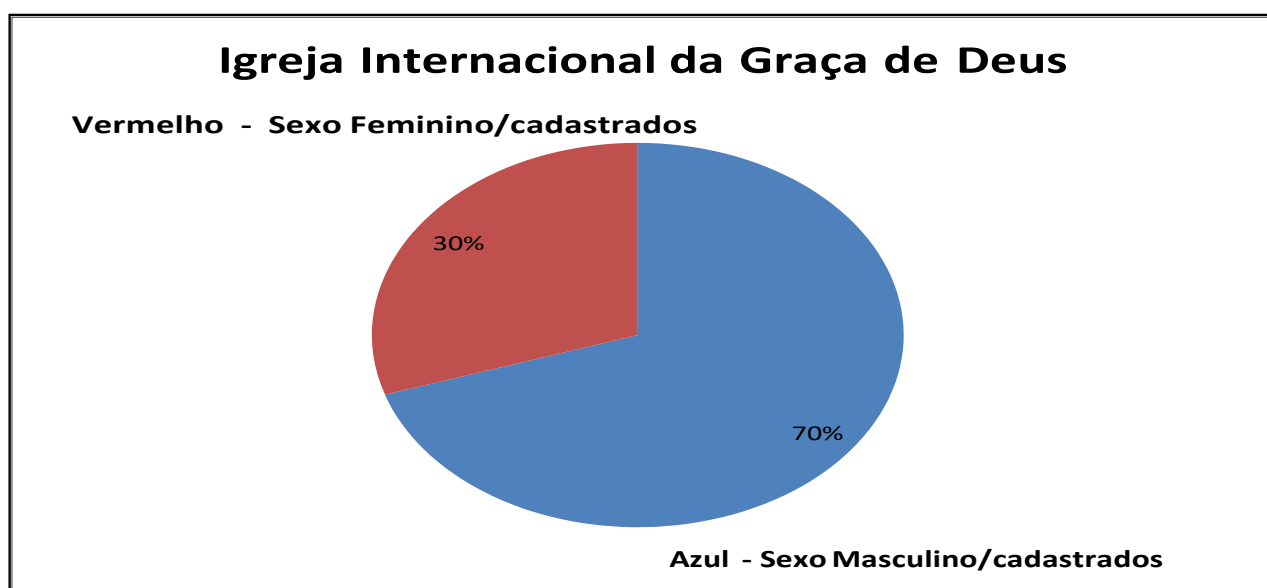
Gráfico 1 - Representação por sexo na Igreja Assembleia de Deus – Ministério Belém.



Fonte: Autor

Observa-se que, entre dez membros cadastrados, sete são homens e apenas três são mulheres. Votar-se-íamos aos motivos descritos. As dificuldades na abordagem com as mulheres, os “não” recebidos pela condição de mulher casada, enfim, tudo o que foi explicitado acima. Porém, creio e, novamente ressalto, que as mulheres estão representadas na tese.

Gráfico 2 Representação por sexo na Igreja Internacional da Graça de Deus.

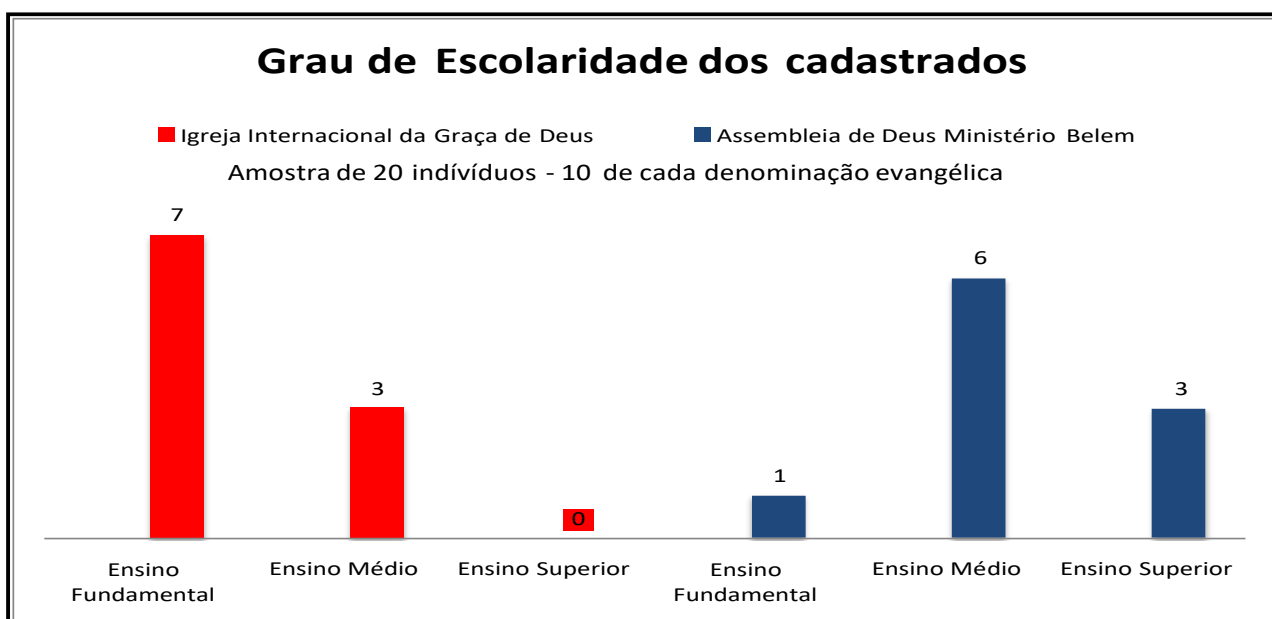


Fonte: Autor

Sem muito a destacar, nota-se o mesmo cenário encontrado por mim na Igreja Internacional da Graça de Deus. Com o fato de que nessa denominação, estive nas duas igrejas e abordei mulheres nas duas, em menor número na Igreja do Jardim da Palmeiras, periferia de Rio Claro. Igreja menor que a localizada na região central do município; menor em tamanho e em membresia. Todavia, as mulheres de ambas serão representadas na mesma proporção.

Elaborei também gráficos com relação à renda dos entrevistados e grau de escolaridade; uma vez que tais perguntas constaram do pré-cadastro. Veremos primeiro os gráficos com relação à escolaridade.

Gráfico 3 por Grau de Escolaridade – ambas denominações

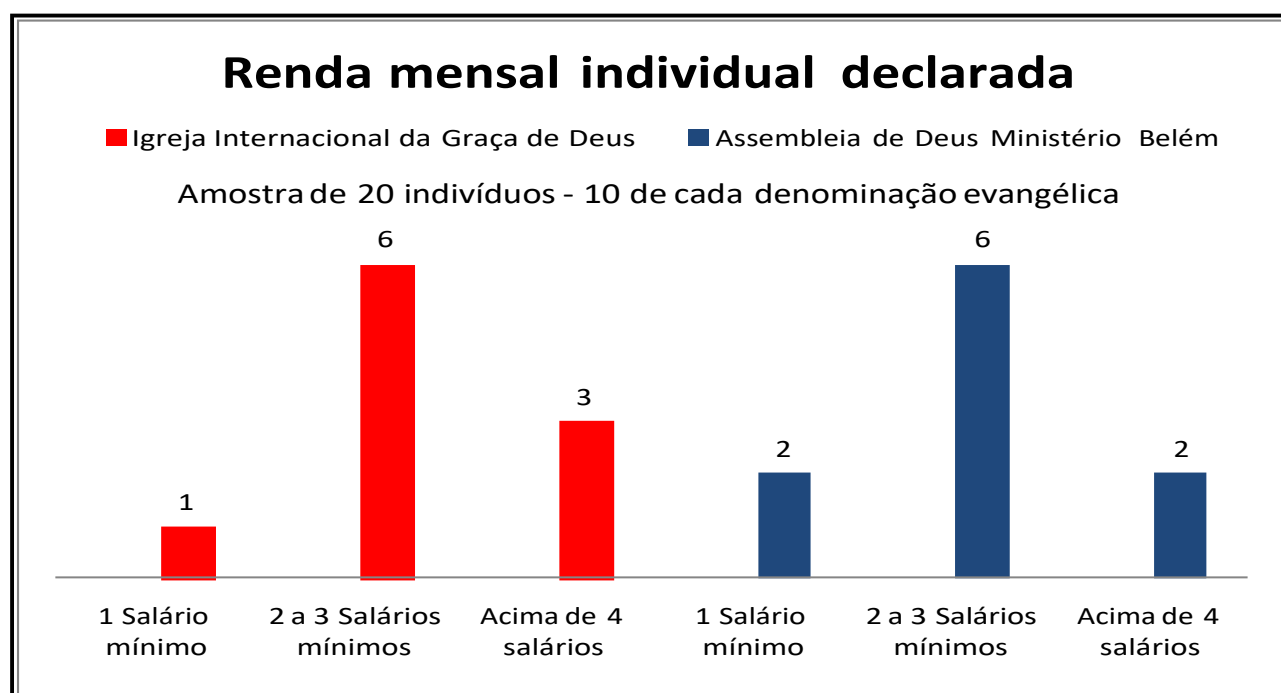


Fonte: Autor

Vale destacar para o leitor que essa amostra corresponde aos dez membros de cada denominação que aceitaram participar da entrevista. Esses dados não são, em hipótese alguma, o registro de todos os membros de ambas igrejas. Nota-se que os membros da Igreja Internacional da Graça de Deus possuem menos escolaridade se comparados aos membros da Assembleia de Deus Ministério Belém. Enquanto na primeira, sete indivíduos declaram possuir apenas o Ensino Fundamental completo, na segunda, o foco maior está nas pessoas com Ensino Médio completo.

Seria esse dado aplicado ao todo? A resposta é difícil, exige talvez uma pesquisa de tipo quantitativo para amostras maiores e a incursão nas denominações em bairros periféricos. O que posso destacar é que os membros da Igreja Internacional da Graça são mais simples, isso em uma perspectiva de observação. Agora, com relação aos membros da Assembleia de Deus se a pergunta fosse realizada em diversas igrejas da periferia⁷, provavelmente encontraria um quadro semelhante à primeira ou, ao menos, com número de pessoas menor que possuem o Ensino Superior.

Gráfico 4 por faixa de Renda - ambas denominações.



Fonte: Autor

Nota-se em comparação, que a faixa de renda em predomínio é entre 2 a 3 salários mínimos em ambas denominações, ou seja, os membros declararam que possuem renda entre R\$2.090,00 reais e R\$3.135,00 reais⁸. Mas o leitor deve se perguntar, como pode os membros da Igreja

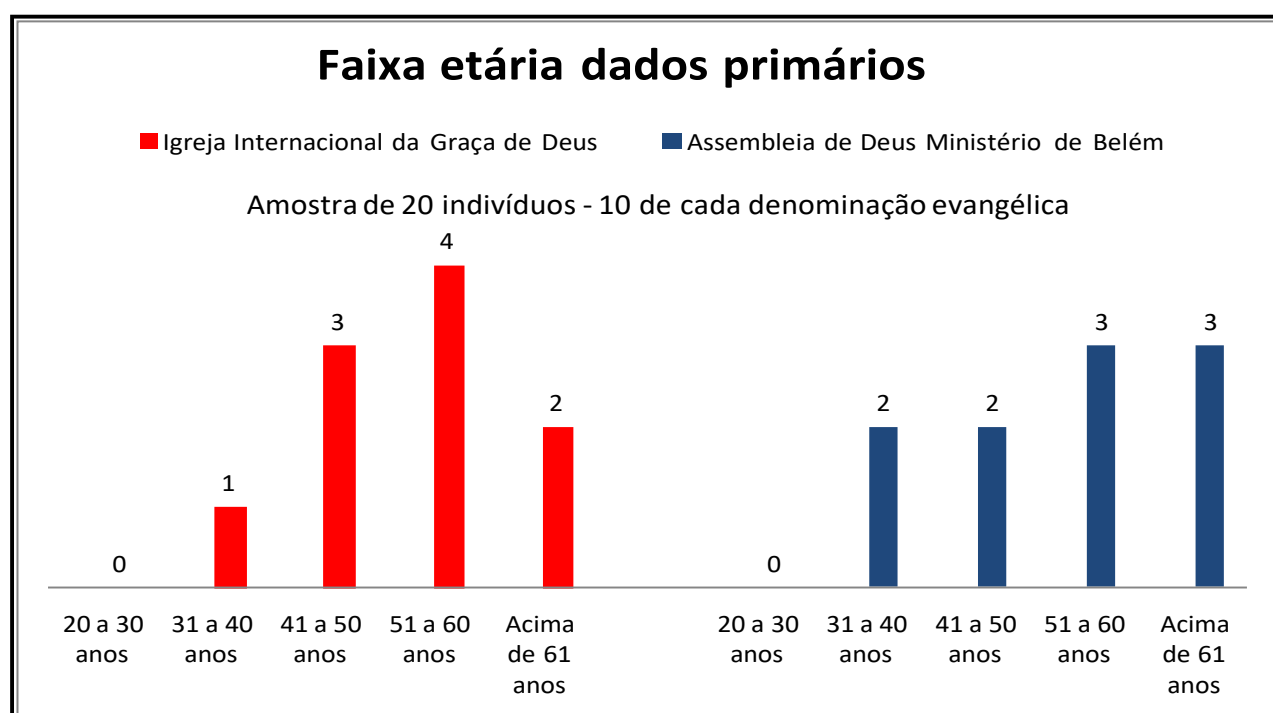
⁷ Existe uma preocupação da Assembleia de Deus em expandir-se na cidade. Poucos templos são salões alugados. Possuem como estratégia a compra de terrenos em áreas periféricas e ali constroem os templos.

⁸ Levando-se em conta o valor de R\$1.045,00 reais o salário mínimo no momento dessa pesquisa.

Internacional da Graça de Deus possuírem menor escolaridade e ter, praticamente, a mesma renda da Igreja Assembleia de Deus? A resposta é que: as profissões dos membros da primeira denominação estão mais vinculadas aos profissionais liberais ou indivíduo aposentado que continua no mercado de trabalho, por exemplo: construtor, caminhoneiro, funcionário público municipal e aposentado que continua a trabalhar.

No caso das profissões como caminhoneiro e construtor, ou mesmo pintor, a renda pode chegar a esses valores, mas são rendas variáveis a depender do tipo de contrato de trabalho, da condição, por exemplo, caminhoneiros contratados ou aqueles que trabalham por fretes. O mesmo acontece com a categoria de pintor, pois dependendo do trabalho, é possível que receba esses valores. Dos funcionários públicos municipais de baixa escolaridade, pode estar dentro da perspectiva pelos benefícios adicionados por tempo de trabalho, por exemplo. Parece contraditório à primeira vista, mas justificável se a reflexão for no sentido de renda variável para profissões de pouca escolaridade.

Gráfico 5 por faixa etária – ambas denominações.



Fonte: Autor

No quesito idade, observa-se o predomínio entre os 41 e 60 anos, os que extrapolaram estão na casa dos 62, 63 e 64 anos. Assim, o intuito foi conquistado: cadastrar indivíduos maduros com experiências religiosas e de eleições para observar como oferecem respostas aos questionamentos sobre representação política e as pautas da Bancada Evangélica na Câmara Federal.

Ao ensejo da conclusão, em primeiro momento, afirmo que todos os que aceitaram participar da pesquisa votaram nos candidatos apoiados pelas suas igrejas. Com exceção de apenas

um que aceitou participar, mas que não votou em candidato evangélico. Infelizmente esse senhor de nome Luiz não pôde entrar nessa pesquisa; sua ideia literal é que evangélico não deve se meter em política, pois pode se corromper e que não vota porque o Pastor pediu ou indicou o voto. Essa ideia que me foi exposta chamou atenção ao distoar das outras vozes que votaram nos candidatos indicados pelas suas igrejas. Assim, mesmo que a maioria vote, existem aqueles que questionam e não votam.

Do mais, participei de dezenas de cultos, conversei com dezenas de membros, obreiros e pastores, participei de batismo nas águas, acompanhei a campanha de inverno em que a Igreja Internacional da Graça de Deus proporcionou sopa para os moradores de rua, vi as abordagens, as orações, as entregas de sopas e o convite para que esses indivíduos se convertessem e participassem dos cultos. Ouvi, também, pastor exaltando o atual presidente durante o culto. Ouvi pastor no púlpito anunciando pré-candidatura. Enfim, ricas experiências de campo que serão compartilhadas, cada qual em seu devido momento.

Passo a apresentar, ao leitor, um breve resumo da história de vida dos entrevistados começando pela ordem de todo arcabouço dessa tese, a saber, primeiro os pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém de Rio Claro/SP, os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus – Rio Claro/SP e Piracicaba/SP, membros da Assembleia de Deus e membros da Igreja Internacional da Graça de Deus. Essa apresentação tem como finalidade mostrar algumas características dos entrevistados como escolaridade, estado civil, profissão e um breve relato da experiência de conversão. Todos os relatos, em pormenor, podem ser lidos nos anexos.

Pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém em Rio Claro/SP.

Pr. Ebenezer, 48 anos de idade, natural de Pedra Preta em MT, formado em Ciências Contábeis, casado e pai de dois filhos. Antes de ser pastor trabalhou no serviço público estadual e municipal como contador, foi escrivão de polícia e antes de se aposentar trabalhou na Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso na área de auditoria. Atualmente, é contador da Igreja em Rio Claro. Seus pais, professores, de origem católica se convertem logo após o casamento. Quando jovem, passa por problemas com álcool e comenta:

[...]. Mas, eu me tornei independente muito cedo, sempre soube de minhas obrigações e trabalhei desde muito cedo, desde meus 8 anos, naquela época você trabalhava na roça ajudando avós, os parentes, a sobreviver e eu fui criado nessa cultura de ter responsabilidades. Passo que aos 15 anos eu já era independente, com 15 pra 16 anos eu tinha minha casa própria, vivia, morava sozinho, porque meus pais se mudaram para a capital. Só que nesse processo, às vezes, por influência, né! E por não ter por um devido cuidado eu me deixei levar. E essa influência acarretou que eu me distanciei da Igreja e, por essa influência, eu comecei enveredar pelo caminho do

álcool, beber socialmente com os amigos e tal, e quando me dei por conta eu já estava viciado. Vício terrível, não conseguia sair do mundo do álcool, foi muito difícil, eu bebia demais, caia sarjeta, tinha que ser carregado [...], jovem 17 pra 18 anos já perdido no álcool [...]. (Pr. Ebenezer, 2021).

Com problemas de alcoolismo, foi amparado por um jovem pastor que se tornou seu amigo e com 19 anos volta para a Igreja. Todavia, seu chamado para o pastorado se deu após um AVC - Acidente Vascular Cerebral - quando recebe de uma senhora a seguinte mensagem; “Deus pode fazer, Deus pode te curar, pode te dar saúde, mas Ele disse que só vai te curar na obra! Senão você vai morrer!” (Pr. Ebenezer, 2021). Essa palavra profética, para utilizar o linguajar próprio, o fez percorrer todas as etapas dentro da Igreja Assembleia de Deus, foi cooperador, diácono, presbítero, evangelista até chegar ao pastorado.

Pr. Joel, 52 anos, natural de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo, possui ensino médio completo, casado e pai de dois filhos. Antes de ser pastor trabalhou como almoxarife. Sua mãe espírita e seu pai católico, conhecem o Evangelho após se casarem. Assim o Pr. Joel, desde criança, tem contato com a Igreja como relata:

Com doze me batizei, com treze eu me distanciei da Igreja, com dezessete eu retornei ao evangelho. Foi numa manhã, que nós chamamos, hoje é escola bíblica dominical, mas na época era manhã missionária. E minha mãe de tanto orar, de tanto buscar a Deus e sempre dizendo: você precisa voltar pra Jesus, você precisa voltar para Igreja! Eu disse: tá bom mãe, então domingo de manhã eu vou estar na Igreja [...]. E nessa manhã, de manhã missionária, eu não me recordo agora o dia correto, mas eu sei que ali tive um verdadeiro encontro com o Senhor Jesus, chamado de volta e regressando a Casa do Senhor Deus e com a fé muito mais ativa [...]. Então minha verdadeira conversão foi ao dezessete anos e firme até hoje em Cristo. (Pr. Joel, 2021).

Apesar de crescer em um lar evangélico, vive a fase do afastamento, geralmente no final da adolescência para a juventude. Época do despertar, da fase do *conhecer* o mundo lá fora. Esses relatos não são raros. Todavia, após breve período fora da Igreja, retorna com dezessete anos experimentando, assim, seu verdadeiro encontro com Jesus. Quando os indivíduos vêm de famílias evangélicas, eles não têm a chamada experiência de conversão. O que possuem são momentos específicos, que podem ser de inúmeras formas, como por exemplo: um culto especial, uma pregação, o batismo com o Espírito Santo, experiências que são atribuídas como importantes na experiência individual com Deus.

Pr. Geraldo Gonçalves, 47 anos, natural de Barboza Ferraz no Estado do Paraná, possui licenciatura em História e cursa gestão pública, casado, pai de quatro filhos. Antes de ser pastor trabalhou como auxiliar de açougueiro e açougueiro. Seus avós e pais eram católicos praticantes e quando seu pai, que estava com úlcera, e seu avô ficando cego, foram levados a um pastor que havia chegado a Maringá/PR e relata:

Esse pastor ele era um pastor que tinha um trabalho na sua igreja, muito assim, de curas de orações e as pessoas davam testemunhos de que eram curadas. E minha mãe, determinado dia chegou em meu pai e disse a ele: olha, você vive sentindo essas dores aí e tem esse pastor que chegou nessa cidade, cidade de Maringá, não é tão longe nós podíamos ir lá. Meu pai muito resistente, porque muito Católico, sempre se negava ir, mas a enfermidade foi aumentando, foi aumentando, ele fumava muito, bebia muito [...]. Minha mãe um dia convenceu de ir nessa Igreja na cidade de Maringá [...]. Chegando lá meu pai, participando desse culto, houve o momento da oração, recebeu a oração, como todos lá, veio embora [...]. O certo é que meu pai chegou em casa, e ele comia muito pouquinho, porque ele comia e passava muito mal, e naquela dia, ele chegou em casa, minha mãe fez uma comida ele comeu, repetiu. No outro dia aconteceu a mesma coisa, minha mãe estranhou, perguntou: Jorge não está doendo seu estômago? Ele falou não, não senti mais queimação, não senti mais nada. Ele falou: Estou achando que você foi curado lá na Igreja [...]. Mas de fato ele foi curado! Foi curado, curado, curado, daquela úlcera. E, ali, ele se encantou também. O certo é que os dois se comprometeram a seguir ordem Evangélica e começaram a frequentar essa Igreja [...]. (Pr. Geraldo, 2021).

Muitos são os relatos de pessoas que chegam até uma igreja evangélica em busca de determinada resolução para seus problemas. No relato do Pr. Geraldo, seu pai e seu avô foram curados e, ao que se refere ao avô, é enfático:

E contanto para o Sr fato, que nossa família, todos os membros da família, dos meus parentes hoje, sempre quando se conversa com a história da família, como que o Evangelho alcançou a família, não conta sem passar por isso, porque meu avô foi milagrosamente curado! E veio gente de longe, ali, da fazenda, que conhecia pra saber se era verdade [...]. (Pr. Geraldo, 2021).

De forma veemente, afirma o milagre que curou seu avô da cegueira. Com as curas ocorridas em sua família, todos se convertem e seu pai torna-se pastor em outra Igreja, que não é a Assembleia de Deus, rompem com a denominação por discordâncias.

Pr. Geraldinho, 68 anos é natural de Pesqueira Estado de Pernambuco, possui curso superior em teologia, casado e sem filhos. Sua origem religiosa está no Catolicismo Romano. Sai de seu estado natal em 1976 para morar em São Paulo – Capital e relata sua experiência de conversão da seguinte maneira:

Aos vinte e dois anos eu vim pra São Paulo e chegando e chegando em São Paulo eu não queria saber do Evangelho, por causa da tradição, mas fui morar na casa do irmão Antonio, que era um crente da Assembleia de Deus, isso aí em 76, em 76. E ele começou a me convidar e com esse convite eu comecei falando pra ele: não dá, hoje não dá, mas ele foi me convencendo que eu deveria ir e chegou o dia que eu não tinha como fugir. Aí eu tive que ir à Igreja. E quando cheguei na Igreja para surpersa minha foi tocado um hino e quando tocou esse hino eu chorei! Desse dia em diante, aceitei Jesus e as coisas mudaram [...], vai completar 45 anos de conversão! [...]. As experiências que eu tenho com Deus, as coisas que Ele já fez na minha vida, quantas coisas, quantos livramentos de morte, quantas vezes que ele me guardou, depois se der certinho aí eu vou contar só uma partinha do que Deus fez em minha vida! (Pr. Geraldinho, 2021).

Observa-se no relato do Pr. Geraldinho a experiência de conversão de fato. Primeiro, porque ele era Católico e, ao ser convidado por um amigo, aceitou para participar de um culto e através de uma música, ou hino, é que se dá sua experiência com Deus em que aceita Jesus. Assim, o segundo passo, que é o aceitar Jesus, é que se concretiza a conversão. Deixa de ser Católico para seguir a fé Evangélica. Esse fato sucede a todos que não nasceram de famílias evangélicas. Assim a diferença é marcada, ou seja, quem possui experiência de conversão são aqueles oriundos de outras religiões. Aqueles que nascem evangélicos experimentam outra vivência.

Pr. José Ricardo, 44 anos é natural de Santos no Estado de São Paulo, é formado em Engenharia com pós-graduação em Gestão de Projetos, casado, é pai de dois filhos. Além de ser pastor, é engenheiro em uma multi nacional. Sua origem religiosa está no catolicismo e seu pai foi o primeiro a se converter sendo que sua mãe se converte vinte e cinco anos depois. Todavia, seu pai, zeloso com a religião, leva os filhos pequenos juntos, como relata:

Eu passei por todas essas fases dentro da Igreja, né! Departamento de crianças, depois adolescentes, foi criado num momento, depois tive a oportunidade de participar também junventude. Obviamente que o abraçar o Evangelho e, de fato ali, entender como algo a ser vivido, não apenas na prática religiosa e sim na prática diária da vida, aí refletido nas atitudes, nos comportamentos, isso a gente veio de uma certa forma, ali, ter um pouco mais de afinco na adolescência, juventude, entre os 18, 19 anos, né! [...]. Eu acho que assim, o fato dessa vivência dentro desse contexto religioso, vamos dizer até sócio-religioso ele acaba de uma certa forma influenciando, né! E essas influências, não apenas influências momentâneas, mas nas questões de valores, né! [...]. Agora, isso foi a minha metanóia, porque a conversão, baseado no que o conceito bíblico traz. Conversão é uma metanóia, mudança de mentalidade, isso eu posso dizer tipo assim: Jesus, é realmente a razão da minha existência e a forma como eu tô vivendo ainda não está de acordo com aquilo que eu aprendi até então, isso por volta dos dezoito anos de idade! [...]. (Pr. José Ricardo, 2021).

Novamente, observa-se outra narrativa de alguém que vem de família evangélica, ao menos por parte de pai. Sem sobressaltos em sua vida, durante a adolescência e juventude, atribui sua experiência de conversão, ou melhor, sua vivência à uma mudança de mentalidade. Ou seja, o que foi vivenciado, desde criança, até a idade em que reflete sobre seus comportamentos e atitudes que se dá aos dezenove anos é o que marca sua experiência religiosa.

Pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus – Rio Claro/SP e Piracicaba/SP

Pr. Lucas, 27 anos é natural de Rio das Pedras, Estado de São Paulo, Bacharel em Direito, casado e com um filho. Antes de ser pastor tentou a carreira de jogador de futebol. Seus avós eram católicos, mas se converteram na Assembleia de Deus – Ministério Madureira, onde seu pai foi pastor. Atualmente, todos pertencem à Igreja Internacional da Graça de Deus. Sua experiência de conversão é relatada da seguinte maneira:

Sim, nós podemos chamar de conversão, devido ao fato que, é, não importa se uma pessoa ela cresce dentro da Igreja, se ela nasce dentro da Igreja, cresce dentro da Igreja, é, toda pessoa tem que aceitar Jesus, né! Como seu único, verdadeiro, suficiente salvador pra que seja uma conversão e assim passar pelo batismo nas águas e em seguinte pelo batismo no Espírito Santo. Então, eu tive esse momento também, como toda pessoa tem que ter, não importa se é de dentro da Igreja, se nasceu lá. Então, isso aconteceu, minha experiência com Deus, aconteceu aonde eu me converti realmente, eu cresci dentro da Igreja, estava na Igreja, mas foi ao dez anos de idade quando eu fui batizado com o Espírito Santo [...] em consequência me batizei nas águas e daí se deu a minha vida, aos dez anos, que eu conto com a minha data de conversão, meu encontro com Deus, foi aos dez anos de idade [...]. (Pr. Lucas, 2021).

Apesar do pastor Lucas denominar sua experiência de conversão, aos dez anos de idade, quando foi batizado com o Espírito Santo⁹, observa-se, como visto até o momento, que não se trata de uma conversão no sentido *stricto* do termo, ou seja, converte-se de uma religião à outra por experiências íntimas, não importando quais sejam, o que se revela aqui é uma experiência com Deus a partir de seu batismo com o Espírito Santo. Entende-se como batismo com o Espírito Santo¹⁰ o dom de falar em línguas estranhas. Esse dom tem maior ênfase nas igrejas pentecostais e está presente, de uma maneira menos frequente, nas neopentecostais. Sua pouca idade e de família religiosa perfaz seu caminho sem percalços até o pastorado.

Pr. Angeli, 55 anos é natural de Nova Esperança, Estado do Paraná, é advogado exercendo a profissão, casado e com dois filhos. Antes de ser pastor foi policial militar. Sua origem religiosa é no catolicismo e com muitos problemas na vida relata sua experiência da seguinte maneira:

[...], um homem que nunca se completava, tanto é que na trajetória que eu vivia na vida, eu imaginava, com a mente humana lógico, mas eu imaginava que eu iria encontrar a felicidade nos braços de uma mulher, então eu me envolvia com uma mulher, dali uns tempos eu não satisfazia mais, meu envolvia com outra, e com outra, e com outras e com outras e aquele ciclo vicioso, né! Você nunca encontra o que você espera, mas você quer viver para tentar. Então, nesse momento que houve a depressão, saí da polícia, pedi baixa e nesse momento eu fiquei dois anos doente, eu perdi tudo o que eu tinha, todo o patrimônio que nós tínhamos eu não sei pra onde foi até hoje. E foi aí nesse momento de pura tristeza, agonia, depressão, que nos falaram de Jesus [...], foi aí que nós fomos até a Igreja, a Igreja Internacional da Graça de Deus que nós começamos a ouvir a Palavra [...]. 25 anos de Igreja e 24 como Pastor. (Pr. Angeli, 2021).

Ao buscar os prazeres da *vida mundana* em mulheres e relacionamentos, encontra-se deprimido o que faz com que perdesse tudo o que havia construído. No momento de dor ouviu falar de Jesus. Esse *falar de Jesus* é um ponto importante para as igrejas evangélicas, nesse caso as Neopentecostais, que se utilizam da evangelização para conquistar adeptos. Geralmente, quem evangeliza são os obreiros, braços direitos do pastor. Realizam evangelizações em praças públicas,

⁹ Como seu pai foi pastor em uma demonição pentecostal, posso deduzir que a origem ali se encontra. Contudo, por falta de aprofundar a questão, não posso afirmar se sua experiência de conversão se deu na denominação de seu pai ou na Igreja Internacional da Graça de Deus.

¹⁰ Abordo o tema nos capítulos sobre as Igrejas

nas portas das Igrejas ou entregando comida aos necessitados em tempos de inverno. Durante essas evangelizações¹¹ são realizados convites para a pessoa participe dos cultos. Dessa participação pode, ou não, resultar em uma conversão. Este é o caso do Pastor Angeli que, após aceitar o convite, levou toda sua família.

Pra. Valdete, 65 anos, natural de Piracicaba, Estado de São Paulo, possui formação em Serviço Social, viúva e com filhos. Antes do pastorado foi professora primária e sua origem religiosa era no catolicismo não praticante. Sua experiência de conversão é narrada da seguinte maneira:

Eu não conhecia o Evangelho, entendeu? As pessoas se dizem que sou de outra religião, sou Católica, sou Budista, na verdade eu não era nada! Eu estava passando por problema sério com meus filhos e uma amiga minha me convidou para ir até uma missionária, não foi na Igreja da Graça que eu me converti, e eu fui e o Senhor Jesus me encontrou, eu creio! Foi dessa maneira que o Senhor Jesus me encontrou, não foi num momento fácil, foi num momento difícil, às vezes, as pessoas chegam a falar: nunca li na Bíblia sobre isso, não vem pelo amor, vem pela dor. Eu vim pela dor! Graças a Deus, hoje, entendeu? Meu filho, que naquela época me levou, motivo principal melhor dizendo [...] é um homem convertido, é um benção graças a Deus. A minha menina, também, estava afastada da família, graças a Deus, o Espírito Santo de Deus já aquebrantou ela. Então, muitas coisas boas aconteceu na minha vida! Depois, graças a Deus o Senhor me chamou, eu tinha vontade de fazer a obra de Deus [...]. (Pr. Valdete, 2021).

A dificuldade familiar levou a pastora Valdete a uma igreja. Como a entrevistada ressalta, que aquele que não vem pelo amor, vem pela dor, assim como são inúmeros os relatos de indivíduos que se convertem, seja em igrejas evangélicas, católicas ou centros espíritas. Apesar de ter se convertido em outra denominação, através de um de seus filhos, a transformação em toda família foi um fato. A constatação que o sofrimento leva muitos indivíduos à conversão é uma realidade, não apenas para a vida da entrevistada, mas, como dito em inúmeros outros casos e experiências de sofrimento sem levar em conta a religião para qual se converge.

Pr. Rodrigo, 33 anos, é natural de Piracicaba no Estado de São Paulo, tem ensino médio completo e cursa administração de empresas, casado e pai de dois filhos. Atualmente, além do pastorado, auxilia sua esposa em um empreendimento próprio. Sua família é de origem Católica e, por problemas no casamento, sua mãe se converte:

A minha mãe, decorrido alguns problemas, ela veio a frequentar a Igreja. A primeira pessoa, assim, da minha família; logo em seguida, depois, veio já todos, meus avós, tias minhas. Elas também participam do mesmo ministério que nos estamos aqui da Igreja da Graça [...]. (Pr. Rodrigo, 2021).

¹¹ Eu participei de evangelização em um dos invernos em Rio Claro/SP. A comida era distribuída, mas, também, havia um diálogo longo com os desabrigados, orações e convites para os cultos.

Novamente, a narrativa de problemas é o que leva muitos indivíduos para as igrejas. Em minha dissertação de mestrado¹² discuto, justamente, esse tema, ou seja, o que levam os indivíduos a procurarem as Igrejas Neopentecostais, pesquisadas há época, a conclusão oferecida pelos pastores entrevistados foi: os indivíduos procuram a igreja por pretensos problemas de ordem familiar, de saúde ou financeiro, seguindo essa ordem. A continuar pelo relato do Pr. Rodrigo, apesar de toda família convertida ele se afasta da Igreja por um período de tempo:

Eu sempre vinha à Igreja, só que teve um momento que, a gente tem aquele momento que, eu me afastei durante três anos. Eu provei das coisas assim, assim que eu digo, do mundo, aquilo que pra muitas pessoas é natural. Lógio que nós, a gente não condena, mas nós nos pautamos hoje sobre aquilo que Jesus ensina, Palavra de Deus, nós nos basseamos nela, passamos a viver conforme a palavra de Deus. Então, fora isso, a gente tem aquele momento de desânimo né [...], dos doze aos quinze. (Pr. Rodrigo, 2021).

A adolescência é a fase da curiosidade, não da curiosidade infantil, mas da curiosidade das novas descobertas do mundo, das vontades e paixões humanas. E esse é o real motivo para que essa faixa etária se afaste da igreja.

Pr. Rogério, 37 anos de idade, é natural de Araras, Estado de São Paulo, possui o ensino médio completo e o superior incompleto, casado e pai de um menino. Antes de ser pastor, trabalhou como vendedor de sorvete, servente de pedreiro, vendeu mandioca e laranja nas ruas, foi aprendiz de marceneiro fazendo pinturas e acabamentos e, quando criança, trabalhou na lavouva. Seus pais são de origem Católica não praticante. Ele relata sua experiência dessa maneira:

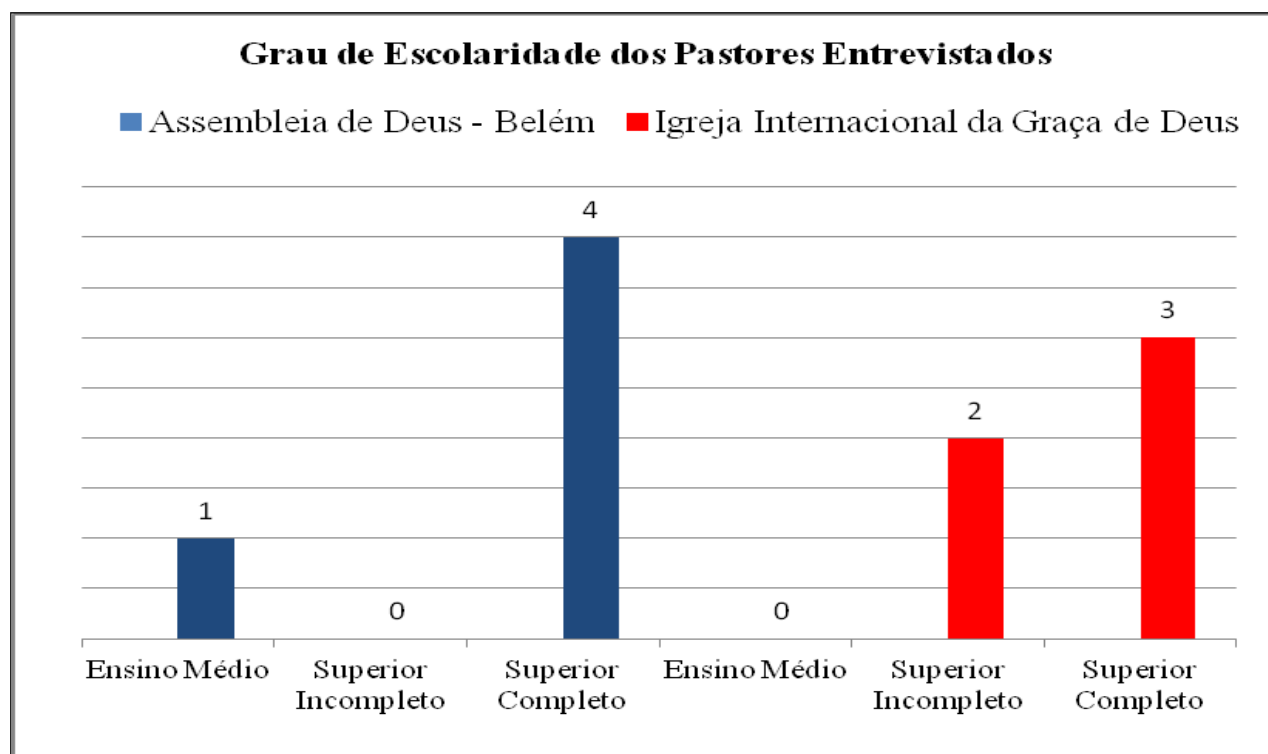
A gente estava na adolescência, meu irmão mais velho, já partiu, também, não está mais conosco, recentemente agora em dezembro, agora de 2020, ele começou a frequentar a Igreja. Ele estava com uma série de problemas, perturbação e outras situações, então ele começou a frequentar, ele me convidou pra ir, me convidou pra ir e o argumento dele pra me convidar pra ir foi: óh, a menina que você gosta vai na Igreja que eu tô indo. E a menina que eu gostava é minha esposa hoje! Então, eu fui, só que eu tinha problema com droga também, não era viciado, mas saía pra fumar maconha com a molecada, tudo escondido de mãe, já não tinha mais meu pai, já tinha falecido já no ano de 96, isso aconteceu no ano de 98. Aí fui pra Igreja, o Pastor pregou lá, falou em meu coração, até tinha esquecido que tinha ido lá por causa da menina, e aí fui, no outro dia voltei, no outro dia voltei, acabou que eu nunca tive coragem que falar pra ela que eu gostava dela. E eu fiquei na Igreja e ela também, depois de algum tempo já na Igreja, eu tava já com 15 pra 16 anos me envolvi com as coisas da Igreja e foi tomando gosto e servindo, até que logo no começo da minha conversão, logo nas primeiras semanas já me batizei também, história toda foi na Igreja da Graça [...], tomei a decisão descer as águas do batismo, com pouco tempo já estava de obeiro também, pouco tempo depois, acho que dois anos e meio depois já tava no seminário com 17, 18 anos pra ser pastor. (Pr. Rogério, 2021).

¹² Em minha dissertação de mestrado trabalhei com pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus e Igreja Mundial do Poder de Deus – ambas Neopentecostais. E percorri diversos municípios da região de Rio Claro e Piracicaba no estado de São Paulo. Foram 20 pastores entrevistados, sendo 10 de cada denominação.

O pastor Rogério, na adolescência, estava entrando nas drogas e segundo relato, fumava maconha escondido da mãe. Até que foi convidado por seu irmão, que passava por problemas há época, para frequentar um culto e nessa Igreja havia uma menina de quem ele gostava. E assim foi. Envolveu-se com as coisas da Igreja e acabou se casando com a menina. Nota-se algo curioso nesse relato. A pouca idade do pastor. Geralmente, os moços que entram para a Igreja se tornam obreiros bem jovens e aqueles que se destacam tornam-se pastores.

Para além da apresentação dos entrevistados, das histórias de vidas apresentadas, em forma de experiências de conversões, enquanto passo importante do método da pesquisa, o intuito é, também, mostrar ao leitor o grau de escolaridade e a idade dos pastores e tecer alguns breves comentários. A seguir, passo a apresentar gráficos: primeiro comparativo de escolaridade e em seguida comparativo de idade.

Gráfico 6 por grau de Escolaridade dos Pastores – ambas denominações



Fonte: Autor

O leitor pode observar que os pastores de ambas denominações possuem alto grau de escolaridade, com uma vantagem um pouco maior para os pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém. Porém, apenas um dentre eles possuem o ensino médio, dois da Igreja Internacional da Graça de Deus possui o superior incompleto, um deles, como foi lido no relato está cursando ensino superior e outro não terminou. Esses dados são importantes se comparados aos dos gráficos dos membros cadastrados. O que se tem é uma vantagem, ao menos de formação

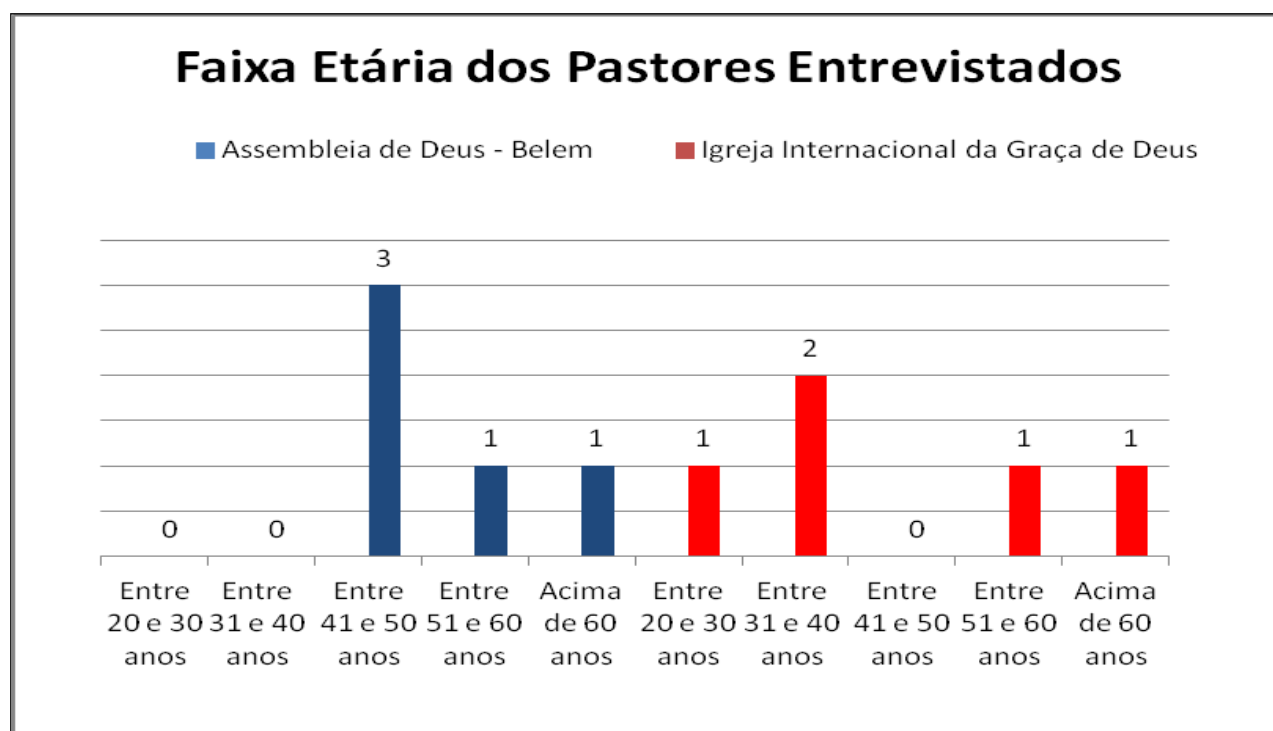
acadêmica, em comparação aos pastores e aos membros. Veremos mais a frente a formação daqueles membros que participaram das entrevistas.

Algumas ressalvas devem ser feitas. Os pastores da Assembleia de Deus passam por todos os demais cargos até chegarem ao pastorado. Assim, geralmente, começam como Cooperador, Obreiro, Diácono, Presbítero, Evangelista e Pastor. O caminho é mais longo. Geralmente não se observam pastores mais novos. Assim, enquanto trabalham, podem seguir seus estudos se assim desejarem, como fizeram os entrevistados. Todavia, nem todo pastor da Assembleia de Deus – Ministério do Belém tem formação acadêmica. Em conversas, durante o campo, foi-me passada a informação de que, a depender da região, do estado, do município, não se pode exigir muito do indivíduo para que se torne pastor; apenas é exigida a vocação. Assim sendo, existem variações que dependem da localização das Igrejas e das realidades distintas.

Obviamente, que nem todos os pastores da Assembleia de Deus Ministério do Belém em Rio Claro/SP possuem ensino superior. Seria muita pretensão tal afirmação. O que não significa que não possam existir aqueles que sejam formados ou estejam cursando, ou mesmo, aqueles que nunca chegarão a possuir ensino superior ou mesmo exercer o cargo de pastor. O fato é que no altar encontram-se apenas homens maduros, dentre eles: Pastores, Evangelistas e Presbíteros, com formação superior, ou não, e, da mesma forma, não se encontram homens com menos de trinta anos de idade.

Outro ponto a ser destacado é que os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus tiveram incentivo da liderança de denominação para cursarem determinada faculdade. Pastores me contaram, durante o campo, que o Missionário R. R. Soares incentivou, em determinada época, para que seus pastores tivessem curso superior. Assim, caso não estivessem mais exercendo o cargo teriam uma formação e poderiam atuar em profissões seculares. Alguns pastores, ao que possuo de informação, tiveram suas faculdades pagas pela Igreja. Porém, volta-se àquilo que não é regra. Deduzo, que a totalidade de seus pastores não cursaram faculdade e, a depender da região, estado e município, o grau de escolaridade não faz diferença; uma vez os rapazes começam muito jovens e a hierarquia é menor se comparada à Assembleia de Deus.

Gráfico 7 por Faixa Etária dos Pastores Entrevistados



Fonte: Autor

Observa-se que os pastores mais experientes encontram-se na Assembleia de Deus Ministério do Belém. Não foram encontrados pastores abaixo da casa dos quarenta anos de idade. Em contrapartida, os pastores mais jovens estão na Igreja Internacional da Graça de Deus. Como mencionado, a primeira denominação possui uma hierarquia rígida e, geralmente, seus pastores atravessaram os degraus inferiores antes de chegar ao pastorado. A segunda denominação não possui hierarquia rígida assim, o jovem que se torna obreiro pode se tornar pastor com maior facilidade uma vez que ele precisa passar por, no máximo, dois degraus, a saber: obreiro, pastor auxiliar e pastor; os cargos mais altos podem ser alcançados como pastor regional e pastor estadual.

A seguir serão mostradas, nos mesmos moldes do que foi feito com os pastores, um breve resumo da história e vida dos membros, suas características pessoais, escolaridade, estado civil, origem religiosa e experiência de conversão. Primeiro com os membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém e segundo com os membros da Igreja Internacional da Graça de Deus, ambas em Rio Claro/SP. Ressalta-se, dessa forma, a importância do leitor conhecer os entrevistados antes da abordagem de outras temáticas trabalhadas nessa tese.

Membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP

Sr. Francisco, 66 anos, é natural de Limeira no Estado de São Paulo, possui o ensino fundamental e suas ocupações são de garçon, vendedor e pintor, divorciado e pai de dois filhos. A

origem religiosa de sua família está no Catolicismo. Ao conviver com outra família de religião evangélica começa a frequentar a Igreja do Evangelho Quadrangular e aos 27 anos de idade conhece a Igreja Batista do Calvário – de característica pentecostal – e conta sua experiência da seguinte forma:

Num domingo a tarde, à qual realmente o Espírito, pra quem acredita no Espírito Santo, fosse como se estivesse tomando um banho de água gelada, uma coisa, sabe, extraordinária, que mesmo que eu queria tentar passar pra você o sabor do doce que comia, não tem como explicar pra você sobre isso. E foi interessantíssimo e eu não me governava mais. E eu, poxa, alguma coisa diferente. Aí então fui saber que aquilo era o batismo com o Espírito Santo. Então, dali pra cá as coisas mudaram em minha vida, sabe! [...]. (Sr. Francisco, 2021).

Sua experiência religiosa significativa é quando recebe o batismo com o Espírito Santo. Realmente, como diz o entrevistado, é algo difícil de ser explicado. Esse dom é marcado pela característica principal de falar em línguas estranhas. Durante minha vivência no campo, participando de cultos, observei diversas manifestações do dom de línguas, as pessoas oram em uma língua não inteligível, ao mesmo tempo que choram, se sacodem, levantam as mãos para o alto. É como se estivessem em transe, em êxtase, ou estado emocional em que o indivíduo parece estar fora de si. Para os membros da Assembleia de Deus é um dom importante, uma vez que são pentecostais, e marca que o indivíduo possui a presença de Deus em si.

Sr. Saulo, 63 anos de idade, é natural de Rio Claro, Estado de São Paulo, possui o ensino médio completo, é militar aposentado, casado e pai de três filhos. A origem religiosa de seus pais está na Igreja Presbiteriana – de caráter tradicional. Está na Assembleia de Deus há 13 anos e comenta sua experiência sem muitas nuances:

Foi um processo que Deus desenvolveu desde a Presbiteriana e prosseguiu nesse processo quando ele me moveu de uma linha considerada Tradicional para uma Pentecostal então, não é só um momento, um fato específico em si. Mas é um processo todo que eu julgo que está em andamento, junto com a chamada que Ele tem, específica, pra mim e pra minha esposa. (Sr. Saulo, 2021).

O entrevistado não denota um momento específico, ou um fato, para sua experiência. Segundo sua interpretação trata-se de um processo de Deus em sua vida. O trânsito religioso entre uma Igreja Tradicional para outra Pentecostal é atribuído a Deus e não ao seu próprio gosto ou adaptação à novarealidade ou meio social. Não raro os indivíduos atribuem a outrem suas próprias atitudes. Obviamente que não se trata de discutir a vivência do entrevistado, porém observar como se dá o significado daquilo que é dito e traduzir sem a pretensão de possuir uma única resposta ou verdade absoluta.

Sra. Maria Luiza, 46 anos de idade, é natural de Rio Claro no Estado de São Paulo, possui o ensino fundamental incompleto e exerce a profissão de pescadora profissional, divorciada e mãe de cinco filhos. Sua trajetória de vida é retratada por muita tristeza. Sua mãe com problemas psicológicos a espancava e sofreu abuso sexual por parte de seu padrasto. Aos sete anos de idade é convidada por uma vizinha para ir a um culto da Assembleia de Deus. Local onde se encontra até então:

Uma vez tinha uma vizinha, me levou, me levou pra conhecer um culto, eu tinha sete anos, eu lembro que era uma segunda-feira. Naquele dia aceitei Jesus! Então, foi devido ao meu sofrimento, quando criança, as necessidades, aos abusos sexuais que era submetida pelo meu padrasto e aí eu decidi me converter. Porque eu gostei do culto, eu gostei dos louvores e eu senti uma paz. Era o refúgio que eu tinha para o meu sofrimento. (Maria Luiza, 2021).

Essa tese foi pensada, também, em dar voz para as mulheres e optou-se por não trabalhar apenas com homens. A voz da mulher está, dessa forma, representada nesse trabalho. De certo que, como foi dito, não foi fácil a aproximação e abordagem das mulheres, principalmente da Assembleia de Deus, por parte do pesquisador. Todavia, o intuito foi a contento. Ou seja, contemplar a mulher também como protagonista e capaz de participar de uma pesquisa. O importante é que se tem a visão de mundo feminino para as perguntas a serem tratadas em outros capítulos.

Vereador José Pereira dos Santos, 61 anos de idade, é natural de Presidente Venceslau no Estado de São Paulo, possui o ensino médio completo, trabalhou como garçon, funcionário público municipal e, atualmente, está em seu sétimo mandato como vereador, casado e pai de uma filha. Filhos de pais separados foi criado pela avó e quando criança a acompanhava aos cultos da Assembleia de Deus. Mais tarde, quando foi morar com seu pai, que era espírita, deixou de frequentar a denominação voltando para a Igreja em 1998, como relata:

Em 98, 1998, eu conheci o então Presidente da Assembleia de Deus e aonde a gente teve ali uma conversa, tanto religiosa como política e eu comecei dar os primeiros passos pra ir pra Igreja. Fiquei ali uns quatro anos só indo, vendo os cultos, as orações, as pregações e depois eu me decidi a ser membro da Assembleia de Deus, mas eu fiquei uns quatro anos indo na Igreja sem ser membro da Igreja, mas depois que eu fui ser membro da Igreja. (Vereador Pereira, 2021).

O entrevistado não relata experiências de encontro com Deus, ou algo do gênero. O fato é que o vereador elege-se no ano de 1996 e, após seu retorno para a Igreja, não perde eleições. Ao se referir ao Presidente da Assembleia de Deus, devo esclarecer que trata-se do Presidente local da denominação o Pr. Sisaque Valadares com quem manteve conversas, políticas e religiosas e, recebeu apoio político em todas as outras eleições; não sendo derrotado em nenhuma.

Sra. Maria de Jesus, aos 58 anos de idade é natural de Alto do Piquiri estado do Paraná, possui o ensino médio completo e trabalha em um viveiro de pássaros. Sua origem religiosa está no Catolicismo, porém seu pai se converte ao Evangelho quando ela tinha três anos de idade e relata sua experiência da seguinte forma:

Meus pais, muitas vezes, eles saíam de noite pra dirigir culto, longe, pro meio de matas, era mata fechada mesmo, um dia entramos lá, era mata mesmo! E a gente tinha muito medo de ficar sozinha em casa e aí eu tinha uma irmã mais velha que que ela fazia? Colocava nós pra orar. E orava e a Glória, Graça de Deus, descia naquela criançada, eu era muito pequena e aquilo foi mexendo comigo. O ponto mesmo, marcante, mesmo, na minha vida mesmo, foi com 10 pra 11 anos que quando Jesus me batizou com o Espírito Santo então foi uma experiência inigualável, não tem como explicar isso [...]. (Sra. Maria de Jesus, 2021).

Novamente o relato da experiência que marca os Pentecostais, o batismo com o Espírito Santo, não nos cabe aqui fazer nenhuma explanação acerca desse dom, que na condição de não religioso, não tenho condições de descrever; apenas observei e posso relatar o que foi observado. Todavia, o que salta aos olhos é a tenra idade em que a entrevistada experimentou o dom do Espírito Santo. Não nos cabe aqui qualquer discussão mais aprofundada, esse não é o fórum adequado, para saber se a criança reproduz aquilo que vê na família ou em seu meio social. Talvez, a discussão seria mais enriquecedora se fosse multidisciplinar envolvendo, por exemplo, sociologia e psicologia. Nesse momento, resta apenas dizer o quão precoce são as manifestações de dons por parte de muitos adeptos do Pentecostalismo.

Membros da Igreja Internacional da Graça de Deus – Rio Claro/SP

Sra. Vitória, 48 anos de idade, é natural de Castelo no Estado de São Paulo, possui o ensino médio completo, é funcionária pública estadual, viúva e mãe de um filho. Sua origem familiar está no Catolicismo não praticante e se converte ao Evangelho, por intermédio de sua cunhada evangélica, no ano de 2001 por problemas familiares. Em 2006 passa a frequentar a Igreja Internacional da Graça de Deus e relata:

[...] eu assistia o Missionário pela TV, eu gostava muito, ele me ajudava muito através da TV, eu era da Nazareno, mas eu gostava muito da Igreja aqui e, meu marido na época, ele preferia [...], ele falou eu prefiro nela porque ela é mais simples e nós acostumanos ali [...]. (Sra. Vitória, 2021).

Como um dos relatos sugeriu que a pessoa que não vai à religião pelo amor e sim pela dor, o relato acima mostra esse caso. Uma jovem senhora que se converteu ao evangelho por problemas familiares e, nesse caso, está na Igreja Internacional da Graça de Deus dado ao trabalho de televangelismo proporcionado pelo Missionário R. R. Soares. As denominações Neopentecostais

investem em programação televisiva para atrair seguidores. No caso, a Igreja Internacional da Graça de Deus, possui horários em canais de televisão comercial, está nas redes sociais e possui um canal próprio, a RIT TV, e uma transmissora de canais pagos, a Nossa TV, que são meios importantes para atrair pessoas que estejam ou não em momento de sofrimento.

Sra. Maria Amélia, 52 anos de idade, é natural de Rio Claro, Estado de São Paulo, possui o ensino médio completo e trabalha como funcionária pública municipal, casada e mãe de duas filhas. Sua origem religiosa está no Catolicismo e na Umbanda. Frequentou a Umbanda com sua mãe por dez anos. Após o falecimento de sua genitora, volta para a Igreja Católica e se casa com um evangélico. Contudo, os problemas de saúde a levaram para a conversão com o apoio de sua sogra e narra:

Eu quando eu estava, logo no começo da minha conversão, eu tinha vários problemas de saúde e um deles era um problema na coluna, ao qual meu marido chegou a levar eu no ortopedista e o ortopedista falou pra ele assim: óh, olha, provavelmente sua esposa possa ficar numa cadeira de rodas e foi aonde que ele me mostrando né! O programa naquela época, o programa do R. R. Soares no Show da Fé [...], e naquela noite o Missionário falou que iria orar para quem tinha problema na coluna e ali né eu agi minha fé orei junto com ele e naquele momento eu pude ver que eu fui liberta daquela enfermidade! (Sra. Maria Amélia, 2021).

O leitor atento pode observar, relato após relato, que as experiências ligadas à Igreja Internacional da Graça de Deus estão menos atreladas aos dons do Espírito Santo, como as experiências Pentecostais da Assembleia de Deus, e mais em sintonia com problemas da vida cotidiana, ou seja, problemas familiares, de saúde ou financeiros. Nesse caso específico, a entrevistada afirma ter sido curada do seu problema de saúde através do problema de saúde através do Missionário R. R. Soares durante uma programação televisiva. Volta-se ao relato acima e a importância dos meios de comunicação de massa como atrativo para os indivíduos em sofrimento ou não, mas que venham a conhecer os cultos da denominação.

Sr. Paulo Eduardo, 56 anos de idade, é natural de Guzolândia, Estado de São Paulo, possui o ensino médio completo e o superior em Engenharia de Produção incompleto, trabalha como técnico em segurança do trabalho, casado e pai de três filhos. Sua origem religiosa por parte de pai é Católica e, por parte de mãe, evangélica a quem acompanhava aos cultos. Sem sobressaltos na vida relata sua trajetória da seguinte maneira:

A minha mãe sempre, né! Levava a gente pra Igreja, estava acompanhando. Aí chegou um período, fui morar com meus tios, meus tios, aí foi pegando aquele conhecimento maior, né, da Igreja Aí chegou a idade de 15 anos, me batizei na Assembleia de Deus – Madureira [...]. Aí eu fiquei uns 10 anos na Assembleia Madureira, né! E aí depois eu fui pra Jesus Cristo Voltará na cidade de Guzolândia mesmo [...], fiquei até idade de uns 19, 20 anos, também, nessa Igreja. Aí veio pra Polônio/SP voltei pra Assembleia de Deus, Madureira, de novo. Aí vim pra Rio Claro, comecei na Jerusalém Cura Divina. Da Jerusalém Cura Divina para a Igreja da

Graça. Através de um trabalho do Missionário R. R. Soares veio fazer na cidade aí na Tenda, Igreja, do Nazareno aí de estar presente ali, eu gostei e comecei a frequentar a Igreja da Graça. (Sr. Paulo Eduardo, 2021).

Desde pequeno, o entrevistado é levado à igreja. Com o passar da idade, faz o trânsito religioso inter-denominacional. Sem grandes sobressaltos em sua vida, apenas transita entre uma denominação e outra. Contudo, foi a um evento em que conheceu o Missionário R. R. Soares e, ao se deparar com a persona do líder religioso, decide frequentar sua denominação. Não raro os líderes religiosos viajam de município em município, de estado em estado, para sentir como está o trabalho da denominação.

Enquanto estive em campo, participei de um culto especial aqui em Rio Claro/SP no qual o filho do Missionário e Deputado Federal, David Soares, estava presente. A Igreja estava cheia, as pessoas participaram e, ao final, o filho do Missionário tirava fotos com alguns membros da Igreja e entregava um jornal informativo de seu mandato. Todavia, sem o carisma do pai, certamente realizou agenda por outros municípios. Porém, quando se fala do fundador da denominação o carisma assume outro valor. Provavelmente, esse valor carismático do Missionário R. R. Soares atraiu o Sr. Paulo Eduardo para sua denominação.

Sr. Marcelo Oliveira, 36 anos de idade, natural de Rio Claro no Estado de São Paulo, possui o ensino médio completo, trabalha como empilhadeira, casado e pai de um filho. Foi candidato a vereador no município pelo PODEMOS, não logrando êxito. Sua origem religiosa está no Catolicismo e na Igreja Evangélica e narra:

[...]. Quando eu não conhecia a questão da religião evangélica, meu pai era Católico, minha mãe era Evangélica, então a gente ficava sem, assim, seguir uma denominação. Então fui conhecer, gostei! Me converti, como falei pra você, foi uma renovação em minha vida e até hoje tô como evangélico [...]. Me converti na Igreja Universal do Reino de Deus e hoje congrego na Igreja Internacional da Graça, já vai pra dois anos. (Sr. Marcelo Oliveira, 2021).

As experiências de conversões nas Igrejas Neopentecostais não são, por assim dizer, tomadas pelo apelo emotivo. As experiências são diferentes daquelas vividas nas denominações Pentecostais. Assim, uma conversão pode ser narrada como uma renovação de vida. A bem dizer, o entrevistado foi conhecer, gostou e se tornou evangélico sem grandes apelos emotivos ou mesmo por problemas no decurso da vida; como se observam nas experiências dos Neopentecostais.

Sr. Bernardo, 52 anos de idade, natural de Rio Claro no Estado de São Paulo, possui o ensino fundamental completo, funcionário público municipal, casado e pai de dois filhos. Sua origem religiosa está no Catolicismo, apesar de sua mãe ter conhecido o Evangelho na qual não permaneceu. Sua conversão se dá aos dezesseis anos desviando-se da igreja aos dezoito, mas retorna aos vinte e três e recebe um milagre:

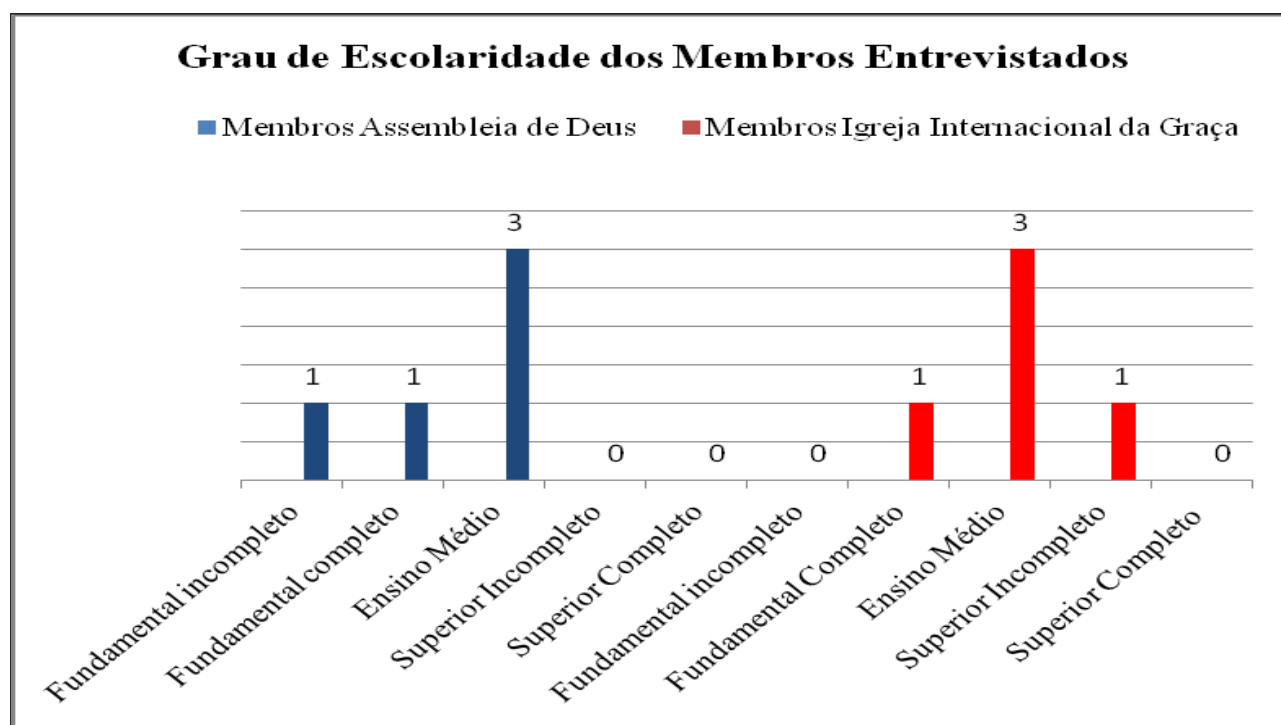
[...]. Quando eu tive 16 anos que eu comecei a frequentar, eu mesmo por si, a Igreja Evangélica que daí eu comecei ter entendimento que, que era que eu fui batizado na Igreja Evangélica [...] fui batizado no rio [...], cheguei a me desviar, na época, na fase dos 18 anos por aí. Aí depois eu voltei com 23 anos até que eu recebi um milagre por causa de um acidente, tava desviado, e pedi a Deus pra, me desse uma luz, que tinha um braço meu não mexia mais aí, tava deitado em casa veio uma luz, a voz de Deus falou: arruma um trabalho pesado! [...], hoje eu tenho meu braço curado! [...]. Tabernáculo Evangélico de Jesus – Casa da Benção, foi ali que eu me converti, até na época lá comecei a ajudar na Igreja, abria culto, fazia parte de louvor [...], fazia parte inicial, acolhia pessoas, às vezes a gente fazia visita na casa dos irmãos [...]. Depois uma época, dizendo assim, usando um palavreado, que nem macaco, pulando de galho em galho; uma hora ia numa igreja queria receber uma palavra, não recebia! Depois outra pessoa dizia: vamos visitar uma igreja lá [...] você ficava um pouquinho, mas não estava bom pra você! Tão já fui na Quadrangular, Universal, na Mundial, uma época que eu estava bem, foi antes de eu ir pra Igreja da Graça [...]. (Sr. Bernardo, 2021).

O entrevistado se converte em uma denominação Pentecostal e recebe um milagre após um acidente. Milagres importantes nas Igrejas – sejam Pentecostais ou Neopentecostais são vistos como sinais de que Deus ainda opera nos dias atuais. Algumas denominações Pentecostais exploram as questões dos milagres contados como testemunhos. Esse não é o caso da Assembleia de Deus, que não se utiliza de testemunhos. Todavia, nas Igrejas Neopentecostais os testemunhos são supervalorizados.

Durante minha experiência de campo pude notar que a Assembleia de Deus não abre espaço para testemunhos de milagres. Fato contrário foi observado na Igreja Internacional da Graça de Deus que, após oração principal, o fiel é instado a contar o que Deus acabou de fazer em sua vida. Geralmente são testemunhos de cura, dores, de cabeça, coluna, dor no peito, queimação na sola dos pés, angústia, depressão, milagres na família, com marido, filho ou filha e milagre na vida financeira. Tais testemunhos são comuns nas Igrejas Neopentecostais.

A Seguir, serão exibidos os gráficos, tanto de escolaridade como de faixa etária, dos membros de ambas denominações da mesma maneira como foram realizados com os pastores entrevistados. Passa assim, para o primeiro gráfico de grau de escolaridade dos entrevistados das denominações trabalhadas.

Gráfico 8 por Grau de Escolaridade dos Membros Entrevistados

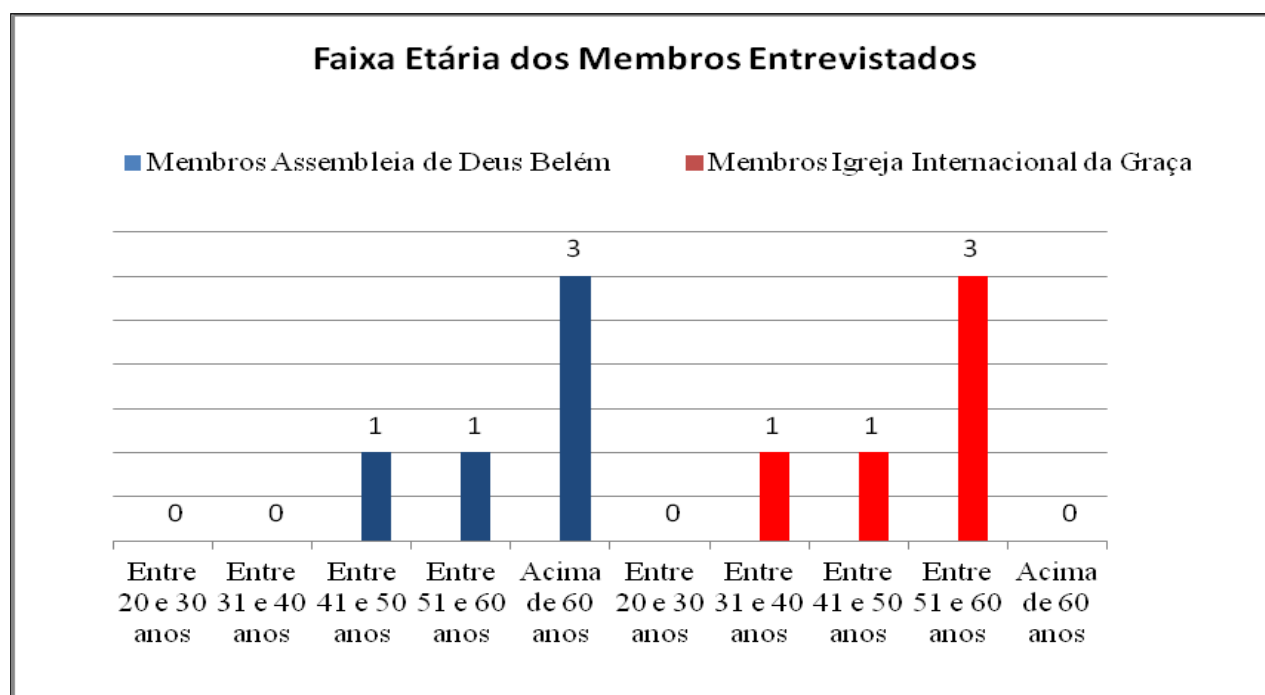


Fonte: Autor

Observa-se, desse gráfico dos membros entrevistados, que o grau de escolaridade de em ambas denominações é médio. A média está no ensino médio completo. Todavia, se conferir com o Gráfico Escolaridade dos cadastrados, existem três cadastrados da Assembleia de Deus com ensino superior. Eles foram convidados para participarem da entrevista. Foi realizado contato telefônico, porém, não aceitaram. Dessa forma, entraram apenas nos dados primários. Com base no gráfico acima e comparado com o Gráfico Escolaridade dos Pastores Entrevistados (vide p.), os pastores de ambas denominações possuem maior grau de escolaridade que os membros. Em média os membros possuem oito anos de estudo, correspondendo ao antigo ensino médio de oito anos; os pastores possuem em média doze anos de estudo a considerar cursos de graduação de quatro anos.

Se considerar que os pastores possuem maior grau de escolaridade, pode-se fazer a ilação de que a vantagem deles sobre os membros poderia influenciar, de uma forma ou de outra, quando se diz respeito à indicação do voto. Não é uma afirmação peremptória. Apenas a constatação de duas vantagens que os pastores possuem e que devem ser levadas em conta: primeira, o grau de escolaridade e a segunda, a respeitabilidade que possuem frente aos membros. Assim, quando se têm pastores com formação universitária, com mais conhecimentos e não apenas o religioso, somada à condição de líderes religiosos, não seria de espantar que alguma influência pode ser exercida em termos objetivos e subjetivos.

Gráfico 9 Faixa Etária dos Membros Entrevistados



Fonte: Autor

Ao observar o gráfico de faixa etária, pode-se afirmar que a maioria dos entrevistados está na faixa dos 50 anos para um pouco dos 60 anos, principalmente, os membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém que são ligeiramente mais velhos. Porém, como apontado, os entrevistados são homens e mulheres maduros (as) dos 50 anos para um pouco mais de 60 anos. Dessa forma, os membros entrevistados são mais velhos que os pastores entrevistados, ou seja, os pastores são mais jovens que os membros.

Observa-se o seguinte cenário a ser levado em consideração: primeiro, os pastores possuem maior grau de escolaridade que os membros e segundo, os pastores são mais novos que os membros. Poder-se-ia aventar que os pastores, como foi sugerido, pudessem exercer forte influência sobre os membros ao indicar determinado candidato, justamente por possuírem ensino superior, o que significa conhecimento secular, e estarem na posição de líderes religiosos. Fatos que, em contrapartida, se oporiam aos membros, com menos escolaridade e mais velhos. Todas essas nuances devem ser levadas em conta sem esquecer de uma terceira, qual seja, o candidato que, no caso de ambas denominações, são filhos dos líderes.

Desta maneira, pastores escolarizados, experientes, na posição de respeitabilidade, enquanto líderes religiosos e determinado candidato “escolhido por Deus”, podem influenciar no voto dos membros. Esses, que nessa tese, estão em desvantagem com relação aos primeiros. Todavia, uma ressalva deve ser feita. Não é porque o indivíduo está na igreja que ele obrigatoriamente vota no candidato a deputado indicado pela denominação. Durante o trabalho de campo pude encontrar indivíduos que não votaram no candidato indicado pela Igreja.

3 ASSEMBLEIA DE DEUS - MINISTÉRIO DO BELÉM

Antes de entrar no tema, propriamente dito, é importante dizer que as Igrejas Cristãs, não Católicas, são reconhecidas como Igrejas Evangélicas. Assim, o termo Evangélico é utilizado para as Igreja oriundas da Reforma Protestante de 1517 de Martin Lutero e perpassa por todas as denominações:

Cumpra esclarecer, antes de avançarmos que o termo evangélico, na América Latina, recobre o campo religioso formado pelas denominações cristãs nascidas na e descendentes da Reforma Protestante européia do século XVI. Designa tanto as igrejas protestantes históricas (Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista e Batista) como as pentecostais (Congregação Cristã no Brasil, Assembléia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção, Universal do Reino de Deus). (MARIANO, 1999, p.10).

Observa-se que todas as denominações, dentre muitas outras não colocadas na citação, são reconhecidas como evangélicas. Desta forma, o termo Evangélico abraça todas as demoninações, todavia, cada grupo de denominações possui sua posição no campo religioso e não são todas iguais; suas diferenças são nítidas na forma de culto, rito, teologia, na música, nos usos e costumes, dentre outras que, infelizmente não serão abordadas nesta tese. O que vai importar são as característiacas principais de cada uma para que o leitor tenha a visão de que não são todas iguais.

Vale destacar, da mesma maneira, que basicamente existem as Igrejas Protestantes Históricas, oriundas da Reforma Protestante como a Igreja Evangélica de Confissão Luterana, a Igreja Presbiteriana¹³ (geralmente denominadas de Primeira Igreja Presbiteriana, a Segunda Igreja Presbiteriana e assim sucessivamente), a Igreja Batista¹⁴ (do mesmo modo Primeira Igreja Batista, Segunda Igreja Batista e assim sucessivamente), a Igreja Metodista. Os Protestantes Históricos são marcados por: culto mais ritualístico, creem no Espírito Santo, em seus dons, mas não acreditam em batismo no Espírito Santo e, conseqüentemente, o dom de falar em línguas estranhas – glossolalia – não pregam cura divina, prosperidade, nem expulsam demônios.

As Igrejas Pentecostais dividem-se em três grandes grupos,¹⁵ a saber: Pentecostalismo de Primeira Onda, Pentecostalismo de Segunda Onda e Neopentecostalismo. No Pentecostalismo de Primeira Onda situam-se as Igrejas: Congregação Cristã no Brasil e Assembleia de Deus, as pioneiras no país surgidas em 1910 e 1911, respectivamente. No Pentecostalismo de Segunda Onda¹⁶ situam-se as Igrejas: Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo e Deus é Amor, surgidas

¹³ Existem Igrejas Presbiterianas independentes ou reformadas com aspectos muito próximos aos pentecostais.

¹⁴ Existem Igrejas Batistas independentes ou reformados com aspectos muito próximos aos pentecostais.

¹⁵ Essa designação de três grandes grupos pertence ao sociólogo Paul Freston.

¹⁶ Da Primeira Onda para a segunda destaca-se cultos com bandas - teclado, guitarra, bateria, contra-baixo -, batem palmas ao som das músicas (com excessão da Deus é Amor). Todavia, acreditam no mesmo significado para os dons do Espírito Santo.

nas décadas de 50 e 60. No Neopentecostalismo¹⁷ situam-se as Igrejas: Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus e Mundial do Poder de Deus, surgidas no final dos anos 70.

As Igrejas pesquisadas nesta tese, Assembleia de Deus Ministério do Belém é uma pentecostal de primeira onda e a Igreja Internacional da Graça de Deus, uma neopentecostal. A segunda será observada pormenor em capítulo próprio. Os esclarecimentos acima são pertinentes, porém dispensável à criação de um capítulo por abordar apenas o básico para o que é proposto.

Os missionários suecos Daniel Berg (1884 – 1963) e Gunnar Vingren (1879 – 1933) foram os primeiros pentecostais no país e deram origem à Assembleia de Deus no Brasil. Ambos estiveram nos Estados Unidos e vivenciaram o avivamento do evangelho naquele país:

Nascido nos Estados Unidos no começo deste século, o pentecostalismo, herdeiro e descendente do metodismo wesleyano e do movimento holiness, distingue-se do protestantismo, grosso modo, por pregar, baseado em Atos 2, a contemporaneidade dos dons do Espírito Santo, dos quais sobressaem os dons de línguas (glossolalia), cura e discernimento de espíritos. (MARIANO, 1999, p. 10).

Desse contato com o avivamento, Daniel Berg e Gunnar Vingren trazem para o Brasil os dons do Espírito Santo:

[...]. Para simplificar, os pentecostais, diferentemente dos protestantes históricos, acreditam que Deus, por intermédio do Espírito Santo e em nome de Cristo, continua a agir hoje da mesma forma que no cristianismo primitivo, curando enfermos, expulsando demônios, distribuindo bençãos e dons espirituais, realizando milagres, dialogando com seus servos, concedendo infinitas amostras concretas de Seu supremo poder e inigualável bondade. (MARIANO, 1999, p. 10).

Próprio dos pentecostais como Assembleia de Deus, em seus cultos, não se vê expulsão de demônios. Digo, pois assisti a dezenas e nunca os presenciei. O que prevalece na Assembleia de Deus Ministério do Belém é o dom de línguas, curas, milagres, os dois últimos discretamente, pois não existe culto específico para tanto. O que existem são apelos para que as pessoas aceitem Jesus como único e suficiente salvador.

Vale destacar que Daniel Berg e Gunnar Vingren eram missionários batistas. Foram para os Estados Unidos, aprenderam dos dons do Espírito Santo naquele país, imigraram para o Brasil entrando pelo porto de Belém, no Estado do Pará. Na época, Belém era uma cidade próspera por conta da borracha e contava com porto para escoar suas mercadorias. Daniel e Gunnar chegam em 1910 e se juntam a uma Igreja Batista local. Ambos influenciaram alguns batistas com suas pregações e com os dons do Espírito Santo porém, a maioria dos batistas e demais protestantes históricos não aceitaram suas pregações.

¹⁷ Neopentecostalismo, com características próprias que o leitor verá em breve.

Durante o campo, participei de dezenas de cultos e a tentativa aqui é de descrever como se dá um culto de domingo na Assembleia de Deus. Destaque para as participações que foram nos cultos da sede. A dinâmica dos cultos pode modificar a depender do tamanho da comunidade, por exemplo, a sede como um templo maior possui orquestra, banda e coral; as comunidades menores podem não possuir orquestra. Segue como se dá um culto dominical na Assembleia de Deus Ministério do Belém, sede Rio Claro/SP.

O formato do altar representa uma Assembleia. No templo antigo as cadeiras são dispostas em formato de U, o Pastor Presidente ocupa a cadeira principal, os demais sentam-se nas demais cadeiras – ali estão pastores, evangelistas e presbíteros. No templo novo, a disposição da Assembleia se dá na lateral. Ao chegar, nota-se que os componentes da Assembleia oram de joelhos apoiados em suas cadeiras. Nenhuma mulher ocupa tal posição. Possuem a liberdade de reger coral, tocar na orquestra, cantar no altar, podem até levar uma palavra, coisa que nunca presenciei, mas que não deve ser muito estimulada, uma vez que as mulheres não podem exercer cargos eclesiais.

O culto é aberto pontualmente com uma oração, seguidos por cânticos tocados pela banda. *Hinos da Harpa Cristã* acompanhados pela orquestra que toca e canta mais dois hinos. O coral é chamado à participação e entoia mais dois cânticos. Passa-se à mensagem, nesse dia, de um Presbítero. São vinte minutos de pregação sobre João 4:13-14. A mulher Samaritana. O pastor ora sobe o tom de voz ora desce e o mais comum é a intensidade mais estridente (marca das pregações pentecostais de primeira onda) em que o Pastor diz: “No meio de nossas dificuldades, no meio de nossas lutas, a água que bebemos deve ser Jesus!” (ANOTAÇÕES: 2020).¹⁸ E continua a explicação de diversas passagens de João. A cada vocalização mais estridente os fiéis bradam, aleluias! Glórias a Deus!

Após a mensagem, segue o cântico e a preparação para os dízimos e ofertas. O pedido do Pastor ocorre discretamente e sem delongas, e os adolescentes e jovens são incentivados a contribuir. Enquanto os diáconos passam recolhendo as ofertas e os dízimos a banda canta um louvor. Após o recolhimento, o pastor faz uma oração abençoando os dízimos e ofertas.

Passa-se à *palavra* ministrada por um pastor mais experiente. Nesse dia, João 2:1-5 o primeiro milagre de Jesus, a transformação de água em vinho. A pregação se dá em um tom de voz exaltado, em que o pastor diz: “Não importa as surpresas desagradáveis [...], onde Jesus está tudo muda [...], não vai terminar com frustração, não vai terminar com tristeza [...]” (ANOTAÇÕES: 2020). E prossegue: “O que os outros não conseguem resolver, e você não consegue resolver, Jesus tem autoridade para resolver.” (ANOTAÇÃO: 2020). E as frases continuam: “Você não será outro,

¹⁸ Digo ANOTAÇÕES para não designar o nome do pastor que proferiu determinada frase. Fato que não desqualifica a observação de campo.

será você mesmo, dentro dos recursos que você possui, Deus vai te orientar.” (ANOTAÇÕES: 2020). E outra que diz: “Jesus é especialista em fazer coisas novas! Quem recebe essa palavra?” (ANOTAÇÕES: 2020). Muitos levantam a mão e dizem *aleluia* e *glória a Deus*. E para fechar, o pregador diz em tom exaltado, como na maioria das afirmações: “Ele é poderoso para fazer coisa novas! Quem crê, quem crê, quem crê?” (ANOTAÇÕES: 2020), ouvem-se *aleluias* e *glórias a Deus*. Por vezes, quanto mais exaltado o tom de voz e, de certa forma empolgante, os membros sentem-se mais livres para bradar *aleluias*, *glórias a Deus* e orar em línguas.

Após a *palavra*, segue o cântico em que os batizados no Espírito Santo podem orar em línguas estranhas, podem bradar *aleluia* e *glória a Deus* e, assim, seguem as orações acompanhadas dos cânticos. Esse é o ponto alto do culto no qual os membros já envoltos na dinâmica anterior extravaza seu louvor a Deus. Podem acontecer, antes desse momento, caso o pastor seja um convidado de fora da cidade, apelos para as pessoas aceitarem Jesus, ou orarem por aqueles que precisam de cura ou milagre, As pessoas vão à frente e seguem as orações e cânticos. Por fim, tem-se a benção apostólica realizada pelo Pastor Presidente.

Existe, também, a prática de apresentar as pessoas que estão visitando a Igreja pela primeira vez; é dito o nome¹⁹ no altar e pedido para que levantem a mão para que a comunidade aceite e abençoe a (as) pessoa (as). Observei, da mesma forma, diversos pedidos para que as pessoas aceitassem Jesus como único e suficiente salvador. Essas pessoas vão à frente do altar, recebem oração e confirmam que receberam Jesus. Testemunhos porém, não são uma prática na Assembleia de Deus Ministério do Belém. Não existe um momento específico nos cultos para que as pessoas testemunhem o milagre que aconteceu, seja em qualquer área da vida, doença, emprego, filho (a) perdido no vício que se recuperou, nada disso é dito durante os cultos.

Do mais, a Igreja Assembleia de Deus centra sua mensagem e pregação no Novo Testamento. É um tipo de culto com forte apelo emocional, mas sem uma liturgia rígida. Existe a presença da banda com guitarra, bateria, teclado e contrabaixo em uma nítida demonstração de que a Igreja se adequa à modernidade. Antes, porém, tocava-se apenas os hinos da Harpa Cristã, hinos antigos, mas que não modernizavam a Igreja. Os louvores que a banda toca são atuais, modernos. Certa vez, em conversa com o Pastor Presidente sobre o assunto, ele me revelou que faz parte da modernização, caso contrário a Igreja esvaziaria. Desta forma, existe um movimento de modernização dentro da Assembleia de Deus Ministério do Belém que imiscui tradição e modernidade.

¹⁹ Aqueles que chegam pela primeira são convidados por um obreiro a deixar o nome em um papel para ser apresentado durante o culto. Pedidos de oração são aceitos do mesmo modo.

Das minhas anotações dos cultos, posso afirmar que é extremamente difícil anotar as frases completas, uma vez que seus pastores falam rápido e em tom exaltado. Não se ouvem críticas a nenhuma outra religião, com exceção de que, apenas uma vez, ouvi um pregador dizer: “Espiritismo, Budismo, Maomé, Zoroastro, Mormonismo, é impossível encontrar ressurreição no Espiritismo, porque Allan Kardec não ressuscitou!” (ANOTAÇÕES: 2020). Fora isso, pregam Jesus aplicado ao cotidiano das pessoas, sobre a salvação, o arrebatamento dos crentes e a volta de Jesus.

Com relação aos usos e costumes, a Assembleia de Deus Ministério do Belém, costuma ser rígida, porém, com alguma abertura para o público feminino; devido, obviamente, à modernidade. Os homens não devem usar barba, devem estar com a barba bem feita, geralmente usam terno e gravata, apesar da não obrigatoriedade²⁰. Os adolescentes e jovens homens se vestem com calça jeans e camiseta, as adolescentes e jovens usam saia ou vestido. As mulheres, de maneira geral, usam saias ou vestidos longos, sempre abaixo do joelho, podem se maquiar suavemente e utilizar jóias sempre discretamente; sinal de modernidade, ainda que existam mulheres que se vistam com saias jeans longa e não usem maquiagem.

De certa maneira, daquilo que foi observado, a Assembleia de Deus se adequa à modernidade ao que se refere à música e aos usos e costumes. Existe uma liberdade maior, louvores tão entoados com banda e as mulheres podem, a contento, se vestirem mais livremente com vestidos modernos, maquiagem e jóias. Porém, a tradição ainda está presente não apenas na música, mas, também, nos usos e costumes. Os membros que cometem determinado pecado, como a questão da virgindade, sexualidade, ou mentira, possuindo ou não cargo eclesiástico, recebem certa *punição* o que revela a coerção de seus líderes sobre os fiéis que, de certa forma, falam ao seu pastor o que está ocorrendo ou é descoberto por outro membro na prática errada. A linha tênue entre modernidade e tradição e liberdade e vigilância no sentido da coesão é uma realidade.

No caso da política, assunto que nos interessa a esta tese, a Assembleia de Deus manteve uma ideia dúbia durante a ditadura militar que se inicia em 1964, a primeira foi o silêncio:

Não houve qualquer linha escrita sobre o golpe de 1964 nas páginas do órgão oficial das Assembleias de Deus, o jornal *Mensageiro da Paz*. Nada foi dito. Nenhum comentário sobre as manifestações contrárias ou a favor de Joao Goulart. A posição oficial dos pastores foi de completo silêncio. (ALMEIDA, 2017, p. 225).

Apesar do silêncio, diz o autor, que membros do poder executivo e legislativo participaram de atividades da Igreja:

²⁰ Obrigatoriedade para o uso de terno e gravata para os cargos eclesiásticos como tradição.

Referências a autoridades políticas não eram estranhas ao conteúdo de o Mensageiro da Paz, pelo contrário, os editores do jornal gostavam de destacar a participação de chefes do executivo e de parlamentares nos eventos da Assembleia de Deus. Algumas dessas autoridades contribuíram diretamente para que tais eventos pudessem ser realizados. (ALMEIDA, 2017, p. 226).²¹

Deveras seria realmente um silêncio? Ou a falta de posicionamento público naquele momento:

Sem demonstrar publicamente apoio imediato aos militares e, muito menos ao presidente deposto, a direção de o Mensageiro da Paz preferiu silenciar e omitir-se a respeito do problema político que o país atravessava pelo menos nos primeiros meses após o golpe de 1964 [...]. (ALMEIDA, 2017, p. 226).

Destaca-se o silêncio e a omissão da Assembleia de Deus no início da ditadura militar. Não se posicionam em seus órgãos oficiais e seus pastores, da mesma forma, optam pelo silêncio diante da situação.

Todavia, a segunda formulação dentro dessa questão dúbia é o apoio explícito à ditadura militar. Dessa forma, tem-se a passagem do silêncio à defesa do governo militar:

Aproveitando a data de aniversário da Proclamação da Independência do Brasil, em setembro de 1969, os redatores de o *Mensageiro da Paz* publicaram um editorial cujo teor refuta qualquer pretensão de absenteísmo político por parte dos assembleianos e, ainda, demonstra claramente a posição em favor do governo militar. (ALMEIDA, 2017, p. 228).

Porém, durante esse interregno 1964 – 1969 o silêncio era oficial, mas a aproximação da Assembleia de Deus com membros do executivo e legislativo era fato. A partir de 1969, o posicionamento político da Assembleia de Deus torna-se público e, para além, existia uma justificativa para o apoio:

Para as lideranças das Assembleias de Deus, a crise estava nos países comunistas, cujo povo teve seu principal direito negado: a liberdade. E, do ponto de vista dos assembleianos, a garantia da liberdade no Brasil estava diretamente relacionada com a condenação do comunismo e seus defensores. (ALMEIDA, 2017, p. 230).

Assim, o comunismo era o fator preponderante para a justificativa no apoio ao governo ditatorial. Combater o comunismo e seus defensores era defender a liberdade; como que se tal liberdade existisse em ditaduras militares. O argumento de 1969 é muito real daquilo que a sociedade vive com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, sua promessa em defender a liberdade e combater o comunismo, atraiu parte dos setores evangélicos e de eleitores reacionários. O fato está na justificativa tanto em 1969 como em 2018.

²¹ Os eventos listados pelo autor são do Estado do Maranhão nas cidades de João Lisboa, Mata-Roma e Barra do Corda.

A partir da Constituinte de 1986 os evangélicos ganham visibilidade e maior representatividade na atividade parlamentar é, nesse momento, que organiza-se a Bancada Evangélica:

A partir da Assembléia Nacional Constituinte de 1986, ou seja, após a redemocratização do país, os evangélicos ingressaram em maior número na política brasileira e ganharam visibilidade. Nessa ocasião, foi implantada no Congresso Nacional a chamada “Bancada Evangélica”, uma bancada pluripartidária, composta por 33 membros, sendo 18 deles do ramo pentecostal, especialmente da Assembléia de Deus, com 14 deputados. (ORO, 2006, p. 107).

E justamente a partir da Assembleia Nacional Constituinte que os evangélicos ganham visibilidade e representatividade dentro da Câmara dos Deputados, fazendo com que a Bancada Evangélica venha um ritmo de ascensão até as eleições de 2018. No que diz respeito à Assembleia de Deus, observar-se-à como se organiza a Assembleia de Deus para escolha de seus candatos.

3.1 Assembleia de Deus e seus representantes oficiais no Estado de São Paulo.

A Assembleia de Deus possui como representantes eleitos apoiados pela Assembleia de Deus Ministério do Belém do Estado de São Paulo e pela Igreja em Rio Claro o Deputado Federal Pastor Paulo Roberto Freire da Costa²², natural de São Paulo - Capital, nascido em 14/02/1955, possui o superior completo, está no terceiro mandato a saber: Posse 2011 – 2015 pelo PR/SP, 2015 – 2019 PR/SP e 2019 – 2023 PR/SP, atualmente encontra-se no PL.

A Deputada Estadual Marta Costa²³, é casada, com formação em letras e administração de empresas, concursada do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, onde era fiscal de contas públicas de cidades e prefeitos. Há 20 anos na vida pública, em 2004 foi vereadora do município de São Paulo, reeleita em 2008, em 2010 foi suplente do Senador Aluysio Nunes, em 2014 terceiro mandato. Em 2014 foi indicada à deputada estadual pela Convenção Fraternal das Assembleias de Deus do Estado de São Paulo (Confradesp), reeleita em 2018, é filiada do PSD.

O Deputado Federal Pastor Paulo Roberto Freire da Costa e a Deputada Estadual Marta Costa são irmãos e filhos do Pastor José Wellington Bezerra da Costa, que foi um nome importante como Presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, membro do Comitê Mundial das Assembleias de Deus e do Comitê da Conferência Mundial Pentecostal. O Pr. José Wellington Bezerra da Costa atuou na Presidência da CGADB de 1988 a 2017, atualmente está com 87 anos.

²² Fonte: www.camara.leg.br

²³ Fonte: www.al.sp.gov.br

O Pastor José Wellington Bezerra da Costa Junior, 69 anos, casado, com ensino superior completo em Análise de Sistemas, Administração de Empresas e Teologia é o primogênito dentre os seis filhos. É o atual Presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil. Foi eleito em 2017 para suceder seu pai na Presidência da instituição pelo período de quatro anos. Em 2021 foi reeleito com candidato único até 2025²⁴.

É indiscutível a liderança e a influência onipresente do Pr José Wellington Bezerra. Ele conseguiu durante o decurso da vida estar a frente de uma das principais denominações do pentecostalismo brasileiro e conseguiu encaminhar seus filhos para a política representativa. Tal feito não poderia ter sido alcançado sem a questão de seu carisma pessoal:

Denominamos carisma uma qualidade pessoal considerada extracotidiana (na origem, magicamente condicionada, no caso tanto dos profetas quanto dos sábios curandeiros ou jurídicos, chefes de caçadores e heróis de guerra) em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos ou então se a toma como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como “líder”. O modo objetivamente “correto” como essa qualidade teria de ser avaliada, a partir de algum ponto de vista ético, estético ou outro qualquer, não tem importância, não tem importância alguma para nosso conceito: o que importa é como de fato ela é avaliada pelos carismaticamente dominados – os “adeptos”. (WEBER, 2012, p. 158).

De toda sorte, através da citação acima, é possível identificar nitidamente a qualidade carismática do primaz da Assembleia de Deus – Ministério do Belém. Apenas um líder tido como alguém que possui um carisma extracotidiano observado como homem de Deus e exemplo a ser seguido obviamente validado por seus dominados é que pode chegar a ser quase inquestionável.

Pode-se chegar à observação que o Pr. José Wellington Bezerra, mesmo exercendo liderança carismática, em que seus filhos são políticos, e cumpre seu *poder* de maneira vertical, como o leitor poderá verificar nas páginas abaixo, como são construídas as candidaturas oficiais da Igreja. De certa forma, essa mistura entre carisma pessoal, qualidades extracotidianas, homem de Deus e exemplo a ser seguido, torna-se um importante aliado quando se trata de misturar religião e política, ou melhor, religião e candidaturas. Mesmo que ainda assim, seus líderes carismáticos, utilizem de abusos para seus intentos racionais, quais sejam, a eleição de seus representantes.

Por último, o Vereador José Pereira dos Santos, conhecido como Pereira, aos 61 anos é natural de Presidente Venceslau/SP, garçom e depois funcionário público municipal, casado, pai de uma filha. Disputou nove eleições perdendo em 1988 pelo então PMDB e 1992 pelo PTB. Elege-se em 1996, está em seu sétimo mandato e, nesse último migra do PTB para o PSD. Em 1998 conhece o Pastor Presidente do Campo de Rio Claro/SP, começa a frequentar a Assembleia de Deus, torna-se membro e no ano 2000 ganha o apoio formal da Igreja.

²⁴ Fonte: <https://noticias.gospelmais.com.br/pastor-wellington-junior-reeleito-cgadb-145953.html>

3.2 Como são construídas as candidaturas oficiais da Igreja Assembleia de Deus – Ministério do Belém.

Foi perguntado, durante as entrevistas com pastores da Assembleia de Deus a seguinte questão relacionada ao Deputado Federal e Vereador. Pela experiência que o Senhor têm: como são construídas as candidaturas?

Olha, principalmente, isso eu vou falar nós que é Assembleia de Deus, né! Nós temos os nossos representantes, né! [...], então a estrutura Assembleia de Deus é assim: nós temos nossos líderes, nossos representantes, nossas convenções. Deputado Federal, né! Como é esse processo de escolha, se não há um consenso de um nome, né! Geralmente eles fazem prévia, né! Quem é que quer ser, quem é que tem condição e faz a prévia que vai votar, vai ser escolhido. Mas, no caso de São Paulo, aqui sempre houve um consenso. Foi apresentado um nome, o nome está dando certo, tem trabalhado a contento, estamos satisfeitos, continuamos. Amanhã ou depois, se a gente fala: não, não dá mais, vamos trocar. Ele não é o dono da cadeira! Ele tá lá porque o povo colocou, mas amanhã depois, diretoria da Igreja, pessoal da Igreja: esse nós não queremos mais. É esse poder que o povo tem que entender. Você tem o poder de voto, você tem uma arma na sua mão [...]. Mesmo existindo consenso o nome é falado lá nessas convenções *[e para vereador?]*. Da mesma forma, processo é da mesma forma. Pastor Presidente reúne, inclusive não é uma imposição, sai dessa reunião de obreiros e tudo, um nome. Esse aqui é um candidato que nós achamos que é o melhor, que nós vamos trabalhar pra ele! Como teve na outra eleição, nós tivemos vários irmãos da Igreja que também foram candidatos que saíram candidatos por sua conta, né! Porque todo direito é concedido a ele [...]. Mais a gente não interfere, tiveram, não lograram êxito, continuam na Igreja da mesma forma e sem briga [...]. (Pr. Ebenezer, 2021).

Segundo a fala do pastor, existem os líderes da Assembleia de Deus, os candidatos podem se apresentar e a Convenção realiza prévias dos nomes que possuem condições de serem candidatos para representar a Igreja. Nessa prévia é votado e escolhido o candidato, caso não haja consenso. No caso específico do Estado de São Paulo, tem existido consenso e o nome apresentado vai à disputa. O mandato não pertence ao representante, deixando claro o entrevistado que, caso após eleito o representante não trabalhar a contento, poderá ser escolhido outro. Para vereador, o processo é o mesmo: o Pastor Presidente reúne e sai dessa reunião um nome para a disputa que a Igreja irá apoiar. Outros candidatos, membros da Assembleia de Deus Ministério do Belém em Rio Claro/SP, podem sair candidatos, mas o apoio é para o oficial.

Em Rio Claro, no início de nosso representante que ele está a sete mandatos, o Sr é ciente disso, nós não tínhamos nenhum representante. Nunca tivemos, passou-se um vereador na nossa Igreja, não sei se o Sr. vai se lembrar, chamava-se Sergio Matheus; ele foi eleito pela Igreja. Eu trabalhei muito na campanha dele, nós elegemos ele, mas ele não foi assim, um vereador triunfante em seu mandato. Ele deixou umas pendências e o certo é que ele perdeu o contato com a Igreja. Quando o nosso Pastor Presidente, atual, chega, nós não tínhamos representantes. E um dia apresentaram ele, Pereira, nosso vereador! E o Pastor, como se diz, gostou do homem. Agora como ele é escolhido. Ele é escolhido mediante oração! Ele não é escolhido assim: porque eu quero, não! Nós temos uma liderança na cidade que todo mandato ela vai pra oração, ela busca Deus [...], então é um contato a liderança e Deus! E Deus orienta a liderança

e a liderança ela traz o resultado da Igreja [...]. A mesma forma é o nosso candidato a deputado federal, tempos de oração, pedido de orientação pra Deus e quando o Senhor Deus dá a orientação o nosso Presidente vem e lança os candidatos, presidente da Convenção Estadual. Pastor fulano de tal a deputado federal, a deputado estadual, a senador, nós vamos apoiar esses candidatos; os irmãos orem, peçam orientação de Deus, pra que Deus venha confirmar o que confirmou meu coração! Então tudo o que é mediante a votação, é meu joelho, é minha oração [...]. (Pr. Joel, 2021).

A resposta do Pr. Joel, o líder da Assembleia de Deus em Rio Claro/SP, apresenta o candidato escolhido não sem antes fazer oração e buscar a Deus. Dessa relação, liderança e Deus, Deus orienta e o candidato é apresentado à Igreja. O mesmo ocorre com o processo para candidatura a deputado federal, Deus dá a orientação e a liderança estadual apresenta o candidato. Observa-se que a resposta está mais para as explicações espirituais: orações, busca de Deus, orientação de Deus, que para a interpretação estratégica racional. Contudo é a visão de mundo apresentada pelo entrevistado.

À deputado federal é o seguinte, nós temos uma Convenção essa Convenção é que rege cada Estado. Então nós temos uma Convenção Geral de Ministros e temos a Convenção Estadual [...]. Então nessa Convenção é levantado em pleito, pessoas que têm condições, pessoas que têm condições, é avaliada [...], conduta, como que essa pessoa vai nos representar. Então, lá, é levantado as pessoas que teriam essa condição [...], só que a posição da Convenção é apoiar aquele que está mais dentro do perfil da Convenção. Aí a Convenção se posiciona, mas não obriga. Ela se posiciona, fulano de tal tem o apoio de nossa Convenção. E os demais? Os demais têm nosso entendimento, podem sair, são homens livres, mas esse é o que a Convenção, porque está dentro do que a Convenção está analisando quem é que vai nos representar. À vereador acontece a mesma coisa na grande maioria de nossas Igrejas, não todas, e não é pra todas também. Isso depende muito do líder. Por exemplo, nós temos aqui um líder que tem a mente muito aberta para a questão de política na Igreja. Então ele tem a ideia de um representante pra Igreja, que atinge seus perfis, para que ele possa apoiar [...]. Um líder pensa em alguém, alguém que tenha esse perfil aí a Igreja vai decidir apoiar. esse que mais condiz com nossa representação [...]. (Pr. Geraldo, 2021).

Nesse ponto, nota-se que a Convenção Estadual levanta pessoas que tenham condições de serem candidatos e representar a Igreja. Tais condições são de condutas morais e religiosas. Todavia, é apresentado aquele que mais se alinha à Convenção, que ganha o *status* de candidato oficial; os demais podem sair candidatos como homens livres, mas o oficial tem o aval da Convenção. No plano municipal, o líder apresenta um nome que tenha perfil para representar e a Igreja vai decidir apoiar ou não. Fica a indagação: quem a Igreja vai decidir apoiar? É o todo de sua membresia ou aqueles que detêm cargos eclesiásticos?

Sempre os pastores, eles têm os candidatos locais, por exemplo, São Joaquim da Barra, aparece lá um candidato, mas quando, Professor Eduardo, quando nós vamos observar tem os candidatos locais, mas quando aparece, por exemplo, o Pastor Paulo Freire que é federal, ele está em: Ribeirão Preto, que é região de São Joaquim da Barra, Franca e Barretos. Ele aparece lá, por causa que é apresentado pela Igreja. Todos os lugares ele vai estar lá! Então é formado dessa forma. Os representantes da Igreja, os pastores da Igreja, fala: nós temos nosso pastor que é o Pr. Paulo Freire e na estadual também. Às vezes surge alguns outros que é às vezes até outros pastores; trazem, também, eles vão na Igreja, eles dá o seu discurso, traz as suas mensagens. Porque a Igreja é aberta a todos, aí as pessoas toma o seu, a sua, posição, quanto ao

candidato. Então, é ouvida as proposta de todos os candidatos da região e a Igreja apresenta, por exemplo, Pr. Paulo Freire, é o filho do Pr. José Wellington, mas, também, é ouvida as proposta dos outros, não fica só em um, viu! [...], aí os membro da Igreja toma posição *[Existe candidato oficial e outros extra-oficiais]*. Eu não considero assim, um oficial e outro exta-oficial. É apresentado o candidato que nós conhecemos que é o filho do Pastor Presidente da Convenção Geral, que era no caso, que hoje é o irmão dele que é o Presidente. Esse aí é apresentado [...], mas aparece outros irmãos, também, como candidato [...]. Aí cada um apresenta suas proposta e aí a Igreja fica neutra. A Igreja não diz: você precisa votar nesse aqui, não! [...]. Há uma liberdade para todas as pessoas que se candidata. *E a vereador*: Geralmente os pastores fazem uma prévia e vê um candidato que ele tenha condições, que ele tenha condições, e o pastor apresenta pra Igreja e da mesma forma que é feito com os deputados estaduais e federais, os demais têm liberdade, também, pra dar suas opiniões e apresentar suas propostas dentro da Igreja. Mas, geralmente, o pastor apresenta um candidato porque se apresentar mais de um acaba não tendo nenhum representante [...]. Em Limeira aconteceu o seguinte, em Limeira teve uma vez, teve cinco candidato nenhum se elegeu [...] porque um tira voto do outro e acaba não dando certo. E o crente acaba tendo mais votos na Igreja, porque no mundo o povo não gosta disso, por isso os pastores se preocupa com isso, com essa formação [...]. (Pr. Geraldinho, 2021).

O candidato é escolhido, segundo o pastor, pelos representantes da Igreja, pelos pastores, que compõem a Convenção Estadual e torna-se oficial. Outros irmãos podem sair candidatos e irem às Igrejas para discursarem, mas, volta-se ao que já foi notado em respostas anteriores, o oficial terá a prioridade. No caso do candidato a vereador, a liderança apresenta o candidato, como visto em outras respostas, e a Igreja apoia. Os demais possuem oportunidades de apresentarem suas propostas dentro da Igreja, mas o oficial terá prioridade.

Isso é uma pergunta interessante. Houve um determinado momento que eu posso te falar, isso até da época de infância, que a gente começou a ver uma certa infância, adolescência, a gente via, uma certa distância da Igreja relacionada aos assuntos políticos, mas num determinado momento, dado a essa configuração segmentada da sociedade onde a Igreja precisava ter ali, também, uma voz ouvinte e então ali naquele início da redemocratização a gente percebeu muito bem isso. E a partir dali é que os líderes começaram a entender que se fazia necessário ter essa aproximação frente aos representantes para que fossem, de fato ali, ouvidos e representados [...]. E nos últimos doze anos, dez anos, até um movimento liderado pela nossa Convenção Geral e Estadual aqui também da nossa Igreja, houve-se uma orquestração de um projeto de se ter um representante em cada uma das cidades, em cada um dos Estados da federação, né! Hoje, essa candidatura, ela já é bem mais estruturada [...], dos próprios líderes, pastores [...]. Do ponto de vista mais abrangente do Estado e federação, havia isso a vinte anos atrás? Sim, mas não tão consolidado. Acredito que esse movimento tenha se dado há 12 anos ou algo do gênero, entendeu? *[candidatura município]*: pela comunidade local [...], após eleição municipal, nosso representante aqui da Igreja foi bem sucedido na eleição e a gente, um momento seguinte, nosso Pastor levou o nosso representante até a nossa Igreja em São Paulo para que ele pudesse estar ali próximo, junto, ao nosso líder regional de São Paulo para que, inclusive, o nosso Pastor Presidente lá de São Paulo, pudesse conhecer e estar, também, mais próximo desse nosso representante aqui, entendeu? (Pr. José Ricardo, 2021).

Talvez a resposta mais interessante tenha sido essa acima, a afirmação de que a Assembleia de Deus tenha representante em cada um dos municípios, com vereadores eleitos e em cada unidade da federação com deputados federais e estaduais eleitos. Essa é uma meta audaciosa da Igreja para

ganhar visibilidade política, social e representativa nas Câmaras Legislativas para a defesa de seus interesses os quais serão devidamente tratados em capítulo próprio.

3.3 Considerações parciais

Fica explícito que as candidaturas da Assembleia de Deus Ministério do Belém para deputado federal e deputado estadual (pelo Estado de São Paulo), está em família. Os filhos do ex presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil são os representantes eleitos. Ao refletir sobre esse fato, pode-se chegar à conclusão que esses dois nomes de peso não seriam recusados pelos pastores e a indicação e reeleição poderá ser certa. Para tanto, essa questão volta no momento de saber se o eleitor sente-se representado pelo seu deputado. A única coisa que se pode analisar aqui é que a Igreja possui estratégias próprias para indicações de seus candidatos, mas, da mesma forma, os candidatos são potenciais servos de Deus.

Ainda que os pastores demonstrem como funciona todo o processo democrático de escolha do candidato a saber, reúnem-se em uma Convenção. Os candidatos são expostos e, dessa convenção estadual da Assembleia de Deus, sai o nome do candidato indicado. Todavia, como foi visto, o candidato indicado por diversos mandatos tem sido o filho do Pr. José Wellington Bezerra e, por mais democrática que possa parecer tal Convenção, apenas seus filhos são indicados. Fruto do carisma pessoal de seu pai e da obediência de seus pastores como adeptos de seu líder e da instituição.

Por mais democrático que pareça, não existem alternância de candidaturas e, de certa forma, como já discutido em parágrafos anteriores, a falta de alternância pressupõe um abuso do poder religioso ao poder político utilizando-se de um carisma objetivo e de subjetividade na escolha do candidato, não que seja o caso, muito menos é o desejo de se reter ao comentário, mas basta ser homem de Deus que esse esteja preparado para exercer cargo público. Ainda que as propostas de outros homens de Deus tenham sido expostas na Convenção, é de difícil compreensão, eessa forma democrática, que apenas os filhos do líder são escolhidos e, sucessivamente, eleitos.

3.4 Existem pastores que discordam da candidatura oficial da Igreja?

Ainda dentro desse assunto outra pergunta foi realizada para perceber se existe ou não certa coesão entre os pastores. É possível discordar da candidatura oficial da Igreja para apoiar outra candidatura e se, por acaso, sofrem alguma pressão no sentido do apoio à candidatura oficial.

Foi perguntado: Existem pastores que discordam da candidatura recomendada pela Igreja, para apoiarem outro candidato? Sim? Não? Se sim, sofre algum tipo de pressão?

Existem, às vezes existe, né! Aí tem que ser analisado cada caso, né! [...]. Existem, existem sim, às vezes divergências, às vezes existe algum tipo de compromisso, às vezes é um parente: ah tenho um irmão que é então tenho que apoiar, isso é respeitar, não é imposição não! A nossa questão é sempre propositiva, né! [...]. Não, nunca vi isso! Não! É claro que toda discordância ela gera, às vezes, um desconforto, né! Mas, qual que é o fundamento dessa discordância? Existe um fundamento plausível? Ou é uma rebelião, né! Ah eu não quero, eu não. Então cada caso é analisado. Mas eu, até hoje, eu não vi nenhuma pressão desde quando vivi no estado do Mato Grosso lá temos, também, deputado federal, estadual, vereadores, nunca vi esse tipo de pressão não! Se você não apoiar nós vamos te tirar daí, vamos de tirar do Campo, não! [...]. (Pr. Ebenezzer, 2021).

A resposta acima contempla a existência de pastores que discordam da candidatura oficial para apoiar outra candidatura, porém suaviza a partir do momento em que diz que o apoio dado a outro seria para um parente. Observa que existem divergências, mas não pressão e, como um pastor experiente, arremata a resposta observando sua vivência desde os tempos em que foi pastor no estado do Mato Grosso.

Olha eu vou, vamos dizer assim, Rio Claro, Igreja Assembleia de Deus Ministério do Belém, nós somos unidos num só propósito, num só desejo [...], eu não vou mentir pro Sr. não, existe! Só que Rio Claro nós temos nossa liderança, só que Graças a Deus os liderados eles vão na mesmo objetivo do líder. Não! Não, em momento algum ele sofre pressão. (Joel, 2021).

Apesar de destacar a união dentro da Assembleia de Deus Ministério do Belém em Rio Claro/SP, o pastor admite que existem pastores que possam discordar da candidatura oficial e destaca a figura central da liderança da Igreja, como unificadora dos liderados no mesmo objetivo do líder. O líder, se pensado, não é alguém apenas que represente a manutenção coesa do grupo, mas oferece identidade aos seus pastores. Uma liderança fraca, muito provavelmente, não consegue a coesão do grupo e a identidade fica comprometida. Os pastores de um líder fraco não teriam tanto orgulho de serem liderados e a coesão ficaria prejudicada.

Sim, porque a Igreja é livre. Não existe aqui um sistema ditatorial, não existe um sistema, aqui, ditador, onde há uma liderança despótica que venha instituir uma lei um mandato e todos tem que obedecer, não! Tem aquele que pode discordar, pode até ser que apoie outro tal, só que nós prezamos muito pelo respeito, e, também, pela fidelidade, lealdade, como que eu vou trabalhar ao seu lado divergindo de ideias suas na questão do você pensou pra que eu como sendo liderado seu, pense. Então não tô em acordo, então não faço, não exerço aquela função, deixo pra outro. Então, eu tenho que estar em comum acordo com meu líder. Então, aqui nós somos muito coeso. A ideia de um representante parte do Pastor, cada um pode avaliar aquele candidato, temos liberdade pra falar se não concorda, se não concorda não é obrigado a apoiá-lo. Mas agora, a visão de apoiar outro aí já é de encontro a uma lei, como eu posso dizer pra você, de uma obediência. Então já parte pra outro lado [...]. Não! Represália, não! Só que, você veja bem Professor, por si próprio a pessoa já começa sentir mal porque ele tá indo de encontro a ideias, a projetos, ele tá indo contra tudo isso. Então, não existe pressão por parte de liderança ou de alguém ligada à liderança pra essa pessoa [...]. Mas não existe nenhuma inimizade, não existe nenhuma retaliação, se ele exerce qualquer cargo, desde que ele não seja traidor de suas ideias [...]. Agora quando ele

age as escondidas aí ele não é digno de confiança, aí é diferente [...]. (Pr. Geraldo, 2021).

Novamente, como nas respostas anteriores existem pastores que discordam da candidatura oficial e, curiosamente, aparecem as palavras: respeito, fidelidade e lealdade, que seriam o amálgama de tal coesão entre líder e liderados. Coesão, identidade e carisma, a junção dos três fatores em torno do líder é o que propicia o respeito, a fidelidade e a lealdade. Caso o líder não possua e demonstre seu carisma, pode, da mesma forma, perder seus liderados.

Eu creio que tenha sim. Eu não conheço, mas eu creio que tenha. Nem todo mundo pensa da mesma forma.[pressão]. É como eu falei, eu não conheço, né! Eu creio que tenha, geralmente como eu falei, cada um pensa de uma forma. Eu já ouvi pastores dizer assim: por mim não tinha candidato da Igreja. Eu já ouvi isso, né! Em reunião de obreiros, já vi pessoas falar: por mim não tinha. Mas é opinião dele, é opinião dele. Porque nós vivemos em sociedade, se você vive na sociedade você tem que participar de toda a sociedade. Se você participar só de uma coisa não tem jeito. (Pr. Geraldinho, 2021).

Apesar de reconhecer a existência de discordância de pastores que não aderem à candidatura oficial, diz que não conhece caso e, ao mesmo tempo, diz ter ouvido pastores discordarem. Destaque para a importância de participar de toda sociedade. Essa é uma ideia recorrente entre os pesquisados que veem importância dos evangélicos ocuparem todas as esferas pertencentes à sociedade, não apenas a política, mas também o sistema judiciário, as universidades e os altos cargos em empresas para que os evangélicos sejam reconhecidos e representativos.

Sim, claro. Até porque nós estamos dentro de um grupo de pessoas que pensam diferente, que tem objetivos diferentes. Aí quando eu falo em objetivos, não os objetivos quanto as políticas sócio-econômicas, eu to falando de interesses pessoais e existe com certeza! Com certeza, existe! E eu conheço, inclusive, pessoas se auto indentificava como potencial candidatos e eventualmente saíram, eventualmente não, saíram, se lançaram como propostas alternativas e a gente sabe a mente, não era um projeto amplo para a comunidade, era um projeto pessoal. Então existe, existe! Não! Eu não vejo que sofre algum tipo de pressão, repressão ou de coação, inclusive, no momento pra que não venha aceitar, ou não venha concorrer, não. Obviamente, as pessoas, de novo, procurando sempre seus objetivos e visando suas ambições pessoais num determinado momento que não são ouvidas elas, na grande maioria das vezes, procuram, podem procurar, outros espaços em outros lugares. Mas, não vejo, não vejo, não vejo como sendo uma prática dentro do nosso meio [...]. E quando não são atendidas, de uma certa forma, existe uma demanda de uma capacidade de gerenciar esses conflitos de quem está na frente né! Então eu posso falar aqui dessa habilidade, muio bem visível do nosso Pastor de gerenciar esse tipo de demandas, de desejos, por diferentes partes do nosso Pastor do Estado de São Paulo também, entendeu? [...]. Na Igreja acontecem essas diferenças, existem essas diferenças de visões, de interesses, existe! Mas há alguma coação, não! Alguma perseguição? Não, não vejo! Mas a insatisfação ela fica! (Pr. José Ricardo, 2021).

Assim, como todas as respostas anteriores, existem pastores que discordam da candidatura oficial para apoiar outra candidatura e não existem, nas palavras do pastor entrevistado, coação nem perseguição. Todavia, a insatisfação com aquele que discorda fica, uma vez que, ao buscar na

resposta anterior, não houve respeito, fidelidade e lealdade ao líder e aos demais pares de cargos eclesiais.

3.5 Considerações parciais

Ao resumir, todos os pastores observam que existem discordâncias a respeito das candidaturas oficiais. Porém, a figura do líder da Assembleia de Deus Ministério do Belém em Rio Claro/SP é de extrema importância para a manutenção da coesão e para que seus pastores se mantenham unidos nas candidaturas ao legislativo federal, estadual e a vereador. A mensagem que se passa, repetindo, é que os candidatos são homens de Deus mas ter um líder carismático e que aglutine é fundamental.

A opção por montar esse capítulo que abrange algumas explicações sobre o campo pentecostal e neopentecostal, para que não existam dúvidas para o leitor, um breve histórico da Assembleia de Deus, seus pioneiros e data de fundação e, sobremaneira, inserir a política nesse momento, passa a noção ao leitor de como serão os outros capítulos – em análises por temas – a posteriori, será realizada a mesma dinâmica com a Igreja Internacional da Graça de Deus.

Até esse ponto, nota-se uma racionalidade voltada para a construção das candidaturas. Tal construção racional é, em tese, democrática, uma vez que os nomes escolhidos são postos para aprovação da Convenção Estadual das Assembleias de Deus; todavia, como os nomes são familiares, muito provavelmente, não é de bom tom que a Convenção desaprove. Com relação às lideranças, carismáticas e fortes, existe certa coesão entre seus pastores, mesmo aqueles que discordem da candidatura posta em jogo, cabe a liderança a manutenção da coesão para que o grupo de pastores não se desagreguem.

3.6 Como os representantes eleitos podem atuar em favor da Igreja?

Através das interpretações acima: construção racional das candidaturas familiares, a coesão das lideranças carismáticas e a obediência dos pastores que apoiam, ao menos os do campo de Rio Claro/SP, cabe a pergunta realizada tanto aos pastores da Assembleia de Deus Ministério do Belém Rio Claro/SP, os membros não responderam à questão. Como um representante eleito pela Igreja pode atuar em favor dela? Segue a primeira resposta:

Como eu disse anteriormente. Sempre buscando equilíbrio, defendendo as nossas pautas, né! Aquilo que acreditamos, buscando equilíbrio e buscando uma melhoria de forma coletiva pra sociedade. Trabalhando pra uma sociedade [...]. (Pr. Ebenezer, 2021).

A resposta acima ressalta as pautas que são caras aos evangélicos, que serão observadas no transcorrer do texto, uma delas vale destacar é a questão da família. Os evangélicos e a Assembleia de Deus não se furtam a isso, defendem de maneira veemente a questão da família. Para tal grupo social é importante que as leis protejam a família frente a novos tipos de famílias que surgem com a modernidade.

Vamos dizer assim, trazendo os recursos, não somente à Igreja, porque a Igreja não depende do recurso político, tá! Vamos deixar bem claro isso. A Igreja ela depende da irmandade, da sua fidelidade. O que o deputado pode trazer de benefício à Igreja é os projetos pra cidade em que a Igreja está. Por exemplo, Rio Claro, o Sr. que está nessa área aí o Sr. vai entender que o nosso deputado federal ele trouxe vários recursos ano passado pra cidade de Rio Claro. E isso, graças a Deus, mediante a Igreja de Rio Claro. Por isso que é importante nós temos o bairro Recando Paraíso. Recando Paraíso ele ficou vinte e cinco anos e o povo pedindo: asfalta, asfalta, asfalta esse bairro, ninguém conseguiu asfaltar. Nosso representante a vereador, foi ao representante deputado federal, conseguiu a verba, hoje, Recanto Paraíso está asfaltado. Então isso é Igreja e Política. (Pr. Joel, 2021).

A resposta acima é importante, pois mostra como o representante, deputado federal, pode atuar pela sociedade e, ao mesmo tempo, agregar ao seu nome popularidade dentro da Igreja. Antes, porém, o pastor entrevistado deixa claro que a Igreja não depende de recurso público. Outrossim, o representante pode enviar para o município verbas de emendas parlamentares que servem para sua promoção. É comum que os deputados tenham verbas de emendas e, não seria estranho, que distribuisse certa quantidade para diversos municípios para sua autopromoção. Assim sendo, emendas parlamentares para deputados evangélicos podem funcionar como um bom cabo eleitoral.

Nós falamos agora a pouco na questão do deputado federal. Isso, também, desce pra um deputado estadual e desce, também, pra um vereador. Esse vereador ele tem que sempre ver as demandas a Igreja como parte de uma sociedade corre atrás; e quais são elas? Família [...], isso também se estende ao vereador. E, também, as demandas sociais. A Igreja ela tem sua demanda. A Igreja ela está num bairro, ela tem lá pessoas carentes, tem pessoas que precisam de um emprego, de geração de emprego, de condições de vida, de segurança. Então, a Igreja não se exclui [...]. Eu tenho famílias lá na minha Congregação que mora num bairro lá que precisa de asfalto, precisa de tudo, então esse representante, ele está lá, nós nomeamos ele pra defender as causas da família, tudo, mas ele tem que apresentar projetos para ao bem daquela sociedade, daquela comunidade, que é embasada que e contida por evangélicos, mas também por outros também [...]. (Pr. Geraldo, 2021).

A família perspassa rapidamente pela resposta, o vereador seria eleito para defender a família, mas não apenas, a Igreja que está em determinado bairro carente que possuem suas demandas e o vereador passa a desempenhar o papel de assistente social. Mesmo apresentando projetos, deve estar presente para as pessoas que precisam de emprego, de condições de vida, segurança, de asfalto. Certamente, essas demandas surgem ao vereador através dos próprios membros – moradores dos bairros. Ao invés de fiscalizar o poder executivo e propor leis, o vereador assume o *quarto poder*, da assistência social, fato que não é recente e pode ter

consequências, certamente positivas, caso o representante consiga êxito para indivíduos ou famílias. O que garante sua autopromoção e votos em eleições futuras.

Eu creio que, quando a pessoa é eleito. Ele é eleito pra atender não só a Igreja, mas toda a população. Se a pessoa é eleito pra vereador, ele é eleito pela Igreja, mas ele tem que fazer o trabalho com toda comunidade. Assim, é o deputado estadual, assim é o deputado federal. Ele não vai atender só a Igreja, ele foi eleito pelo povo, mas quem elegeu? Ele é do município? Ele é do estado? Ele é da união? Então ele tem que trabalhar em prol de toda a nação de todo povo [ele pode atuar em favor da Igreja e de que maneira?] Ele pode, por exemplo, aqui na Igreja fizeram um projeto de lei para pegar essa avenida que vem ali, que entra no portão, pra abrir aqui pra acabar com o terreno da Igreja. O vereador Peireira foi lá e bateu em cima, não deixou abrir a avenida. Então ele trabalhou em prol da Igreja.²⁵ (Pr. Geraldinho, 2021).

Os representantes eleitos devem atender toda a população, seja o deputado federal, estadual ou vereador. Entretanto, o representante pode interferir em favor da Igreja, como no caso exposto pelo pastor entrevistado. O atual terreno da Igreja, onde está atualmente o novo templo (recém construído), era um campo de futebol de várzea. A avenida termina no antigo terreno e, segundo a resposta, existiu um projeto de lei para abrir a avenida pelo terreno da Igreja o vereador trabalhou para que a avenida não fosse aberta e atendeu ao interesse da Igreja local.

Por tudo quanto a gente falou, né! Essa aproximação frente a liderança da Igreja, de preferência representantes de coadunam com os valores, os princípios e, melhor ainda, se os mesmos estiverem ali presente juntamente conosco nessa vida diária cristã aqui, nesse convívio na sociedade. Então, acredito que seja assim.” *O mesmo vale para o vereador. (Pr. José Ricardo, 2021).

A última resposta centra-se na questão dos valores; o representante eleito deve possuir os mesmos valores pelos quais a Igreja luta e o convívio de pastores e fiéis com esse representante, principalmente o mais próximo, no caso o vereador, torna-se importante. O representante deve seguir em retidão seus princípios cristãos e defendê-los. Caso tal fato deixe de ocorrer sua futura candidatura fica ameaçada de apoio institucional.

3.7 Considerações parciais

As respostas apresentadas pelos pastores parecem coerentes com a função de seus representantes – deputados estadual e federal –, não observam qualquer benefício concedido por esses à denominação. Os deputados devem trabalhar para toda sociedade. Tivida, preocupam-se com a questão da defesa das pautas, por exemplo, a família, e a destinação dos recursos públicos

²⁵ A avenida termina no terreno da Igreja, onde se localiza o novo templo, e recomeça em sua parte de trás. Queriam, segundo o entrevistado, abrir a continuação da avenida e dividir o terreno, ou o atual estacionamento, da Igreja Assembleia de Deus – Sede.

frutos de emendas parlamentares, que muitas vezes os deputados enviam aos municípios e propagandeiam sobre o feito na esperança de ganhar visibilidade e, porque não, garantir mais apoio e votos. Essa forma de atuação não é ilegal. Pode-se questionar sua moralidade, ou melhor, até que ponto se trabalha ou se destinam recursos realmente em prol da sociedade, mas que não é ilegal isso não é discutível.

Com relação ao vereador, os discursos são um pouco diferentes. O que é possível entender é que o vereador assume um papel de assistente social daquilo que os moradores de bairros necessitam. Assim, estar atento ao que a sociedade local necessita faz toda diferença para o exercício do mandato de vereador. Atender essas demandas e, se possível buscar recursos junto ao seu deputado federal, é importante para o vereador. Dessa forma, ele ganha visibilidade e garante seu quinhão de votos. Outrossim, lamentavelmente, em todos os municípios, o exercício da vereança é realizada como assistencialismo social. A teoria que o vereador deve fiscalizar o executivo municipal e propor leis que favoreçam aos munícipes é, ao invés disso, o exercício de segunda ordem que, na prática, não agregam votos.

4 A IGREJA INTERNACIONAL DA GRAÇA DE DEUS

A história da Igreja Internacional da Graça de Deus imbrica-se com o surgimento da Igreja Universal do Reino de Deus e seu Bispo Edir Macedo. Romildo Ribeiro Soares e Edir Macedo começam juntos após, saírem da Igreja Nova Vida de característica neopentecostal e elitista. É uma Igreja pequena na qual Macedo não tinha espaço para suas aspirações, pessoais para tanto sai da Nova Vida:

Após doze anos como membro da Nova Vida, em 1975 Macedo, farto do elitismo desta igreja e sem apoio para suas atividades evangelísticas, consideradas agressivas, decidiu partir para vãos mais altos. Ao lado de Romildo Ribeiro Soares, Roberto Augusto Lopes e dos irmãos Samuel e Fidélis Coutinho, fundou a Cruzada do Caminho Eterno, que não fez jus ao nome nem mesmo para seus criadores. Antes de abri-la, Macedo e Romildo Soares, que ainda não haviam exercido cargos eclesiais, foram consagrados pastores na Casa da Benção pelo missionário Cecílio Carvalho Fernandes [...]. Dois anos depois, nova cisão. Desentendendo-se com os irmãos Coutinho, Edir Macedo, Romildo Soares e Roberto Lopes saíram da Caminho Eterno e fundaram em 9 de julho de 1977, a Igreja Universal do Reino de Deus. (MARIANO, 1999, p. 55).

Macedo separa-se da Nova Vida e com seu cunhado R. R. Soares fundam a Cruzada do Caminho Eterno. Após um cisma dentro da Igreja, Macedo e R. R. Soares fundam a Igreja Universal do Reino de Deus. Pelo que consta, no início R. R. Soares era o principal pregador:

No princípio o missionário Romildo Soares era o líder da Universal e seu principal pregador. Sua liderança, contudo, logo começou a ser atropelada pelo estilo autoritário e centralizador de Macedo, bem como por seu carisma, dinamismo e pragmatismo. Soares aos poucos foi perdendo terreno no controle da denominação para Macedo, seu cunhado, que adquiria crescente destaque entre fiéis e pastores da igreja [...]. Em fins dos anos 70, os dois chegaram a um impasse. Macedo, então, para decidir qual deles permaneceria à frente da igreja propôs que a disputa se resolvesse por meio de votação do presbitério. Macedo venceu o pleito. Soares, compensado financeiramente, desligou-se da Universal para fundar, em 1980, nos mesmos moldes de sua antecessora imediata, a Igreja Internacional da Graça de Deus. (MARIANO, 1999, p. 56).

R. R. Soares foi o principal nome da Universal, mas o carisma e o caráter centralizador de Macedo faz com que o primeiro se desligasse da Universal e, em 1980, surge a segunda maior igreja do ramo Neopentecostal comandada pelo Missionário R. R. Soares. Antes de ser líder denominacional, foi sapateiro, engraxate e operador de cinema. Natural de Muniz de Freitas/E, aos 6 anos de idade, converte-se em Igreja Presbiteriana; em seguida, passa a frequentar uma Igreja Batista. Aos 16 anos, muda-se para o Rio de Janeiro, onde participa da fundação da Cruzada do Caminho Eterno e, posteriormente, da Igreja Universal do Reino de Deus. Sem ter cursado teologia, forma-se em Direito tardiamente, casado e pai de 5 filhos.

²⁶ Mais a frente o leitor conhecerá quais são os filhos do Missionário envolvidos em política

Na Igreja em Rio Claro/SP, o templo está aberto todos os dias e os cultos acontecem às segundas-feiras, quartas-feiras, sextas-feiras e domingos, em três períodos manhã, tarde e noite. Em templos maiores, como nas capitais, os cultos são diários de segunda a domingo. Seus cultos são temáticos, por exemplo: segunda-feira é dedicado à prosperidade, quarta-feira é dedicado à saúde, sexta-feira é dedicado à libertação e domingo é dedicado ao louvor e adoração. Todavia, apesar dos cultos serem temáticos, podem também receber um complemento ao nome. Por exemplo: no dia 10/01/2022 – segunda-feira – aconteceu culto da Prosperidade. No dia 12/01/2022 – quarta-feira – denominou-se quarta-feira da Sagrada Família. No dia 14/01/2022 – sexta-feira – denominou-se sexta do Grito da Liberdade e em 16/01/2022 – domingo – denominou-se Domingo dos Filhos de Deus²⁷.

Não apenas o culto de segunda-feira tem embasamento na teologia da prosperidade, mas em todos os cultos a mensagem está presente. Mas o que essa teologia prega? Observa-se na citação a seguir:

A Teologia da Prosperidade está trazendo o celeste porvir para o terrestre presente. Para comermos da melhor comida, para vestirmos as melhores roupas, para dirigir os melhores carros, para termos o melhor de todas as coisas, para adquirirmos muitas riquezas, para não adormecermos nunca, para não sofrer qualquer acidente, para morrermos entre 70 e 80 anos, para experimentarmos uma morte suave – basta crer no coração e decretar em voz alta a posse de tudo isso. (MARIANO, 1999, p. 147).

A citação deixa bem evidente que as promessas dos crentes não são apenas no porvir, mas no plano terrestre, da vida cotidiana, a promessa de riqueza, prosperidade material, de boa saúde, ou seja, os desfrutes dessa vida. Contudo, para que as promessas de prosperidade aconteçam é necessária a obediência nos dízimos, ofertas, campanhas e propósitos: “Em seguida, já na posição de credor, o dizimista deve submeter Deus à prova, cobrando a realização das promessas divinas. Pois, uma vez pago o dízimo, Deus fica em débito, torna-se objeto de cobranças, sendo obrigado a retribuir.” (MARIANO, 2003, p. 250). E para que tudo aconteça é preciso que o fiel deva decretar as promessas de Deus em sua vida:

Os cristãos, em vez de implorar, devem decretar, determinar, exigir, reivindicar, em nome de Jesus, como Deus prescrevera, para ‘para tomar posse das bênçãos’ a que tem ‘direito’. Mais que isso: eles devem crer a priori que já receberam as graças apesar de elas ainda não terem se concretizado no plano material. (MARIANO, 1999, p. 154).

²⁷ Na segunda-feira apenas um culto às 19:30 horas. Na quarta-feira e sexta-feira três horários 9:00, 14:00 e 19:30 e no domingo dois horários 8:00 horas e 18:30 horas.

Deve-se decretar as promessas de Deus não apenas nos dízimos e ofertas, mas também nos propósitos e campanhas. Propósitos e campanhas são praticamente a mesma coisa, ambas temáticas, servem para despertar e estimular a fé dos membros da Igreja. Todavia, existe apenas um ponto de diferença, segundo explicações que obtive no campo, a saber: Propósitos são mais curtos, duram poucas semanas e as Campanhas, mais importantes, pois possuem duração maior. Assim, dízimos, ofertas, propósitos e campanhas são realizadas na Igreja Internacional da Graça de Deus:

Universal e Internacional, mediante pagamento de ofertas estipuladas, distribuem aos fiéis rosa, azeite do amor, perfume do amor, pó do amor, arruda, sal grosso aliança, lenço, frasquinhos de água do Rio Jordão e de óleo do Monte das Oliveiras, nota abençoada (fotocópis de cédulas benzidas), areia da praia do Mar da Galiléia, água fluidificada, cruz, chave, pente, sabonete. Tal como na umbanda e no catolicismo popular, recomenda-se que sejam colocados na comida, ora jogados num rio, ora passados no corpo, ora guardados na carteira, carregados no bolso e daí por diante. (MARIANO, 1999, p. 134).

Existe o envelope dos propósitos com Deus e das campanhas que é distribuído a todos indistintamente e um valor é estipulado ao mesmo tempo em que o envelope é distribuído. Nesse ponto posso dizer que peguei envelopes de campanhas e propósitos, recebi óleo ungido para colocar na comida no sentido de abençoar a família; saquinho de sal para cozinhar e pulseira.

Todas as campanhas e propósitos são baseadas em algum versículo bíblico isolado, geralmente do Velho Testamento. Os pastores possuem autonomia para realizar as campanhas e propósitos ou podem seguir a ideia de um pastor regional ou mesmo seguir as da Sede em São Paulo. Lembro-me de um propósito de Davi e Golias, participei dessa, em que os fiéis eram convidados, ao final do culto, a pegarem um pedaço de papel e escreverem seus problemas ou pedidos e jogarem em um banner de Golias. A contribuição é estipulada para uma determinada data. Porém, o valor não é uma imposição apesar de estipulado e estimulado.

Observar-se-á como se dá um culto dominical na Igreja Internacional da Graça de Deus para que o leitor tenha uma ideia de como é.

O culto é aberto pelo grupo de louvor. Uma das integrantes lê um trecho da Bíblia, faz uma pequena oração e pede uma salva de palmas para Jesus. Seguem três ou quatro louvores. Ao fim de cada louvor, há uma salva de palmas. O Pr. entra, sobe no altar, continua o louvor e faz uma oração. Após todos se sentam para ouvir a palavra, durante a pregação o tecladista toca um fundo musical, a pregação é sobre o livro de II Reis 4:8-17, história da mulher rica que observava o homem de Deus que sempre passava. Construiu um abrigo para Eliseu e seu servo descansarem. Durante a pregação é possível destacar algumas anotações de falas do pastor em tom professoral:

“Todo bom servo é observador.” (ANOTAÇÕES: 2020). “Nós estamos vivendo tempos onde as pessoas não querem servir, querem ser servidos.” (ANOTAÇÕES: 2020). “O bom servo

não só identifica o que tem que ser feito, mais toma atitude para fazer o que tem que ser feito.” (ANOTAÇÕES: 2020). “E muitas pessoas que estão na Igreja não querem servir, querem ser servidas.” (ANOTAÇÕES: 2020). “Nós temos que ver se estamos servindo do jeito que deveríamos servir.” (ANOTAÇÕES: 2020). “Todo bom servo é abençoado.” (ANOTAÇÕES: 2020). “Se é como Deus pede em sua Palavra ou é de seu jeito?” (ANOTAÇÕES: 2020).

E a pregação continua com outro texto I Reis 17:8-16, contexto de uma mulher viúva que nada tinha para comer. O profeta Elias foi enviado para que uma benção alcançasse aquela casa. Elias pede para que a mulher pegasse o pouco que tinha para preparar refeição, a partir desse momento, óleo, azeite, farinha, não paravam (milagre) de sair das tijelas e, ainda, economizaram por dias, segue a continuação da mensagem:

“Uma viúva pobre, mais que tinha um coração de servo.” (ANOTAÇÕES: 2020). “Uma mulher pobre que se dispõe a servir com o pouco, ou quase nada, que ela tinha.” (ANOTAÇÕES: 2020). “Quem tem um coração de servo vai buscar uma forma de servir, mesmo que não tenha condições.” (ANOTAÇÕES: 2020). “A verdade é que nós encontramos desculpas para não servir.” (ANOTAÇÕES: 2020). “Quem quer servir, sirva, mas com aquilo que tem.” (ANOTAÇÕES: 2020). “O ano de 2020 está acabando e como você serviu a Deus?” (ANOTAÇÕES: 2020). Se coloque na posição de servo.” (ANOTAÇÕES: 2020). “Despertamento da Igreja, despertamento dos obreiros.” (ANOTAÇÕES: 2020). “Fala pra Deus na oração que vamos fazer: Deus me dá um coração de servo.” (ANOTAÇÕES: 2020). “Quem serve de todo coração não fica a mercê da miséria, a mercê do Diabo.” (ANOTAÇÕES: 2020). “O coração de servo, mesmo quando alguém pedir você vai fazer.” (ANOTAÇÕES: 2020). “Quando Deus te prosperar [...], conheço gente que devolve 10 ou 20 mil de dízimo e é servo.” (ANOTAÇÕES: 2020). “Quando Deus te honrar não deixe de ser servo.” (ANOTAÇÕES: 2020).

Após a pregação, passa-se a oração principal. Em dias da semana a oração forte pela família ou pela libertação.

Ao acabar a oração, seguem pedidos de dízimos, ofertas e envelopes de campanha. Nesse momento, os obreiros passam com envelopes, outros com máquinas de débito e crédito, nas duas fileiras da Igreja, vão e voltam, enquanto o Pastor pede. Após pedidos, o pastor faz uma pequena oração pelos dízimos, ofertas e envelopes e os fiéis seguem até o altar para entregar em uma caixa. Enquanto isso, o conjunto de louvor toca uma música.

Após o momento dos dízimos e ofertas, é feita a última oração e encerra-se o culto.

Acerca do culto descrito, pode-se afirmar que a liturgia é simples – abertura, pequena leitura da bíblia, oração, cantos, oração do pastor, pregação, oração principal, dízimos, ofertas e oração final. Todos os cultos, sejam de segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira seguem esse rito com apenas uma exceção nos cultos de quarta e sexta após realizada a “oração forte” são colhidos os

testemunhos de curas, milagres e libertação daqueles que desejam falar. Ouvi diversos testemunhos de curas de dores no peito, dor de cabeça, dor na sola dos pés, queimação no estômago, dores de coluna, dentre outros.

Na quarta-feira é travada a batalha espiritual pela família. A oração principal – oração forte – realizada pelo pastor é dirigida aos problemas familiares, sendo assim, aqueles que frequentam esse culto procuram solução para suas demandas familiares. Esses problemas são abordados enquanto o pastor ora em voz alta e enfática e diz, por exemplo: problemas com filho (a) nas drogas, marido com vício em bebida, filho preso, problemas no casamento, separação, amante na vida do marido, doença na família, dentre tudo o mais que pode ser vivenciado no lar. A culpa de todas essas vicissitudes na vida familiar é atribuída ao Diabo. Cabe ao crente orar, ter fé e declarar que o mal deve sair de sua família para tudo voltar à normalidade.

4.1 Igreja Internacional da Graça de Deus e seu representante oficial no Estado de São Paulo

Com relação à política, pode-se destacar que todos os filhos do Missionário R. R. Soares atuam como políticos, muito próximos ao pai, ganham visibilidade no altar, como David Soares, cantor e pregador ou recebem apoio do pai e no altar das Igrejas da Graça do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro. A seguir, o leitor passa a conhecer os cinco filhos do Missionário e seus mandatos como políticos.

Deputado Federal David Soares²⁸ ou David Bezerra Ribeiro Soares, natural do Rio de Janeiro/Capital, nascido em 21/12/1973, possui graduação em direito e pós-graduação - não especificada - está no primeiro mandato a saber: posse 2019 – 2023, eleito pelo DEM/SP.

Deputado Estadual Daniel Soares²⁹, natural do Rio de Janeiro/Capital, nascido em 19/01/1976, possui graduação em direito. Em 2008 foi eleito vereador em Guarulhos/SP, pelo PSC, em 2011 filiou-se ao DEM e 2012 foi reeleito vereador. Atualmente é Deputado Estadual na legislatura 2019 – 2023.

Deputado Federal Marcos Soares³⁰ ou Marcos Bezerra Ribeiro Soares, natural do Rio de Janeiro/Capital, nascido em 16/05/1978, possui graduação em direito, está em seu primeiro mandato, apesar de ter ficado como suplente. Eleito pelo PR, tomou posse em 02/01/2021 e permanece como deputado até o momento, desfiliou-se do PR e migrou para o DEM/RJ.

²⁸ Cf. <https://www.camara.leg.br/deputados/204511>

²⁹ Cf. <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300619>

³⁰ Cf. <https://www.camara.leg.br/deputados/178943>

Deputado Estadual Filipe Soares³¹, ou, Filipi Bezerra Ribeiro Soares, natural da Rio de Janeiro/Capital, nascido em 04/12/1981, possui graduação em publicidade e propaganda e teologia, está em seu segundo mandato, sendo o primeiro disputado nas eleições de 2014, eleito pelo PR/RJ, obtendo 39.058 votos, migra para o DEM/RJ.

André Soares ou André Bezerra Ribeiro Soares, natural do Rio de Janeiro/Capital, nascido em 30/12/1974, possui graduação em direito, foi deputado estadual por São Paulo durante três mandatos no período de 2007 – 2015, eleito pelo DEM/SP. Nas eleições de 2018³², no partido Democracia Cristã, antigo PSDC, não foi eleito, obteve a inexpressiva quantidade de 24.937 votos, muito abaixo dos 127.373 votos obtidos nas eleições 2014. Atualmente retornou para o DEM/SP.

A título de interesse, o que será importante para a tese é a representação do Deputado Federal, e filho do Missionário, David Soares, eleito por São Paulo com o apoio da Igreja no estado; a questão do deputado estadual não é descartada apesar de não ter sido abordada nas entrevistas cujo foco é a Câmara Federal, contudo não é de se descartar a dobradinha David Soares e Daniel Soares respectivamente federal e estadual por São Paulo, Outro fato é a questão da candidatura à vereador observada em pergunta específica de como se constroem as candidaturas.

O leitor, a tomar conhecimento de que todos os filhos do Missionário R. R. Soares, total de cinco, exercem cargos legislativos pode-se destacar:

Se por muito tempo não há provas do carisma, se o agraciado carismático parece abandonado por seu deus ou sua força mágica ou heróica, se lhe falha o sucesso de modo permanente e, sobretudo, se sua liderança não traz nenhum bem-estar aos dominados, então há a possibilidade de desvanecer sua autoridade carismática. Este é o sentido carismático genuíno da dominação “pela graça de Deus”. (WEBER, 2012, p. 159).

O Missionário R. R. Soares é um importante pregador e televangelista brasileiro. Possui programas em canais abertos de televisão, além de possuir seu próprio canal a RIT TV e uma distribuidora de TV a Cabo – Nossa TV -, ao pregar a Teologia da Prosperidade, os milagres e incentivarem as pessoas a decretarem sua vitória em quaisquer áreas da vida, é conhecido pelos milagres que Deus opera por suas mãos. Os testemunhos sempre são ressaltados nos programas televisivos. Dessa forma, seu carisma, apesar de sempre testado, oferece resultado aos seus dominados. Assim sendo, pode-se dizer que o Missionário R. R. Soares é, por excelência, um líder carismático.

Ademais, o Missionário foi além do Pr. José Wellington Bezerra. O primeiro conseguiu a proeza de possuir cinco filhos na política partidária. Pode-se aventar a possibilidade de uma

³¹Cf. [https://www.alerj.rj.gov.br/Deputados/PerfilDeputado/384?Legislatura=19&NomeDeputado=Filipe%20Soares%20\(Filipe%20Soares\)](https://www.alerj.rj.gov.br/Deputados/PerfilDeputado/384?Legislatura=19&NomeDeputado=Filipe%20Soares%20(Filipe%20Soares))

³² Cf. <https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2018/candidatos/mg/deputado-federal/andre-soares,2700> e <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300460>

transferência de carisma. Como seus fiéis sentem-se agraciados por seu líder não é de se espantar que manifestem gratidão votando e apoiando os candidatos oficiais da denominação.

Observa-se, também, como no caso do pastor Assembleiano que, o Missionário R. R. Soares pode, perfeitamente, utilizar de seu carisma de forma racional com a finalidade de eleger seus representantes o que tem conseguido com êxito. Mesmo que para isso utilize da questão do carisma, religião e política. E, por consequência, abuse das três características elencadas no propósito de atrelar sua denominação à política representativa. De certo, que tal abuso por parte do Missionário R. R. Soares existe. Utiliza-se da religião para ganhar apoio e votos de seus dominados, não entendidos aqui no tempo pejorativo, para eleger uma bancada de deputados de sua própria família.

4.2 Como são construídas as candidaturas oficiais da Igreja Internacional da Graça de Deus.

Para observar como são construídas as candidaturas a deputado federal e a vereador pela Igreja Internacional da Graça de Deus, foi elaborada a seguinte pergunta aos pastores: Pela experiência que o Senhor tem como são construídas as candidaturas?

Então como é feito aí nós não temos acesso porque aí a gente tem uma parte que cuida dessas diretrizes, né! Apenas, assim, municipalmente falando onde nós estamos que é nossa esfera de atuação, no meu caso, nós temos sim a permissão de fazer indicações. As vezes tem algum membro da Igreja que deseja ingressar, a gente tem que ver se esse pessoa é uma pessoa séria, uma pessoa que tá a frente e a gente apresenta ela a esse departamento também. E aí ele passa por uma seleção por lá. Então, nós apenas indicamos essa pessoa que nós vemos que é uma pessoa da Igreja, uma pessoa firme [...]. Então no caso até hoje quem tá responsável é o Deputado David Soares que cuida toda essa parte. Ele vai observar todos os candidatos, ele vai analisar, vai ver a ficha deles [...]. Então ele funciona dessa forma, quem cuida é o próprio David Soares, que é o deputado federal da Igreja, ele na verdade é o responsável pela aprovação [...]. Nós indicamos os três, é que dois deles apareceram depois, e o candidato selecionado foi esse primeiro que nós já havíamos enviado, nós enviamos as outras depois. Aí foi feita a avaliação e optaram pelo candidato que concorreu as eleições [...]. Os critérios para a seleção quem cuida disso é o deputado. (Pr. Lucas, 2021).

Apesar do entrevistado acima não saber como são construídas as candidaturas a deputado federal, deixa claro que existe um departamento que cuida do assunto. Com relação à candidatura à vereança, o pastor local pode indicar quantos candidatos se propuserem obviamente, desde que seja uma pessoa fiel na Igreja. Os nomes são enviados a esse departamento e quem cuida é o Deputado Federal David Soares.

Não tenho experiência nenhuma. Eu, uma coisa assim, falar que eu estudei, que eu ouvi falar alguma coisa a respeito, foi falado, mas eu não interessei, vou ser sincero o porque. Mas eu vejo assim, foi com o objetivo de ter alguém representando o nosso! Eu vejo dessa maneira. [...]. Foi até uma falta de vontade, vem os papéis ali, quando o candidato vai se candidatar, ali o projeto deles, né! [...]. (Pr. Valdete, 2021).

A pastora Odete diz não ter nenhuma conhecimento sobre o assunto da construção da candidatura a deputado federal. O motivo apontado é a má vontade ou falta de vontade com relação ao assunto. Assim, nada de importante foi revelado na resposta da pastora.

Na verdade, nós não temos tanto conhecimento. Quem escolhe já não está na minha alçada como pastor. Eu sou um pregador de campo. Eu sou um servo que eu caminho para o campo evangélico. Não é nossa área isso. Isso aí talvez, eu possa até falar o que eu penso, mas talvez não seja o certo [...]. Nós podemos até apresentar à direção da Igreja alguém que no caso: olha, temos visto essa pessoa trabalhar, se destacar, então é feito, acredito eu, é feito uma avaliação sobre aquela pessoa para quem tem o poder de decidir se apoia ou não [...]. (Pr. Angeli, 2021).

O que segue à resposta anterior, diz o pastor não ter conhecimento de como é constituído, de como é escolhido o candidato. A justificativa é que ele é apenas um pastor de campo e que essa não é a área dele. Todavia, ao final da resposta existe alguém que avalia e decide se a pessoa pode ou não ser candidata pela Igreja.

Olha, pelo pouco que eu sei, a gente sempre coloca candidatos que estão dentro da nossa Igreja, né! No caso aqui são os filhos do Missionário que nós sabemos o trabalho, a integridade deles, e aí é apresentado ao povo e nós fazemos o trabalho, anunciamos nas Igrejas através dos santinhos, os papéis de anúncios, e, conforme vai, também, tendo deputados (caso candidatos) e alguns na cidade é apresentado aos responsáveis da Igreja e é analisado. [Candidato à vereador o Sr. pode apresentar?]. Eu posso, mas tem que ser apresentado, analisado, o que a pessoa fez, né! E a gente luta pra colocar ela na Câmara. [A decisão para deputado federal parte de quem?]. Da Igreja, São Paulo. (Pr. Rodrigo, 2021).

Nessa resposta, o pastor entrevistado cita os filhos do Missionário como homens íntegros escolhidos e apresentados ao povo. Cabe ao pastor anunciá-los nas Igrejas por meio da entrega de santinhos e papéis de anúncios. Dessa forma, o altar torna-se palanque político onde se realiza comício. Seria uma possível sacralização do candidato como homem de Deus e, o altar, que não pode ser utilizado para propaganda política, é escancaradamente útil.³³ Adendo: certa vez em um culto em uma das Igrejas da Graça em Rio Claro/SP presenciei o pastor³⁴ apresentando um irmão³⁵ do altar para todos, como pretendo candidato a vereador pela Igreja. Mais a frente esse irmão acabou não sendo escolhido dentre outros dois candidatos.

Então rapaz, eu não tenho muito esse acesso a essa informação, mas a Liderança escolhe uma pessoa, que no caso foi ele, antigamente não era, era um outro deputado, uma outra pessoa, né! Se escolhe a pessoa e a partir daí ele faz a campanha dele de cidade e cidade em a Igreja apoia. [E a candidatura de vereador?], aí é no tocando mais as minhas escolhas e decisões, né! Vamos dizer assim, quem escolhe é o Deputado Federal, mas que que nós fizemos porque nós tínhamos três e pra eleger um já é difícil. Então nós fizemos uma reunião, chamei os três aqui e a gente viu quem tinha

³³ Optei por redigir esse adendo dentro da análise e não em nota de rodapé.

³⁴ Por questão ética não revelo aqui o nome do pastor.

³⁵ Do mesmo modo, resguardo o nome do irmão que foi apresentado como candidato.

mais real condição, condição real, de alcançar, de ser eleito. E aí foi conversado aqui antes, né! E conseguimos o feito de pegar os dois que seriam candidatos, também, abriram mão da candidatura para trabalharem juntos com um único candidato. Foi conversado isso, acordado isso, quem bate o martelo é o Deputado é ele quem escolhe. A candidatura a vereador, na verdade, eles enviam um *currículo* o Deputado vai avaliar currículo a currículo, né! *[Foi enviado currículo dos três?]*, dos três, enviou-se currículo dos três, após o Deputado ter escolhido um deles, fiz uma reunião chamando os três. Fiz uma reunião antes com eles, falei: óh um só vai ser escolhido, quando sair a escolha dois vai ter que abrir mão, senão vai dividir tudo e não vai dar certo e entramos num acordo de quem fosse escolhido, os outros iriam trabalhar juntos. Os currículos estavam lá, quando o Deputado escolheu, chamei eles novamente: o escolhido foi tal, vamos trabalhar nessa linha, assim, assim. Não foi fácil não! Ninguém quer abrir mão não! Mas foi com essa intenção, trazer o melhor pra comunidade. Só vale ressaltar, a escolha é feito um ano antes, né! No caso aqui deu um probleminha a mais porque o pessoal começou a trazer currículo em cima, mas é com antecedência. (Pr. Rogério, 2021).

Por fim, a última resposta demonstra o que todos os pastores disseram: o desconhecimento de como são construídas as candidaturas dos representantes a deputado federal pela Igreja Internacional da Graça de Deus. Com relação ao candidato a vereador, o pastor entrevistado revela fatos que ocorreram em Rio Claro; eram três pretensos candidatos, membros da Igreja, filiados a partidos e desejosos de serem candidatos, porém a escolha seria de apenas um. Seus currículos foram encaminhados ao Deputado David Soares, responsável pela análise dos nomes e a escolha definitiva.

4.3 Considerações parciais

Não se verifica nas respostas dos pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus conhecimento de como se constroem as candidaturas oficiais da denominação, o que demonstra o caráter centralizador e unificador de sua liderança, ou do Missionário R. R. Soares. Tal caráter centralizador não é exclusividade apenas dessa Igreja, tratada nessa tese; geralmente, as demais Igrejas Neopentecostais possuem essa mesma característica. Assim, no que diz respeito à construção das candidaturas oficiais, pode-se afirmar que são construídas pela liderança na pessoa do Missionário e aqueles que os cercam. Não se verifica nas respostas, nenhum tipo de escolha democrática para as candidaturas, ao menos que não se possa, uma vez que os filhos do líder são os escolhidos.

No que se refere às candidaturas a vereadores, o processo é da mesma forma centralizado. O responsável pela escolha daqueles que possuem chance de saírem candidatos nos municípios é de responsabilidade do Deputado Federal David Soares, filho do Missionário R. R. Soares. Os pastores selecionam os pretensos candidatos, enviam seus currículos para o deputado que é incumbido de analisar currículos, perfis, e, se tiver ou não, alguma reunião com os postulantes, chega-se à conclusão de quem possui maior possibilidade de vencer o pleito eleitoral. Dessa forma, se tem a divisão das tarefas e no caso dos municípios fica a cargo e escolha do Deputado.

Os vereadores eleitos são importantes cabos eleitorais para alavancar as votações dos deputados federais e estaduais. Assim, quanto maior o número de candidatos eleitos maiores é a quantidade de cabos eleitorais com representação. Para tanto, a análise a ser feita não pode levar a cabo apenas a religiosidade do postulante a candidato a vereador. Outras questões devem entrar em cena, sejam elas subjetivas e objetivas. Todavia, deve-se sempre apostar naquele postulante com chances de vitória e aqueles que não foram escolhidos para a disputa devem abrir mão da candidatura para apoiar o candidato oficial.

4.4 Existem pastores que discordam da candidatura oficial da Igreja?

Outro ponto interessante para análise é se existem pastores que discordam da candidatura oficial da Igreja, no caso os irmãos Soares, para apoiar outra candidatura a deputado federal. Para tanto a questão formulada foi a seguinte: Existem pastores que discordam da candidatura recomendada pela Igreja para apoiarem outro candidato? Sim ou não? Se sim, sofrem algum tipo de pressão? As respostas a seguir são:

Olha, Professor, eu desconheço, entendeu? Eu desconheço, mas pode ser são tantos pastores nunca se sabe. Mas eu acredito que a maioria concorde porque na verdade os candidatos que nós temos hoje eleitos são candidatos que já atuaram em outros setores do poder público e que tiveram um candidatura honesta, uma candidatura correta, eu não vejo porque você, como eu posso explicar, criticar, porque na verdade foram honestos, não estiveram envolvidos em esquema nenhum [...] e se mantiveram limpos [...]. Agora, se tiver alguma divergência, se houver, desconheço, mas se houver creio que não seja no aspecto político, né! Não sei! [...]. Se um pastor ele decide quer ser político da Igreja ele não pode estar mais como pastor [...], o tipo de sistema da Igreja da Graça nós temos cultos três vezes ao dia, tem Igreja que tem mais de três vezes ao dia, na quarta, na sexta, na segunda, tem Igreja que tem culto a semana inteira [...], então nosso tipo de vida não nos possibilita estarmos atuando nessa área. Então se o pastor quiser ele tem que cuidar só disso. Então não vejo porque uma pessoa teria alguma coisa contra se a pessoa que está aí trabalhando de forma honesta. (Pr. Lucas, 2021).

O primeiro entrevistado titubeia ao afirmar que desconhece pastores que não apoiam a candidatura oficial da denominação, mas diz que a maioria apoia as candidaturas e traça perfil de honestidade dos representantes. Algo interessante que ele revelou é que caso algum pastor se lance na política, não poderá mais exercer o pastorado como norma da instituição.

Não sei, não tenho esse conhecimento. (Pr. Valdete, 2021).

A pastora Valdete muito rapidamente, sem maiores explicações, apresenta sua resposta e diz não ter conhecimento sobre o assunto. Não cabe especular se a resposta é direta devido a

entrevistada não ter afinidade com o tema ou a entrevistada não desejou oferecer a realidade sobre o fato. Adendo: na resposta à pergunta anterior, a pastora demonstra falta de vontade com o assunto sobre a construção das candidaturas. Ainda sem finalizar a análise, é preciso ater às outras respostas que virão acerca de outros assuntos.

Eu acredito que nossa Igreja, tô falando pela nossa Igreja, ela é uma Igreja muito unida, muito forte, muito fechada. A maior honra que nós temos aqui, abaixo de Deus é lógico, é a obediência! Porque nós não vemos o que é melhor para nós, nós vemos o que é melhor para a Igreja! [...], então a obediência em nosso Ministério é uma coisa muito séria, o temor e a obediência, em nosso Ministério, é uma coisa que nós não temos dúvida! É um caminho muito certo e muito abençoado. (Pr. Angeli, 2021).

A obediência é o mote da resposta a qual se encaixa com mais precisão nesse pormenor na análise. Na condição de pesquisador de igrejas neopentecostais, no mestrado e doutorado, observador de campo, pesquisa empírica e leitor sobre sociologia da religião, pode-se chegar à conclusão que dada a hierarquia das Igrejas Neopentecostais em formato vertical, a saber, R. R. Soares – Pastor Estadual - Pastor Regional e Pastores Locais -, a questão democrática em inúmeros assuntos não existe. Ordens são ordens e servem para serem cumpridas. Tal hierarquia é amálgama de fidelidade e obediência.

Que eu saiba não! (Pr, Rodrigo, 2021).

Outra resposta muito breve oferecida. Nesse momento pode-se afirmar que por serem obedientes a seus líderes, os pastores simplesmente obedecem sem grandes questionamentos e caso haja questionamentos, não é de bom grado dizer que se conhece, muito provavelmente um medo implícito dentre os pastores que afirmaram desconhecimento pela obediência e, de certa forma, fidelidade a seus pares e a Instituição.

Existem pastores que discordam, mas que ficam na deles. Não apoiam ninguém. Eu não conheço ninguém que discordou e saiu apoiando outro. Não chove, nem molha! Não, não tem imposição de ninguém! A grande maioria apoia, porque sabe que é um bem pra sociedade em si, né! Colocar gente que preza os valores e os princípios da Palavra de Deus, né! (Pr. Rogério, 2021).

O único que admite a existência de pastores que discordam da candidatura oficial da Igreja é a resposta acima, sem grande ênfase, conclui que a grande maioria apoia e o apoio se dá para pessoas que possuem os princípios e valores da Bíblia, no caso específico, os filhos do Missionário R. R. Soares.

4.5 Considerações parciais

Não existe muito a tecer a respeito das respostas apresentadas. A Igreja Internacional da Graça de Deus mostra-se coesa. Seus pastores não discordam da candidatura oficial e, caso o façam, não torna público, de certo, por medo de alguma represália. Não se pode afirmar, mas os pastores da denominação são obedientes diante da instituição. Assim, a instituição é parte importante da constituição da visão de mundo dos pastores.

Geralmente, os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus começam muito jovens, como obreiros e aqueles que demonstram aptidão, tornam-se pastores. Dessa forma, grande parte da vida desse indivíduo é dedicada à Igreja. São extremamente ocupados, com três horários de cultos em quatro dias da semana, em municípios como Rio Claro/SP ou todos os dias em grandes municípios ou capitais.

Semanalmente estão em reunião com o pastor regional e Rio Claro pertence à regional de Piracicaba. O regional, por sua vez, presta contas ao líder estadual que, ao final das contas, segue para a liderança do Missionário R. R. Soares. Assim, pastor local, pastor regional, pastor estadual, devem se reportar às lideranças maiores centradas na figura do Missionário. Portanto, apenas cabem aos sacerdotes a obediência e o cumprimento daquilo que é verticalizado.

4. 6 Como os representantes eleitos podem atuar em favor da Igreja?

A seguir, a observância de como os representantes eleitos pela Igreja podem atuar em favor dela. A pergunta feita para todos foi: Como um representante eleito pela Igreja pode atuar em favor dela?

Então é mais esse sentido. Se a gente tá falando de um deputado federal é na legislação, é na legislação. Porque a Igreja não recebe nenhum tipo de incentivo fiscal, a não ser aquele que já é cedido já que é o IPTU que as igrejas são isentas. São isentas de outros determinados tipos de produtos que ela produz se caso tiver. Mas é nesse sentido, a intenção de ter um deputado lá é pra que esses votos contra a vida, contra a família, contra os bons costumes, eles sejam mantidos [...]. O vereador, na verdade é importante tê-lo aqui porque também tem, vamos dar exemplos assim, de votações que são feitas, também, e que ali no caso ele não vai votar lei no caso ele vai poder fazer diferença se houver algum tipo de orçamento que a gente sabe que tá mais pra prejudicar que apoiar a sociedade, no caso aqui município então, ele vai fazer diferença. Pra Igreja, em si, não influencia muita coisa porque ele não vai conseguir favorecê-la em aspectos legais porque toda lei que vai regulamentar aqui tem que vim lá de cima no polo federal [...]. (Pr. Lucas, 2021).

Nessa primeira resposta, o pastor começa a discorrer sobre os impostos e que as igrejas não recebem nenhum tipo de incentivo fiscal, apenas a isenção do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano – na prática específica do Deputado Federal David Soares e logo a seguir, o leitor entrará em contato com o que o foi feito durante seu mandato e como o deputado pôde legislar em favor da

Instituição. No transcorrer da resposta cita, também, as leis que devem ser combatidas como as contrárias à família, à vida e aos bons costumes.

Na verdade, nenhum político é eleito pela Igreja, é pelo povo! É muito abstrato esse entendimento, porque se a Igreja tivesse o poder de eleger, nós já tinha colocado já pessoas nossa! Todos têm a mesma oportunidade no dia da eleição, o ímpio, o justo, o pecador, o honesto, o mais culto, menos culto, ficha suja, ficha limpa, todos começam do zero. Então essa questão é uma questão que a Igreja é uma fatia de um bolo, mas não é o bolo, não é o resultado total [...], até mesmo dentro da Igreja as pessoas não concordam, elas são livres para votarem em quem eles querem! O que nós orientamos é que a pessoa verifique, consulte, quem é aquela pessoa, o testemunho daquela pessoa [...]. Precisava de um canal na televisão, de todo modo não arrumava uma espaço no satélite, tinha concessão mas não tinha espaço no satélite para colocar repetidora, teve que ser um político, um deputado federal, na época, que foi, conseguiu essa abertura da oportunidade instalaram o canal refletor bem do lado da maior³⁶ emissora, então a potência de uma emissora pequena é tão grande quanto uma grande! Por causa do quê? Alguém que teve acesso à informação e a capacidade de representar um povo. (Pr. Angeli, 2021).

A resposta é muito importante no sentido do que o representante pode fazer em prol da Igreja. A Igreja possui um canal de televisão, a RIT TV, e também uma empresa de TV a Cabo, a Nossa TV. Segundo o entrevistado acima, a Igreja possuía concessão do canal de televisão, mas não tinha o espaço no satélite. Esse espaço foi conseguido graças ao deputado federal que, na época, devido a seu acesso à informação e à capacidade de representar um povo, conseguiu colocar em funcionamento a transmissão da TV, ressaltando que o repetidor do canal está ao lado da maior emissora do país. Torna-se importante para pregadores neopentecostais possuir representantes para assegurar o canal de TV e outros meios de comunicação.

Ué ele tem que lutar pela Igreja, pelo bem estar de Igreja! Não fazer injustiça, por exemplo, nós temos direito, entendeu? Porque a Igreja é essencial, por isso que nós estamos aí como dizem, mal visto de uma certa maneira, uma perseguição; mas essas pessoas, eles não estão não estão agindo de forma ilegal! O decreto não é pra fechar a Igreja, o decreto não é pra ter culto, aglomeração. Eu tenho que ter uma pessoa lá, agindo, defendendo os nossos direito! É como se fosse um advogado! O advogado não tem que entrar lá e deitar e rolar em prol de seu cliente? Eu entendo dessa maneira! [...], deve luta pelo direito da Igreja, nada daquilo que vem deturpar ou ferir ou qualquer que seja! [...]. (Pra. Valdete, 2021).

A contribuição da pastora entrevistada nessa resposta é melhor que as duas últimas que ela responde. Segundo sua visão de mundo, o representante deve lutar pela Igreja. A narrativa muito presente é que a igreja é perseguida, sofre perseguição que pode vir por todos os lados, desde outras religiões até os poderes legítimos – Executivo, Legislativo e Judiciário. No caso aqui, o contexto é de pandemia e *lockdown* e a fala vai no sentido de que a atividade religiosa é essencial porquanto, deve permanecer aberta. Os que trabalham a favor de seu fechamento temporário a perseguem.

³⁶ Maior emissora, ou ao lado da maior emissora, refere-se a Rede Globo de Televisão.

Lutando pra que, como eu expliquei aquela hora, lutando para que Ela seja protegida de algumas leis, sabe! De algumas multas, sabe? De alguns impostos que não é necessário porque a Igreja é uma empresa sem fins lucrativos, né! [...], tem várias outras também, mas me falta um pouco de conhecimento nisso! Estou sendo sincero! (Pr. Rodrigo, 2021).

A resposta acima contempla, novamente, a questão dos impostos e acrescenta algumas multas. Esses pormenores serão tratados fora da análise das respostas, mas na análise geral das falas a seguir. A justificativa do pastor acima é que a Igreja é uma empresa sem fins lucrativos, por isso não deve pagar impostos e multas. A bem da verdade, as igrejas não são empresas, mas sim instituições sem fins lucrativos e nesse quesito, o pastor se equivoca nessa passagem.

Na verdade não é só em favor da comunidade, dá Igreja em si, né! O pleito dele lá é pela sociedade num todo. Caso, por ventura, haja uma necessidade da Igreja, você tem um representante lá pra que possa lutar lá pela sua causa [Por exemplo], por exemplo: nós tivemos aqui recentemente, nessa pandemia, não falando no tocante ao Deputado, mas a Igreja poderia funcionar, vieram aqui, com abuso de autoridade, fecharam a Igreja, fecharam o alvará da Igreja, como a gente tinha um representante lá na Câmara dos Vereadores a gente logo conseguiu que se revertesse, né! [Mas era de outra denominação], amigo nosso! Mas no caso o Denilson, que era subprefeito do Cervezão, que intermediou isso pra nós, que é o rapaz que é membro da nossa Igreja, que era o subprefeito da nossa cidade. Esse é um dos exemplos. (Pr. Rogério, 2021).

Acompanhei esse episódio de perto pelo que o pastor me contava; certo dia a Igreja Internacional da Graça, em Rio Claro, recebeu uma denúncia de que estava descumprindo o *lockdown* imposto pelo governo do Estado de São Paulo e pela Prefeitura Municipal. De fato, o templo foi lacrado e não pôde reabrir. Contudo, dias após o ocorrido, o templo estava aberto novamente graças a um vereador evangélico representante de outra neopentecostal a Igreja Universal do Reino de Deus.

4.7 Considerações parciais

Os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus são bem específicos nas respostas sobre como o representante eleito pode atuar em favor da Igreja. Destacam algumas respostas que podem atuar na questão fiscal, justificam que a Igreja não possui nenhum subsídio fiscal a não ser a isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU -, podem, da mesma formam, lutar contra a perseguição sofrida pelas igrejas. Como no contexto específico da determinação do fechamento de templos durante a pandemia, que gerou revolta por parte dos evangélicos, principalmente Neopentecostais, cujos templos são alugados e dependem dos cultos presenciais para arrecadação de dinheiro. O representante, também, segundo resposta, pode atuar para manutenção de concessão de canal de televisão e, por fim, lutar contra algumas leis que venham ferir princípios cristãos.

Dessa forma, na visão de mundo dos pastores, a Igreja não possui incentivo fiscal, é perseguida por não cristãos e deve ser preservada de leis que venham ferir seus princípios, como,

por exemplo, a união estável de pessoas do mesmo sexo. Para os pastores, é o princípio de outras leis que venham a obrigá-los a realizar casamentos no religioso de casais do mesmo gênero. Essas ressalvas poderão ser vistas em outras partes dessa tese. Porquanto, o representante eleito, deputado federal, assume o papel de despanchante da Igreja, ou para se usar um termo mais apropriado, um lobista que defende interesse de determinado grupo específico.

5 BANCADA EVANGÉLICA OU FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA

Esse tópico pretende demonstrar em números como está a atual Bancada Evangélica na Câmara Federal. Para tanto, os dados obtidos são do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – órgão que é responsável por lançar a publicação chamada Radiografia do Novo Congresso a cada nova legislatura. Com base nas publicações, desde a legislatura do ano 2007 até a última eleita em 2018, observar-se-á como está a evolução da bancada evangélica na Câmara. Porém, antes da apresentação dos números (em forma de gráficos), cabe uma pergunta: diz-se Bancada Evangélica ou Frente Parlamentar Evangélica?

O DIAP classifica a Bancada Evangélica como:

[...] classifica como integrante da bancada evangélica, além dos que ocupam cargos nas estruturas religiosas – como bispos, pastores, missionários e sacerdotes –, e dos cantores de música gospel, aquele parlamentar que professa a fé segundo a doutrina evangélica ou que se alinha ao grupo em votações de temas específicos.” (DIAP, 2014, p. 106).

Entende-se que não apenas pastores, missionários, bispos e cantores, mas aqueles que ao se elegerem, declaram-se evangélicos de determinada denominação. Outra característica importante é que a bancada é multipartidária e multid denominacional, pois seus parlamentares compõem os mais diversos partidos e são das mais diversas denominações. Desta maneira, basta ser um membro de destaque em alguma denominação para ser candidato e vencer o pleito, não necessitando possuir cargos eclesiais ou afins.

Ao retornar sobre o assunto, bancada ou frente, deve-se esclarecer que o termo utilizado popularmente como Bancada, não se aplica na verdade aos evangélicos ou qualquer outra bancada – feminina, sindical, ambientalista, agronegócio, da bala ou do boi. Bancada é, em *stricto sensu*, formada apenas pelos partidos. Desta forma, PT, PSB, PDT, PSDB, MDB, dentre todos os partidos com representatividade na Câmara Federal, formam as bancadas partidárias. Assim, o termo bancada, é utilizada pelo DIAP, num primeiro momento, para designar as preferências e tendências dos eleitos. Todavia, o que se pretende é esclarecer que bancadas referem-se aos partidos.

Outrossim, no segundo momento, essas bancadas tornar-se-ão Frentes:

[...] a Mesa da Câmara dos Deputados passasse a registrar esses grupos como frentes parlamentares (por meio do Ato nº 69, da Mesa Diretora). Entre os requisitos para registrar a frente a adesão de pelo menos um terço dos integrantes do Poder Legislativo Federal, destinar a aprimorar a legislação referente a um tema específico e ter um representante oficial. (ARAÚJO; SILVA, 2006, p. 6).

Fez-se, dessa forma, pelo crescimento das diversas bancadas temáticas que recebe o status institucional de Frentes, mas para que isso aconteça é preciso 1/3 de assinaturas para que seja

composta. Esse 1/3 corresponde a 171 Deputados Federais, além das Frentes possuírem registros de pedidos à Mesa da Câmara devem conter estatutos e nomearem seus coordenadores. Ressalta-se, da mesma maneira, que as frentes possuem mandatos de dois anos a serem renovados por igual período.

Para ilustrar a citação de trechos a Ata da formação da Frente Parlamentar Evangélica:

[...]. Ressaltou também que a Frente Parlamentar existe para defender nossas bandeiras em defesa da vida e da família e dos nossos princípios judaicos-cristãos e a mesma não fará articulação política com o Executivo porque isso ficará a cargo dos partidos e não da Frente Parlamentar. (CÂMARA, 2019, p. 3).

As palavras literais do Deputado Silas Câmara – PRB/AM - em seu discurso, registrado em ata, deixa claro, ao menos, duas das bandeiras da Frente Parlamentar Evangélica, qual seja, a defesa da vida e da família, fora os valores Judaico-cristãos. Mas afinal, pela defesa da vida entende-se a questão do aborto, postura da qual são contrárias em todos os sentidos, mas afinal, com relação à família, de que tipo de família trata? A família nuclear, tradicional, burguesa? Não cabe nesse momento a discursão pormenorizada, pois voltar-se-á aos temas mais a frente.

Destaque para a negativa de não articulação política com o Poder Executivo. Outrora, não foram os evangélicos, sem generalizar, em sua grande parte pentecostais e neopentecostais a darem apoio a atual eleição de Jair Bolsonaro? E a recém questão das dívidas das igrejas evangélicas com o fisco, o Projeto de Lei 1581/2020 que contou com a Emenda Parlamentar do Deputado David Soares³⁷ – DEM/SP, filho do Fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus³⁸ – Missionário R. R. Soares que propõe o perdão de dívidas trabalhistas no valor de quase 1 bilhão de reais. A Emenda apresenta como justificativa o seguinte texto:

Nos últimos tempos as entidades religiosas vem sendo sujeitos passivos de atuações oriundas de interpretações equivocadas da legislação, sem levar em consideração posteriores modificações no ordenamento. As atuações afrontam diversos dispositivos do ordenamento jurídico, mas não por serem taxativos o suficiente, permitem interpretações distorcidas por parte dos órgãos do fisco. Como resultado dessas ações, entidades religiosas são obrigadas a ingressarem na justiça para terem seus direitos resguardados e a interpretação da lei reafirmada perante as autoridades do fisco, entretanto, isso tudo gera um custo de tempo e mão de obra. Tais atuações acabem por praticamente inviabilizar a continuidade dos relevantes serviços pretados por tais entidades. Visando combater essa prática, torna a lei ainda mais clara e com isso reduz a judicialização e até mesmo o gasto equivocado de horas de trabalho do fisco com entidades religiosas. Diante de todo o exposto, solicito a aprovação desta emenda por parte dos meus pares. (SOARES, 2020, p. 2).

³⁷ David Soares é amplamente apoiado pela Igreja Internacional da Graça de Deus de Rio Claro SP.

³⁸ Só a Igreja Internacional da Graça de Deus deve cerca de R\$37,8 milhões de reais em contribuições previdenciárias não pagas, segundo reportagem Estadão/Uol. Cf. <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/09/07/congresso-perdoa-r-1-bi-em-dividas-de-igrejas-bolsonaro-precisa-sancionar.htm>

Em princípio, o Projeto de Lei 1581/2020 do Deputado Marcelo Ramos PR/AM é mais abrangente e trata do pagamento com desconto ou parcelado dos precatórios federais. Assim diz:

Regulamenta o acordo direto para pagamento com desconto ou parcelado de precatórios federais, com a destinação dos descontos obtidos pela União ao enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid19), ou ao pagamento de dívidas contraídas pela União para fazer frente a tal situação emergencial. (RAMOS, 2020, p. 1).

Em nenhum momento da leitura do referido projeto se trata, ou se menciona, a questão das igrejas. Todavia, graças a Emenda do Deputado David Soares, como no texto da justificativa, essas entidades são incluídas.

O Projeto é aprovado pelo parlamento. Jair Bolsonaro³⁹ veta, mas recomenda ao próprio parlamento que se derrube o veto. Estaria tal Frente Parlamentar a legislar em causa própria? O fato é que o projeto de lei foi sancionado pela Câmara Federal e se tornou Lei Ordinária e, por consequência, o perdão das dívidas das igrejas evangélicas com o fisco.

Entretanto, pode-se explicar a respeito da relação Frente Parlamentar Evangélica e política: “[...] 8) organizar nossa relação com as casas legislativas e construir uma agenda BRASIL+CRISTÃO + INFORMADO E PREPARADO para o embate legislativo.” (ATA, 2019, p. 3).⁴⁰ Quando se fala em organização da relação com as casas legislativas, trata-se da relação entre igrejas evangélicas e Câmaras Municipais ou, se preferir, a preocupação de grande parte dos evangélicos nas disputas eleitorais locais para ampliar sua margem de influência local para, expandir ainda mais a Bancada na Câmara. Vereadores evangélicos tornam-se importantes cabos eleitorais em disputas federais e estaduais.

Outrossim, ao retomar as discussões de parágrafos acima, Silas Câmara – PRB/AM é o representante da Frente Parlamentar Evangélica que conta com 195 assinaturas de Deputados Federais e mais 8 Senadores da República⁴¹. Portanto, o necessário são 171 assinaturas e assim, a Bancada Evangélica extrapola o número necessário e recebe o status de Frente Parlamentar Evangélica. Todavia, nem todos os deputados federais que assinam tal apoio à frente são evangélicos. O que se tem, em todas as Frentes existentes na Câmara, é a busca por assinaturas ou apoios. Conseguidas e formalizadas tem-se determinada Frente.

³⁹ Ao vetar e recomendar a derrubada do veto, a intenção de Jair Bolsonaro é não se indispor com a Bancada Evangélica. O trâmite é claro ao se tratar de um Projeto de Lei vindo da Câmara: caso o Presidente sancione entra em vigor; caso vete o projeto volta a Câmara, se mantido o veto não entra em vigor, mas se o veto é derrubado, fatalmente, entra em vigor.

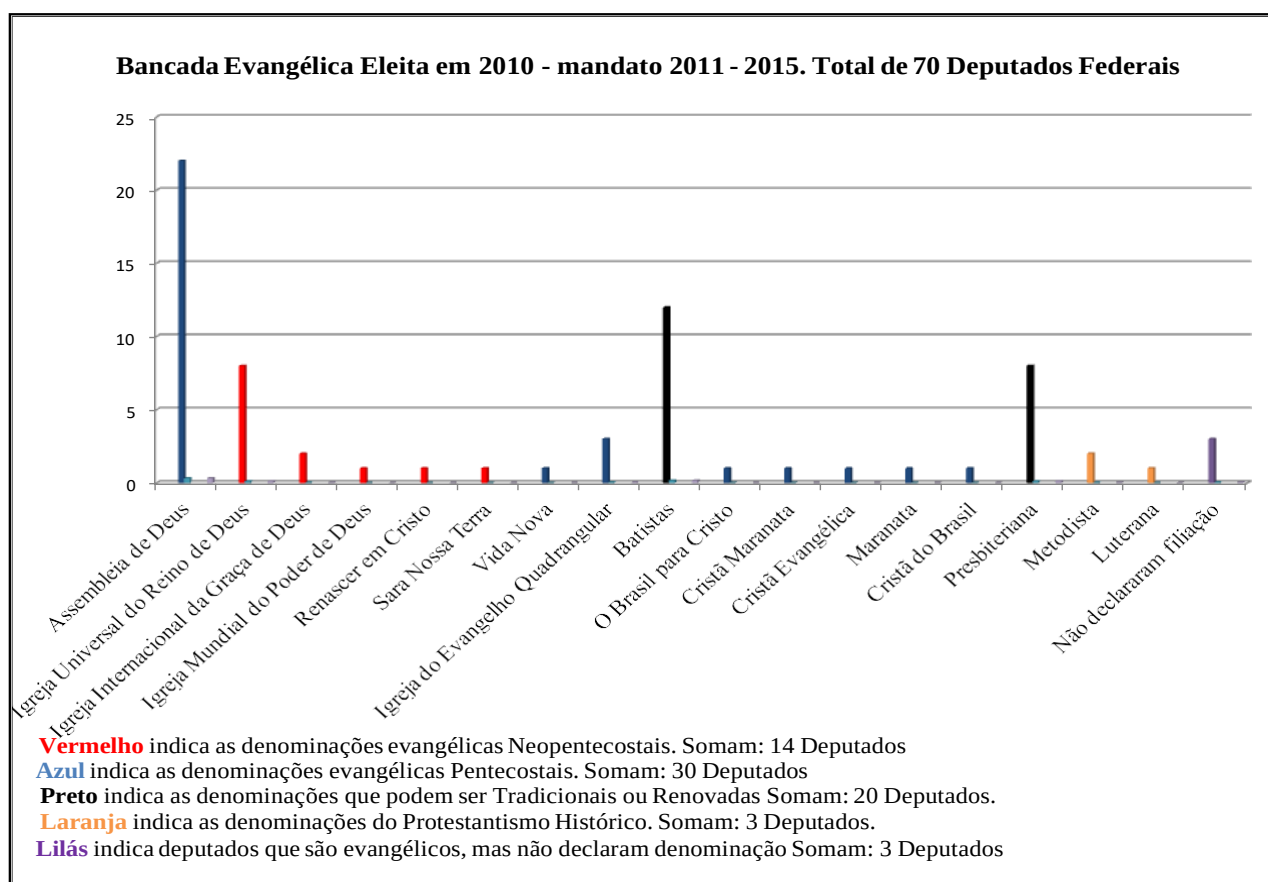
⁴⁰ As palavras escritas em caixa alta são reprodução do texto da Ata.

Cf. https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/54010-integra.pdf

⁴¹ A presença de Senadores da República compondo uma determinada Frente na Câmara pode tornar Mista a nomenclatura da Frente. Tal fato não ocorre com a Frente Parlamentar Evangélica.

A partir desse ponto, passa-se à observação do crescimento da Bancada Evangélica na Câmara tendo como base os relatórios do DIAP nas três últimas legislaturas, a saber: 2011- 2015; 2015 – 2019 e 2019 – 2023. Lembrando que os deputados são eleitos sempre no ano anterior (meses antes) aos anos seguem a posse. Nos primeiros dados são observados o crescimento relacionados às denominações, seguidos por dados da Bancada por Partidos – como se configuram – e, por último, a Bancada por Gênero. Cabe destacar que na Legislatura 2007 – 2011 foram eleitos 36 parlamentares integrantes da Bancada Evangélica.

Gráfico 10 Bancada Evangélica Eleita em 2010 por denominações Evangélicas



Fonte: Autor, adaptado DIAP (2010)

Nota-se, na Legislatura 2011 – 2015, eleita em 2010, que existe o predomínio dos Evangélicos Pentecostais em maior número e não dos Neopentecostais como a Igreja Universal do Reino de Deus – Bispo Edir Macedo – e da Igreja Internacional da Graça de Deus – Missionário R. R. Soares -, porém, deve ser destaque, ao leitor, as denominações (em preto no gráfico), como os Batistas e os Presbiterianos a saber: Existem Igrejas Batistas que são Tradicionais⁴², geralmente

⁴² O leitor pode identificar uma Igreja Batista Tradicional pela nomenclatura: Primeira Igreja Batista, Segunda Igreja Batista, Terceira Igreja Batista de tal localidade.

aquelas vinculadas à Convenção Batista Nacional e existem Batistas Renovadas ou Independentes⁴³ cuja tendência está mais para o Pentecostalismo que para o caráter Tradicional.

O mesmo ocorre com os Presbiterianos. Existem Igrejas Presbiterianas Tradicionais⁴⁴ ligadas à Igreja Presbiteriana do Brasil e existem as Igrejas Presbiterianas Renovadas ou Independentes,⁴⁵ cuja tendência está mais para o Pentecostalismo que para o caráter Tradicional. Tanto os exemplos citados – Batistas e Presbiterianos - não tradicionais são consequências de cisões ocorridas dentro das igrejas que podem ser propiciadas por pastores ou pelos próprios membros desejosos de seguirem outro caminho.

Destarte, para o crescimento da Bancada Evangélica eleita em 2006 para a eleita em 2010. Em 2006 foram eleitos 36 deputados federais, em 2010 foram eleitos 70 deputados federais; o que representa um aumento de 48,57%. O sucesso do governo do PT – Partido dos Trabalhadores – com ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva 2002 – 2010, os programas sociais como Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família, PROUNI, dentre outros, faz com que em 2010 o PT emplaque Dilma Rousseff como a primeira mulher a ocupar a Presidência da República em uma coligação entre - PT, PMDB, PDT, PRB, PTN, PSC, PR, PTC, PSB e PC do B⁴⁶. Nota-se, nesse pormenor, dois partidos de sustentação evangélica o PRB⁴⁷ e o PSC.

A então candidata recebe o apoio dos *partidos evangélicos* e de denominações Pentecostais como a Assembleia de Deus e dos Neopentecostais como a Igreja Universal do Reino de Deus,⁴⁸ todavia teve que renunciar o discurso sobre o aborto e a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Importante destacar que participar de uma campanha exitosa no primeiro turno é importante para a formação das bancadas partidárias no Parlamento e *pegar carona* em uma campanha popular é importante para se eleger deputados.

Dilma Rousseff derrota José Serra do PSDB – centro direita – com um perfil mais conservador, coligado com DEM, PTB PPS⁴⁹, PMN e PT do B e derrota a própria candidata evangélica Marina Silva do PV – Partido Verde – há época, que não obteve o apoio dos religiosos. Qual motivo dos Pentecostais e Neopentecostais não votarem em José Serra? Não seriam os

⁴³ O leitor pode identificar uma Batista não tradicional e mais pentecostalizada pelas mais diversas nomenclaturas, por exemplo, uma famosa no território nacional: Igreja Batista de Alagoinha.

⁴⁴ O eleitor pode identificar uma Igreja Presbiteriana Tradicional pelas nomenclatura: Primeira Igreja Presbiteriana, Segunda Igreja Presbiteriana, Terceira Igreja Presbiteriana de tal localidade.

⁴⁵ O leitor pode identificar uma Igreja Presbiteriana não tradicional e ela vier acompanhada por outra nomenclatura que não “Primeira, Segunda ou Terceira”, mas por exemplo: Igreja Presbiteriana Independente.

⁴⁶ Cf <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/tse-diploma-dilma-rousseff-e-michel-temer-presidente-e-vice-presidente-da-republica?SearchableText=coliga%C3%A7%C3%A3o%20pt%202010>

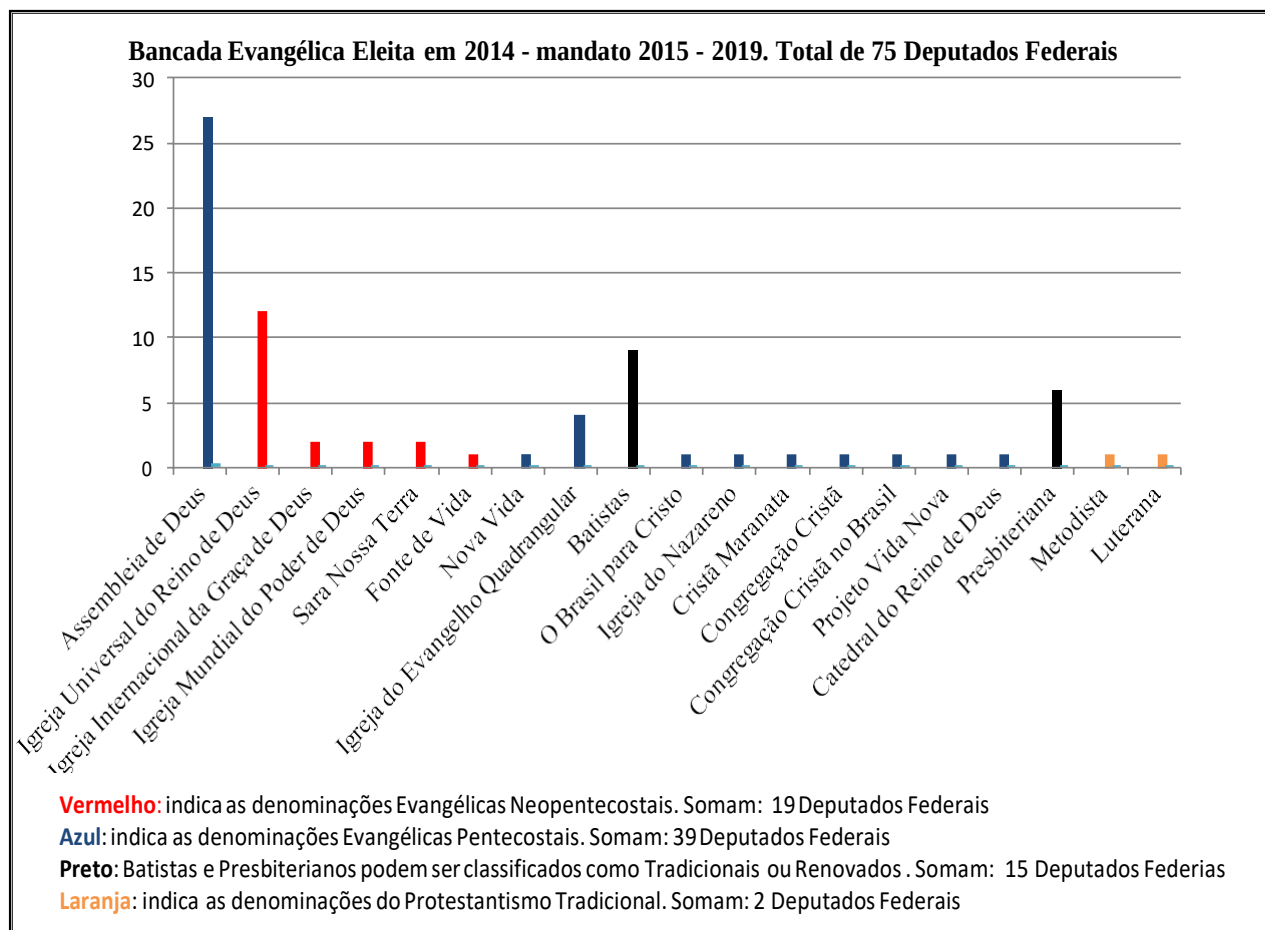
⁴⁷ PRB, atual REPUBLICANOS.

⁴⁸ Cf. <https://m.folha.uol.com.br/poder/2010/07/771599-dilma-recebe-apoio-de-liderancas-evangelicas-de-15-igrejas.shtml>

⁴⁹ PPS, atual CIDADANIA.

evangélicos conservadores? Ou estariam em busca, apenas, de espaço no Poder Legislativo, ancorado em uma campanha vitoriosa? Observar-se-á o segundo gráfico.

Gráfico 11 Bancada Evangélica Eleita em 2014 por denominações Evangélicas



Fonte: Autor, adaptado DIAP (2014)

As eleições de 2014 marcam a reeleição de Dilma Rousseff Presidente e o aumento, mesmo que discreto, da Bancada Evangélica que passa de 70 para 75 Deputados Federais eleitos. Um aumento de 7,14%, mas se comparado, aos 36 eleitos em 2006, o aumento é da ordem de 52% em oito anos, ou se preferir, dois mandatos. Segue que, novamente, os evangélicos apoiam⁵⁰ a reeleição da ex-presidente Dilma. Sua coligação conta com a participação de PT, PMDB⁵¹, PSD, PP, PR, PROS, PDT, PC do B e PRB. Nota-se o PRB – de Edir Macedo – novamente no apoio e observa-se a falta do PSC que lança o Pastor Everaldo candidato e apoia Aécio Neves no segundo turno.

Dois episódios aqui são importantes: o primeiro é a coligação da ex-presidente mais ao centro com a vinda do PSD, PP e PROS e o segundo, o PSC com o lançamento do Pastor Everaldo como candidato. No que se refere ao segundo, muitos partidos preferem arriscar em lançar seu

⁵⁰ O Site do PT traz uma nota em que mais de 1300 lideranças evangélicas assinam um manifesto de apoio. Cf. <https://pt.org.br/evangelicos-divulgam-manifesto-em-apoio-a-reeleicao-de-dilma/>

⁵¹ PMDB, atual MDB.

candidato, mesmo que sem chances de vitória, na tentativa de obter votos de legenda para o Legislativo. Tal estratégia pode surtir resultado, mas, ao mesmo tempo, pode não resolver o problema de ampliação da bancada partidária, caso o candidato em questão não tenha um bom resultado nas urnas.

A candidata evangélica Marina Silva, agora no PSB, assume a cabeça de chapa após o acidente de avião com o então candidato Eduardo Campos, em terceiro lugar em uma votação expressiva, com pouco mais de 22 milhões de votos⁵², e certamente contou com setores evangélicos. Aécio Neves, por sua vez, está coligado com PSDB, PMN, SD⁵³, DEM, PEN, PTN, PTB, PTC e PT do B⁵⁴, ressaltam-se partidos de menor visibilidade sendo apenas: DEM, PTB os maiores dentro da coligação.

Novamente, o líder da Igreja Universal do Reino de Deus – Bispo Edir Macedo – apoia Dilma Rousseff. Em uma recém reportagem da Revista Época se lê: “Edir Macedo tem uma visão muito pragmática: Se há poder eu tô junto”. A matéria traça os apoios do principal líder Neopentecostal do país desde 1989. Edir apoia Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso – primeiro e segundo mandatos – Lula – primeiro e segundo mandatos e Dilma Rousseff – primeiro e segundo mandatos⁵⁵.

O único líder religioso, de âmbito nacional, de quem Dilma não logra apoio é Silas Malafaia – Assembleiano, agora com Ministério próprio – Assembleia de Deus Vitória em Cristo. Chega a apoiar o ex-Presidente Lula, mas sua tendência mais a centro-direita declara apoio a Fernando Henrique Cardoso, Pastor Everaldo e Aécio Neves. Talvez, o Pastor Silas Malafaia, seja um dos únicos líderes que expõe, de forma pública, seu caráter conservador e ideológico. Atualmente, assume seu viés de extrema-direita e apoia fervorosamente Jair Bolsonaro durante a após sua campanha.

Vale lembrar que nem todo apoio é garantia de cem por cento. Líderes religiosos podem apoiar logo no primeiro turno, realizar alianças e coligações. Todavia, não se pode esquecer de candidatos que receberam apoios evangélicos e não lograram êxito, caso de Anthony Garotinho, Marina Silva e Pastor Everaldo (mesmo com uma votação inexpressiva). É o mesmo que dizer, ao generalizar, que todos os membros da Igreja Universal votaram em Lula ou Dilma. Não acontece dessa forma, a sociologia não deve trabalhar com generalizações, mas que o apoio das lideranças é importante isso é um fato.

Voltar-se-á às análises dos dois gráficos apresentados. Primeiro ponto, a saber, os Pentecostais possuem maior número de representantes, mesmo que sem oscilações para cima, sendo

⁵² Cf <https://placar.eleicoes.uol.com.br/2014/1turno/>

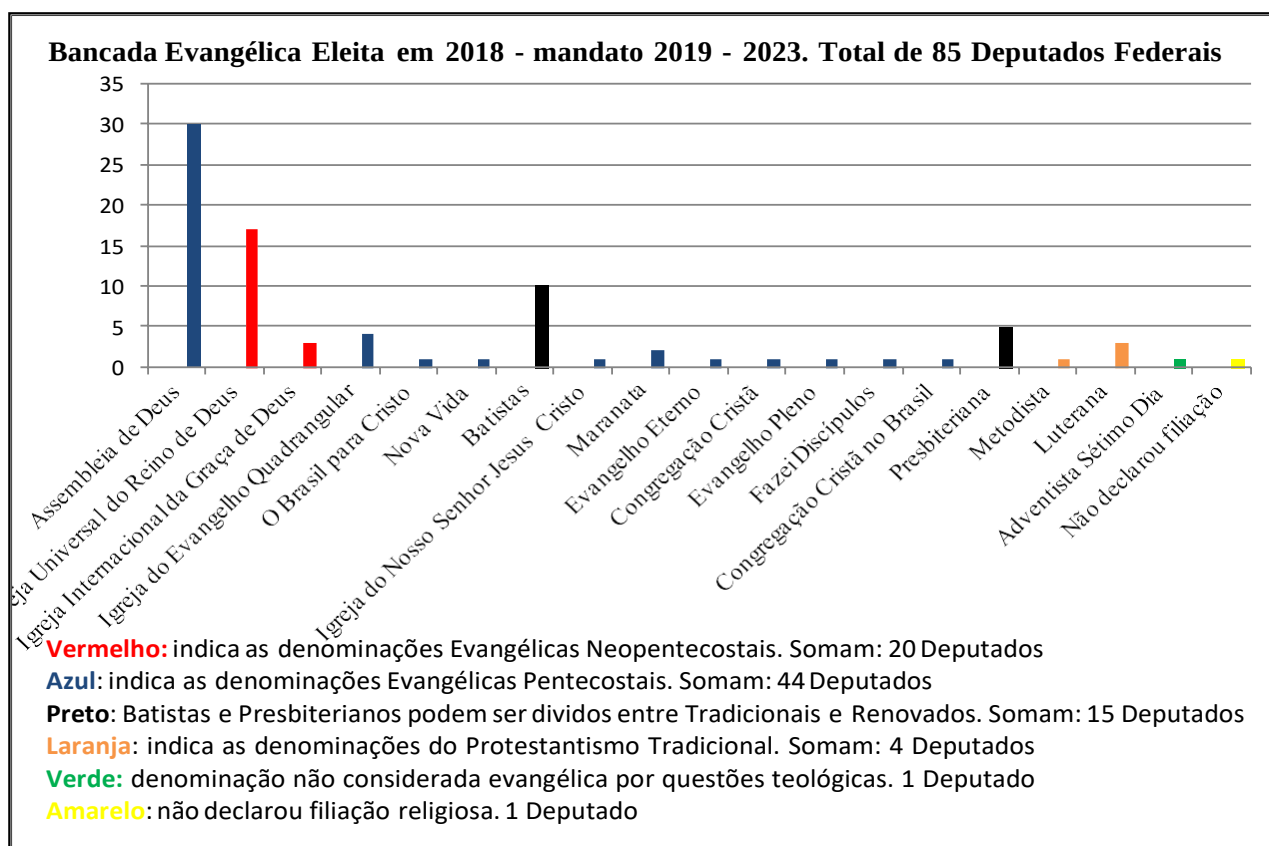
⁵³ SD – Solidariedade. Partido comandando por Paulinho da Força – Força Sindical.

⁵⁴ Cf. <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/eleicoes-2014/materias/dilma-e-aecio-disputarao-o-segundo-turno-para-presidente>

⁵⁵ Reportagem da Revista Época disponível em: <https://exame.com/brasil/edir-macedo-tem-uma-visao-muito-pragmatica-se-ha-poder-eu-to-junto/>

a única o aumento da Assembleia de Deus e diminuição dos Batistas e Presbiterianos. Segundo, o crescimento dos Neopentecostais na legislatura 2014 que compreende mandato 2015 – 2018 – juntos passam de 14 deputados federais para 19 deles. Logra êxito o Bispo Macedo. Porém, o apoio evangélico à reeleição do PT vem a reboque da distribuição de renda, dos programas sociais e da melhoria do poder de compra das classes menos privilegiadas e, de certa forma, um conforto maior das classes médias. Ainda que a disputa da reeleição da Presidente Dilma, em comparação à primeira, tenha sido mais acirrada.

Gráfico 12 Bancada Evangélica Eleita em 2018 por denominações Evangélicas



.Fonte: Autor, adaptado DIAP (2018)

As eleições de 2018 são um marco histórico na reviravolta de sucessivas vitórias de governos progressistas. Elege-se Jair Bolsonaro, ex-militar, conservador e, por qual motivo não dizer, reacionário. A Bancada Evangélica que passa de 75 para 85 Deputados Federais eleitos, um aumento de 13,3%, mas se comparado, aos 36 eleitos em 2006, o aumento é da ordem de 57,6% em doze anos, ou se preferir, três mandatos.

Nota-se o aumento dos Pentecostais, principalmente sob a égide da Assembleia de Deus impulsionada com as demais denominações, a estagnação dos Neopentecostais e a diminuição dos Batistas e Presbiterianos que, nesse quesito, fica difícil a distinção de ambos. São tradicionais ou renovados pela dificuldade de se conhecerem, no pormenor, as nomenclaturas dessas a que cada

deputado eleito se propõe a seguir. Mas, o fato mais relevante nesses três gráficos é que a maioria da Bancada Evangélica é composta por Pentecostais e não por Neopentecostais como sugere o senso comum.

Todavia, após quatro eleições do Partido dos Trabalhadores, a onda conservadora se abate sobre o país e os evangélicos, sem generalizações, formam a base de apoio tanto na candidatura quanto ao atual governo de Jair Bolsonaro⁵⁶. Nomes do Pentecostalismo como Silas Malafaia e, principalmente, José Wellington Bezerra, presidente da Assembleia de Deus, assim como o líder Neopentecostal Bispo Edir Macedo garante apoio a Jair Bolsonaro. A matéria citada em nota de rodapé afirma que em 2016, um dia antes do Senado votar pelo impeachment da Dilma Rousseff, a família Bolsonaro foi levada pelo Pastor Everaldo – PSC ao Rio Jordão em Israel para ser batizado. Ao ser batizado, Jair Bolsonaro cai ainda mais nas graças do público evangélico.

Seu slogan de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” faz a perfeita alusão entre Estado e religião. Dessa forma, batizado e com slogan próprio impõe sua agenda que conquista grande parte do eleitorado evangélico, mas não apenas, vale destacar que os Católicos da Renovação Carismática apoiam o candidato que, após eleito, é recebido pelo Monsenhor Jonas Abib na Comunidade Canção Nova em Cachoeira Paulista – SP, para receber oração⁵⁷. A ala conservadora da Igreja Católica Apostólica Romana na influência do Pe. Paulo Ricardo, da mesma forma, o apoia. Até mesmo o líder Espírita Kardecista Divaldo Franco⁵⁸ declara apoio a Bolsonaro.

De fato o apoio a Jair Bolsonaro é grande: líderes Pentecostais, Neopentecostais, Católicos Romanos Carismáticos, Tradicionais e Espíritas. Mas como uma candidatura sem base partidária consegue conquistar os religiosos e, não apenas, sendo que sua coligação contou com PSL – PRTB, ambos inexpressivos na política nacional e sem tempo de Televisão. Derrotam Fernando Haddad do PT, cuja coligação, da mesma forma pequena PT – PC do B e PROS e, sem contar, a candidatura do ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin com a maior coligação PSDB, PP, PTB, PR, DEM, SD, PPS, PRB E PSD, no qual se verifica a direita, a centro-direita e o centrão juntos. Nota-se que os partidos ditos *evangélicos* PRB apoia Alckmin e PSC apoia ex-senador Álvaro Dias, mas as lideranças apoiam Bolsonaro⁵⁹.

Antes de prosseguir com as possíveis hipóteses da onda conservadora que tomou o país nas eleições de 2018, vale destacar para o leitor que a Renovação Carismática Católica é um movimento dentro da Igreja Católica Apostólica Romana, que surge em meados da década de 60, nos Estados

⁵⁶ Cf. Reportagem sobre o apoio de setores importantes dos evangélicos em: <https://epoca.globo.com/como-bolsonaro-se-tornou-candidato-dos-evangelicos-23126650>

⁵⁷ O vídeo é ilustrativo Pe. Jonas e toda cúpula da Canção Nova daquilo que foi escrito no texto. https://www.youtube.com/watch?v=NzL9i0U_nek

⁵⁸ No vídeo exposto Divaldo Franco fala a respeito do avanço do Comunismo no Brasil, sexualidade e critica a Ex-presidente Dilma. <https://www.youtube.com/watch?v=VysHMOVGrDM>.

⁵⁹ Informações sobre as coligações em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/candidatos/presidente>

Unidos e espalha-se pelo mundo. O movimento é reconhecido pelo Vaticano e suas práticas são muito parecidas com as práticas Pentecostais. Suas reuniões ou mesmo as missas são compostas por bandas que entoam cânticos animados, seus fiéis cantam e batem palmas, oram em línguas – glossolalia – e creem na cura divina. De modo que, se o leitor entrar em uma reunião, chamada de Grupo de Oração, terá a sensação de estar em um culto pentecostal; sendo a única diferença a devoção à Virgem Maria.

Mas como explicar a eleição de uma proposta conservadora, retrógrada, reacionária que é contra tudo aquilo que os progressistas, mesmo Lula com a Carta ao Povo Brasileiro e Dilma Rousseff rejeitando o aborto e a união homoafetiva, realizaram pelo país? Evangélicos e Católicos unidos, mas não só; a experiência em Rio Claro – SP demonstra que oito entre dez indivíduos optaram por votar em Bolsonaro. Aliás, em regiões como Sul, Sudeste e Centro-Oeste, Bolsonaro obtem votações expressivas, sendo derrotado apenas no Nordeste do país. O peso do voto religioso é essencial, mas não apenas os religiosos votaram em Bolsonaro, também a classe média e as classes populares.

Durante os mandatos do Partido dos Trabalhadores, o país assume a 7ª economia mundial. São criados programas sociais de distribuição de renda – como o Bolsa Família -, programas voltados à moradia popular – minha Casa Minha Vida -, o desemprego em um patamar aceitável e o trabalhador, pela primeira vez, tem acesso ao crédito o que faz circular a economia interna, a expansão das Universidades Federais e Institutos Federais, o Prouni – Universidade para todos, dentre outros. Atualmente, qual culpa pela eleição de Bolsonaro?

Seriam todos os religiosos ou grande parte deles conservadores? De certa forma, muitos se mostram assim, tanto que para que Lula tivesse apoio redigiu a Carta do Povo e Dilma teve que se mostrar contra o aborto e a união homoafetiva. Mas e as classes populares? Por qual motivo votam em Bolsonaro? Questões complexas para o período que está, ainda, em meio à sociedade brasileira. Que os Pentecostais e Neopentecostais possuem traços conservadores isso é um fato, vide as exigências feitas à ex-presidente Dilma. Mas, o que acontece com uma classe média baixa e os menos favorecidos o apoio a Bolsonaro?

O fato mais explícito é que o discurso de Bolsonaro casa com os Evangélicos – Brasil acima de tudo, Deus acima de todos – vem ao encontro de pautas próprias de, principalmente, Pentecostais, mas também de Neopentecostais e Católicos, qual seja: a defesa da família tradicional, a defesa da fé cristã, contra o aborto em quaisquer circunstâncias, contra as questões de gênero, contra união de pessoas do mesmo sexo e pelo porte de armas de fogo. Pautas voltadas aos costumes que permeiam fé e política. São essas as pautas que conquistam os evangélicos.

Todavia, o embrião para a eleição de Jair Bolsonaro foi a Operação Lava Jato que colocou os políticos em uma vala comum e condenou o ex-presidente Lula. O constante descrédito aos

políticos e as duras críticas ao Partido dos Trabalhadores fez com que o discurso de Bolsonaro, contra a corrupção, fosse eleito como algo novo e contra tudo o que se estabeleceu anteriormente, era o surgimento de uma nova política. O estrago feito pelo ex-juiz Sérgio Moro e a grande mídia, que divulgou a todo tempo notícias sobre as pretensas acusações contra o ex-presidente Lula e a espetacularização de seu julgamento, condenação e, principalmente, prisão foram, sem dúvidas, sentidas não apenas pelo PT como por todos os setores progressistas da política nacional.

A grande mídia teve papel preponderante durante a Operação Lava Jato ao superestimar o espetáculo reproduzido contra o ex-presidente Lula. Dessa forma, a combinação de uma operação orquestrada e os meios de comunicação de massa foram o estopim para o surgimento de Jair Bolsonaro. De certo, que ainda nos dias atuais, a sociedade ou grande parte dela é induzida e influenciada a acreditar em notícias e acusações, mesmo que infundadas, e setores imensos da população, que não apenas os religiosos, foram levados a demonizar a esquerda e a chamar de *comunista* tudo aquilo que os contradiziam. Nesse discurso reproduzido embarcaram a maioria dos evangélicos no país.

A internet e as redes sociais foram o segundo instrumento postos à destruição da imagem do Partido dos Trabalhadores, do ex-presidente Lula e dos setores progressistas. O que era para ser um instrumento a serviço do conhecimento tornou-se uma fábrica de *fake news* além de acusações que foram amplamente utilizadas pelo então candidato Jair Bolsonaro. Vale destacar que as notícias falsas foram utilizadas durante toda campanha assim como no caso da Covid19 e o negacionismo propalado pelo Presidente Jair Bolsonaro. Vários foram os pronunciamentos públicos, negando a doença, minimizando a pandemia e, ao passo e cabo, de sugerir um Kit Covid composto por medicamentos sem eficácia e com altos efeitos colaterais. Nessa terra de ninguém em que se tornou a internet e as redes muitos foram e ainda são influenciados sem o devido cuidado na busca pelo conhecimento apurado.

Até esse ponto, o leitor pôde observar como se forma uma Frente Parlamentar, como foi o crescimento da Bancada Evangélica desde 2006 até as eleições 2018, os cenários que ceraram tal crescimento e as denominações que mais ganharam e perderam durante esses pleitos. O que deve ficar claro, até então, é que os Pentecostais – liderados pela Igreja Assembleia de Deus possuem o maior número de deputados, seguidos pelo tímido aumento dos Neopentecostais, principalmente da Igreja Universal do Reino de Deus e a diminuição dos Evangélicos Tradicionais.

A partir de então, observar-se-á a composição da bancada evangélica por espectros partidários no intuito de mostrar ao leitor em que lugar se posicionam, partidariamente, os deputados evangélicos eleitos, observando-se as eleições de 2010, 2014 e 2018, não sem antes algumas considerações a respeito do sistema partidário brasileiro.

Resta a tentativa, muito rudimentar, pouco científica, porém didática, ao leitor, de classificar os partidos entre extrema-esquerda, esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita, direita e extrema-direita. Sete possíveis nuances de posicionamentos dos partidos sendo três na direção esquerda, outros três na direção direita e o centro. Vale ressaltar, não se trata de algo *stricto sensu*, mas sim a tentativa didática de mostrar em que lugar se encontram e, se ao cabo, é possível afirmar alguma linha nesse tabuleiro de siglas.

Ao entendimento que os partidos de extrema-esquerda são aqueles partidos revolucionários, cuja ideologia está voltada para a revolução e ofertam pouco crédito às disputas eleitorais, tais partidos não possuem representação no parlamento. Os partidos de esquerda são aqueles de tendências socialistas e comunistas que admitem um Estado forte e regulador das questões econômicas. Os partidos de centro-esquerda são aqueles partidos à esquerda, defendem a presença do Estado, porém são mais flexíveis em sua intervenção.

Ao entendimento que os partidos de extrema-direita são grupos que flertam com o autoritarismo e o fascismo. Os partidos de direita são aqueles que possuem cunho liberal ou neoliberal, que admitem Estado mínimo e o livre mercado. Os partidos de centro-direita são partidos social-democratas que admitem intervenção do Estado na economia por acreditarem que o livre mercado, por si só, gera desigualdades.

Observe o leitor como é difícil a demarcação de território. Ademais, é insuficiente a análise acima, pois as questões não se resumem às intervenções maiores ou menores do Estado na economia. Atualmente, vai além dessas discussões e entram em cena outros aspectos, próprios da sociedade pós-tradicional, como os costumes e as tradições: são mais progressistas em se tratando de partidos de esquerda por defenderem direitos e minorias ou mais conservadores em se tratando de partidos de direita por serem contrários à concessão de determinados direitos.

Outra forma eficaz é a observação de como se comportam os parlamentares durante processos de votações. Como votam, de qual maneira se posicionam, o que defendem. São favoráveis ou contrários ao direitos de minorias, mulheres, negros, trabalhadores. Ainda assim, o método pode ser falho uma vez que quando determinado partido libera bancada, mesmo que seja um partido, por exemplo, de centro-esquerda, seu parlamentar pode votar ao centro ou mesmo à direita ou ocorrer o caso contrário de um parlamentar de direita votar à esquerda. De modo que é muito complexa a tentativa de alocar os partidos em seu devido lugar.

Contudo, ainda na tentativa é mencionado um artigo que levou em conta pesquisa através de *surveys* aplicados à especialistas entre os anos de 2007 e 2010 o que foi pedido para que posicionassem os partidos segundo suas ideologias, todavia consideram:

[...]. Sobre tal estudo, é importante reconhecer que existe uma limitação do método de avaliação com especialistas, chamados de *experts surveys*, uma vez que são aplicados em contextos específicos e que estão sujeitos a julgamentos individuais e a uma polarização “artificial”, pois alguns respondentes podem buscar “preencher” toda a escala ideológica. (MACIEL; ALARCOM; GIMENES, 2017, p. 79).

Ainda assim, mesmo a pesquisa sendo aplicada com especialistas, está sujeita a desvios quando levado em conta o contexto de sua aplicação e as próprias convicções dos entrevistados.

Ainda acerca do mesmo artigo, os autores citam a Pesquisa Legislativa Brasileira – PLB – trata-se de um projeto de survey com os próprios parlamentares. É pedido a eles que se posicionem acerca de suas convicções ideológicas. O estudo é de 2013 e está compilado na Universidade de Havard, uma vez que a pesquisa é realizada com parlamentares de diversos países. Acerca da PLB os autores afirmam:

[...] as preferências e o posicionamento declarados pelos próprios parlamentares nos informariam com maior precisão sobre tal distribuição das legendas no espectro ideológico e serviria como base à interpretação de dados a esse respeito. Ademais, a racionalização oferecida pelos próprios congressistas teria um significado notável para a atividade legislativa. (MACIEL; ALARCOM; GIMENES, 2017, p. 81).

Mostram-se mais propensos aos dados da segunda pesquisa a partir do momento em que observam que os legisladores podem se posicionar com maior precisão que os especialistas; uma vez que a precisão dos dados concentrar-se-ia na autodeclaração do legislador e em sua atividade prática.

Algumas conclusões às quais pesquisadores chegaram com relação aos partidos políticos serão observadas:

Em primeiro lugar, verificamos um agrupamento de partidos cuja localização no campo da esquerda é percebida por especialistas e se repete quando do autoposicionamento dos parlamentares. Dentre tais partidos, verificamos posições próximas à extrema esquerda no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – sendo que os parlamentares do segundo se posicionam de maneira mais latente à esquerda do que aqueles do primeiro, em dissonância com a percepção dos *experts* – e o posicionamento claro do PT à esquerda tanto entre especialistas quanto por seus parlamentares. Já no caso do PSB e do Partido Democrático Trabalhista (PDT), as médias estão mais próximas dos pontos médios das escalas, de modo que podem ser considerados partidos de centro-esquerda. (MACIEL; ALARCOM; GIMENES, 2017, p. 84).

Que o leitor observe a complexidade de se agrupar os partidos em seus devidos espectros ideológicos uma vez que é difícil o entendimento entre especialistas, ou cientistas políticos e o posicionamento dos próprios parlamentares. Todavia, pode-se observar e, de certa maneira, classificar, de acordo com os autores. Dessa forma, partidos como o Partido dos Trabalhadores – PT e o Partido Comunista do Brasil – PCdoB, estão no campo da esquerda. Partidos como o Partido Socialista Brasileiro - PSB e o Partido Democrático Trabalhista - PDT no campo da centro esquerda. E por fim, uma extrema-esquerda formada pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSol

como seus próprios parlamentares e especialistas os descreve. Dessa forma, é possível afirmar que a classificação dos partidos progressistas nos gráficos que serão apresentados não está fora daquilo que os pesquisadores citados disseram.

Vale destacar o resultado de algumas outras legendas, que estão no espectro de centro-direita e centro, nesse mesmo estudo:

Dentre o segundo conjunto de partidos, a maioria das legendas recebeu realce por conta da incongruência na sua ordenação no espectro pelos diferentes respondentes dos *surveys*. Enquanto os especialistas atribuíram posições que confirmariam o Partido Popular Socialista (PPS)⁶⁰, o PSDB e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como legendas de centro-direita, seus parlamentares indicaram posicionamentos mais à esquerda, no primeiro caso, e de centro-esquerda para os demais partidos. Dentro desse conjunto de partidos, destacamos o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)⁶¹, cuja posição de centro se consolida por meio dos dados analisados: enquanto ambos os conjuntos de especialistas acomodam tal legenda ligeiramente à direita, seus parlamentares se posicionam minimamente à esquerda da escala, de modo que a posição de centro do partido nos parece evidente. (MACIEL; ALARCOM; GIMENES, 2017, p. 85).

No caso explicitado dos partidos Cidadania, Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB e Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, os especialistas os posicionaram na centro-direita. Entretanto, seus parlamentares se posicionaram entre a esquerda e a centro-esquerda. No caso do Movimento Democrático Brasileiro – MDB os especialistas classificaram como direita, todavia seus parlamentares se posicionaram à esquerda. Dentro dessa perspectiva confusa, os autores acabaram por deixar sua marca e posicionar o MDB ao centro. Desse que escreve, da mesma forma, pode avaliar que no caso do PSDB e do PTB, os especialistas estão corretos, uma vez que não faz sentido colocar essas legendas como esquerda e sim da direita ao centro.

Para encerrar, mais uma constatação interessante desse mesmo estudo acerca de partidos da direita:

Por fim, o último conjunto de partidos é claramente aquele mais coerente em termos de posicionamento no espectro ideológico: o Partido Social Cristão (PSC), Partido Progressista (PP)⁶² e o DEM⁶³ são identificados como partidos de direita por ambos conjuntos de especialistas consultados, ao passo que seus parlamentares assumem posicionamentos de centro-direita, o que, em alguma medida, pode decorrer do fenômeno da “direita envergonhada” [...]. (MACIEL; ALARCOM; GIMENES, 2017, p. 85).

Nota-se sempre uma certa contradição entre especialistas e parlamentares. Contudo, os especialistas, no caso acima, parecem chegar a uma conclusão lógica, contrariando os parlamentares. Assim, o Partido Social Cristão, os Progressistas e o União Brasil fazem parte da

⁶⁰ PPS, atual Cidadania.

⁶¹ PMDB, atual MDB ou Movimento Democrático Brasileiro.

⁶² Partido Progressista Brasileiro, Partido Progressista e atual PROGRESSITAS.

⁶³ DEM e PSL – Partido Social Liberal, que elegeu Jair Bolsonaro, realizaram fusão e passa a ser conhecido como União Brasil.

chamada direita. E quando seu parlamentares se dizem de centro-direita, escondem uma faceta daquilo que é uma direita envergonhada.

A questão da ideologia dos partidos parece ser algo que se modifica com o passar do tempo, principalmente em condições pós-tradicionais. As reinvenções dos partidos de esquerda após a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas é, sem dúvida, evidente, principalmente, no que diz respeito ao modo de se governar. Assim sobre ideologias pode-se refletir:

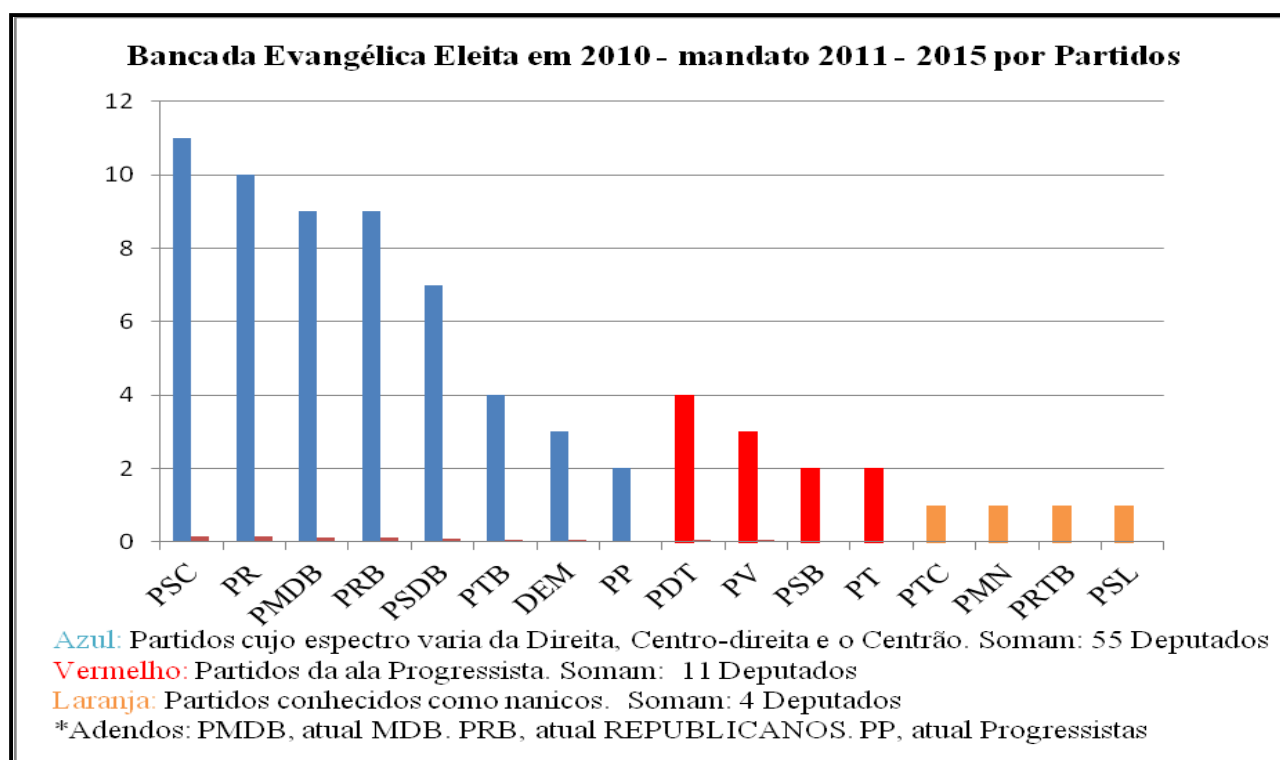
Na base e na origem das primeiras dúvidas sobre o desaparecimento da distinção, ou ao menos sobre sua menor força representativa, estaria a chamada crise das ideologias. Pode-se tranquilamente objetar, como já foi feito, que na realidade as ideologias não deixaram de existir e estão, ao contrário, mais vivas do que nunca. As ideologias do passado foram substituídas por outras, novas ou que pretendem ser novas. A árvore das ideologias nem sempre está verde [...], não há nada mais ideológico do que a afirmação de que as ideologias estão em crise [...]. (BOBBIO, 2011, p. 51).

Para o autor, as ideologias não deixaram de existir e estão mais vivas que nunca. Vide as ideologias de direita e extrema-direita no país. Negar a existência delas é fazer vista grossa com os últimos acontecimentos da política. O próprio partido que elegeu o atual presidente e, por assim dizer, repleto de extremistas e o Partido NOVO, da mesma forma, advém da extrema-direita. Contudo, os partidos de esquerda não perderam sua essência, apenas se reinventaram no sentido da governabilidade sem perder o caráter de uma política voltada ao social.

Os pressupostos elencados no estudo acima oferecem mais segurança para as classificações que constam nos gráficos e mostram que não estão em discrepâncias com o cenário partidário atual. Basta apenas uma ressalva, os partidos que compõem o chamado Centrão. Esses partidos são conhecidos por uma baixa adesão ideológica. São partidos caracterizados como fisiológicos, ou seja, visam apenas a interesses próprios. Não se posicionam como oposição e não importa o governo em questão, sempre o apoia.

Nesse ponto passa-se à apreciação dos gráficos da Bancada Evangélica eleita por partidos com a finalidade de observar como se posicionam, mesmo que de uma forma rudimentar, os deputados eleitos.

Gráfico 13 Bancada Evangélica eleita em 2010 - por Partidos



Fonte: Autor, adaptado DIAP (2010)

Dos 70 deputados federais eleitos em 2010, primeiro mandato governo Dilma Rousseff, os partidos que mais elegem são PSC – Partido Social Cristão e em quarto, o PRB – Partido Republicano Brasileiro (atual REPUBLICANOS), novamente lembrando que no primeiro mandato da candidata Dilma, PSC e PRB, estão na coligação; o apoio à popularidade dos governos do PT é, sem dúvidas, uma alavanca para que a Bancada Evangélica cresça e, de certa forma, por cálculos potenciais eleja maior número de deputados.

Pode-se observar no gráfico acima a existência de dezesseis partidos que abrigam representantes evangélicos. Dentro desses partidos com representações, é difícil uma tentativa de classificá-los em determinado espectro ideológico, dada a fragmentação do sistema partidário brasileiro: “[...], o Brasil ainda apresenta um sistema partidário bastante peculiar, marcado pela intensa fragmentação, frágil institucionalização partidária, baixa inteligibilidade da disputa e elevada volatilidade eleitoral.” (ARAÚJO; SILVA, 2016, p. 2). Por certo, o grande número de partidos, para além da fragmentação, confunde o eleitor e torna-se inteligível saber qual posicionamento ideológico determinado partido traz consigo.

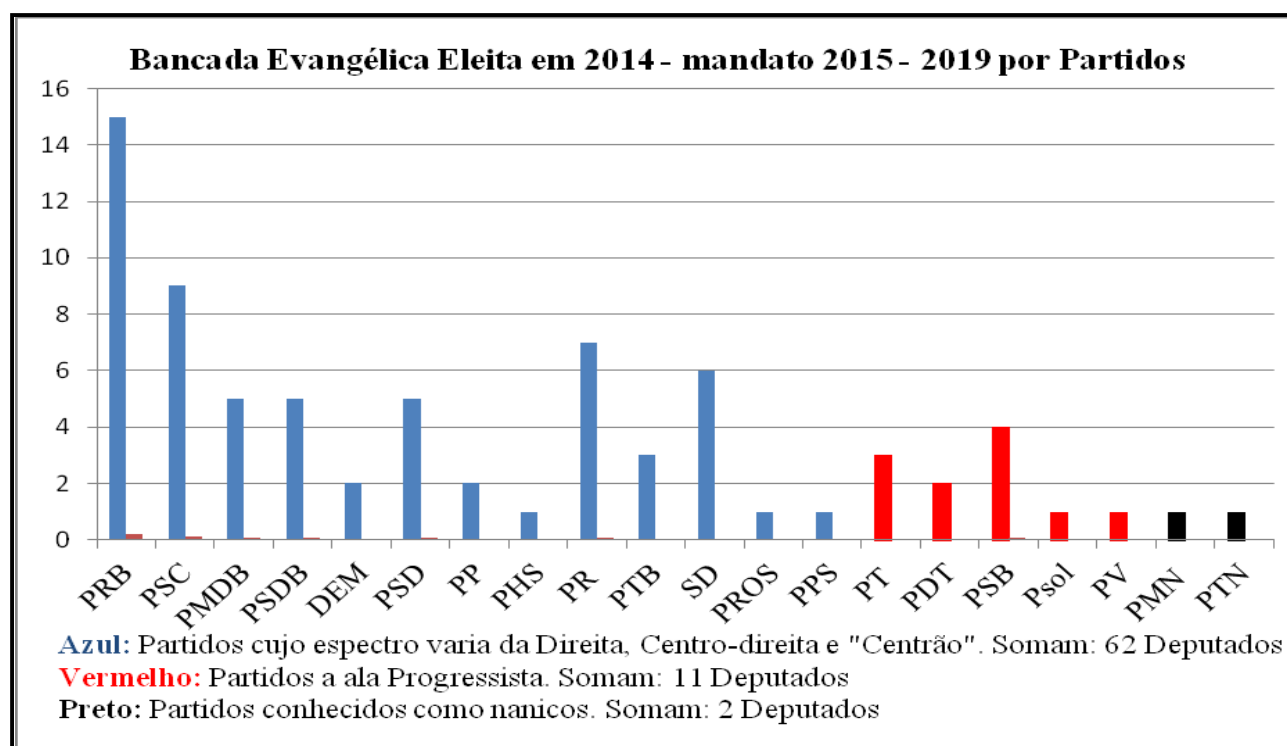
Aliás, a inteligibilidade é um traço de tal fragmentação, também, no sentido de que o eleitor médio não sabe como são eleitos seus representantes a vereador, deputado estadual, deputado federal, renovação de 1/3 (um terço) ou 2/3 (dois terços) do senado com mandato de oito anos para senadores, prefeito, governador e presidente. As diferenças entre disputas proporcionais e majoritárias. E o entendimento do cálculo eleitoral que proporciona as eleições aos cargos

legislativos. Princípios básicos e fundamentais para o exercício da cidadania são prejudicados pela fragmentação dos partidos políticos no Brasil.

Porquanto é possível afirmar que a maioria dos eleitos em 2010 está no campo da direita e centro. Os partidos de esquerda, a saber: Partido Democrático Trabalhista – PDT, o Partido Socialista Brasileiro – PSB, e o Partido dos Trabalhadores – PT, que estão no campo progressista elegem representantes evangélicos mesmo que em menor quantidade. O Partido Verde – PV - foi colocado na classificação de progressista lembrando a antiga posição ambientalista do partido, porém, o partido, por muitos mandatos, foi se endireitando e, no momento atual, volta a compor federação partidária com os progressistas.

Nota-se que, obviamente, os partidos ditos “evangélicos” elegem um número expressivo de deputados, mas os demais partidos dos espectros da direita, centro direita e centro também o fazem. A dificuldade estaria na esquerda e centro-esquerda no diálogo com as lideranças evangélicas? Eis um ponto importante para a reflexão tanto daquele que pesquisa, como para o leitor.

Gráfico 14 Bancada Evangélica Eleita em 2014 – por Partidos



Fonte: Autor, adaptado DIAP (2014)

*Adendo: coloca-se o PV – Partido Verde na ala progressista mais por sua história passada e bandeira ambientalista o que o diferencia dos partidos em azul.

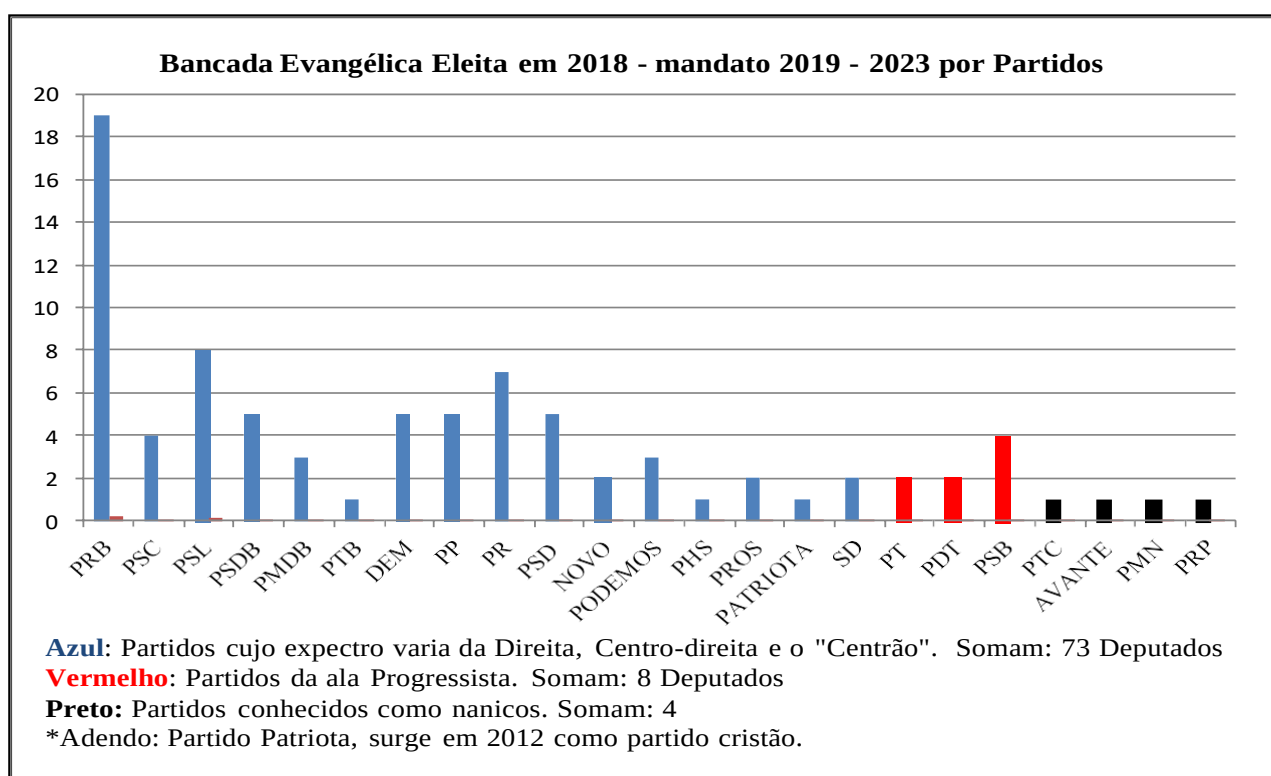
Nesse gráfico, nota-se o crescimento dos representantes eleitos pelo PRB, partido ligado à Igreja Universal do Reino de Deus e à diminuição dos eleitos pelo PSC, partido, também de viés evangélico, outrora uma pulverização maior de partidos da Direita declarada, Centro-direita e

Centrão se comparado ao gráfico anterior; (vide gráfico 13) antes compostos por oito partidos e, nesse, treze partidos. O campo progressista diminuiu de tamanho. Lembrando que a coligação Dilma 2014 conta com PT, PMDB, PDT, PC do B, PP, PR, PSD, PROS e PRB, como visto nas linhas acima, uma candidatura de esquerda que se reinventa pela governabilidade.

O PSC – Partido Social Cristão lança o Pr. Everaldo candidato em chapa pura, ou sem coligações e, ainda assim, elege um número expressivo, ainda que menor, de representantes evangélicos de seu partido. O PSB lança Eduardo Campos, ex-governador de Pernambuco que sofre um acidente de avião e, em seu lugar, assume Marina Silva, hoje na REDE SUSTENTABILIDADE. À época, a coligação do PSB contava com: PRP, PPS, PSL, PPL e PHS, que por ironia do destino, quatro anos mais tarde, o PSL com Jair Bolsonaro combate veementemente o comunismo.

Nota-se, também, se comparado ao gráfico anterior, (vide gráfico 13) a diminuição paulatina dos evangélicos eleitos pelos partidos progressistas, o que demonstram que os candidatos possuem preferências pelos partidos, sejam os religiosos citados, os da direita, centro-direita e centrão. Os partidos nanicos, expostos no gráfico, não representam proporções maiores em números de deputados eleitos. Dessa forma, são classificados popularmente como nanicos e estão ao dissabor de conseguirem sobrevivência representativa nos demais pleitos. No caso o Partido Trabalhista Nacional, atual PODEMOS.

Gráfico 15 Bancada Evangélica Eleita em 2018 por Partido



Fonte: Autor, adaptado DIAP (2018)

*Adendo: o PR, Partido da República, é o atual PL, Partido Liberal, de Valdemar da Costa Neto. Em 2006 o PL se funde com o PRONA e se torna PR. Em 2019, Valdemar da Costa Neto volta com o nome original do partido. Porquanto, o PL não aparece nos três gráficos por partidos.

As eleições 2018 é *sui gêneres*, elege Jair Bolsonaro com práticas de Extrema-Direita não declarada e é bom deixar isso claro; existe uma Extrema-Direita no país que não se manifesta dessa forma, mas age como, e, os grandes líderes evangélicos apoiam o governo atual. Durante as eleições mesmo que PRB e PSC tenham entrado na coligação de Geraldo Alckmin – PSDB, sempre deixaram transparecer suas preferências por Jair Bolsonaro. Desta forma, compor uma coligação não significa fidelidade ao coligado.

Nota-se, o crescimento da Bancada Evangélica desde 2007 com 36 deputados, 2010 com 70 deputados, 2014 com 75 deputados e 2018 com 85 deputados. O crescimento do PRB e a diminuição drástica do PSC, mas ao que se refere aos demais partidos, a pluralização aumentou: 23 partidos nessa eleição ante 20 da anterior (vide gráfico 14). Destaque para os eleitos evangélicos. A maioria está no campo da Direita, Centro-direta e Centrão. Por sua vez, a ala progressista foi a que mais perdeu espaço entre os evangélicos eleitos e, consequentemente, daqueles eleitores que votam. Destaque, também, para os eleitos pelo PSL, ex-partido do Presidente eleito, que se declaram evangélicos.

Na tentativa de diminuição dos partidos políticos no sistema eleitoral, vale destacar a chamada Cláusula de Barreira ou Cláusula de Desempenho⁶⁴, fruto da Emenda à Constituição nº 97/2017 que passa a valer a partir das eleições 2018. Porquanto, como foi destacado, os rearranjos partidários, pois a Lei impõe que os partidos devem alcançar 1,5% dos votos válidos distribuídos em um terço das unidades da Federação, sendo no mínimo 1% dos votos válidos em cada uma delas ou que tiverem eleitos, ao menos, nove deputados federais nesses um terço.

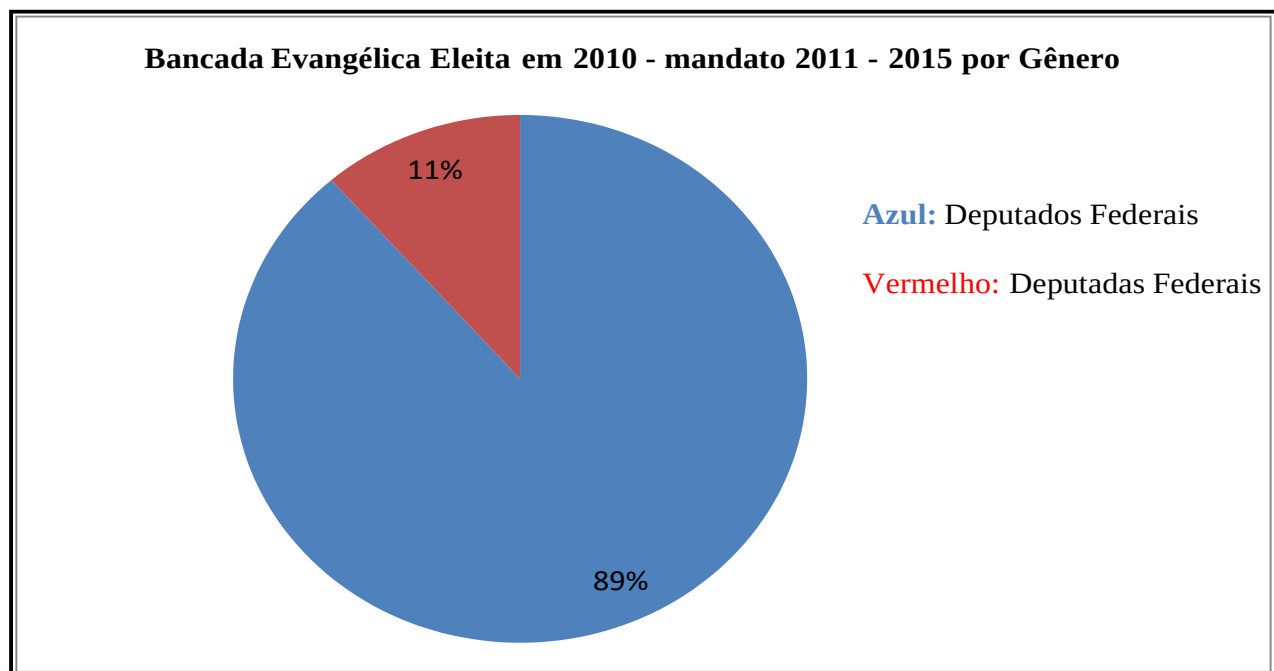
A Emenda possui boa proposta no sentido da diminuição dos partidos, porém serão prejudicados os partidos menores. Contudo, a Emenda possibilita a formação de Federações Partidárias. Os partidos podem se unir em uma Federação que deve, ao mesmo tempo, existir certa fidelidade durante o mandato de seus deputados, atuarem de forma conjunta e, se possível, votar em bloco. Essa medida favorece os partidos menores, principalmente os de esquerda no sentido de sua sobrevivência enquanto legenda e direito ao fundo partidário, desde que consigam eleger a quantidade de deputados federais que prevê a Emenda.

A partir desse ponto, passar-se-á à observação da Bancada Evangélica com relação aos gêneros, na mesma sequência das eleições 2010, 2014 e 2018 como se projeta até o momento. Vale lembrar que a lei reserva cota de 30% para as mulheres. Assim, se o partido não dispuser tal

⁶⁴ Cf. <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Dezembro/clausula-de-barreira-sera-aplicada-a-partir-do-dia-1deg-de-fevereiro-de-2019-decide-tse>

percentagem de mulheres na chapa ao Legislativo, não consegue viabilizar as candidaturas. Antes, porém, a Lei 9504/1997 redige a reserva de 30% para as mulheres, mas não exatamente forçam os partidos a preencherem as vagas; isso acontece apenas em 2009 com a minireforma política que, dessa vez, obriga os partidos ao preenchimento⁶⁵.

Gráfico 16 Bancada Evangélica por gênero eleita em 2010

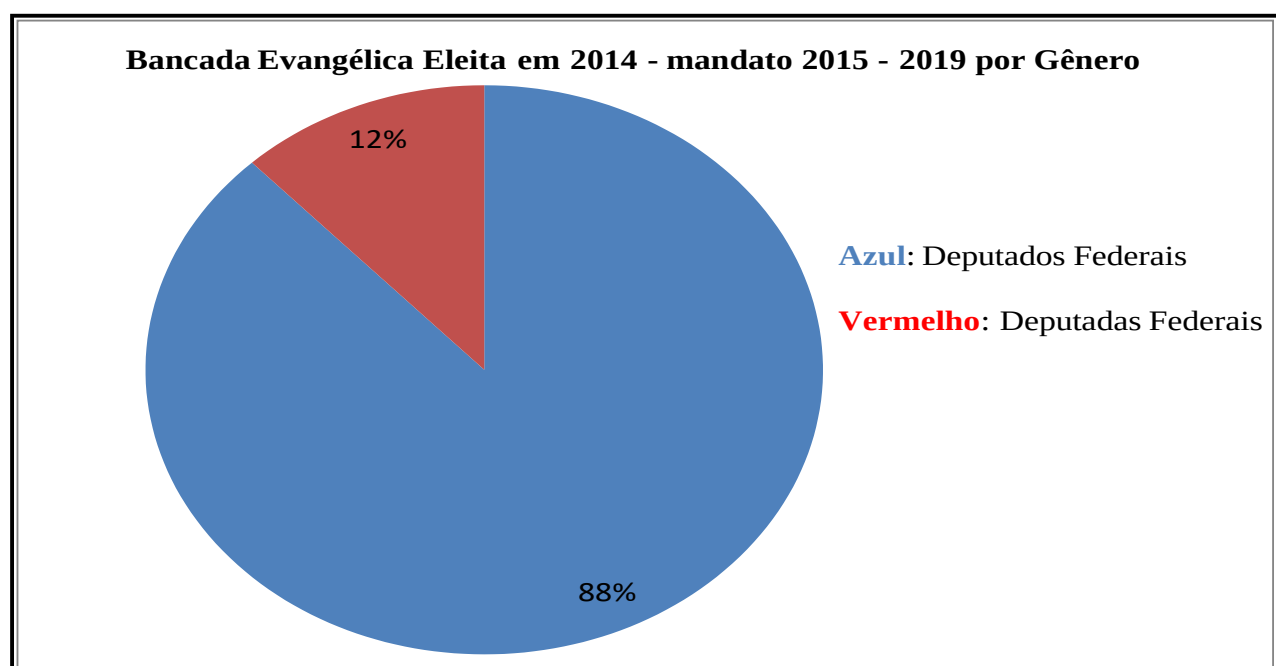


Fonte: Autor, adaptado DIAP (2010)

Nota-se que, dos 70 deputados federais eleitos em 2010, apenas 11% são mulheres e curiosamente, o levantamento DIAP revela apenas seus nomes, sem títulos como pastora, missionárias, cantoras gospel ou profissão, apenas traz a denominação às quais fazem parte. Isso não quer dizer que não possam ter títulos pastorais, ao menos nas denominações que permitem o sacerdócio feminino, ou ter uma profissão secular e seja apoiada por determinada denominação. No geral, das 513 cadeiras na Câmara Federal, apenas 45 mulheres são eleitas o que representa 8,77% do total; desse total, 11% declaram-se evangélicas. Assim há percentualmente mais mulheres evangélicas que ocupam cadeiras que mulheres de outras religiões ou sem religião.

⁶⁵ Cf. <http://www.generonumero.media/o-que-sao-as-cotas-para-mulheres-na-politica-e-qual-e-sua-importancia/>

Gráfico 17 Bancada Evangélica por gênero eleita em 2014

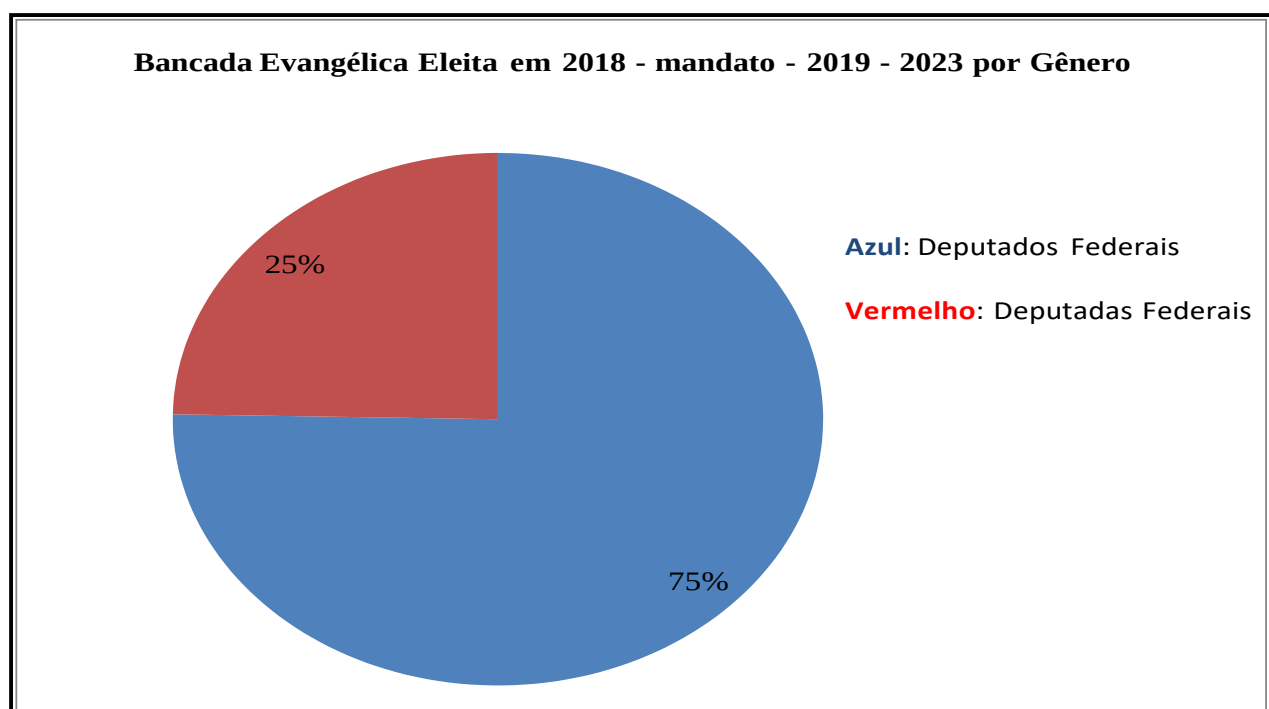


Fonte: Autor, adaptado DIAP (2014)

Das deputadas evangélicas eleitas em 2014, a percentagem aumentou apenas 1% em comparação ao pleito anterior (vide gráfico 16). Nesse ano, o DIAP traz uma apresentação melhor e coloca títulos e profissões seculares para os representantes evangélicos eleitos. Mas apenas uma deputada eleita traz como profissão – empresária e pastora. Vale ressaltar que a minoria das Igrejas Evangélicas, seja da Reforma, com exceção da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, que admite o sacerdócio feminino, a Pentecostal – Igreja do Evangelho Quadrangular – e a Neopentecostal – Igreja Internacional da Graça de Deus – admitem mulheres como pastoras. Nas demais, as mulheres não são pastoras e exercem cargos secundários e não são protagonistas. Mesmos naquelas em que são protagonistas não são maioria.

Nesse pleito foram eleitas 51 mulheres deputadas, o que representa 9,94% do total das cadeiras, se comparado ao pleito anterior que elege 8,77%. O aumento é de pouco mais de 1%; desses 8,77%, 12% se declaram evangélicas. Ou seja, das 51 deputadas mulheres 12% são evangélicas eleitas com o apoio de suas denominações. Elas pertencem em maior número à Bancada Evangélica que outras bancadas, mas podem também aparecer em mais de uma, por exemplo, a Deputada Benedita da Silva – PT/RJ consta como pertencente à Bancada Evangélica, à Bancada Sindical e à Bancada Feminina.

Gráfico 18 Bancada Evangélica por gênero eleita em 2018



Fonte: Autor, adaptado DIAP (2018)

Esse último pleito representa o apoio eleitoral dos evangélicos, em sua maioria, à eleição de Jair Bolsonaro, mesmo que sem a composição de seus partidos à campanha do presidencial. Representa, da mesma maneira, o aumento expressivo das deputadas evangélicas eleitas de 12% no pleito anterior para 25% nesse pleito. O aumento das mulheres eleitas acompanha o aumento da Bancada, sendo respectivamente – 70 deputados em 2010, 75 em 2014 e 85 em 2018 –, as mulheres com títulos pastorais são agora três, a saber: Flordelis⁶⁶ PSD/RJ, primeiro mandato, eleita com expressivos 196.959 votos, pastora e cantora gospel, Christiane de Souza Yared PR/PR, segundo mandato, eleita com 107.636 votos, empresária e pastora e Liziane Bayer PSB/RS, primeiro mandato, eleita com 52.977 votos, pastora da Igreja Internacional da Graça de Deus. As demais mulheres evangélicas eleitas declaram profissões seculares.

Das 17 mulheres evangélicas eleitas, dez são de primeiro mandato. Destaque para a expressiva votação de Joice Hasselmann PSL/SP⁶⁷ com 1.078.666, essa em particular, eleita a reboque da defesa da Lava Jato e do candidato Jair Bolsonaro, não necessariamente por ser evangélica. O mesmo ocorre com a Policial Kátia Sastre⁶⁸ PR/SP eleita com 264.013 votos, sua campanha recebe apoio do candidato a governador de São Paulo - Márcio França⁶⁹ - que, a fez

⁶⁶ A Deputada Flordelis eleita pelo Rio é ligada, segundo o DIAP, à Assembleia de Deus porém, seu ministério é próprio não necessariamente pertencente à Assembleia de Deus Ministério de Belém ou Madureira.

⁶⁷ A deputada em questão se declara Batista.

⁶⁸ Policial Kátia Sastre declara-se pertencente à Assembleia de Deus.

⁶⁹ Cf. <https://epoca.globo.com/a-cena-me-perseguia-diz-mae-de-assaltante-morto-pela-pm-katia-sastre-diante-de-escola-23181181>. A reportagem conta como a policial reagiu ao assalto em uma escola de Suzano SP e traz o governador e depois candidato Márcio França a homenageando.

tornar-se heroína, após matar um bandido durante um assalto na saída de uma escola. Destaque, também para o quinto mandato de Benedita da Silva⁷⁰ PT/RJ, eleita com 44.804 votos. Três exemplos de mulheres evangélicas que, não necessariamente, necessitam exclusivamente do apoio evangélico.

Nesse último pleito são eleitas 77 mulheres, que representam 15% do total das cadeiras; um aumento expressivo se comparado ao pleito anterior de 9,94%. Ainda assim, dessas 77 deputadas federais eleitas, 25% são evangélicas. Obviamente que o percentual de mulheres eleitas, em comparação com homens, ainda é em números, bem inferior, mas representa o bom desempenho das mulheres que se declaram evangélicas. Porém se comparados os números dos três gráficos por gênero, a Bancada Evangélica é exclusivamente masculina.

5.1 Considerações parciais à primeira parte do capítulo

Nos gráficos relacionados às Denominações Evangélicas, percebe-se que a Assembleia de Deus e as outras denominações Pentecostais possuem o maior número de deputados. Assim, sobressaem os Pentecostais, seguidos pelos Neopentecostais representados pela Igreja Universal do Reino de Deus e Igreja Internacional da Graça de Deus; os Protestantes Históricos representam minoria da Bancada. Observa-se, também, a queda entre as três legislaturas dos representantes Batistas e Presbiterianos em detrimento do aumento dos Assembleianos e dos Iurdianos.

Nos gráficos relacionados aos Partidos Políticos observa-se a pluralização dos partidos em uma crescente desde a primeira até a última legislatura exposta. A disputa pela hegemonia dos *partidos evangélicos* PSC e PRB, o primeiro como protagonista em 2010 que perde drasticamente espaço para o PRB nas eleições 2014 e 2018. Assim, o PRB é o maior partido evangélico do Parlamento, ainda que ligado à Igreja Universal do Reino de Deus, mesmo que tal denominação não seja a maior em representação. O que se percebe, então, é que o partido pode abrigar, e abriga, candidatos de outras denominações evangélicas.

Além do PRB e PSC, observa-se que a Bancada Evangélica concentra-se em partidos de direita, centro-direita e centrão, mesmo que esses partidos tenham se comportado como Direita na votação da Reforma da Previdência. Os eleitos pela esquerda ou centro-esquerda são minoria dentre a preferência dos candidatos evangélicos. Mesmo que seu desempenho nas eleições de 2010 tenha sido melhor nas demais legislaturas, o número de candidatos diminuiu, principalmente, nessa última; dado ao aumento do conservadorismo e a campanha anticomunista e antipetismo que a Direita promove em discursos e redes sociais.

⁷⁰Deputada Benedita da Silva declara-se pertencente à Assembleia de Deus, mas sua trajetória extrapola para além da confissão religiosa é, além de tudo, militante de causas sociais e política reconhecida.

Nos gráficos relacionados por Gênero, observa-se que a Bancada Evangélica eleita desde 2010 até a última é predominantemente masculina, 89%, 88% e 75% respectivamente. Com exceção ao último pleito, em que o desempenho das mulheres evangélicas eleitas é de 25% contra 12% em 2014 e 11% em 2010. Todavia, tal crescimento também segue o crescimento da Bancada Feminina em si. Entretanto, mesmo entre as mulheres eleitas e seu aumento em números, as evangélicas são as quem possuem melhor desempenho. Aqui duas opções, já observadas nas análises, no último pleito mulheres eleitas sem a necessidade exclusiva do voto evangélico ou as igrejas logram êxito ao lançarem mulheres como candidatas independentes dos partidos e apoiadas por suas denominações.

Pode-se tentar uma breve hipótese do perfil da Bancada Evangélica nesse momento? Ou esperar-se-á a observância de suas pautas? Grosso modo, até o presente momento, os Pentecostais possuem maior número de representantes seguidos pelos Neopentecostais e, como visto no transcorrer do texto, apoiam o governo em voga, seja qual for, mas não abrem mão de pautas como aborto, por exemplo, que faz com que a então Candidata Dilma Rousseff tenha sido contrária ao aborto para obter apoio.

No campo partidário a preferência dos candidatos e dos eleitos é por partidos ligados ao centrão, cuja marca é a fisiologia, a direita e centro-direita. Os partidos progressistas possuem menos representantes evangélicos na Câmara Federal. Relembrando que a atuação política do centrão é da velha política do *toma lá, dá cá*. Destaque para o último pleito que, apesar os partidos PRB e PSC, se coligarem com ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin, o voto evangélico é de Jair Bolsonaro com seu discurso em defesa da família tradicional e dos costumes.

Se forem observadas as questões partidárias, afinidades com o Poder Executivo em qualquer momento e as pautas da família e dos costumes, pode-se chegar, ainda que prematuramente, à hipótese da existência de uma Bancada Evangélica conservadora. Todavia, ressalta-se o caráter prematuro, por qual ainda serão analisados os projetos de leis e o trabalho de campo; somente após esses dois últimos tópicos, poder-se-á afirmar se a Bancada Evangélica ou Frente Parlamentar Evangélica é ou não conservadora, a depender, principalmente, da representação experimentada pelos entrevistados.

5.2 Como votaram pastores e membros das denominações pesquisadas

Após tratar nesse capítulo a questão partidária da Bancada Evangélica, nesse subtítulo, apresentar-se-á ao leitor como se posicionaram os pastores e membros das denominações pesquisadas através do princípio da exclusão do voto em determinado partido. Para tanto, foi perguntado aos entrevistados Existe algum partido que o Sr (a), hoje, não votaria de jeito nenhum?

Seguem as respostas na ordem dos pastores da Assembleia de Deus Ministério do Belém e da Igreja Internacional da Graça de Deus. Membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém e da Igreja Internacional da Graça de Deus.

Pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP

Olha Professor, é uma pergunta, assim, meio complicada porque às vezes a gente pode levar, pode levar como extremismo, né! Mas, de toda minha convivência política, que convivi trabalhando por mais de vinte anos poder público, fui vereador, inclusive também, Mato Grosso, vereador um mandato. E de convivência política é complicado essa inquirição porque às vezes as pessoas pensam que a gente é extremista, mas não é questão de ser extremista! É os fatos! É os fatos que falam por si, né! Então, veja bem, talvez um partido, hoje, que eu não escolheria pra votar, hoje, hoje, tô falando de hoje, hoje talvez seria o PT, PCdoB, Psol, que seriam partidos que contrapõe muito às nossas ideologias, nossos pensamentos. Alguns até por questão de corrupção, não estou dizendo, ressaltar aqui, não estou dizendo que todo mundo tá lá é ruim não! Não é isso não! Não tô generalizando! Isso é uma pergunta meio complicada pra responder. Pode existir gente boa? Pode! Mais vamos falar do conjunto da obra, do contexto hoje que vivemos, talvez seja esses partidos assim que eu vejo com reservas, com reservas, não denegrindo aqui o partido, nem todos os seus integrantes, né! Porque não posso generalizar, né! Então, no conjunto da obra, num contexto, em ver as pautas que eles têm defendido, então pra mim não dá, não caminho junto. (Pr. Ebenezer, 2021).

O experimentado entrevistado acima, que inclusive foi vereador por um mandato no Estado do Mato Grosso, afirma que não aconselha o voto no Partido dos Trabalhadores, no Partido Comunista do Brasil e no Partido Socialismo e Liberdade. Três dos principais partidos de esquerda no Brasil. A justificativa oferecida é que são partidos que se diferenciam muito da ideologia e pensamentos nos quais eles, enquanto pastores, acreditam.

Existe, nunca votei e nunca voto! PT! PT, Psol, vamos dizer, a esquerda toda! Porque é difícil, esse povo não é fácil não. (Pr. Joel, 2021).

O entrevistado acima é convicto em seu posicionamento. De forma veemente, afirma nunca ter votado e que não votaria nos partidos de esquerda. Essa postura, do ponto de vista pessoal, pode não ser modificada caso a liderança da denominação venha indicar voto a determinado candidato de esquerda, como fizeram com os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, quando receberam apoio de lideranças evangélicas, sendo uma delas a Assembleia de Deus. Nesse pormenor, mesmo a liderança recomendando, torna-se difícil o convencimento do entrevistado por ser algo introjetado como posicionamento fechado, rígido, sem se mostrar flexível.

Não votaria em PCdoB, não votaria em PT. (Pr. Geraldo, 2021).

Novamente dois partidos importantes da esquerda Partido Comunista do Brasil e Partido dos Trabalhadores. Ambos rejeitados pelo entrevistado acima.

Esses partidos de esquerda que eu tenho conhecimento eu não voto não! (Pr. Geraldinho, 2021).

Sem tecer longas linhas de comentários, o entrevistado acima afirma não votar nos partidos de esquerda.

Todos os partidos com viés comunistas e socialistas estão descartados! (Pr. José Ricardo, 2021).

Para fechar a série dos pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP entrevistados, o último segue a mesma postura de todos os demais. Afirma não votar em partidos comunistas e socialistas. Para ele, esses partidos estão descartados da possibilidade de voto.

Todos os pastores entrevistados da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP rejeitam os partidos de esquerda, Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil e Partido Socialismo e Liberdade. Vale lembrar ao leitor, que os pastores possuem maior grau de escolaridade se comparados aos membros (vide capítulo sobre metodologia). Além de possuírem ensino superior, são também sacerdotes, fato que concorre para que sejam formadores de opiniões em suas igrejas. Ao serem formadores de opiniões, podem influenciar no voto de seus membros. Obviamente que sem generalizações, nem todos são influenciados pelos pastores, porém é importante admitir que existe a probabilidade em larga escala.

Pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus – Rio Claro/SP

Olha, pessoalmente, eu tenho que te dizer o seguinte; quanto ao negócio de partido, como eu disse. Eu não sou contra A nem contra B, a gente procura as pessoas que têm as melhores propostas. É isso que o eu acredito, entendeu? Pessoalmente, é o que eu disse pra você, sou contra ideologias! Principalmente, essas que ofendem a fé! E, logicamente, eu não poderia apoiar, mas com relação a partido não. Com relação a partido, não. Partido muda de cara a qualquer hora. Entendeu? Porque na verdade é o interesse daquelas pessoas ali, é o interesse, são as ideias, hoje é uma coisa, amanhã já é outra. Então eu não tenho motivo, como eu posso explicar, preconceito contra ninguém. Mas sim caso de pessoas, se eu sei que essa pessoa é corrupta não vou votar nesse pessoa. (Pr. Lucas, 2021).

O primeiro entrevistado diz não ter nada contra os partidos. Todavia, se mostra contrário às ideologias, principalmente, àquelas que se mostram contrárias à fé. Notadamente, pode-se chegar à conclusão de que as ideologias às quais se refere, mesmo tendo optado por não nomear nenhum partido em particular, centram-se nas ideologias comunista e socialista. O discurso de que o comunismo e o socialismo são um perigo à religião, há muito que foi difundido e, no momento atual, faz parte da reprodução do discurso dos pastores.

Sim! Eu não votaria no partido PT nunca! Não é uma questão de Igreja, não, na minha pessoa particular não votaria. (Pr. Angeli, 2021).

O segundo entrevistado, diferentemente do primeiro, nomeia expressamente sua contrariedade ao voto no Partido dos Trabalhadores. E justifica como algo de fôro íntimo que em nada tem a ver com sua denominação.

Sim, com certeza! PT! (Pr. Valdete, 2021).

A representante mulher, dentre os pastores entrevistados, é taxativa e contrária ao voto no Partido dos Trabalhadores.

PT! (Pr. Rodrigo, 2021).

Em sua resposta, curta e breve, o pastor acima não vota no Partido dos Trabalhadores.

Partidos de esquerda eu não votaria! Não votaria em partidos de esquerda por conta de ideologia deles. (Pr. Rogério, 2021).

Por último, o entrevistado acima diz não votar em partidos de esquerda por conta de suas ideologias. Porquanto, restaria saber se o entrevistado teria mais tolerância com partidos como o Partido Socialista Brasileiro e o Partido Democrático Trabalhista. Porém, não se pode afirmar pois o assunto não teve prosseguimento.

Todos os pastores entrevistados da Igreja Internacional da Graça de Deus são contrários aos partidos progressistas. Da mesma forma, como foi dito, pode-se reafirmar que os pastores dessa denominação possuem grau de escolaridade maior se comparados aos membros (vide capítulo sobre metodologia). Ao possuir escolaridade maior e respeitabilidade na condição de sacerdotes são também influenciadores e podem, sem generalizações, influenciar no voto dos membros de sua igreja.

Membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP

No PT, não votaria, nenhum candidato do PT, foi muito frustrante sabe! (Sr. Francisco, 2021).

O primeiro entrevistado diz não votar no Partido dos Trabalhadores e justifica que o motivo foi frustração. Muito provavelmente o motivo da frustração tenha sido as notícias sobre o processo do mensalão em 2012, cuja acusação foi de compra de votos e o processo da Lava Jato que, sobremaneira, mancharam o nome do partido por manchetes em jornais sobre denúncias, delações premiadas e inúmeras acusações, mesmo as infundadas.

Olha, essa pergunta eu vou até mesmo me omitir, uma posição pessoal minha, eu penso que pra mim falar algo assim tem que ter conhecimento, mesmo que mínimo, mas meu conhecimento desse partido, a filosofia desse partido. Então, por muito ouvir dizer, mas ouvir dizer muito superficialmente então não me dá base. Mas entendo que há vários partidos que realmente não são baseado muito em princípio cristão, atende mesmo a visão da moral comum, geral, e aí eu me preocupo com isso, não é? Da minha opinião eu não apoiaria um partido que não tenha princípio cristão [...]. Eu preferia até apoiar um partido que mais de 50% fosse de princípio cristão [...], mas com nome de partido eu pretendo não citar. (Sr. Saulo, 2021).

Apesar do entrevistado acima não citar nominalmente nenhum partido em particular, preocupa-se em não apoiar determinado partido que não possua valores cristãos. Tampouco, o Partido Comunista, muito provavelmente, na visão mesmo que omitida, não possui valores cristãos. Essa “pecha” atribuída aos comunistas começa com a Igreja Católica Apostólica Romana e se reproduz, por conseguinte, até os dias atuais. Dessa forma, os comunistas são vistos como antireligião.

Eu acho que é o partido acho que Psol que foi Bolsonaro? Que ele era agora não é mais? [não ele é do PSL, ele era], achei meio estranho esse povo aí! [...]. (Sra. Maria Luiza, 2021).

Talvez a única entrevistada a oferecer uma resposta diferente das demais foi a Sra. Maria Luiza que se mostra contrária ao partido do atual presidente. Pode-se imaginar que esteja desgostosa com relação ao atual governo. A entrevistada tem origem humilde, reside em um apartamento do programa Minha Casa, Minha Vida e é trabalhadora (vide capítulo metodologia). Provavelmente, não se pode afirmar ao certo, mas a gestão atual pode ter deixado a entrevistada com uma má visão, tanto do presidente como do seu ex-partido. Assim, não votar no partido do atual presidente é não votar em sua reeleição.

A esquerda! PSol, PT! (Vereador Pereira, 2021).

Ideologicamente, o entrevistado se autoidentifica como de direita. Dessa forma, sua resposta não poderia ser diferente. Rejeita, dessa forma, a esquerda representada pelo Partido Socialismo e Liberdade e o Partido dos Trabalhadores.

Hoje, eu não votaria em um partido. Eu tenho uma ideia assim, eu não votei até hoje e não votaria nunca. Então, até agora eu não achei um partido, eu já votei pro partido do PMDB, não votaria mais não. [...], os outros eu nunca votei mesmo. Então acho que é só nesse mesmo. (Sra. Maria de Jesus, 2021).

A última entrevistada, da mesma forma como a Sr. Maria Luiza, apresenta resposta diferente. No começo de sua resposta ela não fecha sua opinião em não votar em determinado partido. Diz não votar no PMDB, atual Movimento Democrático Brasileiro. Diz já ter votado e não votaria mais.

Como a entrevistada afirma que não votou nos demais, pode-se abrir a possibilidade para que se procure outro partido para exercer o voto.

Os membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém de Rio Claro/SP mostram-se mais flexíveis e não são tão taxativos ao voto contrário aos partidos de esquerda com exceção do vereador entrevistado, os demais não se fecham como no caso de seus pastores. Isso representa que, apesar de estarem sob influência de pastores, possuem o livre pensamento e podem atribuir significados diferentes de seus líderes. Obviamente que todos votaram nos candidatos a deputado federal indicado pela denominação, mas como a pergunta foi aberta, pode-se abrir para outros cargos eletivos como Presidente da República, Governador de estado, Senadores e Prefeitos. Assim sendo, não se pode subestimar a capacidade reflexiva dos membros entrevistados e os limites da influência de seus líderes.

Membros da Igreja Internacional da Graça de Deus.

Olha, a princípio, o PT. Mas tem muitas pessoas ali que eu acho dez! A pessoa [...], a pessoa que eu gosto, dele, mais não tem nada a ver com o partido [...]. (Sra. Vitória, 2021).

A primeira entrevistada observa que existem pessoas no Partido dos Trabalhadores de quem ela gosta. Provavelmente, mesmo com a ressalva que ela faz com relação ao partido, possa votar em alguns de seus candidatos. Observa-se que não se trata de uma resposta taxativa e fechada, mas flexível, observando a possibilidade.

Olha, não! (Sra. Maria Amélia, 2021).

A entrevistada acima não apresenta restrições com relação a possuir algum partido para o qual não votaria. Deixa em aberto as possibilidades. Não se mostra rígida e, ao contrário, flexível sobre o assunto.

Sim, PT e PSol. Poderia ter um amigo, um irmão ali, não votaria! (Sr. Paulo Eduardo, 2021).

O entrevistado acima diz não votar no Partido dos Trabalhadores e no Partido Socialismo e Liberdade. Porém é compreensível uma vez que teve passagem pela política partidária no município e foi filiado aos partidos Solidariedade e Progressistas e atualmente filiado ao Democratas, atual União Brasil. Dessa forma, compreende-se que não vote na esquerda, uma vez que sua formação partidária está na direita.

Um partido que eu não votaria de jeito nenhum! Seria, hoje, né! Hoje, no meu ponto de vista, PCdoB, PT, PSol. (Sr. Marcelo Oliveira, 2021).

O entrevistado acima foi candidato a vereador no pleito de 2020 e representou a Igreja Internacional da Graça. Não logrou êxito na disputa. Contudo, sua origem partidária está no PODEMOS pelo qual saiu candidato. Assim, é compreensível que rechace os partidos de esquerda.

Olha, só tem um partido que eu não votaria nele, é o PT! (Sr. Bernardo, 2021).

O último entrevistado realça que não votaria no Partido dos Trabalhadores. Porém, outros espectros partidários podem receber seu voto desde partidos de direita, centro, ou mesmo a centro-esquerda. O entrevistado não condena a esquerda em sua totalidade.

Com relação aos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus em Rio Claro/SP, pode-se destacar que as mulheres entrevistadas são mais flexíveis com relação aos partidos que os homens entrevistados. Contudo, dois entrevistados do sexo masculino possuem envolvimento com a política partidária municipal e suas legendas estão no espectro da direita. O último entrevistado apenas diz não votar no Partido dos Trabalhadores e não cita a esquerda em sua totalidade. Dessa forma, reafirma-se que não se pode subestimar a opinião, experiência de vida, vivência cotidiana, dentre outros fatores que fazem com que o eleitor – mesmo que membro de determinada denominação -, não possa escolher livremente seu candidato e partido.

5.3 Considerações parciais sobre a questão dos pastores e membros com relação aos partidos

Os pastores de ambas denominações assumem uma postura voraz contra os partidos de esquerda. Dizem não votar, não apoiar e não recomendar voto em partidos de esquerda, e, quando nomeiam, aparecem o Partido dos Trabalhadores, o Partido Comunista do Brasil, o Partido Socialismo e Liberdade como os mais citados. Além do combate a esses partidos, combate-se também as ideologias comunistas e socialistas (vide capítulo Assembleia de Deus). Nesse sentido os pastores de ambas denominações são bem radicais em seus pontos de vista e, de certa forma, faz parecer que são militantes da causa antiprogressista.

A característica do voto dos pastores está em partidos tidos como conservadores de direita, centro-direita ou centrão, sem contar, obviamente, que apoiaram os candidatos a deputados federais oficiais das Igrejas. Certamente que apoiaram e votaram, também, no atual presidente da república. Seus apoios levaram os membros entrevistados a votarem nos candidatos das Igrejas. Assim, são influenciadores a partir do momento em que pedem apoio, sejam nos púlpitos, em rodas de conversas ou em grupos de redes sociais. Estão em vantagem com relação aos membros, no sentido

de possuírem maior grau de escolaridade, respeitabilidade pela condição de pastores e, não menos importante, responderem pela denominação.

Na condição de pastores, podem influenciar os membros ao voto nesse ou naquele candidato. Podem, inclusive, satanizar as esquerdas. Todavia, manteriam suas posições caso seus líderes estaduais recomendassem apoio ao Ex-Presidente Lula, por exemplo, mudando assim o foco de seus discursos? Caso a convicção e a obediência às instituições religiosas sejam maiores que as convicções atuais, é possível; contudo não é garantia para tal afirmação. Pode-se encontrar pastores das mesmas denominações em outros estados da federação, em outros municípios que apoiam partidos de esquerda? Não é possível afirmar que sim ou não, uma vez que essa pesquisa foi realizada em um município importante da região entre Campinas e São Carlos e com pastores afinados ideologicamente e com grau de escolaridade acima da média. Todavia, com as nuances das pluralidades regionais e a própria pluralidade dentro das denominações, pode-se encontrar pastores que tenham perfis diferentes desses apresentados.

Por outro lado, os membros de ambas denominações parecem ser mais flexíveis quando o assunto é partido político ou partidos políticos. Não se verifica nas respostas dos membros o mesmo fervor contra as esquerdas. Não parecem serem militantes ao mesmo ponto que os pastores. E, como mais flexíveis, pode-se pensar na hipótese de uma mudança de voto, seja para não votar no candidato indicado pela denominação, o que seria mais difícil, não impossível, mas para se votar em partidos de esquerda para cargos majoritários. Dessa forma, é um erro imaginar que os membros são tomados pela influência de seus pastores. É subestimar a capacidade de reflexão e tomada de decisões próprias ao ponto que cada um constrói as explicações para a realidade tangível da vida.

Destaque para as mulheres entrevistadas que se mostram mais flexíveis que os homens, ainda que o segundo grupo possua três militantes partidários. Os demais ficam apenas na rejeição ao Partido dos Trabalhadores, mas uma rejeição não militante. Porém, as mulheres se saíram muito bem em suas respostas, a confirmar, não militantes e flexíveis e, ainda que continuem a votar nos candidatos ao legislativo federal indicados pelas denominações, os cargos majoritários podem ser uma possibilidade de voto no campo progressista. Oferecer voz ao público feminino demonstra, nesse caso, que possuem capacidade de reflexão e decisões próprias de pensamento e qualquer opinião contrária, ao afirmarem que as mulheres não são capazes, o que não passa de um pensamento retrógrado, machista e próprio dos adeptos dos discursos do atual mandatário do país.

Por fim, dos grupos analisados, os pastores de ambas denominações se mostram contra a esquerda, o comunismo e o socialismo. Seus discursos são de repúdio e, ao que parece, são, inclusive, militantes da causa antiesquerda. Assim, votam nos candidatos oficiais das denominações a deputado federal e, se no caso de cargo majoritário, apoiaram o atual presidente contra a esquerda. Os membros, mesmo tendo votado nos candidatos a deputados federais indicados pelas

denominações, se mostram mais abertos e não militam contra as esquerdas, exceto três deles com envolvimento com a política partidária. Esse é o quadro atual, o que não significa que, para eleições posteriores, esses discursos não possam ser modificados.

6. NOTAS A RESPEITO DA REPRESENTAÇÃO

Esse capítulo possui a intenção de trazer uma discussão com três autores: BONAVIDES (2000), SOUSA (1971) e LAVALLE (2006). Sendo que os dois primeiros fazem uma análise da representação teórica em termos mais históricos, buscando explicar o contexto da Revolução Francesa e a transição para o Século XX; o último traz uma discussão mais atual de representação e democracia, seus desafios, seus eixos de deslocamentos, novas formas de práticas representativas e a inserção da sociedade civil organizada nesse contexto.

Do antigo sistema, nascido com a Revolução Francesa, destaca-se a representação cuja independência se dá em função da vontade do representado: “Insiste pois toda a velha doutrina do sistema representativo numa ideia capital: a independência do representante em face do eleitor.” (BONAVIDES, 2000, n/p). Uma vez que, segundo tal doutrina, o eleito representa toda a nação; durante o século XVIII afirma: “No século XVIII a tese se robusteceu [...]. Os membros do Parlamento [...] representam o Reino inteiro e não um distrito eleitoral em particular.” (BONAVIDES, 2000, n/p).

Em primeiro lugar, deve-se entender a duplicidade entre Estado democrático e Estado representativo na Revolução Francesa. O primeiro, entendido como parlamentares que representam grupos orgânicos da sociedade. O segundo, entendido como parlamentares que representam toda a nação. Ambos obviamente representativos, todavia tal duplicidade é pauta durante a Revolução Francesa – 1789. A existência de sistemas representativos e função representativa – sistema/função. Duplicidade, aqui, resume-se em representar o eleitor e representar o Reino todo.

*Ideia de democracia – apenas na representação (enquanto forma de governo): “[...]. O povo, não se governando diretamente em si mesmo, está no poder nas pessoas de seus representantes [...]” (SOUSA, 1971, p. 27). Uma democracia com a participação popular, apenas seria aplicável em uma democracia direta; outras passagens irão contemplar essa temática, porquanto aqui, aberta como nota.

A doutrina da duplicidade que deve ser entendida em duas bases – sistemas representativo e imperativo. No sistema representativo, representa-se toda a nação - vista como um todo. Esse todo passa a ideia de nação amorfa, massa, sem vida orgânica, fato que para os dias atuais está fora de cogitação. O mandato imperativo significa que o eleito representa os departamentos, os grupos das sociedades em uma concepção orgânica, aplicada aos dias atuais. Deve-se entender que na Revolução Francesa – 1789 – as discussões se davam com base nessa duplicidade, a teoria da duplicidade. Representa-se o todo – ideia de Nação ou representa-se dos grupos orgânicos; esse era o debate legislativo à época. Todavia, essas questões entram em declínio no século XX o que faz que prevaleça a representação de tipo imperativo.

Outrossim, mesmo no século XX, restaram resquícios da doutrina da duplicidade: “Observa-se que no século XX, várias constituições continuam ainda abraçadas à doutrina da ‘duplicidade’ através da adesão formal à autonomia plena do representante ou mediante vedação constitucional do mandato imperativo.” (BONAVIDES, 2000, n/p). Por “autonomia plena dos representantes”, entende-se o mandato de tipo representativo; no qual o representante possui autonomia.

Com o declínio da doutrina da duplicidade, surge a doutrina da identidade. O fim da representação soberana da nação – enquanto doutrina representativa na duplicidade –, faz surgir a identidade mútua entre governante e governados: “[...] a identidade é a suprema harmonia da vontade dos governantes com a vontade dos governados.” (BONAVIDES, 2000, n/p). Disso decorre a pressão reivindicante da classe operária e as ideologias socialistas nascentes, em contrapartida do descrédito das instituições partidárias aristocráticas. Acrescentam-se os socialistas e os comunistas enquanto partidos políticos. Algo como uma transição em um contexto em que emergem a classe trabalhadora:

Com o declínio da doutrina da soberania nacional, com o amolecimento do poder político da burguesia, com a queda de prestígio das instituições parlamentares organizadas de modo aristocráticos, com a ascensão política e social da classe obreira, a crise cada vez mais intensa deflagrada nas relações entre o Capital e o Trabalho, a propagação paralela e não menos influente das teses do igualitarismo democrático da Revolução Francesa, o ideário novo da participação aberta a todos – fora de quaisquer requisitos de berço, fazenda, capacidade e sexo – a pressão reivindicante das massas operárias, e a expansiva catequese dos ideólogos socialistas, minou-se lenta e irremediavelmente o sistema representativo de feição liberal. (BONAVIDES, 2000, n/p).

O surgimento da classe trabalhadora, a relação desigual entre Capital e Trabalho e a ideia da participação política aberta a todos, representa um divisor de águas entre o fim da teoria da duplicidade para a teoria da identidade; entre o fim da soberania nacional para a soberania popular.

A doutrina da identidade pressupõe o pluralismo da sociedade de grupos. Como uma sociedade plural, não amorfa, como um organismo vivo. Que depende de representantes para seus extratos, distritos e estados. Neste ponto, se constituem novos desafios a vontade popular ideal e os grupos de pressão:

[...]. A vontade una e soberana do povo, que deveria resultar de um sistema representativo de índole e inspiração totalmente popular, se decompôs em nossos dias na vontade antagônica e disputante de partidos e grupos de pressão. Na sociedade de massas abala-se de maneira violenta a acomodação dos interesses econômicos, políticos e sociais, cada vez menos interesses globais do povo e cada vez mais interesses parcelados de grupos e classes conflitantes [...]. (BONAVIDES, 2000, n/p).

Grupos de pressão podem ser interpretados através do surgimento deste novo tipo de representatividade – teoria da identidade – pode-se observar tal comportamento nos partidos

políticos e no que se interessa as bancadas, especificamente bancada evangélica⁷¹, da qual se trata este; outrora outras bancadas – boi e bala⁷² – que possuem seu funcionamento como grupos de pressão para aprovação de leis de seus interesses.

Ter-se-á, do mesmo modo, grupos de pressão com menor visibilidade, mas não menos importantes com representantes eleitos que fazem com que suas pautas ganhem visibilidade na esfera pública, mesmo que, muitas vezes, não ultrapassem o limiar da esfera política – da aprovação das leis – destacam-se: movimento negro, LGBT, feministas, aqueles que atuam em favor das minorias, aposentados, refugiados e ambientalistas; não se constituem enquanto *bancada*, mas a atuação se dá no mesmo formato de *grupos de pressão* mesmo não possuindo a visibilidade dos citados no parágrafo acima.

A continuar pela teoria da identidade, que pressupõe que a vontade dos governantes sejam as vontades dos governados. Todavia, o mais importante aqui é a existência de uma sociedade orgânica e não uma massa amorfa. Embora pluralismo, não apenas de classes, significa também pluralismo de interesses: “Os grupos não pertencem a uma só classe. Expressam, se a sociedade for democrática, um pluralismo de classes. Em consequência acarretam também um pluralismo de interesses.” (BONAVIDES, 2000, n/p).

Entretanto, os grupos dessa sociedade orgânica, representada nestes, faz com que seus representantes, cada vez mais, tornem-se comissários de interesses; tal crítica aplica-se à bancada evangélica na Câmara Federal: “[...] independência do representante, cada vez mais ‘comissário’ cada vez menos representante.” (BONAVIDES, 2000, n/p). Assim, a atuação da Bancada Evangélica é de comissária de pautas específicas.

Assim, desempenha seu papel junto ao sistema representativo de mandato imperativo em uma teoria da identidade. Esta última, que casa o eleitor ao representante que é eleito via sufrágil universal: “[...] identifica-se o eleito, mas os eleitores ficam acobertados pelo voto secreto, não sendo possível identificá-los [...]” (BONAVIDES, 2000, n/p). Seria mesmo, de toda sorte, que o voto específico na bancada evangélica pode não ser identificável, uma vez que pastores e líderes religiosos indicam seus candidatos? Com toda acuidade, mas na maioria poder-se-ia afirmar o lema: *irmão vota em irmão*.

Ademais, a ideia de representação não se esgota na esfera política, pois, está, da mesma forma, em muitas outras esferas da vida. Na ideia do direito, por suposto, o advogado que representa uma das partes; o procurador que trata dos negócios de outrem. No direito internacional,

⁷¹ O termo correto é Frente Parlamentar Evangélica. O termo bancada é eleito de forma usual.

⁷² Frente Parlamentar do Agronegócio composta por deputados ruralistas, donos de terras, fazendeiros. Frente Parlamentar da Segurança Pública composta por deputados militares da ativa ou da reserva em diversas esferas – policiais militares, civís, forças armadas e delegados de polícia.

a embaixada que representa o país no exterior. Desta forma, é possível afirmar que a representação perpassa o poder – aquele que representa detém poder. A equação é que o poder representa a sociedade e a sociedade se representa junto ao poder: “[...]. Não se trata apenas de um regime em que o povo é ouvido e atendido mediante instituições representativas adequadas a representá-los perante o poder [...]. Êstes representantes do povo tonam-se os detentores do poder [...].” (SOUSA, 1971, p. 27).

Tais instituições representativas foram se desenvolver com a complexidade da sociedade do mesmo modo como a separação dos poderes, em caso específico, o presidencialismo adotado no país e a presença do Executivo, Legislativo e Judiciário, cada qual autônomo e, por questão de teoria e prática, não devendo interferir no funcionamento entre eles. Todavia, na prática a teoria passa a ser um tanto diferente. Por diversas ocasiões, observa-se o Executivo interferindo no Legislativo, de maneira explícita, em liberações de emendas para aprovação de suas pautas, assim como ingerências do Executivo no Judiciário.

Com relação à democracia, não obstante, uma das críticas é que a democracia com o princípio da representação é irreconciliável dado ao equilíbrio de tal representação, os jogos de poder, as subrepresentações ou os subrepresentados, os interesses próprios e o não bem comum. Outra irreconciliação é com a democracia direta, da mesma maneira, como instrumento de participação ativa na democracia, mas que não se pode fazer presente na vida do cidadão comum preocupado com outras demandas da vida. Assim, para minimizar os pontos irreconciliáveis, instrumentos como plesbiscitos e referendos seriam fatos positivos, desde que não sejam para retirar as responsabilidades inerentes aos legisladores, mas para consultar a sociedade a que caminho se deseja chegar. Ainda assim, com alguns pontos irreconciliáveis, a democracia ainda é o melhor regime político disponível.

Com relação ao termo governo utilizado por SOUSA (1971), passa a ideia de que se trata do Poder Executivo, observar-se-á o que é dito sobre o bom governo: “Unidade, seleção e participação popular são qualidades de todo bom governo, imprescindível num regime que seja verdadeiramente representativo.” (SOUSA, 1971, p. 32). Ao interpretar, é possível afirmar que sobre *unidade* cabe ao chefe do Executivo proporcionar através do discurso e prática que não exclua e sim inclua toda a sociedade (discursos de ódio patrocinado pelo atual presidente em nada contribuem para a unidade nacional), *seleção* dos quadros de ministros para a administração da máquina federal e a *participação popular*.

A respeito da participação popular no governo, aqui interpretado como o Executivo, como se configura? Existe participação popular no Executivo na forma como ele se compõe? Observam-se a composição dos governos em ministros de estados filiados a partidos políticos ou indicados por

estes. O atual sistema do presidencialismo de coalisção pode retirar a participação popular do governo e deve atuar de outros modos.

Cabe ressaltar que as questões populares estão presentes nos partidos de massas, nas organizações trabalhistas – sindicatos – nas ordens de profissões e diversas organizações não governamentais, são ligadas a pautas progressistas e, caso não tenha espaço junto ao Executivo, é legítimo que atuem na organização e convocação de protestos, greves e no incentivo de seus grupos a participarem do governo, mas sua função precípua é de representar a sociedade plural junto ao Poder Legislativo, caso se configurem como oposição.

É possível o regime representativo naufragar? Sim, desde que o Estado não obedeça ao ordenamento jurídico: “[...]. Se o princípio representativo naufragar, muito difícil será evitar os regimes de arbítrio, e o caminho estará franqueado ao Estado totalitário.” (SOUSA, 1971, p. 33). Como citado acima, caso os pressupostos do direito positivo não sejam observados, troca-se a representação pela exceção e o surgimento do totalitarismo.

Para que o regime democrático e representativo não deixe de existir é preciso garantias, como cita: “É preciso que haja garantias a todos contra o arbítrio do poder [...], podendo os governantes ser responsabilizados perante a justiça por atos de transgressão da ordem jurídica, garantia de direitos, independência da magistratura.” (SOUSA, 1971, p. 35). E quando a magistratura não é independente? Se o fato ocorre, a magistratura não consegue garantir a todos que o poder não seja exercido com arbítrio e não responsabiliza os governantes.

A forma como foi aberto o tópico ilustrado na citação a seguir:

Uma vez que é superior ao Estado, o direito não é uma criação do Estado, reconhecendo-se assim um critério objetivo de justiça, do qual depende o direito positivo, cujas normas, por isso mesmo, não são disposições exclusivamente da vontade do legislador [...]. (SOUSA, 1971, p. 35).

O direito possui uma vontade geral; essa vontade deve ser inclusiva e não exclusiva. Todavia, as pautas da bancada evangélica são da vontade geral ou do legislador? Desta feita, democracia, representação, Estado, direito e vontade do legislador tornam-se algo complexo, pois o legislador pode vir a criar e votar leis contra a ordem jurídica com o consentimento do Executivo. O Executivo pode baixar medidas contra o ordenamento jurídico e a vontade do Legislativo. Fatos que podem levar a democracia e a representação à ruína.

Desta forma, o ordenamento jurídico é imprescindível no Estado democrático de direito. Toda essa complexidade é própria da sociedade pós-tradicional, contudo a teoria oferece a diretriz a ser seguida, mas nem sempre teoria e prática se coadunam:

[...] deve o direito do Estado harmonizar-se com a pluralidade de ordenamentos jurídicos existentes na sociedade, sem os absorver ou destruir, pois isto seria a negação de um Estado de direito, por ser a negação, pelo Estado, de direitos dos grupos naturais e históricos constitutivos da comunidade política. (SOUSA, 1971, p. 36).

Na medida em que o direito não se harmoniza com a pluralidade de ordenamentos jurídicos, pode negar-se a um Estado de direito destinados aos indivíduos, na mesma medida em que: “Todos são iguais perante a Lei sem distinção de qualquer natureza.” (BRASIL, 2016), e a consequência é o retorno ao direito natural suprimido pelo direito positivo.

A bancada evangélica, assim como os representantes eleitos em outras bancadas ou partidos devem, em contexto atual, estarem atentas ao Estado democrático de direito e não sucumbirem às artimanhas que levem projetos de leis a serem expostos a instrumentos como ADI- Ação Direta de Inconstitucionalidade e ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade.

*Do mandato imperativo e do mandato representativo notas de SOUSA (1971).

Como já foi mencionado no começo desse pequeno ensaio, a doutrina da duplicidade vai deixar claro os dois tipos de mandatos. Neste ponto, volta-se ao assunto apenas para exemplificar que tanto BONAVIDES (2000) quanto SOUSA (1971) concordam com o sentido stricto dos termos:

Excluído o mandato imperativo, passou-se a preconizar a amplitude de um mandato sem restrições. Pelo primeiro, cada deputado representa uma circunscrição eleitoral ou um determinado grupo que o tenha escolhido, recebendo além disso instruções especiais. Pelo chamado mandato representativo, considera-se que cada deputado representa a Nação, sem estar vinculado a nenhuma diretriz previamente estabelecida. (SOUSA, 1971, p. 46).

Desta forma, o que deve ficar claro, no mandato imperativo o deputado representa seus eleitores, uma circunscrição ou grupo que o elege e deve seguir diretriz. Por mandato representativo, o deputado representa a Nação sem possuir diretriz prévia. No primeiro, o eleitor escolhe e, de certa forma, pode dirigir a atuação do deputado; no segundo, o povo escolhe, mas é incapaz de conferir alguma atuação.

Levando-se em conta a realidade da experiência sensível do sistema político no país, questiona-se: o país possui o mandato de tipo imperativo, representativo ou os dois? Destaque que ambos são representativos em essência:

Há, por um lado, dois sistemas diferentes de representação política. Num deles o mandato é amplo, no outro é restrito. Mas ambos são representativos [...]. O mandato imperativo implica também representação, e até de um modo mais acentuado, pela vinculação maior que estabelece entre o deputado e seus eleitores. (SOUSA, 1971, p. 47).

Pode-se afirmar que o mandato dos deputados federais no Brasil é de tipo imperativo. Uma vez que são eleitos, estabelecem vínculos com os eleitores (ou deve ser assim), representam bancadas ou grupos de pressão; de fato não representam na Nação em seu sentido literal. Todavia, o podem fazê-

lo a partir do momento em que seu voto está para além de seus vínculos e preocupados com a vontade geral da nação ou o bem comum.

Como pode ser notado, os mandatos são representativos. O mandato representativo – de Nação e o mandato imperativo que é, também, representativo, senão até em maior importância, pois aproxima o deputado do (s) eleitor (es). Porquanto, qual a consequência quando se estabelece esses vínculos entre deputados evangélicos e eleitores evangélicos ou deputados sindicalistas e eleitores sindicalistas, deputados de causas LGBT, negros, feministas, ambientalistas e seus eleitores? Em consequência direta seria a atuação dos primeiros como grupos de pressão, mas como ficam os demais? Passíveis das vontades dos representantes? Sabem de sua (s) atuações? Elegem-se pelo grupo e sua (s) atuação (ões) são em prol do grupo?

A partir das anotações realizadas até o momento, pode-se destacar, também, que governo e representação devem ser independentes; apesar das funções – representativa e legislativa - a que segue:

[...]. A representação cumpre manifestar a variedade do corpo social, reunindo elementos procedentes de todas as estruturas que constituem a Nação – econômicas, profissionais, espirituais, regionais – de maneira a refletir, o quanto possível, a realidade da vida nacional. Ao governo cabe, na supervisão desse conjunto, realizar a unidade social. As relações entre assembléia representativa e o governo, desde que mantenham aquela independência, poderão ser de harmonia e equilíbrio desde que mantenham aquela independência [...]. (SOUSA, 1971, p. 84).

Se a variedade do corpo social está para a representação e o governo para a unidade social (ou unidade da nação), cabe salientar a essência da representação:

A representação tem um sentido ascendente, da sociedade para o Estado. É a tribuna da comunidade nacional, não se deve entender esta em sua unidade abstrata, como agregado dos cidadãos-eleitores, mas na multiplicidade concreta dos grupos que a compõem. (SOUSA, 1971, p. 84).

A representação atua de baixo (sociedade) para cima (Estado), desta maneira, o corpo social se representa no Poder Legislativo e seus representantes, no caso aqui específico, são os deputados federais. Em contrapartida, está a posição do governo: “O governo é a expressão do poder, atuando de cima para baixo. Manifesta a presença do Estado, que institucionaliza a Nação, dando-lhe a unidade da ordem jurídica.” (SOUSA, 1971, p. 84). O tipo ideal é a representação de baixo para cima, tanto no Legislativo como no Executivo, com caráter popular, mas o jogo político muitas vezes, em prática explícita se dá de cima para baixo.

Todavia, apesar da teoria deixar clara a função de representação e governo, não raro o sistema permite que o governo tenha ações próprias dos representantes como, por exemplo, editar medidas provisórias. Medidas provisórias são instrumentos que possuem força de lei; obviamente

que depende do Congresso para sua aprovação ou reprovação, mas possuindo maioria nas casas legislativas, o governo consegue realizar um papel que não o pertence.

A que serve a representação? Deve servir às aspirações populares: “[...] representação o elo entre a sociedade e o poder, ou seja, instrumento eficaz das aspirações populares e baluarte das liberdades concretas dos homens na sua existência real.” (SOUSA, 1971, p. 133). De certo que a representação é o elo entre sociedade e poder, como instrumento das aspirações populares para o bem comum; desde que seja lavado em conta a inclusão do outro.

Esse elo entre representação – sociedade – poder, assume outras características nas democracias liberais no contexto pós-tradicional. Sociedade essa, que transforma, sobremaneira a ordem social, homens e mulheres devem lidar com novos aspectos da vida em diversas áreas, seja no costume, na autonomia da mulher com relação ao mercado de trabalho e relacionamentos, seja na vontade das minorias LGBT ou mesmo dos negros. Nesse sentido, ampliam-se as bases da democracia, do espaço da voz, porquanto a emergência de novos espaços de representação.

Uma das transformações fulcrais na representação, pós-tradicional, se dá com a fragmentação do mercado de trabalho. As especializações, novas profissões, desaparecimento de velhas profissões fazem com o que trabalhador não se enxergue enquanto classe trabalhadora. Daqui surge, talvez, o primeiro sintoma de uma crise da representação:

A representação política nas democracias contemporâneas sofre transformações profundas no último quartel do século XX: partidos políticos de massas perderam sua centralidade como ordenadores estáveis das identidades e preferências do eleitorado [...] (LAVALLE, et. al. 2006, p. 49).

Observa-se que o autor cita a questão das identidades. Desta forma, os trabalhadores fragmentados não são mais regidos pelos partidos de massas na orientação da luta política e do voto. Todavia, esses trabalhadores continuam sendo eleitores a qual seu comportamento diante da perda da perspectiva de uma crise dos partidos de massas? O interessante seria que os trabalhadores tivessem uma perspectiva de classe trabalhadora unificada, assim, as categorias representar-se-iam em apenas uma categoria, enquanto os trabalhadores que sustentam a união de suas condições.

Outra mudança importante em tempos pós-tradicionais é o aparecimento da mídia. Primeiro, os jornais, rádio e televisão como formação de esferas públicas de opinião, atualmente, o surgimento de redes sociais e de influenciadores digitais. Fatos que impõem mais um elemento da crise de representação: “[...] das mudanças generalizadas nas relações entre partidos, candidatos e eleitores, se malgrado o fato de novas instâncias de intermediação – como a mídia e miríades de atores societários.” (LAVALLE, et. al., 2006, p. 50). Algumas ponderações devem ser postas: o eleitor preocupa-se com o partido de seu candidato? A mídia à qual se refere, leva em conta as

novas mídias digitais? Obviamente que sim. E a fragmentação dos partidos no Brasil, um sistema partidário inchado de legendas, faz sentido ao eleitor?

Observar-se-á que as transformações na sociedade fazem emergir uma crise de representação política, que começa pelos partidos e estende-se às mídias – televisivas e digitais e, de certa maneira, afetam o comportamento fragmentado dos trabalhadores ou, se preferir, dos eleitores. Contudo, os fatos expostos fazem um alinhamento com a ampliação da democracia e, não menos importante, com a crise, mas sempre em uma perspectiva acerca das novas imposições para o sistema representativo: “[...] novas modalidades democráticas de conexão entre representantes e representados.” (LAVALLE, et. al., 2006, p. 50).

Tal conexão é um desafio, ou seja, o velho sistema de representação através do voto perde lugar para outros espaços. É importante salientar a forma tradicional de representação política entre eleitor – representante, qual seja, o voto e, não apenas, instrumentos como plebiscitos e referendos. Plebiscito, entendido como consulta popular, antes da promulgação de determinada lei, geralmente aplica-se a temas que divide a opinião pública e que seja objeto do qual o legislativo não deseja atuar e referendo, entendido após determinada lei estar em vigor – os consulentes resolvem se a rejeitam ou se a mantêm.

Até esse ponto, podem-se destacar as formas tradicionais de representação, como, o voto, plebiscito e referendo. Se todo esse modelo está em crise, juntamente com os partidos de massa, é preciso reinventar os instrumentos de participação política: “[...] pode ser favorecida pela divisão do poder dentro do Estado e do aparato burocrático, por este motivo, nem sequer cabe cogitar eventuais funções de representação política fora dos círculos tradicionais da política”. (LAVALLE, et. al, 2006, p. 51). Tal reinvenção, para o autor, deve ser fora dos círculos tradicionais da política e da burocracia, parece uma visão um tanto quanto pessimista, porém a frente o autor mostrar-se-á não tão pessimista, mas otimista em relação ao tema, segue a análise do pensamento para não perder de foco a questão da representação.

Lembrar-se, porém, de algumas iniciativas que trata a representação de outro modo: as audiências públicas realizadas pela Câmara dos Deputados, cuja finalidade é ouvir e dar voz para que os representados possam opinar, em momentos de contradições, suas ideias aos representantes. Alguns podem dizer. Mas tal instrumento ainda é burocrático? Não estaria submetido ao crivo dos círculos tradicionais? De certa maneira sim, mas apesar de falhas, deve-se ressaltar que voz não se entrega a todos os sujeitos organizados da sociedade e não deixa de ser um instrumento importante. Assim, como, por exemplo, as enquetes que são feitas no site da Câmara Federal. Lá coloca-se o tema em votação para que os cidadãos possam opinar. Funciona? Quem participa? Aqueles que realmente se interessam por política ou cidadãos influenciados por suas lideranças digitais? Não existem dados para tal questionamento.

Outrossim, preocupado com a questão da representação, LAVALLE (2006) não perde o foco na importante questão da democracia:

Porém, as disputas teóricas e práticas pela reforma da democracia parecem estar se deslocando gradativamente para a questão da representação, e as análises sobre a representação, por sua vez, vêm atentando para a questão da representatividade da democracia. (LAVALLE, et. al., 2006, p. 51).

Mais otimista, o autor observa que tanto a reforma, ou ampliação da democracia deve, necessariamente, se deslocar para o campo da representatividade na democracia em condições pós-tradicionais. Porém, a prática pode ser mais complexa que a teoria e outro desafio surge.

O desafio é para que lugar deslocar a ampliação da democracia e a questão da representação:

[...] iluminar a conexão entre a reforma da democracia e as transformações em curso na representação política; transformação no sentido da pluralização dos atores com investidura para realizá-la e da diversificação dos lugares em que é exercida. (LAVALLE, et. al. 2006, p. 51).

Dessa citação, notam-se duas características importantes. A primeira é a pluralização dos atores, como já se menciona em parágrafos acima, grupos da sociedade civil organizados, LGBT, mulheres, negros, indígenas, religiosos e tantos outros, mas tais atores advindos da pluralização devem possuir investidura para representar. A segunda é a diversificação dos lugares em que é exercida a representação.

Ainda na sequência do parágrafo acima, para não ficar apenas na teoria, observa-se a interessante iniciativa dos Conselhos Municipais, que servem como órgãos consultivos e, em alguns casos, fiscalizatórios, atuando junto ao Poder Executivo. Porém, ainda dentro do aparato burocrático e nos círculos tradicionais da política – indubitavelmente -, não deixam de ser uma ferramenta para o exercício da cidadania e do exercício da representação.

Podem ser citados três exemplos: conselhos municipais: Conselho do Idoso, de caráter fiscalizatório atento ao cumprimento do Estatuto do Idoso que concerne seus trabalhos junto a uma rede de proteção municipal do idoso em condições de vulnerabilidade e não só, mas também, em conjunto com o Poder Judiciário, conforme casos. Conselho Municipal da Educação e Conselho Municipal da Saúde de caráter consultivo para aplicação de políticas públicas municipais.

Ainda que meritórios e importantes, os Conselhos ainda possuem problemas a serem destacados, fora os já citados – burocráticos e dos círculos tradicionais da política – quem de fato representa e possui a voz e a vez da representação? Mesmo em outros Conselhos Municipais - das mulheres, dos negros, da população LGBT – quem exerce a representação?⁷³ Esse é o ponto central

⁷³ Certa vez ouvi de um cacique político de Rio Claro, que era importante que filiados, de seu partido, diga-se de centro-direita, ocupassem assentos nos conselhos.

a ser debaido. Será que todos podem? Os cidadãos possuem conhecimento desses lugares de representação? O voto a escolha dos conselheiros não seriam um entrave?

Até esse momento, notam-se questões comuns à sociedade em condições pós-tradicionais, como ampliação da democracia por consequência da pluralidade de seus atores societários e o deslocamento dos lugares de representação, meios digitais, audiências públicas e os conselhos municipais. Sem dúvida, são importantes iniciativas que mostram a guinada da conexão entre democracia e espaços de representação. Todavia, o movimento é centrífugo, surge dos meios institucionais para a sociedade; na melhor das perspectivas, o movimento deve ser centrípeto – da sociedade para os meios institucionais. Caso contrário, o voto sempre será o instrumento principal para a representação.

Votar-se-á à questão do voto, no qual se origina o mandato, aqui discutida por SOUZA (1971), que também é objeto de reflexão em LAVALLE (2006). Ambos analisam a respeito do mandato imperativo como tipo de representação:

[...]; o representante é mandatário sem autonomia decisória, possui um mandato imperativo. Por outras palavras, a coincidência entre a vontade do representado e as decisões do representante, graças ao mandato imperativo, cancela ou torna carente de sentido a questão da representatividade, (LAVALLE, et. al., 2006, p. 54).

O primeiro observa o mandato imperativo como algo que aproxima o representante do representado – o eleitor do deputado -, uma vez que se trata de um tipo de mandato cuja autonomia não é centrada no representante, esse, por sua vez, vota de acordo com a vontade daquele que o elegeu. O segundo possui uma leitura diferente ao afirmar que o mandato imperativo, a partir do momento em que o mandatário não possui autonomia decisória, torna-se carente de sentido quando a questão é a representatividade.

Com relação ao mandato representativo discutido por SOUZA (1971) e BONAVIDES (2000), LAVALLE (2006), não deixa de abordá-lo, porém, em outra terminologia, o que os primeiros chamam de representativo o último diz de um Mandato Delegativo:

[...] mandato delegativo ou representativo garante a autonomia do representante para agir em função do seu juízo e raciocínio, priorizando o todo sobre as partes, ou o interesse da nação sobre o interesse particular dos eleitores – uma nação com um interesse [...]. (LAVALLE, et. al., 2006, p. 54).

Os autores em questão parecem concordar que o mandato representativo ou delegativo oferece autonomia ao representante em detrimento de representar um grupo ou grupos específicos. Porém, na citação anterior, o autor parece menos afeito ao mandato de tipo imperativo se comparado ao mandato de tipo representativo – delegativo – uma vez que o legislador não vota de acordo com os

interesses de grupos, mas sim vota em favor da nação ou da ideia de bem comum, segundo sua autonomia ou não.

Novamente, retorna-se às questões complexas entre teoria e prática, o que pode ser afirmado como um sistema híbrido entre mandato imperativo e mandato representativo. Se perguntar se existem deputados que atuam em favor de grupos de pressão, cujos vínculos são estabelecidos, a resposta é sim. Se perguntar se existem deputados que atuam em favor da nação, ou melhor, do bem comum, sem restrição ou preocupação com grupos de pressão, a resposta, da mesma forma é positiva.

Desta forma, se o legislador que deseja atuar de forma imperativa fica a seu critério e o atendimento às demandas específicas de grupos sociais organizados qualifica seu mandato. Se, por outro lado, o legislador deseja atuar de forma representativa, da mesma forma, o que pode fazer, objetivando o bem comum em detrimento dos grupos de pressão. Uma terceira hipótese, na prática, é o legislador assumir ambos tipos de mandatos, pode atuar tanto para grupos como para o bem comum. Observa-se como teoria e prática além de complexas podem se imbricar em algo que fica a critério daquele que foi eleito.

Nesse pormenor há ainda dois tópicos para reflexão. O primeiro é o grande número de partidos políticos no Brasil que possuem registro no Tribunal Superior Eleitoral. Exatamente são 33 partidos⁷⁴ sendo que, 30⁷⁵ possuem representantes na Câmara dos Deputados do mais diversos espectros ideológicos – esquerda, centro-esquerda, direita, centro-direita e os partidos menos ideológicos conhecidos como centrão. Dos partidos mais ideológicos, a tendência é que votem de acordo com a liderança em determinada questão mas, ao se tratar de partidos mais preocupados com a fisiologia, surge o que chamam de *liberar bancada*, ou seja, ao liberar o deputado, vota de acordo com sua consciência, não de acordo com a orientação do partido ou possivelmente pelo bem comum.

O segundo tópico é justamente a fragmentação cada vez maior de grupos sociais organizados ou movimentos sociais organizados, que clamam por direitos, ampliação de direitos ou mesmo reconhecimento por parte do poder público para implementação de políticas públicas. Os mais diversos movimentos aqui supracitados, fora as ONGs – Organizações Não Governamentais – como outro espaço de organização e representação e atores societários dos mais diversos, requerem voz e vez nos espaços de representação.

⁷⁴ Cf. <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>

⁷⁵ Cf. <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/raio-x/camara/numero-de-deputados-federais-eleitos-por-partido/>

A continuar, temos os desafios da ampliação da democracia e a questão da representação em condições pós-tradicionais. Para tanto, todas as questões elencadas devem ser seguidas por novos mecanismos de ação, sem perder de vista a questão dúbia entre teoria e prática:

Destarte, a representação política supõe uma dualidade constitutiva entre representação e representatividade, entre representante e representado. Diversos desdobramentos desta dualidade têm dominado a história política e intelectual da representação política no mundo moderno: a autonomia do representante versus o mandato do representado; o componente institucional legal ou formal de representação versus o componente substantivo ou de formação da vontade; o peso da delegação ou elemento fiduciário versus o peso da autorização ou elemento de consentimento; a soberania nacional ou a primazia simbólica e política do todo versus a soberania popular ou primazia dos reclamos e exigências dos eleitores [...]. (LAVALLE, et. al., 2006, p. 56).

De tal citação, pode-se fazer as seguintes observações. 1. Quanto à autonomia do representante versus mandato do representado, utiliza-se mandato do representado, para não passar despercebido, uma vez que o verdadeiro detentor do mandato do representante é o eleitor representado. O mandato é do eleitor e não do representante. Mas, até que ponto vai a autonomia do representado ou do representante?

2. Componente institucional legal ou formal da representação versus componente substantivo ou de formação da vontade: sobre componentes institucionais legais e formais – ADI/ADC, Projetos de Leis, Decretos, Medidas Provisórias versus formação dos interesses próprios de bancadas e grupos organizados. Seu componente legal não é utilizado no componente substantivo da vontade? 3. Delega-se, em contrapartida, autoriza-se ou consente. Quem delega, autoriza ou consente? O eleitor?

Todas essas questões levam a pólos, contraditórios e práticos entre si:

[...] se privilegiado o pólo formal – institucional do representante perde-se o conteúdo substantivo da representação como atuação do interesse ou benefício do representado; se privilegiado o pólo substantivo de formação da vontade do representado, perde-se o conteúdo político da representação enquanto cristalização institucional arquitetada para organizar o governo da e sobre a sociedade. (LAVALLE, et al., 2006, p. 57).

O autor deixa claro que nenhum dos pólos deve ser privilegiado, negando-se, assim, um em detrimento de outro. Assim, o pólo institucional nega a atuação do interesse do representado e o pólo substantivo da vontade do representado nega a representação per se. Desta forma, o representante precisa atuar em ambos os pólos – formal e substantivo -, e articular-se com a vontade de seus representados.

Fora as funções de legitimidade e de governo, em condições pós-tradicionais, com relação à democracia:

[...]. A representação política moderna cumpre simultaneamente funções de legitimidade e funções de governo: de um lado é representação perante o poder quer dizer, defronte o Estado e o governo (poder executivo), e visa fazer valer a voz e o interesse do representado junto ou e, se for preciso, contra essas instâncias, do outro, trata-se da representação no poder, ou seja, é constituída como governo ou como uma parte dele para mandar sobre a população embora isso possa ser feito em nome do “governo do povo sobre o povo”. Assim, mediante o voto são escolhidos representantes da população perante o poder para controlá-los, moderá-los e orientá-los nas decisões conforme as expectativas dos eleitores [...] (LAVALLE, el. al., 2006, p. 60).

Essa representação perante o poder trata-se do órgão executivo, ou seja, a Presidência da República que conquista sua legitimidade através do voto dos eleitores e, da mesma forma, é outro *locus* da representação política que não só o Legislativo. Todavia, pode-se acrescentar que: a representação no poder, apesar de ainda se tratar do Executivo pode ser entendida como a representação no Legislativo. Traduzir da seguinte maneira: representação perante o poder cabe ao exercício da Presidência da República – enquanto chefia de Estado e governo - e representação no poder aos eleitos Deputados Federais, desta feita uma outra luz sob a afirmação do autor.

Por consequência, o que legitima o mandato, tanto do Executivo como do Legislativo, ainda é o voto popular. Todavia, existe fragilidade na questão da representação perante o poder, apesar de ser legítima. Afinal, qual a legitimidade do último presidente eleito? Por certo o voto o confere, mas se analisado o caso, os seguintes resultados do 2º turno das eleições 2018 serão observados.

Jair Bolsonaro – PSL (atualmente sem partido), eleito com 57.797.847 votos ou 55,13% do votos. Fernando Haddad – PT, obteve 47.040.906 votos ou 44,87%. Se somados, ao segundo colocado, os votos nulos: 8.608.105 (7,43%), brancos 2.486.593 (2,14%) e abstenções⁷⁶ 31.371.704 (21,30%), encontra-se um total de 42.466.402 ou 30,87%,. Acrescidos pelos votos de Fernando Haddad 47.040.906 o total dispara para 89.507.308 eleitores que não optam por Jair Bolsonaro. Desta forma, mais de 89 milhões de eleitores não se sentem representados pela figura do atual presidente, mas mesmo assim o resultado final o legitima. Eis a questão posta em discussão sobre o limite de tal legitimidade. É legítimo pelo voto popular, mas não se faz representar em sua integridade pelos fatores aqui expressos.

Dos números apontados acima, pode-se demonstrar que a representação na Nação não é consenso ou não reflete o todo do corpo social:

Da perspectiva pós-moderna, a representação é interpretada como uma ficção em crise devido às causas acolhidas de modo entusiasta [...]. A metáfora teria hoje perdido qualquer eficácia como dispositivo legitimador – daí a crise -, pois a homologia entre as intuições políticas e os grandes grupos de interesses próprios das sociedades fordistas fora irreversivelmente fraturados pela pluralização e diferenciação influente do mundo social; diferenciação produtora de indivíduos escorregadios, inclassificáveis e dificilmente administráveis pelas velhas estruturas do monopólio da

⁷⁶ Abstenções: conta-se os eleitores que deliberadamente não compareceram às urnas, ou os casos de eleitores fora de seu domicílio eleitoral, ou ainda, eleitores idosos que não são mais obrigados ao voto.

política. Assim, a sociedade teria acabado por se tornar irrepresentável, inaugurando a era da política e da democracia pós-representativa. (LAVALLE, et. al., 2006, p. 64).

O voto majoritário passa por crise representativa? Quais são os limites da legitimidade de Jair Bolsonaro como representante da Nação? Seriam os eleitores escorregadios, inclassificáveis e dificilmente administráveis pelas velhas estruturas políticas? Como explicar os eleitores que votam nulo, branco ou se absterem? Atores societários que não se sentem representados, ou que não se importam com a política, como se fazem representar, em quais espaços e por quais vias? Estas questões são importantes, também, para o embate de tipo proporcional.

Todavia, não apenas as eleições para o Executivo, mas também, para o Legislativo, o eleitorado pouco comparece:

A volatilidade do eleitorado, a queda nos patamares de comparecimento nas urnas, o descrédito generalizado das instituições políticas, bem como outras múltiplas expressões do definhamento dos partidos de massas [...]. (LAVALLE, et. al. 2006, p. 68).

Certamente que parte do eleitorado, sem generalizações, não compreende a importância da conexão entre ele e o representante, além de não compreender que ele (eleitor) é o protagonista no sistema representativo; o mandato pertence a ele e não a quem foi eleito. Essa falta de educação cidadã para a política, acrescida de um complexo sistema de voto de tipo proporcional (onde os partidos não os informam, a mídia, o Tribunal Superior Eleitoral, absolutamente ninguém) faz com que o voto não tenha sentido para muitos. E este fato que pode abrir lacunas para o *voto de cabresto*. Vota-se, pois alguém disse que deve votar assim.

Não seria diferente, caso o sistema partidário no país fosse mais enxuto, mais coeso. Longe aqui de pensar em censurar os mais variados partidos políticos, mas é necessário admitir que tamanha fragmentação e a falta de informação dos eleitores desestimulam a participação cidadã. O que falta realmente é o indivíduo perceber que ele é o protagonista do processo e não apenas um agente passivo nas mãos de lideranças religiosas que, ao seu discurso, tentam convencer seus fiéis ao voto em seu candidato; pelo não entendimento do voto de tipo proporcional, vota-se em qualquer um sem o mínimo conhecimento do que significa quociente eleitoral⁷⁷, número de cadeiras e que se elege o partido que atinge tal quociente.

Outro fator de queda no comparecimento nas urnas é o descrédito na classe política, a corrupção nas instituições e nos poderes – Executivo e Legislativo – nos seus mais diversos níveis. Porém, o que propiciou tamanho descrédito dos últimos anos foi a chamada Operação Lava Jato,⁷⁸

⁷⁷ Quociente eleitoral é entendido pela divisão do número de eleitores aptos a votar pelo número de cadeiras existentes. São excluídos dessa somatória os votos nulos, brancos e abstenções. O partido que atinge o quociente elege o primeiro colocado nas votações, o dobro o segundo e assim sucessivamente.

⁷⁸ Conduzida pelo Juiz Sergio Moro de Curitiba – PR condenou o ex-presidente Lula sem provas. Atualmente, o Supremo está a rever a parcialidade dos atos desse juiz e da operação.

que condenou o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, em uma operação midiática, por corrupção passiva, dentre outros tantos políticos de outros partidos. Como consequência, o PT – Partido dos Trabalhadores, foi o que mais perdeu. Nas eleições municipais de 2016 foi praticamente varrido das Câmaras de Vereadores⁷⁹ e das prefeituras em todo país. Em 2018 renasce com a candidatura de Fernando Haddad à presidência.

Para suprir as defasagens da conexão entre eleitor e eleito, um instrumento interessante é o que se conhece por *Accountability* ou, em outros termos, prestação de contas:

[...] prestação de contas entre o representante eleito e o representado. Com maior precisão, as eleições constituem em mecanismos de sanção sobre os representantes (*accountability*) e tendem a estimular a sensibilidade destes perante as demandas e necessidades dos representados. (LAVALLE, et. al. 2006, p. 55).

Através desse mecanismo, o eleitor possui o dever de exigir a prestação de contas do mandato de seu representado que, por sua vez, tem que prestar conta ao seu eleitorado. Contudo, se o eleitor não se enxergar enquanto protagonista, ainda irão persistir lacunas. Por exemplo, a prestação de contas não como uma relação ao todo do mandato, o que faz ou deixa de fazer, mas prestam-se contas aos eleitores preocupados com a reeleição. Os meios de *Accountability*, prestação de contas⁸⁰, em condições pós-tradicionais, estão à disposição dos eleitores.

Outro instrumento capaz de democratizar a própria democracia está na participação ativa da sociedade civil:

[...] na participação da população, na sociedade civil e na última geração de inovações institucionais que, promovidas pelo mundo afora, visam acolher diversas formas de participação [...] de controle e transformação gradual de “baixo para cima” [...] perspectivas analíticas de participação e da sociedade civil. (LAVALLE, et. el., 2006, p. 77).

Destaque para os três aspectos acima: participação da população, sociedade civil organizada e geração de inovações institucionais como aspectos combinados, não somente para a representação ativa dos protagonistas, mas também para entender a democracia, não apenas como as liberdades individuais de expressão, mas, sobretudo como as liberdades coletivas de participação cidadã, que surge de cima para baixo.

Um bom exemplo de participação cidadã em uma perspectiva de ouvir as demandas da população de “baixo para cima” é o Orçamento Participativo, posto em prática por diversas gestões

⁷⁹ Nas eleições municipais de 2016 o PT não elegeu nenhum representante na Câmara Municipal de Rio Claro SP.

⁸⁰ Referem-se aos diversos meios que os eleitores possuem para exigir a prestação de contas de seus representantes, em condições pós-tradicionais, os meios digitais, e-mails, redes sociais, enquetes, dentre outros.

de prefeituras comandadas pelo PT – Partido dos Trabalhadores. Ainda que tal iniciativa tenha partido dos vínculos institucionais, sua forma é o exposto, qual seja, que a população opine:

[...]. A esse respeito, o Brasil é um laboratório de enormes dimensões, do qual provém não apenas o experimento participativo mais conhecido no mundo todo – o Orçamento Participativo – [...]. Assim, o país tornou-se, na última década referência imprescindível do debate internacional acerca da reforma da democracia graças a uma onda de novas experiências participativas no desenho de políticas públicas enquadradas inicialmente na Constituição de 1988 ou em administrações municipais sob o comando do Partido dos Trabalhadores (PT). (LAVALLE, et. al. 2006, p. 45).

O funcionamento do Orçamento Participativo tinha como base as comunidades de bairros ou associações, que se reúnem para debater o que é necessário para a localidade. Após várias reuniões em bairros, acontece a conferência municipal do Orçamento Participativo, em que os representantes de bairros são divididos por temas – áreas temáticas – e, munidos de gráficos sobre o orçamento municipal, decidem onde os investimentos são mais necessários.

Outro instrumento que visa aperfeiçoar a representação e a democracia é a *Adocacy*, entendida como:

O elo entre representação virtual e inclusão política resulta peculiarmente pertinente e atual, em especial, se levadas em consideração sua sintonia com os debates sobre minorias e aprofundamento da democracia, bom como sua semelhança com os usos contemporâneos da ideia mais profunda de advocacy – arguir em favor de algo ou alguém, defender mediante argumento, recomendar adesão ativa de uma causa justa, justificar publicamente o valor de algo ou alguém [...] (LAVALLE, et. al. 2006, p. 91).

Assim, advocacy – ou advogar – em favor de alguém ou alguma causa justa é, de certa forma, um instrumento importante da inclusão do outro. Ofertar-lhe a voz e a vez, principalmente, para minorias ou para aquelas parcelas da população que estão à margem da sociedade: “[...] representação por advocacy [...], isto é, de uma representação destinada a dar voz – algo distinto da função de ser porta-voz própria de práticas de representação coletiva englobada claramente na ideia de grupos de interesses [...]” (LAVALLE, et. al., 2006, p. 91).

Observa-se a distinção entre ser porta-voz e oferecer a voz. Esse fato está na esfera da representação coletiva, e quando se trata de um representante – deputado federal – ao fazê-lo em plenário ou nas audiências públicas, torna-se mais relevante e importante devendo-se discriminar das práticas dos grupos de interesses per se, ao estimular a participação ativa dos atores societários e por argumentar em favor de uma causa justa; contraditoriamente à defesa, argumento e causa de grupos de interesses em desfavor de uma causa justa.

Cabe destacar, nesse espaço, o Poder Executivo enquanto *locus* da representação:

Em inúmeros países está se vivenciando uma abertura do poder Executivo à participação de atores societários – organizações civis – investidos juridicamente como representantes de determinados segmentos e interesses da população no desenho, na implementação e na supervisão de políticas públicas [...] reconfiguração da representação englobando o poder Executivo podem confluir para uma nova ampliação da democracia. (LAVALLE, et. al., 2006, p. 44).

Anterior, a representação – Poder Legislativo - recebe também outro *locus* – Poder Executivo. Desta forma, os eixos se desdobram; esse fato é muito relevante em governos progressistas, como o do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva – PT – que em seu alcance possui um Conselho Político composto por membros da sociedade civil organizada. Tal fato, não pode ser observado no atual governo de Jair Bolsonaro, o qual representa um certo retrocesso nessa perspectiva e que, em seu auxílio, são aportados por militares ou pequenos grupos de interesses, por exemplo, evangélicos que compõem ministérios, mas nada comparado ao que é posto anteriormente. O atual governo, até o presente, não demonstra interesse no diálogo com diversos setores da sociedade, muito menos com os excluídos. Assim, ao invés de abrir-se à representação, fecha-se.

Não deve passar despercebida a participação da sociedade civil organizada, por aqui já mencionada, mas de importância ímpar como espaço de representação política, seja na política do cotidiano sem a representação per se, ou o contrário: “[...] a grande maioria das organizações não utiliza mecanismos eleitorais para estabelecer sua representatividade, nem funciona sob a lógica de afiliação.” (LAVALLE, et. al., 2006, p. 43). Assim, tais organizações da sociedade civil podem ser tão representativas sem a necessidade de participação em disputas eleitorais e, não se trata aqui dos Conselhos Municipais, mas de outros movimentos como ONGs⁸¹ – das mais diversas – que não se preocupam em eleger seus representantes, mas lutar por uma causa ou por um grupo, mesmo que necessitem de algum aporte material dos governos, mas que em seu fim, seja a luta e a representatividade da causa.

Não menos legítimas, são as organizações da sociedade civil que buscam sua representatividade via eleições:

[...]. Primeiro, o apoio fornecido por organizações civis a candidatos políticos é, de longe, a variável com capacidade de predileção mais acurada da propensão dessas organizações civis a assumir o caráter de representantes de seus beneficiários [...] das inter-relações entre as organizações civis e as intuições políticas. Isso sugere que as dinâmicas de representação política no terreno das organizações civis ocorrem não de forma paralela ou alternativa aos canais tradicionais da política, mas em estreita conexão com eles. (LAVALLE, et. al., 2006, p. 44).

As organizações civis da sociedade podem tanto apoiar candidatos, que representem sua causa, ou lançar candidatos próprios, que advêm de seu seio, objetivando sempre a representação de seus

⁸¹ Em mente: ONGs como Greenpeace, WWF, GAAC – Grupo de Assistência à Criança com Câncer.

beneficiários. Isso não deslegitima seu papel, apenas reforça o esforço que fazem por voz e vez no cenário político. Não por menos, organizações ligadas à população negra, feminina ou LGBT travam lutas dentro do pleito eleitoral.

Sendo assim, de todos os pontos discutidos nesse capítulo, cabe destacar as primeiras discussões acerca dos tipos de mandatos – representativos e imperativos – em que o leitor encontra, mais nas primeiras páginas, as origens desses sistemas, como nascituro da Revolução Francesa de 1789, apoiados nos escritos de BONAVIDES (2000) e SOUZA (1971). Como destaque, algumas coisas fazem sentido até os dias atuais, no que se refere ao tipo ideal de representações descritas. Em segundo, as reflexões sobre representação e ampliação da democracia apoiadas em LAVALLE (2006), ao realizar discussões pertinentes sobre as condições das sociedades pós-tradicionais.

Em suma, a bancada evangélica representa o ideário de mandato imperativo, que representa grupos de pressão ligados aos velhos sistemas políticos, entretando, no transcorrer das discussões, nota-se que a democracia, em condições pós-tradicionais, recebe status de ampliação pela fragmentação da sociedade, pois a representatividade não é mais centrada no voto e sim pelas possibilidades de novos espaços de atuação dos atores societários. Como citado, para além do voto, plesbicio, referendo, Conselhos Municipais e o emergir das organizações da sociedade civil que atuam dentro ou fora do sistema eleitoral.

A crise do sistema partidário faz emergir novas reconfigurações para que o surgimento de organizações da sociedade civil possa se autorepresentar e ser representada, e, os novos mecanismos de representação – accountability e advocacy – são capazes de aperfeiçoar a questão da representação e ampliação da democracia. Todavia, os questionamentos postos, servem para lançar luz aos muitos desafios que tanto a representação como a democracia enfrentam nos dias atuais.

De certo que novas tecnologias à disposição dos cidadãos, como internet, as redes sociais, as enquetes públicas e os e-mails servem para a conexão ou exercício da prestação de contas entre eleitor e representante e não há como negar o uso desses instrumentos dentro do sistema de representação e da democracia, pela inovação e rapidez que apresentam em uma sociedade extremamente conectada.

Porém, de todos os desafios e argumentos tecidos até então e que passa pelo crivo do leitor, talvez o maior e mais significativo, desde a formação de grupos de pressão, organizações da sociedade civil, ampliação da democracia e novos espaços de representatividade, seja que o eleitor possa se enxergar enquanto protagonista desse sistema. Sendo assim, a partir do momento em que ele se vê como protagonista e não mero co-adjuvante, o sistema tornar-se-á mais fluído e mais repleto de significações. Espaços para atuações existem, mas é emergente que o eleitor seja o protagonista e não o seu representante.

Representação na perspectiva de pastores e membros das Igrejas

Observar-se-á, como se dá a questão da representação para pastores e fiéis das igrejas pesquisadas – Assembleia de Deus e Igreja Internacional da Graça de Deus – a começar por blocos. Serão expostas as respostas de pastores da primeira da segunda denominação, depois as respostas dos membros da primeira e segunda denominação. 1. A intenção é analisar como oferecem sentido para a representação e representação política. 2. Como sentem a relação entre representação e seu deputado federal eleito. 3. Acompanham mandato do representante eleito e de qual forma. 4. Accountability. Totalizando quatro itens que são indispensáveis na questão da representação para essa tese. Segue a primeira pergunta:

6.1 Representação política na perspectiva dos pastores da Assembleia de Deus

Olha, representação alguém que me representa, vários sentidos. Representação religiosa nossa aqui, quem que me representa aqui hoje? O meu Pastor, eu me reporto a ele, né! Como Pastor ele representa minhas ideias, ideias que eu defendo, é uma representação. Representação Política, é uma representação que procura levar aquilo que eu creio, que eu penso, é levado, não tô dizendo que isso seja obrigatório. É pelo menos me ouvir, não estou dizendo como representação política ela é obrigatória a defender tudo o que eu quero! Não, não, não! Isso não é democracia. Mais pelo menos me ouvir! Ele me ouve, ouve outra parte e ela vai representar, entendeu? Porque as vezes as pessoas confundem: tem que fazer isso aqui porque é o que eu quero, calma, calma! Vamos ouvir, vamos debater, existe o debate pra isso! Tem as Comissões, vamos fazer Audiências Públicas e dessas audiências vamos tirar o consenso daquilo que é o melhor, é o equilíbrio! [...]. Representação política, é essa que procura ouvir como cidadãos, né! E defender e ouvir e buscar meios pra uma convivência de sociedade, né! Que a gente possa equilibrar isso! (Pr. Ebenezer, 2021).

Com relação à resposta do pastor acima, pode-se afirmar que para a primeira parte da questão representação em sentido amplo, oferece o exemplo da representação *ex-officio* de seu líder como seu representante. Para a representação política, começa dizendo que o representante deve levar o que ele crê, todavia é mais assertivo quando, ao continuar a resposta, expressa a ideia de uma mediação entre o representante que crê e o que pode ser mediado, debatido em Comissões e Audiências à procura de consenso e equilíbrio. Essa resposta atende ao que é discutido acerca da representação. Uma representação que vai para além do voto.

*A representação política se esgota no voto? Para alguns essa pergunta foi feita no sentido de observar outras contribuições do entrevistado ao tema.

Não, pra mim ela inicia no voto. Ela é constante. Ela tem que ser constante. Talvez o grande problema do cidadão hoje é nem saber em quem votou. Votou, eu votei por quê? Eu tenho que saber em quem votou e quem é que pediu pra eu votar. Eu sou cobrado, insistentemente, na nossa Igreja, né! Quando tem algum caso: Pastor, o vereador, eu não consigo. Qual que é o problema? Vem aqui que eu. Veja bem, o vereador não vai ter condição de atender, nós temos aqui mais de 6.000 mil membros,

nós somos só de congregação 42, dirigentes, fora os outros pastores, mas 42 ele consegue ouvir! Então quando existe uma demanda, essa demanda eu não consigo resolver, se eu vejo que é situação que pode ser resolvida politicamente, né! Que é administrativamente competência do município eu vou a quem? Ao meu representante. Chefe, está acontecendo isso, isso, a secretaria tal tem que acelerar esse processo, tá parado esse processo, porque está parado. Aí a gente vai pra cima. Então essa representatividade tem que ser contínua. Então ela pra mim não acaba no voto, ela inicia no voto! Quando eu dou o voto pra essa pessoa, eu tô dizendo: eu tô confiando em você [...]. Eu tenho uma arma na mão que é meu voto, eu vou te dar isso daqui pra você lutar por mim, ali inicia, é um passo, não é o final pra mim inicia. (Pr. Ebenezer, 2021).

Apesar da primeira resposta ser melhor que a segunda aqui apresentada, o pastor afirma que a representação política não se esgota no voto. Porém, não consegue manter a primeira linha de pensamento e parte para o desenvolvimento da ideia dele como mediador entre as demandas dos membros da Igreja e o representante eleito e o voto como um instrumento para que se trabalhe em favor daqueles que elegeram.

Representação política é aquilo que eles estão representando lá. E representação é o que eu posso representar, a sociedade. (Pr. Joel, 2021).

A curta resposta acima, se resume em representação política que é o que estão representando lá, ou seja, a representação política cabe ao deputado federal eleito e o que ele faz na Câmara Federal.

Olha, a representação política, primeiro precisa ser de alguém que fale por nós. Um homem que tenha todas as características, formação moral, religiosa, então esse representante precisa dizer muito de mim lá [...], ele é eu lá [...], então eu vejo ele com as minhas características, com meus pensamentos, com minha ideias, isso que eu penso de um representante. Representar lá, representando lá, ele deva dar continuidade às questões que não são propriamente da Igreja, mas da vida, da sociedade [...]. (Pr. Geraldo 2021).

Para o pastor acima, representação, representante e o *eu* se imbricam. A partir do momento em que afirma que o representante tem que *dizer muito dele lá*, carrega e transfere seus valores morais e religiosos para a pessoa do deputado que, por conseguinte, deve possuir os mesmos valores subjetivos de seus representados. Desta feita, se o representante é ele, deve ser em sua plenitude daquilo que o é mais caro, ou seja, os valores cristãos.

***A representação política se esgota no voto?**

Claro que não! Porque se eu disse que esse representante é como se fosse eu lá, então ele vai além do voto. Vai além do voto. Ele tem que pensar o seguinte: independente dos votos que eu obtive nas urnas alguém acreditou em mim então passa dos votos [...]. Se nós temos um representante na Câmara Municipal, na Câmara Estadual ou na Federal, ele não pode representar Assembleia de Deus só, ele vai representar os evangélicos de um modo total, ele vai representar a família de um modo total. Então, não pode estar contido apenas no voto. (Pr. Geraldo, 2021).

Apesar de continuidade, um tanto quanto confusa, a resposta vai no sentido de se o representante eleito irá representar os evangélicos como um todo, não apenas a Assembleia de Deus. Decerto, o pastor entrevistado não consegue observar e apresentar uma resposta que contemple a representação política para além do voto.

Representação de uma forma geral, ela é uma representação, por exemplo, eu vou citar um exemplo, o Pr. Sisaque não pode ir no Belém, ele fala: Pastor Geraldo, dá pro Sr ir lá me representar aí eu vou lá, chego lá me apresento para o Pr José: eu vim porque o Pr. Sisaque não pode vir e ele me mandou pra representá-lo. Assim, na política, nós votamos nos políticos pra nos representar. Então ele lá ele vai tá fazendo o que nós gostaríamos que fosse feito, né! Que seria: melhoria, o atendimento, à população. Porque a política é a arte de administrar os bem público. E nós colocamos esses representante pra que eles administre, pra que eles cuide, para que eles seja guardião na nossa nação, do nosso povo. Eles tão lá pra nos representar e pra nos defender. Então isso aí eu considero muito importante. Por isso a pessoa tem que saber em quem votar. (Pr. Geraldinho 2021).

Nesse ponto a representação de maneira geral é bem desenvolvida em seu exemplo. Entretanto, representação política recebe status de verbos assim, administre, cuide, guarde e defenda. Assim, para o pastor a representação está ligada aos verbos citados, pois o deputado está na Câmara Federal para fazer o que gostaria que fosse feito, para tanto, os pré-requisitos expostos.

***A representação política se esgota no voto?**

Não! A representação política, ela, não termina no voto senão assim nós ficava sem poder cobrar eles. Votou acabou, não! Eu creio que a representação ela continua e nós podemos cobrá-los de uma forma eficaz, né! Chegar assim, apresentar alguma coisa dizer assim: não, você precisa nos representar, nós precisamos disso, queremos isso, então há uma necessidade disso. Então, não é só no voto [...], tem que haver um acompanhamento pra saber como está sendo desenvolvido o trabalho do seu representante. (Pr. Geraldinho, 2021).

O pastor melhora sua interpretação no segundo momento ao afirmar que a representação política não termina no voto. E a forma de não terminar no voto é exercer a cobrança, poder cobrar, segundo suas palavras. Essa forma é importante em democracias, pois o representante não deve exercer seu mandato sem a cobrança de seus eleitores e, atualmente, existem diversos canais para que isso seja feito, apesar do pastor não destacar.

Representar, de forma geral, é trazer ali a essência da palavra política que é a arte de fazer o bem a todos então, de fato, ter esse sentimento e essa visão de ser ali o representante, um veículo pra que essas ações que vão ao encontro dos anseios da sociedade sejam atendidos. Quando eu falo de representação específica, dado ao nosso contexto contemporâneo dessa sociedade tão segmentada, eu não tenho dúvida que esse representante ele vai estar ali, lutando e sendo um veículo pra que essas políticas e essas leis, essas propostas de projetos, atinjam o todo, mas também, preservem aquilo que a gente entende como principal, baseado nos nossos valores, princípios e conceitos de vida. (Pr. José Ricardo, 2021).

Novamente há uma visão de mundo voltada para uma representação política baseada em valores, princípios e conceitos de vida de uma moral cristã. A representação evangélica, de maneira específica, deve atender aos pressupostos dos valores cristãos. Assim, o eleitor cristão que elege um deputado cristão espera que ele o represente segundo seus valores.

A representação política termina no voto?

Muito pelo contrário, né! Acho que o voto é, simplesmente, aquele momento que você está formalizando para o teu potencial representante falando: olha, eu, conto com você, você entende quais são meus anseios e os meus valores. Então assim: olha, estou te dando aqui a minha autorização para que você possa ser esse veículo, esse meio, de realizações com foco no bem estar da sociedade e sempre pautado nos nossos valores e princípios. O voto pra mim é simplesmente a formalização! [...]. (Pr. José Ricardo, 2021).

Segundo resposta, o voto e a formalização não vão para além da representação política, não alcançam tal visão de mundo. Apesar do representante eleito atuar pelo bem estar da sociedade deve, em princípio, estar atrelado aos valores e princípios e, se ambos não tem dimensão de importância, deve-se, em pormenor, atendê-los primeiramente.

Comentário

Os comentários a seguir são um compilado das falas dos pastores. Assim, as falas não são observadas separadamente, tal feito está no comentário das repostas de cada entrevistado. Dessa forma, os pastores da Assembleia do Belém de Rio Claro/SP apresentam respostas interessantes com relação à representação política. Para os pastores, a representação política é alguém que esteja no poder a fim de ouvir o cidadão, representar a sociedade para a melhoria da população e atender os anseios da sociedade. Observa-se a visão do representante como a visão do todo, ou seja, aquele que vai representar o conjunto da sociedade.

Todavia, a representação política, na visão dos pastores, não se esgota no todo da sociedade. O representante eleito, também, deve representar pautas específicas, ou seja, um representante que fale pelos evangélicos, ou em nome dos evangélicos, que os defendam e preservem aquilo que acreditam enquanto valores, princípios e conceitos de vida. Todas essas frases compiladas visam à uma representação específica. Assim, os deputados oficiais eleitos além de representar toda a sociedade, devem representar, seu grupo específico.

Alguns entrevistados responderam sobre a questão da representação política se esgotar no voto. Quatro dos cinco pastores dizem que a representação política não se esgota no voto e sim começa no voto. Porém, apenas um entrevistado indica os caminhos para essa representação que

não termine no voto. Afirmando que é preciso cobrar os representantes e acompanhar como o trabalho está sendo desenvolvido. Do mais, observar-se-á, quando esse capítulo discutir o instrumento da Accountability, se os pastores acompanham o mandato de seus representantes.

6.2 Representação política na perspectiva dos pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus

Geralmente falando, um representante seria aquela pessoa que ela vai apresentar a ideia de uma ou várias pessoas, seria um representante. Uma representação seria então você representar a ideia que você foi enviado para levar, seria isso. Falei de uma maneira geral que serve, também, para o político [...]. Nós colocamos representantes não só para que defenda os interesses dos evangélicos, digamos assim, mas principalmente, que ele seja um representante que vai fazer um bom trabalho para a sociedade. (Pr. Lucas, 2021).

O primeiro entrevistado afirma que o representante deve, principalmente, realizar um bom trabalho para a sociedade como um todo e não apenas ser eleitos representantes para defender os interesses dos evangélicos.

Representação política é um político ligado à uma classe, a uma bancada. E já representação é algo individual. (Pr. Angeli, 2021).

Em breves palavras o pastor acima diz que representação política significa o político ser ligado a uma classe, a uma bancada. Assim, o representante eleito pelos evangélicos, que pertencem Bancada Evangélica na Câmara, os tem como seus representantes. Se tal representante é ligado a uma determinada classe é porque foi eleito por ela. Assim, representação política e voto são coisas indissociáveis.

Representação, por exemplo, eu tenho que representar alguém, pra eu representar esse alguém tem que ser baseado na autorização por escrito, tô representando. E política, eu vejo assim, que meu representante ele tá representando a mim, e não só a mim, com a sociedade, entendeu? Eu não entro, não posso entrar, na Assembleia, mas aquela pessoa têm direito eu confiei nela pra ela me representar lá na Assembleia, por exemplo, no dia que têm as reuniões, as tomadas decisões entre os deputados, governador, presidente, enfim, é isso mesmo? (Pra. Valdete, 2021).

A resposta da pastora para a representação de maneira geral está correta. Para a representação política, cabe aos eleitos a representação uma vez que ela, enquanto eleitora, não pode estar lá ou não pode estar nas câmaras decisórias. Não tendo acesso aos espaços de decisões, há a necessidade de se eleger representantes.

*A representação política se esgota no voto?

E agora, se esgota no mandato, né! Se por exemplo, é quatro anos, daqui a quatro anos vai candidatar de novo, eu vejo assim vai se esgotar quando terminar o mandato dele. Não é isso? Politicamente, por exemplo, deputado, um vereador [...], pelo que eu entendo vai findar quando terminar o mandato. (Pra. Valdete, 2021).

A entrevistada não compreendeu a pergunta realizada ou pensou que se tratava do final de mandato. Quanto isso acontece, o entrevistador não pode se insurgir em como o entrevistado deve ou deveria responder. Mesmo na conversa sobre o assunto, sob hipótese alguma, se pode levar o entrevistado a responder aquilo que o entrevistador deseja. Caso tal fato ocorra, a resposta tenderá a anulação e o caráter metodológico se esvazia.

Olha ele vai me representar, né? Diante das situações! Olha eu confio e não confio, da maneira que está a política hoje, entendeu? Eu voto, lógico, obviamente, eu confio naqueles que eu vejo que trabalham com honestidade! Entendeu? Esses eu confio, mas eu não confio cem por cento porque a própria Bíblia fala: maldito o homem que confia no homem. E outra coisa, é um tiro que eu tô dando às cegas. Que é homem! Tá sujeito a errar, é falho, quem que não errou? Quem não erra? E se falhar a gente tem que lutar pra colocar outro que lute a nosso favor. Entendeu? Não mas a pessoa foi mau caráter, a pessoa não prestou, tudo bem! Cabe a mim jogar, não! Cabe a mim colocar outro que faça [...]. (Pr. Rodrigo, 2021).

Novamente a resposta vai ao encontro da representação que se esgota no voto. Aqui a mensagem específica é o voto como resolução para aquilo que não está correto. Se o representante eleito tiver algum desvio de caráter, cabe ao representado, através do instrumento do voto, eleger outro que trabalhará a contento.

Representação é alguém, vamos usar uma pessoa como exemplo aqui, é uma pessoa que está ali no meu lugar ou eu acho que seria algo que eu não pude estar presente. Alguém vai lá me representar, né! E a representação política é alguém que estaria ali, no caso, pra defender as ideias e os pensamentos que eu tenho e que condiz com que aquela pessoa tem também! (Pr. Rogério, 2021).

A primeira parte a resposta, representação no sentido geral, é mais simples de ser respondida, pois geralmente, os entrevistados a respondem sem grandes dificuldades. A segunda parte, representação política, sempre será uma visão de mundo sobre a questão e, nesse caso, o entrevistado contempla o representante eleito que defende ideias que são as mesmas que as do eleitor.

***A representação política se esgota no voto?**

Hoje em dia, acredito que não termine no voto. Antigamente, você votava depois você não sabia o que o camarada fez durante os quatro anos, né! Mas hoje, volto a dizer, com as redes sociais, você tem livre acesso às pessoas, né! E, também, eu acredito que não termine no voto não! Eu acredito que vá além ainda! [por exemplo]. Por exemplo uma cobrança que eu quero fazer pro deputado que eu votei. Pela rede social você consegue enviar uma mensagem, falar de suas ideias, falar: olha, sou seu eleitor,

acredito na sua linha de pensamento que você tem, suas ideais, por isso dei o meu voto de confiança, por isso tô aqui, pedindo, cobrando [...]. (Pr. Rogério, 2021).

Essa é a única resposta desse bloco em que contempla o término da representação política no voto, via redes sociais, como meio de cobrança do eleitor para com o representante eleito. As ferramentas de cobranças e acompanhamentos das redes sociais são extremamente atuais e voltarão em outras discussões nesse texto.

Comentário

Para os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus, a representação deve ser exercida com foco no eleitor, ou seja, eles elegem o representante que precisa, em primeiro lugar, para que os representem. Apenas um entrevistado afirma que o representante político deve representar a sociedade como um todo. Do mais, as representações centradas no *eu* devem ter com base a confiança. Assim, elegem seus representantes e confiam que eles irão os representar. Essas respostas são sintomáticas no sentido de que as denominações Neopentecostais necessitam mais de representação para garantias de sua expansão enquanto denominação. Essa característica expansionista dos Neopentecostais concentra-se em seus projetos televisivos, radiofônicos e, atualmente, com espaços na internet, além dos seus templos que são alugados. Provavelmente, através dessas perspectivas, é que a denominação necessite de representantes oficiais eleitos.

Se comparadas⁸² as respostas dos pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP e dos pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus, verifica-se que os sacerdotes da primeira denominação observam a representação política como a *representação do conjunto* da sociedade, e enquanto os sacerdotes da segunda denominação observam a mesma representação de uma maneira centrada no *eu* e no atendimento, através da confiança que depositam em seus representantes. Dessa forma, são por si, representados no termo *stricto* da palavra.

6.3 Representação política na perspectiva dos membros da Assembleia de Deus.

Quando você comete qualquer delito, qualquer crime, você procura um advogado que represente você judicialmente perante o tribunal. Representação política é o seguinte: você tem “N” problemas a serem resolvido. É problema de saneamento básico, é falta de escola, falta de creche, você pensando em ter uma representação política e ter um político eleito pela cidade vai apresentar sua pauta e falta do que você precisa. É isso que eu imagino que um político deva fazer certo [...], então que represente o povo de verdade! Esse é o que eu entendo do político que faz a apresentação dos pedido do povo ao qual ele representa; ou da cidade, ou do estado ou senador do país [...]. Então que surgisse assim, tivesse boa vontade, do povo evangélico, não evangelico, que

⁸² Opta-se por tecer comparação e não abrir um subtítulo apenas para essa finalidade.

fizesse apresentação das casta dos professor, da casta das enfermeira, das casta do médico que possa representar você lá! [...]. (Sr. Francisco, 2021).

O membro da Assembleia de Deus – Ministério do Belém em Rio Claro/SP, o Sr. Francisco, oferece uma resposta adequada à representação de uma maneira geral. Com relação à representação política, o político deve representar o povo ao qual ele foi eleito e caso o representante seja evangélico ou não, deve ter boa vontade para representar outras categorias ou grupos sociais fragmentados em suas demandas.

Representar entendo que alguém que vai tomar uma posição que você no momento não pode estar lá, essa pessoa vai estar te representando, não é? Por força de lei, como advogado, as coisas, né? E como você fala, representação política é como no cenário do governo, na administração, né! De uma grande nação que ele vai ser seu representante também, né por isso que há votação dentro do nosso sistema, né! E se vota em candidatos que vão te representar lá. Ainda que entendo que cada um tem uma posição, né! Que tem sua individualidade, personalidade, mas entenda que essa pessoa, pelo menos, vai tá dentro de certos princípios que pra você é aceitável que essa pessoa vai te representar assim um pouco mais próximo, né? Dos seus pensamentos, das suas ideias, eu entendo que teria que ser assim! [...], e dentro da minha ótica eu vou procurar escolher candidatos cristãos [...]. Não vão ferir aos princípios cristãos [...]. (Sr. Saulo, 2021).

O Sr. Saulo oferece uma boa resposta para a representação de maneira geral. Por exemplo, o advogado que representa seu cliente e, de forma específica. Representação política, representação e voto estão ligados. Assim, se vota em quem irá te representar segundo seus pensamentos, ideias e princípios e arremata ao dizer que procura escolher candidatos cristãos. Na qualidade de cristão possuidor de princípios cristãos, o entrevistado vota em candidato cristão.

Uma pessoa que está à frente, representando inúmeras pessoas que têm o mesmo pensamento; então essa pessoa vai representar um grupo de pessoas naquilo que todos pensam em conjunto [...]. Representação política, são o grupo de pessoas que estão ali para lutar por, digamos, de uma sociedade, de um país. Então que é? São pessoas que têm ideias para beneficiar ou não aqueles que não podem se chegar. Por que antigamente, o rei tinha um dia da semana que ele recebia um por um pra resolver as causas; infelizmente no país do Brasil não tem como fazer isso; o presidente não tem como atender todo mundo. Então o que coincidiu, formasse um grupo de pessoas pra ouvir as ideias, pra ouvir o que a gente tem, para chegar até o presidente, o rei, a pessoa que governa o país. (Sra Maria Luiza, 2021).

Na visão de mundo da Sra. Maria Luiza, representação política significa um grupo de pessoas, provavelmente a Câmara dos Deputados, que está naquele lugar, plenário, para lutar, ter ideias, para beneficiar a sociedade, que não pode se chegar ao poder diretamente.

***Representação política se esgota no voto?**

Eu acho que não! Eu acho que o que falta, porque se eu só cobrar eu sou da unidade no meio de milhares de pessoas; quando teve aquele problema com Fernando Collor, se uniu, o Brasil se uniu pedindo o impeachment. Então quer dizer: a união de todos

destituir o presidente. Então, não ainda eu sozinha, Mariazinha, cobrar porque eu vou tá falando assim, sabe? Falando pra parede, mas quando se une, união, pra cobrar aí funciona. Então, o que falta no nosso país é a união [...]. Porque eu costumo brincar que a eleição é caça ao pobre, abraça o pobre, beija o pobre, diz que ama o pobre, tira foto com o pobre, ganhou você esquece [...]. (Maria Luiza, 2021).

Questionada se a representação política se esgota no voto, a Sra. Maria Luiza observa que não. Cita o exemplo do Impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Melo e diz que apenas é possível continuar a representação na união de todos, uma vez que o esforço de uma única pessoa não é eficaz. Deve-se ter em mente que tal visão de mundo permeia o mundo real da entrevistada que, confidenciando, em diversas partes da entrevista, ajuda muito na coletividade da comunidade seja na Igreja ou no Conjunto Habitacional em que vive.

É um termo muito responsável e de muita responsabilidade, vamos dizer assim, o voto quando a pessoa vota em alguém ele tá delegando o poder pra aquela pessoa falar em nome dele, representar ele, entendeu? Então a coisa é muito séria, representação é coisa muito séria. Você tá representando uma cidade, representando um estado, representando uma Nação [...]. A mesma coisa, e a mesma coisa, tô representando quem? A sociedade, representando o quê? O melhor para a sociedade, então não posso decepcionar, entendeu? (Vereador Pereira, 2021).

O vereador Pereira observa a representação ao voto e afirma que, ao representar quem e o que, não pode decepcionar. Na obviedade da resposta, decepcionar na representação significa não obter apoio daqueles que o elegeram e perder a próxima eleição.

***Representação política se esgota no voto?**

Não, não. Ela não termina no voto, por exemplo, não é porque um vereador teve pouco voto que ele não é um excelente representante, entendeu? Porque o voto é uma coisa muito séria, o eleitor ele conhece vários candidato e ele só pode votar em um. Então tem muita gente boa, sérias, correta, que não tem voto e outro tem mais facilidade, o carisma, tem mais condições de conquistar o eleitor, não é brincadeira o eleitor ir na urna, chegar lá, digitar o número do candidato [...]. Tem muitos candidatos que ele tem pouco voto é eleito, e depois de eleito, ele tem o mesmo valor, peso, do que teve um milhão de voto. O voto dele vale um o outro vale um [...]. (Vereador Pereira, 2021).

Ao ser questionado sobre se a representação política se esgota no voto, o vereador limita-se a comentar sobre a importância do voto. Seja daquele que teve pouco voto e pode ser um representante, sem deixar claro se com ou sem mandato, ou daquele que teve muitos votos dado ao carisma, à facilidade e às condições para ter sido eleito. Dessa forma, representação e voto são inseparáveis.

Representação política no caso, fazer o que eu não posso fazer [...], eu deposei uma confiança em alguém então acredito que, eu tenho que acreditar, que a aquela pessoa vai me representar bem, ali! Eu votei porque ele passou as ideia, eu concordei com as

ideia dele que deu certo com a minha. Então esse aqui tá bom pra me representar. (Sra. Maria de Jesus, 2021).

A Sra. Maria de Jesus observa que representação política é depositar a confiança naquele candidato no qual as ideias estão de comum acordo com as delas e que, ao final das contas, o que ela não pode fazer o representante político pode fazer para ela ou em nome dela.

***A representação política se esgota no voto?**

Não, né! eu acredito que não. Eu tenho que votar, mas eu tenho que tá sempre e olho naquele que eu votei [...], tá fazendo mesmo? Senão eu não posso votar, dar o voto de confiança para essa pessoa, ele não tá fazendo? [...] (Sra. Maria de Jesus, 2021).

A representação política não se esgota no voto, pois o eleitor, na visão da entrevistada, deve ficar de olho naquele que votou. De certo, é o exercício da representação para além do voto. Resta saber se na prática isso acontece e, caso aconteça, de que forma isso se dá.

Comentário

No caso dos membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP, pode-se observar algumas respostas que vão da atuação do representante eleito para a sociedade e da atuação do representante no princípio do *eu* singular. Três, dentre cinco entrevistados, centram suas respostas na representação da sociedade, ou seja, o representante eleito deve representar a sociedade como um todo. Incluso também está o vereador eleito pela igreja que se enxerga enquanto representante da sociedade, apesar do primeiro entrevistado observar que o representante deve representar, também, grupos. Dois, dentre os demais, afirmam que votam em candidatos na confiança de que irão representá-los.

A maioria dos entrevistados possui a consciência de que o representante eleito deve representar a sociedade como um todo, fato que não está errado, mas que, na prática, não apenas representam o todo como representam, sobretudo, as partes. Os dois entrevistados que depositam o voto na confiança significa que esperam que o eleito os represente, principalmene, naquilo que pensam e acreditam enquanto sentido para a vida, como pode ser observado nas respostas.

Porém, delegar o voto na confiança pode significar que, ao confiar, não necessita acompanhar a atuação do representante eleito. Todavia, contrariando essa frase, uma das entrevistadas, que deposita voto na confiança, quando questionada se a representação se esgota no voto, diz que não e que é preciso acompanhar a atuação do representante para que ele continue digno de confiança. Interessante a observação contraditória entre voto de confiança, no qual simplesmente se confia na atuação e o *estar de olho* na atuação. Visão de mundo que se completa e

só foi possível graças à segunda pergunta realizada. Outra entrevistada que observa que a representação não se esgota no voto diz que o sentido para tanto está na cobrança dos eleitos. Resta saber, se na prática, a eleitora realiza essa fiscalização.

6.4 Representação política na perspectiva dos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus

Em tudo o que a gente faz tem que ter um representante, vamos supor, no nosso caso o país, o país tem nosso representante, o nosso presidente, ele esteja fazendo a coisa certa ou esteja fazendo a coisa errada ele é nosso representante. Cabe nós verificar e, no caso opinar, então tem que ver em relação aos deputados, senadores, também, está fazendo certo? Então naquilo que você tem condições de intervir, intervir, dar sua opinião, ou que nem quando tem abaixo assinado essas coisas, se não está de acordo então você assina, então, é um meio de você estar intervindo também. Eu digo por mim, porque, aonde eu trabalho nós temos muitos casos assim, quanto teve essa mudança dessa nova lei da aposentadoria, o governador mexeu muito em coisas nossas, inclusive, eu perdi muitos direitos de coisas que a gente tinha direito, ele tirou [...]. Os representantes do sindicato, eles mandam pra gente os assuntos, assina! Eu leio, se estou de acordo eu assino, se não estou de acordo eu não assino. *Então a Sra assina abaixo assinado? Sim! Isso é uma forma de representação? Sim! [...]. A representação política vai para além do voto? Sim, pra mim vai [...].* (Sra. Vitória, 2021).

A resposta acima contempla, segundo a visão de mundo da entrevistada, que em tudo deve existir representante. Obviamente, os representantes políticos como o atual presidente, deputados e senadores sobre a representatividade ir para além do voto, afirma que existe meio de intervir através de oferecer opinião ou expressá-la com instrumentos, como abaixo-assinado, que diz participar quando aprova.

Bom, a representação, o que que é representar? Representar pra mim é você chegar, né! Assim, alguém chegar e falar assim pra mim. Olha você vai me representar hoje porque eu não tô bem e você vai me representar hoje no meu trabalho. É uma responsabilidade cê entendeu? [...]. A representação política é você, não tá representando só você, você tá representando um todo, cê entendeu? Aquele que te confiou, cê entendeu? Você tá representando aquele que te confiou em fazer algo, né! [...]. (Sra. Maria Amélia, 2021).

Até certo ponto a entrevistada consegue deixar claro o que é representação de maneira geral. A representação política é ao mesmo tempo a representação do todo e do individual, a partir do momento em que se confia o voto em alguém.

É, representação política no meu pensar, tá ali pra defender mesmo, né? Aquele povo que tá representando um povo ali seja cristão, não seja, né! Ele vai tá representando aquele povo nos costume, na doutrina, daquele povo, né! A pessoa que tá ali mesmo, penso assim que, tá de frente ali numa situação pra defender, seria a mesma coisa? *[Após algumas explicações obtive a seguinte resposta]*. Então aí, vê assim, a pessoa evangélica, eles vão tá representando o pessoal evangélico. Eles vão tá ali representando evangélico! (Sr. Paulo Eduardo, 2021).

A resposta acima centra-se na representação dos deputados evangélicos para o povo evangélico em seus costumes, doutrinas e, por assim dizer, em suas demandas pontuais.

Olha, o representar pra mim, né! Aquela desenvoltura com o próximo, né! Isso pra mim, tá dentro de mim, né! Não pensando politicamente, eu comecei desenvolvi isso e senti que eu precisava ajudar aquelas pessoas, né! Então pra mim essa representatividade de representar um povo, uma pessoa, tá dentro de mim, né! Hoje uma pessoa me mandou, nem conheço, me mandou uma receita média pedindo esse remédio. Eu fui num empresário, ele falou assim: me da até amanhã pra ver se eu consigo. Então você ajuda. Óh, tá longe da campanha! Minha campanha ela vai ser, se não for pra deputado vai ser pra vereador, tá longe! [...]. Então são coisas que bate na sua porta você não consegue falar não! Você tem aquele instinto de ajudar [...]. Representação pra mim seria isso daí! [...]. Representação política é você representar aquela necessidade do contexto geral que é diferente dessa representação social [...]. Hoje se eu tivesse como vereador teria que aplicar projetos de leis para beneficiar muita gente [...]. (Sr. Marcelo Oliveira, 2021).

A resposta equivocada daquilo que é representação, seja de modo geral, ou de representação política, ofertada pelo membro da Igreja Internacional da Graça de Deus e candidato a vereador, não eleito. Representação nesse contexto está intimamente atrelada ao que se pode fazer ao próximo para conquistar a confiança e o voto. Seja a benfeitoria feita no bairro ou o remédio que se consegue a outrem.

A representação política se esgota no voto?

Não! De forma alguma. A representação política ela começa a partir do voto! A pessoa deu aquele voto de confiança pra você, você tem que representar ela até o fim. Aquela cidade, aquele estado, né! Nação, né! A gente temos aí, o Presidente a gente tem que torcer pra ele ir bem. Vou dar um exemplo aqui fora da pergunta, mas assim, nosso país só vai melhorar o dia que todo mundo se unir e lutar por alguém que vai fazer alguma coisa pelo país. Deixa esse lado direita, esquerda, isso pra mim não existe. Tem que traçar uma linha de benfeitoria pra todo mundo, entendeu? Vai ter o rico e o pobre? Vai ter, não vai ter como, né! Cada um tem sua parte. Tem gente que é pobre porque não gosta de trabalhar, você sabe disso! Entendeu? Eu sou rico porque eu trabalhei pra caramba ou então foi herança, né! [...]. (Sr. Marcelo Oliveira, 2021).

Ao oferecer mais uma chance para o candidato a vereador apoiado pela Igreja discorrer sobre representação para além do voto, apenas afirma que a representação começa a partir do voto e não consegue desenvolver uma resposta que contemple uma visão de mundo mais nítida. Não cabe julgamento. Pode acontecer da própria falta de preparado do candidato, seja de cultura geral mais ampla seja para assuntos políticos. Contudo, sua prática demonstra certa racionalidade ao ajudar para obter votos como resposta anterior.

Representação é você tá lá pra representar aquilo que você propôs, certo? No meu meio de pensar, representação isso aí, você tá lá por aquele propósito, pelo que você propôs em fazer. Na parte da política, representação política, eu acho que você tá lá pra representar ao povo, né! Aqueles que votaram em você, que depositou um voto de

confiança, que aquilo que você propôs você vai representar aquele povo ali, aquela propostas corretamente, essa é minha visão nessa parte de representação. (Sr. Bernardo, 2021).

A representação política está para o voto. O representante eleito tem a confiança daquele que vota e para ele deve atuar. Nota-se que a resposta não entra no mérito de valores cristãos ou a representação para os evangélicos. De certa forma, a resposta é simples vota-se e o representante é eleito para representar.

A representação política se esgota no voto?

Não, porque não pode terminar no voto né! Porque se for ali, cabou o voto, votou, acabou a política, ele começa no voto eu acho [...]. Aonde que tá a reivindicação do voto! (Sr. Bernardo, 2021).

O entrevistado é funcionário público municipal e, de certa forma, responde conforme sua visão e vivência de mundo. Para ele, a representação política não termina no voto, uma vez que existe a reivindicação do voto e pode-se reivindicar o voto de diversas formas, segundo a demanda em que se expõe.

Comentário

No caso dos entrevistados membros da Igreja Internacional da Graça de Deus, verificam-se diversas respostas sob variadas visões de mundo acerca da representação política. Uma das entrevistadas, apesar de não responder especificamente, diz assinar abaixo-assinado quando o sindicato comparece a seu serviço público e afirma que seu ato é uma representação política. Talvez, seja a única resposta que não se atém ao representante eleito à qualidade da representação, mas uma representação que se manifesta a partir do representado. Afinal, os cidadãos não devem apenas confiar e esperar de seus representantes e sim cumprir seu papel para além da questão do voto. Essa visão de mundo é importante, pois não é uma visão passiva, sobretudo, uma visão de mundo participativa.

Dois outros entrevistados abordaram a questão sob a perspectiva do voto na confiança, elegem o representante da igreja, na confiança de que ele desempenhará seu papel de representar o eleitor individualmente. Outro entrevistado observa que representantes evangélicos eleitos devem representar os evangélicos e outro observa a necessidade da representação exercida pelo representante eleito em representar o contexto geral, ou seja, representar a sociedade como um todo. Assim, são diversas respostas para um mesmo contexto. Obviamente que cada resposta, se analisada em pormenor, tem suas consequências práticas, nesse caso, o leitor está atento às análises e pode perceber que são feitas menos que de maneira breve.

Se comparadas as respostas dos membros da Assembleia de Deus e dos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus, pode-se verificar que os eleitores da primeira denominação observam a representação do todo, ou seja, representação para a sociedade, apesar da representação do *eu* também constar nas respostas. Contudo, os membros da segunda denominação preocupam-se mais com a *representação do eu* que a *representação do todo na sociedade*. Essa questão da representação do todo, *representação do eu* e representação ativa vai muito daquilo que os membros, enquanto eleitores, possuem como visão de mundo da política representativa.

6.5 A sensação da representação para os pastores da Assembleia de Deus

Essa é a questão principal dessa tese, ou seja, ao se tratar de representação política, como se dá a percepção dos pastores e membros entrevistados. É dessa questão que sairá a conclusão dessa tese e, acrescida aos temas subjacentes, ter-se-á a conclusão final. Nesse ponto, porém, foi perguntado aos entrevistados com relação ao seu representante eleito: Ele representa o que o Sr. pensa e quer sobre a vida? Sobre Política? Por quê?

Na verdade eu conheço o Deputado Paulo Freire Costa, como Pastor Paulo, né! Ele fala a mesma linguagem nossa, né! Na verdade ele nos representa. Representa nossas ideias, nossas ideologias, que são voltadas, principalmente, para a valorização da vida, valorização familiar, respeito à vida, respeito ao próximo. Então, na verdade, ele nos representa. Tanto deputado federal como deputada estadual, a Marta Costa. Há uma sintonia, uma sincronia, de pensamentos de ideologia. (Pr. Ebenezer, 2021).

O pastor acima sente representado pelo Deputado Federal Paulo Freire e por sua irmã, consanguínea, Deputada Federal Marta Costa, pois os representantes possuem as mesmas ideologias: valorização e respeito à vida e valorização da família.

Continua representando, continua representando, porque é um pastor, né! Tem seus preceitos bíblicos. Então, ele continua representando sim aquilo que nós, como evangélicos, cremos e temos como base né! Ele continua sim! (Pr. Joel, 2021).

Destaque para os preceitos bíblicos que o Deputado Federal possui. O vínculo para a relação entre o eleitor e o Deputado Federal, nesse caso, é a crença. A crença que norteia os preceitos bíblicos expostos na resposta e sem essa premissa seria impossível pensar em uma eleição e apoio por parte do pastor e deputado.

Sim, sim! Por tal forma, votei nele porque, creio eu, analisando a visão política dele ele defende os mesmos princípios que eu defendo. (Pr. Geraldo, 2021).

Nova resposta acerca dos mesmos princípios norteadores: os princípios cristãos e a base na Palavra de Deus. Por essas questões, assim como a resposta anterior, o Pastor Geraldo sente-se representado por seu deputado federal.

É uma representatividade que eles cuida desde a Instituição Igreja, né! Que é importante pra nós e, também, cuida das coisas da família, representatividade da família! Porque existe um grupo que quer acabar com a família. Quer descaracterizar a família! E a família é a célula mãe da sociedade então, nisso aí, eles nos representam muito bem. (Pr. Geraldinho, 2021).

A família é uma preocupação recorrente para parte significativa dos evangélicos, a narrativa de uma desconstrução da família, o medo de que a família acabe enquanto instituição social será verificada em outro capítulo, quando se tratar das pautas da Bancada Evangélica. Assim, é imprescindível que o Deputado seja um defensor da família.

Ele me representa do ponto de vista ideológico, de valores, de padrões, de conceitos de vida? Sim! Então eu acho que esse é o primeiro atributo que a gente preserva, preserva ou prioriza, no momento de escolha de um candidato a político. Segundo, atributo, segunda faceta, é a questão da proximidade! Eu acho que a proximidade em relação ao representante, é obviamente, hoje não tenho a proximidade direta, mas falar de nossas experiências nós temos um representante na Câmara Municipal, eu tenho contato direto com ele [...], quando a gente vai para o campo estadual a minha proximidade tem uma interface que é realizada pelo Pastor Sisaque que é com nossa deputada Marta Costa. A gente vai pra âmbito federal, nós temos um outro representante, que minha interface, minha proximidade com ele é também pelo nosso Pastor. Porque existe um trabalho arquitetado voltado para que haja uma representação nossa lá. Então a minha proximidade ela é muito baseada nessa questão da interface que o nosso Pastor mantem com esses representantes, tá! [...]. Eu falei pra ti de ideologia, eu falei pra ti de proximidade, eu também procuro ver qual é essa visão holística desse candidato! Porque um governador, um deputado, um vereador, ele não é um vereador da Assembleia de Deus, ou da Igreja Quadrangular, óbvio, ele representa aquela sociedade e é isso mesmo que o elegeu. Então nosso vereador foi eleito pela nossa comunidade. Agora que a visão que hoje o vereador tem é uma visão holística, ele não vai trabalhar somente para o nosso povo, tá! Mas eu levo isso em consideração. Questão dos ideais, dos valores ideológicos, proximidade e essa visão holística [...]. (Pr. José Ricardo, 2021).

Apesar da visão holística a qual o pastor acima se refere em sua resposta, o que sobressai são as questões dos valores, da ideologia e de um trabalho *arquitetado para que haja representação lá*, forma racional observada no capítulo sobre a Assembleia de Deus e as candidaturas em família. A visão holística poderia ser mais observada, em outros casos, de como se comporta o representante quando o assunto são outros que não as pautas caras à Bancada Evangélica.

Comentário

Todos os pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém de Rio Claro/SP, sentem-se representados pelos seus representantes eleitos. Obviamente que não fariam contra, uma vez que todos os apoiaram e pediram votos. Porquanto, todos apresentam *substantivos subjetivos* para se sentirem representados pelos seus deputados. Dos argumentos apresentados, destacam-se: sentem-se representados, pois o Deputado Federal Paulo Freire e a Deputada Estadual Marta Costa possuem as mesmas ideologias, ideias, valores, respeito à vida, respeito ao próximo, por terem os mesmos princípios e por ser pastor, no caso do deputado. Assim, tudo o que o representante possui está em conformidade com aquilo que os pastores possuem enquanto visão de mundo no plano subjetivo das ideologias e das ideias.

Apenas um pastor disse se sentir representado, porque seu deputado representa a família e argumenta que possui um grupo que deseja acabar com a instituição familiar. Nesse sentido, seu sentido de representatividade é objetivo, devido àquilo que seu deputado faz, enquanto membro da Frente Parlamentar Evangélica, defender um tipo específico de família – hétero normativa – e lutar contra grupos que atentem contra ela. É o que defendem, uma vez que não admitem outros tipos de famílias, por exemplo, as formadas por uniões homoafetivas.

Para a *representação de tipo subjetiva*, o que interessa são os aspectos comuns de visões de mundo subjetivamente construídos. Não importa o que o representante está fazendo ou como está agindo, ou como vota no parlamento de forma objetiva, mas sim características que contemplem a satisfação pessoal de possuírem os mesmos propósitos no campo das ideias. Em contrapartida, a *representação objetiva* é aquela em que o eleitor possui conhecimento da forma como o representante atua e, por força de sua atuação, sente-se representado. De certo que a representação objetiva, também, possui um caráter subjetivo da visão de mundo, ao contrário, o eleitor é capaz de discriminar a atuação de seu representante. Da mesma forma, a representação subjetiva não exclui o caráter objetivo da ação.

Essas duas *representações, subjetivas e objetivas*, estão presentes em grupos mais ou menos organizados. Por exemplo, caso o eleitor vote em determinado candidato sindical, ele pode subjetivamente sentir-se contemplado pelo simples fato de seu representante possuir a mesma ideologia ou ideia concernentes ao mundo sindical. Esse mesmo eleitor pode, ao votar no representante sindical, objetivamente, traçar sua linha de trabalho em defesa dos trabalhadores em votações no parlamento e sentir-se contemplado.

6.6 A sensação da representação para os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus

Sim, ele representa, porque, além de ser um deputado Cristão, né! Ele faz parte do nosso ministério, né! E o nosso Ministério acredita na visão da Palavra de Deus, né! Então a gente tem que procurar o bem da população. Eu creio que dentro daquilo que

é possível para um deputado fazer ele tem feito! [...]. Apesar de Cristão, né. Ele não está lá para, diretamente, tá tentando colocar textos da Bíblia nas leis, não é isso! A importância de termos representantes é porque, automaticamente, todo Cristão, ele vai ser conservador ainda que, às vezes, ele não entenda o conceito de conservador [...]. Ele vai zelar pela família, ele vai zelar pelo casamento, ele vai zelar pela ordem, ele vai zelar pelos bons costumes. Então é importante essa visão tá sendo colocada na hora de criação de leis. Por isso que eu acho que ele representa sim, com certeza! (Pr. Lucas, 2021).

Não é possível julgar até que ponto o *procurar o bem da população* possa ser medido como verdadeiro ou retórico. O fato aqui é que a representação, para o entrevistado, se dá pelas qualidades que possui em ser um cristão, de fazer parte da Igreja e acreditar na Palavra de Deus. Entre os pré-requisitos, está zelar pela família, pelo casamento, pela ordem e pelos bons costumes. Apenas um adendo, o pastor diz que todo cristão é conservador, mas generalização não é válida, uma vez que existem cristãos, inclusive pastores, que são progressistas e estão do lado contrário do conservadorismo.

Eu acredito, fielmente, assim, como tem vários partidos no meio político brasileiro: tem a turma da bola, tem a turma da bala, tem a turma da bancada evangélica. Nós fazemos parte de uma bancada evangélica, nós lutamos, quando eu digo nós, nós estamos representando nosso voto, né! Nós estamos lutando pelo interesse do evangelho no Brasil. É lógico que entra outros assuntos, perfeitamente, mas nossa finalidade é ser resguardado os direitos políticos das Igrejas, por exemplo, pra se colocar um canal de TV num satélite tem que ter a política, tem que ter muito jogo de cintura, muita comunicação entre os políticos pra apoiarem [...]. Sim, mesmo que ainda continue fazendo a função de deputado em outras áreas em outros ramos, né! Assim como tem várias bancadas, tem nossa bancada evangélica, defende os interesses evangélicos, né! (Pr. Angeli, 2021).

A representação nessa resposta está centrada no interesse do evangelho no Brasil e naquilo que o representante pode fazer pela Igreja como, por exemplo, assegurar o direito de culto religioso, espaço na mídia televisiva com canal próprio de TV – já citado no transcorrer desse capítulo na fala desse mesmo pastor. Observa-se uma certa preocupação das Igrejas Neopentecostais em perder espaços na mídia. A Igreja Internacional da Graça de Deus possui TV própria e também compra horários em outras emissoras; recentemente perdeu espaço na Band. Essa questão da TV é importante para a propagação da sua mensagem e para ocupar espaço junto com outras denominações neopentecostais, como a Universal.

Eu creio que sim, entendeu? Eu não votei pra esse candidato, ou qualquer que seja candidato com intenção que ele faça alguma coisa pra mim! Eu vejo o coletivo, o povo, porque nem sempre os eleitos, eles cumprem as promessas de campanha. Mas eu creio que esse Deputado, ele procura sim atender, também não depende só dele, uma andorinha só não faz verão, depende de um todo, mas eu creio que sim ele se esfoça a cumprir aquilo que ele prometeu em campanha! [...], minha maneira de ver política, ele tem que trabalhar pelo povo! [...], mas eu creio sim que esse candidato, se não tem feito tudo, pelo menos tem tentando, é uma visão minha, minha maneira de perceber [...]. (Pra. Valdete, 2021).

Para a entrevistada, o representante representa o todo e, segundo sua visão de mundo, se esforça para cumprir aquilo que prometeu na campanha. De maneira genérica, não se pode afirmar que está ou não cumprindo aquilo que disse na campanha; para tanto, seria preciso conhecer suas promessas para afirmar ou refutar a resposta da pastora. Aquilo que pode ficar, de fato concreto, é que ele pensa no coletivo, no povo, porquanto votou nesse representante. Não nos cabe julgar a qual coletivo, ou povo, ela se refere, todavia, o leitor pode se perguntar: estaria pensando no coletivo de evangélicos ou, sem falsear, no coletivo de fato?

Sim! O Doutor David Soares, valeu muito a pena meu voto. Meu voto, muito bem investido, porque ele luta pelo povo, naquilo que está ao seu alcance; ele luta pelo evangelho! Ele tem usado o nosso voto, usado o cargo dele em prol da Igreja né! E, também em prol das pessoas [...]. O que eu tenho visto sobre ele, eu tenho visto que tem tido muito sucesso [...]. Não é porque é filho do Missionário, mas eu votei porque é um homem íntegro, de caráter! [E ele representa o que o Sr pensa e quer?]. Ele representa! Sim, com toda certeza! [...]. Sim porque nós precisamos de pessoas que lutem por nós, porque hoje em dia as pessoas, elas estão dando muita marcação contra o evangelho, contra a igreja, entendeu? Nessa pandemia toda a Igreja tem sido muito perseguida aqui em Piracicaba, entendeu? Quando nós começamos a entrar nessa segunda pandemia, nossa Igreja até passou por uma certa denúncia, mas assim, mentirosa, porque nós estávamos tendo aglomerações, mas nós não estávamos tendo, porque tem um número certo né! E nós estamos com um número bem menor. Então se nós temos deputados lá no parlamento que estão em nome da Igreja. Eles não vão só lutar pela Igreja, eles vão lutar pelo povo cristão! [...]. (Pr. Rodrigo, 2021).

Dr. David Soares, como gosta de ser chamado, é referido dessa maneira pelos pastores. Apenas um adendo nesse momento. Certo dia presenciei um culto em que a Igreja estava lotada, pois foi anunciada, com antecedência, a visita ilustre do Dr. David Soares. Não apenas a comunidade local estava presente, mas também, os membros da Igreja do bairro das Palmeiras e do ponto de pregação⁸³. O filho do Missionário, que também canta e prega, subiu ao altar, ministrou algumas palavras, cantou ao som de *playback*⁸⁴ e, ao final do culto, posicionou-se na porta da Igreja para entregar folhetos⁸⁵ e tirar fotos com quem quisesse.

Representa, representa, é claro que não cem por cento em tudo, né! Senão eu seria o candidato, né! Mas representa sim. Num percentual mais elevado na minha linha de raciocínio de pensamentos! Por ele prezar os valores da Palavra de Deus e os princípios bíblicos também, né! Só aí já tem mais de meio caminho andado, né! [...]. (Pr. Rogério, 2021).

O importante para o pastor entrevistado é o representante possuir os princípios bíblicos e os valores da Palavra de Deus. E pela resposta anterior, ressalta o trabalho do Deputado em favor da Igreja e o seu caráter de homem íntegro merecedor do voto.

⁸³ Ônibus foi cedido para que pessoas viessem nesse dia.

⁸⁴ Playback é utilizado para descrever o acompanhamento sonoro para o cantor. Cantar acompanhado de uma música previamente tocada em um CD. Dublagem.

⁸⁵ Ao que me pareceu, tal fato não é de todo desprezível. As visitas servem para monitorar o quanto de membresia a Igreja possui.

Apenas para comentar a resposta anterior a essa, o representante atuou em favor da Igreja Internacional da Graça de Deus durante a pandemia; o que o pastor reporta em sua resposta com relação ao Deputado David Soares é verdadeiro, pois ele capitaneou⁸⁶ a autoria da Lei que, durante a severa crise da pandemia, determina como essenciais as atividades de cultos religiosos: “Projeto de Lei 1995/20 determina que igrejas, templos de qualquer culto e comunidades missionárias sejam reconhecidos como atividades essenciais, em especial nos períodos de calamidade pública, sendo vedado o fechamento total. O Congresso Nacional reconheceu estado de calamidade pública no País devido à pandemia de coronavírus, válido até dezembro.”

“Esses estabelecimentos possuem papel fundamental na propagação de informações verdadeiras e auxiliam o poder público e as autoridades na organização social em momentos de crise.”, afirmam os autores da proposta, deputados Rosângela Gomes (REPUBLICANOS/RJ), Maria Rosas (REPUBLICANOS/SP) e David Soares (DEM/SP). (Agência Câmara de Notícias, 2020, s/n).⁸⁷ Após tramitar em diversas Comissões o Projeto de Lei encontra-se na Coordenação de Comissões Permanentes - CCP⁸⁸

Durante minha participação no campo, pude observar que o argumento acima citado “tais estabelecimentos possuem papel fundamental na propagação de informações verdadeiras,” na prática, não ocorreu, pois ouvi de púlpito⁸⁹, do alto do altar, pastores aconselhando os membros a utilizarem Cloroquina, Ivermectina e Azitromicina, famoso “kit covid” rechaçado pela ciência e propalado pelo Presidente da República, dentre outros que aderiram à prescrição sem comprovação e, que para além, causou mal à população. Enquanto que, controversamente, pude observar, pastores que contraíram Covid, assim como inúmeros membros.

Comentário

Todos os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus sentem-se representados pelo Deputado David Soares, filho do Missionário R. R. Soares e, para tanto, apresentam argumentos objetivos para sentirem-se satisfatoriamente representados. Objetivamente, o deputado zela pelo casamento, pela ordem, pelos bons costumes. Sua atuação visa resguardar os direitos políticos da Igreja, como em possuir um canal de Televisão e um satélite retransmissor, luta pelo evangelho em sua atuação parlamentar e usa o cargo em prol da Igreja e da Bancada Evangélica, defendendo os

⁸⁶ O Projeto de Lei 1995/20 é de autoria da Deputada Rosângela Gomes (REPUBLICANOS/SP). O Deputado David Soares entra no requerimento número 1426/2020 junto com a Deputada Maria Rosas. Porquanto, capitanear significa receber prestígio em sua comunidade.

⁸⁷ Cf. <https://www.camara.leg.br/noticias/671709-proposta-determina-que-igrejas-e-templos-sejam-atividades-essenciais-na-pandemia/>

⁸⁸ Cf. <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2249922>

⁸⁹ Outros não falaram do altar, mas em conversas comigo. Nomes, declino.

interesses dos evangélicos. Essas foram as características objetivas que os pastores apresentaram a respeito do deputado e sua ação na Câmara Federal.

Poucas foram as menções sobre características subjetivas, como, por exemplo, o fato do Deputado David Soares ser cristão, pertencer ao Ministério da Igreja Internacional da Graça de Deus, acreditar na Palavra de Deus e prezar pelos princípios bíblicos. Esse apanhado que está nas respostas representa a minoria. Apenas dois pastores fizeram questão de ressaltá-los: um deles começa sua resposta com o caráter subjetivo e termina com os feitos objetivos do seu representante e outro pastor optou apenas por vislumbrar as características subjetivas.

Os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus optam pelas características objetivas de seu representante, pois sabem as dificuldades que suas igrejas passam. Seus templos alugados possuem altos custos de manutenção, bem como seus programas televisivos e seu canal próprio de televisão. Assim, possuir um representante federal pode ser um feito no sentido da atuação como lobista frente ao Poder Executivo. Vide a atuação do Deputado para o perdão da dívida das igrejas, citado nessa tese, o congresso votou a favor, o atual presidente vetou, mas recomendou que a Câmara derrubasse o veto. Ou seja, na prática, o atual presidente sancionou a lei, mesmo que indiretamente.

Se forem comparadas⁹⁰ as respostas dos pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP e da Igreja Internacional da Graça de Deus, é possível encontrar as seguintes nuances. Enquanto os pastores da primeira denominação sentem-se representados por características subjetivas como ideologias e ideias, os pastores da segunda denominação sentem-se representados pelos resultados objetivos de seu representante. Obviamente, que todos os pastores são orgulhosos de seus representantes e mesmo as respostas que contemplam ideologias e ideias significam uma atuação no sentido da preservação dessas.

6.7 A sensação da representação para os membros da Assembleia de Deus

Sim! Na verdade eu não conheço o candidato. Como o Pastor apresentou o nome do candidato, ele fez algumas visita na nossa Igreja, crendo que: ele como Pastor evangélico, é um homem crente em Deus, tem temor de Deus, seria entre os demais um dos melhores. Mas eu não conheço ele e não votei nele em coisa pro meu favor não, certo? Que ele trabalhe em favor dos demais, que faça uma lei, que trabalhe e seja justo com a Nação e não pra mim [...]. (Sr. Francisco, 2021).

Para o Sr. Francisco, membro da Assembleia de Deus – Ministério do Belém, o que vai importar é que o candidato é um homem crente em Deus e por temer a Deus é o melhor dentre os demais candidatos. Destaque para a apresentação do candidato pelo Pastor da igreja.

⁹⁰ Opta-se por comparar para não abrir outro subtítulo.

Eu votei, eu votei! Foi uma opção, também, porque por mais que você tenha umas orientações que é normal, né! Mesmo seu contexto fora, vamos falar, do meio religioso, você vai ter que fazer uma escolha [...]. E então, mesmo que eu siga ou receba uma orientação, eu entendo que na hora de eu votar eu vou ter que fazer uma escolha [...]. Na questão hoje, a compreensão da gente é um pouco diferente do que era há um tempo atrás, essa é a verdade. Hoje você sabe que é preciso sim ter alguém de sua concepção, do seu meio, né! Porque essa pessoa, você entende, que ela pelo menos vai se esforçar em fazer o melhor, que não é, na verdade, pra uma pessoa só específica, né! Vamos entender a atuação de um político, ele está fazendo num contexto amplo, ele está lá pra beneficiar muitos. Eu entendo sim, que é bom você, salutar, e algo aprovado, você tenha assim representante de seu meio, né! De sua esfera, porque ele vai atuar em benefício de muitos ou pelos menos se esforçar, né! Pra que isso seja, venha acontecer. (Sr. Saulo, 2021).

Apesar do representante eleito não atuar para uma pessoa só ou um só grupo, é importante que ele seja do meio ou tenha a concepção do meio, ou seja, os valores explícitos que um pastor deputado deve ter: ser um homem de Deus e temente a Deus como na resposta anterior.

Votei! Porque assim, o mundo infelizmente, muitos tendem ir para o lado mau e não pensar no próximo e acreditando naquilo, na fé, no que a Palavra do Senhor tem pra gente e vendo o que ele se propôs a fazer, então eu votei por isso! A princípio ele atendeu sim as minhas expectativas pelo que eu acredito! Baseado na minha fé e no que eu acredito. (Sra. Maria Luiza, 2021).

A Sra. Maria Luiza sente-se representada pelo deputado que ela elegeu, pois ele atendeu e atende suas expectativas que são baseadas em sua fé, naquilo que ela acredita. O leitor atento observa que existe uma questão que permeia as respostas, ou seja, as questões subjetivas da fé.

Sim, votei no Paulo Freire pra Federal e pra estadual a Marta Costa. Ele representa pra mim e pra nós, além de ser um homem sério, uma pessoa séria, porque o que nós precisamos nesse país é pessoa séria sem corrupção, certo! Além disso ele representa a nossa fé e também nos representa lá na Câmara Federal e também nos representa aqui a cidade de Rio Claro mandando emendas pra fazer obras aqui em Rio Claro, entendeu? Então não é porque ele é um deputado evangélico que ele vai trabalhar só para a Igreja, não é nada disso! [...]. Muitas emendas pra Rio Claro, na área da saúde, na área da educação, infraestrutura. (Vereador Pereira, 2021).

O vereador Pereira destaca o caráter de um representante sério, de uma pessoa séria, que não se envolve em corrupção e sente-se representado, pois o Deputado possui a mesma fé que ele, mesmo que isso não queira dizer que irá trabalhar apenas para os evangélicos. O entendimento é que o representante atua para todos, inclusive para a cidade de Rio Claro/SP através das emendas parlamentares.

Eu sempre vejo o que, é melhor, hoje o mundo que você tem, igual como nós comentamos sobre política; a gente não tá envolvido, não entende muito disso não, mas gente não é tão leiga pra não saber do que tá acontecendo, né! Então eu acho que a gente, conforme você vai vendo como está a situação política que, que, tá caminhando essas coisas, você acaba votando na pessoa que você tem assim, por exemplo: você acredita que vai ser melhor, pra sua família, pra sua igreja, então nesse sentido a

gente vota! Eu voto sim! [...] em partes sim! Porque, olha, nós temos nossos conceitos, entende? Quando você tem os conceitos que você acredita, que você tem por base, eu acredito que sim, que esta fazendo papel que ele deveria fazer, por exemplo: eu votei não foi para me beneficiar individualmente, a gente vota, como já disse anteriormente, que a gente vota em alguém que você vê tem, tem, as mesmas ideias, os mesmos conceitos, então eu acredito que sim! (Sra. Maria de Jesus, 2021).

Apesar de dizer que não possuir muito conhecimento sobre política, a entrevistada observa o que se passa com a situação política, como está se encaminhando e vota em quem acredita ser melhor para sua família e para sua igreja. Em suma, quem defenda os valores da família e preserve a liberdade de culto religioso e, assim, eleitor e eleito possuem as mesmas ideias e os mesmos conceitos.

Comentário

Todos os membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém – Rio Claro, sentem-se representados pelos seus deputados através de características meramente subjetivas. Os compilados de respostas como, por exemplo, sentem-se representados, pois o deputado possui características como ser pastor, crente, temente a Deus, ser homem sério, ser pessoa séria, ressaltam as qualidades do representante. Ainda pelo aspecto subjetivo das respostas, destaque para as questões de concepção de fé, de possuir as mesmas ideias e os mesmos conceitos e fazer parte do mesmo meio evangélico. É claro, como já exposto, que os termos subjetivos constitui, em si, características, também, objetivas. Se o representante possui a mesma convicção de fé, as mesmas ideias e faz parte do mesmo meio evangélico, conseqüentemente, irá defender de maneira objetiva seu eleitorado.

Na visão de mundo dos membros entrevistados, basta que o representante possua qualidade de homem de Deus, crente e temente a Deus, ou seja, as mesmas qualidades que os próprios crentes possuem para que assim seja creditado o voto. Portanto, se ele se parece comigo em crenças e ideias por qual motivo não elegê-lo? De certo que o apelo que se faz é para que se vote em quem possua a mesma fé e possuir a mesma fé significa compartilhar das mesmas ideias e valores. Dessa forma, características pessoais e os mesmos ideais são o bastante para que os membros enquanto eleitores comuns sejam convencidos ao voto.

6.8 A sensação da representação para os membros da Igreja Internacional da Graça de Deus

Para não perder a linha de raciocínio, observar-se-ão as respostas dos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus para a mesma questão. Sentem-se representados pelo seu Deputado? E por qual motivo? Segue a primeira resposta de um membro.

Sim. Sim, pelo menos até agora, do que eu vejo, fazer, tudo, condiz com que falou que ia fazer, e é o que a gente espera né! Que tenha uma pessoa, que esteja no poder, que possa falar e cumprir, porque hoje é muito difícil isso né! Falar e cumprir [Então ele tem representado o que a Sra pensa, a visão de mundo da Sra] Sim, tem. (Sra. Vitória, 2021).

Da simples resposta, sucinta, pode-se destacar que aquilo que o representante eleito tem apresentado está em conformidade com o que a eleitora espera e representa sua visão de mundo. A Entrevistada não deixa claro, mas pode-se deduzir que seja a visão de mundo cristã.

Sim, desde que eu me converti na Igreja da Graça, né! Que eles, tanto como vereador tanto como deputado eles são meus candidatos, né! Olha, eu creio assim, né! Ele como deputado tá fazendo um bom trabalho, né! Só que a gente vê que muitos trabalhos que são feito por eles, eu acho que, ficam mais limitados ali na Capital, né! [...]. Ele tá representando sim! Sim, representa. Uma por ele ser um homem de Deus, né! Então, ele quer o melhor pra sociedade, ele quer o melhor, né! Não somente pra nós evangélicos, mas assim, ele querer fazer a melhoria num todo, né! (Sra. Maria Amélia, 2021).

A entrevistada parece votar nos candidatos indicados pela Igreja Internacional da Graça desde sua conversão. Está há 16 anos somente nessa denominação, segundo sua resposta no tópico História da vida. Ela ressalta o caráter de homem de Deus do Deputado David Soares. Essa característica central é importante no sentido de sacralizar a candidatura. O homem sacralizado, o homem de Deus, escolhido pelo próprio Deus, quem poderá questioná-lo? Essa propaganda vinda do altar é de grande valia para aqueles que dependem dele (altar) para se eleger.

Sim, sim! Tá representando sim! Devido, que eu vejo, que ele tá desempenhando, né! Pelo povo. Tô acompanhando o trabalho dele, tá fazendo um trabalho excelente no meu pensamento. (Sr. Paulo Eduardo, 2021).

O Sr. Paulo Eduardo diz acompanhar o trabalho do Deputado Federal David Soares, como um membro antigo da Igreja Internacional da Graça de Deus e um dos cogitados para ser candidato a vereador pela Igreja. Não é de se duvidar que não acompanhe o trabalho do Deputado. E acrescenta a excelência do mandato.

Meu voto foi muio bem consolidado em si nesse candidato. Porquê? Ele defende muito os princípios da família, né! Os princípios da Bíblia em si. Vou dar um exemplo aqui: ideologia de gênero, ele não concorda, né! Assim, não por ele, né! Porque ele prega a Palavra de Deus, né! Que criança, esses governo doido aí, falou que a criança, ela, tinha que estar usando mesmo banheiro, né! Até pegar uma certa idade que eles tava falando. E das cartilhas, né! E esse Deputado ele tem um grande potencial porque ele vetou muito isso. Foi onde ele fortaleceu, né! Então ele representa isso. Ele levou muito o nome de homofóbico, né! [...]. (Sr. Marcelo Oliveira, 2021).

A resposta acima vem do candidato derrotado nas eleições municipais apoiado pela Igreja Internacional da Graça de Deus de Rio Claro/SP. Ele destaca a atuação do Deputado com relação à questão da família e da infância. Acredita no Kit gay e que as crianças, tanto meninos como meninas, deveriam utilizar o mesmo banheiro como queriam “esses governos doido aí”, leia-se

governo do Partido dos Trabalhadores. A falta de preparo para ser candidato é evidente nas respostas do entrevistado, não apenas nessa.

Sim. É, eu na verdade, eu votei no candidato, mas assim, ele não é da cidade, não tem tanto conhecimento, mas que é o filho do R. R. Soares, né! Que é nosso Deputado, eu votei pra ele assim, como a gente é evangélico a gente procura colocar uma pessoa de Deus, pra comandar o país, pra ajudar a comandar, né! Porque quem comanda é o presidente. Então, pelas intenções, né! Não só trabalhar pelas igrejas, mas sim pela Nação, porque a gente tem que pensar: o político tem que trabalhar pela Nação, não só por um grupo! Ele dizendo as melhorias, coisas que ele ia, né! Ajudar a fazer, aí foi que eu me conscientizei em votar nesse Deputado. *[Então ele representa o que o Sr. pensa e quer, sobre a vida, sobre política, quer dizer, nesse sentido, votar em um candidato evangélico é importante segundo sua visão de mundo, não é?]* **Sim, ahã, corretamente.** (Sr. Bernardo, 2021).

Para fechar esse ciclo, a última resposta contempla um membro da Igreja que votou no Deputado David Soares pelo fato dele ser filho do Missionário R. R. Soares. Além de ser filho do Missionário, ele é uma pessoa de Deus. Ser uma pessoa de Deus é de extrema importância, afinal aquele que é de Deus estaria blindado contra corrupção, não iria trabalhar contra os valores cristãos e muito menos contra as pautas que são caras aos evangélicos. Ser filho de Deus, nesse contexto, é muito significativo como argumento racional-discursivo para eleger um representante.

Comentário

Todos os membros da Igreja Internacional da Graça responderam a questão de forma objetiva. Sentem-se representados objetivamente devidos aos argumentos, a saber, pelo que o Deputado David Soares faz, pelo bom trabalho que está desenvolvendo, por tudo o que está desempenhando, por defender a família, ser contra a ideologia de gênero. Apenas um entrevistado diz sentir-se representado, pois o deputado é evangélico e acrescenta objetivamente, por trabalhar pelas igrejas. Nota-se que as respostas possuem caráter objetivo. Todos os membros demonstraram objetivamente o motivo pelos quais se sentem representados. Isso deve-se muito ao fato de que o Deputado David Soares percorre as igrejas no estado de São Paulo. As visitas não possuem característica institucional mas, ao final, o Deputado está disposto a tirar fotos com os membros e seus assessores, entregam jornais na porta da Igreja.

Assim, as visitas são um meio de demonstrar o que o deputado tem realizado em seu mandato. A estratégia das visitas, entregas de jornais e a presença do representante no altar fazem com que seu trabalho seja amplamente conhecido pelos membros. Portanto, é possível, de forma objetiva, visualizar o mandato de seu representante. Vide respostas dos próprios membros da Igreja Internacional da Graça de Deus. Uma simples visita é capaz de levar informação e, de maneira velada, realizar campanha eleitoral, mesmo que antecipada.

Se comparadas as respostas dos membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém e dos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus, pode-se verificar que os membros da primeira denominação sentem-se representados pelas *características subjetivas* de seu representante enquanto que para os membros da segunda denominação, o importante é sentirem-se representados pelas *características objetivas* dos feitos de seu deputado. Se a Assembleia de Deus utilizasse da mesma estratégia de trazer seu deputado em visitas às Igrejas, talvez poderiam ser encontradas respostas objetivas para o desempenho de seu representante. Todavia, independentemente das estratégias, os pastores de ambas denominações atuam como cabos eleitorais e conseguem influenciar, senão a totalidade, mas grande parte dos crentes de suas igrejas.

Nesse momento, verificar-se-á como pastores e membros acompanham o mandato do Deputado eleito e de que forma pastores e membros realizam esse acompanhamento na prática., ou seja, o exercício da cidadania como um instrumento moderno da democracia e da participação. Assim, como se viu na parte teórica desse capítulo, diversos são os instrumentos para que o eleitor acompanhe seu representante, principalmente, as redes sociais. Observar-se-ão as respostas de pastores e membros da Assembleia de Deus – Ministério Belém para a seguinte pergunta: O Sr (a) acompanha o mandato do seu representante? Do seu deputado federal? Se sim, de qual maneira?

6.9 Acompanhamento do mandato por parte dos pastores da Assembleia de Deus

Sim, nós acompanhamos via sua própria assessoria que nos presta relatórios. Através das mídias sociais e das nossas reuniões, porque, agora não, por causa da pandemia, mas toda primeira segunda-feira do mês nós temos nossa reunião em São Paulo, do Belém, e lá na nossa reunião tem um espaço que, essa reunião, primeiro, ela trata, principalmente, do nível espiritual da Igreja. Ali nós temos palestras voltadas à estudos bíblicos e depois nós temos a questão administrativa também como que se processa a Igreja e dentro desse espaço administrativo, há um espaço também político que os nossos representantes vem trazer a nossa orientação, vem dizer, prestar contas do seu mandato, aquilo que está sendo feito, aquilo que está sendo observado, quais são os projetos que estão em trâmite no Congresso Federal e, também, na Assembleia Legislativa do Estado. E o que que pode interferir o que que não pode interferir e ali é discutido amplamente qual decisão ser tomada. Então desse colegiado, dessa reunião. E essa reunião é com todos os obreiros, ela é aberta a todos os obreiros do campo do estado de São Paulo, seja ele Cooperador, Diácono, Presbítero, Evangelista, Pastor, todos têm direito de participar. Ali entra-se em discussão e vê qual a melhor alternativa a ser tomada. Na verdade, esses nossos representantes, quando levam a ideia, essa ideia já é formatada, né! Por os nossos representantes e por nós mesmos, ajudamos, também, na elaboração dessas questões, das atitudes a serem tomadas. (Pr. Ebenezer, 2021).

A resposta acima, bastante completa, contempla algumas formas do pastor acompanhar o mandato de seu Deputado Federal Paulo Freire e de sua Deputada estadual Marta Costa. O acompanhamento deve-se em primeiro à assessoria dos deputados que prestam relatórios e nas reuniões semanais que acontecem toda segunda-feira de cada mês, em São Paulo – Capital -, nessas reuniões são tratados assuntos como estudos bíblicos, administrativos e momentos políticos em

que Cooperadores, Diáconos, Presbíteros, Evangelistas e Pastores participam. Destaque, também, para as redes sociais como instrumento de acompanhamento. Com relação às redes sociais, pode-se ler:

O atual imperativo da conexão responde à demanda pelo atravessamento de tais barreiras espaciais, um mandato estimulado pela abundante oferta de dispositivos e serviços informáticos e de telecomunicações, como telefones celulares, computadores portáteis, Internet, pagers e sistemas de localização via satélite tipo GPS. (SIBILIA, 2002, p. 56).

A utilização da internet e das novas mídias digitais diminuem de forma drástica as barreiras espaciais que outrora se impunham. Mesmo que os pastores da Assembleia de Deus tenham oportunidade de uma vez por mês estarem com seu representante, o uso das redes sociais trazem seu representante para mais próximo, uma vez que os equipamentos estão à disposição e, através de um celular na palma da mão, é possível ultrapassar barreiras espaciais.

Vamos dizer 50% sim 50% não! Uma das maneiras é pela internet, rede social e, também, pelas informações de nosso líder espiritual de Rio Claro. (Pr. Joel, 2021).

Segundo o Pr. Joel, a internet e as redes sociais são os principais instrumentos para se acompanhar o mandato de seu representante eleito. Destaque para as informações que o líder espiritual do Campo de Rio Claro da Assembleia de Deus – Ministério do Belém traz aos seus subordinados. Subordinados, nesse sentido, não no termo pejorativo do termo, mas sim o que o líder passa para os seus aquilo que o representante está realizando.

Sim, até porque, tanto federal como estadual, eles são muito transparente no que fazem. Há sempre um boletim periódico, eu acompanho ele na rede social, sou, também, sigo ele nas redes sociais. Uma que até por curiosidade política que eu me identifiquei muito, gosto e outra por questões, também, de policiar se realmente a minha escolha foi a certa, né! Porque se ele está lá pra defender os princípios do qual eu defendo, eu tenho que assisti-lo pra saber se realmente ele está condizente com aquilo que a gente depositou nele, a confiança. [do vereador da Igreja]: Acompanho sempre que posso e estou sempre em contato com ele também [...] a gente sempre sabe as queixas do povo, né! E eu sempre ligo pra ele fica aguardando [...]. Então a gente se comunica [...]. (Pr. Geraldo, 2021).

A resposta acima diz respeito aos deputados federal e estadual, filhos do ex-líder máximo da Assembleia de Deus – José Wellington Bezerra – que, na qualidade de transparentes, reportam aos seus os boletins periódicos. Ressalta que o representante está lá para defender os princípios cristãos e porquanto o acompanhar dos resultados. Com relação ao vereador da Igreja, a proximidade e as ligações aproxima o mediador com as demandas ou queixas do povo para o vereador eleito.

Algumas coisa nós acompanhamos, nem sempre dá pra acompanhar tudo, né! Mas algumas coisa nós acompanhamos e sabemos que, das coisas que está sendo resolvida, as coisas que são importante nos informa o que está acontecendo, né! Eles,

geralmente, eles lançam seus boletins nas redes sociais o que está acontecendo, as coisas. Inclusive, há umas duas semanas atrás, a irmã Marta Costa, ela enfrentou o governo do estado de São Paulo pra defender a liberdade dos cultos⁹¹ porque qual a função deles aproveitar da pandemia pra fechar as Igreja! Mas se manter um distanciamento, um cuidado, não tem nenhum problema! Eu não vejo problema! Agora, eles vê problema! Mas, a irmã Marta Costa ela foi lá e defendeu, de uma forma especial [...], porque a Igreja é um trabalho essencial! [...]. Às vezes quando tem uma informação importante o Pr. Sisaque traz [...]. (Pr. Geraldinho, 2021).

O fechamento das Igrejas durante a pandemia foi o grande motivo de alvoroço por parte das Igrejas e não apenas das neopentecostais. Vemos um pastor pentecostal reivindicando a manutenção das Igrejas abertas com distanciamento e cuidado e, segundo ele, não teria problema algum. Assim sendo, a deputada estadual Marta Costa enfrentou o governador do estado de São Paulo que desejava as Igrejas fechadas por medidas sanitárias. Desta forma, recebem essas informações via boletins em redes sociais e também pelo que a liderança transmite.

Sim! A gente tem uma proximidade, de novo, né! Como eu falei anteriormente, que é um dos atributos que a gente leva em consideração na hora da escolha de uma pessoa e, por conta dessa proximidade que a gente tem via Pastor Sisaque, a gente consegue ter bastante ciência, interface através das redes sociais, dos trabalhos, das atividades, e, aqui a nível municipal, o fato até da proximidade com nosso representante, atualmente, hoje, a gente, atualmente, né! A gente consegue ter um acompanhamento mais de perto sim, com certeza! [...]. Existem outros meios de acesso a informação, quer seja aqueles meios formais do governo, os canais institucionais, você pode entrar no site da Câmara do deputado estadual e federal, entrar lá ver a pauta do dia, você acompanha discussões, entendeu? Enfim, isso a gente deve levar em consideração, né! (Pr. José Ricardo, 2021).

Por último, o destaque diz respeito à proximidade com a liderança que transmite a mensagem dos representantes, a proximidade com o vereador no cotidiano, as redes sociais como poderoso instrumento de informação, citado por todos os pastores, até o momento como o leitor pôde acompanhar, e os canais institucionais da Câmara Federal e Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para estarem a par daquilo que os representantes estão propondo ou como estão votando.

Comentário

Nota-se que os pastores possuem diversos instrumentos para informação daquilo que o Deputado Paulo Freire e a Deputada Marta Costa realizam, a saber: boletins periódicos disponíveis

⁹¹ A Deputada Estadual Marta Costa foi contra o fechamento dos Templos de cultos religiosos durante a pandemia. No âmbito do Legislativo Estadual do Estado de São Paulo, apoiou a derrubada do veto do poder Executivo ao Projeto de Lei 299/2020. Tal projeto rege que as instituições religiosas são consideradas atividades essenciais, mesmo em tempos de pandemia. Cf. <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=430283>

pelas redes sociais, em que são divulgados os acontecimentos e os feitos dos representantes, a própria liderança local, na pessoa do Pastor Presidente, que repassa informações e as reuniões que acontecem toda primeira segunda-feira do mês em São Paulo – Capital, essas reuniões são para aqueles que possuem cargos eclesiais na Igreja, diáconos, presbíteros, evangelistas e pastores. Nessas reuniões são tratados assuntos religiosos, administrativos e também políticos acerca da atuação dos representantes. Assim, os líderes locais estão munidos de informações sobre o mandato de seus representantes e podem, dessa forma, serem disseminadores e multiplicadores das informações para toda a comunidade religiosa.

Nota-se que todos os pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP, utilizam as redes sociais para acompanharem os boletins periódicos lançados pelos seus representantes. Em condições pós-tradicionais, a internet, através das redes sociais, ganhou visibilidade. Assim, as redes sociais tornaram-se um poderoso instrumento na divulgação daquilo que os representantes realizam o que torna muito mais fácil ao eleitor, pastor ou não, crente ou não crente, acompanhar seu representante em tempo real ou senão quase real. Dessa forma, a atuação do representante não fica apenas no gabinete, fechado em Brasília, ou a depender da grande mídia para sua divulgação. Ao contrário, as mídias digitais oferecem uma rapidez maior e a oportunidade dos representantes falarem com seu eleitorado. O fato está em como são repassadas as informações se são reais ou fruto de fake news.

6.10 Acompanhamento do mandato por parte dos pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus

A seguir, o leitor acompanhará as respostas de pastores e membros da Igreja Internacional da Graça de Deus sobre a mesma temática, ou seja, se acompanham ou não o mandato de seu representante:

Sim, nós acompanhamos, né! E elas são amplamente divulgadas através das mídias sociais. *[Então o Sr tem como hábito de acompanhar]. É, quando existe as votações expressivas e são divulgadas sim! Nós temos acesso a elas. Se qualquer pessoa entrar é nas mídias sociais tanto dos nossos deputados estaduais, federais, são compartilhados informações e de projetos que serão votados, decisões das quais eles tomaram. [Mas eu falo pessoalmente]. Sim, tenho também eu tenho também o perfil no facebook, no caso instagram eu não tenho, mas eu também sei que são passadas informações que chegam pra gente também [...]. Para nós pastores, também, nos recebemos os vídeos o que têm sido feito e repassado pra gente sim, para que a gente repasse para que a Igreja, também fica informada, porque nem todo mundo é informado. Que no caso, recentemente, nós tivemos uma doação de uma verba por parte do Deputado, que veio pra Rio Claro, do nosso Deputado. E foi doado aqui, se eu não me engano, cem mil reais para a Santa Casa. Então todo esse trabalho ele é divulgado [A Igreja manda para os pastores e os pastores enviam para os membros] Geralmente, a gente coloca perfil página de perfil de facebook [...]. (Pr. Lucas, 2021).*

A resposta contempla a questão das redes sociais, mídias sociais e facebook, como fonte para informação que o pastor entrevistado utiliza. Adelante, no transcorrer da resposta cita vídeos sobre o deputado que são passados a ele, geralmente em grupos de whatsapp⁹² e repassados para os membros da Igreja por esse mesmo aplicativo. Ressalta também uma verba de emenda parlamentar na quantia de R\$100.000,00 (cem mil reais), trazida ao município pelo Deputado David Soares. Tais emendas, ou verbas, são costumeiramente distribuídas aos municípios como forma de propaganda para o representante.

Sim! É muito valioso a informação, o que essa informação é passada para o povo também, para o povo da Igreja, para o povo de fora, porque na visão do brasileiro quando se trata: político! Sinônimo de corrupção. Graças a Deus os nossos homens representantes são homens idôneos, temente ao Senhor, que anda numa linha que talvez, pra o mundo, está perdendo, está atrasado, mas é importante, como dizemos, para o evangelho. O que o mundo pensa não nos interessa! [...]. Propriamente no próprio zap, de comunicação dele, a mídia, temos acompanhado a mídia, né! E os folhetos, mídias sociais e também os folhetos de trabalhos que eles têm executados, projetos, né! (Pr. Angeli, 2021).

Além das características de homem idôneo e temente ao Senhor, o pastor ressalta o whatsapp, as mídias sociais e os folhetos como forma de propaganda daquilo que o Deputado Federal faz. Em meu campo, cheguei a ver tais folhetos de propaganda do Deputado Federal na Igreja. Na porta da Igreja geralmente fica um caderno e uma caneta para as pessoas anotarem seus pedidos de oração. Em uma das vezes, além do caderno e caneta, havia panfleto do representante isso em época não eleitoral. Destaque, novamente, para o uso das mídias sociais:

[...] as novas soluções oferecidas pela teleinformática permitem ultrapassar os limites espaciais, anulando as distâncias geográficas sem a necessidade de se deslocar o corpo, inaugurando fenômenos tipicamente contemporâneos como a “telepresença” ou a “presença virtual. (SIBILIA, 2002, p. 56).

Para além da quebra de distâncias geográficas, segundo citação acima, é possível afirmar que o deputado federal, representante da Igreja, a partir do momento em que está presente nas redes sociais expõem-se sob a perspectiva da telepresença ou presença virtual. Todavia, o caminho é de mão dupla, pois tanto representante como representados contribuem para esse fenômeno contemporâneo. Assim, ambos estão em telepresença ou presença virtual com a finalidade de acompanhar o mandado de seu representante.

⁹² WhatsApp: aplicativo de mensagens instantâneas. Permite o envio de mensagens escritas, de áudio e reprodução de vídeos.

Dizer pro Sr. que eu acompanho assim, de forma rigorosa, não! As informações do que ele tem feito pelo pouco. Através das redes sociais. (Pra. Valdete, 2021).

Apesar da pastora acompanhar pouco, ressalta as redes sociais de seu representante. Todavia, acompanhar pouco não significa deixar ou não de apoiar o candidato em época de campanha. O fato de não acompanhar não significa ou exclui as possíveis ordens de apoio à candidatura oficial da Igreja, uma vez que foi observado que os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus são muito unidos quando o assunto é apoiar candidatura.

Muito pouco. Mais por revistas, internet, instagram. [A revista que o Sr. diz é a Revista da Igreja?], da Igreja! (Pr. Rodrigo, 2021).

O pastor da resposta acima destaca a internet e o instagram⁹³ como instrumentos para acompanhar, mesmo que pouco, seu representante. Cita também, logo no começo da resposta a revista da Igreja – Revista Show da Fé – que tem tiragem mensal para assinantes e que é distribuída gratuitamente nas Igrejas àqueles que visistam os cultos pela primeira vez. Seu conteúdo é evangelístico, com mensagem do Missionário, testemunhos de cura, milagres, prosperidade, horários de cultos e, de certa forma, política como explicita a resposta.

Acompanho! Acompanho diariamente, pelas redes sociais, diariamente pela redes sociais, e diga-se de passagem, ele tem trabalhado bastante, buscado bastante melhorias, recursos para os municípios, porque é o deputado federal é a representação do povo lá em Brasília, né? No caso do nosso estado. Inclusive, aqui para nossa cidade, nós conseguimos recursos, verba, diante dessa situação de pandemia, recurso de cem mil reais, recentemente, para a saúde do município de Rio Claro, através do nosso deputado, que eu votei e que eu apoio! (Pr. Rogério, 2021).

Como Rio Claro/SP possui duas Igrejas da Graça e um ponto de pregação e os dois pastores citaram a verba de 100 mil reais enviada para o município durante a pandemia, cabe ao pesquisador o levantamento da veracidade da informação. No documento de 51 páginas denominado Plano Municipal de Contingência e Ação para Infecção Humana Covid-19 Fundação Municipal da Saúde de Rio Claro /SP, Abril de 2021⁹⁴. Na página 42 está a descrição daquilo que foi afirmado: R\$100.000,00 (cem mil reais) fonte federal, recebido em 04/05/2020, viabilizada pela emenda parlamentar do Deputado Federal David Soares.

Vale destacar que a partir da página 41 – item 17 – Receitas - até a página 46, são transcritas todas as verbas recebidas pela Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro/SP, por exemplo, valores federais e estaduais via Portarias, Resoluções ou Lei Complementar em datas diversas e, da mesma forma, emendas parlamentares de mais oito outros deputados federais com

⁹³ Instagram: rede social na qual os indivíduos podem acompanhar postagens, fotos e vídeos. O instagram do Deputado Federal David Soares – DEM/SP é: <https://www.instagram.com/davidbrsoares/>

⁹⁴ <https://www.saude-rioclaro.org.br/plano%20de%20contingencia%20versao%204.pdf> Inteiro teor documento.

valores diferentes em datas diferentes. Obviamente que todos os deputados usarão suas emendas como propagandas para obterem votos dos eleitores de Rio Claro. Para os membros da Igreja Internacional da Graça de Deus, que não possuam maior conhecimento, somente o Deputado Federal David Soares enviou verba que, da mesma forma, será objeto de propaganda em época eleitoral.

Comentário

Com relação aos pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus e o acompanhamento de seus representantes eleitos, cabe a seguinte análise: eles acompanham seu representante, Deputado David Soares, pelas redes sociais, vídeos em grupos de whatsapp que são repassados, pelos folhetos, ou melhor, jornal impresso pela própria Igreja e através das mídias sociais. Contudo, dois dentre os cinco pastores afirmaram que não acompanham muito ou acompanham muito pouco. Isso pode ser devido ao fato de não gostarem muito do assunto política ou também, com as inúmeras atividades que os esses pastores desenvolvem em suas Igrejas. Simplesmente são responsáveis por tudo, dos cultos em diversos dias da semana e horários, pela administração da Igreja e prestação de contas. Todavia, três outros entrevistados dizem acompanhar com maior frequência.

Obviamente, o fato não exclui pastores mais ou menos engajados politicamente dentro da Igreja Internacional da Graça. Aqueles que se dedicam ao envio de mensagens e vídeos do Deputado para que os membros repassem. Aquilo que posso afirmar de experiência é que do grupo de whatsapp que observo, da Igreja Internacional da Graça, o apelo político praticamente é nulo, ao menos por parte dos pastores que me ligaram ao grupo. Pude observar alguns áudios contra a vacinação infantil, durante os primeiros meses do ano de 2022. Áudios contra a vacinação, mas com relação à política, por hora, nada a declarar, o que pode se tornar realidade a partir do segundo semestre desse corrente ano de 2022, uma vez que a denominação é feroz no sentido de engajamento político.

Volta-se ao fenômeno das redes sociais, das mídias sociais, como instrumento de informação e reprodução dessa, ou dessas, informações. O representante pode estar mais perto do eleitor. O instrumento das *lives*, ou transmissões ao vivo, são algo que décadas atrás era impensável e, atualmente, faz a conexão de representante e representado de maneira instantânea. Obviamente que são voltadas para público específico, mas podem e conseguem com que outros indivíduos não religiosos, ou de outras denominações cristãs as acompanhem. As mídias digitais, dessa forma, para esses grupos mais organizados ganha importância. Novamente, vale ressaltar que, ao mesmo tempo que a internet e as redes sociais são instrumentos para o conhecimento, também, propagam desinformação.

Se comparadas⁹⁵ as respostas dos Pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP e os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus, pode-se verificar que dos dez entrevistados, sete acompanham com maior frequência a atuação de seus representantes. Tal acompanhamento é feito através da internet, redes sociais e novas mídias sociais e aproximam os pastores de seus representantes e viabiliza que os pastores sejam portadores daquilo que seu representante está fazendo durante seu mandato. E, como não poderia ser diferente, pastores seguem seus representantes que também são pastores. Assim, a sintonia entre pares facilita o engajamento uma vez que pertencem ao mesmo grupo.

6.11 Acompanhamento do mandato por parte dos membros da Assembleia de Deus

Não, não! Mesmo porque eu não o conheço e não vejo nada, a não ser o que prega na Igreja, respeito do candidato. Óh, o cara fez isso, nos auxiliou nisso, nos auxiliou naquilo, amém! Se é mesmo que está fazendo, mas em termos mesmo de Brasil eu não acompanho nada. (Sr. Francisco, 2021).

A resposta acima contempla um eleitor comum que vota em um determinado candidato, o elege e não acompanha o mandato. Todavia, a resposta não passa sem a análise da importância dos pastores da Igreja como porta-vozes daquilo que o Deputado faz e o pastor é o responsável por tal divulgação, mesmo durante pregação, como afirma o entrevistado. Colocar o membro da Igreja a par dos acontecimentos não é apenas uma forma de informá-los, mas também uma propaganda positiva para o representante.

Olha, eu não tenho agora porque eu também não estava nem aqui porque tinha saído também, mas eu acompanho através dos meus iguais, meus irmãos na fé, pastores que comentam sobre a atuação dele, não é! Eu não tenho um contato assim direto, um canal direto, mas acompanho, vamos supor, acompanho indireta, através de informações. [Com relação à internet, redes sociais, TV, jornal ou outra maneira]. Não, normalmente eu, vou dizer franco pra você, já faz até algum tempo que até Jornal Nacional que eu sempre assistia quase que direto, nem tô tendo tempo mais pra isso, muitas vezes eu pego só lances que pode dar certo que está falando de político ou até ser uma dessas pessoas que a gente tem conhecimento. Mas é por informação assim, falar que acompanho direto, não! Mas isto é por uma questão minha mesmo da correria do dia a dia [...]. O que eu noto quando se pega o celular se você for começar a olhar tudo o que tem ou responder a tudo, você fica o dia inteiro e não consegue por em dia, né! Mas tem o conhecimento. (Sr. Saulo, 2021).

O Sr. Saulo diz não acompanhar mandato de seu representante pela correria do cotidiano, afirma também não assistir a telejornal pelo mesmo motivo. Contudo, mantém-se informado sobre o mandato de seu representante através de seus “iguais” quais sejam, irmãos na fé ou aqueles que frequentam a Igreja, para ser mais exato, e, através dos pastores.

⁹⁵ A opção por comparação sempre ao final evita a abertura de um subtítulo apenas para esse fim.

Esses últimos que, em suas respostas, afirmam acompanhar o mandato do Deputado Paulo Freire e, como “obrigação”, deve acompanhá-lo para repassar as informações.

No começo sim, mas eu procuro ler como está o andamento, como deixou de tá [...]. Alguma coisa sim, alguma coisa sim, não sempre porque a vida da gente é tão corrida que não dá pra ficar só ali [...], leio muito, né! As pessoas acham meio antiquado lê, mas acho que a leitura ela abre a mente, abre caminho. Internet, jornais, mídia social, internet ajuda muito [...]. (Sra. Maria Luiza, 2021).

Até o momento, a única entrevistada que diz acompanhar alguma coisa é a Sra. Maria Luiza. Mesmo sem especificar muito, diz que internet, mídias sociais e jornal ajudam muito, mesmo que esse último seja um tipo de mídia mais tradicional. Os jornais se adequaram e estão na internet, assim é possível o internauta ler qualquer jornal pelo celular ou computador. Das redes e mídias sociais é interessante destacar a presença de políticos e não é exagero dizer que todos possuem um instrumento indispensável para informações de mandato. Isso proporciona que os indivíduos os sigam nas redes, comentem, curtam⁹⁶ e assistam a vídeos de seu representante.

Sim, acompanho. Através que a gente se encontra várias vezes e também, através também, de mensagens, através de leituras de projetos, de emendas, de votações. Ele é aqui de Campinas, várias vezes a gente tem a oportunidade de tomar café junto e sem pressa; e num diálogo tanto religioso como político, como também, de sociedade em geral, vários assuntos [...], claro que não é todos os dias, mas quando você precisa você liga, você acompanha o trabalho do deputado, entendeu? E quando ele precisa ele também liga e diz também, quando tá aberta as emendas parlamentar diz o que eu quero pra cidade, faz um bom trabalho em conjunto. (Vereador Pereira, 2021).

No que diz respeito ao vereador Pereira, seria contraditório se ele não acompanhasse o mandato de seu representante. Até por existirem dois motivos basilares entre ambos: além de possuírem a mesma fé e serem da mesma denominação. O Deputado Paulo Freire depende do Vereador Pereira para promover seu mandato e, da mesma forma, o vereador depende do mandato do Deputado para sua autopromoção, por exemplo a remessa de emenda parlamentar federal para o município oferece visibilidade para ambos e essa troca de favores é comum no sistema político.

Em partes sim! Mas assim não assim sabe! A gente deveria acompanhar mais, mas assim, a gente tá sempre, por exemplo, se vê algumas coisa, se ouve alguma coisa a gente tá sempre ligada! Eu acompanho pelo facebook, pelas redes sociais! A gente tem que fazer isso, não pode ficar tão alheia assim, né! (Sra. Maria de Jesus, 2021).

Na última resposta a essa questão, a entrevistada afirma que em partes acompanha e destaca as redes sociais do seu representante como facebook⁹⁷ e diz ouvir algumas coisas. Da dedução, até o

⁹⁶ Curtir: linguajar próprio da internet especificamente das redes sociais. Quanto o indivíduo gosta do conteúdo ele clica em curtir e aparece ao criador do conteúdo quem foi que curtiu.

⁹⁷ O endereço eletrônico do Deputado Paulo Freire é: <https://www.facebook.com/deputadopaulofreire/> Em sua página pode-se ler, reprodução textual: “Servo de Deus; Esposo; Deputado Federal por São Paulo, exercendo o segundo mandato. Pastor da Assembleia de Deus Ministério do Belém em Campinas (SP).”

momento, esse “ouvir” tem relação ao que pode ser dito no ambiente da Igreja acerca dos feitos do representante eleito.

Comentário

Dos cinco membros entrevistados da Assembleia de Deus – Ministério do Belém em Rio Claro/SP, pode-se afirmar que o acompanhamento do mandato de seu representante é menor e, com menos frequência, os membros dizem acompanhar o mandato do Deputado. Um entrevistado diz não acompanhar nada. Outro diz se informar através de seus pares, ou seja, busca informações com seus pastores, além de não utilizar redes sociais. O vereador da Igreja acompanha o mandato do Deputado pela proximidade enquanto parlamentares. As duas representantes femininas entrevistadas dizem acompanhar pouco e quando realiza é através das redes sociais.

Diferente de seus pastores que acompanham o mandato de seus representantes, até mesmo por terem que participar das reuniões mensais, em que existem espaço para essas discussões, livremente responderam que o acompanhamento se dá pelas redes e mídias sociais. Os membros, por sua vez, apresentam um acompanhamento de mandato bem abaixo e a utilização das redes sociais e mídias digitais não parece ser tão presente no cotidiano dos membros. Por certo que os membros, apesar de serem crentes e participarem de uma comunidade religiosa, são eleitores comuns ou seja, pessoas comuns, que podem ou não gostar do assunto política, a que podem ou não se dedicar ao assunto. Fatos que parecem não ser costumeiros.

Outra evidência de que os membros pouco acompanham os mandatos de seus representantes, está no fato de votarem na perspectiva da confiança. O voto ofertado com base na confiança assume diversas facetas e a primeira é que o eleitor confiou no seu pastor local que recomendou o voto. A segunda é a confiança no próprio candidato, pois vota-se e confia-se que a representação será exercida de acordo com suas crenças e valores. Dessa forma, o voto de confiança e o pouco acompanhamento do mandato são características dos membros e, provavelmente, o assunto política não ocupa muito espaço em suas concepções de vida.

6.12 Acompanhamento do mandato por parte dos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus

Muito pouco, assim, é lógico né! Dependendo do canal que está passando, se está falando sobre ele, ou se tem um folheto, me interessa o assunto. Mas, assim, ficar diretamente ligada não, nem tenho nem tempo pra isso. [A Sra. não ficaria na internet, nas redes sociais?] Procurando não! [...] ou se falou no nome da pessoa, então já me chama a atenção aí eu quero saber o que está acontecendo. (Sra. Vitória, 2021).

Sem tempo para se dedicar aos assuntos relacionados à política, muito menos à procura na internet ou redes sociais, a entrevistada acima diz prestar atenção quando o nome do representante é pronunciado ou quando entra em contato com algum folheto. Esses dois fatos despertam sua curiosidade. A questão do folheto é vista em respostas anteriores, inclusive os entregues dentro do templo. Seria esse folheto entregue dentro da Igreja em cultos especiais que desperta a curiosidade da entrevistada?

Olha, eu tenho acompanhado pouco, não muito, né! Assim, vejo pelo instagram né! As coisas que ele posta. Assim, tem alguns panfletos que a gente recebe. Mas assim, não tenho assim dizer assídua, olhando, não! (Sra. Maria Amélia, 2021).

A Sra. Maria Amélia não é assídua em acompanhar o seu representante, o Deputado Federal David Soares. Por vezes vê o que ele posta em seu instagram e do mais, acompanha quando recebe alguns panfletos. Novamente os panfletos aparecem na resposta. A Igreja vai, paulatinamente, se abrindo de um lugar onde se presta culto a Deus para um lugar onde se propaga os feitos de seu representante eleito.

Às vezes sim, às vezes sim! Não cem por cento, né! Mas sempre tô acompanhando sim, sempre quando tenho oportunidade tô vendo, tô entrando, tô acompanhando! Pela rede social! Jornal da publicação da Igreja, tem a revista que passa o que eles tão fazendo. (Sr. Paulo Eduardo, 2021).

O entrevistado diz, às vezes, acompanhar e destaca as redes sociais como instrumento para tal atividade. Diz também acerca do jornal da Igreja e a revista – Show da Fé –, a Igreja Internacional da Graça de Deus possui a revista, já citada, e o jornal Show da Fé. O formato é o mesmo, o conteúdo semelhante e o que se acrescenta em ambos, pelo menos no que oferece à resposta, são as matérias publicadas sobre a atividade e seu representante na Câmara Federal.

Acompanho, não só o dele como os de outros também! Fazendo uma autoavaliação, né! De quem tá trabalhando, né! Para a população em si, né! Desde uma fala até uma emenda que manda pra nossa cidade, faço esse acompanhamento sim. Com o tempo a gente pegou contatos, né! Com esses representantes, né! E com amigos deles, também, né! Com outros deputados, também. Cobra, Rio Claro tá precisando de uma emenda aí, né! Mesmo eu não sendo vereador, eu consegui uma emenda que nem do Deputado da nossa Igreja, Internacional da Graça, que viesse pra Rio Claro, já não é a primeira já é a segunda que veio pra nos ajudar e a gente vai trabalhando nesse contexto, né! [Emenda foi uma reivindicação sua?]. Sim, saímos na foto, veio em nosso nome, tudo, emenda [...], foi pra Santa Casa de Misericórdia [...]. Quando eu pedi pro primeiro deputado que é o Marco Feliciano, vamo falar assim, sem ser ninguém na política, tava começando na projeção, tava começando, simplesmente eu fui realizar uma vontade minha de ir pra Brasília [...] levei mais de mil ofícios [...] aí eu levei pra esses deputados [...] e no meio de tantos deputados esse deputado me atendeu. Foi até uma coisa que me impulsionou, né! Novamente a sair candidato na cidade de Rio Claro. E ele me acolheu, eu vou mandar emenda [...]. O Deputado ele vai olhar o que que você pode fazer por ele também, ele não vai sair dando emendar assim [Essa ideia do toma lá da cá é uma coisa que você me passou e é interessante é uma coisa real, né?]. Sim, esperando uma ajuda pra ver se ele vai melhorar a votação dele na sua cidade. Ele vai ver, na cidade de Rio Claro tive 500 votos, beleza! Esse rapaz tem ligação com esses

500 votos? Tem! Vou mandar! [...]. Essa troca de favor, um ajuda o outro, vamos se dizer assim [...]. Vai além da internet. (Sr. Marcelo Oliveira, 2021).

Essa resposta é do candidato derrotado a vereador pela Igreja Internacional da Graça de Deus. Ele demonstra, racionalmente, apesar de um léxico regular, certa propriedade de alguém que disputou duas eleições municipais e saiu da casa dos trezentos votos para quase seiscentos. Além de afirmar que acompanha o mandato de seu representante David Soares faz o mesmo com outros⁹⁸; afirma que participou ativamente da conquista da emenda parlamentar de R\$100.000,00 (cem mil reais) destinada à Santa Casa de Misericórdia do município. Afirma que o representante ajuda e recebe, em contrapartida, apoio. Um verdadeiro ativismo político - partidário de interesse próprio afim de representar uma instituição no plano municipal.

Na verdade, assim, não acompanho! Porque eu não sou de ficar, como se fala, com contato, vamos dizer assim, mas o pouco que a gente, as pessoas que estão em contato, que a gente vê, ele tá trabalhando, como a gente, como que se diz, como a gente pretendia que ele tivesse trabalhando né! Então tá vendo o resultado, mesmo que a gente não seja sempre em contato! [E como é que o Sr fica sabendo desse pouco que ele está trabalhando e tendo resultado?] Como assim, como é um deputado evangélico, pelas igrejas, pelos pastores, que falam o que ele está fazendo, é passado tudo o que você faz de bom, o povo fala né! E o que está acontecendo com a pandemia, tudo! A gente sabe que está trabalhando pelo direito do próximo né? [Internet, redes sociais, aí o Sr. não acompanha?] Não acompanho rede social, não fico muito em televisão [...] às vezes muito pouco quando ouço alguma coisa, um jornal [...]. (Sr. Bernardo, 2021).

A última resposta dessa sequência demonstra um eleitor que não acompanha o mandato de seu representante, que não é adepto das redes sociais nem de televisão, apesar de saber que o Deputado tem trabalhado e o que tem feito e conhece os resultados do representante. Todavia, a noção do trabalho que o representante tem realizado e os resultados são repassados para ele através dos pastores da Igreja e a informação chega até o entrevistado de forma alienada, não pertence a ele, não é de pertencimento ou domínio próprio, mas terceirizada e alienada pelo que dizem os pastores sobre o representante.

Comentário

Das respostas dos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus, pode-se destacar que o acompanhamento dos feitos de seu representante na Câmara Federal é baixo. Dos cinco entrevistados, três dizem acompanhar pouco a atuação de seu representante e, dentre esses três, estão duas representantes femininas. Contudo, quando acompanham é via folheto, jornal da Igreja e rede social. Um dos entrevistados diz não acompanhar nada sobre seu representante e não é adepto

⁹⁸ Afirma o candidato derrotado que conseguiu verba de R\$800.000,00 com a Deputada Renata Abreu sendo R\$500.000,00 para saúde e R\$300.000,00 para agricultura e outros R\$500.000,00 com o Deputado Marco Feliciano destinado à compra de ambulâncias. Tais afirmações estão em entrevista gravada em áudio.

das redes sociais. Apenas um dos entrevistados diz acompanhar com frequência. Esse entrevistado possui militância política – partidária e foi candidato a vereador pela Igreja Internacional da Graça de Deus em Rio Claro/SP.

Dessa forma, para o candidato derrotado nas eleições municipais e membro da Igreja Internacional da Graça de Deus, pode-se fazer alusão ao seu gosto por política, porquanto acompanha seu representante e também por interesses próprios. Aliás, candidatou-se a uma vaga no legislativo municipal. Muito provavelmente essa combinação de fatores faz com o que o entrevistado acompanhe com maior assiduidade o mandato do Deputado David Soares. Quanto aos demais, acompanham com menor frequência, comportando-se como eleitores do voto de confiança. Vota-se na confiança de que seu representante estará trabalhando para aquilo que acreditam.

Se comparadas⁹⁹ as respostas dos membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP e da Igreja Internacional da Graça de Deus, observar-se-á que a adesão desses membros em acompanhar o mandato de seu representante é baixa. Quanto o fazem é com pouca frequência e se dá pelas redes sociais, mídias digitais, por seus pares, panfletos ou jornal¹⁰⁰ da Igreja. O fato da baixa adesão ao acompanhamento de seus deputados pode ser seguido de algumas reflexões como, a política pode não estar no centro da visão de mundo dos entrevistados que se ocupam de tantos outros assuntos do cotidiano, os entrevistados votam na perspectiva da confiança, e, por último, os entrevistados terceirizam a responsabilidade para seus pastores que devem mantê-los informados.

Contudo, mesmo acompanhando pouco o mandato de seus representantes, esses membros se posicionam, ligeiramente, à frente, e melhor, que os eleitores comuns simplesmente votam e não acompanham nada de seu representante. Dentre os entrevistados, dois disseram não acompanhar nada, o que demonstram sua ação como eleitores comuns, mesmo fazendo parte de uma comunidade e votando por indicação e confiança. Suas práticas são as mesmas de eleitores comuns que comparecem às urnas, cumprem seu dever, e esquecem de acompanhar seu representante, não exercendo sua responsabilidade cidadã.

Um dos principais instrumentos de moderação, mediação e transparência na relação entre eleitor e representante é a *Accountability*, ou prestação de contas. Utilizar-se desse dispositivo é integrar-se ao mandato e, de certa maneira, ser aquele que fiscaliza o mandato do legislativo, no caso presente desse texto, afinal a fiscalização cabe ao legislativo com relação ao executivo. E quem fiscaliza o legislativo? De certa maneira, quando o eleitor pede prestação de contas do

⁹⁹ Evita-se abrir novo subtítulo.

¹⁰⁰ Quando me refiro ao jornal da Igreja, refiro-me ao periódico da Igreja Internacional da Graça de Deus. A Assembleia de Deus não possui jornal.

mandato de seu representante, está de fato não apenas a fiscalizar apenas o seu representante, mas o todo da representação, uma vez que o representante individual mantém, durante seu mandato, o cotidiano relacional entre seus pares na reprodução de pensamento, comportamento e ação legislativa, mesmo no convívio com seus opositores.

A seguir, apresentar-se-ão as respostas dos pastores e membros das denominações pesquisadas. Conforme o leitor pôde observar no transcorrer desse capítulo, a questão é referente à prestação de contas do mandato de seu representante eleito, a saber: O Sr. (a) faz algum tipo de cobrança ou pede prestação de contas do mandato do seu deputado federal?

6.13 Accountability na visão dos pastores da Assembleia de Deus.

Na verdade essa cobrança, essa observação, a gente quando tem ela e faz, a gente enfatiza ao nosso Presidente aqui, né! Ele leva nosso pensamento, geralmente a gente se reúne aqui, formata, fala e ele é o representante direto pra ter contato com os nossos representantes políticos e, geralmente, as nossas observações, as nossas cobranças, são atendidas, né! [...]. Inclusive nessas reuniões, que nós temos lá, mensais eles já prestam contas [...]. O vereador é bem mais próximo contato, né! [...]. Nosso vereador tem essa preocupação de tudo aqui o que é projeto que vem impactar, não só a Igreja, mas uma sociedade, ele vem discute com o nosso Pastor. E o nosso Pastor discute com nossos líderes, pastores da região, a gente senta, conversa, em reunião de obreiro, explica-se a situação e aí a gente formata uma ideia e vê [...]. Ele não é um vereador da Assembleia de Deus, ele é um dos vereadores do município de Rio Claro, claro que foi eleito por uma força do povo evangélico, não só Assembleia de Deus, nós temos várias denominações na cidade que apoiou que ajudou a levar [...]. Então quando tem uma matéria que vem impactar os princípios que nós acreditamos, princípios que pra nós são irrevogável, família, princípios cristãos, o que diz a Bíblia [...], esses princípios quando começam a ser atacados nós vamos pra cima [...]. Justamente nós temos nossos representantes pra isso, pra lutar em favor daquilo que cremos e defendemos. (Pr. Ebenezer, 2021).

Segundo a resposta acima, o pastor entrevistado diz fazer cobrança ao deputado federal através do Pastor Presidente da Igreja. A existência de reuniões serve para formatação de proposições ao representante e, como já ressaltado pelo entrevistado, as reuniões mensais acontecem em São Paulo e servem para a prestação de contas do Deputado Paulo Freire. Certamente, na condição de Pastor e Deputado, Paulo Freire deve ter um momento de fala em que presta contas daquilo que realiza, assim, não há necessidade do entrevistado, enquanto indivíduo, pedir prestação de contas ao seu representante. A resposta é significativa e, de certa maneira, pode nortear todos os demais entrevistados.

Não! Não!. (Pr. Joel, 2021).

O entrevistado acima afirma não pedir prestação de contas, nem fazer qualquer tipo de cobrança ao seu deputado federal. Muito provavelmente o entrevistado adquire conhecimento daquilo que seu representante realiza durante as reuniões mensais ou pode ser um pastor menos

engajado politicamente, uma vez que não se pode exigir que todos sejam engajados, da mesma forma, alguns podem ser mais outros podem ser menos.

Esse pedido de prestação de contas, sou sincero em dizer que eu não vejo necessidade que eu faça, porque a gente tá assistindo ele né! Então já a apresentação já está sendo feito, né! Mas nunca houve de chegar nele e falar: o que você tem feito do seu mandato? Até seria deselegante de minha parte, porque estou acompanhando de perto, né! (Pr. Geraldo, 2021).

Apesar de achar deselegante cobrar o seu representante, o entrevistado acima, afirma não ver necessidade para tanto, uma vez que acompanha o que ocorre durante o mandato, muito provavelmente, na condição de pastor, participa das reuniões mensais e, o que cabe destacar, os participantes dessas reuniões estão em contato direto, pessoalmente, com seu Deputado.

Não fiz prestação de conta nem fiz cobrança! Isso aí não fiz. Entendo que é uma pessoa de inteira responsabilidade que já tem muita coisa pra ser resolvida, se ficar cobrando ainda, se torna mais difícil ainda. Porque, além do mais, tem a cobrança do pessoal que tá lá dentro cobrando pra ver se muda de opinião. Mas, qualquer novidade que se tem, ele nos informa. (Pr. Geraldinho, 2021).

Destaque para o final da resposta acima: “qualquer novidade que se tem, ele nos informa” e para interpretação do pesquisador no que se refere aos caminhos dessa informação: a reunião mensal em São Paulo o que informa a liderança da Igreja na pessoa do Pastor Presidente. No começo da resposta, destaque para o fato de não pedir prestação de contas nem fazer cobranças de seu representante.

Acho que não diretamente, não diretamente, não me recordo de ter feito nenhum tipo de cobrança mais contundente assim, de se destacar. Ao vereador eu já tive algumas oportunidades de conversar com ele, de falar sobre algumas questões que eu, particularmente, comecei a perceber e até questionar o porquê da forma, né! Então, sim! O que você entende de prestação de contas? De gastos? *[Não no sentido de gastos, mas aquilo que o representante está realizando]*. Essa verificação das entregas, dos resultados, podemos até colocar assim, do ponto de vista mais concreto de entrega, a gente, como eu comentei anteriormente, a gente vai fazendo ao longo do mandato, né! Então, posso te citar aqui, algumas entregas bem significativas do nosso representante federal. Trazendo verbas para diferentes áreas do nosso estado. Então, ali na região de Campinas, verbas para aquele centro de ciência avançado que foi recentemente lançado, próprio centro da Unicamp. Aqui em Rio Claro, verbas direcionadas pra saúde, verbas direcionadas para recapeamento da cidade, propostas de lei que venham ao encontro das nossas ideologias sem ferir qualquer tipo de direito das outras, dos outros, segmentos. Isso a gente vai fazendo ao longo do mandato, né! Não diria pra você que sou aquele assíduo verificador ou aferido das entregas ali, né! [...] a gente consegue monitorar isso de uma maneira mais espaçada, mas não espaçada a cada quadro anos. *[Com relação ao vereador?]*. de novo falo da proximidade, de ser uma pessoa de dentro da nossa comunidade a gente tem condições de fazer essa verificação mais de perto. (Pr. José Ricardo, 2021).

Apesar de não ser assíduo verificador dos feitos de seu representante nem realizar diretamente nenhum tipo de cobrança, o entrevistado consegue citar alguns feitos do Deputado

Paulo Freire para a cidade de Rio Claro durante o exercício do mandato, verbas para saúde e recapimento, segundo aponta, destaca propostas de lei que contemplam questões ideológicas. Com relação ao vereador, a prestação de contas ou cobrança durante mandato se dá pela proximidade enquanto membro da Igreja.

Comentário

Observa-se que a maioria dos pastores da Assembleia de Deus - Ministério do Belém não exerce o direito e dever de cidadania, no que se refere à prestação de contas, *accountability*, de seus representantes eleitos, no caso, o Deputado Federal Paulo Feire e também sua irmã, Deputada Estadual Marta Costa. Comportam-se, dessa forma, como a média dos eleitores que não exercem um direito essencial na fiscalização do legislativo. Todavia, os pastores possuem o seguinte diferencial: a participação deles nas reuniões mensais em São Paulo, local em que possuem as oportunidades suficientes para ouvir dos próprios representantes suas prestações de contas de mandatos.

Ademais, os pastores sentem-se representados, mesmo que isso tenha um maior caráter subjetivo. Eles acompanham os mandatos de seus representantes através das redes sociais, mídias digitais e através de seu Pastor Presidente, além disso, as reuniões são significativas para o conjunto daquilo que conhecem de seus representantes. Assim, possuem inúmeros meios para estarem a par daquilo que está acontecendo. Apenas não exercem os instrumentos de cidadania da cobrança do mandato de seu representante e a prestação de contas do que eles estão fazendo. Esses dois instrumentos são importantes na relação eleitor – representante e, atualmente, com as redes sociais, devem ser utilizadas como parte do exercício da cidadania.

6.14 Accountability na visão dos pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus.

Então, quanto à cobrança a este tipo de coisa, a nossa manifestação é normalmente de apoio. Como eu disse pra você, nosso Ministério, ele é o Ministério que já está bastante tempo em funcionamento aqui no Brail em outros países. É um Ministério, graças a Deus, sempre tem tido uma conduta correta, é livre de escandalos, né! Então a gente vê, também é os deputados têm trabalho dessa forma, graças a Deus, têm sido pessoas de confiança [...]. Mas, com certeza, se houvesse necessidade, eles sempre estão abertos pra conversar e ouvir e ouvir. (Pr. Lucas, 2021).

O entrevistado acima não exerce seu direito em pedir prestação de contas ao seu representante eleito, pois o Ministério, ou a Igreja, é isenta de escândalos;¹⁰¹ consequentemente, os representantes também os são, principalmente, ao que se refere à confiança. Destaque para o carisma pessoal do Missionário e institucional da Igreja. Assim, não há motivos para pedidos de prestação de contas do mandatário, uma vez que o carisma responde por ele.

Não! Não faço! Nunca me passou pela cabeça isso! Nunca! Sinceridade. Agora que você está falando não faço. Por que? Porque o próprio mostra o trabalho dele, já mostra como que está sendo feito procedimento político, né! [...]. (Pr. Angeli, 2021).

O pastor acima diz não exercer a *Accountability* e que isso nunca passou pela sua “cabeça” e a justificativa para não observar necessidade está no fato de conhecer o trabalho do Deputado David Soares. Destaque, por mais de uma vez, para a característica do pastor enquanto conhecedor e reprodutor de tal conhecimento.

Não, porque eu na verdade ele não me prometeu nada pra mim de forma direta, eu também não votei nele por interesse, entendeu? Então a cobrança nossa, se tiver que cobrar um dia, de uma forma coletiva, eu vejo dessa maneira [...] se o povo se unir seria de forma diferente. Nunca teve esse movimento, entendeu? Nem pra cobrança nem pra contas. (Pra. Valdete, 2021).

A representante feminina dentre os pastores não pede prestação de contas ao deputado eleito e afirma acreditar que é mais eficaz se a prestação de contas e a cobrança de mandato fossem realizadas de forma coletiva. De fato, a pastora não deixa de ter razão em sua visão de mundo ao se referir que a união de indivíduos sob uma mesma perspectiva pode mudar decisões políticas, contudo a soma entre união de indivíduos e indivíduos isoladamente, no pedido de prestação de contas e cobrança de mandato, é tão ou mais eficaz se o fato ocorrer de uma ou outra forma.

Não, nunca fiz isso! Pode ser um erro, mas eu nunca fiz! (Pr. Rodrigo, 2021).

Em sua breve resposta, o pastor acima afirma nunca ter realizado *Accountability* de seu Deputado David Soares e observa seu erro a respeito do fato. Volta-se à questão: ele não precisa pedir prestação de contas ou fazer cobrança daquilo que o Deputado tem feito, uma vez que de uma forma ou de outra, chega até ele o conhecimento de que necessita.

Faço cobrança! Sugestões também e as prestações de conta. Hoje, você tem o portal da transparência que você consegue ver lá toda prestação de contas do candidato, então fica tudo mais fácil com a tecnologia [Prestação de contas que eu digo, não são as

¹⁰¹ Não totalmente isenta de escândalos, a Igreja Internacional da Graça de Deus teve dívidas trabalhistas perdoadas no governo do Presidente Bolsonaro com o apoio do Deputado David Soares e da Bancada Evangélica. Projeto de Lei que beneficiou não apenas a Igreja em questão, mas muitas outras denominações.

prestações de gastos dele, digo prestação de contas com relação ao mandato], pela redes sociais você já vê as postagens, né! Dos recursos que ele já disponibiliza pra determinados municípios, na conjuntura do estado todo. Então acredito que já seja uma prestação de conta o trabalho dele. Oh, consegui recurso pra cidade de Rio Claro, consegui recurso pra cidade de Campinas. Acompanho dessa maneira. [...], recentemente tive com ele, pessoalmente, né! E pedi, fiz uma cobrança, para ele enviar recurso para a cidade porque é muito buraco e muita valeta aqui na cidade, ninguém faz nada, então falei pra ele, pra disponibilizar recurso, eu queria pleitear isso, então vamos ver essa solicitação. Tenho o contato pessoal dele! O contato pessoal dele eu tenho, né! Não sei, acredito que não tenham (os demais pastores). (Pr. Rogério, 2021).

A última resposta contempla o pastor, que faz cobranças e sugestões ao Deputado Federal David Soares. No que diz respeito à prestação de contas, observa-se um pequeno equívoco, pois a prestação de contas enquanto gastos do representante eleito foi a resposta apresentada pelo Pastor Rogério; após pequena explanação acerca do assunto, o entrevistado diz acompanhar pelas redes sociais os feitos do seu representante.

Comentário

Dos cinco pastores entrevistados da Igreja Internacional da Graça de Deus, quatro dizem que não exercem o direito à cobrança e prestação de contas do mandato de seu representante na Câmara Federal. Para dois desses quatro, não há necessidade de cobrança ou prestação de contas do mandato, uma vez que o deputado está mostrando seu trabalho na prática. Os outros dois dizem nunca terem exercidos os direitos. Apenas um pastor diz realizar cobranças e pedir prestação de contas para o Deputado David Soares. Afirma, em sua resposta, que ao estar com ele pessoalmente, fez cobranças de recursos para o município. Para se chegar a bom termo, pode-se afirmar que esse grupo de pastores confia em seu representante e conhece o trabalho que ele está realizando, porquanto, não observa necessidade de cobranças ou prestação de contas, apenas confia.

Se comparadas as respostas dos pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém em Rio Claro/SP e da Igreja Internacional da Graça de Deus, pode-se observar que a maioria dos pastores de ambas denominações não faz qualquer tipo de cobrança do mandato de seus representante, tampouco pede prestação de contas dos mandatos. No caso da primeira denominação, não observa-se necessidade, pois os pastores participam de uma reunião mensal em São Paulo, onde são tratados diversos assuntos, dentre eles a exposição dos deputados eleitos sobre seus mandatos. Os pastores da segunda denominação não fazem cobranças ou pedem prestação de contas, pois confiam e veem o trabalho que está sendo realizado pelo seu deputado. Dessa forma, os pastores não observam relevância no exercício da *Accountability*.

6.15 Accountability na visão dos membros da Assembleia de Deus

Não, porque eu não o conheço. Mas se você vai em nível municipal sim! [...], eu levo você em certos pontos que você não transita aí pelas calçadas da cidade, está um abandono tanto centro da cidade como periferia. Agora, não há verba pra isso? Claro eu há! Aí você cobra do vereador: companheiro o lugar está intransitável. Eles pegam, por fazer aquela queixa, eles vão e resolvem faz um tapa buraco meia boca, não faz uma coisa que deveria ser feito. Mas eles nos atendem porque contam com seu voto de quatro anos pra frente. (Sr. Francisco, 2021).

O entrevistado acima não faz cobrança ao seu deputado federal eleito, todavia exerce seu direito junto ao vereador eleito, majoritariamente, pelos votos da Assembleia de Deus local. Diz o entrevistado fazer cobranças e acrescenta que os representantes atendem com vistas nas eleições futuras o que muitas vezes se observa é essa prática. A tendência do político ao atender um pedido é contar com aquele voto novamente, sendo assim, aquilo que é vivido na vida prática é elaborado, enquanto sentido para explicações cotidianas.

Não, o que eu tenho é justamente esse conhecimento que ele tem atuado, através de nossos representantes, nossos pastores, né! que tem contato mais direto e tem procurado fazer, solicitar do governo municipal para o estadual e tenho recebido uma resposta positiva, então a mesma coisa, não é necessário, julgo, eu ter que procurar pessoalmente porque na verdade eu tenho conhecimento que tá sendo feito e o que tá sendo pedido, vamos supor, eu endossaria [...]. Através do vereador junto com o deputado. (Sr. Saulo, 2021).

O segundo entrevistado não faz cobranças, não exerce *Accountability* por ter conhecimento daquilo que os representantes eleitos, deputado federal, deputada estadual e vereador estão realizando. Esse conhecimento é adquirido através dos pastores, como deixa claro na resposta, e o aval ao que é realizado pelo representante é ofertado via pastor. Essa resposta demonstra a importância dos pastores nesse processo de aquisição de conhecimento da atuação dos representantes para a reprodução para os membros da Igreja, afim de que o voto não se perca.

Sim! Cobrando mesmo! [...], cornetando. [A Sra. obteve resposta?]. Não! Quando a gente ouve aquilo que nos incomoda, então! Mais fácil: quem é esse Zé ninguém que tá falando aí, botando o dedo na minha ferida. Mas a gente também não aprofunda porque eles tão lá e eu tô aqui se eu continuar eles pode me processar eu eu não vou tê, só tenho minha casa pra puxar pelo rabo e eu não vou deixar. Já cheguei algumas vezes, mas como nunca obtive retorno deixei também! É assim, você dá o voto de confiança, não funcionou? Então a gente vira a página e pode ter certeza que ele não contará mais comigo! [...]. Infelizmente, hoje, tem a fake news, então eu tomo muito cuidado de julgar, a gente tem que ser bem assim [...]. (Sra. Maria Luiza, 2021).

A Sra. Maria Luiza é, em seu bairro, não uma líder comunitária, mas alguém que reivindica melhorias, aos moradores e exerce o direito de condições melhores. Todavia, mesmo ao reclamar por melhorias, não se sente atendida e o sentimento de não ser atendida gera a perda da confiança o que complementa a primeira resposta, ou seja, se o representante faz garante o voto. Caso não faça,

o eleitor pode perder a confiança. Todavia, o exercício *Accountability* deve, necessariamente, ser descompromissado para fazer sentido ou estar para além do voto, sendo mais assertivo.

Não é cobrança, a gente no diálogo, a gente solicita o que a gente tá precisando pra cidade, entendeu? E sempre é atendido, não cem por cento no desejo, mas na medida do possível, o Deputado Paulo Freire tem nos atendido e muito bem! Ele já envia pra nós o que foi feito durante o ano, quantos requerimentos, quantas indicações, moções, onde enviou verbas, que áreas. (Vereador Pereira, 2021).

A resposta do Vereador Pereira vai ao encontro de sua condição de político e assim, acaba respondendo sem responder. Além disso, tece elogios ao Deputado Paulo Freire e cita aquilo que o Deputado envia como prestação de contas de seu mandato.

Eu quero que ele seja honesto, mas assim no sentido de chegar e mandar por escrito, aí não, não! Não! Eu acompanho o que ele está fazendo, mas pedir de uma forma mais concreta, não! (Sra. Maria de Jesus, 2021).

A última entrevistada, em sua breve resposta, diz acompanhar o que o seu representante faz, mas não pede prestação de contas do mandato. A única exigência é que ele seja honesto.

Comentário

No que se refere aos membros da Assembleia de Deus, destacam-se dois pontos dos entrevistados, do total de cinco, dizem cobrar de seu representante, no caso específico o vereador eleito pela Igreja e uma representante feninima. A realizar a cobrança deixa claro, que possui confiança em seu representante, mas se essa confiança for perdida, não terá mais o voto dela. O segundo ponto é explícito que os demais terceirizam para os pastores a responsabilidade de repassar o conhecimento daquilo que está sendo realizado pelos representantes; assim, em uma confiança mútua dentro dessa relação membro – pastor e vice-versa, não se sentem no dever de exercer a *Accountability* já que existe alguém que faça por eles. E um dos entrevistados diz que não realiza cobrança de seu deputado, mas o faz com o vereador representante da Assmbleia de Deus em Rio Claro/SP.

6.16 Accountability na visão dos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus

Nunca fiz. Nunca fiz! (Sra. Vitória, 2021).

A primeira entrevistada afirma, de maneira bem curta e rápida, nunca ter feito cobrança ou pedido de prestação de contas do mandato de seu representante eleito. Seu comportamento, nesse

pormenor, é daquele eleitor que se abstém, ou seja, votou e somente terá contato novamente com o candidato nas eleições.

Na minha cidade, ao qual nós temos nosso vereadores, prefeito, eu procuro tá fazendo essa cobrança sim! Agora com deputado, assim, quando a gente pode ver ele pessoalmente, né! Na oportunidade eu tô sempre cobrando! (Sra. Maria Amélia, 2021).

A segunda entrevistada afirma que faz cobranças de seus representantes municipais, vereadores e prefeito. Vale lembrar que a Sra. Maria Amélia é funcionária pública municipal e, não raras, são as cobranças aos vereadores e prefeito, sobretudo em época de data base para reajuste salarial. Com relação ao Deputado David Soares, diz cobrá-lo quando tem oportunidade de vê-lo pessoalmente, fato que ocorre nos cultos, quando o Deputado vem visitar a Igreja.

É, não cheguei pedir entendeu? Essa prestação. De comentar sim! Já cheguei até falar com assessora dele né! De cobrar a favor do povo [...], foi em rede social! Eu tenho, agora, ultimamente não tô falando muito com ela né! Mas sempre falava [A questão do Sr. ter militância partidária, facilita que o Sr faça essas cobranças, comente, fale com assessoria], Ajuda muito, facilita muito sim! Que aí você mais os contato desse pessoal, então tem facilitado sim! (Sr. Paulo Eduardo, 2021).

O Sr. Paulo Eduardo diz não ter exercido a *Accountability*, contudo afirma ter feito cobrança a favor do povo via assessoria e rede social do Deputado Federal David Soares. Vale lembrar que o entrevistado foi um dos pré-candidatos pela Igreja a vereador no município de Rio Claro/SP. Ele possui filiação partidária, foi candidato em eleição passada, sendo derrotado e não foi escolhido para essa última eleição de 2020 para representar a Igreja.

Faço! [No sentido das emendas?], no sentido das emendas. Nunca pedi prestação de conta dele, né! Por ele ser um deputado, né! sempre atuante, né! mostrando o que ta fazendo, né Então isso acaba transparecendo também um pouco do seu mandato em si, né! E hoje tem o portal da transparência que eles colocam tudo lá, falta de atenção da gente não puxar pra ver. Mas só do trabalho que ele vem apresentando [Eu não falo em questão de gastos, eu falo em prestação de contas do que estão fazendo, como está o mandato]. Tanto é que quando eles pedem a nossa ajuda, a gente já tem que saber o que ele fez pra você poder ganhar o eleitor pra ele também porque senão não tem como [...]. Como que você vai sair um candidato sendo que você, vamos falar, você não fez uma ajuda, você não ajudou uma pessoa sequer. Difícil! Quem é que vai colocar uma confiança em você, né! O que é que você pode fazer pra mim, o que é que você fez! Um candidato, hoje, ele, tem que buscar uma experiência antes de se candidatar a qualquer coisa, né! (Marcelo Oliveira, 2021).

O entrevistado acima foi candidato a vereador, representando a Igreja Internacional da Graça de Deus. Afirma fazer cobranças ao seu representante eleito e confunde prestação de contas com site da transparência para a observância dos gastos do Deputado. Após ser esclarecido do que se trata, afirma que quando o candidato pede ajuda para se eleger, ele deve saber o que ele já fez, ou faz. Assim, possuindo conhecimento é desnecessário pedido de prestação de contas e destaca que o

candidato tem que ter passado. Passado ao qual se refere não necessariamente deve ser algo significativo para a sociedade, pode ser uma ajuda para alguém em sua visão de mundo. O candidato deve começar exercendo uma certa assistência social para ter alguma chance de ser eleito.

Não, porque não tenho contato pessoalmente! Não! (Sr. Bernardo, 2021).

O último entrevistado não exerce seu direito a pedir prestação de contas ao representante eleito. Todavia, o que o Sr. Bernardo possui em comum com a Sra. Maria Amélia senão o fato de serem funcionários públicos, o que deixa claro que apesar de pertencerem a uma mesma “categoria de trabalhadores”, o pensar e o agir não são diferentes. Ela faz cobranças ao vereador e ao prefeito para a melhoria da qualidade de vida dos funcionários públicos e cobra, também, seu deputado quando tem oportunidade de vê-lo pessoalmente. Ele, por sua vez, se abstém.

Comentário.

Com relação aos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus, observa-se que são mais participativos quanto ao tema *Accountability* e cobrança do mandado do Deputado David Soares. Contudo, cabe ressaltar, que dentre os entrevistados, dois possuem militância política e foram candidatos a vereador no município, mesmo que essa militância seja exercida apenas em épocas eleitorais ou para fins próprios. O fato é que esses dois entrevistados podem ter relevância nesse momento específico da análise. Uma das entrevistadas diz fazer cobrança ao vereador e também ao Deputado quando possui a oportunidade de vê-lo pessoalmente. Até o momento, observam-se três dentre cinco que exercem a cobrança de seu representante. Apenas dois membros entrevistados dizem que nunca fizeram cobrança ao seu representante. Dessa forma, como foi aberto o parágrafo, pode-se concluir que os membros exercem o dever de cobrar seu representante.

Se comparadas¹⁰² as respostas dos membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém e os membros da Igreja Internacional da Graça de Deus, pode-se observar que os primeiros são passivos com relação ao exercício da *accountability* e da cobrança de seus representantes, no sentido da espera que outrem os informem sobre o que o representante está realizando ou que acompanham o mandato. No caso dos membros da segunda denominação, são mais ativos, apesar de possuir dois membros com militância política – partidária e que já foram candidatos.

Em termos gerais, dos dez membros entrevistados de ambas denominações, cinco realizam cobrança da atuação do mandato de seus representantes. Desses cinco, três são políticos com militância partidária e um com cargo de vereança. Assim, sobram apenas dois membros – eleitores

¹⁰² Opta-se por não abrir outro subtítulo.

que exercem o direito de cobrar de seus representantes. Apesar da média de 50% de membros que participam não se pode esquecer da condição de políticos de alguns deles. Se esse fato for levado em conta, poder-se-ia observar que a minoria dos membros entrevistados participa do processo de cobrança e *Accountability*.

6.17 Conclusão parcial do capítulo

Esse tópico final do capítulo não discutirá as teorias iniciais. Resume-se, assim, o que foi encontrado enquanto visão de mundo e significado para os entrevistados, os pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP e da Igreja Internacional da Graça de Deus, do mesmo modo com seus respectivos membros. Lembrando que foram cinco pastores¹⁰³ de cada denominação e cinco membros de cada denominação no total de vinte entrevistados.

Para a interpretação sobre a visão de mundo acerca da representação e da representação política, essa conclusão será centrada apenas na representação política, fato que interessa a essa tese. Outrossim, a representação por si só, ou o que seja representação, é de mais fácil compreensão e não carece necessidade de abordá-la, fazendo com que essa conclusão, do mesmo modo como a tese, fique sobremaneira mais extensa em conteúdo do que já se encontra. Dessa forma, o centro das primeiras análises são com relação ao que entendem sobre representação política.

Para os pastores entrevistados da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP, representação política se resume à atividade do representante. Assim, o centro da representação política, na visão dos pastores, é alguém que foi eleito para representar. Ou seja, elegem seu candidato que tem como função representar, sobretudo, representar a sociedade, a população e o povo. O representante deve saber ouvir, debater e propiciar o equilíbrio dentro da sociedade. Nessa representação, também está contida o que o representante pode fazer pelos evangélicos, mas não só por eles, como para o restante da sociedade.

Assim, o centro da representação política é o representante eleito para a função de representar. A representação, a partir dessa premissa, está centrada no representante, contudo, na visão de mundo dos pastores, a função de como se dá essa representação política é, da mesma forma importante, atuar em prol dos evangélicos que os elegeram, sobretudo atuar na sociedade como um todo. Portanto, a representação política se resume na centralidade do representante enquanto protagonista e em sua atuação.

¹⁰³ Dos cinco pastores entrevistados da Igreja Internacional da Graça de Deus, uma é pastora. Representante feminina dentre os pastores. A Igreja Internacional da Graça de Deus permite que a mulher exerça o pastorado.

Para os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus, representação política assume outra característica, levando em conta a visão de mundo dos pastores, pois está centrada no eleitor – *eu* - singular. Eles, enquanto pastores e eleitores, elegeram representantes com a finalidade de que o deputado represente os evangélicos, que seja ligado a uma bancada, alguém que estará lá, na Câmara Federal, uma vez que o eleitor não pode estar. Diferentemente daquele representante que está para atuar para o todo, aqui, o representante deve atuar para o particular.

Os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus, ao observar a representação política centrada no *eu* em que o representante que deve atuar pelos evangélicos, possui uma explicação no mínimo razoável. A denominação é recente, data dos anos 1980 e, enquanto Neopentecostais pregam a Teologia da Prosperidade, dão ênfase ao demônio como causador de todas as mazelas humanas, praticam o exorcismo e as curas milagrosas. Dentro desse contexto, essa denominação, assim como as outras Neopentecostais, são muito criticadas pelos mais diversos setores da sociedade. Dentre os críticos estão os Protestantes Históricos, os Católicos, as religiões de matriz africana, dentre outros atores que as criticam. E dessa forma sente-se perseguida. O meio para demonstração de força no espaço público e político é, senão a eleição de seus representantes. Nesse contexto de visão de mundo é que se dá a representação política centrada no *eu* e na atuação do representante pró Igreja.

As respostas dos membros da Assembleia de Deus para a mesma questão não acompanham necessariamente a visão dos pastores, pois observam-se duas respostas centradas na representação política do *eu* e na atuação do deputado por princípios e ideias. E três respostas que seguem o que disseram os pastores. Outras três respostas indicam que a representação política está *centrada no representante eleito* que tem como função lutar pela sociedade e representar a sociedade. Nesse contexto, também inclui-se o vereador da denominação enquanto representação política centrada nele, que tem como função representar a sociedade. É natural que existam desvios nas respostas, uma vez que a visão de mundo dos membros não são, necessariamente, iguais a visão de mundo de seus pastores.

Os membros da Igreja Internacional da Graça de Deus apresentam uma visão sobre *representação política centrada no representante* que deve, necessariamente fazer política para o todo, representar o povo crente e não crente e observar o contexto geral. Uma das entrevistadas ofertou uma resposta que tem como base outro tipo de representação política que é a representação participativa, significa que apesar de eleger seu representante, o eleitor deve opinar e intervir com relação, não apenas à atuação política evangélica, mas como um todo. Essa última resposta, que contempla uma representação política participativa, deveria ser aplicada por mais vezes pelo eleitor. Instrumentos para esse exercício existem, basta que os eleitores tenham consciência de sua importância.

Observa-se também o distanciamento da visão de mundo dos pastores e dos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus para com o mesmo tema. Enquanto os pastores centram a *representação política no eu*, e o representante deve atuar em favor do grupo. Seus membros oferecem respostas diferentes, ou seja, na visão de mundo dos membros, a *representação centra-se no representante* que deve atuar em favor de toda a sociedade, mesmo que atue, também, em favor de seu próprio grupo. Mas o que fica claro das respostas dos membros, é que se preocupam com a atuação para a sociedade. Os pastores observam a questão segundo a visão de mundo de sacerdotes religiosos para a defesa de seus interesses. Os membros observam e atribuem significado à representação para o coletivo. Assim, pastores e membros estão em discordância sobre o mesmo tema.

Até o momento, podem ser verificados três tipos de representação política. Primeiro, a *representação centrada no representante*, esse eleito através do voto de confiança, cuja função precípua é trabalhar pela sociedade como um todo. Assim, esse tipo é centrado no representante e sua atuação visa ao coletivo. O segundo tipo de representação política apresentada é *centrada no eu* e o representante deve, necessariamente, atuar a favor do grupo. Não se leva em conta aqui o todo da sociedade. O terceiro tipo de representação política é a *representação participativa* em que o eleitor é o protagonista e apesar de eleger seu representante, deve opinar e intervir em seu mandato. Esses são os três tipos distintos de representação política ofertados a essa tese e elaborados por esse escritor.

O segundo tópico desse capítulo, ao qual o leitor entrou em contato, versa sobre o sentimento de representação que pastores e membros possuem e qual motivo para se sentirem representados. A pergunta foi O Sr. (a) se sente representado pelo seu deputado? Por quê? Dessa forma, o que se busca é perceber como sentem os entrevistados que elegeram seus deputados evangélicos. Obviamente que todos os vinte entrevistados responderam que se sentem representados pelos seus representantes na Câmara Federal, não seria ao contrário, ou com poucas chances, poderiam ser encontrados indivíduos que votaram e não se sentem mais representados, todavia, não é o caso. A seguir, observar-se-ão as respostas ofertadas.

Todos os cinco pastores da Assembleia de Deus Ministério do Belém de Rio Claro/SP afirmam se sentirem representados por seus deputados. Os motivos atribuídos para esse sentimento de representatividade centra-se nos seguintes tópicos: os representantes possuem as mesmas ideologias dos representados, defendem os mesmos princípios, valores e conceitos. E, também, os deputados eleitos valorizam a família, respeitam a vida, ou seja, são contrários ao aborto e defendem a família. Existem aqui dois tipos de sentimentos de representação, o primeiro *relacionado à subjetividade* como ideologias, ideias, princípios, valores e conceitos. O outro tipo é o sentimento de representatividade, *relacionado à fato objetivo* a se manifestar quando o

entrevistado consegue objetivar a atuação de seu representante, como por exemplo, a defesa da família, valorização da família e o respeito à vida.

A maioria dos pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP sentem-se representados por um *sentimento da representação subjetiva*. Quatro, dentre cinco, ressaltaram tais visões de mundo, sendo que um deles acrescenta, também, características objetivas a sua resposta, enquanto que apenas um ressalta o aspecto objetivo de seu deputado eleito, qual seja, a defesa da família e, por essa pauta, se sente representado. Por certo que o sentimento de *representação de tipo subjetivo*, como ideologia, princípio, valores e conceitos são subjetivos num primeiro momento, por estarem no campo das ideias. Fato que não significa que tais subjetividades não sejam postas em prática, tornando-as objetivas. Por certo que as representações subjetivas da maioria dos pastores dessa denominação tornam-se objetivas na ação dos representantes.

Com relação aos pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus, apenas um observa o *sentimento da representação subjetiva* por seu deputado prezar pela Palavra de Deus e pelos princípios bíblicos. Os outros quatro pastores observam, tão somente, o *sentimento da representação objetiva*. Um deles até começa dizendo que se sente representado, porque o deputado é cristão, mas logo passa a dizer que ele defende a família, o casamento, os bons costumes e a ordem. Outras respostas também foram observadas, como lutar pelo interesse do evangelho no Brasil, dos direitos políticos da Igreja em ter canal de televisão e satélite transmissor, lutar e trabalhar pelo povo. Nota-se que todos os argumentos são objetivos em relação àquilo que o representante efetivamente deve fazer ou faz.

Volta-se ao argumento de parágrafos anteriores. Na condição de pastores de uma denominação Neopentecostal cujas práticas são alvos de críticas por diversos setores da sociedade, torna-se importante que o deputado eleito represente objetivamente os anseios de seus eleitores denominacionais. Para os pastores apresentarem tantos exemplos objetivos de sua atuação, não é de se duvidar que o Deputado David Soares seja atuante na Câmara Federal. Essa tese tratou de propostas por ele concebidas como o perdão das dívidas das igrejas e pelo reconhecimento das instituições religiosas com atividade essencial¹⁰⁴. São esses exemplos que os pastores desejam observar e são com eles que se sentem representados.

Com relação aos membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém de Rio Claro/SP, todos sentem-se representados pelo *sentimento da representação subjetivas e objetivas* de seu representante. Como característica subjetiva pode-se destacar, que o deputado é cristão, por possuir as mesmas concepções, ser do mesmo meio, baseado na fé e na crença, ser um homem sério,

¹⁰⁴ O Deputado David Soares é um dos signatários desse projeto de lei que foi pensado em 2020 em plena pandemia com a finalidade de que os templos religiosos não fossem fechados.

possuir as mesmas ideias e conceitos. Todas essas características subjetivas do sentimento de representação foram ofertadas pelos cinco entrevistados. Todavia, quatro deles incluíram características da representação objetiva a saber, que o deputado trabalhe para os demais, que atue em benefício de muitos, que atue pela família e pela Igreja e, no caso do vereador representante da denominação, traga emendas para a cidade.

Enquanto seus pastores ficaram presos nas questões subjetivas da representatividade, seus membros foram além, observando características da representatividade objetiva. O que corresponde a visões de mundos diferentes. Os primeiros ficaram com a visão de mundo religiosa/ideológica acrescidas dos princípios, conceitos e valores cristãos. Enquanto que os membros acrescentaram questões objetivas para a atuação do deputado na Câmara Federal e, o que não se verificou nas respostas dos membros, foi o termo ideologia. Assim, a visão dos membros possui duas vertentes: a visão de mundo religiosa e a visão da prática da vida cotidiana.

Os membros da Igreja Internacional da Graça de Deus sentem-se representados por seu deputado pelo *sentimento da representação subjetiva* e pela *representação objetiva*. Das questões subjetivas pode-se destacar, por ser um homem de Deus, por ser uma pessoa de Deus. Essas foram as respostas subjetivas de dois membros entrevistados. Esses dois entrevistados seguiram os demais e destacaram a representatividade objetiva, como a atuação dele na Câmara Federal, por querer o melhor para a sociedade e não só para os evangélicos, pelo trabalho desempenhado pelo povo, por defender a família, por não trabalhar apenas pela Igreja, mas também pela nação. Os membros foram além de seus pastores que ficaram atentos apenas à representação objetiva em favor da Igreja. Já os membros, na condição de crentes e pessoas comuns, partiram para uma visão prática cotidiana, ou seja, que trabalha para a sociedade. Ao fazer isso, atende-se a todos em qualquer situação.

A seguir serão apresentadas as conclusões das repostas dos pastores e membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP e Igreja Internacional da Graça de Deus, sobre a questão do acompanhamento do mandato do representante a deputado federal eleito por eles. Para tanto, foi realizada a seguinte questão: O Sr (a) acompanha o mandato do seu representante? Do seu deputado federal? Se sim, de qual maneira? A seguir as respostas dos pastores da Assembleia de Deus.

Todos os pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém de Rio Claro/SP acompanham o mandato de seu representante na Câmara Federal. Apenas dois, dentre cinco dizem acompanhar menos, mas, mesmo assim, acompanham; os demais acompanham com maior frequência. Os meios que são utilizados e destacados pelos pastores para esse acompanhamento são diversos: aqueles que possuem cargos eclesiásticos na denominação participam de uma reunião

mensal em São Paulo em que são discutidos assuntos religiosos, administrativos e também, políticos, além dos representantes terem a oportunidade de prestar contas do mandato. Acompanham o mandato, da mesma forma, através dos boletins nas redes sociais, nas mídias sociais e através de seu Pastor Presidente em Rio Claro/SP. Dessa forma, todos os pastores acompanham o mandato de seus representantes.

O acompanhamento da atuação do seu deputado federal torna-se importante a partir de dois momentos: se o sentido da representação centrada no representante, ou seja, naquele que foi eleito se está sendo posta em prática; e se as características subjetivas do sentimento de serem representados, como ideologia, princípios e valores estão sendo praticadas pelos seu representante. Dessa forma, o sentimento da representação subjetiva transforma-se em atuação objetiva, sai do campo subjetivo do pensamento e passa para o campo da prática da ação do deputado, seja para o bem comum, como ressaltam os pastores, ou a favor de leis que visem à questão da religião e as pautas da Frente Parlamentar Evangélica.

Outro ponto importante a ser destacado nas respostas dos pastores acima é a utilização das redes sociais, da internet e das mídias sociais para o acompanhamento da atuação do representante. Esses novos instrumentos digitais permitem que essa questão seja vista com muita rapidez, ou seja, o que demoraria muito para se ter como notícia, tem-se de maneira rápida através das redes e das mídias sociais. São instrumentos que também permitem que os deputados possam falar com seus representados sem a necessidade da mídia convencional. O único problema está na forma como essas novas mídias são utilizadas, pois além de serem instrumento para informação, também podem ser utilizadas como instrumento de desinformação e aplica-se tanto um como outro na esfera política.

Os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus acompanham o mandato de seu representante e apenas dois dizem acompanhar pouco, porém acompanham. Outros três pastores acompanham com maior frequência. Os instrumentos destacados para o acompanhamento são as redes sociais, mídias sociais, folhetos entregues na Igreja e revista de publicação da Igreja chamada Show da Graça, além da visita¹⁰⁵ que o Deputado David Soares realiza nas Igrejas do estado de São Paulo. Durante essas visitas, são entregues folhetos e os que desejam, podem tirar fotos com o deputado.

Esses novos meios digitais são importantes para os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus acompanharem o mandato de seu representante e saber se as duas características da representação política e do sentimento da representação objetiva estão sendo postas em prática. Ou seja, se a representação política centrada no eu no qual o eleitor vota e espera que seu representante

¹⁰⁵ Essas visitas realizadas pelo Deputado David Soares já foi assunto nessa tese.

atue em favor do seu grupo específico, no caso os evangélicos, propriamente de sua denominação. Em relação ao sentimento da representação objetiva, se o deputado está de fato trabalhando pelas causas evangélicas ou pelas pautas da Frente Parlamentar Evangélica e se o resultado da representação está a contento das expectativas.

Com relação aos membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém em Rio Claro/SP, pode-se chegar à conclusão que o acompanhamento do mandato de seu representante é baixo. A maioria diz que acompanha pouco a atuação dele, exceto o vereador eleito representante da Igreja no município. Todavia, mesmo com a baixa adesão ao acompanhamento, acabam utilizando, as redes e as mídias sociais. Um dos entrevistados diz que acompanha através de seus pares. Para os membros entrevistados, o fato da representação política ser centrada no eu e o sentimentos de representações serem objetivos, visões contrárias aos seus pastores significam como consequência, que ao depositarem o voto de confiança no deputado eleito, esperam que esse atue na Câmara Federal.

Essa espera tem como característica a passividade, uma vez que participam menos, esperam que as informações sobre o mandato de seu representante cheguem até eles e, os reponsáveis pela reprodução de tais informações são os pastores. Porquanto, os pastores demonstram o acompanhamento maior se comparado aos membros e, na condição de pastores, líderes religiosos importantes para sua comunidade, repassam a atuação do representante, que em época eleitoral, faz toda diferença a partir do momento em que apoiam a reeleição do mandato do deputado. Mesmo que, por parte de seus pastores, a representação política esteja centrada no representante e o sentimento de representação ser subjetivo. Por fim, a partir do momento em que a subjetividade passa para a ação, torna-se objetiva e, é através de tal objetividade, que os sacerdotes devem estar munidos dos conhecimentos para reproduzirem aos seus membros.

Os membros da Igreja Internacional da Graça de Deus, da mesma forma que os membros da outra denominação, possuem uma adesão baixa quando se trata de acompanhar o mandato de seu representante. Apenas um entrevistado, o candidato derrotado a vereador pela Igreja, diz acompanhar o mandato de seu representante. Outro diz não acompanhar nada, nem mesmo pelas redes sociais. A minoria que acompanha, de maneira esporádica, o faz através das redes sociais ou folhetos. Assim, o comportamento dos membros é passivo e terceirizam a responsabilidade em relação à informação do mandato aos pastores. Esses terceiros, que observam a representação política do eu, ou seja, vota-se e espera que o trabalho seja realizado em prol do grupo e um sentimento de representação objetivo no qual são mostrados os trabalhos do deputado. Assim, munidos desses conhecimentos objetivos podem reproduzir com eficácia informações aos seus membros.

Com relação à cobrança e prestação de contas do mandato de seu representante, todos os pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP, afirmam não realizarem, pois não existe necessidade. Eles estão corretos, pois uma vez por mês estão em reunião em São Paulo, onde o Deputado Paulo Freire demonstra os resultados de seu mandato, ou seja, presta conta aos sacerdotes devendo também receber cobranças nessas ocasiões. Por parte dos pastores, esses saem munidos de conhecimento em relação ao mandato de seu representante e a importância dessas reuniões tem como consequência a reprodução dos feitos do representante para os seus membros.

Da mesma forma como os pastores da denominação anterior, os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus não utilizam dos expedientes da cobrança e prestação de contas do mandato de seu representante. Apenas um, dentre os pastores o faz e afirma ter pedido pessoalmente ao Deputado David Soares que enviasse emenda parlamentar para o município de Rio Claro/SP. Os demais se abstêm em fazer cobrança ou pedir prestação de contas, fato que está entrelaçado ao tipo de sentimento de representação objetiva. O Deputado, segundo os pastores, está desempenhando seu papel em favor dos evangélicos e observam isso na prática. Dessa forma, não cacterem dos expedientes descritos.

Os membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP demonstram pouco interesse em fazer cobrança ou pedir prestação de contas do mandato de seu representante. Apenas uma entrevistada diz cobrar de seu representante e o vereador eleito pela Igreja diz cobrar do deputado emenda parlamentar para a cidade. Os demais não utilizam dos expedientes, o que demonstra passividade com relação ao mandato. Esses eleitores terceirizam a responsabilidade do que acontece durante o mandato de seu representante para os seus líderes religiosos. Outro fato que demonstra essa mesma passividade é a baixa adesão ao acompanhamento do mandato do deputado. Assim, todos os aspectos concernentes ao mandato são terceirizados.

A maioria dos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus, faz cobranças ao seu representante. Três, dentre cinco, afirmam fazer cobrança e sugestões, todavia dois deles possuem militância partidária, sendo derrotados nos respectivos pleitos disputados. Caso esses entrevistados não tivessem militância partidária, talvez, seu comportamento enquanto membro e eleitor comum seria outro e as respostas poderiam ser oferecidas de outra maneira. Apenas dois entrevistados não se utilizam do expediente da cobrança, o accountability, com relação ao mandato de seu representante. Ademais, as repostas demonstram uma participação maior dos membros, que não esperam de forma passiva, mas utilizam dos instrumentos democráticos disponíveis para a relação representado – representante, apesar de que não se mostram tão adeptos ao acompanhamento do mandato de seu representante.

Resta saber se os ex-candidatos, que puxaram para cima a participação dos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus, realizam cobrança e prestação de contas pelo exercício da

cidadania e da participação política dentro do contexto democrático ou se, por outro lado, demonstram interesses no mandato de seu representante com objetivo de serem candidatos a vereador no pleito de 2024. É bem provável que essa simples análise esteja certa uma vez, como já foi relatado nessa tese, pois o Deputado David Soares é o responsável para selecionar os candidatos a vereadores nos municípios. Dessa forma, é conveniente que ambos acompanhem de perto o seu representante.

Por fim, é possível afirmar a existência de alguns pontos relativos à representação. Com relação à representação política, destacam-se três tipos: 1. *Representação política centrada no representante*, ou seja, o eleitor vota no representante, o elege, e espera-se dele, como função, representar a sociedade como um todo e as pautas evangélicas em segundo plano. 2. *Representação política centrada no eu*, ou seja, eu enquanto eleitor elejo meu representante e espero que ele atue por mim. Assim, o eleitor vota e elege o representante que possui como função representar os interesses dos eleitores, nesse caso, o grupo específico. 3. *Representação política participativa*, apesar do eleitor votar e eleger seu representante, também exerce outros meios de participação política e assume o papel de protagonista no processo de representação.

Com relação ao sentimento de representação política destacam-se dois tipos: 1. *O sentimento de representação subjetiva*, em que o eleitor se sente representado através de subjetividades como, por exemplo, ideologia, ideias, valores, crença, ser de Deus e temer a Deus. Assim, através dessa subjetividade, o eleitor confia e deposita seu voto. Todavia, o sentimento de representação subjetiva passa a se tornar objetivo, a partir da prática do mandato de seu representante. Por exemplo, se o eleitor observa que o representante possui os mesmo valores que ele, espera-se que esses valores (subjetivos) sejam postos em prática no através mandato como, por exemplo, ser contra a união estável de pessoa do mesmo sexo. Dessa forma, elementos da representação subjetiva ganham, através da ação do representante, o status de objetividade.

2. *O sentimento da representação objetiva*, em que o eleitor se sente representado pela atuação de fato ou daquilo que o representante apresenta de concreto durante o exercício de seu mandato. O eleitor, nesse caso, deve ser capaz de citar objetivamente o que seu representante faz e, a partir desses resultados, sente-se representado. Por exemplo, o eleitor é capaz de observar que seu representante luta pela família ou trabalha pelos direitos das igrejas. Essas exemplificações são objetivas. Todavia, no caso de eleitores crentes, mesmo na valorização do sentimento de representação objetiva exemplificada, existe o componente subjetivo da crença, da fé, ideias e valores.

Com relação ao acompanhamento do mandato de seus representantes, os pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém e os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus,

são mais atentos à observação daquilo que seus representantes realizam e os meios disponíveis. São, sobretudo, a internet, as redes sociais e as mídias sociais que exercem papel importante no sentido em que o representante pode expor, praticamente em tempo real, o que está realizando em seu mandato. Com a ressalva de que os pastores da primeira denominação participam toda segunda-feira de casa mês de uma reunião em que seus representantes prestam conta de seus mandatos.

Entretando, os membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP e os membros da Igreja Internacional da Graça de Deus, são menos atentos à observação daquilo que seus representantes realizam e, dos poucos que acompanham, destacam os meios disponíveis, como a internet, redes e mídias sociais, panfletos e a Revista da Graça/Show da Fé. Esses dois últimos exemplos são próprios da Igreja Internacional da Graça de Deus. De todo modo a minoria dos membros de ambas denominações dizem acompanhar o mandato de seus representantes e, quando o faz, é de forma esporádica.

Com relação aos instrumentos da cobrança e *accountability* ou prestação de contas dos mandatos de seus representantes, a maioria dos pastores e membros da Assembleia de Deus e da Igreja Internacional da Graça de Deus praticamente não exerce esses instrumentos. Nesse quesito, apenas uma minoria dos entrevistados realiza, os demais não fazem questão por diversos motivos. Por exemplo, os pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém não acham necessário, pois participam das reuniões mensais citadas e os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus, da mesma forma, não o fazem por possuírem conhecimento das ações de seu representante. Por parte dos membros, a maioria não realiza e mantêm uma postura passiva com relação ao mandato, tanto para cobrança e *accountability* como para o acompanhamento do mandato de seus representantes.

Por fim, esse extenso capítulo discute teoria e, principalmente expõe as falas dos vinte entrevistados, todas analisadas e com comentário ao final de cada agrupamento. Também faz uma análise pormenorizada das apresentações de pastores e membros e se permite, conceitualizar de acordo com seu autor, a questão da representação política e o sentimento da representação política. Outros tantos assuntos encontram-se nos demais capítulos e, de certa forma, a conclusão final dessa tese retomará muitos dos assuntos tratados.

7 POLÍTICA, RELIGIÃO E SOCIEDADE PÓS-TRADICIONAL: A ATUAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA

O crescimento evangélico nas últimas décadas é percebido e ilustrado por números. No censo 2000, os Evangélicos representavam 15,4% da população, uma década após, 2010 representam 22,6%¹⁰⁶. Os Católicos passam de 73,6% para 64,6%, uma diminuição considerável para a Igreja Católica Apostólica Romana. Assim: “Mais que um país católico, o Brasil parece se tornar cada vez mais um país cristão.”(GAARDER, 2000, p. 284), dado o aumento percentual daqueles que professam a fé evangélica. Os grupos minoritários como Espíritas Kardecistas, em 2000, eram 1,3% em 2010, 2%; os “sem religião” passaram de 7,4% para 8%.¹⁰⁷

É no contexto da sociedade pós-tradicional que as Igrejas Evangélicas crescem, mas se pudéssemos chegar a uma consideração sintética acerca desse novo tipo de sociedade, diríamos: “[...] da sensação de que muitos de nós temos sido apanhados num universo de eventos que não compreendemos plenamente, e que parecem em grande parte fora de nosso controle.” (GIDDENS, 1991, p. 22). Tais eventos, chegam ao Brasil tardiamente, uma vez que a modernização no país foi lenta perto dos acontecimentos ocorridos na Europa séculos antes.

Mas afinal, a que se refere o contexto da modernidade? Para tal questionamento GIDDENS aponta: “Como uma primeira aproximação, digamos simplesmente o seguinte: ‘modernidade’ refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.” (GIDDENS, 1991, p. 11). Desta maneira, os eventos que não entendemos e compreendemos em sua plenitude, como diz a citação anterior, referem-se aos costumes culturalmente constituídos, identidades e novas formas de organização que emergiram na Europa e chegaram ao Brasil, mesmo que tardiamente.

Importante ressaltar que o capitalismo e a indústria nos séculos XVIII e XIX transformam o contexto Europeu que se disseminam para outros países, mas chegam ao Brasil somente no século XX, dada a industrialização tardia com a indústria de base e siderurgia. Assim, o conceito de sociedade pós-tradicional deve ser aplicado com acuidade a depender dos centros urbanos desenvolvidos. Porém entre a modernidade e a pós-modernidade existe um interregno de acontecimentos:

¹⁰⁶ Em diálogos com evangélicos, durante a pesquisa de campo, percebo otimismo. Acreditam que chegarão a 30% nesse próximo Censo.

¹⁰⁷ Dados do Censo IBGE 2000 e 2010.

[...]. A pós-modernidade se refere a algo diferente, ao menos como eu defino a noção. Se estamos nos encaminhando para uma fase de pós-modernidade, isto significa que a trajetória do desenvolvimento social está nos tirando das instituições da modernidade rumo a um novo e diferente tipo de ordem social. O pós-modernismo, se ele existe de forma válida, pode exprimir uma consciência de tal transição mas não mostra que ela existe. (GIDDENS 1991, p. 56).

Segundo o autor, as sociedades modernas tomam um novo rumo, como a mudança para uma sociedade pós-tradicional, ancorada nos costumes, estilos e, sobretudo, nas questões das tradições.

Para que se tenha em mente, a indústria e o capitalismo Europeu inauguram a sociedade moderna que se transforma, com o passar dos séculos, em sociedade pós-tradicional, levando para os indivíduos uma mudança, não apenas na questão da produção de bens e serviços cada vez mais tecnológicos, mas também na esfera dos costumes, identidades e tradições:

Não vivemos ainda um universo social pós-moderno, mas podemos ver mais que uns poucos relances da emergência de modos de vida e formas de organização social que divergem daquelas criadas pelas instituições modernas. Nos termos desta análise, pode facilmente ser visto porque a radicalização da modernidade é perturbadora e tão significativa. (GIDDENS, 1991, p. 63).

A radicalização da modernidade é tão perturbadora e significativa, pois se choca com as velhas instituições e lança sobre a sociedade novas formas de ver o mundo, novos questionamentos, novos tipos de organização social, que rompem com as velhas instituições da modernidade.

Não apenas Giddens se detém às análises que levam à reflexão sobre a sociedade pós-tradicional, outros autores, da mesma maneira, observam os fenômenos que emergem:

Pelo menos na parte “desenvolvida” do planeta, têm acontecido, ou pelo menos estão ocorrendo atualmente, algumas mudanças de curso seminais e intimamente interconectadas, as quais criam um ambiente novo e de fato sem precedentes para as atividades da vida individual, levando uma série de desafios inéditos. (BAUMAN, 2007, p. 7).

Ambiente novo, fatos sem precedentes, mas não só na vida individual, como também na vida coletiva de novos grupos que emergem com suas demandas. Na mesma linha está Stuart Hall (2006), ao se referir às identidades em contexto pós-tradicional:

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência o argumento é o seguinte: as velhas identidades que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. Assim a chamada “crise da identidade” é vista como um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando o quadro de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 2006, p. 7).

Identidades antes rígidas e pouco flexíveis, atualmente são flexíveis e passíveis de mudanças o que traz aos indivíduos certa insegurança com relação ao que vem sendo tratado – costumes, identidades e tradição.

O que importa, para tal capítulo, é conseguir realizar uma narrativa que observe as mudanças na sociedade pós-tradicional e as pautas da bancada evangélica – Frente Parlamentar Evangélica - para tanto serão observados alguns projetos de leis propostos, levando-se em conta as transformações próprias da sociedade e como atuam os deputados federais frente a temas que ora expõem contrapontos caros, tanto ao atual cenário em contexto pós-tradicional como para os parlamentares. Destaque para os projetos de leis aqui apresentados que não são, por assim dizer, dessa legislatura eleita em 2018 com início em 2019. Assim, os projetos descritos são de outras legislaturas, fato esse que não descaracteriza a pesquisa nem a análise de pautas, sendo as mesmas, desde então.

É possível começar citando a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, que em abril de 2013, o Deputado Marco Feliciano – Pastor da Assembleia de Deus – foi eleito presidente, mesmo com algumas declarações polêmicas sobre o Continente Africano¹⁰⁸. Em sua opinião, repousam o paganismo, doenças, misérias e uma postagem em sua rede social a qual atrela sentimentos homoafetivos ao ódio, crime e rejeição.¹⁰⁹ Com as acusações de racista e homofóbico e toda pressão exercida, o deputado termina seu mandato em dezembro do mesmo ano, não sendo reconduzido ao cargo.

Ainda sobre o Deputado Marco Feliciano PSC/SP, vale destacar um de seus projetos, o PL 8099/2014, datado de 13/11/2014, que dispõe sobre a inserção na grade curricular das Redes Pública e Privada de Ensino o conteúdo do Criacionismo; justifica-se¹¹⁰ no projeto:

Ocorre que por força da fé, dos costumes, das tradições e dos ensinamentos cristãos, a maioria da população brasileira crê no ensino criacionista, como tendo sua origem em Deus, criador supremo de todo universo e de todas as coisas que o compõem, como animais, plantas, o próprio homem. Este ensino tem como fundamento o livro de Gênesis contido no livro dos livros, a saber, a Bíblia Sagrada que é a verdadeira constituição da maioria das religiões do nosso país. (FELICIANO, 2014, p. 2).

O Projeto de Lei, em termos democráticos deve ser elaborado levando-se em conta algumas dicotomias religião/razão, destinatários/autores:

¹⁰⁸ Cf. Matéria na íntegra em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/04/1257600-feliciano-volta-a-afirmar-que-africanos-sao-amaldicoados.shtml>

¹⁰⁹ Cf. Matéria na íntegra em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/marco-feliciano-e-eleito-presidente-da-comissao-de-direitos-humanos.html>

¹¹⁰ O conteúdo completo da justificativa pode ser encontrado nas referências

[...]. O procedimento democrático extrai sua força geradora de legitimação de dois componentes, a saber: da participação política simétrica de cidadãos, a qual garante aos destinatários das leis a possibilidade de se entenderem, ao mesmo tempo, como seus autores; e da dimensão epistemológica de certas formas de uma disputa guiada discursivamente, as quais fundamentam a suposição de que os resultados são aceitáveis em termos racionais. (HABERMAS, 2007, p. 137).

Os resultados em termos racionais e práticos no que dizem respeito às leis não são independente das forças antagônicas entre os discursos religiosos e científicos. Todavia, cabe ao procedimento democrático assegurar aos cidadãos, na condição de destinatários das leis, após esgotados todos os argumentos e discursos, o seu conhecimento de maneira racional e aceitável.

Mas, ainda que existam representantes religiosos e representantes seculares deve existir, como se refere o autor o respeito:

[...] definem o papel de cidadão do Estado: os cidadãos devem respeitar-se reciprocamente como membros de sua respectiva comunidade política, dotados de iguais direitos, apesar de seu dissenso em questões envolvendo convicções religiosas e visões de mundo; sobre esta base de uma solidariedade de cidadãos do Estado, eles devem procurar, quando se trata de questões disputadas, um entendimento mútuo motivado racionalmente, ou seja, eles são obrigados a apresentar uns aos outros bons argumentos. (HABERMAS, 2007, p. 137).

Ao se tratar de cidadãos, investidos de legitimidade através de mandato legislativo, deve existir respeito mútuo quando envolvem disputas com convicções religiosas. Tais disputas abrangendo representantes religiosos e não religiosos devem partir de um entendimento mútuo, motivado racionalmente. Caso seja impossível que os representantes da Bancada Evangélica se desvencilhem de suas justificativas pouco racionais ou ancoradas em suas convicções religiosas, torna-se improvável, dada a pluralidade de ideias e ideologias, religiosas ou seculares, a manutenção de qualquer entendimento.

Ainda com relação ao Projeto sobre o Ensino do Criacionismo nas escolas – públicas e privadas – a Comissão de Educação da Câmara recebeu em 25/11/2014 manifestação contrária do Conselho Federal de Biologia. Tal fato fez com que o projeto não fosse votado ou arquivado e até o momento encontra-se em análise.

Outro projeto da Frente Parlamentar Evangélica a ser destacado é Proposta de Emenda à Constituição do Deputado João de Campos PSDB/GO – PEC 99/2011 que:

Acrescenta ao art. 103, da Constituição Federal, o inc. X, que dispõe sobre a capacidade postulatória das Associações Religiosas para propor ação de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade de leis ou atos normativos, perante a Constituição Federal. (CAMPOS, et. al. 2011, n/p).

Tal PEC teve como relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, o Deputado Bonifácio de Andrada PSDB/MG, que profere pela sua admissibilidade:

Considero perfeitamente aceitável as razões para esta Proposta de Emenda Constitucional, pois as associações religiosas representam um segmento da mais alta importância para a vida nacional, sendo adequada à ordem jurídica este tipo de contribuição visto que deverá partir de grupos de elevada influência da vida social do país. (ANDRADA, 2011, p. 2).

Todavia, a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, em seu Artigo 103 afirma:

Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade

I – o Presidente da República;

II- a Mesa do Senado Federal;

III- a Mesa da Câmara dos Deputados

IV – a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal

V- o Governador de Estado ou do Distrito Federal

VI – o Procurador Geral da República

VII- o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

VIII – partido político com representação no Congresso Nacional

IX – confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

A Proposta de Emenda Constitucional tem, justamente, a função de modificar, acrescentar ou suprimir parte do texto Constitucional. Pode sugerir determinada PEC: o Presidente da República, ou 1/3 (um terço) Câmara Federal, ou 1/3 (um terço) do Senado; respectivamente 171 (cento e setenta e um) deputados federais e 27 (vinte e sete) senadores; bem como metade das Assembleias Legislativas. Sua votação se dá em dois turnos e requer quórum qualificado, sendo necessário 3/5 (três quintos) dos deputados federais e senadores, respectivamente 308 (trezentos e oito) deputados federais e 49 (quarenta e nove) senadores.¹¹¹ Assim, após o voto do relator pela admissibilidade, significa que, após vencidos os trâmites burocráticos em diversas comissões, esta pode ou não ir a voto no plenário. Não cabem às PECs modificar, acrescentar ou suprimir cláusulas pétreas da Constituição da República.

Porém, o que deve ser destacado dessa PEC é o caráter da neutralidade dos representantes, seja da Frente Parlamentar Evangélica ou de quaisquer outras frentes:

Tal neutralidade do exercício do poder constitui uma pressuposição institucional necessária para uma garantia simétrica da liberdade de religião. O consenso constitucional que se estabelece entre os cidadãos, atinge também o princípio da separação Igreja e Estado [...] (HABERMAS, 2007, p. 145).

¹¹¹ Consultar: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/emenda-constitucional>

O Estado laico, característica da sociedade pós-tradicional e da secularização da sociedade, não parece, nesse pormenor, estar vinculado à neutralidade do exercício do poder constituído. Caso a PEC fosse aprovada, as instituições religiosas teriam um poder de opinar sobre matérias constitucionais ou inconstitucionais dada a importância que os grupos religiosos exercem na vida nacional, como expõe o relator da matéria.

O ex-Deputado evangélico Eduardo Cunha PMDB/RJ tentou emplacar o PL 7382/2010, apresentado em 25/05/2010 que: “Penaliza a discriminação contra homossexuais e determina que as medidas e políticas públicas se atentem para essa possibilidade.” (CUNHA, 2010, p. 1). O projeto seguiu para a Comissão de Direitos Humanos e Minorias em 17/09/2012 e o voto da relatora Deputada Érika Kokay PT/DF foi pela rejeição:

Não temos ciência de relatos na mídia de grupos de homossexuais atacando heterossexuais nas ruas. Igualmente, não são veiculadas notícias de que casais heterossexuais andando de mãos dadas ou trocando beijos em local público tenham sido agredidos por esse motivo [...]. Ninguém é discriminado em uma entrevista de emprego por ser heterossexual [...] (KOKAY, 2010, n/p).

Como já disse Habermas (2007), o discurso e o voto do representante devem ter como fim os cidadãos que, como destinatários das leis, devem conhecê-los de maneira racional e aceitável, independente da convicção religiosa ou não dos representantes. O que demonstra a deputada, relatora em seu voto é algo que está dentro de uma racionalidade, em que o dominador, ou maioria, não é discriminado pelas minorias.

A questão da família é assunto peculiar em condições pós-tradicionais. De fato, o que se assiste nas últimas décadas é uma espécie de recombinação de famílias ou famílias recombinadas, que nada tem a ver com a família tradicional. Entretanto, o Deputado Andreson Ferreira PR/PE propõe o Estatuto da Família, que em seu texto, versa: “Art. 2º Para fim desta Lei, define-se entidade familiar como núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio do casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.” (FERREIRA, 2013, n/p).

Assim, algumas considerações sobre a família devem ser feitas:

Mas, em alguns aspectos, o poder patriarcal no meio doméstico estava declinando na última parte do século XIX. O domínio direto do homem sobre a família, que na realidade era abrangente quando ele ainda era o centro do sistema de produção, ficou enfraquecido com a separação entre o lar e o local de trabalho. (GIDDENS, 1993, p. 53).

A citação de Giddens é possivelmente plausível, se for pensada no contexto de uma modernização tardia no caso brasileiro. A partir do momento em que a mulher se emancipa do homem nos centros urbanos, e passa a ocupar espaços no mercado de trabalho, a empregabilidade, a independência

financeira, em contrapartida, a aceitação social do divórcio e o exprimir de seu desejo sexual e a forma de amor romântico se modificam:

A abertura de um em relação ao outro, condição para o que chamaremos de amor confluyente, é de algum modo o oposto da identificação projetiva, ainda que tal identificação, por vezes, estabeleça um caminho até ele. O amor confluyente é um amor ativo, contingente, e por isso entra em choque com as categorias “para sempre” e “único” da ideia do amor romântico. A “sociedade separada e divorciada” de hoje aparece aqui mais como um efeito da emergência do amor congruente do que como sua causa. Quanto mais o amor confluyente consolida-se em uma possibilidade real, mais se afasta da busca da “pessoal especial” e o que mais conta é o “relacionamento especial” (GIDDENS, 1993, p. 72).

Desta forma, como visto acima, o domínio do homem sobre a mulher vai se esvaindo e quando a mulher não está contente em seu casamento, divorcia-se:

Tomemos como outro exemplo o caso do masculino e do feminino como tradição. Até o limiar da modernidade – e bem além dele –, as diferenças entre os gêneros estavam profundamente incorporadas na tradição e consoantes ao poder estabelecido. A própria ausência de mulheres do domínio público suprimiu qualquer possibilidade de a masculinidade e feminilidade poderem se abrir ao exame discursivo. Hoje em dia, no entanto, como resultado de profundas mudanças estruturais associadas durante muitas décadas às lutas dos movimentos feministas, as divisões entre os homens e as mulheres, incluindo as mais íntimas conexões de gênero, sexualidade e autoridade, estão sendo publicamente questionadas [...] hoje em dia vivemos na sociedade da separação e do divórcio. (GIDDENS, 2012, p. 163).

A condição pós-tradicional é de uma sociedade da separação e do divórcio, não raro casais se separam e, tanto a mulher como o homem, entram em um novo relacionamento e levam para coabitar filhos do primeiro ou segundo casamento; assim se dão os rearranjos nas famílias que nada têm a ver com a família tradicional: “Na sociedade da separação e do divórcio, a família nuclear gera uma diversidade de novos laços de parentesco associada, por exemplo, às chamadas famílias recombinadas.” (GIDDENS, 1993, p. 109).

Pode ser observado, ainda que timidamente, algum passo no sentido do pós-tradicional, como no caso do Estatuto da Família em que se admite a formação da família composta pelo casal – homem e mulher – pelo matrimônio ou união estável e, nesse caso, é indiscutível a observância de novas configurações de famílias quando se destaca a união estável, o que não está previsto no que se pode chamar de casamento no sentido tradicional do termo. Outro ponto a ser destacado é que os evangélicos admitem com maior tolerância o divórcio e permitem que homem e mulher possam se casar e continuar a formação familiar em segundas núpcias. Com apenas uma ressalva, qual seja, que a família seja formada por casais heterossexuais.

O fato é que o Estatuto da Família foi encaminhado para mais de três comissões: Direitos Humanos e Minorias, Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Comissão de Educação, Seguridade Social e Família e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Ao que consta,

quando um Projeto de Lei é distribuído em mais de três comissões, é criada uma comissão especial para apreciação.

Ainda pelos fatos sobre família, é notório que as mudanças ocorram em contexto pós-tradicional. O primeiro fato, diz respeito à questão do divórcio que possibilita a formação de famílias recombinações, ou seja, casais separados que constituem segunda núpcia e acolhem filhos de primeiro e segundo casamento. Outro fato que modifica a questão familiar é a sexualidade relativa aos relacionamentos homoafetivos. Esse último, ganha visibilidade social ao mesmo tempo em que a sexualidade entre os indivíduos do mesmo sexo passa a ser visível em sociedades pós-tradicionais¹¹². Tal visibilidade faz surgir grupos na sociedade civil organizada com o propósito de combater o preconceito e lutar por direitos.

Um desses direitos conquistados é a união estável de pessoas do mesmo sexo, que tem a opinião contrária dos evangélicos, especialmente os trabalhados nessa tese. Tal direito foi concedido aos casais homoafetivos através da ADPF n^a 132. A ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – um instrumento jurídico previsto na Constituição da República de 1988 com a finalidade de regulamentar atos do poder público, federal, distrital, estadual ou municipal, anteriores à atual Carta Magna, ou seja, atos ou fatos do poder público que não estão previstos ou que são controversos e que podem vir a lesionar a Constituição. Assim sendo, torna-se um instrumento de salvaguarda ou de apreciação de atos precípuos à promulgação da Constituição de 1988.

Toda ADPF, necessariamente, deve ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal e podem requê-la de forma legítima o Presidente da República, a mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa da Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partidos políticos com representação no congresso e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional. Os mesmos atores que podem requerer uma ADPF são os mesmos que podem requerer ADI ou ADC.

No caso presente, a união estável de pessoas do mesmo sexo não está presente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e é anterior a ela. De tal modo que o instrumento utilizado para apreciação desse fato é a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. A ADPF n^o 132 de 27/02/2008 foi protocolada pelo então Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, e teve mais de uma dezena de *amicus curiae*, amigo da corte, ou

¹¹² Os avanços das sociedades pós-tradicionais não são homogêneas, mas sim heterogêneas e constantes mesmo que para tal a questão temporal assumam importância em seu desenvolvimento. Para tanto o termo deve ser utilizado com cautela.

melhor, *amici curiae* que atuaram no processo. Do instituto do *amicus curiae*, pode-se destacar ao leitor:

[...], o *amicus curiae* (amigo da Corte) é alguém que, não sendo parte no litígio, acredita que a decisão da Corte pode afetar interesse seu ou de terceiros. Essa peculiar figura provavelmente surgiu no direito inglês medieval e era caracterizada pelo fato de mostrar-se como um sujeito neutro que, a pedido da Corte, atuava no processo, visando a fornecer-lhe informações, subsídios, que permitissem uma análise mais acurada dos fatos controvertidos. (NUNES, 2008, p. 54).

Segundo citação acima, o instituto do *amicus curiae* surge no antigo direito inglês medieval e caracteriza-se por ser um sujeito neutro no processo. No caso brasileiro, ainda segundo NUNES (2008), é possível indentificá-lo na década de 1970, sendo aperfeiçoado pelo Supremo Tribunal Federal na década de 1990, com o instrumento da ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade e como já citado nos casos de ADPF.

Até o momento, cabe o entendimento que era desejo de casais formados por pessoas do mesmo sexo em oficializar as uniões para salvaguardar direitos e serem reconhecidos socialmente. Para tanto, o governador do Rio de Janeiro propôs a ADPF nº 132¹¹³ que iniciou em 2008 e teve como *amicus curiae*, por exemplo, o Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, Centro de Referência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado de Minas Gerais, Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual – CELLOS, Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos – ABGLT, dentre inúmeras outras entidades. Como contradita, o relator aceita como *amicus curiae* a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

Após anos de discussões, em 2011 o Supremo Tribunal Federal julga procedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 132 e concede o direito à união estável aos casais do mesmo sexo. Mesmo com toda morosidade, a importância para o público gay dessa tomada de decisão é de extrema importância, pois observa-se o reconhecimento e pode, de alguma maneira, diminuir o preconceito contra casais formados de pessoas do mesmo sexo, a partir do momento em que estão respaldados pelo direito.

Em contrapartida ao avanço em contexto pós-tradicional, foi apresentado o Projeto de Lei da Frente Parlamentar Evangélica, conhecido como Projeto Cura Gay, que há época da presidência do Deputado Pastor Marco Feliciano, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, chegou a ser aprovado com grande repercussão por parte da sociedade. O Projeto de Decreto Legislativo nº 234

¹¹³ Detalhes da ADPF nº 132 em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2598238>

de 2011, do Deputado João de Campos¹¹⁴ PSDB/GO, suspenderia a Resolução nº 1/1999, do Conselho Federal de Psicologia:

Art. 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados. Parágrafo único – Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1999, n/p).

Vale ressaltar que desde 1990, a Organização Mundial da Saúde não considera a homossexualidade como doença. No Brasil, o fato ocorre em 1999 quando o Conselho Federal de Psicologia traça a mesma diretriz, diga-se, um atraso de nove anos para que fosse reconhecido como não patologia a homossexualidade.

A Resolução do Conselho Federal de Psicologia é de não orientar indivíduos homossexuais a nenhum tipo de tratamento, uma vez que a homossexualidade não é considerada doença. O que o Deputado João de Campos propôs é a suspensão da Resolução e a orientação de que psicólogos devem tratar indivíduos homossexuais. O relator Deputado Anderson Ferreira PR/PE votou pela admissibilidade e teve o voto da Comissão de Direitos Humanos e Minorias¹¹⁵, mas, por pressões externas e do partido o Deputado João de Campos retira o projeto em 02/07/2013 que, por consequência, foi arquivado.

Em condições pós-tradicionais, a questão da sexualidade – heterossexual ou homossexual – torna-se pública e, ao ganhar a esfera pública, invariavelmente, esbarra na esfera da política: “ [...] florescimento da homossexualidade masculina e feminina. Homossexuais de ambos os sexos demarcaram um novo campo sexual bem mais adiante do sexualmente ‘ortodoxo’.” (GIDDENS, 1993, p. 39). Desta forma, quando o assunto é sexualidade, o que deveria pertencer à esfera da vida privada recebe novo status no qual o público começa a questionar e o político a legislar.

O florescimento da homossexualidade masculina e feminina, no contexto pós-tradicional, coloca grupos antagônicos no centro do debate e o resultado em muitas vezes é a não aceitação da condição do outro, o preconceito, a intolerância e a violência:

Os homossexuais ainda enfrentam um preconceito profundamente enraizado e, muito comumente, uma violência aberta. Suas lutas emancipatórias encontram resistências talvez tão profundas quanto aquelas que continuam a obstruir o acesso das mulheres à igualdade social e econômica. (GIDDENS, 1993, p. 45).

¹¹⁴ O deputado pertence à Assembleia de Deus.

¹¹⁵ Destaque que: nessa época a Comissão de Direitos Humanos e Minorias foi presidida pelo Deputado Pr. Marco Feliciano.

Mesmo com o Decreto Legislativo retirado de pauta, isso não significa que parte dos evangélicos não continue acreditando que a homossexualidade, seja doença ou fato atribuído aos demônios – o espírito da homossexualidade:

Com efeito, a dimensão religiosa tem resistido a se circunscrever à vida privada, ao foro íntimo e hoje ganha outros fôlegos não previstos na grande narrativa que separou religião e política, o público e o privado, magia e religião. Na geopolítica mundial, vertentes religiosas alimentaram sectarismos, fundamentam embates políticos e econômicos. Ao mesmo tempo, e também pelo mundo afora, Estados laicos se relacionam com múltiplas expressões religiosas que adentram pelo campo da cultura e da política. (NOVAES, 2012, p. 184).

Não obstante, o contexto da sociedade pós-tradicional é de entraves ao entendimento entre visões distintas de mundos, religiosas e seculares; uma vez que costumes, tradições e identidades, características caras para os religiosos são postas aos debates nas esferas pública, política e privada da vida.

A dificuldade que a dimensão religiosa possui em ficar restrita à esfera da vida privada e não pública e política é justamente consequência da sociedade pós-tradicional que traz ao debate temas como costumes, tradições e identidades, que são caros aos assuntos religiosos e, na prática, estão presentes no cotidiano social. Dessa forma, as opiniões e pensamentos religiosos não mais dominam sozinhos o universo social e não conseguem responder, a não ser de forma religiosa, aos novos tipos de comportamentos, costumes e reinvenções de tradições postas no seio da sociedade.

Outro tema caro aos religiosos, evangélicos ou católicos é a questão do aborto. A Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2015¹¹⁶ do ex-senador evangélico Magno Malta, foi desarquivada a pedido do atual Senador Eduardo Girão PODEMOS/CE, em fevereiro de 2019. A Proposta recebe o nome de PEC da vida:

“Altera a Constituição Federal para acrescentar no art. 5º a explicação inequívoca da inviolabilidade do direito à vida *desde a concepção*.”

Art. 1º - o caput do artigo 5º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:” (NR)¹¹⁷

Justificação:

¹¹⁶ Texto da PEC pode ser encontrada em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3455035&ts=1594025616259&disposition=inline>

¹¹⁷ NR – significa Nova Redação

A presente emenda constitucional não altera absolutamente nada no artigo 5º, ela apenas acrescenta o termo “desde a concepção”. A omissão no texto constitucional sobre a origem da vida vem permitindo grave atentado à dignidade da pessoa humana que se vê privada de proteção jurídica na fase de gestação, justamente à fase em que o ser humano está mais dependente de amparo em todos os aspectos. Nossa Carta Magna foi promulgada no ano de 1988. Os enormes avanços na ciência registrados nos últimos 20 anos na FETOLOGIA e na EMBRIOLOGIA com conhecimento do nosso DNA vieram ressaltar a concepção como o único momento em que é possível identificar o início da vida humana [...]. Portanto, este pequeno acréscimo, de apenas um termo esclarecendo ao artigo 5º, adequa nossa Constituição Federal aos atuais avanços científicos e terá o poder de garantir o direito à vida de milhares de crianças brasileiras que são assassinadas por falta de proteção política. (MALTA, 2015, p. 1).

Apesar do texto original dizer que se trata apenas de acrescentar o termo “desde a concepção” e que não altera em nada o Artigo 5º da Constituição Federal, pode ser que dificulte ou mesmo proíba a interrupção da gravidez.

Vale lembrar que o aborto no Brasil é crime desde 1940 e está previsto no Código Penal Brasileiro:

PARTE ESPECIAL TÍTULO I – Dos Crimes contra a pessoa Capítulo I – Dos Crimes contra a Vida [...]. Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento. Art. 124. Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque: Pena – detenção de um a três anos. **Aborto provocado por terceiro. Art. 125.** Provocar aborto sem o consentimento da gestante: Pena – reclusão de três a dez anos. **Art. 126.** Provocar aborto com o consentimento da gestante: Pena – reclusão de um a quatro anos. *Parágrafo único.* Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência. (BRASIL, 2017).

Com relação às penas previstas, observa-se que as penas de reclusão, que são aplicadas aos crimes mais graves, estão previstas nos artigos que se referem ao aborto provocado por terceiros e o (a) condenado (a) cumpre pena em regime fechado, semiaberto ou aberto. Por outro lado, a pena de detenção aplicada aos crimes menos graves, ao que se refere ao aborto provocado pela própria gestante, prevê seu cumprimento em regime semiaberto ou aberto¹¹⁸. Assim sendo, o que distingue a reclusão e a detenção é que a primeira deve ser cumprida em regime fechado.

Outrossim, o mesmo Código Penal de 1940 criminaliza o aborto, mas prevê apenas duas exceções:

[...]. **Aborto necessário.** I – se não há outro meio de salvar a vida da gestante; **Aborto no caso de gravidez resultante de estupro** II – se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal. (BRASIL, 2017).

Assim entendido, o aborto é permitido nos casos em que a mãe corre risco de morrer ou se a mulher é vítima de estupro e, sendo menor, com a autorização de seu representante legal. Todavia, no dia 17 de junho do ano de 2004, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde entrou, através

¹¹⁸ Sobre reclusão e detenção consultar: <https://cnj.jusbrasil.com.br/noticias/164468547/entenda-as-diferencas-entre-detencao-reclusao-e-internacao>

de seu representante legal, com o pedido de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 54¹¹⁹ a requerer o direito da mulher em não prosseguir com a gestação, se assim desejar, caso o feto não possua cérebro, tronco encefálico, atestado por laudo médico.

A entrada do pedido de ADPF nº 54 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde teve como relator o Ministro do Supremo Marco Aurélio Melo. Dado ao tema estritamente relevante para a sociedade e ao mesmo tempo polêmico, não demorou para que entidades entrassem com pedidos para constarem da permissão de *amicus curiae* ou *amici curiae*: “Importante característica do instituto, na prática, é que a admissão ou não, no processo, dos *amici curiae* é uma decisão que compete ao relator.” (NUNES, 2008, p. 56). Nota-se ao ler sobre os fatos ocorridos que o relator indeferiu todos os pedidos de *amicus curiae*.

Todavia, ao indeferir dezenas de pedidos de *amici curiae* e outras dezenas de pedidos de Ação Direta de Inconstitucionalidade, a justificativa do relator é embasada no receio de tumulto no processo. Ainda assim, segundo NUNES (2008), ao se referir ao instituto do *amicus curiae* sugere:

Tal inovação teve por objetivo pluralizar o debate constitucional, permitindo melhor participação social e garantindo, sobretudo, maior legitimidade às decisões dessa Corte. Além disso, a permissão que essa regra propicia enriquece o debate em sede constitucional pelas informações que o *amicus curiae* pode agregar ao conhecimento do Tribunal. (NUNES, 2008, p. 55).

Porém, mesmo com a não aceitação de *amici curiae*, o magistrado adotou como estratégia ouvir as demandas favoráveis e contrárias das entidades pela via das audiências públicas. Dessa forma, manteve-se o preceito da pluralização do debate, a participação social e a maior legitimidade da decisão da Corte. Assim, a dispensa do instituto do *amicus curiae* por audiências públicas em nada prejudicou as livres manifestações, favoráveis ou contrárias, e a pluralização das ideias a fim de auxiliar a Corte em sua tomada de decisão.

Meses após o pedido de abertura do processo da ADPF nº 54, o ministro relator começa a convidar as entidades para serem ouvidas. Em despacho no dia 30/09/2004 são convidadas para agendamentos de audiências públicas a Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, a Sociedade Brasileira de Ginecologia Fetal, o Conselho Federal de Medicina, a Rede Nacional Feminista de Saúde, os Direitos Sociais e Direitos Representativos, a Escola da Gente¹²⁰, a Igreja Universal do Reino de Deus, o Instituto Bioética, os Direitos Humanos e de Gênero e o ex

¹¹⁹Informações sobre a ADPF nº 54 consultar o sítio: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2226954>

¹²⁰ A título de conhecimento, Escola da Gente é uma Organização Não Governamental, fundada pela jornalista e escritora Cláudia Werneck e trabalha com pessoas portadoras de necessidades especiais, principalmente, crianças e jovens. No sentido da acessibilidade e garantia de direitos.

Deputado Federal José Aristodemo Pinotti¹²¹. Observa-se, nesse primeiro momento, que o relator procurou ouvir entidades médicas, que se reportam à ciência, porém não deixa de ouvir a Igreja Universal do Reino de Deus – entidade religiosa de convicções não científicas.

Os convites às entidades citadas acima ocorreram no ano de 2008. Além dessas, foram convidadas a Conferência Nacional do Bispos do Brasil – CNBB, a Organização Católica pelo Direito de Decidir, a Associação Nacional Pró-vida e Pró-família e a Associação Médico-Espirita do Brasil. O relator convida também a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Nota-se, o interregno de quatro anos para os convites e os agendamentos das audiências públicas.

Foram ouvidos os convidados o Deputado Federal José Aristodemo Pinotti a favor do direito da mulher interromper a gravidez caso laudo médico venha comprovar anencefalia e o Deputado Federal Luiz Bassuma,¹²² Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da vida – Contra o aborto. O segundo nome foi endossado pelo Pastor Manoel Ferreira, Presidente da Convenção das Assembleias de Deus – Ministério Madureira e Presidente do Conselho Nacional de Pastores do Brasil, fundado pelo Bispo Edir Macedo da Igreja Universal do Reino de Deus e pelo Pr. Manoel Ferreira da Assembleia de Deus – Ministério Madureira.

O fato concreto é que todas as entidades representativas das mais diversas matizes do pensamento social, sejam elas médicas, científicas, de causa pelo direito ou contrária a ele, as religiosas como Evangélicos e Católicos, ambos lados receberam direito a voz nas audiências públicas. Cumpre salientar que a atuação realizada pela Suprema Corte manteve a forma equânime em seu papel. Obviamente que em uma sociedade pós-tradicional, o contraditório é posto em debate. A polarização só faz o retrocesso a uma sociedade ainda atrelada à tradição, ou seja, postar-se contrário ao direito da mulher abortar em caso de anencefalia e resguardar seu direito de sofrer as dores de parir um feto que está condenado à morte é senão, na melhor das hipóteses, o retorno à proibição ao aborto e, em termos religiosos, o retorno à tradição.

Em 2012, após quatro anos, o Supremo Tribunal Federal julgou procedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 54 e assim tornou direito para a mulher interromper a gravidez em caso de anencefalia. Isso não quer dizer que a ciência teve peso maior ou menor na decisão do Supremo, apenas enfatiza fato que não era possível evidenciar pela medicina, décadas atrás. A decisão é fruto do próprio avanço da medicina, dos estudos científicos, dos exames pré-natal, equipamentos modernos que, outrora, não existiam e que permitem o diagnóstico de má-formação do feto.

¹²¹ Deputado José Aristodemo Pinotti, nascido em 1934 faleceu em 2009 devido a um câncer de pulmão. Médico ginecologista formado pela USP, contribuiu imensamente com políticas públicas na área de saúde. Além de deputado foi secretário de saúde no município de São Paulo em diversas gestões.

¹²² Atualmente ex-deputado, Luiz Bassuma foi filiado ao Partido dos Trabalhadores e, na ocasião da ADPF estava filiado ao PV.

Outro ponto a destacar é que a modernização tardia, no caso da sociedade brasileira, faz com que agentes religiosos continuem a ter peso importante na formação daquilo que se convencionou a chamar de opinião pública. A considerar as diferenças entre sociedades pós-tradicionais mais ou menos avançadas, ou tardiamente avançadas, o discurso religioso se fará presente, mesmo que seja para contrapor provas e evidências daquilo que a ciência é capaz de apresentar. Assim, que o simples fato de tais evidências serem ouvidas em audiências públicas, fato que está correto, demonstra que a sociedade ainda está longe de sua laicidade e a esfera religiosa assume contornos para além da política e se esvai até o direito do cidadão.

Tanto é fato que, nesse momento, pode-se retornar à proposta vista em parágrafos acima, PEC – Proposta de Emenda à Constituição, do ex Senador Magno Malta, desarquivada pelo Senador Eduardo Girão, PODEMOS/CE, que apela à justificativa dos estudos embrionários e da fetologia como respaldo ao momento da concepção da vida a fim de resguardar que crianças, ou fetos, sejam mortos através de procedimentos abortivos. Dessa forma, em uma concepção religiosa, não se deve praticar aborto em qualquer situação. Assim, utilizam-se de um pretense discurso científico para sobrepor um discurso meramente religioso. Esse é o pêndulo de uma sociedade que caminha tardiamente para um contexto pós-tradicionais. Discursos, direitos, minorias, todos estão afeitos ao balançar do pêndulo que por mais moderno que possa ser ainda possuem resquícios de uma sociedade religiosa.

Outrora, ainda sobre a PEC do ex-senador Magno Malta, vale resaltar que o texto traz vaga explicação científica e o caráter religioso da proposta sobressai. Entretanto, o poder, em contexto pós-tradicional, deve ser neutro e assim entendido:

O Estado liberal não pode transformar a exigida separação institucional entre religião e política numa sobrecarga mental e psicológica insuportável para os seus cidadãos religiosos. Entretanto, eles devem reconhecer que o princípio do exercício do poder é neutro do ponto de vista das visões de mundo. Cada um precisa saber e aceitar que, além do limiar institucional que separa a esfera pública informal dos parlamentos, dos tribunais, dos ministérios e das administrações, só contam argumentos seculares [...]. (HABERMAS, 2007, p. 147).

Segundo o autor, o cidadão religioso deve observar que o poder não pode tomar partido, é neutro, e as institucionalidades devem ter conteúdos seculares. Mas, quando o cidadão religioso é representante do Parlamento:

Isso não deve alienar das decisões políticas os cidadãos ‘de uma só linguagem’ porque mesmo quando aduzem razões religiosas estão assumindo posição em sentido político. Mesmo que a linguagem religiosa seja a única que eles falam e mesmo que as opiniões com fundo religioso sejam as únicas que eles possuem para contribuir para a controvérsia política, eles se entendem como membros de uma ‘cidade terrena’ (civitas terrena) que os autoriza enquanto autores das leis às quais eles estão sujeitos como destinatários. Uma vez que eles podem manifestar-se numa linguagem religiosa apenas sob a condição do

reconhecimento da ‘ressalva de uma tradução institucional’, eles podem, apoiados na confiabilidade das traduções cooperativas de seus concidadãos, entender-se como participantes do processo de legislação, mesmo que os argumentos decisivos nesse processo sejam seculares. (HABERMAS, 2007, p. 147).

Se o representante for religioso e apenas conseguir se expressar de forma religiosa em seus Projetos de Leis ou Projetos de Emendas à Constituição, esse deve se atentar à tradução institucional, ou seja, traduzir seu linguajar religioso de maneira secular e, por consequência, neutro, uma vez que as instituições são neutras. O que o leitor pode perceber até o momento é que os representantes da Frente Parlamentar Evangélica utilizam-se de justificativas religiosas para seus projetos sem a preocupação de adequá-las à tradução. Mesmo que, nesse último caso, aborto, o autor tenha, que com algum êxito, traduzir. O que está nas entrelinhas é de cunho religioso ao que se refere o direito à vida, em que o abortar significa tirar a vida e reporta-se ao mandamento do “não matarás.”

De fato, todos os projetos de leis apresentados expõem o que é a sociedade pós-tradicional; a questão da família com seus novos rearranjos, a homossexualidade e o preconceito vivido por esses indivíduos, o aborto e a concepção da vida, o ensino do criacionismo nas escolas públicas e privadas. Todos esses temas, que outrora perteciam à esfera da vida privada, ganham espaço na esfera da vida pública e política:

Quando os destinatários da lógica do razoável estão organizados numa comunidade democrática – que pressupõe uma visão de mundo assinalada pelo princípio da tolerância, pelo espírito crítico, pelo relativismo, pela aceitação do outro, pelo respeito às minorias, pela vocação ao diálogo e à discussão –, o aceitável e o inaceitável podem, em tese, encontrar standards apropriados numa razão prática aberta a razoabilidade, cuja instância última é [...] auditório universal que não comporta coisa julgada (LAFER, 1988, p. 106).

De todos esses temas imbricados, que colocam em discussões grupos sociais organizados, deve-se, garantir, em termos democráticos, em condições pós-tradicionais, o princípio da tolerância, da aceitação pelo outro – empatia – e, principalmente, o respeito pelas minorias. Tal recomendação serve não apenas aos representantes evangélicos frente aos temas e grupos da sociedade civil, mas vice-versa, na qual no predomínio de uma razoabilidade prática possam ser encontradas formas de serem atendidas as demandas daqueles que possuem pouca voz ou, por vezes, nenhuma voz na esfera política.

Uma vez que, em condições pós-tradicionais, assuntos antes privados tornam-se públicos, como os já citados e o público ganha o espaço político das tomadas de decisões para os destinatários das leis, é necessário que os indivíduos representantes ou representados não façam de suas pautas algo privado:

Na esfera do público, que diz respeito ao mundo que compartilhamos com os outros e que, portanto, não é de propriedade privada de indivíduos e/ou do poder estatal, deve prevalecer a democracia, o princípio da igualdade. Este não é dado, pois as pessoas não nascem iguais

e não são iguais em suas vidas. A igualdade resulta da organização humana [...] perder o acesso à esfera do público significa perder o acesso à igualdade. Aquele que se vê destituído da cidadania, ao ver-se limitado à esfera do privado fica privado de direitos [...] a política institui a pluralidade humana e um mundo comum. (LAFER, 1988, p. 211).

Sejam religiosos ou não religiosos, o mundo compartilhado, a fé ou a sua falta, as demandas de grupos minoritários LGBT, negros, crianças, mulheres, dentre tantos outros *outsiders*, que não possuem vez e voz na esfera pública, é necessário que a democracia leve a igualdade e que as vozes não se tornem privadas e que se, por ventura forem retiradas, cairão no limbo da esfera da vida privada.

Mas afinal, o que tem em comum a sociedade pós-tradicional, em tudo o que já foi dito até aqui, e a atuação da Frente Parlamentar Evangélica? Em comum o que se tem, em hipótese, é a sensação de que a sociedade possui e perda de tradição: “[...] à radicalização da modernidade. Estes são processos de abandono, desincorporação e problematização da tradição.” (GIDDENS, 2012, p. 91). Todavia, mesmo com o sentimento de perda da tradição, a mesma deve ser entendida da seguinte maneira:

Repetição significa tempo – alguns diriam que é tempo – e a tradição está, de algum modo, envolvida com o controle do tempo. Em outras palavras, a tradição é uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência sobre o presente. Mas evidentemente, em certo sentido e em qualquer medida, a tradição também diz respeito ao futuro, pois as práticas estabelecidas são utilizadas como uma maneira de se organizar o tempo futuro [...]. A repetição, de uma maneira que precisa ser examinada, chega a fazer o futuro voltar ao passado, enquanto também aproxima o passado para reconstruir o futuro. (GIDDENS, 2012, p. 98).

Tradição pressupõe repetição, mas também memória coletiva; assim, as tradições seguem uma orientação do passado no presente e podem organizar o tempo futuro. A tradição liga passado, presente e futuro orientando as sociedades. Nesse sentido, é necessário que a tradição possua a figura de seus guardiães:

Os guardiães, sejam eles idosos, curandeiros, mágicos ou funcionários religiosos, têm muita importância dentro da tradição porque se acredita que eles são os agentes, ou os medidores essenciais, de seus poderes causais. Lidam com os mistérios, mas suas habilidades de arcanos provêm mais do seu envolvimento com o poder causal da tradição que do seu domínio de qualquer segredo ou conhecimento esotérico. (GIDDENS, 2012, p. 102).

Em hipótese, sem a pretensão de conclusão, seriam os pastores e as igrejas portadoras ou guardiães da tradição? Seus legisladores ao pautarem temas como família formada pela união de homem e mulher pelo casamento, sem levar em conta os novos modelos de famílias recombinações – formadas por casais divorciados -, ou mesmo famílias compostas por pessoas do mesmo sexo, o ensino do criacionismo nas escolas, a discriminação à orientação sexual de homens e mulheres e a posição contrária ao aborto, até mesmo aquelas previstas em leis retornam, às tradições e, para grande

parte da sociedade, não faz mais sentido, diferentemente para o eleitorado religioso. Todavia, a tradição é como um organismo: “As tradições têm um caráter orgânico: elas se desenvolvem e amadurecem, ou enfraquecem e ‘morrem’.” (GIDDENS, 2012, p. 99). Caso as tradições com relação à família, sexualidade, aborto, identidades e outros temas se enfraquecem, é óbvio que tais fatos dividam opiniões, pois há a parte da sociedade que é contrária e desejosa do retorno às tradições e outra parte que, ao perceber as mudanças próprias da sociedade pós-tradicional, deseja que, em um sentido mais progressista, o corpo social continue no caminho em que está. Tais fatos geram dissensos e não consensos.

Outrora, por mais radicalizada que seja a modernidade as tradições não desaparecem por completo: “Na ordem pós-tradicional, mesmo na mais moderna das sociedades atuais, as tradições não desaparecem totalmente; na verdade, em alguns aspectos, e em alguns contextos elas florescem.” (GIDDENS, 2012, p. 155). Se elas florescem é porque determinados grupos sociais assim as fomentam. Mas como se pode observar, um organismo vivo que pode florescer, enfraquecer ou morrer cabe a análise da Sociologia, a partir de seus atores, observar qual caminho determinada sociedade traça.

Outra especificidade própria da sociedade pós-tradicional é sua reflexividade:

Uma tese elementar da modernização reflexiva afirma o seguinte: quanto mais as sociedades são modernizadas mais os agentes (sujeitos) adquirem a capacidade de refletir sobre as condições sociais de sua existência e, assim, modificá-las. Essa tese apresenta variações nesse livro e é considerada pelas suas consequências para as teorias da mudança social nas áreas de cultura e tradição (Giddens), da estetização e da economia (Lash) e da política e subpolítica (Beck). Dessa maneira, a controvérsia entre os modernistas e os pós-modernistas é superada por um terceiro caminho: a modernização reflexiva. (BECK, 2012, p. 259).

A depender do grau em que a sociedade se encontra, entre seus consensos e dissensos, suas variáveis de tolerância ou intolerância, é perfeitamente possível que a radicalização da modernidade se apazigue a partir do momento em que seus sujeitos comecem a refletir sobre suas condições sociais de existência. Mas que para tal fato ocorra, é necessário que os indivíduos participem da esfera pública sem que sejam tolhidos de voz; assim, a própria sociedade pode, no presente ou futuro, traçar suas próprias escolhas.

7.1 Considerações à primeira parte do capítulo

Está claro que a sociedade pós-tradicional tira os indivíduos de seus eixos de segurança frente às mudanças advindas no campo dos costumes e das tradições. Torna-os inseguros, ansiosos, frente aos desafios impostos por um novo modo de pensar e agir. Novas identidades e o sentimento

de esvaziamento das tradições reverberam em diversos setores da sociedade. Assim, fatos que faziam sentido em um passado não tão distante, já não o fazem.

Para elucidar, a questão dos costumes como a sexualidade, sua expressão, torna-se, em condições pós-tradicionais, motivos e assuntos que ganham a esfera pública, mas não apenas a sexualidade feminina, o divórcio e as famílias recombinações, mas também a homossexualidade e o fato de casais formarem novos tipos de família. Assim, sexualidade e família, no que se referem aos costumes, se modificam. Isso não significa que a família tradicional nuclear deixa de existir, ela apenas deve conviver com outros tipos de famílias, sejam de divorciados ou de homossexuais. O casamento, enquanto tradição, passa por mudanças e envolve o costume e a sexualidade, de forma que, costume e tradição se imbriquem, e os casamentos já não são “para sempre” ou realizados em ambientes religiosos, ressaltando sem generalizações.

A questão do aborto é outro tema que divide opiniões, pois mesmo que por lei seja permitido em casos em que a mulher sofre estupro, em que existe risco de morte da mulher gestante ou em caso de fetos anencéfalos, este último por determinação do Supremo Tribunal Federal, o fato é que tal assunto, próprio da sociedade pós-tradicional, divide a sociedade não apenas entre os crentes e não crentes, mas também do movimento feminista que acredita que a mulher deva ter a palavra final com relação ao seu próprio corpo.

Com relação às pautas e atuações da Frente Parlamentar Evangélica, pode-se especular que:

1. Suas pautas são conservadoras no sentido da manutenção de uma tradição no sentido dos costumes – família, casamento, homossexualidade e aborto -, porém, poderemos compreender melhor esses comportamentos com as entrevistas com pastores e fiéis que, ao responderem sobre a representatividade com relação à atuação dos deputados evangélicos, aprofundarão o problema.

2. Estaria parte da sociedade, através dos evangélicos – pastores, fiéis e deputados eleitos à busca de uma tentativa de volta à uma tradição, que para os não crentes não faz mais sentido, sem generalizações, mas que para os crentes faz sentido. Assim, o movimento reflexivo dá conta de algo, como uma analogia ao movimento “boomerang”, no sentido da sociedade avançar na radicalização da modernidade e retroceder para pautas conservadoras e tradicionais. Esse é outro fato que não cabe responder conclusivamente nesse momento, mas sim com o devido cuidado do pesquisador no sentido de interpretar os sentidos atribuídos aos fatos pelos sujeitos da pesquisa.

Em seguida, pretende-se observar como pastores e membros oferecem significados para a atuação da Bancada Evangélica na Câmara dos Deputados através de duas questões desmandadas, a saber 1. O Sr tem conhecimento das propostas da Bancada Evangélica na Câmara Federal? e 2. O Sr. (a) conhece as propostas defendidas pela Bancada Evangélica na Câmara Federal? Se sim, citar. Caso não, explicar: contra união estável de pessoas do mesmo sexo, a questão do aborto em qualquer situação, o ensino do criacionismo nas escolas e a defesa da família tradicional. Os

exemplos expostos na pergunta aos entrevistados são pautas defendidas pela Bancada Evangélica discutidas nessa tese.

A intenção da primeira questão é a hipótese dos entrevistados oferecerem respostas afirmativas, ou não, e se conseguem desenvolver o tema. Caso não consigam abordar a segunda, sendo extensão da primeira, tem como objetivo observar quais são as visões de mundo com relação às pautas caras à Bancada Evangélica e se existe ou não afinidades entre as visões de mundo e as pautas.

Para abertura dessa parte são considerados os entrevistados na seguinte ordem Pastores da Assembleia de Deus Ministério do Belém e Pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus; membros da Assembleia de Deus Ministério do Belém e membros da Igreja Internacional da Graça de Deus. Assim, busca-se em primeiro lugar a visão de mundo e a atribuição de valores dos pastores e na sequência os membros.

7.2 O conhecimento das propostas da Bancada Evangélica

A seguir, as respostas dos pastores para a primeira questão: O Sr (a) tem conhecimento das propostas da Bancada Evangélica na Câmara Federal?

Algumas propostas nem todas, né! Em suma, algumas propostas a gente tem. Nós temos lá a questão da valorização da família, essa luta constante, né! De valorização, que que é família? Que que é família tradicional, né? União homoafetiva [...]. (Pr. Ebenezer, 2021).

O primeiro entrevistado diz conhecer algumas propostas, mas cita a questão da valorização da família o que ele traduz como família tradicional. Família tradicional é composta por casal heterossexual com filhos (as), esse é o modelo de família que os religiosos defendem.

Não, conhecimento não! A gente fica sabendo assim que surgiu de última hora, né! E as necessidades da gente estar orando pela Bancada Evangélica para que ocorra tudo bem nas votações. (Pr. Joel, 2021).

O entrevistado acima não possui conhecimento das propostas da Bancada Evangélica na Câmara Federal.

Olha, Professor, as propostas em si, se o Sr. assistir bem a cada deputado que representa a Bancada Evangélica, o Sr. sabe que hoje existem muitas demandas, principalmente se não houvesse hoje uma Bancada Evangélica, os valores morais da família teriam se destruídos. Então o que a gente mais preza e a gente mais cobra, que a gente mais percebe que essa Bancada Evangélica hoje está mais na condição de ficar defendendo que lançar novas propostas [...]. Eles se ocupam tanto em defender que estão trabalhando só na defensiva [...]. Existe na Câmara Federal, centenas e centenas de processos em andamentos pra ferir essa instituição chamada família! [...]. (Pr. Geraldo, 2021).

Para o pastor entrevistado, a família está em constante perseguição, ou seja, querem acabar com a família e seus valores morais. Desta forma, afirma com alguma veemência existirem “centenas e centenas” de projetos contra a instituição família e o papel da Bancada Evangélica. Nesse momento, é trabalhar na defensiva para que esses projetos não avancem.

Eu não tenho conhecimento! Esse eu não tenho conhecimento porque as propostas, nós sabemos que os deputados que nós acompanhamos é o que nós votamos, vamos dizer assim: é irmão nosso! Conhecido, que nós conhecemos! Agora, a proposta deles no geral, nós só sabemos, assim, por noticiário, mas é uma coisa que quase não se dá notícia da Bancada Evangélica. O Sr não vê na mídia: Olha a Bancada Evangélica! Você, outras pessoas. Às vezes um sozinho tá na mídia, mas a Bancada inteira [...]. Só as notícias que traz o deputado que nós votamos. (Pr. Geraldinho, 2021).

Apesar de responder à pergunta, o pastor acima não demonstra conhecimento das propostas da Bancada Evangélica.

De maneira bem macro, né! Posso te falar de algumas das principais, de novo, até porque existem diversas frentes que são focadas de trabalho e que, vamos dizer assim, essas frentes, os objetivos são abraçados, compartilhados, por diferente frentes. A bandeira, ou a Frente Parlamentar Evangélica, tá li, de novo, voltando o que eu falei pra ti em alguns minutos atrás, representando, obviamente, levando a bandeira do segmento da qual ela representa que são os evangélicos. Basicamente o que a gente tem ali são as propostas de leis voltadas pra políticas que venham, não apenas beneficiar um segmento específico, mas sim, diverso. Então, uma das coisas que a gente sabe que tem sido tratado é a escola sem partido, essa discussão tá bem atual, bem intensa, a própria questão do aborto, que é um outro ponto discutido que é um dos principais, vamos dizer assim, um dos principais assuntos que a Frente Parlamentar está ali pra se defender. E aí, a gente vai monitorando esses assuntos mais específicos. Talvez eu, particularmente, até de uma maneira menos intensa em alguns momentos, porque eu fico preocupado mais com esse visão macro [...]. O objetivo comum se sobrepõe ao objetivo específico da representação, né! [...]. São assuntos mais que estão relacionados a ferir princípios, princípios e valores, e que, de novo, são transcendentais a qualquer sociedade por mais que ela seja moderna [...]. Pesquisas com células troncos [...], a própria eutanásia [...], enfim [...], liberação do uso das drogas [...]. (Pr. José Ricardo, 2021).

A última resposta contempla um conhecimento um pouco maior que as anteriores, o pastor consegue citar alguns exemplos daquilo que a Bancada Evangélica defende como, por exemplo escola sem partido, questão do aborto, contra a pesquisa com células tronco, eutanásia e liberação do uso das drogas. Essa é, talvez, a resposta mais completa até o momento.

Comentário

A tirar por base, os pastores da Assembleia de Deus Ministério do Belém, apenas um consegue oferecer uma resposta mais completa com exemplificações. A maioria não consegue desenvolver conhecimento mais aprofundado das propostas da Bancada Evangélica na Câmara Federal, todavia aqueles que respondem, citam a questão da defesa da família, pauta importante

para os evangélicos. Defender a família, para eles, é primordial, uma vez que essa estaria ameaçada por leis contrárias e, necessariamente, a Bancada Evangélica deve ser sua guardiã

Se for levado em conta o grau de escolaridade dos pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP é de se esperar que, ao menos, apresentem maior conhecimento sobre as pautas. E não apenas isso, como formadores de opinião e influenciadores de votos de seus membros, torna-se necessário o conhecimento para que possam, ao indicarem seus representantes, explicitar as pautas que podem vir a defender, ou mesmo, atuar como lobistas em causas próprias de grupos restritos. Todavia, não é isso que se observa nas respostas. Compromete-se assim, quaisquer argumentos sobre o que defenderiam seus representantes em Brasília.

Sem avançar nos pormenores da análise acima, a seguir serão apresentadas as respostas dos pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus para a mesma questão: O Sr(a) tem conhecimento das propostas da Bancada Evangélica na Câmara Federal?

É, até o presente momento, aquelas que foram apresentadas e tiveram divulgações na mídia, né! Esse tipo de informação a gente acaba tendo, né! No caso, nós tivemos aquela última, a última que eu tive acesso, inclusive, foi aquela que deu repercussão nacional, que foi aquela de barbareo, aquele chamado kit gay [...] que foi um projeto né! Apesar de ser negado que realmente existiu [...]. Eu, pessoalmente, tenho parentes que são diretores de escola e receberam o material. Então não é uma, como diz o pessoal, uma fake news, não! Eu vi! A gente viu! Parente meu né! Lógico que não foi, pelo menos para esse parente meu, quando chegou pra ele, não chegou obrigado a passar o material, falou que era opção do diretor passar ou não passar, mas realmente esse material chegou às escolas. É de orientação sexual nesse sentido como foi apresentado. Então, realmente, é, foi uma preocupação válida da Bancada quanto a esse assunto. (Pr. Lucas, 2021).

Nosso primeiro entrevistado diz conhecer o que é divulgado na mídia e cita o Kit gay como exemplo. Kit gay é uma forma pejorativa daquilo que seria uma campanha do governo federal chamado Brasil sem Homofobia. Lançado em 2004, a campanha tinha como objetivo combater a violência e o preconceito contra a população LGBTQIA+ e uma parte era reservada a professores (as) – Escola sem homofobia - na conscientização de temas como sexualidade e gênero. Para exemplificar, a Revista Nova Escola¹²³ traz matéria e quatro vídeos da campanha que abordam, principalmente, o cotidiano do adolescente na escola. Em 2011, época em que o material estava pronto para ser impresso, setores conservadores do Congresso Nacional se opuseram, o governo e que nada foi distribuído¹²⁴.

¹²³ Segue o link da matéria da Revista Nova Escola. Nesse link o leitor pode assistir aos vídeos referidos. <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>

¹²⁴ Sobre a distribuição do material conferir matéria: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/educacao/kit-gay-nunca-foi-distribuido-em-escola-veja-verdades-e-mentiras/>

Hoje eu tenho muito pouco conhecimento sobre isso. Mas, uma muito importante que é a não legalização de direito de uma criança quando nasce, ela escolher, com o tempo, se ela é menino ou menina! E outro é sobre o casamento gay! E a terceira proposta é sobre a proteção da família brasileira! (Pr. Angeli, 2021).

O entrevistado acima oferece três exemplos de pautas defendidas pela Bancada Evangélica ou Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal, como a questão do aborto à qual a Frente Parlamentar é contrária em qualquer situação; o casamento gay ou união estável de pessoas do mesmo sexo que para os evangélicos é uma pauta contrária a família e a defesa da família brasileira, cujo modelo é a família tradicional formada por casal heterossexual com filhos.

Sinceramente, não! (Pra. Valdete, 2021).

A representante feminina dentre os pastores diz, de forma rápida e curta, não conhecer as propostas da Bancada Evangélica na Câmara dos Deputados.

Não! Pode ser um erro da minha parte, mas eu não me atento pra isso, estou sendo sincero! (Pr. Rodrigo, 2021).

Da mesma forma como a entrevistada acima, o pastor Rodrigo diz não ter conhecimento das propostas.

Um dos pleitos, né! Que a Bancada tem tido lá é a derrubada da legalização do aborto, né! Um dos pleitos que eles têm lutado lá é esse. E um segundo tema aí que eles têm lutado, também, para que não aprovem é a legalização das drogas, né? Eu acredito que seja as duas principais. (Pr. Rogério, 2021).

Por último, o pastor cita como exemplo a legalização do aborto e a legalização das drogas, entretanto, de uma forma bastante rápida e direta.

Comentário

No que diz respeito aos pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus, ao que se observa, conseguem explicar melhor o que conhecem sobre as pautas, por exemplo, a questão do aborto, da união estável de pessoas do mesmo sexo, legalização das drogas e a defesa da família tradicional. Obviamente que todos os exemplos ofertados pelos pastores giram em torno da família e é nesse grupo social que respingam todas as demandas citadas. Destaque para apenas dois pastores que não conhecem nada sobre as pautas da Bancada Evangélica.

Se comparadas as respostas dos pastores da Assembleia de Deus Ministério do Belém e da Igreja Internacional da Graça de Deus observar-se-á o seguinte: dos dez pastores que responderam, quatro – de ambos os lados – não conseguem desenvolver a temática ou, ao menos, exemplificar alguma pauta da Bancada Evangélica na Câmara Federal e isso significa quase a metade dos entrevistados. Dos pastores que conseguem exemplificar algum tipo de pauta, pode-se destacar os pastores da Assembleia de Deus, cujas respostas ficam em torno do tema família. Por outro lado, os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus, além da questão da família, abordam outros temas como aborto, união homoafetiva e drogas, demonstrando, assim, um conhecimento maior em relação à primeira denominação.

Na sequência, estão as respostas dos membros da Assembleia de Deus Ministério do Belém e dos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus para a mesma questão: O Sr. (a) tem conhecimento das propostas da Bancada Evangélica na Câmara Federal?

Não, não tenho. Por outro lado, vou repetir pra você, o que acontece, há muito tempo atrás teve um músico, um cantor, que não fazia sucesso com as músicas dele. Ele entrou no meio evangélico, começou a apresentar-se na igreja, fez sucesso, estabilizou-se na vida. Porque ele usou do crescimento, com há pessoas que começou a fazer uma prática ir trabalhar no meio evangélico. Por quê? Ele viu um crescimento muito grande [...] a pessoa aposta nesse público, então trabalha no ramo de vender produto nesse público. Assim é a pessoa que encosta na igreja que tem quatro mil membros, com três mil votos eu sou eleito vereador! [...]. Ele se une a igreja evangélica acende uma vela pro diabo outra pra Deus, a verdade é essa! [...]. Esse cantor usou-se da Igreja para estabilizar-se financeiramente [...]. (Sr. Francisco, 2021).

Apesar da longa resposta apresentada pelo Sr. Francisco, no começo ele afirma não ter conhecimento das propostas da Bancada Evangélica na Câmara dos Deputados.

Atualmente, né! Se eu vou falar que eu tenho conhecimento de todos eu não tenho! Como eu falei com o Sr. meu contato é mais quase que indireto, né! Não é tão diretamente de buscar através de internet, né! Eu já quase nem uso, nesse ponto eu sou meio, tô lá pra traz, né! Mas eu sei o que normalmente eles têm buscado, não vai ferir à princípios cristão! Então, tem um fator predominante em tudo que deixa a gente em paz e tranquilo, que é saber [...], que é para o bem, para o bem, de modo a falar de todos. Quanto maior a esfera de representação abrange uma quantidade maior da população. Então, você fica feliz e tranquilo no sentido que não vai ferir os princípios cristão! Como há outros entendimentos que pode ferir, por isso que há os representantes depois se vota se vai ser aprovado ou não [...]. (Sr. Saulo, 2021).

A resposta acima contempla o entrevistado, Sr. Saulo, que não acompanha e não busca informação pela internet por não utilizá-la, contudo preocupa-se com os princípios cristãos e destaca que a Bancada os tem preservado. Poder-se-ia perguntar: quais princípios? Não apenas a questão da família é um princípio, mas também a sexualidade. Torna-se difícil, aqui, saber a que valor cristão refere-se o entrevistado.

Não, até um tempo atrás, até acho que um ano atrás sim! Depois dessa coisa de pandemia e tudo eu me desliguei [...] e acaba que não! [o que a Sra. conhecia], projetos pela família, eles tinha muitos projetos pra crianças, essas coisas, confesso que não vi isso! Se eu disse que estou vendo é mentira! (Sra. Maria Luiza, 2021).

Até o momento, a única entrevistada que consegue exemplificar uma pauta da Bancada Evangélica é a Sra. Maria Luiza ao se referir aos projetos voltados para a família.

Eu não tenho o conhecimento das propostas certo! O que eu acompanho é o trabalho do deputado Paulo Freire e as emenda que ele manda para as cidades, né? Tanto na área da saúde, educação e infraestrutura. Agora, em geral das Bancada, eu não tenho conhecimento o único conhecimento que eu tenho é quando tem algum projeto polêmico, hoje é notório e tudo mundo conhece, a televisão fala direto, e a gente acompanha as votações [...], na verdade os projetos polêmico são sempre de gênero, né! (Vereador Pereira, 2021).

Na condição de vereador por sete mandatos, membro da Assembleia de Deus e representante da Igreja na Câmara Municipal, é de se esperar uma resposta mais completa que a oferecida aqui. Destaque apenas para projetos com relação a gênero.

Não, pior que eu não tenho! (Maria de Jesus, 2021).

A última entrevistada, em sua resposta breve, diz não ter conhecimento de nenhuma proposta da Bancada Evangélica ou Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados.

Comentário

Dos entrevistados – membros – da Assembleia de Deus – Ministério do Belém em Rio Claro/SP, o desconhecimento demonstrado sobre as propostas da Bancada é praticamente unânime. Apenas dois exemplos foram ditos por dois entrevistados diferentes, o que mostra que apesar de serem evangélicos, não conhecem as pautas defendidas pelos evangélicos na Câmara; todavia, desconhecimento aqui não significa que eles não possuam conhecimento daquilo que o seu representante em particular realiza ou se sentem representados por ele.

Não é de se espantar que os membros desconheçam as propostas defendidas pela Bancada Evangélica na Câmara dos Deputados, e algumas hipóteses podem ser levantadas: os membros se comportam como eleitores comuns, votam sem saber o que seu representante irá defender no Legislativo Federal. A esfera política não é de preocupação precípua dos membros eleitores que votam por indicação e confiança de que seu representante está realizando um bom trabalho e, por consequência, atuando em favor das demandas evangélicas. E as demandas da vida, em condições pós-tradicionais, em que os indivíduos são submetidos às mais diversas demandas, fazem com que a política não seja prioridade.

Todavia, enquanto cidadãos, os membros eleitores devem buscar conhecimento, mesmo que não gostem do assunto política, pois nem todos são obrigados a gostar, mas para que o voto possua embasamento de fato o exercício da cidadania deve estar alicerçado sobre o conhecimento a busca

de informação, quais são as atribuições de seus representantes e o que se propõem a realizar. Caso o básico fosse realizado, o voto assumiria uma outra conotação. Vota-se não apenas por indicação do pastor, mas por convicção daquilo que o representante se propõe a realizar.

A seguir encontram-se as respostas dos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus sobre o mesmo tema: O Sr(a) tem conhecimento das propostas da Bancada Evangélica na Câmara Federal?

Não! (Sra, Vitória, 2021).

A primeira entrevistada, sempre por ordem de data, diz não possuir conhecimento das propostas da Bancada Evangélica na Câmara dos Deputados. E mais a frente, acaba por dizer que é por não se afinar com o assunto política e, ademais, a falta de tempo.

Falar bem da verdade, não! Eu, assim, o que eu sempre acompanhava, né! Era o Marcos Feliciano, né! Ele estava sempre, né! Ali, brigando por uma coisa por outra, Magno Malta, né! Mas conhecimento, não! (Sra. Maria Amélia, 2021).

A Sra Maria Amélia apesar de citar o Deputado Federal Marco Feliciano e o ex Senador, pelo Estado do Espírito Santo, Magno Malta, não consegue exemplificar propostas da Bancada Evangélica.

Tenho um pouco de conhecimento! Por exemplo: através do Marco Feliciano, né! Defende, entendeu? Defende os cristão, aí! Certos costume nas escola, então eles tão defendendo pra não aplicar nas escola, nas criança. Tipo o Kit Gay, né! Então eles defenderam, defenderam. (Sr. Paulo Eduardo, 2021).

O Sr. Paulo Eduardo diz que possui um pouco de conhecimento sobre as propostas da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal e cita o Deputado Marco Feliciano como defensor dos cristãos no que se refere ao Kit Gay. Após sua resposta, foi acrescentada a pergunta a seguir: *Quando o Sr fala a respeito do kit gay, o Sr acredita que seja uma fake news ou um fato?*

Eu acredito que é um fato! É assim, devido tá acompanhando as reportagem entendeu? Eu percebi, que o povo tava mesmo querendo implantar isso, entendeu? Tava querendo mesmo colocar essa prática! [quando o Sr. fala povo o Sr se refere a quem?], os representante político, né! (Sr. Paulo Eduardo, 2021).

¹²⁶ Apenas para lembrar o leitor, o projeto a que se refere é o Brasil sem homofobia. O Kit Gay, em sim, jamais existiu. Tal narrativa de setores evangélicos e da direita brasileira foi montado para desgastar a imagem do governo do PT.

A atuação estridente de representantes evangélicos, dentre eles o Deputado Marco Feliciano e de pastores, como Silas Malafaia, tornou, o que era pra ser um projeto derrubado, uma vez que o governo federal não adotou sua prática¹²⁶, em uma verdadeira fake news utilizada, sobremaneira, na campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, que contou com o apoio de grande parcela dos evangélicos. O fato do entrevistado acreditar ser real diz muito sobre a falta de informação sobre o acontecido.

Algumas, não todas , né! Que eu ouço muito a Voz do Brasil, né! Então a gente fica sabendo através disso daí. Mas se eu pudesse taria lá no plenário escutando [O Sr pode citar algumas das propostas que o Sr conhece?]. Olha, a proposta eu não lembro o nome do deputado, mas, enfim, a mais recente, né! Eles batalharam aí pra aprovação do Ministro pra liberar a abertura das Igrejas, né! E foi um grande triunfo, né! Pra todos nós evangélicos, né! Tô lembrando assim de passagem, né! [Mais alguma pauta que o Sr. se lembra?]. Ah da ideologia de gênero, foi uma coisa que pegou muito, né! Que tocou muito no coração de quem é família assim, né! Às vezes a pessoa nem evangélica ele é, ela é católica, mas ela quer aquele seguimento de antigamente [...]. Também não repudiou não, se a pessoa, ele tem uma escolha, né! De um outro lado lá, de ideologia lá, ela que siga o dela. Ela não pode fazer o que? Isso que a gente preza, ela não pode influenciar [...]. (Sr. Marcelo Oliveira, 2021).

Após muita insistência, o Sr. Marcelo Oliveira, o candidato derrotado a vereador representante da Igreja, apenas consegue exemplificar a questão de gênero. Tal sofreguidão mostra a desinformação, a falta de conhecimento e preparo para alguém que almeja tomar assento em uma cadeira na Câmara Municipal. Todavia, o que interessa é ter representante mas se está preparado ou não, é outro assunto. Obviamente não se deseja que o indivíduo seja um cientista político que domine teorias políticas, econômicas ou sociais, porém o mínimo de desenvoltura é necessário e não apenas um assistencialismo para ganhar as eleições.

No momento não tenho! (Sr. Bernardo, 2021).

Por último, o Sr. Bernardo que diz não ter conhecimento das propostas da Bancada Evangélica em uma resposta breve e sem rodeios.

Comentário

Com relação aos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus, pode-se observar o desconhecimento das propostas da Bancada Evangélica na Câmara Federal. O destaque é para o kit gay, como questão de gênero, que aparece em duas respostas. O restante não consegue oferecer exemplificações sobre o tema, o que demonstra desconhecimento e, o que salta os olhos, é o famigerado kit gay, que de uma farsa, tornar-se verdade na visão de mundo de dois dentre cinco entrevistados. Talvez aqui seja a chave para a certeza de que o kit gay não caiu no esquecimento, pelo menos na visão de mundo de parte dos evangélicos.

Se comparadas¹²⁷ as respostas dos membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém e da Igreja Internacional da Graça de Deus, observar-se-á que não existe conhecimento suficiente sobre as propostas da Bancada Evangélica em Brasília. As respostas são, de certa maneira, superficiais, o que demonstra que os membros significam sua ação como eleitores que votam e não acompanham o desempenho de seu deputado junto a uma bancada ou, como evangélicos, não conhecem o que defendem seus deputados evangélicos.

7.3 Considerações parciais sobre o conhecimento das pautas

Ao que cabe a essa tese mostrar certas conclusões às hipóteses levantadas, poder-se-á afirmar, de maneira preliminar, que pastores e membros das duas denominações pesquisadas não possuem conhecimento suficiente acerca das propostas da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados. Apesar das respostas dos pastores serem melhores que as dos membros, os primeiros não demonstram conhecimento muito mais significativo, todavia, ao conseguirem observar a questão dos costumes, da família, do aborto, da união estável de pessoas do mesmo sexo e das drogas, obtêm uma vantagem quando se trata da relação pastor – membro.

Essa vantagem, mesmo que pouca, de conhecimento dos pastores é importante no sentido da reprodução de narrativas dos motivos pelos quais os eleitores - membros devam votar no representante da igreja e fortalecer a Bancada Evangélica. Assim, quanto mais deputados evangélicos eleitos, melhor no sentido da defesa dos exemplos aqui elencados. O contraponto, nessa relação, é o eleitor passivo, obviamente com o poder de decisão em votar ou não, mas receptivo às mensagens que lhes são ofertadas por aqueles que exercem muita influência no cotidiano da vida na condição de líderes religiosos.

O próximo passo é saber como são as visões de mundo dos atores dessa pesquisa quando se trata da exemplificação de algumas pautas por parte do entrevistador. Nesse momento, algumas pautas são postas como exemplos para que os entrevistados respondam e se posicionem a respeito. O que se busca é a concordância ou discordância deles pela atuação da Bancada Evangélica, ou seja, mesmo sem conhecerem concordam com a atuação ou discordam da atuação. A exposição seguirá o mesmo sentido trabalhado nesse capítulo primeiro os pastores e em seguida os membros.

A título de esclarecimento, a continuação se dá por exemplificações, como a união estável de pessoas do mesmo sexo; a questão do aborto (contrários) em qualquer situação; o ensino do criacionismo nas escolas públicas e privadas e a defesa da família tradicional.

¹²⁷ Faço comparação das respostas entre os membros de ambas denominações sem a necessidade de abrir outro subtítulo.

Todos os entrevistados expuseram suas visões de mundo, entretanto as respostas são muito extensas e, para não cansar o leitor, a divisão por temas é o melhor caminho. Assim fica a critério do leitor observar o assunto que mais lhe interessa.

7.4 União estável de pessoas do mesmo sexo

A questão da união estável de pessoas do mesmo sexo na perspectiva dos pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém em Rio Claro/SP:

Nós somos contrários porque a Bíblia é contrária! Então nós defendemos o que diz a Bíblia, nós acreditamos na Bíblia, nós temos a Bíblia como regra de fé, nosso manual, se o que está na Bíblia é aquilo, acabou! (Pr. Ebenezer, 2021).

Antes que sobrevenham críticas a essa parte da pesquisa, dadas as respostas, cabe ressaltar que o trabalho é desenvolvido com seres humanos dotados da capacidade de pensamento e de raciocínio. Assim, por detrás de todas as respostas, inclusive essa que antecede as demais, existem seres humanos que atribuem valores e significados diante de fatos. Em uma análise rasa, caso o sociólogo queira, ou seja mal formado, é possível afirmar esse pastor está errado e “crucificá-lo” sem muita justificativa. Outrossim, é o sociólogo que, com toda acuidade, observa o que está em sua frente e com os argumentos postos à prova, consegue oferecer respostas ao desafio que o espera mesmo que a resposta oferecida seja contrária aos pressupostos da sociedade pós-tradicional.

Tudo está dentro da Bíblia como diz, início de tudo Gênesis, criou Deus o homem e a mulher, né! Por que somos contra? Porque, quando Deus tira do homem e forma a mulher, Deus poderia ter formado um homem, Deus poderia ter formando duas mulheres, Deus poderia ter feito casamento de pessoas do mesmo sexo [...]. Conforme o que a Bíblia nos diz, porque ela é nossa regra de fé que nós vamos nela, baseados dentro dela. Então nós, praticamente, nós somos essa parte contra daquilo que o preceito bíblico nos diz. (Pr. Joel, 2021).

No caso presente observa-se um sacerdote que, no exercício de sua função mostra-se contrário à união estável de pessoas do mesmo sexo e, para justificar, esse posicionamento utiliza-se da Bíblia como, em suas palavras, regra de fé. Antes de considerá-lo errado ou equivocado em sua resposta, vale destacar que ele é produto de seu meio e como produto do meio é aceitável que responda segundo seus pressupostos, ou seja, a Bíblia Sagrada. Para se ter uma ideia mais geral do pensamento de sacerdotes acerca do assunto é preciso uma pesquisa com outras religiões de salvação que utilizam livros sagrados como base para explicação de fé.

Eu observo como eu disse aí, na fala anterior, que os nossos deputados estão trabalhando mais na defensiva do que na ofensiva [...]. O princípio da Bíblia ela não dá vazão a uma aceitação, como um meio de família, família, hoje nós temos centenas de modelos de família, né! A família hoje não é mais família que nós conhecíamos que é aquele sistema tradicional. Hoje quando se fala de família, você tem que pensar na

família diversificada [...], a família, hoje, tomou vários modelos [...]. Eu defendo aquele princípio um homem para uma mulher, então eu defendo o princípio da lei e da vida, homem e mulher macho e fêmea. Então esse é minha visão de mundo [...]. Agora a escolha de cada um, não sou contra a escolha de cada um. Ele tem a escolha dele, viva a vida dele. Agora, não queira fazer a gente engolir de goela abaixo a decisão dele, ele quer fazer da vida dele o que quer faça, mas não me obrigue aceitar! Ai, não! (Pr. Geraldo, 2021).

A resposta acima demonstra um pastor que consegue observar a existência de diversas configurações de família que, em contexto pós-tradicional, é indiscutível e para além da família tida como tradicional formada por casais heterossexuais com filhos e sem o pressuposto do divórcio, existam famílias recombinaadas, formadas por casais em segundas núpcias, daquelas em que avós são reponsáveis pelas crianças e, inclusive, da família formada por casais homoafetivos. Todavia, para o entrevistado, o correto é a família segundo a palavra de Deus – homem e mulher.

O que sobressai é sua fala ao afirmar quase ao final da resposta: “não queira fazer a gente engolir de goela abaixo”, pois tal afirmação do entrevistado é dissonante em um diálogo em que os opostos podem se dar ao convívio. Ao pensar diferente, deve-se refletir que: “Discriminação ou desprezo, ausente nas arenas públicas da sociedade ou deficiente auto-respeito coletivo são indicadores de inclusão incompleta dos cidadãos, aos quais é vedado o status pleno de membros de uma comunidade política.” (HABERMAS, 2007, p. 327). A fala revela, por parte do entrevistado, uma carga de desprezo pessoal que pode ter sido gerado em diversas fases da vida do mesmo.

Quando se fala que a Justiça deu esse direito pra eles, isso aí foi em 2002 o Supremo Tribunal Federal que deu esse direito a eles. Isso aí o Pr. Paulo Freire passou pra nós [...], foi passado pra nós o boletim do Supremo Tribunal Federal dando esse direito pra eles! Mas na minha visão, o que está contrário à Bíblia eles estão correto em não aceitar isso aí! Porque isso aí, conforme a Bíblia, é uma abominação contra Deus. Deus criou homem e mulher e não essa confusão que está aí nesse meio. (Pr. Geraldinho, 2021).

A resposta acima enfatiza a confusão que está “nesse meio” ou seja o meio familiar que não se traduz às novas demandas para o tema, mas sobressai ao alcançar outros níveis de existências, sendo alguns deles ignorados por décadas pelos formadores de opinião. Ou seja, há décadas que famílias compostas por avós existem e continuarão a existir, o que vale segundo o entrevistado, é o modelo homem – mulher, utiliza a palavra abominação recorrendo-se à citação acima para a observação do desprezo com o diferente.

Tendo em vista os nossos princípios e até aquilo que a proposta da união estável existem, basicamente, dois gêneros, masculino e feminino e, a partir daí a união após de ser efetivamente realizada através de um casamento, né! De um relacionamento estável, né! Proposta de Deus, ao criar o homem e a mulher foi exatamente pra isso, né! Pra se complementarem, né! O homem e a mulher se complementando e dando essa continuidade a criação ou a continuidade da humanidade. Toda sociedade ela é baseada nisso. Então eu creio assim! É um princípio que eu tenho a luz dos valores cristãos! Espelhados na Bíblia, mostrados na Bíblia, né! Eu aprendi assim. Ensino

meus filhos assim, entendeu? Não coaduno, de forma alguma, com a união de pessoas do mesmo sexo porque, de novo, vai contra os meus princípios, né! Agora, fazer algum tipo de perseguição ou estigmatizar o caráter, a índole, de pessoas que têm como parte da sua vida, né! Esse valores, ou até mesmo, são pessoas que são, que praticam o homossexualismo, eu não posso fazer isso, não posso e nem devo! [...]. Eu não coaduno com a prática, com a cosmovisão deles, basicamente é isso. Então, a partir do momento que eu tenho isso como premissa, apoio sim o meu representante a colocar esse ponto de vista dentro de um debate democrático para se seja discutido [...]. (Pr. José Ricardo, 2021).

A última resposta do pastor da Assembleia de Deus contempla o que ele aprendeu e reproduz como sendo o certo “homem e mulher formam uma família”. Aqui cabem dois aspectos: o de indivíduo isolado que aprendeu tais valores com seus antepassados e o de sacerdote que, a partir a palavra de Deus, sustenta sua convicção. Vale lembrar que a análise aqui realizada abrange apenas evangélicos e, na condição de pastores, os entrevistados irão recorrer ao que possuem, enquanto verdade literal, ou seja, a Bíblia. Seria correto afirmar se, porexemplo, aplicada a mesma pergunta a um Sheik mulçumano ou a um Rabino judeu, obter-se- iam as mesmas respostas dadas que são religiões de salvação?

A questão da união estável de pessoas do mesmo sexo na perspectiva de pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus:

Então as propostas é como eu tava dizendo, eu não tenho, eu não posso precisar pra você. Porque como é um projeto de lei, como eu disse, a gente sabe, mas eu pessoalmente não li nenhum desses projetos, né! Mas eu posso passar pra você a visão a visão que a Igreja tem. Nós, biblicamente falando, nós não temos nenhum preconceito contra homossexuais. Até onde eu tenho conhecimento a Bancada Evangélica, ela resistiu a certos tipos de projetos, né! Que estavam sendo lançados, como por exemplo, o casamento, e esse projetos diziam que um pastor não casar um homossexual dentro da Igreja era um [...] seria considerado um ato de homofobia, ou seja, um crime. O qual já foi definido pelo STF, no caso, se cometido. (Pr. Lucas, 2021).

O entrevistado acima diz, em terceira pessoa do plural, não ter preconceito e preocupa-se com o fato de pastores ou sacerdotes terem que celebrar casamento homoafetivo, caso contrário, seriam processados por homofobia. A discussão que o pastor ressalta, data do ano de 2011 com o PL 1411/11,¹²⁸ que descaracteriza crime a recusa de celebração de cerimônias de indivíduos que estão em desacordo com determinada crença ou liturgia. O projeto passou por diversas comissões e foi devolvido à Coordenação de Comissões Permanentes, em 18/12/2020. Tal proposta, caso fosse aprovada e sancionada, traria aos sacerdotes a tranquilidade de não serem processados, mesmo que essas “ameaças” pareçam estar mais no imaginário religioso do que na prática do público LGBTQIA+.

¹²⁸ Cf. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=503350>

Primeiramente, que a primeira instituição criada por Deus foi o casamento, família [...], o fundamento de Deus é a vida, não é a morte. E aquilo que Deus criou tá na Palavra de Deus. O povo sofre porque falta conhecimento. A pessoa sem informação ela acredita em qualquer coisa [...], não tô dizendo em nível de criança, tô dizendo em nível de ser humano [...], a família, porque é algo que agrada a Deus. Mesma coisa a parte do gênero, a escolha do gênero! Temos lá os cromossomos, XY, XX, as pessoas estão mudando o Criador, a criatura tá mudando o Criador! Isso não é o plano de Deus! São planos do homem, da mente humana, do processo da evolução de Darwin e por aí continua [...], a tendência é quanto mais o homem evolui menos ele depende de Deus [...]. Do casamento, até é sério mas é cômico [...], quando Deus criou Adão e Eva, se ele tivesse querido criado pessoas teria criado Adão e Ivo, não Adão e Eva, Adão e Ivo, Ele teria avisado lá atrás [...], eu vi uma entrevista recentemente de um artista, que ele foi levado à delegacia porque estuprou um travesti, e ele deu uma entrevista: eu gosto de pessoas, então perante Deus se unirá um homem a uma mulher e não a um homem [...]. Quando o ser humano ele sabe o que é não precisa mudar de sexo [...]. (Pr. Angeli, 2021).

A resposta acima demonstra uma preocupação do entrevistado com a questão do Darwinismo na perspectiva do homem se tornar o criador, da mudança genética, das pesquisas em medicina da vida e termina com a preocupação precípua, qual seja, a família enquanto constituinte do primeiro livro da Bíblia formada por Adão e Eva.

Eu concordo plenamente, porque onde já se viu dois homens e duas mulheres! A Palavra do Senhor diz: Deus deixou macho e fêmea, homem e mulher. Não tem cabimento, é uma aberração! Duas pessoas do mesmo sexo união estável, como é que pode uma coisa dessa? Então quer dizer, não vai ter mais criança no mundo? Não vai ter mais natalidade, como é que vai construir uma família dois homem duas mulher, é pai e mãe, macho e fêmea. Fora disso é procedência maligna! [...], algumas desse caso aí é muito debatida essa questão [...]. A família é um projeto de Deus, família e projeto de Deus e fora disso é procedência maligna [...]. É o que eu entendo um pouco da Bíblia é isso daí! [...], e tem que bater quanto a isso, daqui a pouco nós vamos ser fuzilado! Chega na minha Igreja dois homem e duas mulher, eu quero que celebre meu casamento, faça o que quiser eu não celebro não! Eu tenho que ouvir o Senhor! [...]. (Pra. Valdete, 2021).

A representante feminina dentre os pastores entrevistados, demonstra preocupação com relação à possibilidade de ter que celebrar um casamento entre pessoas do mesmo sexo. Volta-se ao argumento com relação ao tema casamento gay. A homofobia enquadra-se na lei do racismo com pena de um a três anos ou até cinco anos em casos mais graves. Por ordem do Supremo Tribunal Federal, em 2019, uma votação em que oito Ministros se manifestaram favoráveis e três Ministros contrários, ficou decidido que enquanto o legislativo federal não propanha lei específica para o caso, a homofobia ficará sem tipificação própria e atrelada, como linhas acima, à lei do racismo¹²⁹. Novamente, parece não haver lugar para preocupação desamasiada com a questão do casamento entre pessoas do mesmo sexo em religiões ou templos que não admitem.

¹²⁹ Lei que Racismo nº 7.716/1989 que contempla casos de homofobia e transfobia.

A continuar, a entrevistada argumenta de maneira enfática, referindo-se à união estável de pessoas do mesmo sexo como sendo aberração, algo de procedência maligna, que não haveria mais família e natalidade. Todos esses argumentos estão no plano do discurso religioso apesar de estar no patamar do discurso prático.

Olha é aquilo que eu falei. A minha visão é o seguinte, eu respeito entendeu? Eu não tenho convívio com pessoas assim, mas se tivesse respeitaria, mas nós somos contra. Por quê? Porque a Palavra de Deus, ela, condena a união de dois homens e duas mulheres, entendeu? A Palavra de Deus, ele diz que, lá em Romanos, que o homem mudou o uso natural do Senhor, entendeu? O homem mudou? Só que nós não podemos condenar essas pessoas, eu acho que ultimamente as pessoas têm condenado muito, então nós não devemos condenar; nós devemos respeitá-la e mostrar pra ela que o que a Palavra de Deus ela diz [...]. E nós achamos, que, o que uma criança vai pensar quando vê dois homens e duas mulheres juntos? Sendo que hoje o padrão da família não é pai e mãe? Não sei, entendeu? Mas, essa é minha visão. (Pr. Rodrigo, 2021).

Apesar do entrevistado dizer que é preciso mostrar à pessoa o que a Palavra de Deus diz, mostra certo respeito em relação ao público LGBTQUA+, que pode ser refletido como empatia: “[...]. É só na qualidade de participantes de um diálogo abrangente e voltado para o consenso que somos chamados a exercer a virtude cognitiva da empatia em relação às nossas diferenças recíprocas na percepção de uma mesma situação [...]” (HABERMAS, 2007, p. 10). Da relação entre entrevistado e entrevistador destaca-se o diálogo, que não necessariamente busca o consenso, pois aqui o que se busca é a visão de mundo do entrevistado, mas pode-se observar a virtude cognitiva da empatia nesse pastor conforme citação.

Eu sou com eles nessa decisão aí, nessa luta, porque isso vai contra os princípios da Palavra de Deus, né! Deus criou macho e fêmea e está escrito que Deus criou e diz lá que o homem se unirá a sua mulher, né! Senão Deus teria formado um outro Adão, né? Então, lá diz que o homem deveria se apegar e se unir a sua mulher, então foge do princípio bíblico essa liberação do STF, por isso que a gente precisa ter gente lá que pleiteie as causas que estejam de acordo com a Palavra de Deus, os princípios [Uma vez o direito concedido não é difícil ser retirado?]. Acredito que o STF tenha até atropelado, né! A gente tem visto tantos erros do STF ultimamente, mas dando essa concessão sem antes ter uma votação por pessoas que foram eleitas pelo povo, né! Então foi concedido direito da união estável, né! Que não é, no caso, a liberação do casamento, mas o direito da união estável, duas pessoas convive uma morre o outro tem direito a tudo isso, por esse motivo eu até acredito que eles tenham liberado dessa forma, mas já pleiteando e tentando a liberação, né! Do casamento homoafetivo! [...]. A gente precisa ter gente lá pra pleitear isso, os parâmetros, os padrões e os princípios da Palavra de Deus que é aquilo que eu creio, né! (Pr. Rogério, 2021).

Segundo nosso último entrevistado, o STF – Supremo Tribunal Federal – tem errado tanto que se equivocou ao “legislar” sobre o direito à união afetiva de pessoas do mesmo sexo e, ainda pela resposta, é preciso representantes na Câmara Federal para que a liberação não seja concretizada no sentido do direito desses casais se unirem em cerimônia religiosa.

O que vale destacar para o leitor é que, nessa tese, não há a tensão entre heterossexuais e homossexuais não se procura em momento nenhum discursos de ódio contra a população LGBTQIA+ os pastores entrevistados e também os membros não são incitados a tal desprezo, discriminação ou preconceito, seja ele sexual ou de qualquer outra natureza, sendo que são buscadas as visões de mundo ou como atribuem valor às questões postas pelo entrevistador de maneira que o todo o trabalho é desenvolvido dentro dos padrões éticos e que não venham a ferir absolutamente ninguém. Todavia, os pressupostos daquilo que é produção e reprodução do discurso devem ser verificados, mas nada que venha a ser contra esse ou aquele grupo em particular.

Todos os pastores entrevistados são contrários à união estável de pessoas do mesmo sexo. Todos utilizam as explicações Bíblicas para respaldarem suas respostas e, seria ingenuidade acreditar que não reproduzem tais mensagens a seus membros. Obviamente que na condição de pastores e sacerdotes, todas as vezes que forem instados com relação ao tema, reproduzirão suas contrariedades conforme a Bíblia, que serve como narrativa para serem contrários à união estável de pessoas do mesmo sexo e à prática homossexual. Destaque para os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus e o medo imenso que possuem na ideia, apenas no campo das ideias, de serem obrigados a celebrarem casamento entre pessoas do mesmo sexo.

A seguir, observar-se-á como respondem os membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém e da Igreja Internacional da Graça de Deus com relação à união estável de pessoas do mesmo sexo.

A questão da união estável de pessoas do mesmo sexo na perspectiva dos membros da Assembleia de Deus:

Eu como evangélico, pegando dentro da Bíblia, também sou contra. Isso, mesmo dentro da Igreja Católica, eles faz vista grossa, mas se você pegar os Católicos tradicionais, pessoas da minha idade, um pouco mais velha, um pouco mais nova, Católica nossa Nação é, mas que frequenta Igreja e procura é muito poucos [...], eles sabe que homem é homem e mulher é mulher [...], então isso é contra a Palavra de Deus e eu sou contra, também não aceito, eu também votaria essa lei para que fosse sancionada e valesse. (Sr. Francisco, 2021).

O primeiro entrevistado, apesar de citar a Igreja Católica como mais tolerante aos homossexuais, fala também de uma ala tradicional Católica, dentro de uma linhagem etária, que é contra a união de pessoas do mesmo sexo e ele, na condição de evangélico, dentro da Bíblia, como relata, também é contra.

É, eu vou ser sincero! A gente tem a posição, ela mesmo tá pressionando essa Bancada contra, né! Por quê? Porque entendedemos nós, e aí já vai entrar dentro da palavrinha de novo princípio cristão, que Deus, Ele, criou o homem e depois criou a mulher e falou: Crescei e multiplicai-vos ele determinou uma ordem natural entre o

relacionamento entre um homem e uma mulher. Portanto, deixará o homem, né! seu pai e sua mãe e unirá à sua mulher e serão ambos uma casa. Eu entendo que é toda humanidade que gerou isso através da união de um homem e uma mulher. Em nenhum momento foi falado em algum tipo de relacionamento. E qualquer relacionamento fora desse princípio vai gerar algo não aprovado por Deus! E, logicamente, está contra o princípio cristão, né! [...], precisa haver a união perfeita que foi a união Deus criou desde o princípio! [...]. Mesmo que a pessoa fosse falar: ah, mas eu vou adotar essa criança! Que tipo de formação que ele vai dar pra essa criança? Qual é o entendimento de pai e mãe se não tem a figura do pai e da mãe dentro do lar? Ou é duas mulheres ou dois homens, como é que pode dar? [...]. Ainda que a lei possa aceitar, né! Falar que pode, mas a princípio um cristão jamais poderá, eu entendo, falar que isso é aprovado, se ele tem princípios cristão. (Sr. Saulo, 2021).

A narrativa do entrevistado, em ser contrário à união estável de pessoas do mesmo sexo, começa com a questão da criação do homem e da mulher na narrativa Bíblica encontrada em seu primeiro livro. Ao final da resposta, questiona como pode um casal homoafetivo adotar uma criança como filho(a) e quais as referências dos papéis de pai e mãe para essa criança, acrescentando ainda mesmo que a lei permita, não é um princípio cristão, não aceita.

Eu vou da minha opinião segundo a minha fé! A Palavra de Deus tá em Levíticos 23, tava lendo pro meu filho, que é abominável um filho que deita com a mãe; o pai que deita com a filha; um sogro que vai falando e até chegar que é abominável aos olhos de Deus o homem que deita com um homem e a mulher que deita com mulher [...]. Eu não vou ter que ter ódio por essa pessoa, eu preciso amar! Eu não sou obrigada a concordar! [...] o fato dela poder entrar na minha casa, não significa que eu concorde, não significa que eu concorde! Baseado naquilo que eu aprendi na Palavra de Deus! Porque eu vou te falar uma coisa, as pessoas dizem muito sobre homofobia, porque falou, porque deixou, tá! Aí eu tô com meu filho pequeno e tá lá dois homens barbudos se pegando e aquilo, mas por que que pode? Hoje eu percebo, como mãe, que não tem mais a lembrancinha do dia das mães [...] eu fui órfã e sempre teve [...], eu não sou contra a pessoa eu só não concordo, eu não deixo de amar esse tipo de pessoa, mas eu não concordo! Porque, a partir do momento que eles querem lutar pra legalidade, então eles também têm que respeitar, se eles não respeitam; eles querem exigir muito mas eles não respeitam, eles não se respeitam! [...]. Homem e mulher pode ficar tendo relação em frente ao público? Não pode, porque é atentado ao pudor. Assim são eles! [...]. (Sra. Maria Luiza, 2021).

A entrevistada acima começa sua resposta baseando-se em um dos livros do Velho Testamento ao citar Levíticos como passagem proibitiva de relações homossexuais. Os livros contidos no Antigo Testamento são repletos de leis, são os livros das leis, dos dez mandamentos e das leis morais aplicadas para aqueles tempos e povos específicos. O Testamento traz também profecias, salmos e cantares de Salomão. Assim, o Velho Testamento resume-se em leis, profecias e cânticos e é largamente utilizado como justificativa de algo. Ao continuar por sua resposta, a entrevistada scandaliza-se com casais homossexuais que trocam carinho em público e questiona o comportamento como inapropriado, mesmo para casais do sexo oposto. Certamente que o “atentado ao pudor” cabe em todos os espaços, principalmente nos espaços públicos, e vale tanto para casais heterossexuais ou homossexuais, a partir da premissa de que somos vigiados e julgados em ambientes públicos.

Na verdade eu vou pela Bíblia, né! Existe homem e mulher, né! No meu pensamento, né! E, também, no pensamento da Bancada Cristã Evangélica, os cristão também vai nesse raciocínio tá! Isso não quer dizer que os cristão, eles têm que repudiar isso, não! Tem que dar amor, carinho, atenção, entendeu? Agora, é contra o princípio, o ato, prática, mas enquanto ser humano tem que ter respeito, consideração, nada de violência! E, na verdade, cada um faz o que acha de melhor o que quer pra si, tá! Mas nós não podemos concordar com o ato deles, eu não posso concordar! (Vereador Pereira, 2021).

O Vereador pereira é contrário à união estável de pessoas do mesmo sexo, baseando-se na Bíblia, apesar de suavizar ao dizer que o cristão deve dar amor, carinho e atenção ao indivíduo homossexual. Todavia, caso ele fosse membro da Bancada Evangélica teria que exercitar a empatia ao outro:

É evidente que a autoconsciência e a capacidade da pessoa de assumir uma posição refletida e deliberada quanto às próprias crenças, desejos, valores e princípios, mesmo quanto ao projeto de toda a sua vida, é um dos requisitos necessários para o discurso prático. Há um outro requisito, porém, tão importante quanto esse. Os participantes, no momento mesmo em que incitam uma tal prática argumentativa, têm de estar dispostos a atender à exigência de cooperar uns com os outros na busca de razões aceitáveis para os outros; e, mais ainda, têm de estar dispostos a deixar afetar e motivar, em suas decisões afirmativas e negativas, por essas razões e somente por elas. (HABERMAS, 2007, p. 15).

Resta saber até que ponto o exercício da empatia acrescida da reflexão sobre as próprias crenças, desejos, valores e princípios em prol de uma prática argumentativa busca ao próximo e não a seu próprio grupo, mas não somente sem a cooperação de uns com os outros, no sentido da disposição de razões aceitáveis para princípios que não agradarão algumas das partes, mas sim capazes de afetar e motivar aos beneficiários. Isso é praticável quando se tem lados extremamente opostos no campo da luta política por reconhecimento.

Essa questão vai contra nossa fé, nossa crença né! E até hoje, eu não consegui ver isso com os olhos, dizer assim é normal! Não é preconceito, mas eu não, eu acho que tô na Bíblia, né? Quando Deus fez o casamento, foi um homem e uma mulher, então eu concordo! (Sra. Maria de Jesus, 2021).

Na resposta, volta-se novamente à questão da fé e da crença. Aquilo que é dito no parágrafo acima, ou seja, para que exista um argumento prático na esfera pública e, sobretudo política, faz-se necessário que fé e crença sejam relativizadas por parte dos religiosos, sacerdotes ou políticos, e, na cooperação mútua com os grupos LGBYQIA+, a solução e os acordos necessitam ser construídos.

A questão da união estável de pessoas do mesmo sexo na perspectiva dos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus

Eu sou contra, porque, é o que eu falei, eu sigo o raciocínio, primeiro da Lei de Deus, Deus não aprova isso! Ele ama o pecador, mas Ele abomina o pecado e isso é pecado, então eu não aprovo! (Sra. Vitória, 2021).

A primeira resposta é curta e sem delongas, afirma ser contra e se orienta pelo raciocínio da Lei de Deus que, por de fato, desaprova como comentado em parágrafos acima, as Leis morais contidas no Velho Testamento que são contrárias à prática homossexual. Destaque para a frase costumeira utilizada, mesmo que aqui tenha aparecido apenas uma vez, “Deus ama o pecador, mas abomina o pecado.”

Bom, eu acho que: a gente vê, que é assim, é Bíblico isso né! Então a gente tem que lutar por aquilo que a gente aprende né! Então se é Bíblico, né! Porque a gente vê, não só os evangélicos, mas também, a gente vê assim pelo Papa né! Eu acho que é inaceitável isso, né! Acho que é inaceitável! É uma coisa Bíblica, é uma coisa inaceitável! É uma coisa que a gente, muitos né! Acha perca de tempo você fazer uma passeata contra isso, só que quando tem uma passeata, né! LGBT, as pessoas apoiam, né! Agora, quando tem uma passeata contra isso, né! A televisão não mostra, né! (Sra. Maria Amélia, 2021).

Algo que salta aos olhos na resposta acima, oferecida por uma entrevistada, é que “a gente tem que lutar por aquilo que aprende”. É a primeira resposta a contemplar o ensinamento do sacerdote ao membro. Aquilo que o sacerdote ou pastor aprende na Bíblia, através de uma leitura literal, fato que ocorre com os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus que não possuem conhecimento teológico, é reproduzido para aqueles que participam dos cultos. Assim se dá o ensinamento: pastores sem formação teológica ensinam membros durante os cultos. Se bem que se o assunto é união estável de pessoas do mesmo sexo, pastores com ou sem teologia, padres formados em filosofia e teologia acabam discordando, salvo raríssimas exceções de pastores e padres progressistas.

É, na minha visão, não concordo, entendeu? Pessoal aí, pelo meu conhecimento na Igreja. Da crença, daquilo que é aceito ou não aceito. (Sr. Paulo Eduardo, 2021).

O Sr. Paulo Eduardo oferece resposta similar à anterior quando se refere ao que é aprendido com relação àquilo que é aceito ou não aceito a partir do tema união estável de pessoas do mesmo sexo. Assim, para contemplar a análise acima, os pastores desenvolvem um papel preponderante na questão ao ensino dos preceitos bíblicos relativos à conduta sexual permitida. Isso, sem contar a constante vigilância que cada qual “sofre,” por cada qual, dentro da comunidade em que participa; entende-se aqui, a vigilância do comportamento para a manutenção da coesão social.

Pela própria lei da Constituição no direito de ir e vir e agir de forma que caiba na sociedade, né! Eu acho assim: se ela não influenciar ela pode fazer o que ela quiser da vida dela, né! Eu não que que ela venha assim, um homem com homem venha beija na frente do meu filho porque ele vai perguntar pra mim o que é aquilo, né! Uma mulher beijar a outra ele vai me perguntar, né! E a gente fica sem saber o que dizer, né! É um cumprimento, não? É, eles escolheram isso? Então, isso pode influenciar um filho seu,

entendeu? Agora aquela escolha da pessoa querer ter uma união estável, isso daí pra mim não teria problema nenhum não! Se ela não influenciar! [A proposta é contrária a união estável de pessoas do mesmo sexo]. Em papel eu sou contra, entendeu? Você fala formalizar no papel? Não, aí sou totalmente contra, né! Agora, como que você vai coibir uma pessoa ela entrar dentro duma casa e fazer alguma coisa com a outra, não tem como, entendeu? Isso que eu quero dizer pra você. No momento que ela entrou para dentro da casa dela, se ela trouxe um homem ou outra mulher, problema vai ser deles ali, deles e Deus, né! Agora, na sociedade não cabe isso! Eu entendo assim, entendeu? Princípios da família. Mas assim, eu não repudio a pessoa! Que temos ótimos profissionais, ótimas pessoas, né! Conheço pessoas que tem esse tipo de problemas assim com a sociedade, né! E são pessoas excepcionais! Porém, nunca me falaram nada, nunca me induziram a nada! Isso que é legal! Ela tem o direito de ir e vir e fazer o que bem entender da vida dela, até aí tudo bem. Agora ir pra um altar, isso já não dá pra passar! (Sr. Marcelo Oliveira, 2021).

A penúltima resposta é do candidato derrotado à vereança pela Igreja Internacional da Graça de Deus. Caso o entrevistado fosse deputado, caberia a ele a seguinte reflexão: “[...], mas as razões à luz das quais todos os participantes podem descobrir juntos, dado um assunto que precisa ser regulamentado, qual a prática que pode atender igualmente aos interesses de todos.” (HABERMAS, 2007, p. 14). Para o representante participar de discurso prático, deve como já visto, refletir sobre suas crenças, desejos, valores, princípios a fim de, com a cooperação de todos, chegar ao regulamento do interesse de todos. Para tanto, o entrevistado acima não cumpriria os requisitos expostos, uma vez que ele não permite que influenciem o comportamento alheio advindo do comportamento de outrem. Sem exagerar, seu ponto de vista beira ao calar-se de determinado grupo social.

A gente colocando como uma pessoa evangélica, também, e usando da Palavra, porque a gente tem que seguir a Palavra não o que o homem diz. Eu também sou contra! Como diz: Deus deixou o homem e a mulher, como está na Palavra, para ser um casal. Não um homem casar com um homem e uma mulher com mulher, nem tem como se formar uma família, né! (Sr. Bernardo, 2021).

Por último, o Sr. Bernardo apresenta sua visão de mundo com relação ao tema. Sem destoar dos demais, é contrário e utiliza-se da Bíblia e do argumento mais que óbvio que um casal homoafetivo não tem possibilidade de gerar filhos. Porém, fato oposto, teria uma família no sentido da adoção, fato que muitos casais têm recorrido no sentido da completude do desejo de um novo tipo de família em contexto pós-tradicional.

Comentário

Com relação aos membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém e da Igreja Internacional da Graça de Deus, todos demonstraram opiniões contrárias à união afetiva de pessoas do mesmo sexo, para tanto oferecem respostas contidas na Bíblia. Obviamente que as respostas são mais simples, em elaboração, se comparadas às respostas dos pastores. Destaque para o caráter de

aprendizes dos membros das denominações aqui pesquisadas; aprendizes no sentido de aprenderem com seus pastores aquilo que é tido como proibido e permitido com relação ao comportamento sexual. A diferença entre membros e pastores, no caso presente, é que os primeiros não se preocupam com a questão da celebração da cerimônia de casamento homoafetivo em igreja; preocupação outrora constatada pelos pastores, principalmente, os da Igreja Internacional da Graça de Deus.

A continuar pelas pautas de deputados da Frente Parlamentar Evangélica, o assunto a seguir versa sobre o aborto, que é um tema importante. Eles se posicionam, politicamente, contrários em qualquer situação. Observar-se-á como pastores e membros oferecem respostas a essa pauta, que divide opiniões entre favoráveis e contrários, obedecendo a mesma dinâmica, a saber: pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém e da Igreja Internacional da Graça de Deus e membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém e da Igreja Internacional da Graça de Deus.

7.5 A questão do aborto

A questão do aborto na perspectiva dos pastores da Assembleia de Deus:

Professor Mestre Eduardo, eu sou contra o aborto! Por quê? Primeiro, onde é que começa a vida? Na concepção, fecundação o óvulo, ali já é uma vida [...]. Quanto eu falo de aborto, eu estou tirando o direito de um inocente. Ele não tem o direito de escolher, tem? A mãe está escolhendo por ele. E quem tem o direito sobre a vida, o pai, a mãe ou Deus? Segundo a Bíblia, Deus dá a vida e Ele a tira quando Ele quiser! [...]. Ah, foi vítima do estupro. Tudo bem. Eu tenho que ver o lado da mulher, foi estuprada e tal, um ato horrendo, horrível! E a criança tem culpa? Essa semente que está sendo gerada ela tem culpa? Não tem! Tirar uma vida, abortar uma vida é tirar o direito dessa vida de viver [...]. Ah, a pessoa tem má-formação congênita, eu não quero esse filho! Poxa, quantos têm má-formação congênita, vieram ao mundo, se deram bem [...], má-formação congênita, isso não é um ser humano? Eu não consigo explicar isso de definir, eu não tenho esse poder, eu não tenho essa direção. Nós temos casos na nossa Igreja de pessoas com má-formação congênita que vieram ao mundo, hoje tem vinte, vinte e um anos, é como uma criança. Então, meu amigo, se Deus deu, Deus colocou, Deus tem um propósito e Deus sabe de todas as coisas! Eu estou aí quando eu provoco o aborto? Eu estou agindo no lugar de Deus! Tô querendo ser Deus. Então se fala do genocídio provocado por Hitler, mas hoje estão dando liberalidade para provocar genocídio maior, são milhares e milhares de crianças que são indefesas, que não têm voz pra gritar, pra dizer e isso não tem uma história pra contar, não tem livros, não tem filmes [...], estão sendo mortos, sem direito a exclamar e pedir misericórdia e socorro. Então, eu sou contra! Plenamente contra! Categoricamente contra! (Pr. Ebenezer, 2021).

A primeira resposta mostra um pastor contrário ao aborto em qualquer situação e reivindica o direito da criança à vida, ou melhor, o direito à vida seria do pai, da mãe ou de Deus, como questiona o entrevistado. Obviamente que a compreensão é que apenas Deus dá e retira a vida, nascimento e morte pertencem a Deus; assim, a criança possui o Direito Natural à vida, em contrapartida, a mãe, vítima de estupro, não possui o direito de abortar o feto indesejado. Nesse

sentido, ao fechar sua explicação no direito da criança em nascer, mesmo em casos de estupro, anencefalia ou risco de vida para a mãe, faz-se necessária a reflexão do Direito Natural dessa criança:

[...]. Entre estas notas, que determinam o que uma doutrina do Direito Natural normalmente considera merecedor de estudo, podem ser destacadas: (a) a ideia de *imutabilidade* – que presume princípios que, por uma razão ou outra, escapam à história e, por isso, podem ser vistos como intemporais; (b) a ideia de universalidade destes princípios metatemporais, ‘diffusa in omnes’, nas palavras de Cícero; (c) e aos quais os homens têm acesso através da razão, da intuição ou da revelação. Por isso, os princípios do Direito Natural são dados, e não postos por convenção [...]. (LAFER, 1988, p. 50).

As características de imutabilidade, ou seja, não se muda a contrariedade do aborto, muito menos se aventa qualquer outra hipótese; a universalidade, válida para todos da sociedade ou, precípua, para os cristãos e o acesso à razão, intuição ou revelação e, nesse último, destaca-se a um Direito revelado por Deus, encaixam-se perfeitamente como justificativa da visão de mundo do pastor, enquanto sacerdote, com o Direito Natural, segundo citação.

Cabe a ressalva que na interpretação do entrevistado, ao se referir ao aborto de crianças com má-formação congênita, equivoca-se. Em casos de fetos anencéfalos, ou seja, fetos em que o cérebro não foi desenvolvido, não existe a capacidade da vida e, caso sobreviva, não se pode estimar o tempo de sobrevivência da criança; diferente de outros casos de má-formação com outras características como paralisia cerebral, síndrome de down ou deficiência múltipla. Muitos entrevistados se confundem com esse subtema dentro da questão do aborto.

Eu avalio da seguinte forma, né! Deus deu a vida, Deus tira a vida! [...]. Ah, Pastor vai nascer com dificuldades, vai ter problemas, Deus sabe de todas as coisas, Deus sabe de todas as coisas [...], se Deus permitir a vida dessa criança, sabendo de nossa capacidade de cuidado, então essa vida vai ser gerada; se Deus que é supremo em todas as decisões Ele olhar pra mim ou olhar para o professor, vocês não terão condições de cuidar dessa vida, então Ele mesmo tira essa vida [...]. Ao homem não cabe nós trazermos uma solução, naquilo que Deus é uma solução [O estupro]: Olha, vamos, vamos, pensar novamente, né! Vamos pensar novamente. O direito está sendo procurado, ok! Muitas pessoas elas vão dizer não, é direito sim, é direito sim! Mas eu volto no mesmo tópico, professor, Deus deu a vida, Deus tira a vida. Volto naquela mesmo tópico, aí o Sr fez a questão, pra gente conversar, falarmos aqui, mas ela não queria, ela foi coagida, ela foi levada a esse caso! Deus guarda, Deus livra, Deus, Ele, protege, Deus, Ele dá segurança pra pessoa, Deus dá muitas coisas! Existe casos e casos e muitos casos [...]. Eu vejo caso e casos de mulheres que chegam a esse acontecimento, que chegam a isso. São mulheres o quê? Trabalhadoras! Às vezes são mães. Mas Pastor, mas mesmo assim o Sr. se levanta contra? Não é se levantar contra. É simplesmente aquilo que nós debatemos, a vida! [...]. (Pr. Joel, 2021).

O argumento mais seguro para o entrevistado, na condição de Pastor, refere-se à vida, apesar de não existirem referências no Novo Testamento, que compreende os quatro Evangelhos, que narram e citam a vida além de falas atribuídas a Jesus Cristo e às Cartas dos Apóstolos com

relação à temática de se tirar uma vida do ventre de uma mulher, quanto menos no Antigo Testamento. Outrora, faz-se apenas uma ressalva ao mandamento do “não matarás.” Assim sendo, o aborto é observado como alguém que toma a decisão de tirar a vida que está sendo gestada, desta forma, se comete pecado contra a vida.

A minha visão, Professr, desde a visão como Evangélico, como crente que sou, mais a visão, também, de gente, de ser humano. Todo ser humano tem direito à vida! [...]. Sabe-se que na história, muitos gênios da história, se fosse ver a formação deles deviam ter sido abortados no ventre, se tornaram gênios [...]. Mas eu tenho isso como questão própria, como questão religiosa, como o direito à vida. Ah, mas o aborto a menina foi violentada! Se ela não tem condições de criar aquela criança, dê aquela criança para um centro adotivo, de adoção, alguém adotar, tem muitos pais querendo um filho. A da deformação, [aqui tive que fazer o adendo sobre anencéfalo] se não há vida deixa a própria natureza decidir, não nós! Deixa a própria natureza decidir. Então eu não sou a favor do aborto em hipótese nenhuma! E concordo com quem tem essa visão e argumentaria, aqui, horas se fosse necessário tanto na questão bíblica, evangélica, como na questão pessoal, de vivência, de vida, né! [...]. Deus deu o direito ao homem de vida e o aborto não é aceito nem nos primeiros dias de vida [...]. A vida tem direito a vida! (Pr. Geraldo, 2021).

O Pr. Geraldo, contrário ao aborto em qualquer situação, abre sua resposta e é categórico em afirmar que todo ser humano tem direito à vida. A afirmação é, sobretudo, verdadeira e encontra respaldo na Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988 em seu artigo 5º:

[...]. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]. (BRASIL, 2016, p. 13).

Não obstante, o artigo citado faz jus ao Direito Natural e elenca uma série de substantivos que são valores próprios de um ordenamento natural; contudo, o que se reflete não é esse direito à vida que, da mesma forma é consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu Artigo 3º: “Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.” (UNICEF, s/d, n/p), tal direito em ambos documentos preconiza-se o Direito Natural à vida, desde que se garanta a dignidade da pessoa humana.

De tal modo que não possa restar dúvida entre a diferença do caráter Natural do Direito à vida em contrapartida ao não matarás contido nos Dez Mandamentos. O primeiro assegura a vida em consonância com a dignidade, o segundo trata-se de morte, cuja tipificação é outra. porém o Direito de abortar pode não significar a morte enquanto crime, mas tão somente enquanto pecado, mesmo que o estigma na testa que Caim recebe por ocasião do assassinato de seu irmão Abel, seja a punição primeira contida nos primeiros relatos do Antigo Testamento.

Olha, a Bíblia ela é bem clara, porque quando se forma um feto no ventre materno é uma vida! E Deus diz da seguinte forma em Zacarias 12:1; ‘Nele eu colocarei o meu

Espírito.’ Então é uma vida! Nós não podemos ser a favor que a pessoa tire uma vida, é Deus que tira! Tem uns casos específico: a grávida está correndo risco de vida, aí a pessoa tem que se apelar pela ciência, mas eu não vou dizer assim: oh, faça o aborto, não! Eu considero o seguinte, se o Cristão orar, Deus pode inverter a situação! [Anencéfalo]. Mesmo aquele que não tem cérebro, Deus pode criar um imediatamente! Então eu tô de acordo com a Bancada Evangélica, viu! [Estupro] A vítima de estupro é um caso delicado, né! É um trauma que não vai mudar o sofrimento dela e aquilo que fica na mente, o sofrimento, um trauma. Um trauma que vai pro resto da vida. Só que a criança não tem nada a ver com isso. Quem tem a ver com isso é o estuprador. Então a criança, vítima de um estupro, a criança passa a ser vítima também de um assassinato! Então temos que tomar cuidado com isso aí. (Pr. Geraldinho, 2021).

Da resposta do pastor Geraldinho pode-se observar o lugar da mulher vítima de estupro que, apesar de traumas e do sofrimento mental, está em dissonância na relação estabelecida com o feto ou a criança abortada. Sua visão de mundo contempla a criança em primeiro lugar como vítima de dois fatos, o estupro e o assassinato, uma vez que o que se tem enquanto válido no sentido de ser contrário ao aborto é a vida e, para todos os fatos, a mulher não morre, quem morre é o feto. Não obstante, sua resposta também percorre a questão da fé, do sobrenatural, do milagre ao acreditar que Deus pode criar um cérebro, de forma imediata, para um feto anencéfalo. Desta forma, que perdue a gestação, uma vez que Deus é capaz de operar milagres, o que não é nada fora do comum na resposta ao se tratar de um pastor pentecostal que prega e acredita em milagres.

Sendo direto no assunto, sou totalmente contra o aborto! Posso te citar aqui experiências de pessoas próximas que vieram cada uma dessas situações! [Anencéfalos]: Então, anencéfalos nós temos pessoas próximas, amigas nossas, que têm filhos, hoje com vinte e cinco anos de idade, e não abortaram [...]. [Riscos de vida para a mãe]. A questão do próprio risco quanto à saúde da mãe, também temos pessoas conhecidas aqui, que a esposa, mulher, estava grávida de gêmeos, um dos gêmeos morto dentro do útero e se não tirasse iria trazer ali uma série de consequência pra vida da mãe e do outro bebê, mas se eles tirassem naquele momento ali, teria que tirar os dois e um dos dois teria que ser abortado. E a solução, atitude que foi escolhida ali foi algo baseado, não apenas na ciência, mas suportada pela fé. Então hoje, nós temos ali, um jovem que poderia ter sido ceifado a vida dele e não foi porque houve um suporte maior dos médicos entendendo o desejo dos pais, um dos bebês nasceu morto, obviamente, mas o outro ficou lá até o término da gestação, né! [...]. (Pr. José Ricardo, 2021).

Por fim, o último Pastor concentra-se em oferecer resposta para a questão do aborto nas experiências, ênfase no plural, de mulheres da Igreja que passaram por gestações difíceis, casos de má formação congênita e risco de vida para a parturiente e que pela fé tiveram seus filhos e estão bem. A fé tem um papel importante para o Pentecostalismo de primeira geração, a crença em milagres movidos pela fé, foram eles os precursores de tais crenças.

Comentário

Com relação aos pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém acerca do tema aborto e o que é pauta da Bancada Evangélica, todos são contrários em quaisquer situações, estando

em consonância com os Deputados Federais da referida Bancada. Para tanto, por parte dos pastores, as respostas contemplam a questão da vida e o direito da criança em não sofrer aborto, que significa a morte e contraria o sétimo mandamento da Lei de Deus - não matarás – e, também, observam que Deus pode operar milagres ao ofertar ao feto anencéfalo o cérebro e ao livrar a parturiente e a criança da morte durante o parto.

A questão do aborto na perspectiva dos pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus:

Na verdade o aborto não é proibido aqui, é o que nos vemos hoje, [...], existe um projeto para tirar essa proibição para que a pessoa simplesmente use isso até, muitas vezes, como um método contraceptivo [...]. Então você descarta uma vida. Então, nós defendemos a vida, nós defendemos a vida. Nós sabemos se hoje em dia em casos de estupro, em determinados casos como aconteceu recentemente foi autorizado o aborto. Temos sim a nossa opinião que um erro não anula o outro [...]. O Estado não foi funcional em proteger o cidadão você entende, o Estado não foi funcional em proteger o cidadão *[proteger aquele caso da menina em Recife, por exemplo]*. Exatamente! Ele não é funcional em proteger o cidadão, não foi funcional talvez em dar uma estrutura para aquela família, para que aquela família fosse uma família estruturada, no sentido financeiro funcional [...]. Então, ocorreu a fatalidade, o Estado não vai amparar aquela menina. O Estado autorizou sim, você abortar, mas o Estado não vai amparar psicologicamente aquela criança [...]. O Estado simplesmente resolveu uma questão de uma forma rápida e simples, mata! Mata o bebê que tá aí. Entendeu? Então quer dizer, provavelmente, aquela jovem vai ter que procurar uma Igreja e essa Igreja que vai ter que levá-la pelo caminho das Escrituras para que aquela alma seja curada, seja tratada [...]. Ela não vai ter um apoio social, o Estado de maneira, se tiver alguma coisa, de maneira simplista, ele vai atender alguma coisa dessa jovem, entendeu? [...]. Então eu acho sim que o estupro foi uma fatalidade, e a vida que se foi? Talvez aquela criança não precisaria ter sido criada por ela [...], mas e se aquela criança que faleceu, aquele dia, fosse uma pessoa muito importante na sociedade e traria um avanço muito grande [...]. Então é por isso que nós acreditamos que toda vida é importante, ainda que tenha sido fruto de uma maldade [...]. (Pr. Lucas, 2021).

Na visão do pastor acima, o aborto não é proibido, entretanto, ao mesmo tempo que afirma não ser proibido, diz existir projeto de lei para “tirar” a proibição. Muito provavelmente o que se deseja referir é que o aborto não é proibido nos casos previstos em direito, via Supremo Tribunal Federal, lembrando de projeto de lei para descriminalizar o aborto. A descriminalização do aborto é pauta de grupos feministas em que a palavra de ordem é, por exemplo, meu corpo minhas regras, ou de grupos como de Católicas pelo direito de abortar. Tais grupos existem, não é invenção do pastor. Existe também uma pequena representação na Câmara Federal de deputados que apoiam a causa e, certamente, não passam sem serem percebidos (as) pelos parlamentares da Bancada Evangélica.

Outro ponto importante da resposta é o destaque que o pastor faz do caso recente de uma adolescente do Estado de Pernambuco que foi estuprada pelo próprio tio. O fato, com repercussão nacional, teve visibilidade ainda maior quando um grupo de evangélicos, apoiadores do atual Presidente da República Jair Bolsonaro, foi na frente do hospital protestar, em favor da vida, contra a decisão do procedimento do aborto.

No entendimento do entrevistado, o Estado autorizou matar o bebê, ou o Estado autorizou matar o feto em que pese a autorização do Estado, nele não poder-se-ia atribuir culpa, caso decisão da família da adolescente, da qual possui guarda, e, da própria adolescente para a realização do aborto. Assim, a partir das decisões é que o direito é concedido e sem esses trâmites.

Outrossim, ao se referir ao Estado de qual maneira pensa o Pastor? Naquele Estado que se volta ao Direito Natural que, existente, é preconizado na Constituição de 1988 ao assegurar o direito à vida ou a um Estado que também garante o Direito Positivo: “De fato, o que caracteriza o Direito Positivo, no mundo contemporâneo, é a sua contínua mudança.” (LAFER, 1988, p. 73) e, ao garantir, demonstra observar as constantes mudanças sociais em contexto pós-tradicional que se alinha às novas demandas existentes de grupos sociais organizados que reinvidicam pautas, antes consideradas tabus.

O que ocorreu em Pernambuco mostra uma outra face de grupos organizados acima citados, que tendem a um novo tipo de Estado:

No entanto a ‘exclusão’ ganha um outro sentido, menos radical, quando nas mesmas estruturas de comunicação se formam ao mesmo tempo várias arenas nas quais, ao lado da esfera pública burguesa hegemônica, surgem outras esferas públicas subculturais ou específicas de uma classe, com premissas próprias e não negociáveis (HABERMAS, 2014, p. 41).

Resta saber a que se presta algumas denominações e pastores evangélicos, não em sua totalidade obviamente, mas a qual tipo de ordenamento jurídico, qual tipo de Estado, para voltar ao que o entrevistado diz. Ordenamento e Estado contemporâneo, que atento às mudanças pós-tradicionais, lança olhar sobre a mulher vítima de estupro ou o ordenamento jurídico e Estado, que exclui essa mulher e apenas observa o feto em formação como vítima.

Essa causa do aborto, Deus, Ele é um operador de milagres! Eu, particularmente, conheço pessoas que têm filhos que foram de estupro e o trabalho de Deus foi tão grande que ela passou a amar aquele filho não como uma maldade, como uma oportunidade de provar o amor de Deus, deu pra entender? [...], a lei, às vezes a gente vê, né! É moral, mas não é ética. Tem a lei, a lei favorece, então a vida que Deus tem para o ser humano é uma, à medida que os homens vão aperfeiçoando, são homens de Deus que estão lutando para ver qual é a situação. Nós pensamos numa criança, num feto, sem cérebro, doente, vai nascer, a vida inteira vai ser doente, se nós analisarmos pelo lado humano a coisa mais fácil é abortar! Quem traz a vida ao mundo é Deus [...]. (Pr. Angeli, 2021).

O entrevistado acima responde na perspectiva dos milagres e afirma conhecer pessoas, mulheres, vítimas de estupros que tiveram filhos e os amam, fato que atribui ao milagre; Além disso, acrescenta que se o feto sem cérebro, nascer e passar a vida doente, caso não seja o milagre, é mais fácil abortar. Porém, os milagres e os testemunhos de milagres que ocorrem na Igreja Internacional da Graça de Deus, como vertente Neopentecostal das igrejas evangélicas, é de

extrema importância, sendo maior, em proporção, que na própria Assembleia de Deus – Ministério do Belém, uma vez que os milagres e os testemunhos justificam o carisma do pastor. Caso não aconteçam milagres e não tenham testemunhos, significa que o pastor não possui a unção de Deus e acaba por não alcançar postos e lugares melhores na instituição.

Já que eu tenho que responder, né! As pessoas, a mãe, né! O médico fez o exame, sem chance aquela criança nascer uma criança perfeita! Mas tudo pode acontecer! A gente acompanha casos, detectou, Deus fez a obra a criança nasceu perfeita! Agora eu vou falar minha opinião, não tô impondo que as mães têm que fazer tal coisa, cada um sabe da sua vida, mas já que Cristo é vida, então que deixa a vida permanecer! [Estupro]. Também! Agora depende da mãe, a mãe que tem que decidir, família, entendeu? Se eu fosse estuprada, por exemplo, engravidei. Deve ser um trauma terrível! Mas a mão não quer ver aquela criança, porque vai lembrar é um trauma, quem sou eu que achar que mãe tem porque, tem, porque tem! É a vida! É muito fácil julgar, muito fácil opinar! Mas e se fosse comigo ou alguém da família, como será que eu agiria? Mas olhando pela questão bíblica é a vida, né! Eu sou favor da vida, entendeu? Mas eu deixo, também, pra cada mãe, pra família resolver essa questão. Inclusive aquela menina que foi estuprada pelo tio [Caso de Pernambuco], as pessoas ficavam incriminando a menina, que a menina é uma criminosa de fazer aquele aborto, eu não vejo daquela maneira! É uma criança! [...], veja bem, os estupros, essas barbaridades acontece no seio familiar, às vezes é tio, e o próprio pai é os avós que estupram uma criança, entendeu? É uma coisa assim monstruosa! Agora a rede social: essa menina é uma criminosa! Eu não posso fazer isso! E se fosse filha minha! [...]. (Pra. Valdete, 2021).

A pastora Valdete é a única representante dos sacerdotes que demonstra empatia para com a mulher vítima de estupro e, literalmente, se coloca no lugar do outro quando afirma “e se fosse comigo?” Talvez essa seja a resposta, até o momento, que apresenta uma possibilidade de razoabilidade, no sentido de:

O razoável não se confunde nem com o racional nem com o irracional. O racional está vinculado [...], aos critérios bem conhecidos pela tradição filosófica de verdade, coerência e eficiência. A ele se opõe, dicotomicamente, o irracional, que, por não estar conforme a razão é tido como não verdadeiro, incoerente e ineficaz para o bom método. Já o razoável, ainda que não se oponha ao racional, está mais próximo do bom-senso da razão prática e do sentido de medida daquilo que é aceitável num determinado meio social e num dado momento. (LAFER, 1988, p. 103).

Certamente que a postura da entrevistada é razoável e está dentro do bom-senso da razão prática, mesmo que seu meio, aqui adendo, seja contrário, mas na condição de mulher, questiona o direito ao aborto no sentido daquilo que é permitido em lei.

É importante deixar claro para o leitor que essa tese não visa se opor ou ser favorável ao aborto, pois o pesquisador não deve deixar impresso o seu ponto de vista, muito menos adjetivar o que é exposto uma vez que se busca o ponto de vista do outro. Caso contrário, pode-se não fazer ciência social e comprometer o trabalho. Porém, não se pode furtar aos argumentos contrários àquilo que é exposto, enquanto sentido expresso de seus entrevistados, a fim de deixar o leitor tirar suas próprias conclusões.

Porque eu acredito que, assim, o deputado evangélico ele vive, ele acredita, ele vive pela fé por isso que eles lutam por isso. Porque eles acreditam que Deus pode transformar o coração da mãe que foi estuprada, que pode curar a criança que tem problema no cérebro e que pode curar a mãe que esta com certo tipo de problema. Então eu acredito por isso. E outra a criança é um tipo de uma vida e porque você vai abortar uma vida? Deus tem o poder para transformar tudo, eu penso dessa forma. (Pr. Rodrigo, 2021).

A questão do milagre volta a ser recorrente na visão acima. O pastor acredita, de fato, que Deus pode curar o coração da mulher estuprada, que pode curar a criança que tem problema no cérebro e que pode transformar tudo. Como explanado em parágrafo anterior, é importante para as Igrejas Neopentecostais a questão do milagre e, mormente, da confirmação do milagre que se dá através dos testemunhos públicos na Igreja ou em outros meios como programas de televisão ou jornal da instituição.

Eu sou contra o aborto! Eu sou contra o aborto. Eu acredito assim, tem crianças que nasceram de uma violência sexual que hoje são pessoas de bem, são pessoas da sociedade que lutam, pleiteiam por causas, eu conheço gente que é fruto de estupro. Tem uma série de questões emocionais pra mãe, mas eu acredito o seguinte: é uma decisão das pessoas, né! Se tem a lei. Ah, eu quero, a lei tá aí, eu posso fazer isso? Aí cada um tem que decidir por si. Eu sou contra, mas se a lei existe e a pessoa quer fazer uso do direito dela, eu não vejo problema porque cada um tem que decidir por si, né! Eu sou contra, mas como existe lá a lei que ela pode nesses três casos, existe a lei, e a pessoa ela é um indivíduo, cada um acredita que ela deva decidir por si! Mas se alguém me procurar para pedir um conselho, eu aconselho não! Porque é uma vida que tá sendo gerada! (Pr. Rogério, 2021).

Apesar de observar que a lei existe e a mulher que é vítima dela fazer uso dela, o pastor posiciona-se contrário ao aborto e acrescenta que, caso alguma mulher venha pedir seu conselho, será pela negativa e a justificativa está em matar uma vida em gestação. Voltando-se ao não matarás da lei do Antigo Testamento como Direito Natural, imutável, universal e dado como revelação de Deus.

Comentário

Com exceção da pastora Valdete que, na condição de mulher, questiona a proibição do aborto, os demais pastores são contrários ao aborto em quaisquer situações e estão em conformidade com a postura dos deputados da Bancada Evangélica. Ao afirmar que os pastores estão em conformidade, entende-se que individualmente oferecem suas respostas, mas no conjunto chega-se a tal conclusão, uma vez que as entrevistas foram conduzidas individualmente, em datas diferentes e com pastores, no caso da Igreja Internacional da Graça de Deus, de Rio Claro e Piracicaba, ambas no Estado de São Paulo.

É importante destacar que a justificativa apontada pelos pastores contrários ao aborto em quaisquer situações está na observação do mandamento da lei de Deus “não matarás” e na interpretação de que Ele é o dono da vida e, seja a mulher vítima de estupro, feto anencéfalo ou risco de morte para a mãe, Deus pode intervir e providenciar o milagre para que a vida siga em sua gestação. Essa questão do milagre é muito importante na visão de mundo dos pastores Neopentecostais e, de certa maneira, como sacerdotes, pregam e vivenciam aquilo cuja experiência tácita os impelem.

A questão do aborto para os membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP:

Pensando no longo da história, pensando em que nosso país não dá uma assistência pra que pessoa deficiência de maneira nenhuma, que se uma criança nascer com deficiência não tem recurso, os pais não vão ter recurso e o Estado não acolhe, então nesse caso eu até seria, ah, vai deixar sofrendo? Não, que não sofresse não nascesse. Agora quem tira a vida é só Deus. Deus dá a vida, Deus tira a vida! Ninguém tem direito de tirar a vida de ninguém. Então, sou contra! Sou a favor sim, se a pessoa engravidar, ter o filho sim, se não poder cuidar, doar essa criança para quem pode! [...] que um par, dois homens, poderia adotar uma criança, criar uma criança, eu falei: olha, que educação vai dar pra essa criança, qual cabeça essa criança vai crescer? [...], eu sou contra o aborto! Acho que quem dá a vida é Deus quem tira a vida é Deus, nesse caso a pessoa não tem o cérebro, no caso da pessoa ser um mongolóide, porque deixar a pessoa sofrer, vai sofrer ele, pai, mãe, parente [...], por mais que você queira, com seu coração voltado pra ajudar pessoa você não vai conseguir [...], então nesse caso seria sim! Estupro, não! [...], Aí eu penso o seguinte: sabe, é difícil você trocar uma vida por outra vida, é muito difícil nós pensarmos nisso. Perder uma vida pra salvar outra vida. Tem que estudar o caso profundamente, se não tiver outro caso seria o aborto, se não tivesse jeito de salvar as duas pessoas. Crendo que Deus pode fazer o milagre! [...]. (Sr. Francisco, 2021).

O primeiro entrevistado, segundo a ordem de data, começa sua resposta com a confusão entre feto anencéfalo e feto com outras más-formações. Quando isso acontece, procuro esclarecer o entrevistado que a questão se trata de feto sem cérebro, com pouquíssimo tempo de vida e não de outras “patologias” ou condições. A continuar, também mostra-se contrário ao aborto nos casos de estupro e favorável quando existe risco de morte para a mãe, ainda que Deus possa realizar um milagre.

Agora, quanto à posição muito pessoal, porque há o caso de você analisar de uma forma ampla e geral e algum caso específico que você tem até em família que aconteceu alguma coisa, não é! Talvez você, num caso específico seu, ou de alguém muito ligado, você tomaria até uma decisão em prol, de por exemplo, de preservação da vida, né! [...]. Porque aí já envolve uma pessoa normal, né! Que é o caso de uma mãe, né! Que está bem e nesse momento que está pra gerar uma vida. Então, pode ter uma posição pessoal, não tô falando que eu tomaria, mas eu entendo assim: há um meio de se analisar o contexto geral e você tá passando por alguma situação que pode ter um peso pra uma decisão específica, né! [...]. Apesar que é bem polêmico essa questão do aborto! [...]. (Sr. Saulo, 2021).

Apesar do Sr. Saulo não deixar claro sua posição contrário ou favorável, procura responder observando ser uma questão ampla e geral e deixa para a esfera pessoal a tomada da decisão. Assim sendo, não fecha a questão em uma negativa e observa, de certa forma, o direito da mulher, nos termos da lei, em tomar a decisão e sem recorrer às explicações bíblicas para o fato, poder-se-ia citar: “[...]. De fato, o que caracteriza o Direito Positivo, no mundo contemporâneo, é a sua contínua mudança [...]” (LAFER, 1988, p. 73); o fato da passagem do Direito Natural para o Direito Positivo está contido nas transformações na sociedade, em condições pós-tradicionais, no sentido de novas demandas como, por exemplo, o aborto.

Eu penso que é assim, se Deus dá a vida, só ele pode tirar! Ah, mas foi estupro, o que que aquele ser inocente; tudo bem não vai querer o filho dá pra adoção. Dá a chance dessa criança viver. A gente sabe que tem muitos pais capacitados para educar, dar boa educação [...] eu sou um aborto frustrado da minha mãe e eu tenho sequelas na minha vida! [...]. E a criança que nasce sem cérebro, deixa a anatomia humana seguir o percurso; a criança nasceu, não resistiu, como que eu falo pra uma mãe que ela tem que tirar um filho? [...]. Eu já vi mulheres que optaram em ter esses filhos e são felizes [...]. Você não é obrigada a ter essa criança, você vai ter essa criança, você não vai ter nem contato, ok? [...] a vítima do estupro ter todo o apoio necessário [...] então não aborta! (Sra. Maria Luiza, 2021).

Ao contrário das duas respostas masculinas anteriores que se mostram mais abertas ao aborto, segundo o que determina do direito, a entrevistada acima é contrária em todas as situações e sugere que a mãe, vítima de estupro, entregue a criança para a adoção. Obviamente, essa situação ocorre e não é de se descartar que crianças sejam entregues aos lares de cuidados, até que apareça alguém para adotá-las. Porquanto, não se pode afirmar o tempo e a hora ao que encheja a maioridade em que a velha criança deve tomar o próprio rumo, não sendo aceita mais em abrigos. Ao que se tem conhecimento, quanto mais idade atravessa o bebê menor é a chance de adoção. Por certo, essa tese não dispõe a trazer dados acerca da adoção, mas deixa, no sentido do despertar, para a reflexão cada linha que se segue.

Eu também sou contra, também, o aborto em qualquer circunstância eu sou contrário ao aborto. Isso não quer dizer que eu sou radical, mas eu sou contrário ao aborto! Sem exceção! (Vereador Pereira, 2021).

De maneira rápida, o vereador representante da Assembleia de Deus – Ministério do Belém na Câmara Municipal de Rio Claro/SP, afirma ser contrário ao aborto em quaisquer situações.

Eu analiso isso, Deus está no controle de tudo! Então, eu concordo com a proibição de qualquer forma! É uma criança, que eles defendem, sem cérebro, com problemas, né! Deus tem o controle da vida dessa criança! É o risco morte pra mãe? Deus também tá no controle dessa pessoa! Quando é de uma violência, acho meio complicado no sentido de como sou mulher, acho complicado, mas não existe ferida que Deus não cura também. Acho que são pouco também individual, mas eu defendo, não aborto, não! Defendo a vida! Em qualquer circunstância! (Sra. Maria de Jesus, 2021).

A última entrevistada, membro da Assembleia de Deus – Ministério do Belém, é contrária ao aborto. Porém, quando se trata de violência ou estupro, relativiza a questão por ser mulher e, ao final, lança a questão para o campo da decisão individual.

Comentário

Com relação aos membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém, pode-se destacar que ainda que as respostas contenham explicações bíblicas acerca de Deus estar no comando de todas as coisas, ou Ele dá a vida e só Ele pode tirar, três, dentre os cinco entrevistados, relativizam suas visões de mundo quanto ao aborto. Dessas três respostas apresentadas, duas são de homens e apenas uma de mulher; as demais, no caso dois entrevistados, são contrários ao aborto, sendo uma mulher e um homem.

É possível refletir acerca dos motivos que levam os homens a serem mais compreensivos em relação a uma questão que é do universo feminino. Tal fato estaria para o homem como ser político e, mesmo que não possua consciência, detem o poder de fala, de decisão, maior que a mulher na condição de vítima de abuso físico tácito, mesmo que sofra com a dor mental de traumas experienciados, mas que não se sente no direito de reclamar o aborto. As respostas masculinas mostram um avanço no sentido de uma abertura maior para se colocar no lugar do outro, no caso da(s) mulher(es) que sofrem violência, no sentido de postular um Direito Positivo na concondância com alguns pressupostos, senão a totalidade dele.

Outro ponto a destacar é que, contrariando as expectativas, ao menos até o momento, os membros da Assembleia de Deus divergem de seus pastores. Enquanto os pastores são taxativamente contrários, a maioria dos membros se mostra a favor ao par de relativizar alguns casos de aborto; mesmo que ambos se utilizam das mesmas justificativas baseadas em argumentos bíblicos, o último grupo mostra-se mais flexível, o que pode-se dizer que mesmos os pastores argumentando ou pregando de púlpito sobre o tema, os indivíduos possuem suas próprias visões de mundo que podem ser um tanto diferente daquilo que é reproduzido enquanto mensagem nos cultos ou reuniões.

A questão do aborto para os membros da Igreja Internacional da Graça de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP:

Eu vejo assim, eu sempre quando estou diante de um assunto, eu gosto de me pôr no lugar. Então eu vejo assim, como o Sr citou, estupro, se fosse com uma filha, não tenho filha, foi estuprada se ela viesse a engravidar, eu sei que é uma coisa muito difícil de você assumir, falar assim, eu não quero essa criança, mas eu acho assim, acima da minha vontade, do meu pensamento, eu tenho que seguir a Lei de Deus e Deus não

aprova! Então, se foi permitido isso, tem um porquê. Então, eu sei que é assim, a princípio seria assim, uma dor profunda contra até minha própria vontade, mas eu não aceitaria o aborto. [Anencéfalos]. [...] é um milagre de Deus, é uma milagre de Deus, vai acontecer com todo mundo? Não vai acontecer com todo mundo, mas como eu estou falando, acima da minha vontade está a vontade de Deus! [...]. Se Ele permitir que não aconteça, eu tenho certeza que não vai acontecer. Se acontecer, pedir forças pra Ele e seguir em frente, o que vai se fazer? O problema está aí! [Risco de vida para a mãe]. Também, como estou te falando, é uma decisão difícil, mas se médico perguntasse pra mim, eu não aceitaria. Eu passei por isso, meu filho é de sete meses eu tinha vinte anos [...] e meu caso era de risco e eu fui até o fim! [...], por isso que eu falo que Deus, Ele até pode buscar prova de até onde você vai. E no momento, meu filho nasceu de sete meses, perfeito, sadio [...]. (Sra. Vitória, 2021).

A primeira entrevistada oferece respostas negativas para os casos em que o aborto é permitido, ou seja, quando a mulher é vítima de estupro, em caso de feto anencéfalo e quando existe risco de morte para a parturiente, destacando seu testemunho em que passou por uma gravidez de risco e foi até o nascimento do filho prematuro, atualmente, perfeito e sadio. O testemunho é algo importante a ser destacado durante os cultos das Igrejas Neopentecostais e, quando instadas ao falar sobre o tema, os participantes podem se manifestar publicamente e contar o que Deus fez em sua vida. Não raro, os pastores pedem para que os participantes contem algum testemunho sobre algum aspecto da vida, seja familiar, de saúde ou financeiro; cabe ao participante sentir-se à vontade para expor sua experiência.

Bom, eu já sou diferente: assim, por quê? Eu relação ao estupro. Quando se é feito numa criança eu acho que deve haver o aborto sim! Porque eu acho que a criança não tem a maturidade suficiente, né! Agora, me dizer que você, um estupro, de uma pessoa mais velha, você sabe que pode se pegar, mas a mulher sabe ali o que tá se passando, você entendeu? [...]. Olha, seu filho vai nascer sem cérebro, vai viver num mundo vegetativo e no mundo que nós vivemos hoje, você vai ter que parar de trabalhar, você entendeu? E quais condições você vai ter de dar pra aquela criança que tá vivendo no modo vegetativo, então, assim, com isso, nessa parte eu concordo com o aborto sim! [...]. A pílula do dia seguinte, você não está matando, você só está evitando que venha, mas eu acho que matando você não tá né! Porque é uma coisa não formada né! [...]. Eu acho que quando a mãe corre um risco de vida, eu acho que, eu como mãe, se o médico chegasse falasse assim pra mim, a Sra tá correndo um risco de vida e pôr essa criança ao mundo, né! Então eu ia primeira falar com doutor seria assim, mas essa criança, ela vai vim perfeita? Vai vim em situação perfeita? Se fosse sim, né! Eu acho que eu até pensaria em deixar essa criança vim ao mundo! [...]. (Sra. Maria Amélia, 2021).

A entrevistada, Sra. Maria Amélia, apresenta resposta positiva para abortos nos casos de estupro e feto anencéfalo. Expõe sua explicação à maneira como atribui sentido e não faz qualquer menção a questões bíblicas, da lei de Deus ou outro modo religioso. Logo no começo afirma que é diferente ou sua opinião é diferente e, certamente para fazer esse tipo de constatação, é por conhecimento de que seu pastor, sua Igreja, suas amizades na Igreja ou familiares religiosos que pensam diferentes.

Eu também sou contra, entendeu? Sou contra de tirar a vida de qualquer situação! Mesmo numa situação complicada como estupro, também, sei que é difícil, mas tirar a vida é complicado! (Sr. Paulo Eduardo, 2021).

A resposta do Sr. Paulo Eduardo é breve e diz ser contra tirar uma vida, mesmo em caso de estupro, desacando:

Uma esfera pública politicamente ativa precisa mais do que as garantias das instituições do Estado de direito. Precisa também de conciliabilidade de tradições culturais e padrões de socialização voltados para uma cultura política de uma população acostumada com a liberdade. (HABERMAS, 2014, p.81).

Uma vez que o templo pode ser considerado não apenas como um lugar onde se cultua a Deus, mas também como um local em que se faz política, pode-se dizer que é o *locus* de uma esfera pública. Contudo, apenas será politicamente ativo, nos termos citado, caso seja conciliador e propicie a socialização de seus indivíduos no sentido de um fazer política com liberdade. Porém a ausência de voz, não constitui princípio de liberdade e a política que se pratica assume o caráter unilateral.

Eu acho que essas três posições, colocadas aí, né! De decisões, né! Do que fazer do que não fazer com o aborto, com essas eu concordo eu tem que ter o aborto sim! Porque, vamos falar na questão, criança venha com problema [...], criança nasce com problema, aquele casal já não tem uma renda boa, aquilo ali vai acarretar prejuízo, infelicidade para aquele casal [...], chega uma hora que eles não consegue comprar um remédio. Porque remédio para criança especial, eu acompanho bastante, né! A gente faz um trabalho de equino terapia com crianças, né! Quem fazia era a polícia montada aqui de Rio Claro, hoje não tem mais, hoje tem um projetinho com amigos que disponibilizaram cavalos a gente faz. Infelizmente isso também acarreta, também, num falo um prejuízo, mas um gasto também do governo, governo tem que gastar muito com isso [...]. Se for levar perante Deus assim, não teve nenhuma malícia assim de vida, né! Então aquele ser, aquela alma, está salva! Então pode se abortar [Explicação anencefalia]. Vamos partir para o caso do estupro [...], a mulher é violentada, beleza, uma vida, criança, vai vim bonita, linda, perfeita, mas ela vai olha pra aquela criança ela vai ver da cara do caboclo que fez aquilo com ela, pro resto da vida dela. Entendeu? [...]. Eu penso dessa forma! Então eu concordo que tenha que ter o aborto nessa parte. Porque não foi feito com a vontade dela, né! [...]. Sim! A questão do aborto! (Sr. Marcelo Oliveira, 2021).

A resposta acima é do representante a vereador derrotado nas eleições municipais de 2020 que, ao demonstrar pouco conhecimento, concorda com o aborto em quaisquer situação. Equivoca-se, sobremaneira, ao se referir ao aborto de anencéfalos como aborto de qualquer outra má-formação congênita, acrescenta a isso a falta de estrutura financeira de uma família para cuidar de uma criança especial, senão responsabilidade do Estado as despesa com esses casos. Uma breve leitura mostra o total despreparo no momento em que foi explicado ao entrevistado o que seria anencefalia, mas parte para outro exemplo. Cabe apenas destacar que o entrevistado é a favor do aborto.

Eu penso, no meu modo de pensar, nessa parte do aborto, eu sou contra aborto! Por que o aborto não é, como fala, uma coisa, que é normal, entendeu? Então você tira a vida de uma pessoa, isso é crime! Mas no caso que eu penso, da mãe correndo o risco de vida, então ou salva a mãe ou salva a criança, concordo no aborto! Agora, no caso, também, de um estupro que você não sabe o depois que que essa mãe vai ter no futuro, mas isso é tudo consequência do começo aborto não depois já ter gerado uma

criança também, então eu concordo com o aborto nessa parte! Agora com o aborto espontâneo, não! Tirar um vida normalmente por que não quer aí não! Quanto há um risco de vida, algum trauma, vai prejudicar, vai nascer uma criança que já viu vai ter problema no futuro, então aí é diferente! (Sr. Bernardo, 2021).

O Sr. Bernardo é favorável ao aborto nos termos em que o Supremo Tribunal Federal decide – estupro, feto anencéfalo e risco de morte da gestante - contudo, enquanto prática de aborto espontâneo, ou naquilo que o entrevistado se refere, segundo interpretação do aborto descriminalizado, mostra-se contrário.

Com relação aos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus, pode-se destacar que dos cinco entrevistados, três são favoráveis e dois são contrários. Dentre eles, dois são favoráveis ao aborto nos termos da lei e um relativiza nos casos de estupro e feto anencéfalo. Destaque para os dois homens entrevistados que são favoráveis e uma mulher que relativiza.

Comentário

Se comparadas as respostas dos membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém e Igreja Internacional da Graça de Deus, observar-se-á que seis dentre dez entrevistados relativizam a questão do aborto. Desses seis, dois são favoráveis nos termos da lei; os demais relativizam entre os casos de estupro e feto anencéfalo. Assim, a maioria dos entrevistados ou 60% deles são favoráveis ao aborto em alguns de seus aspectos. Essa maioria está em desacordo com o que propõe a Bancada Evangélica na Câmara Federal, que se posiciona contrária ao aborto em qualquer natureza.

A próxima pauta da Frente Parlamentar Evangélica versa sobre a obrigatoriedade do ensino do criacionismo nas escolas das redes públicas e privadas de ensino. De autoria do Deputado Federal e Pastor Marco Feliciano, o projeto encontra-se em análise desde 2014 como consequência da manifestação contrária do Conselho Federal de Biologia. Observar-se-á como Pastores e Membros das Igrejas pesquisadas atribuem sentido ao tema, a começar pelos primeiros e, na sequência, pelos membros.

7.6 O ensino do Criacionismo nas escolas das redes públicas e privadas

O ensino do Criacionismo na perspectiva dos pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP:

Nós defendemos a pauta do criacionismo, pois entendemos biblicamente que Deus criou todas as coisas! Um direito que nós temos, evocamos isso. Assim como já se ensina, né! Outros métodos, né! Evolucionismo! Então, nós também queremos que essa pauta seja levada. Porque não ensinar os dois? Se ensina sobre o evolucionismo,

também se ensina sobre o criacionismo! Direito que a gente tem e a gente pauta por isso! (Pr. Ebenezer, 2021).

O primeiro entrevistado defende o criacionismo, pois entende que Deus criou todas as coisas e evoca o direito que todos têm de crer e, da mesma maneira, de ensinar tal teoria nas escolas, uma vez que o evolucionismo, em sua forma, é, oficialmente ensinado. Assim, fica o questionamento do pastor: se um é ensinado por qual motivo o outro não pode ser?

A minha opinião é que tudo está baseado em Gênesis, início de tudo, né! Porque não hoje trazer esse ensino. Eu não sei se essa questão vai pra depois, mas eu posso falar dela. Quer trazer sexologia! Ensinar o sexo para uma criança. Porque não trazer a bibliologia, ensinar a Bíblia, ensinar o cristianismo para as pessoas, né! Então a criança, hoje, vamos dizer assim, porque está tão difícil o ensino? Pra uma criança que não seja, vamos dizer bem claro, que não seja de uma escola particular, de um ensino estadual. Porque está muito difícil, porque tem se mudado muito o pensamento do homem a respeito disso [...], as escolhas, não se preocupam com Deus, estão se preocupando com sexo! [...]. (Pr. Joel, 2021).

Para além do ensino do criacionismo, o entrevistado propõe que seja ensinado a bibliologia nas escolas, ou seja, o ensinamento da Bíblia em contraponto à sexologia, pois afirma que querem ensinar sexo para as crianças. Assim, pode-se refletir entre a dicotomia do sagrado e do profano: “[...]. A dicotomização da realidade em esferas sagrada e profana, conquanto relacionadas entre si, é intrínseca à especulação religiosa [...]” (BERGER, 1985, p. 39). Para o cristianismo, ou nesse caso particular, a Igreja Assembleia de Deus – Ministério do Belém, a prática do sexo é tida como um comportamento profano, pecaminoso e aceito apenas após o casamento.

Professor, todos nós temos ciência da educação e sempre a educação ela sempre caminhou muito junto com a ideia de Deus. Com o tempo, com a ideia do Iluminismo, aonde pois o homem como centro das coisas, foi onde se decidiu tirar Deus do centro dessas coisas. É claro que eu defendo, também, a necessidade dessa ruptura porque a religião, ela estava dominando toda parte científica [...]. Mas se nós olharmos dentro da Bíblia, num contexto religioso, tudo prova a existência de um Criador [...]. Então, o criacionismo deveria ser aceito como doutrinação, doutrinação não, mas como parte do ensino nas escolas, porque essa ideia Marxista, essa ideia de Werner¹³⁰, e de outros e outros socialista que com o tempo, Foucault, e outros e outros pensadores, filósofos, que foram existindo e tirando essa ideia de Deus de intervir na sociedade, o homem foi perdendo essa essência de que há um Criador e achar que tudo vem do nada. Não! Há uma criação, há um Criador, há quem criou tudo isso. E a ideia de um Criador não fere a ciência, porque a Bíblia confirma a ciência, a Bíblia nunca foi contra a ciência. Eu não somente sou a favor de ensinar o criacionismo nas escolas como também sou a favor de ensinar a religião na escola [...]. (Pr. Geraldo, 2021).

O entrevistado acima é favorável ao criacionismo nas escolas e também de se ensinar religião e a justificativa para sua visão de mundo recai na secularização da sociedade, ou seja, Deus deixa de ser o centro de tudo e o homem ocupa seu lugar. Ele também destaca as influências

¹³⁰ O Pastor quis dizer Weber

marxistas, socialistas e filosóficas como culpadas pela retirada da figura de Deus enquanto centro de todas as coisas e observa a emergência do ensino do criacionismo.

Eu concordo com eles porque foi Deus que criou todas as coisas. A ciência ela faz a sua parte, mas a ciência tem que estar de acordo com aquilo que Deus criou, porque a verdadeira ciência vem de Deus. E o criacionismo é algo que Deus criou de uma forma eficiente e com o propósito de que tudo seja coerente e a ciência, ela faz umas distorções nas coisas que Deus criou! [Por exemplo?]. A teoria da evolução, por exemplo, diz que foi uma explosão, foi isso, foi aquilo, mas quando você vai analisar outros dizem que nós somos descendente de um animal que é o macaco, isso é uma distorção! Porque quando acontece qualquer novidade no mundo, sai das revista científica: aconteceu isso na ciência! Mas nunca ninguém encontrou um macaco sendo transformado num ser humano [...]. Eles inventa essas coisas só que não tem jeito! Que eles querem colocar nas cabeça das pessoas que eles são isto [...], mas a verdadeira ciência, como eu falei, vem de Deus! [Daria certo?] Entraves sempre tem, porque tem as pessoas que são, vamos dizer assim, tem aqueles professores que eles defende determinadas tese, entende? Eles tenta de todas as formas colocar suas tese em prática vê se dá certo. Só que o criacionismo sempre deu certo porque é Deus que fez, então Deus, Ele faz as coisas com perfeição! [...]. (Pr. Geraldinho, 2021).

Segundo o Pastor Geraldinho, a religião deve estar acima da ciência, o que invoca grau de importância, relevância e significado. Dessa forma, são mais importantes as explicações bíblicas – criacionistas – da formação do mundo, segund base na narrativa do livro de Gênesis, do que as teorias evolucionistas. Em suma, as últimas teorias não possuem a mesma importância, relevância e significado social, ao menos na visão de mundo do entrevistado, que concorda com a pauta do ensino do criacionismo ser aplicado nas escolas.

Eu acredito assim, eu recebi a carga de conhecimento ao longo de minha vida estudantil [...]. Existe o criacionismo e o criacionismo, fala, prega e acredita nisso. Existe o evolucionismo e se tiver uma terceira via, se tiver uma quarta via, que seja colocada [...]. No aprendizado não sou adepto de você simplesmente mostrar uma visão! Mostre todas! Mas obviamente existe um viés por parte de quem vai ensinar. Existe um viés. Se o Professor for passar a matéria sobre essa cosmovisão, se for um adepto ao criacionismo vai ser tendencioso ao criacionismo, se for adepto ao evolucionismo vai ser tendencioso ao evolucionismo! [...]. (Pr. José Ricardo, 2021).

O último entrevistado oferece uma resposta sucinta e didática. Em sua visão de mundo, tanto o criacionismo como o evolucionismo devem ser apresentados e, caso existam outras vertentes explicativas para a origem do universo, do homem e da vida, que sejam mostradas da mesma forma, não sendo adepto de apenas uma explicação. Entretanto, faz ressalva com relação ao professor que iria lecionar a matéria, uma vez que o profissional pode ser tentencioso ao criacionismo ou ao evolucionismo, segundo seu viés.

Comentário

Todos os pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém de Rio Claro, são favoráveis ao ensino do criacionismo nas escolas das redes pública e particular de ensino. A

justificativa principal baseia-se no fato de que Deus é o criador de todas as coisas. Todavia, a argumentação dos pastores apresenta o perfil da dualidade entre ciência/religião e evolucionismo/criacionismo. Nesse sentido, três dentre os cinco entrevistados se mostram mais radicais que seus pares ao atribuírem um valor menor à ciência em detrimento da religião e tecem críticas ao sistema educacional que ensina sexo ou está comprometido com o que se convencionou falar de doutrinação marxista nas escolas, ou seja, os professores ensinariam aos estudantes temas sobre o socialismo ou comunismo.

Ensino do Criacionismo na perspectiva dos pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus:

Como pastor eu acharia o máximo! Porque forma caráter, forma pessoas, forma cidadãos, nem todo mundo terá a mesma exigência em disciplina em Cristo, mas o Cristão ele é uma pessoa diferente [...], independente, não estamos falando de Igreja, estamos falando de Cristianismo, seria maravilhoso! [...], hoje no Brasil, o Cristianismo nas escolas seria uma coisa muito importante! (Pr. Angeli, 2021).

O primeiro entrevistado confunde o ensino do criacionismo com os ensinamentos de Cristo. Não é do ensinamento de Cristo que se trata a proposta, mas ensinar sobre a criação do Universo através da explicação bíblica. Não se trata, dessa maneira, do ensino religioso e sim do ensino de uma teoria religiosa-cristã.

Tem que ver que ponto está abrangendo, né! Mas até que ponto esse ensinamento vai contribuir com uma formação do ser [...], andou umas apostilas aí nas escolas, né? Distorcendo também o feminismo, né! O macho da fêmea, né! Teve uma história aí de uma época que não teria mais banheiro masculino e feminino. Então a minha preocupação de responder essa questão [...]. De repente isso é uma matéria para os pais, né! Não seria uma responsabilidade da escola! Vai ser uma disciplina a parte, mais, né! A biologia que a gente viu, eu creio isso? Nós temos a biologia na escola, mas não é nos primeiros anos não, é lá no final, no magistério eu vi. Essa é minha opinião! [...]. (Pra. Valdete, 2021).

A opinião da pastora entrevistada é que a família deveria ensinar o conteúdo sobre o criacionismo e a escola não deveria ser responsável por esse conteúdo. Essa talvez seja a única resposta que contemple um formato diferente, no qual o entrevistado não é um entusiasta daquilo que é proposto pela Bancada Evangélica.

Pelo que eu entendi, não sei se eu estou correto. Eu acredito que é aquilo que a Palavra do Senhor lá diz: a terra era sem forma, ela era vazia, você entendeu? Ela foi criada por Deus todo poderoso e acima de qualquer coisa, Deus criou o mundo pela sua palavra [...]. Ele estava com o plano de trazer Jesus pra nós [...], e o mundo foi criado por isso [...]. Eduardo, cada um pode ouvir de tudo! Eu acho que cada um vai saber daquilo que vai ter a convicção da onde veio e vai acreditar naquilo que é melhor. Eu acho, que aquilo que mudou a minha vida, que me transformou, que me fez entender de onde eu vim, foi a criação de Gênesis, de Deus [...]. Sim, estou de acordo! (Pr. Rodrigo, 2021).

O entrevistado acima, após breve reflexão antes da resposta, diz estar de acordo com o ensino do criacionismo nas escolas. Todavia, o entrevistado vai além ao dizer que Deus criou o mundo com a finalidade de trazer Jesus e cada indivíduo pode ter a convicção de acreditar no que quiser. Ele, por sua vez, acredita na narrativa de Gênesis e se porta de acordo com a proposta.

Eu sou a favor também, né! Disso! Por conta que se as pessoas acreditam que tudo veio de uma explosão, que se ensina isso nas escolas, [...], como é que você explica que nós fomos criados de uma explosão? Eu sou favor do criacionismo, sim! (Pr. Rogério, 2021).

O último entrevistado questiona a teoria da grande explosão e se mostra a favor do criacionismo. Obviamente que na condição de entrevistador não poderia fazer a pergunta contrária, mas o leitor tem toda a liberdade para fazê-la. Assim, seria de se questionar: como pode explicar que fomos criados do barro e a mulher a partir da costela de Adão?

Comentário

A respeito dos pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus – Rio Claro, quatro dentre cinco são favoráveis ao ensino do criacionismo dentro das escolas, apesar de que um deles (o primeiro na ordem de respostas), apresente a confusão entre o ensino do criacionismo e o ensino do Cristianismo. A representante feminina dentre os pastores é a única a observar que o criacionismo deveria ser ensinado na família e não na escola, ou seja, os pais ou responsáveis deveriam ensinar seus filhos sobre a criação através da perspectiva religiosa. Ademais, não chegam a tecer críticas à ciência, muito menos observa-se outra temática dentro das respostas.

O ensino do Criacionismo na perspectiva dos membros da Assembleia de Deus Ministério do Belém:

Eu também concordo! Acabei de falar pra você, que se nós pegarmos e ensinarmos a criança de 0 a 5 anos, formando, inculcando na cabeça dela, inculcando a Palavra, a criança, a criação de onde ele veio, ela vai ser mais amável. Ela vai saber que realmente é Deus que criou o ser humano [...], então eu acredito deve ser ensinado na escola [...]. Então eu acho que deve sim ser ensinado! Não essa barbaridade ensina sobre sexo para a criança! Não, não, não! Mas sobre como foi criado, como é o ser humano, como foi feito, isso deve ser ensinado, eu sou a favor! (Sr. Francisco, 2021).

Segundo a visão de mundo do entrevistado, o criacionismo deveria ser ensinado nas escolas, pois moldaria a educação da criança na primeira infância e, como consequência, ela se tornaria mais amável. Tudo isso se dá através do conhecimento de quem é Deus e como ela foi criada, contrapondo-se a questão de “ensinar o sexo” nas escolas.

É, dentro do entendimento, por isso, que fala já, bancada evangélica, entendemos que os que estão dentro dos princípio cristão é dentro do ensinamento da Bíblia. A Bíblia realmente relata como tudo foi formado, criado, né! Como Deus criou tudo, até o universo, os planetas, sistemas solar, tudo e criou específico nosso Planeta Terra com condições de vida e colocou homem e mulher, não vejo nada que fere acho que é até salutar, ideal seria que fosse ministrado o ensino. Porque, pelo menos, ficaria, também, definido que é dentro do ensino, do ensino cristão, dentro do cristianismo a posição dentro da criação não é? Entendemos, também, dentro da ciência eles tem uma forma diferente, né, de colocar essa aposição dentro da criação de como tudo se formou e criou, tem toda uma formação, isso é ensinado, é ensinado, também, não haveria qualquer situação que ferisse você ter um ensino de acordo, porque você não tá falando que você tá pegando um fonte X, você está especificando a fonte. Então dentro da Biblia Sagrada, do ensino cristão, o mundo foi formado e criado dessa forma. Então isso poderia ser exposto sim! [...]. (Sr. Saulo, 2021).

O Sr. Saulo é favorável ao ensino do criacionismo nas escolas e recorre à Bíblia para exemplificar a criação do universo, dos planetas, do sistema solar, das condições de vida, do homem e da mulher. Todo o conteúdo do livro de Gênesis é explicitado pelo entrevistado e tem sua concordância, pois, afinal de contas, a fonte de onde é tirado tal conhecimento é específica, segundo sua resposta, a Bíblia.

Desde que não vire religiosidade! Uma coisa é você acreditar, ter uma fé, uma coisa é você ser aquele religioso, entendam bem o que eu quero dizer, porque infelizmente temos muitas pessoas usando do evangelho para sua própria religiosidade, você vai pro inferno, você, você, cê tá entendendo? A criança tem que conhecer [...] desde que não se transforme naquela coisa errrr! [...]. A Palavra de Deus tem que ser difundida, aí fala, não força [...]. Porque as outras bancadas queria fazer aquela apostila lá de gênero lá, sabe? [Kit Gay?] E! Pra que ensinar isso pra criança? Que eu acho que não é época, eu acho que é tudo no seu tempo [...]. (Sra. Maria Luiza, 2021).

A entrevistada refere-se ao Kit Gay, que novamente aparece em respostas oferecidas nesse trabalho de campo, e o famigerado material foi utilizado pela campanha do atual presidente Jair Bolsonaro como fake news para atacar os governos do Partido dos Trabalhadores. Esse material ainda está no imaginário de muitos religiosos e, necessariamente, precisa ser desmistificado pelos setores progressistas no diálogo com os setores evangélicos mais conservadores. Do mais, a entrevistada parece estar de acordo com o ensino do criacionismo, desde que não se torne religiosidade. Porém, a confusão será observada em diversas respostas em que os entrevistados relacionarão o ensino do criacionismo ao ensino da Palavra de Deus ou aos ensinamentos de Cristo.

Mas tem que seguir a Bíblia, tanto aqui na Câmara como se tiver lá na rua, trabalho, é a Bíblia que diz que quem criou o homem foi Deus e Deus criou o homem e a mulher, e a mulher foi feita da costela de Adão! E eu creio nisso e é isso que eu sigo a Bíblia, entendeu? O que tá na Bíblia eu sigo! Sim, desde que pregando o amor, falando do amor de Cristo, falando do amor de Cristo, e a criação do homem, que o homem tem que respeitar o outro homem, o ser humano tem que respeitar o outro ser humano, tem que dar amor, tem que conviver em paz! Claro que eu sou a favor da paz! [Daria certo essa proposta?]. Com certeza! Se começar em casa! Nada de violência, amor, carinho, não mexer nas coisa do próximo, ser honesto, pode ter certeza que sim! [...]. (Vereador Pereira, 2021).

Na condição de vereador, o Sr. Pereira tem por obrigação oferecer resposta mais elaborada para a questão. No começo relata a criação, porém desvia-se da resposta quando diz que é preciso falar do amor de Cristo. Novamente, observa-se a confusão do ensino do criacionismo junto ao ensinamento da mensagem de Cristo.

Não sei as resposta dos outros. Eu acho que quando se trata disso aí, eu acho que isso aí fica restrito à família! Porque acaba confundindo, a forma eu eles ensinam nas escola, não é a forma que a gente aprende na Igreja. Então acho que confunde um pouco a cabeça das criança, muito pequena ainda. Então isso eu acredito que seja responsabilidade de cada família [...], acho que isso não deveria ser ensinado na escola, não! Devia deixar pra família escolher o que que eles quer pros filhos deles! [...] até porque a forma que eles ensina é muito contra a que nós aprendemos [...]. (Sra. Maria de Jesus, 2021).

A entrevistada acima é a segunda contrária ao ensino do criacionismo nas escolas públicas e particulares. Até o momento, apenas a Sra. Maria de Jesus e a Pastora Valdete se posicionaram contrárias a essa pauta específica e observam que a família deve ser a responsável pelo ensino bíblico – criacionista para as crianças.

Comentário

Com relação ao ensino do Criacionismo nas escolas públicas e privadas, os membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP se mostram favoráveis. Dos cinco entrevistados, apenas uma resposta é percebida como contrária e afirma que a família deve ser responsável pela transmissão do ensino do criacionismo aos filhos ou às crianças, ou seja, da criação do mundo conforme a Bíblia. Nota-se, também, que o vereador entrevistado é a favor e apenas ao final de sua reposta, observa que o ensino deve começar em casa. Do mais, encontram-se incongruências, como o ensino do criacionismo contrapondo-se ao ensino do sexo nas escolas e a confusão do ensino da teoria com os ensinamentos de Cristo. Tais incongruências são fruto do conhecimento insuficiente do assunto tratado, todavia a maioria dos entrevistados são favoráveis.

O ensino do Criacionismo na perspectiva dos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus:

Eu sou a favor, mas é como eu estou falando [...], na escola pública não! Se fosse pra eu votar eu votaria no sim! (Sra. Vitória, 2021).

A entrevistada acima, em sua breve resposta, diz que é a favor do ensino do criacionismo, sendo contrária nas escolas públicas. O que se pode tentar especular dessa resposta é a interpretação contrária ao criacionismo nas escolas públicas dada à laicidade do Estado, mas a permissão em escolas particulares de cunho confessional aos moldes do que já existe com ensino religioso, sendo não obrigatório.

Então, olha, é assim né! Hoje em dia, a gente vê que muitas coisas no meio, né! Da educação são tratado com bullying, como falta, isso não pode falar, porque aquilo não pode citar, mas eu tiro pela minha época, né! [...]. Eu aprendi na escola, na escola a gente aprendeu religião! Mas num sentido de um todo, não no sentido só do Catolicismo, cê entendeu? [...]. A gente aprendeu a orar um Pai Nosso, cê entendeu? E hoje eles criticam isso dentro da educação, né! Esse negócio da Cartilha, né! Eles queriam pôr a Cartilha pras escolas, eu acho que isso daí vai dar forma do professor educar a criança dentro da sala de aula de como o professor vai tratar uma criança dentro de uma sala de aula [...]. Eu acho assim, eu acho que da maneira bíblica, hoje em dia, você, se todos parassem um pouco e refletissem, né, como a Bíblia nos ensina, então eu acho que não haveria, cê entendeu? Tanta imoralidade, não haveria tanta falta de respeito [...]. Eu acho que a escola deveria sim, cê entendeu? Voltar a ensinar, sabe! (Sra. Maria Amélia, 2021).

Novamente a narrativa da cartilha ou Kit Gay volta na resposta acima. A entrevistada é favorável ao ensino religioso por observar, segundo sua visão de mundo, tanta imoralidade e falta de respeito dos indivíduos em sociedade. Por esses motivos defende o retorno ao ensino religioso; essa é outra confusão observada nas respostas em que o ensino da teoria criacionista é confundida com ensino religioso.

Na minha visão seria ótimo, né! Seria ótimo do pessoal ter esse conhecimento, né! *[deve ser ensinado pela escola ou ser passado pelos pais?]* Eu acho que teria que ter um complemento da escola e dos pais. Acho que tem que tá junto, tem que tá junto, não deixar só pra escola, né! *[teria alguma dificuldade, pelo Estado ser separado da Igreja]* Eu acho difícil! *[teria alguma dificuldade talvez?]*. Eu acho que teria dificuldade sim, teria bastante dificuldade, de se aplicar isso, na prática, de colocar isso. Seria complicado! (Sr. Paulo Eduardo, 2021).

Apesar da tentativa de explorar mais da resposta do entrevistado, de forma breve e sucinta, afirma ser ótimo se os indivíduos tivessem o conhecimento da teoria criacionista.

Eu acharia interessante, né! A princípio, a criança, ela seguir essa diretriz tivesse até uma aula de explicação sobre isso, né! Porém, né! Que nem você falar que tem o lado da ciência, né! O lado da ciência não tem fundamentação! Ele sugere que foi daquele jeito, mas não tem. Pode achar fóssil, pode achar aquilo, mas não tem registro de como era na real. Pelo menos que eu saiba não foi comprovado que o homem veio do macaco, não! [...]. A questão da escola seria fundamental, né! O que está escrito na Bíblia é verdadeiro, né! Não tem mentira naquilo ali [...]. Então, tudo o que é bom tá de acordo com os princípios da vida, da família, eu sou a favor! Independente de onde venha, se vim da Umbanda, entendeu? Se vim não sei da onde. Se tá fazendo o bem vamos deixar fazer o bem. Ainda mais numa questão assim de aprendizado de ir pra sociedade com uma educação, né! Diferenciada, isso é muito bom! (Sr. Marcelo Oliveira, 2021).

O entrevistado acima demonstra ser anti-ciência ao afirmar que ela não possui explicação para a origem da vida e, mesmo que existam fósseis, não existem registros da época, o que não serve de prova para a realidade. Ele ressalta a Bíblia como detentora de um conhecimento verdadeiro.

É isso que eu acho que é uma parte que eu acho que devia vim desde o passado ensinando isso nas escola. Porque hoje o mundo estaria numa situação melhor, por que hoje em dia ninguém mais respeita ninguém, os filhos não respeitam os pais, como hoje a gente vê que muitas criança vai pra escola não respeita o professor. [...], se ela vem com o aprendizado da Palavra de Deus, né! Como foi formado o mundo, do que a pessoa tem que ser respeitada, como respeitar o próximo, eu penso dessa maneira, deveria sim ter esse ensino, como na minha época tinha lá [...] (Sr. Bernardo, 2021).

O último entrevistado oferece resposta favorável ao que ele teve em sua época de estudante, ou seja, o ensino religioso que, em sua visão de mundo, seria importante, uma vez que os filhos não respeitam os pais e as crianças não respeitam o professor. Assim, é importante o ensino da Palavra de Deus para que a criança aprenda não apenas sobre como foi formado homem em mulher, mas também como respeitar o próximo.

Comentário

Dos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus que responderam à questão, pode-se afirmar que apenas uma entrevistada se mostra contrária ao ensino do criacionismo nas escolas da rede pública e, caso favorável, observa a permissão nas escolas particulares, provalmente, referindo-se à, escolas particulares de caráter confessional. Os demais entrevistados, no total de quatro são favoráveis. Contudo, algumas respostas apresentam explicações um tanto inusitadas e o Kit Gay volta a ser observado em uma das respotas. Assim, para se combater a imoralidde do ensino do sexo nas escolas seria ensinado o criacionismo.

O famigerado Kit Gay e algo presente no imaginário dos religiosos, sejam eles pastores ou membros. Essa Fake News, amplamente difundida pelo atual presidente, talvez venha sendo propalada no meio evangélico enquanto reprodução do discurso desde os tempos da proposta pelo Deputado Marco Feliciano. Não se pode tornar essa informação de toda sorte verídica, pode-se aventar em uma justificativa, muito ao senso comum, de que para se evitar a imoralidade do sexo, deve-se ensinar a criação do mundo pela narrativa bíblica.

É importante lembrar ao leitor que o projeto data do ano 2014, final do governo do Partido dos Trabalhadores. Em 2004 o governo cria o Programa Brasil sem Homofobia, descrito nesse texto e de 2004 a 2014, são dez anos para se construir uma narrativa que culmina em 2018 com a fake news do atual presidente. Porquanto, no prazo de mais de uma década, essa notícia falsa parece ter se cristalizado na visão de mundo dos religiosos, sobretudo, os pesquisados nesta tese. Imagina-se, nesse interregno de tempo, que os partidos progressistas devam desmistificar essa fake news, uma vez que o programa Brasil sem Homofobia foi vetado pelo próprio governo do Partido dos Trabalhadores no ano de 2011.

Outra resposta inusitada oferecida por um dos entrevistados contrapõe o conhecimento científico em face do conhecimento da Bíblia. Em sua visão de mundo, a ciência pode comprovar a existência de fósseis pré-históricos, mas isso não o convence. O convencimento está para o entrevistado na fonte de única verdade, a Palavra de Deus. Certamente que a visão de mundo do entrevistado é religiosa e para os religiosos, algumas questões de ciência são de difícil compreensão, pois não pertencem a seu mundo, a sua vivência e a explicação atribuída, na condição de religioso, é negar a ciência. Observou-se isso durante a pandemia Covid-19. A negação da ciência por parte do Presidente da República e também por parte de muitos evangélicos.

Se comparadas as respostas dos membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP e membros da Igreja Internacional da Graça de Deus, dos dez entrevistados apenas dois se mostram contrários. Os demais são favoráveis, ou seja, a maioria dos membros se mostram a favor do ensino do criacionismo nas escolas das redes públicas e privadas de ensino. Independente das justificativas, essa talvez seja a proposta que tem maior adesão dos membros das denominações pesquisadas, muito provavelmente, com o discurso de preservar a criança contra o ensino do sexo e da imoralidade.

Assertivamente que a visão religiosa, mas também dos não crentes ou de qualquer indivíduo com o mínimo de moralidade, não é capaz de conceber que se ensine sexo para crianças ou imoralidades e isso é, incompreensível como o alcance dessas narrativas cativam os religiosos. Essa é uma narrativa voltada para a desinformação, voltada para uma informação deturpada e que ainda permeia a visão de mundo dos membros entrevistados sem ainda existir um diálogo amplo para sua desmistificação. Esse é um diálogo que coloca em pauta os religiosos e os progressistas para que ambos tenham a capacidade de ouvir, e chegar a um bom termo, para a sociedade sobre a verdade dos fatos. Porquanto, notícias falsas continuarão a sere propaladas.

A seguir, está a questão da defesa da família tradicional como pauta importante da Bancada Evangélica que, ao menos na tentativa de modernização, aceita a questão do divórcio e a formação de novo contexto familiar composta por casados em segundas núpcias. Os evangélicos são a favor da família e também desse novo formato por serem tolerantes com os casos de casais divorciados e a composição de famílias recombinadas.

7.7 A questão da família

A questão da família na perspectiva dos pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP:

Família tradicional é aquilo que diz a Bíblia, né! A Bíblia diz que Deus criou macho e fêmea, homem e mulher, e Ele diz: deixará pois o homem, seus pais e unir-se-á a sua mulher! É o que diz a Bíblia e a procriação, nós sabemos geneticamente entre homem e mulher. Essa é a família tradicional. [Essa família tradicional pode ser composta por casais divorciados?] Depende da situação, né! A gente não tem esse conceito de não possa! É caso a caso, tem que ser analisado e tal. Existem as regras bíblicas que permitem [...]. Tem que ouvir, saber que que aconteceu, né! Como que aconteceu, né! Não somos fechados quanto a isso! Pode acontecer desde que seja observado o que diz a Bíblia. (Pr. Ebenezer, 2021).

O primeiro pastor entrevistado recorre a passagens bíblicas para justificar seu entendimento sobre família. No começo da sua explanação, ao afirmar que Deus criou homem e mulher, macho e fêmea e a procriação como sendo, obviamente, entre casais heterossexuais, descartos os demais tipos de família principalmente aquelas formadas por casais do mesmo sexo. Com relação às famílias compostas por segundas núpcias, o pastor diz não haver impedimento, apenas que cada caso precisasse ser analisado, segundo a Bíblia.

Até que a morte os separe, essa é a família tradicional. Isso é o que Deus sempre quis. Isso que é orientado a todos nós. Mas, se uma família não deu certo, nós vamos entender o porquê não deu certo essa família. Se a pessoa se separou, o motivo da sua separação, tá! Por exemplo, existem várias coisas que podem levar a separação da pessoa; o caso extraconjugal, pode levar a uma separação, a pessoa ser violentada diariamente pelo cônjuge, pode haver uma separação. Pastor: então essas pessoas estão livres para fazer uma nova família? Sim, estão livre para fazer uma nova família! Porque nós optamos pela vida! Nós optamos pela vida, e as agressões física pode levar à destruição da vida. Então, nesse caso a pessoa tem oportunidade de formar uma família, uma nova família, e na mesma coisa num ato extra conjugal, de formar uma nova família. (Pr. Joel, 2021).

As igrejas evangélicas são mais tolerantes com os casais divorciados e casados em segundas núpcias se comparadas à Igreja Católica Apostólica Romana. Todavia, os pastores, de certa forma, vigiam o comportamento de seus membros que, por sua vez, reportam aos seus líderes ou pastores o que acontece em seus casamentos. Os primeiros são responsáveis pelo aconselhamento e a palavra final com relação à separação ou não.

Professor, a família tradicional é um modelo que não fomos nós que inventamos. Isso é um estilo desde a existência do homem, né! A família foi construída. E esse sistema patriarcal, que a Igreja defende, o pai aquele chefe de família, a mãe provedora do lar. Esta figura é alimentada por nós até por questões de padrão de vida e, também, social, sociológico, mas também padrão divino. Pela questão da abertura desse padrão da família nuclear [...], a Igreja ela nessa espécie de entender o mundo, ela revisa, para que ela também não seja injusta. Então, à medida que os homens adquiriram formas diferentes de vida, isso também trouxe modelos diferentes pra própria família [...]. Então a Igreja hoje, ela reavalia essa sociedade moderna com a seguinte questão. O que a Bíblia diz sobre o divórcio? A Bíblia não diz pra divorciar [...]. E dentro de uma casa, uma mulher traída, o homem saiu com várias amantes, ela por ser cristã, por ser crente, evangélica, vai ter que conviver com essa ferida? Ela pode pedir o divórcio! E como ficará esse mulher que foi prejudicada? Ela vai, diante de uma religião, ela nunca mais vai poder constituir uma família, porque o seu marido a traiu? Então na Igreja existe caso a caso [...]. (Pr. Geraldo, 2021).

A resposta do pastor acima observa o modelo do sistema patriarcal ao definir os papéis entre homem e mulher. Para tanto, o papel do homem é o de provedor do lar, aquele que sai para trazer o sustento à família; a mulher possui o papel de dona de casa, nos cuidados dos filhos e do marido. Esse tipo de família existe, porém coexiste com o fato da mulher ter ocupado espaço no mercado de trabalho e, junto com o homem, sustenta a casa. Ou seja, um novo modelo de família marcada pela mulher trabalhadora e que acumula o trabalho fora e dentro do ambiente da casa.

Essa é uma questão de ordem social que ultimamente tem trazido muitos problema. As pessoas não se dão bem no primeiro casamento, separam e vai pra um segundo. Só que depois fica os filhos, de um lado e os filhos de outro isso aí tem causado, assim, uma certa divergência nas família, uma certa divergência. Eu posso observar, isso aí tem até as vez na nossa família, né! [...]. Eu creio que a Bancada Evangélica defende essa segunda núpcia porque também se a pessoa ficar desamparada, sem nada, aí fica pior ainda, mas eu creio que arruma um problema de ordem social entre as famílias [...]. (Pr. Geraldinho, 2021).

O entrevistado acima observa as contradições de novas formações familiares em contexto pós-tradicional. Porquanto, os novos tipos de famílias formadas por casais separados não estão livres de conflitos, o que, na visão do entrevistado, está correto, uma vez que conflitos familiares existem e as demandas das famílias formadas por segundas núpcias são, da mesma forma, conflituosas, devido a desentendimentos entre pais e filhos, padrastos, madrastas e filhos e primeiro e segundo casamento.

Olha a minha observação: os relacionamentos hoje são extremamente superficiais e voláteis. Isso tem se intensificado cada vez mais com a sociedade em que a gente vive, né! [...]. E é sabido que a estabilidade de uma sociedade ele é muito fruto do contexto sócio-familiar, né! Então eu acredito na família, nesse núcleo família, de uma pai de uma mãe e filhos. Creio que o casamento ele é uma instituição divina, é algo, extremamente belo, porque traz consigo não apenas as benesses da vida a dois, do contexto sexual, mas também desse prazer compartilhar e gerar projetos nesse contexto duplo ali, né! Do homem e da mulher. [...]. O que deve existir em um relacionamento, além do amor, é o compromisso e o respeito. Tendo isso como premissas básicas ou pontos extremamente fundamentais para que uma relação seja sustentada: respeito, amor e compromisso. Isso vai sustentar o casal nessa jornada a enfrentar as intempéries. Agora, se por algum motivo, qualquer que seja ele, não existe mais condição de se permanecer, não adianta ter ali um lar onde o que impera é o rancor, o ódio, são as discussões, e aí isso sai da questão verbal, muitas vezes vai questão física. Então a gente entende que nesse momento que tem esse tipo de agressão, verbal já é crítico, o físico então, pra mim, já é o último estágio. Separem! [...]. Por isso que eu não acredito que a separação é um meio que vai se resolver os problemas [...]. Mas sendo pragmático, houve separação, pessoa tem uma segunda oportunidade? Claro! Pessoa pode ter segunda oportunidade, vamos lá, cada um tentar reconstruir sua história, mas as marcas irão ficar [...]. (Pr. José Ricardo, 2021).

O último entrevistado começa sua resposta observando os relacionamentos atuais como superficiais e voláteis, próprios de uma sociedade líquida, onde nem tudo é perene, e apesar de defender a família tradicional formada pelas figuras do casal e filhos, o entrevistado não é contrário ao divórcio, caso o lar não se sustente ou caso a mulher seja vítima de agressão física.

Comentário

Todos os pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém de Rio Claro/SP se mostram favoráveis à família tradicional formada por casais heterossexuais e seus filhos. Todavia, na condição de sacerdotes, observam a instituição familiar como algo sagrado, a união do homem e mulher através do matrimônio. Tal interpretação religiosa serve também para justificar o não reconhecimento das uniões formadas por casais do mesmo sexo. Afinal, a prática da homossexualidade é tida como pecado e se referenda à união normativa homem – mulher.

Uma das respostas curiosas apresentadas por um pastor, apesar de confusa, diz que a família tradicional existe desde sempre, porém se contradiz ao afirmar que a família foi construída e entra na questão patriarcal do núcleo familiar. De fato, os modelos de famílias são construções sociais, a família nuclear e uma construção burguesa do pós-revolução industrial. A figura do homem, mulher e filhos é uma construção desse período que caminha com a questão do patriarcalismo defendido pelo pastor. São papéis delimitados entre homem e mulher na família. Todavia, o pastor não fica preso às explicações desse modelo de família e observa a abertura que a sociedade traz em tempos de modernidade.

Com relação ao divórcio, os pastores não fazem oposição, desde que sejam verificados alguns atributos como, por exemplo, o que a Bíblia permite com relação a divórcio e mulheres que são vítimas de agressões verbais, espancamentos físicos e traídas por seus maridos. Nesses casos, segundo os pastores, o divórcio é permitido e, de certa forma, a mulher pode recomeçar uma nova vida contraindo outro casamento. Entretanto, a ressalva de que é necessário avaliar cada caso e aqueles que detêm o poder de avaliação são os sacerdotes. Eles precisam saber o que acontece na vida de seus membros casados para aconselhar e conceder, se for o caso, a permissão do divórcio. Dessa forma, existe certa vigilância por parte dos pastores sobre seus membros e, não diferente, os últimos se permitem serem vigiados e buscam aconselhamento. Algo similar acontece a um fiel católico quando confessar seus pecados ao padre.

A questão da família para os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus:

Está querendo criar sim um desequilíbrio, um desequilíbrio, com toda certeza! Então é essa que é, inclusive, tem uma agenda, existe uma agenda que é só você pesquisar uma agenda revolucionário que atende exatamente esses princípios [...], é uma agenda para desconstruir a família [...], pautas do tipo mudança de sexo a partir dos doze anos de idade [...], a família é o alicerce da sociedade [...]. Essa é minha opinião, e é isso que eu tenho como esses projetos revolucionários que atentam sim, como um dos exemplos que eu citei aqui, que tem ampla divulgação televisiva, inclusive, e pelas redes sociais também que tem acontecido, né! [...]. (Pr. Lucas, 2021).

O entrevistado acima demonstra certo conhecimento com relação ao Projeto de Lei que versa sobre questão de sexualidade. Em 2013, o ex-deputado Jean Wyllys PSol/RJ e a Deputada Érika Kokay PT/DF propuseram o Projeto de Lei conhecido como Lei João Nery que versa:

Artigo 4º - Toda pessoa que solicitar retificação registral de sexo e a mudança do prenome e da imagem, em virtude da presente lei, deverá observar os seguintes requisitos: I – ser maior de dezoito (18) anos; II – apresentar ao cartório que corresponda uma solicitação escrita, na qual deverá manifestar que, de acordo com a presente lei, requer a retificação registral da certidão de nascimento e a emissão de uma nova carteira de identidade, conservando o número original; III – expressar o/s novo/s prenome/s escolhido/s para que sejam inscritos [...]. Artigo 5º - Com relação às pessoas que ainda não tenham dezoito (18) anos de idade, a solicitação do trâmite a que se refere o artigo 4º deverá ser efetuada através de seus representantes legais e com a expressa conformidade de vontade da criança ou adolescente, levando em consideração os princípios de capacidade progressiva e interesse superior da criança, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente [...]. Artigo 8º Toda pessoa maior de dezoito (18) anos poderá realizar intervenções cirúrgicas totais ou parciais de transexualização, inclusive as de modificação genital, e/ou tratamentos hormonais integrais, a fim de adequar seu corpo à sua identidade de gênero auto-percebida [...]. §2º No caso das pessoas que ainda não tenham dezoito (18) anos de idade, vigorarão os mesmos requisitos estabelecidos no artigo 5º para a obtenção do consentimento informado. (WYLLYS; KOKAY, 2013, p. 1).

Em 2018, o Plenário Supremo Tribunal Federal¹³² julgou procedente conceder o direito das pessoas transexuais de modificar nome e identidade de gênero em cartório sem necessidade de laudo médico, cirurgia ou processos judiciais. Assim, qualquer pessoa que deseja mudar seus documentos passa a ser possível. A medida visa à garantia de direitos individuais, o direito à dignidade humana e à diminuição do preconceito com relação aos homossexuais. Todavia, a preocupação do pastor tem como base sua visão de mundo religiosa e, precípua, contrária à homossexualidade e, consequentemente às leis que visem direitos da população gay, que, em sua visão, fere a instituição da família. Entretanto, o medo abissal não faz sentido, até pelo motivo da população gay ser minoria, não representando ameaça ao fim da família formada por casais heterossexuais.

A família tradicional é a base de tudo! A base de tudo. (Pr. Angeli, 2021).

O entrevistado acima, de maneira breve, responde que a família tradicional é a base de tudo, ou seja, a família composta por casais héteros com filhos é a base da sociedade.

A tradicional, casou é até que a morte o separe, né! Não tinha separação e se separasse ficava sozinho, não se casaria mais. Sei lá, tem que ver também muito o porquê separaram. Há situação também na Bíblia que é permitido divórcio, né! [...], eu vejo assim, se a pessoa não separou, por exemplo, o marido arrumou outra mulher, ele deu a carta de divórcio pra esposa; agora ela é obrigada a ficar só porque o meu marido me traiu, construiu outra família, eu sou obrigada a viver o resto da minha vida sozinha? Não posso reconstruir a minha vida? É uma tradicional reformulada. [...]. Eu acho interessante, porque não, reconstruir a minha vida [...], acho que uma família tradicional reformulada, claro com todos cuidados, pra mim o que que eu

¹³² Reportagem da TV Justiça sobre o tema pode ser visto em: <https://www.youtube.com/watch?v=R5fIBRTKjUY>

faço? Eu tenho que estudar o que foi que aconteceu, o casal, os dois contar a versão deles [...]. Eu acho que sim, por que não? (Pra. Valdete, 2021).

A representante feminina dentre os pastores começa sua resposta dizendo como era a realidade da mulher antes do divórcio ser aceito socialmente e tolerado pela Igreja Católica Apostólica Romana. Vê com bons olhos o recomeço da mulher divorciada oportunizando o recomeço da vida. Todavia, é preciso, segundo a entrevistada, estudar o que foi que aconteceu entre o casal e para que isso aconteça é preciso que as partes envolvidas contem ao pastor o que se passa na esfera da vida privada. O pastor, por sua vez, exerce a autoridade da palavra final pela negação ou afirmação do divórcio. Os pastores exercem forte influência na vida cotidiana de seus membros. Esses membros, tal como fiéis católicos que confessam seus dilemas e problemas ao padre, o fazem com a figura do pastor.

A Palavra de Deus ela diz que só é permitido a separação, em relação ao o divórcio, se houver adultério, traição. Lógico, o que Deus uniu que não separa o homem. Mas a Bíblia também diz que se o marido for incrédulo também permite a separação, entendeu? [...]. Às vezes tem mulheres que foram agredidas a vida inteira! Já foi denunciado, já foi feito todos os parâmetros de defesa e a pessoa não mudou, mais justo que ela se separe pra seguir a vida dela. Eu penso dessa forma. Entendeu? E eu luto, lógico, pela família. Acredito que em último caso ter a separação, mas se ocorrer qual é o problema? [...]. Lógico que não pode ter separação por causa de uma briguinha, entendeu? Mas às vezes o caso é muito sério, uma traição, uma agressão, algo se vai ser muito prejudicial mesmo e eu não vejo problema em se separar [...]. Se a pessoa se separa sem motivo ela não pode se casar novamente, ela não pode! O caso de adultério, a pessoa que traiu não pode casar de novo não! Você entendeu? A Palavra de Deus tem os certos direcionamento pra isso. (Pr. Rodrigo, 2021).

O que Deus uniu que não separe o homem. Esse é um clássico versículo que os cristãos utilizam para justificar a união matrimonial. Que não separe o homem refere-se, obviamente, ao divórcio que não é condenável pelos pastores, mas que não deve ser motivado por qualquer briguinha, como ressalta o entrevistado acima. O que está errado em sua resposta é a afirmação de que se o marido for incrédulo é permitido o divórcio. Baseando-se em I Cor 7:12-15, o Apóstolo Paulo recomenda:

Mas aos restantes digo eu, não o Senhor: Se algum irmão tem esposa descrente, e ela consente em habitar com ele, não a abandone, e a mulher tem marido descrente, e ele consente em habitar com ela, não o abandone. Porque o marido descrente é santificado pela esposa e a esposa descrente é santificada pelo marido. Do contrário, os vossos filhos seriam impuros; mas agora são santos. Mas, se o descrente se apartar, aparte-se; o irmão ou irmã não está sob a servidão nesse caso; mas Deus chamou-nos para a paz. (BÍBLIA, I Coríntios, 7, 12-15).

O texto bíblico diz o contrário da interpretação do pastor. Ordena que se o homem crente é casado com uma mulher descrente e consente em coabitar que ela não seja abandonada. O contrário, da mesma forma, caso a mulher crente seja casada com um não crente e consente em coabitar, que ele não seja abandonado. A recomendação do Apóstolo Paulo é bastante clara e contrária as primeiras

linhas da fala do pastor ao afirmar que, se o marido, pelo simples fato de ser incrédulo, pode haver divórcio. Apenas é permitido caso o descrente se afaste. Do contrário, a recomendação é para que o casamento se mantenha.

Eu sou a favor também da família tradicional, volto a dizer, é o que a gente acredita. A gente cresceu vindo de uma família tradicional. O que as pessoas não pensam é assim, se continuar na levada que tá, homem com homem, mulher com mulher, vai chegar um tempo que a raça humana vai se extinguir. Por isso que tem que ter gente pleiteando pela família tradicional! Inclusive, eu não tenho nada, jamais terei alguma coisa contra algum homossexual ou escolha sexual de alguém, todo homossexual homem ou mulher ele veio de um relacionamento tradicional [...], eu defendo a família tradicional, porque a família tradicional gera a vida, né! A união entre homem e mulher! (Pr. Rogério, 2021).

O último entrevistado diz ser a favor da família, pois afirma que ela gera a vida, mas ressentido-se da apreensão do fim da raça humana na apocalíptica visão de mundo, quando se refere às uniões homoafetivas. Tal medo encontrado no pastor é motivo para apoiar a pauta da Bancada Evangélica em defesa da família e ser contrário aos direitos da população LGBTQIA+.

Comentário

Apesar das respostas com teores diferentes, todos os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus são favoráveis à questão da família. Na concepção de dois entrevistados, o divórcio é consentido caso a mulher sofra agressão ou traição, ainda assim é necessário que o pastor ouça o casal para que cada um conte sua versão. Outros dois pastores defendem a família, mas não entraram no assunto divórcio. Preferiram falar acerca do medo que possuem com as uniões formadas por casais homoafetivos. Em suas visões de mundo, essas uniões estariam destruindo a família e, por consequência, podem levar ao fim da instituição familiar. Para tanto, é importante, nessa perspectiva, combater leis que visem direitos dos homossexuais e defender os deputados da Bancada Evangélica.

A comparar¹³³ os pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP e os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus, pode-se chegar à conclusão de que todos defendem a família tradicional. Além da defesa da família, os pastores aceitam o divórcio e a constiuição de uma nova família, principalmente, no caso das mulheres vítimas de agressões verbais, físicas e traídas. Obviamente, com os pastores exercem certa coersão e vigilância sobre seus membros, os últimos devem contar o que acontece para que cada caso seja analisado. Porém,

¹³³ Optar por comparar evita abrir outro subtítulo.

via de regra, permitem o divórcio e, com bons olhos, observam as modificações na sociedade em contexto pós-tradicional, ao oferecerem as mulheres o direito de recomeçar sua trajetória de vida.

Ainda que observem os rearranjos familiares por conta do divórcio e os novos tipos de famílias recombinações, sacralizam a instituição família, como algo provida de Deus, o casamento entre homem e mulher, em uma perspectiva héteronormativa e não aceitam, apesar da interpretação velada, os novos rearranjos com relação à união estável de pessoas do mesmo sexo. Dessa forma, tudo o que não for sagrado é profano e a prática da homossexualidade é tida como pecaminosa. Assim sendo, essas práticas não são aceitas perante os pastores que, na condição de sacerdotes, possuem visão de mundo voltada para a religião e seus embasamentos.

Na visão de mundo dos pastores, apenas homem e mulher formam família, tanto no sentido da procriação como no sentido da instituição. Aqueles que deixam transparecer em suas respostas, dois pastores em especial, como podem ser observados parágrafos acima, preocupam-se demasiadamente com o fim da família e são, por conseguinte, contrários a essas uniões e apoiam a Bancada Evangélica na defesa ardorosa da família. Tal preocupação exagerada não condiz com a realidade. Certamente que as famílias, assumam elas quais sentidos forem, devem conviver em dignidade de direitos no contexto da sociedade pós-tradicional.

A questão da família para os membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP:

Aí tem aquela colocação do que é família tradicional? Eu se voltar um pouco ao passado, sou também uma família tradicional, ainda que há uma esperança e que cre em algumas coisas. A minha família, por exemplo, embora de ser Católico tinha uma doutrina, um alicerce, hoje não se vê mais, tantas pessoas largadas que falta um alicerce, falta uma criação. Eu sou a favor sim, sabe, da família tradicional! Ainda do ensino tradicional, embora a evolução nos traga benefício, mas você vê, você sabe disso, união de dez pessoas, tem oito com celular na mão, não tem mais diálogo [...], sentar o pai, a mãe, família toda em volta da mesa comendo e batendo papo, tentando contar o que se passou no dia, isso não existe mais! [...], eu ainda sou da antiga [...]. (Sr. Francisco, 2021).

O primeiro membro a ser entrevistado observa a família tradicional como aquela família de antigamente e se ressentido da evolução que não trouxe bons resultados para o cotidiano dos indivíduos. O termo tradicional aqui utilizado para demarcação de tempo entre o passado e o presente não está incorreto, uma vez que a sociedade pós-tradicional é marcada, dentre diversos motivos, pelas mudanças que ocorrem e são observadas na sociedade.

Olha, a defesa, né! Da família tradicional, como a bancada defende, apesar dos dois casos que eu não vejo, assim, coisas que chocam, não é? Porque existe a realidade mesmo! Que nem todos podem prosseguir ou por falecimento de um dos cônjuges, eles têm a liberdade eu entendo, de formar, constituir família e prosseguir, né! Como, também, por outras situações que se não há como conviver junto, tem que ser muito sincero, franco, se está partindo pra um tipo de relacionamento onde há até ameaça, perigo de um ferir o outro, perigo de morte, esperar chegar num ponto desse pra

tomar atitude é uma coisa importante, Deus não quer isso! Há um pedido, uma ordem original, pra aqueles que conseguirem manter, não é isso? Dentro do padrão. Porque todo mundo enfrenta dificuldade, todo casal, falar que ele por casar é perfeito e não ter, não! Aí que vai começar uma vida a dois [...], mas independente, se esse vai ser um relacionamento original ou de um segundo casamento, o que é importante, é se manter, não é isso? Junto, convivendo, respeitando, ainda mais no caso de filhos né! [...], e aí você ter outra família! Não há como imaginar uma família de outra forma que não seja da união de um homem e uma mulher [...]. Princípio cristão é princípio cristão, é meu norte! [...]. (Sr. Saulo, 2021).

O entrevistado acima não observa problema em um tipo de família formada por segundas núpcias e afirma que não existe possibilidade de se formar uma família sem ser através da união entre um homem e uma mulher. Assim sendo, exclui outros tipos de famílias que surgem com o advento da sociedade pós-tradicional. As novas formações familiares são emergentes em contexto pós-tradicional o que se contrapõem àqueles indivíduos que ainda se apegam às tradições ou a um modelo de família que possui como referência explicações religiosas.

Sim, sim! Mas eu vou te falar. Vamos falar agora do nosso mundo real, esse é o mundo que todo mundo gostaríamos de ter, vou falar como ser humano, não tô falando como religião: quantos pais, casamentos secundário, que quem sofre é a criança! Essa semana tivemos um, aquele menininho Henry, que o pai levou pra mãe e na madrugada o menino faleceu, mas o padrasto tinha um histórico de judiar de crianças. Então o que eu posso dizer: dois homens pode criar uma criança? Se eu disser que, não eu tô sendo hipócrita! Se eu disser que sim, eu vou tá sendo, ah liberal demais! Porque aí a gente tá falando de amor, mas o fato de eu não concordar que dois homens se copulam, cê tá entendendo. Não significa de eu não concordar com isso, eu discordo que eles não podem ser um bom pai. Eu vim de um lar destruído, quem garante que eu não fosse criado, por exemplo, por dois pais ou duas mães. Mas, também, tem o lado ruim, passou na televisão começo do ano, aqueles dois pais se separou e um dos pais matou os três filhos adotados, tacou fogo na casa e trancou as crianças [...]. O que está faltando na humanidade, Deus, fé, amor [...]; uma coisa que pode dar certo duas mulheres educar? Às vezes julga, ah... foi criado por duas mulheres é uma pessoa maravilhosa, às vezes é criado por um casal, às vezes é criado por mãe solteira, às vezes é por pai solteiro e dá certo! [...]. É uma coisa muito complicada responder essa pergunta! (Sra. Maria Luiza, 2021).

A entrevistada acima observa a situação de filhos que sofrem com a separação dos pais. Obviamente que a questão é recorrente, uma vez que faz parte da emergência de novos fatos sociais em contexto pós-tradicional. Não obstante, a entrevistada oferece uma visão de mundo que contempla casais do mesmo sexo ao afirmar que é possível que possam criar filhos. Essa, talvez, seja a única resposta não excludente e que destoa das demais.

Eu creio, e eu acredito que as pessoas tem que ter uma chance, entendeu? Se o relacionamento não deu certo, por vias, não por traição, por via de não se combinar, é uma coisa. Agora a traição é uma coisa já, complicada, porque você faz um juramento na hora do casamento, então você tá quebrando um juramento. Então não deu certo um casamento, então a pessoa tem oportunidade de construir uma nova família e dar sequência a vida, né! Se não puder ter separação é melhor, mas se houver uma separação, um divórcio, um desquite, o ser humano tem que ter uma oportunidade de ter uma vida saudável, amorosa e uma família, certo? Eu creio que um casamento não é fácil, eu vivo isso, tá! [...]. Agora, a família tem que ser homem com mulher! Isso é indiscutível! [e como o Sr. vê as famílias formadas por casais do mesmo sexo? E que adotam crianças?]. Eu nunca vi pessoalmente, né! Eu vejo na televisão, vejo, o que que

eu posso dizer? Pra mim, que nasci em 1959, é um pouco estranho, é estranho! E pela minha, pelo que eu acredito também, é estranho também! [O Sr. sabe que foi uma demanda desses casais na justiça], e hoje tem que ser respeitado, isso daí tem que ser respeitado! [...]. (Vereador Pereira, 2021).

O entrevistado acima reconhece que existem casamentos que não dão certo e, principalmente, quando existe traição que o casal se divorcie, pois foi quebrado o juramento feito no altar. Quando questionado sobre as famílias compostas por casais do mesmo sexo e que adotam crianças, recorre à sua idade para justificar seu estranhamento, ou seja, o vereador é de uma geração que observa a sociedade tradicional em alguns aspectos, como aqui exposto, o casamento e a família. Do mais, acerca do direito à união estável conquistado por casais do mesmo sexo, reconhece o direito e afirma respeitá-lo.

Olha, se você for na Bíblia você não encontra respaldo, né! [...], mas um segundo casamento você não encontra respaldo na Bíblia. Até hoje eu não consegui achar ainda! Mas é muito complicado, quem sou eu pra dizer que é errado! [...], cada caso é um caso, e eu também penso assim, a pessoa não deu certo. A pessoa não tá fadado a viver só resto da vida, se deseja construir uma nova família, e consegue, tem chance, (acho que é difícil também), eu acho que sim! Certeza! Deve ter os mesmos direito, precisa ter os mesmos direito, com certeza! [...]. Se a mulher está sendo espancada, né não tem outra alternativa, e a separação, divórcio! [...]. (Maria de Jesus, 2021).

Apesar de afirmar que não encontra respaldo bíblico para o segundo casamento, a entrevistada acima reconhece que existem casamentos que não dão certo e, se por acaso a mulher é vítima de violência doméstica, que se divorcie. O leitor, até o momento, se deparou com diversos argumentos para que a mulher se divorcie. O argumento recorrente é o da mulher enquanto vítima de violência doméstica. Tal pensamento é ideal para resguardar o direito da mulher e o apoio à Lei Maria da Penha.

Comentário

Os membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP estão de acordo quando o tema é a defesa da família tradicional, mesmo aquelas que sejam compostas por segundas núpcias. Vale lembrar ao leitor que a proposta da Bancada Evangélica prevê o que se convenciou chamar de família tradicional, para um alargamento do conceito observando-se casais que se separam e constituem o que a sociologia chama de famílias recombinações. Dessa forma, os membros entrevistados não fazem oposição com relação ao divórcio e a esse novo tipo de família.

Outro ponto a ser notado é que os membros não oferecem respostas rebuscadas de passagens ou justificativas bíblicas, como fazem os pastores. Oferecem respostas cotidianas, da vivência e experiência da vida prática e não estão preocupados em responder com uma visão pastoral do tipo de família que deve ou não ser constituída. A exceção é um entrevistado que, ao final de sua

resposta, afirma que a família deve ser constituída pela união de um homem com uma mulher. Por outro lado, uma das entrevistadas parece não observar problemas em determinado casal homoafetivo criar uma criança e relativiza bem a questão ao abordar problemas em famílias heteronormativas e famílias homoafetivas.

A questão da família para os membros da Igreja Internacional da Graça de Deus:

Eu acho que é tradição, a família tradicional, que era bem mais família, hoje é difícil a gente falar família, porque tudo de pode, pode, pode, já saiu do respeito e eu acho que faltou respeito, faltou tudo e hoje não temos mais isso né! [...], eu sou a favor da tradicional. (Sra. Vitória, 2021).

Falar em família nos dias atuais é difícil se partir do princípio de que tudo pode, ou seja, tudo está liberado. Tal permissividade e liberalidade, segundo a visão de mundo da entrevistada, leva à falta de respeito. O respeito é, por premissa, um dos pressupostos da tradição assim; quando se perde o respeito, conseqüentemente se perde a tradição e, para indivíduos que buscam a tradição, o respeito torna-se fundamental no contexto da família de tipo tradicional.

É assim, em termos da Bíblia fala né! O homem ou a mulher ela só pode se casar de novo, né! Se algum deles ficarem viúvos, né? Então, só que no meu entender eu acho assim: Se você tá dentro de uma igreja, você tem ali uma pessoa que trata bem, gosta bem de você, cê entendeu? Te trazendo pro evangelho, tá te trazendo, né! Ali a Palavra, eu acho, pra mim, é insignificante, você entendeu? É insignificante, se você tem muitos, cê entendeu? Uma família desunida [...]. Mas a gente vê muitos casais que estão melhor que muitos evangélicos! [...]. Pra mim essa questão da pessoa, ela assim, sabe, viver uma união entre marido e mulher e o filho ali, sabe? Eu acho que vivendo bem, cê entendeu? Vivendo e a base do Senhor ali, né? [...], é o que vale! (Sra. Maria Amélia, 2021).

A resposta acima é confusa, uma vez que a entrevistada não consegue oferecer sua visão de mundo de uma forma mais clara. Todavia, o que pode ser entendido é que a entrevistada não oferece obstáculos às famílias formadas por segundo casamento.

Ah, eu concordo com essa defesa! E penso assim, a parte do divórcio pode acontecer, né! É uma coisa que, devida à situação do casal, pode acontecer, então acho que, hoje é muito mais difícil, poucas família, né! Então assim, muitos no meio do caminho acaba se divorciando. Mudou muito, né! [...], chegou um limite que não tem como tá vivendo eu penso que é melhor se divorciar, minha opinião! (Sr. Paulo Eduardo, 2021).

Quando o casal não consegue mais conviver é melhor que exista o divórcio. Essa é a visão de mundo do entrevistado acima que, para além da tradição, observa um princípio bem mais liberal que os demais entrevistados não recorrendo a maiores explicações dos motivos para o divórcio. A maioria dos demais entrevistados condicionam o divórcio à traição ou à agressão, porém esse entrevistado, por suposto, não o condiciona nesses termos.

A defesa, hoje, da família é fundamental, né! Hoje, a família é a base de tudo! Hoje, pra mim, a família, vamos se dizer assim, é a maior ostentação do mundo! [...]. A família é a base de tudo hoje. Porque hoje você só vê separação, você liga num cartório pra você vê! [...]. Hoje o pessoal casa por impulso, né! Não sabe dialogar, não sabe, como se diz, numa briguinha já quer separar, por uma amizade que vem influenciar, né! Tanto da parte do homem como da parte da mulher também tem muita influência, entendeu? [...]. Eu defendo o direito que eles tão pedindo, porque a família é a base de tudo, sem família, ninguém é ninguém [O divórcio da sua perspectiva ele pode ser aceito em algumas circunstâncias ou não?]. Pode, claro! O casal tem que ver o limite deles, não é qualquer coisinha que vai divorciar [...]. Então, infelizmente a parte do divórcio tem que ter! [...]. Agora a mulher pega um marido agressivo, o cara se transformou durante o tempo ela tem que sair fora dele [...]. (Sr. Marcelo Oliveira, 2021).

O entrevistado acima oferece grande importância à família e observa as demandas de casais, que, em sua visão de mundo, se unem por impulso ou mesmo amizades e isso pode influenciar à separação. Somente após uma pergunta específica com relação ao divórcio, o entrevistado afirma que o casal pode se divorciar, observando, como em outras respostas, uma das determinantes para o fato, mulher vítima de agressão doméstica.

Eu penso assim, como a gente fala, pela Palavra tá escrito quando a gente casa, a gente faz um juramento ne! Perante o homem e perante a Deus, que é no civil e na igreja, que é até até que a morte os separe, isso tá na Bíblia. Só que também, por isso que tem essa parte do casal que depois do divórcio e tal, tá lá na Bíblia que se não dá certo tem o divórcio que foi criado que é uma separação, aí a pessoa pode ter o livre arbítrio de ter uma outra família, mas desde que seja o casal, o homem e a mulher, é o que tá, então nessa parte na minha opinião, eu sou a favor sim de uma segunda família! (Sr. Bernardo, 2021).

O último entrevistado não faz pré-julgamentos com relação ao divórcio, apesar do casal realizar o juramento de um casamento até que a morte os separem. A visão de mundo do entrevistado vai ao encontro do livre arbítrio que os indivíduos possuem em construir ou não outra família. Porém, sua interpretação resvala no princípio de que a segunda família seja construída a partir do modelo heteronormativo.

Comentário

Os membros da Igreja Internacional da Graça de Deus não observam obstáculos em relação às famílias recombinações ou formadas por segundas núpcias e também não entram em maiores explicações quanto aos motivos do divórcio e à chance de construção de uma nova família. Não se observa narrativas mais complexas como as oferecidas pelos pastores. Dessa forma, os membros oferecem respostas da vida cotidiana, das experiências vividas e daquilo que fazem sentido a eles. Porém, todos concordam com a defesa da família tradicional, observando as mudanças em contexto da sociedade pós-tradicional. Apenas um dos entrevistados refere-se que a família, mesmo após

divórcio, deve ser constituída do casal formado por homem e mulher. Os demais não fazem alusão a essa questão.

Se comparados¹³⁴ os membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP e da Igreja Internacional da Graça de Deus, não se observam respostas rebuscadas como as que os pastores oferecem. Ao contrário, oferecem respostas cotidianas, ou seja, visões de mundo para a vivência do dia a dia. Ambos os grupos defendem a família, segundo propõe a Bancada Evangélica, e observam, no contexto pós-tradicional, a questão do divórcio e a oportunidade da constituição de formação de uma nova família. Assim, as respostas estão de acordo com as mudanças nas configurações das famílias recombinadas e são tolerantes com a questão do divórcio.

Em contrapartida aos pastores entrevistados, os membros, em sua minoria, se preocupam em responder à questão pelo viés do casamento, ou segundas núpcias, fora da questão heteronormativa. Os pastores, por sua vez, principalmente os da Igreja Internacional, da Graça de Deus, demonstram tal preocupação e os pastores da Assembleia de Deus, mesmo que de forma velada, ao sacralizarem o matrimônio, fazem alusão ao tipo de família ou união, que não deve ser desejada por estar em discondância com os preceitos bíblicos. Assim, os membros se mostram mais tolerantes e flexíveis com relação ao tema da defesa da família tradicional e, ao mesmo tempo, observam as mudanças atuais para famílias recombinadas.

7.8 Conclusão parcial do capítulo

Ao ensejo da conclusão parcial do capítulo: Política, religião e sociedade pós-tradicional: a atuação da Frente Parlamentar Evangélica, podem ser observadas diversas questões importantes para essa tese. Obviamente que não serão tratadas nessa conclusão as teorias discutidas ao longo do capítulo, mas apenas o que se pôde verificar das respostas de pastores e membros sobre o conhecimento ou não das propostas da Bancada Evangélica na Câmara Federal e os temas expostos como, a questão da união estável de pessoas do mesmo sexo, a questão do aborto, o ensino do criacionismo das escolas das redes públicas e particulares e a defesa da família tradicional.

Dessa forma, com relação à primeira pergunta sobre o conhecimento sobre as pautas defendidas pela Bancada Evangélica, ou Frente Parlamentar Evangélica, e possível afirmar que alguns pastores de ambas denominações conseguem oferecer respostas mínimas com poucas exemplificações e, daquilo que pode ser lido, está a questão da defesa da família, a questão do aborto, união homoafetiva e a legalização das drogas. Apenas a metade dos pastores conseguiram demonstrar algum conhecimento das pautas. Contudo, isso é sintomático ao que se refere à

¹³⁴ Opta-se por comparar para evitar de abrir um novo subtítulo.

condição de pastores, enquanto influenciadores de votos, uma vez que recomendam voto nos candidatos oficiais de suas denominações. É desejável, porém, que conhecessem um pouco mais as pautas que seus representantes defendem na Câmara Federal.

Todavia, é compreensível que na condição de sacerdotes, o campo da política não seja de primeira ordem, mas o conhecimento mais aprofundado faria com que respostas enfatizando o Kit Gay não aparecessem. Para se fazer justiça, apenas um pastor da Igreja Internacional da Graça de Deus se referiu ao famigerado Kit. Caso ele tivesse buscado conhecimento maior sobre o tema, não reproduziria essa fake news. De que modo esse pastor vai sugerir voto ao candidato oficial da denominação reproduzindo notícias falsas aos seus membros? Certamente, continuará a reproduzir aos membros e esses reproduzirão aos demais. Porquanto o conhecimento deve ser incentivado e as notícias falsas postas em seu devido lugar para que aqueles que estejam propensos a votar no candidato indicado, o façam em pleno conhecimento de fato e consciência.

Com relação aos membros de ambas denominações, o cenário é ainda pior, pois demonstram desconhecimento das propostas da Frente Parlamentar Evangélica. Para ser justo, apenas a questão de gênero aparece em duas respostas entre dez entrevistados e o Kit Gay é citado por um dos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus, denominação do pastor citado no parágrafo anterior. Ou seja, como foi defendido parágrafo acima, a reprodução de uma fake news por um pastor pode influenciar seus membros que continuarão com tal reprodução.

Ainda pelas respostas dos membros, aquém do desconhecimento sobre as propostas, todos votaram nos candidatos oficiais de suas respectivas denominações. O peso da indicação de um pastor, enquanto sacerdote, digno de crédito e que indica candidatos cristãos, é significativo. Porém, os membros se comportam como meros eleitores sem maior conhecimento da Bancada ou da atuação do representante. É um voto ofertado às escuras. É de compreensão da sociologia que a visão de mundo dos membros está no sentido religioso e para questões do cotidiano. O exercício do conhecimento da política não faz parte do rol de interesses ou assuntos pelos quais os membros se dediquem que os transformam, como em grande parte da população brasileira, em meros eleitores.

O exercício livre da democracia pressupõe alguns requisitos e o principal deles é o mínimo de conhecimento do voto ofertado e do desempenho do representante eleito. Não se pede que as pessoas comuns se debrucem sobre assuntos complexos da política ou da questão partidária do país e nada existe de ilegal em exercer a democracia através do voto, elegendo parlamentares de grupos de interesses. Entretanto, esses últimos não votarão apenas em assuntos relacionados aos seus grupos, mas para além, tratam de votos no parlamento de tantos outros assuntos que, de toda sorte, perpassam a vida cotidiana dos eleitores, sejam os membros crentes, pastores ou simplesmente indivíduos não crentes que devem ao exercer o direito ao voto de forma consciente.

Com relação à união estável de pessoas do mesmo sexo, os pastores da Assembleia de Deus Ministério do Belém Rio Claro/SP e da Igreja Internacional da Graça de Deus, se mostram contrários. Todos os pastores, sem faltar nenhum, não aceitam o relacionamento de casais do mesmo sexo. Nesse ponto estão em acordo com a Frente Parlamentar Evangélica e, para seus argumentos, apresentam explicações bíblicas para tal contrariedade. As respostas bíblicas embasam a opinião religiosa e, sobretudo nessa tese, política dos pastores entrevistados, além da reprodução das passagens bíblicas que condenam a prática da homossexualidade que, por sua vez, podem influenciar seus membros para o voto em candidatos oficiais que não aprovem.

No caso presente, é praticamente impossível exigir das Igrejas Pentecostais e Neopentecostais um diálogo no sentido da aceitação das uniões homoafetivas. Certamente, a Palavra de Deus que contém toda verdade está acima de qualquer observação de sociedade, pós-tradicional, que conceda direitos à minoria da população gay. Os direitos garantidos até o presente momento visam à dignidade da pessoa humana, o respeito à diversidade e à tolerância. Porém, existe a resistência da maioria das Igrejas e de seus pastores, com raras exceções de pastores mais progressistas, que conseguem conciliar o diálogo amplo com o direito dessa população.

Ressalta-se o medo demonstrado por dois pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus quando pensam no direito que os casais possam adquirir para realização de casamento na Igreja. Esse medo se mostra descabido, uma vez que as igrejas cristãs, Católicas e Evangélicas, não aceitam a realização da cerimônia matrimonial de casais do mesmo sexo. Assim sendo, a questão não está apenas no campo evangélico, mas também no campo católico. E, ao saber que não seriam aceitas as celebrações de casamentos nessas igrejas, por qual motivo esses casais procurariam? Somente esse questionamento, por si, já desmonta a preocupação dos pastores entrevistados.

Como forma de serem aceitos e professarem a fé cristã, existem as chamadas Igrejas Inclusivas¹³⁵, de caráter evangélico, que estão presentes principalmente no eixo Rio de Janeiro - São Paulo. Surgem pela demanda de parte da população gay que, ao ser rejeitada nas demais denominações cristãs e desejosa de continuar cristã, começa e, de certa forma, funda suas próprias igrejas a fim de professar livremente a fé. Nesse círculo, possui o direito de realizar matrimônio no âmbito do religioso e, ao ter espaço próprio, não carece de motivo para invadir o espaço alheio e obrigar pastores e padres, que não aceitam, a celebrarem matrimônio religioso.

Ainda sobre o mesmo tema, união estável de pessoas do mesmo sexo, os membros de ambas denominações são contrários. Da mesma forma como os pastores, todos os membros entrevistados demonstraram visões de mundo contrárias a essas uniões e se valeram das explicações bíblicas para suas argumentações. Obviamente que nesse quesito, na condição de crentes, não é de se estranhar

¹³⁵ Destaco que não sou especialista no assunto, mas observei a relevância da nota.

que acompanhem suas denominações e professem fé naquilo que acreditam e isso não é nem uma questão de serem adversos por apenas contrariedade. O meio os influenciam e, na visão de mundo dos crentes, pode ser difícil para uma família aceitar um filho (a) que tenha outra orientação sexual senão a heteronormativa. Dessa forma, a questão para os fiéis não está somente atrelada à esfera religiosa, mas também ultrapassa para a esfera familiar, da tradição e da perspectiva daquilo que pais crentes desejam para seus filhos.

Os pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém e da Igreja Internacional da Graça de Deus são contrários ao aborto. Taxativamente contrários, utilizam-se de explicações bíblicas para justificarem suas respostas. Assim, na interpretação religiosa, está o mandamento do “não matarás” e, para eles, abortar significa tirar uma vida ou melhor, matar a vida. Outrossim, não importa o sofrimento da mulher vítima de estupro, risco de morte da parturiente ou gestação de feto anencéfalo, o que importa é manter a gravidez e não abortar. É compreensível que sejam contra, porquanto são pastores e na visão de mundo estabelecida não se deve tirar a vida, mesmo que a Bíblia não contenha uma linha com relação ao tema.

Em suas visões de mundo, Deus pode todas as coisas, inclusive curar o coração da mulher vítima de estupro, ou seja, não importa o sofrimento psicológico da vítima, a dor sentida por um ato horrendo e a gestação de uma criança não desejada; pois Deus, soberanamente justo e bom¹³⁶, sabe o que faz. Acreditam e justificam nas respostas, que Deus pode fazer milagre salvando a mulher do risco de morrer ou mesmo colocando um cérebro no feto com má-formação. Dessa forma, desaconselham o aborto. Por certo, que é próprio de suas visões de mundo, a crença em milagres. Milagres fazem parte do cristianismo, contudo, nas denominações Pentecostais e Neopentecostais, isso é extremamente mais evidente que no Protestantismo Histórico. Não que esse último grupo não acredite, apenas é mais racional quando se trata de milagre.

A única exceção, dentre os pastores entrevistados, está na representante mulher. A pastora Valdete, da Igreja Internacional da Graça de Deus, coloca-se em seu lugar e com empatia observa que a mulher vítima de estupro possui o direito ao aborto, apesar de nos demais casos se posicionar contrária e acreditar no milagre. Ao menos em casos de estupro se mostra favorável. Assim, a visão da mulher, mesmo em face ao seu sacerdócio e crença, foi sobrepujada pela sua condição feminina frente ao ato do estupro e de uma consequente gravidez. Aqui temos duas visões de mundo para uma mesma questão: a visão religiosa e a visão da condição feminina. Assim, essa pastora destoa dos demais ao apresentar uma resposta diferente para a gravidez dado ao estupro.

¹³⁶ Deus, soberanamente justo e bom, é uma alusão a Allan Kardec quando ele pergunta ao Espírito de Verdade sobre quem é Deus. Essa alusão está aqui para lembrar que os Espíritas Kardecistas também são contrários ao aborto e, da mesma forma, possuem explicações religiosas, mesmo que em tese diferente. Ainda assim religiosa para o fato.

Essa parte da conclusão que diz respeito ao aborto é muito interessante, pois os membros da Assembleia de Deus e da Igreja Internacional da Graça de Deus relativizam a questão da proibição do aborto em quaisquer circunstâncias. Dentre dez entrevistados, seis relativizam, ou seja, 60% do entrevistados são a favor do aborto em alguma circunstância, principalmente no caso de estupro e anencefalia. Dentre eles, um entrevistado é a favor nos três casos de aborto previstos em lei. Para aqueles que não relativizam, ou seja, menos da metade, a adoção é um caminho apontado como solução para o problema. Observa-se que, nesse ponto, os membros não se mostram tão radicais quanto seus pastores e, mesmo na condição de crentes, atribuem outras visões de mundo próprias do cotidiano.

Mesmo que seus posicionamentos não tenham surtido efeito na participação política, até mesmo porque todos ajudaram a eleger através do voto dos representantes evangélicos que são contrários ao aborto, suas opiniões são preservadas e demonstram uma abertura ao diálogo com as novas perspectivas em condições pós-tradicionais e concomitantes à ciência. O fato de relativizarem na questão do aborto, demonstra que, apesar de serem religiosos, ao menos nesse quesito não são radicais e posicionam-se com alguma empatia frente ao sofrimento da mulher vítima de estupro e da inexistência de vida em casos de anencefalia. Pode-se concluir então, que mesmo tendo votado em representantes contrários ao tema e recebendo mensagens religiosas contrárias por parte de seus líderes, seus posicionamentos são mais flexíveis. Existem para os membros o desmembramento entre visão de mundo religiosa e a visão de mundo da vida cotidiana.

Com relação ao ensino do criacionismo nas escolas das redes pública e privada, todos os pastores entrevistados oferecem respostas favoráveis. Entre ciência e religião optam pela explicação do criacionismo, uma vez que a ciência não consegue responder a essa questão senão por teoria, e na visão de mundo dos pastores, a Bíblia contém toda verdade, inclusive sobre a criação do mundo, e isso é necessário que seja ensinado nas escolas. Resume-se também a separação entre ciência e religião que, a visão dos pastores, a segunda se sobrepõe à primeira. Enquanto líderes religiosos, observa-se o ponto de vista dos pastores em oferecerem mais crédito nas narrativas bíblicas para a criação do mundo e, por conseguinte, para a criação do homem e da mulher, que terminaria na formação da família.

Dessa forma, os temas se embricam, ou seja, o ensino do criacionismo está para a formação do mundo, da mesma forma como para a formação do homem e da mulher, assim como da família. Nada mais se encaixa perfeitamente dentro da perspectiva religiosa da formação de tudo desde o princípio. Essa é a visão de mundo de sacerdotes que não se mostram abertos ao conhecimento científico. Fruto provável de uma formação teológica precária. Apesar dos pastores da Assembleia de Deus cursarem teologia, pode-se chegar à conclusão de uma teologia enviesada e pouco

aprofundada e, no caso dos pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus, um tipo de estágio probatório na AGRADE – Academia Teológica da Graça de Deus.

Contudo, apesar da pouca formação em teologia apresentada pelos pastores, principalmente aqueles da Igreja Internacional da Graça de Deus, a representante feminina observa que o ensino do criacionismo deve ser de responsabilidade dos pais, obviamente dos pais crentes, e não de responsabilidade da escola. Mesmo verificando que em sua resposta contemple rumores de que na escola não haveria mais banheiros separados entre feminino e masculino, o que parece que é um fato resolvido para a entrevistada, admite a disciplina em separado na grade curricular. Essa é talvez a resposta menos radical apresentada dentre os entrevistados.

A maioria dos membros de ambas denominações se mostram favoráveis ao ensino do criacionismo nas escolas públicas e privadas. Todavia, duas entrevistadas apresentaram respostas que destoam dos demais; uma delas diz que a família deve ser responsável por reproduzir o ensino criacionismo para os filhos, igual à resposta da pastora parágrafos acima; outra entrevistada é contrária a este ensino nas escolas da rede pública, sendo favorável apenas na rede privada, visto que existem escolas confessionais. O sexo e o Kit Gay aparecem nas respostas de três outros entrevistados. Assim, ao invés de se ensinar sexo nas escolas, deve ser ensinado o criacionismo. É possível notar também algumas poucas confusões sobre o criacionismo e o ensino de Cristo nas salas de aula.

Nesse ponto, diferentemente da questão do aborto em que os membros demonstram maior tolerância e menor rigidez, aqui a maioria dos membros seguem o que a Frente Parlamentar Evangélica coloca enquanto pauta. Certamente que esse tema deve ter sido amplamente discutido no meio evangélico, a partir do momento que é projeto do Deputado Marco Feliciano da Assembleia de Deus. Imagina-se que tais discussões são alvo de reprodução por parte dos pastores Pentecostais e Neopentecostais e acabam por influenciar seus membros. O deputado citado goza de respeitabilidade no meio Assembleiano e é um dos deputados mais polêmicos da Câmara Federal e sua visibilidade no meio evangélico dos grupos citados não passa despercebida. Assim, mesmo que os membros tenham votado em outro candidato oficial das denominações, certamente conhecem essa proposta.

Com relação à defesa da família tradicional, é possível afirmar que todos os pastores de ambas denominações são favoráveis. Contudo, caso a proposta não viesse a contemplar casais formados por segundas núpcias, talvez a narrativa fosse diferente, uma vez que a proposta e os pastores aceitam a questão do divórcio. Caso a proposta não tivesse caminhado no sentido da sociedade pós-tradicional negando o divórcio, teriam que criar outra narrativa para a defesa da família tradicional formada pelo casal – homem e mulher.

Outro ponto a destacar é que o divórcio é permitido à mulher vítima de agressão verbal, vítima de agressão física e vítima de traição, porém os pastores são responsáveis por analisar caso a caso. De certo que os pastores exercem vigilância sobre seus membros que permitem serem vigiados e, ao pedir aconselhamento aos seus líderes, têm seus casos analisados. Obviamente, que quando se compartilha de uma comunidade, se está sujeito as regras e determinações. Todavia, os pastores estão em vantagem na relação pastor – membro, uma vez que o primeiro não tem sua conduta aprovada ou reprovada e, na condição de pastor, possui credibilidade para que os membros contem seus problemas.

Com relação aos membros de ambas denominações todos são favoráveis à defesa da família tradicional, que em condição pós-tradicional, assume a característica de família recombinação. Novamente volta-se ao argumento anterior, caso a proposta não tenha contemplado o divórcio, muito provavelmente ao serem questionados, os membros ofereceriam respostas diferentes dos pastores, como foi no caso do aborto em que mais da metade se posiciona contrária ao que pensam os pastores e a Frente Parlamentar Evangélica. Nesse acontecimento exposto, os membros ofereceriam respostas outras, pois a visão de mundo não é apenas religiosa, mas também está relacionada à vida cotidiana.

Por fim, apesar de pastores e fiéis conhecerem pouco sobre as propostas da Frente Parlamentar Evangélica, da qual seus representantes eleitos fazem parte, observa-se que quando questionados, os pastores se mostram mais radicais e afinados com seus representantes e constroem suas visões de mundo a partir de suas condições enquanto sacerdotes. Por outro lado, os membros são menos radicais, principalmente na questão do aborto, pois nas suas concepções não são apenas religiosas, mas contemplam fatores do cotidiano. Assim, não se pode subestimar o livre pensamento dos membros ainda que tenham votado nos representantes oficiais eleitos. Tal voto dado outrora, pode não significar garantia de voto futuro, ao menos na perspectiva dos pastores.

Ademais, essa tese, nesse capítulo, defende que os membros entrevistados são mais flexíveis que seus pastores, demonstrando que, ao serem mais abertos às questões do cotidiano, não se mostram radicais nem tampouco conservadores no sentido de respostas fechadas e sem possibilidade de diálogo. Dessa forma, o conservadorismo está para os pastores e não para os membros que, diferentemente do que pensa o senso comum, possuem capacidade reflexiva para assuntos em que são postos a prova. Assim sendo, para desmistificar o senso comum, os membros são mais flexíveis, menos radicais e menos conservadores.

8 CONCLUSÃO

Essa tese aborda o tema sobre política e religião, especificamente, a representação evangélica na Câmara Federal. É notório, como apresentado no corpo desta, o crescimento da Bancada Evangélica durante os últimos três pleitos eleitorais. Nas eleições de 2006 foram eleitos 36 deputados federais evangélicos, em 2010 foram eleitos 70 deputados evangélicos (vide gráfico 10), em 2014 foram eleitos 75 deputados evangélicos (vide gráfico 11) e, no último pleito em 2018 foram eleitos 85 deputados evangélicos (vide gráfico 12). Assim, o crescimento da Bancada Evangélica não passa despercebido e os constantes aumentos no número de representantes incita pesquisas como essa, uma vez que é significativo o crescimento que oferece visibilidade e poder de representação junto à sociedade.

Todavia, essa tese não fica apenas nas discussões sobre a representação, discute-se outros temas importantes da conjuntura dos evangélicos na política. Para tanto, a pesquisa trabalhou com duas denominações evangélicas: Assembleia de Deus – Ministério do Belém e Igreja Internacional da Graça de Deus e foram entrevistadas vinte pessoas sendo dez pastores de cada denominação e dez membros de cada denominação, com a finalidade de observar outros tantos temas aos quais os entrevistados ofereceram respostas.

A Assembleia de Deus foi escolhida por possuir o maior número de deputados eleitos e ser a principal denominação Pentecostal e a escolha da Igreja Internacional da Graça de Deus se deu por ser uma das principais denominações Neopentecostal. O trabalho inicial contou com a permissão dos líderes para a abordagem de pastores e membros e a fase posterior foi a observação participante com dezenas de cultos frequentados por esse escritor. Durante a participação dos cultos, livremente abordei membros e pastores para as entrevistas, porém a pandemia da Covid-19 atrapalhou, sobremaneira, o começo das entrevistas. As entrevistas aconteceram, suas respectivas transcrições, a formulação dos capítulos, análises, comentários, conclusões preliminares até o ponto em que se chega ao final.

Antes de entrar nos assuntos trabalhados durante a pesquisa, vale destacar que a maioria dos pastores possuem ensino superior completo. Dentre os dez, sete possuem ensino superior, dois o superior incompleto e apenas um com o ensino médio. Em relação aos membros, esses possuem nível de escolaridade menor. Dentre os dez que aceitaram participar da entrevista, seis possuem o ensino médio completo, um o ensino superior incompleto, dois o ensino fundamental completo e um o ensino fundamental incompleto. Esse contraste é importante, pois os pastores levam vantagem sobre os membros em dois aspectos: o primeiro por possuírem grau de escolaridade maior e o segundo está relacionado à condição de respeitabilidade dos pastores frente os membros.

A partir dessas vantagens de grau de escolaridade e condição de pastores, pode-se afirmar que eles são influenciadores importantes na indicação de voto de seus respectivos representantes e é fato que todos os entrevistados votaram no Deputado Federal e Pastor Paulo Freire PL/SP, na sua irmã Deputada Estadual Marta Costa, eleita pelo PSD/SP, filhos do Pr. José Welligton Bezerra, nome importante dentro da Assembleia de Deus no Brasil e no Vereador José Pereira dos Santos PSD/SP, eleito como representante municipal da Assembleia de Deus. Outro representante evangélico eleito é o Deputado Federal David Soares DEM/SP, atual União Brasil. O Deputado é um dos seis filhos do Missionário R. R. Soares, fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus. De seus seis filhos, cinco estão em cargos legislativos.

As candidaturas da Assembleia de Deus no Estado de São Paulo são escolhidas através da Convenção Estadual da denominação e, segundo respostas, as pessoas aptas a exercer o cargo têm seus nomes postos e os clérigos decidem pela escolha dos candidatos oficiais, fato que dá um caráter democrático na decisão de escolha. Todavia, os escolhidos são sempre os filhos de seu grande líder Pr. José Welligton Bezerra. O próprio filho, Deputado Paulo Freire foi eleito em 2010 e em todas as indicações até as eleições de 2018 é o representante oficial da denominação. Outras pessoas podem se candidatar, mas o nome oficial será levado durante toda a acampanha por líderes e pastores. Ao que se indica o caráter democrático não existe durante a escolha do candidato oficial.

As candidaturas a vereador pela Assembleia de Deus – Ministério do Belém de Rio Claro/SP é de responsabilidade do Pastor Presidente, líder do campo. Entende-se como líder do campo o Pastor que é responsável pelas Igrejas de uma micro região. O Pastor Presidente escolhe um nome viável que é apreciado pelos clérigos da Igreja local e, caso aprovem, o candidato passa a ser oficial. Outras pessoas da denominação podem sair candidatos, porém, ficam sem o apoio oficial da Igreja. De modo que o atual vereador é escolhido pela sexta vez como candidato representante da Igreja.

Os candidatos a deputado federal e estadual da Igreja Internacional da Graça de Deus são escolhidos pela liderança da Igreja, ou seja, o Missionário R. R. Soares e seu pequeno círculo. Não existe processo democrático para a escolha dos representantes. O Deputado Federal David Soares está em seu primeiro mandato, mas antes exerceu a vereança no município de São Paulo. Seu irmão, Deputado Federal Marcos Soares, está no segundo mandato pelo Estado do Rio de Janeiro. Assim, não é de se estranhar que o Missionário possua cinco filhos na vida política exercendo algum cargo legislativo.

A escolha dos candidatos a vereador passa pelas mãos do pastor local, entretanto não é ele quem decide sobre a viabilidade, ou não, da candidatura. Cabe ao pastor local selecionar os membros que possuem maiores chances de disputar o pleito. O nome ou os nomes são enviados para o Deputado Federal David Soares que, munido dos currículos, chama os pretensos candidatos

para uma entrevista e, logo após, toma a sua decisão, oficializando o candidato da Igreja Internacional da Graça de Deus no (os) município (os). Não existe decisão democrática, mas sim uma decisão unilateral submetida ao crivo do filho do Missionário R. R. Soares.

Dessa forma, como se pode observar, os dois filhos do Pr. José Wellington Bezerra são deputados, um federal e o outro estadual. Os filhos do Missionário R. R. Soares estão na política, seja como deputado federal, estadual ou vereador. Dos seis filhos, cinco possuem mandatos e militância partidária. Portanto, defende-se a existência de abusos do poder religioso para o campo da política. Esse poder é dado através do voto, devido ao carisma pessoal dos dois líderes principais e, não apenas o carisma do líder, mas também a transferência de seus carismas para os filhos. Tal abuso é verificado na presença de seus filhos na atuação representativa na esfera política do país.

Os pastores locais, por sua vez, devem apoiar os candidatos oficiais das denominações. Eles desenvolvem papel importante nesse cenário e atuam como cabos eleitorais dos candidatos. Existe entre eles certa coesão com relação aos apoios. Os pastores da Assembleia de Deus até admitem que existem pastores que podem discordar em apoiar a candidatura oficial, dizem, da mesma forma, que esses pastores não sofrem represálias. Contudo se assim o fizerem, demonstram falta de lealdade perante os demais. Os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus se mostram muito coesos e todos apoiam as candidaturas. Um ou outro pastor responde que possam existir pastores que discordem, mas o comportamento é pessoal e, caso ocorra, não devem deixar transparecer.

As candidaturas de ambas denominações são construídas de forma racional e, não é por acaso que os filhos dos líderes são os indicados. Racionalmente também, as Igrejas observam a importância de elegerem vereadores nos municípios. Os vereadores são importantes representantes locais e podem agregar voto aos candidatos a deputados. Eles são importantes divulgadores de seus deputados, que ao receberem emendas para os municípios, divulgam seu próprio trabalho e propagandeiam o feito de seus deputados. Dessa forma, as emendas servem para dar visibilidade aos representantes municipais e federais.

De tudo, novamente, defende-se a ideia do abuso do poder religioso pelos líderes de ambas denominações em forma candidaturas familiares, que advêm das decisões superiores e, para além, a estrutura obedece o esquema piramidal de ordens em que os pastores devem obediência aos seus líderes regionais e a liderança como um todo. Entende-se que todos, por serem cristãos, e cada qual pertencer à sua respectiva denominação, não se dão conta de que fazem parte de uma engrenagem racional e nada democrática no sentido do apoio às candidaturas. Porém, se por acaso, possuírem tal consciência são reprodutores dessa engrenagem abusiva e nada democrática.

Com relação à representação política e o sentimento de representação política, defende-se no primeiro caso os seguintes princípios: a existência de uma *Representação Política Centrada no Representante*, que se concentra na atuação do deputado, principalmente para a sociedade e,

posteriormente para os evangélicos; a existência de uma *Representação Política Centrada no Eu*, em que os eleitores votam em seu deputado e espera-se que ele atue conforme o pensamento dos representados. Assim, a atuação é voltada para os interesses da igreja; a existência de uma *Representação Participativa* e, nesse caso, o eleitor vota, elege seu representante, mas o protagonista é o eleitor e não o representante.

Da *representação participativa*, como fato, apenas foi encontrada na resposta de uma entrevistada. Ela votou, elegeu seu representante e participa da política de outra maneira ao observar a importância do sindicato e apoiá-lo com relação aos interesses dos funcionários públicos. Dessa forma, a entrevistada não espera de seu representante. Ela, enquanto protagonista, participa, atua e, de certa forma, cobra o poder público, principalmente na figura do governador de estado, as reivindicações de sua categoria. Tal representação participativa não deveria ser isolada, algo interessante para se pensar a representação, dever-se-ia possuir adesão da maioria dos entrevistados e dos cidadãos de maneira geral.

Com relação ao sentimento de representação, é possível destacar a existência de um *Sentimento de Representação Subjetiva*, na qual o eleitor sente-se representado por questões subjetivas de seu representante como, por exemplo, na relação representado – representante, em que o segundo deve possuir a mesma ideologia, ideias, valores, ser homem de Deus, ser temendo a Deus, ser pastor. Todas essas concepções subjetivas fazem com que parte dos crentes vote em seus representantes. Para os que possuem o *sentimento da representação subjetiva*, o representante deve primeiro trabalhar pelo bem da sociedade e depois pela igreja. Defende-se, ainda nessa teoria, que esse tipo de sentimento subjetivo compartilhado acaba se transformando em algo objetivo a partir da ação dos representantes na Câmara Federal, principalmente quando defendem as pautas da Bancada Evangélica.

Ainda com relação ao sentimento de representação, é possível enfatizar a existência de um *Sentimento de Representação Objetiva* na qual o eleitor sente-se representado por questões objetivas de seu representante como, por exemplo, a luta pelo interesse do Evangelho no Brasil, defesa da família, casamento, atuar pelos direitos políticos das igrejas em conseguir concessão para canal de televisão e satélite transmissor. Nesse tipo de *Sentimento de Representação Objetiva*, defende-se que o eleitor é capaz de discorrer objetivamente sobre a ação de seu representante e assim vota-se e espera-se que o representante atue em função da igreja de forma objetiva. Outrossim, mesmo que o sentimento de representação seja objetivizado, como pano de fundo estão características subjetivas, assim como homem de Deus, pastor, ideias e valores. Porém o que importa é a ação do representante.

Tais elocubrações sobre a representação política e o sentimento de representação foram concebidas e pensadas por esse autor a partir das respostas oferecidas pelos pastores e membros da

Assembleia de Deus – Ministério do Belém em Rio Claro/SP e pelos pastores e membros da Igreja Internacional da Graça de Deus, em observância de respostas diferentes que foram ofertadas ao serem confrontados pelas questões envolvendo os assuntos. Assim, para dar conta dessas visões de mundo é necessário uma tentativa defensável, ao menos de forma conceitual, sem a pretensão própria de ser algo teórico, cuja finalidade é acomodar as diferentes visões de mundo que são apresentadas. Com a finalidade de mostrar ao leitor a forma prática de tal conceituação foram observadas durante toda tese as respostas dentro das perspectivas elaboradas.

Os pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém em Rio Claro/SP, observam a *representação política centrada no representante*, ou seja, para eles o centro da representação é o seu deputado federal eleito. Eles votam, elegem e o representante é exclusivamente seu eleito, acumula as funções de representar a sociedade como um todo e, de forma secundária, representar a igreja ou as pautas da Bancada Evangélica. Justamente por ser o centro da representação, espera-se esse acúmulo de funções. Adendo: poucas distorções sobre a maioria das respostas apresentadas. Os membros da Assembleia de Deus, da mesma forma, observam a *representação política centrada no representante*, enquanto eleitores votam para que o seu representante trabalhe em favor da sociedade, em segundo plano, os assuntos religiosos. Adendo: poucas distorções sobre a maioria das respostas apresentadas. Assim, pastores e membros concebem a representação política da mesma forma.

Os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus observam a *representação política centrada no “eu”*, ou seja, votam e elegem seu representante para a Câmara Federal e espera-se que ele trabalhe em seu favor e que, sem suma, atue em prol dos interesses da Igreja. Assim o deputado representa anseios particulares do “eu” de cada eleitor. Com relação aos membros da denominação, dois oferecem respostas semelhantes aos seus pastores, ou seja, a representação política centrada no “eu”. A maioria vai ao caminho contrário e analisa a *representação política centrada no representante*, ou seja, o deputado deve representar o todo da sociedade e, secundariamente, os interesses dos evangélicos. De certa maneira, existem algumas diferenças entre pastores e membros na concepção da representação política.

Os pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém em Rio Claro/SP, observam o *sentimento de representação subjetiva* e para eles, são importantes as características subjetivas de seus representantes. Assim, na relação representado e representante ambos devem compartilhar as mesmas características de subjetividade para que assim os primeiros sintam-se representados. Os membros entrevistados, da mesma forma, observam o *sentimento de representação subjetiva*, ou seja, características que o representante deve possuir como ter a mesma fé, ser do meio evangélico, ter as mesmas ideias e conceitos. Todos esses fatores subjetivos que se tornarão objetivos a partir da ação do representante. Em suma, pastores e membros observam o mesmo sentimento de representação para com seu representado.

Os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus, em sua maioria, observam o *sentimento da representação objetiva*, ou seja, o representante em sua atuação deve zelar pela família, pelo casamento, pelos bons costumes, lutar pelos direitos políticos da Igreja em possuir concessão de canal de TV e satélite transmissor e lutar pelo evangelho. Assim sendo, como o leitor pode observar, todas as pautas são objetivas e, caso o representante atue dessa maneira, os pastores sentem-se representados. A maioria dos membros da denominação observa o *sentimento da representação objetiva* e o principal argumento é que conhecem, sabem, observam o trabalho específico desempenhado pelo seu deputado. Portanto, pastores e membros estão em conformidade com relação ao tema.

O fato dos pastores e membros das duas denominações estarem em consonância dentro da perspectiva do sentimento de representação, indica a boa comunicabilidade na relação pastores – membros e isso é também um indicativo de que as visões de mundo são parecidas. Em suma, pastores e membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém de Rio Claro/SP, possuem o *sentimento da representação subjetiva*, enquanto os pastores e membros da Igreja Internacional da Graça de Deus, *possuem o sentimento da representação objetiva*. Obviamente que poucas distorções são notadas, todavia, ao que interessa para essa conclusão, é a visão que a maioria apresenta.

Outro tema importante trabalhado nesta tese diz respeito às pautas da Bancada Evangélica ou Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados. No primeiro momento foi perguntado se os entrevistados conhecem as pautas defendidas pela Bancada. Dos dez pastores entrevistados de ambas denominações, apenas cinco foram capazes de elencar uma ou outra proposta *de representação objetiva*, como a defesa da família, contra o aborto, contra o casamento gay, contra as pesquisas com células tronco, contra eutanásia e a liberação do uso de drogas. Outros cinco pastores desconhecem as propostas. Era esperado que pastores evangélicos com maior escolaridade respondessem com maior conhecimento, porquanto não se verifica.

Com relação aos membros de ambas denominações e o conhecimento das pautas defendidas pela Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal, dos dez membros entrevistados, oito não possuem conhecimento sobre as pautas defendidas e apenas dois foram capazes de citar exemplos *de representação objetiva* sobre as propostas da Frente, a saber, projetos pela família, pela abetura dos templos religiosos durante a pandemia e questões de gênero. Por certo que os membros entrevistados pudessem ter menor conhecimento era uma hipótese esperada, o que foi demonstrada nessa conclusão.

Todavia, era esperado que os pastores que estão em vantagem em relação aos membros de suas comunidades por possuírem maior grau de escolaridade e por estarem na condição de líderes religiosos locais, tivessem maior conhecimento sobre as pautas da Frente Parlamentar Evangélica, mas tal fato derrubou a hipótese aventada. Como se observa, hipóteses podem ser tanto não confirmadas como podem ser confirmadas, todavia, os pastores, enquanto influenciadores importantes em épocas eleitorais, deveriam adquirir conhecimentos maiores sobre as propostas da Frente para reproduzir aos seus membros, uma vez que seus representantes fazem parte da Frente e para os sacerdotes, a aquisição de conhecimento aumentaria o poder de convencimento para obtenção de votos não ficando apenas na atuação de seus representantes.

Com a finalidade de explorar como pensam os entrevistados, já que as hipóteses de conhecimento dos pastores foi derrubada e de desconhecimento dos membros foi confirmada, com relação ao pouco conhecimento sobre as pautas defendidas pela Frente Parlamentar Evangélica, foi necessário apresentar quatro importantes pautas da *representação objetiva* discutidas no corpo dessa tese, a saber, a questão da união estável de pessoas do mesmo sexo, a questão do aborto, a proposta do ensino do criacionismo nas escolas públicas e privadas e a defesa da família tradicional. Sobre a questão da contrariedade da Frente Parlamentar Evangélica com relação à união estável de pessoas do mesmo sexo, dos dez pastores entrevistados da Assembleia de Deus – Ministério do Belém e da Igreja Internacional da Graça de Deus, todos são contrários à união estável de pessoas do mesmo sexo, e, utilizam como argumentos, principalmente, a Bíblia em que Deus criou homem e mulher e a família só pode ser composta por essa união. Os dez membros entrevistados de ambas denominações se mostram contrários à união estável de pessoas do mesmo sexo e os argumentos são basicamente bíblicos.

É compreensível, que na condição de crentes, pastores e membros sejam contrários à união estável de pessoas do mesmo sexo, porquanto, ao se fecharem em seus argumentos, não reconhecem os avanços da sociedade pós-tradicional, que traz em si a sensação de esvaziamento das tradições, da reinvenção das tradições, expondo ao debate novas demandas como a questão dos casais formados por pessoas do mesmo sexo. Para o equilíbrio de tal situação ou para a equação dessa questão seria o amplo debate entre crentes e não crentes com a perspectiva de que os lados abram mão de partes de suas convicções com a finalidade de atender o bem comum.

Não desejar debater esse assunto e se fechar em argumentos religiosos, além da oposição ao direito concedido baseado na dignidade da pessoa humana desse grupo, significa ficar preso a uma certa tradição, que ainda existe, mas que se deve conviver com essa nova forma de união. O simples fato de não reconhecerem o direito adquirido, faz com que os crentes não observem parte significativa da secularização da sociedade, ficando na defesa contrária apoiada na moralidade e nos bons costumes. Dessa forma, se apegam à tradição, sendo conservadores nesse aspecto.

Com relação ao aborto e à postura da Frente Parlamentar Evangélica contrária em quaisquer circunstâncias, destaca-se que os pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém de Rio Claro/SP e os pastores da Igreja Intenacional da Graça de Deus, em praticamente sua totalidade, são contrários ao aborto em todos os casos, a saber, caso de estupro, risco de morte da parturiente e gestação de feto anencéfalo. O principal argumento está na explicação do direito à vida, pois a prática do aborto é matar e se Deus dá a vida, só Ele pode tirá-la. Outros argumentos podem ser verificados no corpo dessa tese. A única exceção, dentre os pastores, está na representante feminina, pastora da segunda denominação citada, que relativiza o aborto em caso de estupro e se coloca com empatia no lugar da mulher. Os outros nove pastores são contrários ao aborto em qualquer situação.

O fato é que são contrários aos casos de abortos previstos em leis, principalmente da interrupção da gravidez de feto anencéfalo. Esse último foi objeto da ADPF nº 54 – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental -, julgada pelo Supremo Tribunal Federal, em que foi concedido o direito, devidos aos avanços na medicina e no diagnóstico dessa má-formação, fato que em tempos passados, não era possível. Isso demonstrava que os pastores entrevistados, ao acreditarem que Deus pode realizar um milagre e colocar cérebro no feto, têm um caráter anti-científico, não respeitando o sofrimento da mulher. Da mesma forma não respeitam o sofrimento da mulher vítima de estupro, que possui o direito ao aborto, pois na visão dos pastores, ela deve prosseguir com a gravidez e, caso não deseje ficar com a criança, a sugestão é entregar para adoção.

Todos esses fatos expostos no parágrafo acima demonstram que a visão de mundo dos pastores, baseada na perspectiva religiosa, não leva em conta o sofrimento e a liberdade que a mulher possui em abortar nos casos previstos. Novamente, volta-se à tentativa de diálogo político, em que as partes dialogam e abrem mão de suas convicções para respaldar a mulher e sua dignidade, enquanto polo mais fraco, quando se trata do domínio do homem sobre a mulher. Todavia, o diálogo entre posições antagônicas em que existe o afrouxamento de convicções para o bem comum não é apenas um algo supostamente imaginado a ser buscado, ao contrário, sua prática, é perfeitamente capaz de ser algo implementável, basta que as partes estejam dispostas ao diálogo.

Com relação aos membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém em Rio Claro/SP e da Igreja Internacional da Graça de Deus sobre a pauta do aborto, é possível observar que dos dez entrevistados, quatro são contra o aborto em qualquer situação. Um deles, o vereador da primeira denominação, diz ser contra, mas não radical. Foi incluso como contrário. Os outros seis membros relativizam a questão do aborto e se mostram favoráveis entre um ou dois dos casos de anencefalia, estupro e risco de morte da parturiente. Um, dentre os seis, é favorável em todos os casos. Dessa forma, os membros, diferentemente de seus pastores, se mostram mais flexíveis ao assunto.

Nesse pormenor, mesmo na condição de crentes, pode-se defender a hipótese de que não são conservadores, mesmo que versem sobre a Bíblia, apresentam respostas que respeitam a condição da mulher vítima de estupro, que corre risco de morrer e da interrupção de fetos anencéfalos. O fato de não se mostrarem conversadores é um ponto importante, pois estão abertos ao diálogo ao responderem essa questão tão delicada, segundo suas visões de mundo e apesar de serem crentes, observam a condição da mulher e as transformações próprias da sociedade pós-tradicional. Todavia, a hipótese de que poderiam ser contrários ao aborto foi derrubada, mas apenas nesse assunto, não deixando de observar que a hipótese de serem contrários à união de pessoas do mesmo sexo é confirmada.

Com relação ao projeto de *representação objetiva* do ensino do criacionismo nas escolas públicas e privadas, os pastores da Assembleia de Deus e os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus se mostram favoráveis, uma vez que Deus criou todas as coisas. Todavia, encontram-se respostas que apresentam desconhecimentos sobre fatos por parte dos pastores com ensino superior. Esses, para contrapor o sexo nas escolas, utilizam-se do argumento que a verdadeira ciência vem de Deus. Observam-se confusões do ensino do criacionismo com os ensinamentos de Cristo, contrapor o Kit Gay e que os banheiros não seriam mais masculinos ou femininos. A única que relativizou esse assunto foi a representante feminina dentre os pastores. Segundo a pastora, o criacionismo deve ser de responsabilidade da família e não da escola.

A proposta do ensino do criacionismo nas escolas é do Deputado Marco Feliciano, eleito pelo estado de São Paulo, tal projeto foi proposto durante os governos do Partido dos Trabalhadores, lançando argumentos que convencem, principalmente as Igrejas Penteostais e Neopentecostais, mesmo que tal convencimento tenha como embasamento fatos errôneos e muitas fake news. A conclusão a que se chega é que os pastores entrevistados estão de acordo com o projeto do referido deputado que compõe a Frente Parlamentar Evangélica. Obviamente que não se trata, nessa tese, de abordar as outras denominações, como as Igrejas Protestantes Históricas, mas o mostrar-se favorável é estar em conformidade com o projeto e o fato dos pastores possuírem ensino superior, não fez com que tenham outra visão sobre o tema assim, responderam na condição de sacerdotes.

Dos dez membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém Rio Claro/SP e os membros da Igreja Internacional da Graça de Deus, oito são favoráveis ao ensino do criacionismo nas escolas das redes públicas e privadas os argumentos são diversos e podem ser lidos no corpo da tese, considerados descritos, por exemplo, importante por inculcar a Palavra de Deus na cabeça da criança, a palavra de Deus difundida para contrapor a imoralidade. Apenas dois entrevistados relativizam a questão, uma entrevistada diz ser de responsabilidade da família tal ensino e outra é contra nas escolas públicas. O fato é que o projeto é aceito, em maioria, pelos membros e pelos pastores.

Nesse quesito a pauta do ensino do criacionismo nas escolas das redes pública e privada é tão conversadora quanto a pauta sobre a união estável de pessoas do mesmo sexo. Conservadora no sentido da moral e dos bons costumes, ou para combater a imoralidade e a transformação por que passa a sociedade em contexto pós-tradicional. Essas pautas estão intimamente relacionadas às questões da família, a primeira para que a criança seja moldada na escola pela apresentação da narrativa bíblica do criacionismo e a segunda fere o princípio da família e do casamento, que deve ser apenas entre homem e mulher. Dessa forma, os pastores e membros das denominações pesquisadas se mostram conservadores e sentem-se representados pelos deputados evangélicos.

Com relação à pauta *objetiva* da defesa da família tradicional, os pastores da Assembleia de Deus – Ministério do Belém de Rio Claro/SP e os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus, são todos favoráveis à família tradicional e ao divórcio. Contudo, para que o casal se divorcie, é preciso o aval do pastor que, como conselheiro, vai ouvir as duas partes e aconselhar ou não o divórcio. Isso acontece, pois na relação pastores – membros o segundo está sob a vigilância do primeiro. Por certo, tal vigilância visa à coesão do grupo e dos membros que, por sua vez, permitem ser vigiados. O divórcio é consentido à mulher vítima de agressão física ou verbal e, em caso de adultério por parte do marido.

O fato dos pastores observarem a defesa da família tradicional modificada em condições pós-tradicionais, em família recombinação por conta do divórcio, demonstra que por parte dos pastores e da Frente Parlamentar Evangélica existe certo avanço para modernidade no sentido da modificação da família. Observam também que a mulher tem o direito de reconstruir a vida se for vítima de agressões físicas e verbais e, em caso do sofrimento por adultério. Assim, a mulher não deve sofrer em um casamento em que só existam conflitos e o olhar para a condição da mulher é essencial. Todavia, a mulher não deve sofrer no casamento, mas pode sofrer enquanto vítima de estupro ou gestando um feto anencéfalo. Outro ponto a se destacar, é que o divórcio permite a construção de nova família, contanto que seja na perspectiva heteronormativa. Por toda argumentação, pode-se defender que, mesmo a favor a família e do divórcio, a conclusão é conservadora.

Na perspectiva dos membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém em Rio Claro/SP e da Igreja Internacional da Graça de Deus, com relação à pauta da família, todos os dez entrevistados são favoráveis. Assim, como são favoráveis ao divórcio, em algumas respostas é possível verificar os motivos apresentados por um ou outro entrevistado como, por exemplo, marido agressor, mulher espancada e traída. Um único entrevistado observa que a nova constituição familiar pode acontecer desde que seja na perspectiva heteronormativa.

Outra entrevistada afirma que é possível que duas pessoas do mesmo sexo eduquem uma criança. Em suma, todos os membros, de certa maneira, reproduzem aquilo que aprendem na Igreja e não são verificadas respostas muito diferentes.

A defesa da família tradicional, que atualmente não é mais tradicional no sentido *stricto* do termo, mas que, pelas transformações na sociedade se configura em novo tipo de família recombinação, só é possível se observado o divórcio. Caso a Frente Parlamentar Evangélica não tivesse levado em conta a questão do divórcio, pastores e membros estariam defendendo apenas um tipo de família. Todavia, mesmo com o divórcio, existe um conservadorismo no sentido moral, dos bons costumes e da sexualidade. A questão da sexualidade para os evangélicos, obviamente sem generalizações, é um tabu que não se quebrará tão cedo. Assim, pode-se defender que pastores e membros são conservadores em relação à família. Somente não se pode afirmar que os membros tenham essa concepção de fato em detrimento das convicções dos pastores.

Ao ensejo da proximidade da conclusão, um fato importante deve ser destacado: a questão dos partidos políticos na visão dos Pastores da Assembleia de Deus e da Igreja Internacional da Graça de Deus dos dez pastores entrevistados, todos não votariam nos partidos de esquerda e citam o Partido Comunista do Brasil, Partido Socialismo e Liberdade e o Partido dos Trabalhadores. Ademais, os pastores se comportam como militantes em muitas respostas, militantes antiesquerda. Os membros de ambas denominações, apesar de citarem que não votam no Partido Comunista do Brasil, no Partido Socialismo e Liberdade e no Partido dos Trabalhadores, não se comportam como militantes antiesquerda. Quatro entrevistadas mulheres relativizam: uma não tem objeção, outra não vota no MDB, outra não vota no Bolsonaro e outra diz que, apesar de não votar no PT, reconhece que no partido existem pessoas interessantes.

Por fim, pode-se concluir que as candidaturas da Assembleia de Deus – Ministério do Belém em Rio Claro/SP e da Igreja Internacional da Graça de Deus, são candidaturas familiares. Seus respectivos deputados eleitos são filhos dos líderes, Pr. José Wellington Bezerra, da primeira denominação, e Missionário R. R. Soares, da segunda denominação. Esses líderes, deliberadamente, exercem abuso do poder religioso para o político e existe a transferência do carisma dos líderes para os seus filhos. Pode-se defender que as denominações possuem o projeto racional de poder, com ênfase nos legislativos. Dessa forma, é importante eleger não apenas seus deputados, como também vereadores nos municípios.

Pastores e fiéis de ambas denominações possuem sentimento de representação por seus deputados, seja o *sentimento de representação subjetiva* ou *sentimento de representação objetiva*. O mesmo pode-se falar dos membros das denominações, que sentem-se representados por seus deputados federais eleitos. Os dois representantes pertencem a partidos de direita, porquanto conservadores, porém não apenas com relação ao partido, mas também nas posições políticas, que

deixam transparecer, através dos pastores e membros entrevistados, ao responderem sobre o sentimento da representação relacionado aos eleitos.

Apesar de sentirem-se representados, pastores e membros não possuem conhecimento das pautas da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal e, apenas através da exposição das pautas, puderam ofertar respostas. Assim, o sentimento de representação está mais voltado para seus representantes eleitos, Deputado Paulo Freire e Deputado David Soares. Todavia, possuem consciência de que seus representantes fazem parte Bancada Evangélica e, de forma secundária, ao responderem sobre as pautas oferecem também sentimento de representação por ela. Dessa forma, na condição de crentes, sentem-se representados por seus pares da mesma fé, sendo seus deputados, primeiramente, e após a própria Bancada Evangélica.

Das pautas apresentadas, os pastores entrevistados são contra a união estável de pessoas do mesmo sexo, contra o aborto em qualquer situação, são a favor ensino no criacionismo nas escolas públicas e privadas e em defesa da família tradicional. Pode-se defender que a posição dos pastores da Assembleia de Deus e da Igreja Internacional da Graça de Deus são de conservadores, principalmente nas três primeiras pautas e, ao que concerne a última pauta, defendem a família e observam a questão do divórcio. Ressaltam-se também as caratísticas conservadoras das pautas que visam à conservação da moral, dos bons costumes e da fé, todas as pautas permeiam essas características, inclusive a defesa da família e do divórcio.

Com relação aos membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém em Rio Claro/SP e da Igreja Internacional da Graça de Deus, pode-se defender que são conservadores, da mesma forma que seus pastores, nas questões morais e dos costumes. Entretanto, não se mostram conservadores na questão do aborto. A maioria dos membros entrevistados admite o aborto em um ou mais casos, destaque para dois em especial: mulher vítima de estupro e da interrupção da gravidez de fetos anencéfalos. Entendem o direito da mulher em não sofrer por uma gravidez indesejada, porém, nas demais pautas, comportam-se como conservadores, seguindo seus pastores e suas visões de mundo religiosas.

O fato é que a engrenagem é racionalmente montada desde a escolha dos candidatos até a eleição deles. Os pastores são importantes na reprodução daquilo que concerne às ideias, crenças e defesa da fé evangélica. São os soldados dessa engrenagem e conseguem influenciar na decisão de voto de seus membros, porquanto não todos, mas em grande maioria. Todavia, pastores e membros fazem parte de uma engrenagem que é concebida racionalmente de cima para baixo e que defende pautas e interesses das igrejas. Eles as reproduzem conscientemente, acreditando que estão fazendo o melhor para a sociedade e para a igreja

Dessa forma, o autor coloca ponto final em uma tese extensa e, sobretudo, trabalhosa. Ainda assim existem assuntos que não foram escritos, mas que foram abordados nas entrevistas e constam

no roteiro em anexo. São perguntas pertinentes, interessantes, atuais, compondo um material importante que será utilizado em outros escritos. Assim, espero ter cumprido a missão imparcial de sociólogo e pesquisador ao apontar as respostas oferecidas, sem deixar contaminar com minhas próprias visões e conceitos apesar de ter que defender em uma tese. A defesa deve ser de fatos e não particular e apaixonada por esse ou aquele ponto de vista. Assim, os pressupostos do sociólogo e pesquisador estão sujeitos ao crivo dos leitores e a esses passo a palavra.

REFERÊNCIAS

- ALMEIRA, A. J. S. Igreja Presbiteriana Independente e Assembleias de Deus em tempos de ditadura militar no Brasil. In: SILVA, E da; SANTOS, L de A; ALMEIDA, V. (org.). **Os 500 ano da Reforma Protestante no Brasil**. Curitiba: Editora CRV, 2017.
- ANDRADA, B. de. **Proposta de emenda à constituição 99 de 2011**. Acrescenta ao art. 103, da Constituição Federal, o inciso X, que dispõe sobre a capacidade postulatória das Associações Religiosas para propor ação de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade de leis ou atos normativos, perante a Constituição Federal. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em:
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=998401&filename=Parecer-CCJC-04-06-2012. Acesso em: 14 jan. 2016.
- BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BACHELARD, G. **Epistemologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- BRASIL. **Código penal**. Brasília: Senado Federal, 2017.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em:
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 5 de fev. 2022.
- BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERGER, P. L. **Os múltiplos altares da modernidade**: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BERGER, P. L. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985).
- BOBBIO, N. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- BONAVIDES, PAULO. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros, 2000.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989.
- BRASIL. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Radiografia do novo congresso**: legislatura 2011 – 2015. Brasília: DIAP, 2010.
- BRASIL. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Radiografia do novo congresso**: legislatura 2015 – 2019. Brasília: DIAP, 2014.
- BRASIL. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Radiografia do novo congresso**: legislatura 2019 – 2023. Brasília: DIAP, 2018.

BRASIL. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Radiografia do novo congresso: legislatura 2007 – 2011**. Brasília: DIAP, 2006.

CAMPOS, J. **Projeto de decreto legislativo 234 de 2011**. Susta a aplicação do parágrafo único do Art. 3º e o Art. 4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99 de 23 de Março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=881210&filename=PDC+234/2011. Acesso em: 14 jan. 2016.

CAMPOS, C. et. al. **Proposta de emenda à constituição 99 de 2011**. Acrescenta ao art. 103, da Constituição Federal, o inc. X, que dispõe sobre a capacidade postulatória das Associações Religiosas para propor ação de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade de leis ou atos normativos, perante a Constituição Federal. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=2F1CF479D167C4EBD88418F5DC8427DF.proposicoesWeb2?codteor=931483&filename=PEC+99/2011. Acesso em: 14 jan. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **RESOLUÇÃO CFP Nº 001 DE 22 DE MARÇO DE 1999**: Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação sexual. Brasília, 1999. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf . Acesso em: 10 jan. 2022.

BÍBLIA. **BÍBLIA SAGRADA KING JAMES 1611**. Traduzido da King James Version 1611. Niterói: BVBOOKS, 2018.

CUNHA, E. **Projeto de lei 7382 de 2010**. Penaliza a discriminação contra heterossexuais e determina que as medidas e políticas públicas antidiscriminatórias atentem para essa possibilidade. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=772783&filename=Tramitacao-PL+7382/2010. Acesso em: 14 jan. 2016.

FELICIANO, M. **Projeto de lei 8099 de 2014**. Ficam inseridos na grade curricular das Redes Pública e Privada de Ensino, conteúdos sobre Criacionismo. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1286780&filename=PL+8099/2014. Acesso em: 14 jan. 2016.

FERREIRA, A. **Projeto de decreto legislativo 234 de 2011**. Susta a aplicação do parágrafo único do Art. 3º e o Art. 4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99 de 23 de Março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1082283&filename=Tramitacao-PDL+234/2011. Acesso em: 14 jan. 2016.

FERREIRA, A. **Projeto de lei 6583 de 2013**. Dispõe sobre o estatuto da família e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=6854702EB4B535B703040682159C248.proposicoesWeb1?codteor=1159761&filename=PL+6583/2013. Acesso em: 14 jan. 2016.

GIDDENS, A.; LASH, S.; BECK, U. **Modernização reflexiva**: Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

HABERMAS, J. **Entre naturalismo e religião**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.

HABERMAS, J. **Mundaça estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HABERMAS, J. **A ética da discussão e a questão da verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KOKAY, E. **Projeto de lei 7382 de 2010**. Penaliza a discriminação contra homossexuais e determina que as medidas e políticas públicas antidiscriminatórias atentem para essa possibilidade. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1351876&filename=Tramitacao-PL+7382/2010. Acesso em: 14 jan. 2016.

KOSMINSKY, E. (Org.). **Agruras e prazeres de uma pesquisadora**: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: FAPESP, 1999.

LAFER, C. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1999.

LAVALLE, ADRIÁN GURZA; HOUTZAGER, PETER P.; CASTELLO, GRAZIELA. **Democracia, pluralização da representação e sociedade civil**. São Paulo: Lua Nova, 2006.

LAVALLE, ADRIÁN GURZA; HOUTZAGER, PETER P.; CASTELLO, GRAZIELA. **Representação política e organizações civis**: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. São Paulo: RBCS, 2006.

LÖWY, M. **A guerra dos deuses**: Religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

MALTA, M. **Projeto Emenda à Constituição nº 29 de 2015**. Altera a Constituição Federal para acrescentar no art. 5º, a explicação inequívoca da “inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção.” Brasília: Senado Federal, 2015. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3455035&ts=1630409111115&disposition=inline>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MARIANO, R. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

NOVAES, R. **Juventude, religião e espaço público**: exemplos “bons para pensar” tempos e sinais. Rio de Janeiro: Religião e Sociedade, 2012.

NUNES, J. A. M. **A Participação do Amicus Curiae no Procedimento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamenta** – ADPF. *Direit Público*, [S. L.], v. 5 n. 20, 2010. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1422>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ORO, A. P; CORTEN, A; DOZON. J. P. **Igreja Universal do Reino de Deus: Os novos conquistadores da fé**. São Paulo: Paulinas, 2003.

ORO, A. P. (org.). **Religião e política no Cone Sul: Argentina, Brasil e Uruguai**. São Paulo: Attar Editorial, 2006.

RAMOS, M. **Projeto de lei nº 1581/2020**. Regulamenta o acordo direto para pagamento com desconto ou parcelado de precatórios federais, com a destinação dos descontos obtidos pela União ao enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid19), ou o pagamento de dívidas contraídas pela União para fazer frente a tal situação emergencial. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1873460&filename=PL+1581/2020. Acesso em: 10 jan. 2022.

SIBILIA, P. **O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SOARES, D. **Emenda ao PL nº 1581/2020**. Regulamenta o acordo direto para pagamento com desconto ou parcelado de precatórios federais, com a destinação dos descontos obtidos pela União ao enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid19), ou o pagamento de dívidas contraídas pela União para fazer frente a tal situação emergencial. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1907616&filename=EM P+1+%3D%3E+PL+1581/2020. Acesso em: 10 jan. 2022.

SOUZA, J. (org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora Universidade Brasília, 2001.

SOUSA, JOSÉ PEDRO GALVÃO. **Da representação política**. São Paulo: Saraiva, 1971.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**: Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro de 1948. n/d, n/p. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 10 jan. 2022.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

WYLLYS, J. KOKAY, E. **Projeto de lei 5002 de 2013**. Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº 6015 de 31 de dezembro de 1973. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>. Acesso em: 25 jan. 2022.

ANEXO I

UNESP – Universidade Estadual Paulista – Campus Marília SP

PESQUISA DE DOUTORADO EM PENSAMENTO SOCIAL

Nome: _____

Idade: _____

Celular: _____

Grau de Instrução: Fundamental (), Médio completo (), Superior completo ().

Votou em candidato a deputado federal evangélico nas últimas eleições? Sim () Não ()

Renda mensal: 1 salário mínimo (), 2 a 3 salários mínimos (), acima de 4 salários ()

Deseja participar espontaneamente da pesquisa? Sim () Não ()

- A pesquisa será aplicada pelo Prof. Ms. Eduardo Caldeirão e supervisionada pelo Prof. Dr. Aluisio Almeida Schumacher da Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília.
- **Os dados deste questionário SÃO SIGILOSOS e, em hipótese alguma, mostrados a quem quer se seja.**
- **A pesquisa É ESPONTÂNEA, não obrigatória e de livre vontade do pesquisado.**
- **O Pr. Sisaque Valadares permitiu que a pesquisa fosse realizada com membros da Igreja Assembleia de Deus – Ministério do Belém.**

Dúvidas podem ser retiradas pelos e-mails: eduardo_fclar@yahoo.com.br ou aluisioschumacher@yahoo.com.br

*No caso da Igreja Internacional da Graça de Deus pelo Pastor Regional Antônio Junior.

ANEXO II

Roteiro de Entrevista – Pastores

MOMENTO I – História de vida.

1. Nome, idade, local de nascimento, formação escolar, se é casado ou não, se tem filhos ou não, profissão (se pastor anterior ao pastorado), origem religiosa da família pai/mãe, experiência de conversão e quanto tempo de Igreja e/ou pastorado.

MOMENTO II - Representação e Accountability

2. O Sr. (a) votou em candidato evangélico a deputado federal nas últimas eleições? Ele representa o que o Sr. (a) pensa e quer sobre a vida política ? Por quê?
3. O Sr. (a) acha importante ter representantes evangélicos na Câmara Federal? Por quê?
4. O Sr. (a) acompanha o mandato de seu representante? Se sim, de qual maneira (internet, redes sociais, TV, jornal ou outra maneira).
5. O Sr. (a) faz algum tipo de cobrança ou pede prestação de contas do mandato de seu deputado federal?
6. O Sr. (a) tem conhecimento das propostas da Bancada Evangélica na Câmara Federal?
7. O Sr. (a) conhece as propostas defendidas pela Bancada Evangélica na Câmara Federal? Se sim, citar. Caso não, explicar: contra união estável de pessoas do mesmo sexo, a questão do aborto em qualquer situação, o ensino do criacionismo nas escolas e a defesa da família tradicional.
8. Como o Sr. (a) considera as consequências dessas propostas para a sociedade? *Estabelecer diálogo em torno das pautas, por que apoiar determinada pauta, ou outra?
9. O que o Sr. (a) entende como representação e representação política? (deve-se manter diálogo sobre representação de modo geral e representação política).
10. Da relação entre Igreja e política, é importante? Sim? Não? Por quê?
11. Pela experiência que o Sr. tem: como são construídas as candidaturas?
12. Como um representante eleito pela Igreja pode atuar em favor dela?
13. Existem pastores que discordam da candidatura recomendada pela Igreja para apoiarem outro candidato? Sim? não? Se sim, sofre algum tipo de pressão?
14. O Sr. acredita que a bancada evangélica representa um projeto político maior para o país? E qual seria esse projeto.

MOMENTO III – Partidos Políticos

15. Em que situação o Sr. (a) não votaria mais no candidato indicado pela Igreja?
16. O partido do candidato é importante na decisão de seu voto?
17. Existe algum partido que o Sr. (a), hoje, não votaria de jeito nenhum?
18. O Sr. (a) tem alguma restrição de votar em candidato que não seja evangélico?

MOMENTO IV - Pergunta livre.

19. Como o Sr. (a) observa os representantes, deputados federais e o próprio Presidente da República, negando ou minimizando a Covid-19? O Sr. (a) está de acordo? É de fato uma luta política, como dizem?
20. O que o Sr (a) achou de nossa entrevista? Gostou ou não gostou? Gostaria que comentasse alguns pontos que achou mais interessante.

ANEXO III

Roteiro de Entrevista – Fiéis.

MOMENTO I – História de vida.

1. Nome, idade, local de nascimento, formação escolar, se é casado ou não, se tem filhos ou não, profissão, origem religiosa da família pai/mãe, experiência de conversão e quanto tempo de Igreja.

MOMENTO II - Representação e Accountability

2. O Sr. (a) votou em candidato evangélico a deputado federal nas últimas eleições? Ele representa o que o Sr. (a) pensa e quer sobre a vida política ? Por quê?
3. O Sr. (a) acha importante ter representantes evangélicos na Câmara Federal? Por quê?
4. O Sr. (a) acompanha o mandato de seu representante? Se sim, de qual maneira (internet, redes sociais, TV, jornal ou outra maneira).
5. O Sr. (a) faz algum tipo de cobrança ou pede prestação de contas do mandato de seu deputado federal?
6. O Sr. (a) tem conhecimento das propostas da Bancada Evangélica na Câmara Federal?
7. O Sr. (a) conhece as propostas defendidas pela Bancada Evangélica na Câmara Federal? Se sim, citar. Caso não, explicar: contra união estável de pessoas do mesmo sexo, a questão do aborto em qualquer situação, o ensino do criacionismo nas escolas e a defesa da família tradicional.
8. Como o Sr. (a) considera as consequências dessas propostas para a sociedade? *Estabelecer diálogo em torno das pautas, por que apoiar determinada pauta, ou outra?
9. O que o Sr. (a) entende como representação e representação política? (deve-se manter diálogo sobre representação de modo geral e representação política).
10. Da relação entre Igreja e política, é importante? Sim? Não? Por quê?

MOMENTO III – Partidos Políticos

11. Em que situação o Sr. (a) não votaria mais no candidato indicado pela Igreja?
12. O partido do candidato é importante na decisão de seu voto?
13. Existe algum partido que o Sr. (a), hoje, não votaria de jeito nenhum?
14. O Sr. (a) tem alguma restrição de votar em candidato que não seja evangélico?

MOMENTO IV - Pergunta livre.

15. Como o Sr. (a). observa os representantes, deputados federais e o próprio Presidente da República, negando ou minimizando a Covid-19? O Sr. (a) está de acordo? É de fato uma luta política, como dizem?
16. O que o Sr (a) achou de nossa entrevista? Gostou não gostou? Gostaria que comentasse alguns pontos que achou mais importante.